

**POLÍTICA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E SOCIAL NA  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1975-85**

Contribuição para o estudo da economia política da  
República Popular de Moçambique

por

António Manuel de  
**ALMEIDA SERRA**

Dissertação elaborada para obtenção  
do grau de Doutor em Economia pelo  
Instituto Superior de Economia e Gestão  
da Universidade Técnica de Lisboa

1991



## ERRATA

A "arrelhiadora falta de entendimento entre software e impressora" que referimos no *Post scriptum* que se segue ao Índice, é responsável por vários erros que permaneceram no texto mesmo depois da sua revisão. São esses erros - pelo menos os mais salientes - que agora corrigimos. Assim, na

| pág. | local [1]                        | onde se lê                | deve ler-se  |
|------|----------------------------------|---------------------------|--|
| 12   | 2º parágrafo, 3ª linha           | África do Sul; ramos      | África do Sul; veremos   |
| 52   | 2ª linha da citação              |                           | estabelecer (...) relações de produção novas sobre a base        |
| 93   | 1ª citação, penúltima linha      | agriculturaará            | agricultura dará   |
| 116  | 2º parágrafo, 5ª linha           | este, istematicamente, em | este, sistematicamente, com                                      |
| 121  | 2º parágrafo, 3ª linha           | transformaráartirentãona  | transformará, a partir de  |
| 123  | 3ª linha                         | industrial, grícola       | industrial, agrícola   |
| 127  | 3º parágrafo, 3ª linha           | (63), ornando             | (63), tornando   |
| 129  | 2º parágrafo, 2ª linha           | quefovepedir              | e que não deve impedir o   |
| 135  | 2º parágrafo, 4ª linha           | internacional, e          | internacional, de  |
| 142  | 4ª linha da citação              | necessárias...            | necessárias para gerir um sistema económico                      |
| 143  | fin da 3ª linha da citação       | fundamental. ob           | fundamental. Sub   |
| 143  | 3º parágrafo, 5ª linha           | possível, or              | possível, por  |
| 151  | 2º parágrafo, 2ª linha           |                           | foi dada de formas de organização da produção que assentam na    |
| 155  | início da antepenúltima linha    | quentãoorgin              | que então surgiu e   |
| 177  | 2º parágrafo, 3ª linha           | tomados...                | tomados como grupo-objectivo da                                  |
| 184  | início da 6ª linha do fim        | podendo...                | podendo dizer-se que ela, e                                      |
| 189  | 4ª linha do fim                  |                           | autor dá no sentido de se proceder àquilo que é designado como a |
| 199  | 3º parágrafo, 5ª linha           | pretendam...              | pretendam enoverdar pelo cambio do                               |
| 216  | penúltima linha antes da citação | dasstrot...               | das estruturas económico-sociais na                              |

(V.S.F.F.)

1. Na contagem dos parágrafos só entramos em consideração com os que têm o seu início na página em referência; na contagem das linhas não entramos em conta com as das notas de pé-de-página.

| pág. | local                         | onde se lê                | deve ler-se   |
|------|-------------------------------|---------------------------|---|
| 129  | início da antepenúltima linha | autorescent...            | autores identificaram os  |
| 130  | fim da 4ª linha do fim        | simples, considera        | simples, considera  |
| 235  | 3º parágrafo, antepen. linha  | e, por isso,              | e, por isso,  |
| 242  | 4º parágrafo, 4ª linha        | capitalista...            | capitalista procura articular<br>censigo                                    |
| 246  | 2º parágrafo, 3ª linha        | tenham...                 | tenham vindo a aumentar já que<br>em muitas regiões a marginali-<br>dade da |
| 248  | 3º parágrafo, 1ª linha        | --- dramática...          | --- e dramática --- deste facto<br>é a                                      |
| 255  | 3º parágrafo, 1ª linha        | deve, or                  | deve, por   |
| 253  | 5º parágrafo, 2ª linha        | estrangeira, ais          | estrangeira, mais   |
| 268  | 2º parágrafo, 1ª linha        | camponeses...             | camponeses envolvem-se  |
| 271  | 2º parágrafo, fim 4ª linha    | lado, as                  | lado, que   |
| 280  | 2ª linha                      | estrutu...                | estruturas sociais caracteriza-<br>doras                                    |
| 286  | 2º parágrafo, 1ª linha        | caracter...               | caracterizar-se, desde 1981/82,<br>por                                      |
| 305  | 1º parágrafo, 1ª linha        | uestab...                 | que se estabeleceram como a<br>potência                                     |
| 344  | 2ª linha                      | eraei...                  | era feito gratuitamente, à<br>cesta da                                      |
| 374  | antepenúltima linha           | institui...               | instituições centrais da<br>FRELIMO e por uma incipiente                    |
| 394  | fim da 4ª linha da citação    | socialista, evolucionária | socialista, revolucionária  |
| 478  | 1ª linha da 3ª citação        | aedidas...                | a medidas administrativas   |
| 486  | 4º parágrafo, 5ª linha        | colectivos, ré...         | colectivos, pré-cooperativas,<br>ajuda mútua                                |

POLÍTICA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E SOCIAL NA  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1975-85

Contribuição para o estudo da economia política da  
República Popular de Moçambique

por

António Manuel de  
ALMEIDA SERRA

Dissertação elaborada para obtenção  
do grau de Doutor em Economia pelo  
Instituto Superior de Economia e Gestão  
da Universidade Técnica de Lisboa

Setúbal, Julho de 1991

© A.M. de Almeida Serra



Aqueles que mais sofreram, ainda que de formas tão diferentes, durante e para que este trabalho fosse possível:

os camponeses de Moçambique; e

a minha família;

a nuclear (principalmente ela); e

a alargada







Assim como não se julga uma pessoa por aquilo que ela pensa de si própria também não se deverá julgar uma (...) época de revolução pela consciência que ela tem de si mesma.

Karl MARI "Prefácio à crítica da Economia Política" in MARI e ENGELS Obras escolhidas, Éditions du Progrés, Moscovo, 1975, pg 185

A pena de chicotada será de três a trinta chicotadas por série, podendo aplicar-se até ao limite de três séries (...).

Artº 4 da Lei nº 5/83, de 31 de Março de 1983, da Assembleia Popular da República Popular de Moçambique

Anda, a galope ou a trote,  
uma besta à chicotada;  
mas, dos homens a chicote,  
ninguém pode fazer nada.

António Aleixo Este livro que vos deixo...

O problema com os nossos dirigentes  
é que eles não sabem que não sabem.

Julius Nyerere in Daily News, Dar-es-Salaam,  
21/10/1975

Cedo ou tarde o espírito de vitória  
far-nos-á pagar em sacrifícios,  
far-nos-á pagar caramente em baixas  
pesadas e inúteis, os erros que co-  
metemos.

Sandra MACHEL Fazer da escola uma base para o povo  
tomar o poder, Frelimo, 1974, pg 11



Nem sempre temos razão;  
nos defeitos que apontamos,  
nem todas as coisas são  
como nós as encaramos.

António ALKIVO Este livro que vos deixo...



## *Agradecimentos*

Uma obra desta natureza, ainda que escrita totalmente por uma só pessoa, dificilmente poderá ser considerada uma obra totalmente individual. De facto, muitas são as contribuições que de uma forma ou de outra acabam por ser vertidas (ou não ...) no texto definitivo.

Esta dissertação não foge à regra.

De facto, muitos foram os que de uma forma ou de outra me ajudaram na elaboração deste trabalho: uns, que de tão numerosos é impossível enumerar na íntegra, fornecendo informações de várias naturezas, incluindo bibliográfica; outros, como os Profs. Adelino Torres Guimarães, Américo Ramos dos Santos, José Maria Brandão de Brito, José Maria Carvalho Ferreira, Joana Pereira Leite e Jochen Oppenheimer e o dr. Fernando Jorge Cardoso lendo e, por vezes, relendo partes do texto em diferentes momentos da sua elaboração e sugerindo alterações que nem sempre pude ou soube aproveitar e que só contribuíram para o melhorar; outros ainda, particularmente dois 'amigos homónimos', através da cedência das suas residências temporárias proporcionando-me períodos de autêntico 'retiro espiritual' que se mostraram decisivos na preparação do texto; outros, por fim, dando-me a sua amizade e o seu incentivo para ir em frente nas inúmeras vezes que as forças para tal pareciam faltar.

Se todos ficam englobados no meu "Muito, mas mesmo muito, obrigado!", que todos, também, me desculpem o facto de fazer uma referência muito especial a mais alguns. Assim, gostaria de agradecer às autoridades académicas do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, em especial ao seu Conselho Científico, pelas condições de trabalho que me proporcionaram e, principalmente, pela compreensão que demonstraram face à demora da apresentação do produto final que aqui fica; à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Instituto Nacional de Investigação Científica pelos apoios financeiros sem os quais a investigação de campo não teria sido possível; à Universidade Eduardo Mondlane, pelas facilidades concedidas e que possibilitaram a pesquisa de campo que realizei; ao Prof. Francisco Pereira de Moura pela sua ajuda na definição do tema desta investigação bem como pelas 'portas' que ajudou a abrir e que a viabilizaram; e 'last' mas de forma alguma 'not least', ao Prof. Franz-Wilhelm Heimer pela sua orientação científica à qual se deve uma muito boa parte das (eventuais) virtudes deste trabalho. A ele quero aqui, por um lado, pedir desculpa pela impossibilidade --- da minha única responsabilidade e motivada quer por uma ou outra divergência de opinião quer por manifesta incapacidade minha --- em fazer transparecer neste trabalho

tudo quanto me ensinou a descobrir no âmbito da metodologia e, principalmente, do necessário rigor da investigação em Ciências Sociais e, por outro, isentar das inevitáveis falhas imputáveis ao trabalho aqui presente. Isto, aliás, aplica-se também, evidentemente, a todos os demais que de uma forma ou de outra comigo colaboraram.

Por fim, que todos, incluindo estes últimos, me perdoem uma última referência a duas pessoas a quem devo uma ajuda muito especial: o falecido e recordado com saudade Aquino de Bragança, fundador, primeiro director e *alma mater* do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pela viabilização da parte deste trabalho desenvolvida em Moçambique e sem a qual ele não teria sido possível; e o Prof. José Fialho Feliciano, do ISCTE, pela ajuda que me deu no caminho árduo da compreensão do modo de vida e da maneira de estar no mundo dos camponeses de Moçambique.

Porque conheço bem o quanto custou a este último a dedicação à causa daquela compreensão, nele homenageio todos aqueles meus colegas e amigos que um dia decidiram submeter-se a uma prova semelhante a esta em condições que estão, quantas vezes, longe de serem as ideais e que são causa de não pouca angústia e sofrimento. Porque é mesmo de verdadeiro sofrimento que, por vezes, se trata... *Mélas!*...

## NOTAS DE CARÁCTER GENÉRICO SOBRE SIGLAS, UNIDADES MONETÁRIAS, ETC.

### SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- AC - Aldeia(s) Comunal(-is), conforme o contexto  
AS - A.M. de Almeida Serra  
ASS - África Sub-Sahariana  
CAIL - Complexo Agro-Industrial do Limpopo  
CNAC - Comissão Nacional de Aldeias Comuns  
EMT - Estações de Máquinas e Tractores (na URSS)  
Esc. - Escudos moçambicanos. Quando aplicável a escudos portugueses isso é indicado expressamente.  
EUA - Estados Unidos da América  
FS - Formação Social  
MPC - Modo de Produção Capitalista  
MPCom - Modo de Produção Comunista  
MPñ-C - Modo de produção não Capitalista  
MT - Metical(-is)  
RPM - República Popular de Moçambique  
SERLI - Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Acelerado da Região do Limpopo e do Incomáti  
UPBL - Unidade de Produção do Baixo Limpopo  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USA - Estados Unidos da América  
US\$ - Dólar dos EUA

### Províncias de Moçambique:

- |                   |             |              |                |
|-------------------|-------------|--------------|----------------|
| CD - Cabo Delgado | Ni - Niassa | Na - Nampula | Za - Zambézia  |
| Te - Tete         | Mn - Manica | So - Sofala  | In - Inhambane |
| Gz - Gaza         | Ma - Maputo |              |                |

### UNIDADES DE CONTA

Os valores monetários entendem-se sempre em escudos moçambicanos ou em meticais (a partir de 1978) a não ser que seja expressamente indicado o contrário.

## CITAÇÕES

Sempre que a fonte indicada se referir a obras em língua que não a portuguesa, a tradução foi feita por mim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Na primeira vez que uma peça bibliográfica é citada, a sua referência é feita integralmente seguindo a ordem Apelido do (primeiro) autor, Nome próprio (ou sua sigla) do (primeiro) autor, Título do artigo/capítulo, Apelido e Nome próprio do (primeiro) organizador da colectânea (quando caso disso), Título do livro ou da Revista, Editora, Local, Data (ano) e páginas (quando artigo de revista ou capítulo de obra colectiva).

As referências posteriores a uma peça já referenciada por completo são feitas abreviadamente utilizando as seguintes expressões: *idem* = o mesmo autor (aparecerá seguida do título da obra respectiva); *ibidem* = o mesmo autor e a mesma obra citadas imediatamente atrás (se não tiver referência de página isso significa que esta é a mesma da referência anterior); *pg* = página

## ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO  | 1   |
| <i>PORTE A</i> - Elementos teóricos da análise  |     |
| Introdução da Parte A   |     |
| CAPÍTULO I - O MODELO SOCIALISTA DE SOCIEDADE   | 41  |
| I.1 - Elementos de renovação do pensamento<br>económico pelo marxismo                           | 43  |
| I.2 - Marx, Engels e a caracterização do<br>capitalismo e do socialismo                         | 54  |
| I.2.1 - O Modo de Produção Capitalista<br>em Marx e Engels: características fundamentais        | 57  |
| I.2.2 - Características fundamentais<br>do Modo de Produção Comunista                           | 62  |
| I.2.3 - Do Modo de Produção Comunista à<br>Formação Social Socialista                           | 71  |
| I.3 - O socialismo marxista pós-marxiano  | 72  |
| I.4 - Agricultura e socialismo  | 83  |
| I.5 - Resumo e conclusão  | 94  |
| CAPÍTULO II - DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO:<br>AS LIÇÕES DA HISTÓRIA                          | 99  |
| II.1 - Marxismo e transição para o<br>socialismo sem completo desenvolvimento<br>do capitalismo | 101 |

|  |     |
|--|-----|
| II.2 - Experiências históricas de transição para o socialismo: o caso da URSS e a 'estratégia estalinista' | 107 |
| II.2.1 - Primórdios da estratégia  | 109 |
| II.2.2 - A estratégia  | 123 |
| II.2.3 - Para um balanço da estratégia estalinista   | 129 |
| II.3 - Processo social e estratégias de transição na China   | 140 |
| II.3.1 - Alguns elementos fundamentais do maoísmo  | 140 |
| II.3.2 - A estratégia de transição do maoísmo  | 144 |
| II.3.3 - A agricultura na estratégia maoísta   | 150 |
| II.3.4 - As comunas chinesas   | 154 |
| II.4 - Conclusão   | 157 |
| <br>   |     |
| CAPÍTULO III - A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO: OS MODELOS TEÓRICOS  | 163 |
| <br>   |     |
| III.1 - O 'modelo de dois sectores': da formulação marxiana à deformação estalinista                       | 164 |
| III.2 - As concepções de Clive Thomas sobre a transição para o socialismo                                  | 170 |
| III.2.1 - A primeira 'lei de ferro' e o desenvolvimento agrícola e industrial                              | 177 |
| III.2.1.1 - A dinâmica da transformação da agricultura   | 177 |
| III.2.1.2 - A indústria no processo de transformação   | 180 |
| III.2.2 - A segunda 'lei de ferro' da transformação  | 182 |
| III.2.3 - Principais contradições do processo de transição   | 183 |
| III.2.4 - Para uma avaliação crítica da estratégia   | 185 |
| III.3 - Sobre a 'via de orientação não-capitalista'  | 192 |
| III.3.1 - Contornos fundamentais da concepção do 'desenvolvimento não-capitalista'                         | 193 |
| III.3.2 - Crítica e avaliação  | 204 |

|   |         |
|---|---------|
| CAPÍTULO IV - ASPECTOS DA ECONOMIA POLÍTICA DAS FORMAÇÕES<br>SOCIAIS AFRICANAS: AS SOCIEDADE RURAIS,<br>AS CLASSES SOCIAIS E O ESTADO | 209     |
| IV.1 - A lógica do comportamento das famílias camponesas  | 218     |
| IV.1.1 - As teses de Chayanov e dos seus seguidores   | 218     |
| IV.2 - A interrelação entre modos de produção   | 222     |
| IV.2.1 - O dualismo   | 222     |
| IV.2.2 - Lênine, Kautsky e a agricultura capitalista  | 227     |
| IV.2.3 - O camponês como um proletário disfarçado   | 230     |
| IV.2.4 - O mundo rural africano como<br>articulação de modos de produção  | 233     |
| IV.2.5 - Hyden, o Modo de Produção Camponês e<br>a independência deste face<br>ao Modo de Produção Capitalista                        | 244     |
| IV.3 - Articulação de modos de produção, classes<br>sociais e Estado. Os camponeses e o Estado.                                       | 251     |
| IV.3.1 - Os grupos sociais em presença  | 252     |
| IV.3.2 - O Estado no eixo das relações de classe  | 261     |
| IV.3.3 - A diferenciação social no<br>seio do campesinato   | 267     |
| IV.4 - Os camponeses e a sua sensibilidade aos preços   | 271     |
| <br>Conclusão da Parte A  | <br>277 |

|  |     |
|--|-----|
| <u>PORTE B</u> - Moçambique, 1975-85: contribuição<br>para o estudo da sua economia política             | 281 |
| Introdução da Parte B  | 281 |
| CAPÍTULO V - A ECONOMIA POLÍTICA DO MOÇAMBIQUE COLONIAL:<br>os últimos 40 anos                           | 301 |
| V.1 - A estrutura económica  | 303 |
| V.1.1 - A economia política do pacto colo-<br>nial: Moçambique e a 'acumulação<br>primitiva' em Portugal | 305 |
| V.1.1.1 - A 'economia política do algodão'<br>como exemplo do pacto colonial                             | 309 |
| V.1.2 - Moçambique, uma economia de serviços<br>aos países vizinhos                                      | 319 |
| V.1.3 - Uma economia rural de impor-<br>tância fundamental   | 335 |
| V.1.3.1 - A agricultura dos camponeses   | 337 |
| V.1.3.2 - A agricultura capitalista  | 347 |
| V.2 - Uma situação social e política complexa  | 350 |
| V.3 - Uma síntese rápida da conjuntura   | 367 |
| CAPÍTULO VI - A EVOLUÇÃO DA "FORMAÇÃO IDEOLÓGICA" DA<br>FRELIMO DURANTE A LUTA ARMADA                    | 373 |
| VI.1 - O nascimento da FRELIMO; a luta pela unidade  | 375 |
| VI.2 - Os primeiros tempos da luta armada: 1964-66   | 380 |
| VI.3 - Os anos conturbados e das grandes opções  | 388 |
| VI.3.1 - As "zonas libertadas" e a formação<br>ideológica da FRELIMO                                     | 388 |
| VI.3.2 - A luta pelo aumento da produção   | 393 |
| VI.3.3 - A luta política antes e<br>em torno do II Congresso   | 398 |
| VI.3.4 - O "poder popular" e o primado da  | 403 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
|  | ideologia e da politica   |     |
| VI.3.5   | - Os quadros, a revolução cultural e a evolução poica e ideológica da FRELIMO                                   | 411 |
| VI.4   | - As opções no domínio económico  | 417 |
| VI.5   | - Resumo e conclusões   | 419 |
| CAPÍTULO VII - OS PRIMEIROS TEMPOS: DO '25 DE ABRIL' AO III CONGRESSO DA FRELIMO |   | 423 |
| VII.1  | - Primeiras transformações político-sociais   | 426 |
| VII.2  | - A luta pelo controlo da situação  | 448 |
| VII.2.1  | - Alterações estruturais e evolução da conjuntura   | 448 |
| VII.2.2  | - A intervenção nos sectores não agrícolas  | 453 |
| VII.2.3  | - A evolução da situação no sector agrícola   | 457 |
| VII.2.4  | - As linhas tendenciais da reestruturação social em 1975-1976   | 465 |
| VII.2.5  | - A ruptura dos mecanismos coloniais de reprodução; a aceleração do processo de intervenção estatal na produção | 469 |
| VII.3  | - O debate sobre a estratégia de desenvolvimento; primeiras opções, transformações sociais e luta de classes    | 481 |
| VII.4  | - Resumo e conclusões   | 489 |
| CAPÍTULO VIII - O ENTRE-CONGRESSOS: ASCENSÃO E QUEDA DE UMA ESTRATÉGIA           |   | 491 |
| VIII.1   | - Caracterização geral da estratégia  | 496 |
| VIII.1.1   | - As linhas fundamentais  | 496 |
| VIII.1.2   | - O projecto agrícola do III Congresso  | 504 |
| VIII.1.3   | - Das debilidades da estratégia   | 515 |
| VIII.2   | - Do III Congresso ao Plano Prospectivo Indicativo (PPI): de uma politica económica                             | 527 |
| VIII.2.1   | - O alargamento da base de intervenção na economia  | 527 |

|   |     |
|---|-----|
| VIII.2.2 - Em busca de uma política agrícola  | 532 |
| VIII.2.3 - Divergências quanto à<br>estratégia a prosseguir   | 547 |
| VIII.2.4 - O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)   | 552 |
| VIII.2.5 - Linhas fundamentais da política<br>industrial; a política de acumulação  | 562 |
| VIII.3 - Resumo e conclusões  | 566 |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO IX - ESTRATÉGIA MACROECONOMICA E PROCESSO<br>SOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS: ALDEIAS COMUNAIS<br>E COOPERATIVAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 569 |
| <br>  |     |
| IX.1 - O conceito de Aldeia Comunal: definição e<br>problemática  | 571 |
| IX.1.1 - A concepção moçambicana de Aldeia Comunal  | 571 |
| IX.1.1.1 - O aparecimento do conceito; do<br>conceito ao modelo   | 571 |
| IX.1.1.2 - Objectivos   | 573 |
| IX.1.1.3 - Os grupos sociais objectivo da po-<br>lítica de promoção de Aldeias Comunais   | 577 |
| IX.1.1.4 - A organização da produção<br>numa Aldeia Comunal   | 579 |
| IX.1.1.5 - O conceito de Aldeia Comunal e<br>algumas consequência no domínio do<br>seu planeamento físico   | 581 |
| IX.1.2 - A <i>praxis</i> e a ideologia como fontes<br>do conceito e do modelo de AC   | 587 |
| IX.1.3 - Influências externas   | 589 |
| IX.1.3.1 - A influência das aldeias <i>ujamaa</i><br>da Tanzânia  | 589 |
| IX.1.3.2 - A influência das comunas chinesas  | 592 |
| IX.1.4 - A Aldeia Comunal: um instrumento<br>adequado aos seus fins?  | 593 |
| IX.2 - O processo de constituição das Aldeias<br>Comunais: primórdios e evolução  | 594 |
| IX.2.1 - As origens das AC: a evolução quanti-<br>tativa da aldealização  | 595 |

|   |     |
|---|-----|
| IX.2.2 - Questões de localização, dimensão e estrutura física das AC  | 603 |
| IX.2.2.1 - A localização das Aldeias  | 603 |
| IX.2.2.2 - A dimensão das AC  | 608 |
| IX.2.2.2.1 - A dimensão humana; organização em bairros  | 608 |
| IX.2.2.2.2 - Aspectos da dimensão física  | 613 |
| IX.2.2.3 - As construções das AC  | 624 |
| IX.2.3 - A organização económica das Aldeias: problemas na articulação entre diferentes formas de produção                      | 628 |
| IX.2.3.1 - O objecto de estudo: alguns elementos para a sua definição   | 630 |
| IX.2.3.2 - A produção agropecuária nas Aldeias Comuns: conteúdo e formas de organização. A articulação entre formas de produção | 632 |
| IX.2.3.3 - Questões de articulação das formas da organização da produção: produção familiar vs. produção colectiva              | 636 |
| IX.2.3.3.1 - Articulação entre a produção familiar e a produção cooperativa; a influência da presença das machambas estatais    | 637 |
| IX.2.3.3.2 - A articulação entre as machambas estatais e as Aldeias Comuns no domínio da produção                               | 647 |
| IX.2.3.4 - A produção colectiva não agrícola das Aldeias; as cooperativas polivalentes  | 651 |
| IX.2.3.5 - A distribuição de rendimentos da produção colectiva; os critérios e a realidade                                      | 653 |
| IX.2.4 - Aspectos político-administrativos da organização das Aldeias Comuns  | 657 |
| IX.2.4.1 - A organização do poder político-administrativo   | 657 |
| IX.2.4.2 - Questões do exercício do poder   | 661 |

|   |         |
|---|---------|
| IX.2.5 - As Aldeias e a transformação das relações<br>sociais no campo  | 680     |
| IX.2.5.1 - O processo de aldealização e a rees-<br>truturação da organização familiar                                 | 681     |
| IX.2.6.2 - Transformação das relações sociais<br>de produção  | 687     |
| IX.2.6.3 - O ataque à "formação ideológica"<br>camponesa: acções e reacções   | 689     |
| IX.3 - Resumo e conclusões  | 696     |
| <br>CAP X - PARA UM BALANÇO DO PROCESSO: LINHAS FUNDAMENTAIS<br>DO PROCESSO ECONOMICO E SOCIAL MOÇAMBICANO, 1975-1985 | <br>701 |

ANEXO 1

ANEXO 2

*Post scriptum*

Uma arreliadora falta de entendimento entre *software* e impressora, levou a que muitas das linhas de texto aparecessem inicialmente incorrectamente impressas. A solução foi o mais artesanal possível: reimprimir cada uma delas isoladamente e, num trabalho de "patchwork", corrigir o que inicialmente tinha ficado mal. O resultado é que algumas parece estarem incompletas por algo desalinhadas à direita. Porém, salvo uma ou outra que eventualmente tenha escapado ao processo de revisão final do texto, cremos que todas elas estão completas. Eventuais erros que permaneceram não comprometem --- pelo menos assim espero... --- a compreensão do que fica escrito.

O mesmo se passa com as 'gralhas' que, eventualmente --- e quase inevitavelmente --- nele tenham 'pousado'.

## INTRODUÇÃO

### A problemática

Com a segunda vaga de independências africanas (1) --- a das ex-colónias portuguesas ---, em 1975, a queda do regime monárquico na Etiópia, em 1974, e a revolução de 1976 no ex-Daomé (actual Benin), assistiu-se a um novo ciclo da vida das ideias socialistas em África e das tentativas para as implementar naquele continente.

Este (terceiro) ciclo, que sucedeu a um primeiro do início dos anos 60 e a um segundo constituído pelo 'socialismo *ujamaa*' da Tanzânia (1967) e pela tentativa de implantação de um regime socialista no Congo (1969), tem, no entanto, características diferentes dos anteriores: contrariamente aos socialismos africanos dos anos 60, o socialismo na África dos anos 70 reivindica-se directa e explicitamente do marxismo e dos seus desenvolvimentos --- nomeadamente os de Lénine mas também os de Estaline e de Mao --- recusando por vezes qualquer filiação naqueles seus antecedentes africanos.

As dificuldades (2) que os países desta última vaga socialista sentiram em concretizar as transformações sociais que se propunham levar a cabo e que acabaram por conduzir ao fim recente de tais processos sugerem, passados cerca de 15 anos sobre o seu desencadear, uma análise aprofundada destes. É para ela, na medida em que ajuda a compreender a evolução do processo económico e social de Moçambique, que este trabalho pretende contribuir.

Não era esta, no entanto, a perspectiva inicial do trabalho que aqui fica.

Começado há cerca de nove anos, quando a 'onda' do socialismo na África estava ainda em plena fase ascendente e em que o principal interesse científico se dirigia para a determinação das condições de (eventual) sucesso

-----  
1. A primeira foi a que ocorreu no final dos anos cinquenta e no início da década de sessenta deste século.

2. De que a fome e a guerra que marcam alguns de entre eles são indicadores inequívocos.

das tentativas de transição então em curso, circunstâncias várias, quer históricas quer pessoais, contribuíram para que este trabalho seja concluído num momento em que, pelo menos de momento, parece que se encerram aqueles processos, traduzindo um evidente refluxo das ideias socialistas e do marxismo quer em África quer na Europa.

Neste quadro, as questões que hoje se colocam à análise científica são de uma natureza algo diferente das que se colocavam anteriormente: o que se pretende --- o que pretendemos --- hoje é, por um lado, compreender os processos históricos dos países que encetaram aquelas tentativas para melhor compreender o seu fracasso e, por outro mas relacionado com este, saber se, apesar de tal insucesso, o socialismo --- e que socialismo --- será possível na 'periferia'. Face ao passado recente e à evolução a que se assiste nos nossos dias, o que se poderá perguntar é, por outras palavras, se --- e em que termos --- a 'via socialista' de desenvolvimento é aplicável em África (3) tendo em atenção, nomeadamente, a sua situação específica de desenvolvimento/ /subdesenvolvimento.

Isto corresponde, afinal, a recolocar com toda a frontalidade a questão, com que já se tinha defrontado o próprio Marx: a de saber se é possível, no desenvolvimento dos países periféricos, saltar etapas por onde, historicamente, passaram os países do 'centro' ou se existem ou não, de facto, certos "pontos de passagem obrigatória" (4) nesse processo. Por outro lado, corresponde também a colocar a pergunta, mais ligada à forma como está organizado actualmente o sistema capitalista mundial, de saber se é possível a um país 'pequeno' (5) eximir-se à inserção dependente na economia mundial (capitalista) (6).

3. Se-lo-é na Europa ou na América do Norte, i.e., nos países de capitalismo mais desenvolvido?

4. Expressão tomada a BERNIS, G. Destacando de "De l'existence de points de passage obligatoire pour une politique de développement" in Économies et Sociétés, (série F), nº 29, tome XVII, nº2, Fev/1963, pp 213-259.

5. No sentido que lhe dá Clive Thomas e que é explicitado no Capítulo III, ponto III.2.

6. Naquilo que é uma evidente manifestação de autocritica em relação às concepções advogadas anteriormente de um 'delinkage' face à economia mundial, Andre Gunder FRANK, em artigo significativamente chamado "No escape from the laws of world economics", questionava-se recentemente sobre esta temática. Ainda significativamente, o seu texto foi publicado na ROAPE (Review of African Political Economy, nº 50, 1991, pp 21-32).

Uma análise deste tipo tem que ter em conta que o actual quadro económico, geoestratégico e ideológico mundial é completamente diferente quer daquele em que os processos referidos tiveram o seu início quer, por maioria de razão, daquele em que aqueles que mais contribuíram para a definição das linhas gerais caracterizadoras da orientação prosseguida nesses processos formularam o fundamental das suas próprias concepções de transformação social. É nesta perspectiva (mais actual) que nos situamos.

Neste contexto genérico, o nosso estudo insere-se numa preocupação ampla mas bem precisa:

- 1 - por um lado, proceder a uma análise do processo de transformação económico-social em Moçambique --- incluindo uma avaliação crítica dos seus resultados --- que ajude a (re-)pensar a viabilidade de processos de transição para o socialismo no quadro africano --- nomeadamente o da sua articulação com um sistema económico, social e político (o capitalista, dominado no essencial pelos países do 'centro' europeu e norte-americano) que parece tender a mundializar-se;
- 2 - por outro, numa perspectiva mais alargada, repensar toda a problemática da escolha entre estratégias alternativas de desenvolvimento, com atenção especial às opções de natureza mais eminentemente económica como sejam, por exemplo, a questão da importância relativa dos vários sectores produtivos (p.ex., a da importância a dar ao desenvolvimento da agricultura e da articulação estabelecer entre esta e a indústria) e a da inserção das economias africanas na economia mundial.

Ao colocarmos a questão nestes termos não esqueçamos que, cada vez mais, o contexto histórico internacional em que qualquer processo de desenvolvimento ocorre assume especial importância na sua evolução e que tal contexto é, tal como os processos internos, "nacionais", historicamente mutável. Ora, é preciso não esquecer que um limite à liberdade de escolha entre as estratégias de desenvolvimento é, cada vez mais, o contexto geopolítico em que, quer sob o ponto de vista temporal quer sob o ponto de vista espacial, os países se in-

serem. A não consideração deste elemento faria de tal escolha um processo pouco mais que meramente técnico senão tecnocrático, no sentido depreciativo com que é usualmente utilizado o termo.

### O objecto

É neste quadro amplo que se insere a investigação que agora se introduz e cujo objecto central é a política agrária que, entre 1975 e 1985 e no contexto de uma estratégia que alegadamente procurava assegurar a transição para o socialismo, foi implementada em Moçambique. Parte integrante desta análise é a das suas causas e consequências no processo de transformação económica e social verificado nas zonas rurais daquele país. Isto é, preocupamo-nos não só com a acção que tal política económica constitui como também com a reacção que ela provocou nos agentes económicos e sociais que mais directamente atingiu.

Uma e outra, recorde-se, são as duas faces de uma mesma moeda: a das evidentes dificuldades do actual momento histórico do país, de que a guerra e a fome são apenas duas das manifestações mais dolorosas, e cujas causas fundamentais, que situamos naquele período histórico, nos interessa compreender.

A escolha acima referida encontra a sua justificação no facto de, como resultará da própria abordagem efectuada no nosso trabalho, ser naquele sector e no período indicado que se encontram os traços mais característicos da estratégia de "transição para o socialismo" liderada pelos grupos sociais dirigentes do Estado moçambicano --- o principal agente da política económica prosseguida.

O período em referência corresponde ao que decorreu desde a fase imediatamente anterior à independência da República Popular de Moçambique, ocorrida em 25 de Junho de 1975, até cerca de 1985, época de implementação das principais medidas adoptadas no IV Congresso da PRELIMO (1983) e que

constituíram os primeiros passos mais decididos da ruptura com a estratégia de transformação económica e social prosseguida até então e que, como referido, visava a construção do socialismo.

Duas advertências: por um lado, a de que o facto de a análise se centrar nas tendências globais daquele processo de transformação não significa desconhecimento da existência de variações regionais no seio da formação social moçambicana mas apenas que estas não constituem o cerne deste trabalho. Estas variações serão referidas apenas se forem efectivamente relevantes para destrinçar a situação estrutural de várias regiões ou eventuais diferenças de resposta dos agentes sociais em cada uma delas.

Por outro lado, embora se façam pontualmente referências aos sectores produtivos não-agrícolas, a opção tomada quanto ao objecto de estudo leva a que eles não façam parte do objecto central do estudo. É este o caso, nomeadamente, do sector industrial e das relações sociais que nele imperam. Como veremos, as referências que lhe serão feitas apontam para uma confirmação das tendências do processo global tal como determinadas pela análise do mundo rural.

Ao referirmo-nos ao "processo de transformação" damos uma primeira pista sobre a linha teórica fundamental que está subjacente ao nosso trabalho: ele é, assumidamente, uma investigação em domínios definidos pela economia política. Poderemos mesmo dizer que, tal como se anuncia no subtítulo, se trata de um estudo de "economia política da política económica".

Neste quadro, perfilha-se o entendimento típico do paradigma marxista (7) de que a análise de uma formação social deve privilegiar a dinâmica das relações sociais --- "as relações estabelecidas entre os agentes de produção e os meios e objectos de trabalho (as relações de produção) [e que] são simultaneamente relações desses agentes entre si" (8) --- relacionadas com

7. Para a definição do conceito de paradigma e para a caracterização global dos vários paradigmas, incluindo o marxista, vd SAKTOS, Américo Barros dos Recursos burocráticos e tecnológicos, op. cit.

8. Vd ALMEIDA, João Ferreira de "Alguns problemas de teoria das classes sociais" in Análise Social, vol. XVII (66), 1981-29, pp 234.

a produção, a distribuição e o consumo dos bens e serviços que nela ocorrem.

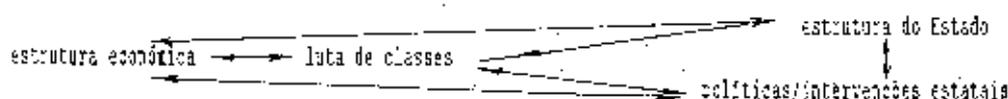
Por isso o nosso objectivo fundamental é o de investigar quais foram as características principais daquele processo após a independência e como é que actuaram os vários agentes sociais que interferem com as sociedades rurais --- i.e., quais foram os traços principais das suas acções e reacções. Pano de fundo da análise são quer as estruturas em que se inserem esses agentes sociais quer o processo global de evolução que o país conheceu no período especificado e que, por sua vez, deve ser visto e compreendido à luz da problemática da transição para o socialismo.

É na permanente articulação entre estes três 'planos' --- o do mundo rural, o da formação social global e o da transição para o socialismo --- que reside a principal característica deste trabalho e que o diferencia de outros realizados recentemente sobre a formação social moçambicana no período em análise. Referimo-nos nomeadamente às teses de doutoramento de Adolfo CASAL e de José FIALHO com as quais, de alguma forma, o presente trabalho se articula (<sup>9</sup>).

Maxime nos países africanos e/ou nos que se pretendem em transição para o socialismo, o Estado desempenha um papel fundamental enquanto agente social e de política económica, sendo algumas das principais manifestações da sua acção a definição da estratégia de transformação social e a execução da política económica que a consubstancia (<sup>10</sup>). É nessa medida que a análise destas é crucial pelo que a elas, em especial às que se dirigem ao sector rural, é concedida neste estudo uma importância primordial enquanto núcleo em relação

9. Para isto terão contribuído as inúmeras horas em que o autor, um economista, e os outros autores referidos --- sociólogos e antropólogos simultaneamente --- puderam discutir o processo de transformação social de Moçambique após a independência. Uma parte do que aqui fica é fruto das trocas de conhecimentos que se estabeleceram entre todos. Evidentemente, não é possível responsabilizá-los pelas conclusões que eu próprio retirei.

10. Este aspecto é particularmente bem ilustrado no seguinte esquema [aqui apresentado de uma forma sintetizada] formulado em WRIGHT, Erik O. Class, crisis & the State, Verso, Londres, 1979, pg 27:



ao qual se definem os comportamentos dos diversos grupos sociais em presença, nomeadamente os que mais contribuem para a definir, por um lado, e os que são os seus principais destinatários, por outro.

A nossa análise movimenta-se, pois, nesse terreno complexo que é o da articulação entre a *policy making* e o comportamento dos vários actores sociais --- incluindo o dos que a conduzem ---, o qual é condicionado pelas ideologias dominantes em cada um deles. Daí a ênfase que colocamos na investigação destas, nomeadamente no que concerne aos contornos do socialismo e dos modelos (alternativos) de transição para ele e aos das que têm sido comumente designadas por 'sociedades tradicionais'. Se aqueles são importantes para compreender as acções dos principais agentes da política económica, nomeadamente em relação à transformação do sector agrícola, estas são-no para compreender as reacções dos vários grupos sociais que se movimentam nas comunidades rurais.

É também na especificidade deste *approach* integrador dos níveis macrosocial (leia-se "nacional") e microsocia (leia-se "local") acima referidos que se situa outro aspecto essencial deste nosso trabalho. Este é um aspecto que o distingue de outros mais parcelares, desconhecendo nós a existência de outro que leve tão longe quanto nós a ligação entre um caso concreto (Moçambique, 1975-85) e as concepções teóricas que serviram de base à acção do Estado --- ou, melhor, dos grupos sociais que se constituíram ao seu redor.

Dentro deste quadro e tendo em consideração que o comportamento dos vários agentes sociais se define principalmente em relação ao processo da sua reprodução social, este aspecto desempenhará o papel de um eixo transversal a toda a análise. Note-se que esta poderá ser perspectivada sob três ângulos fundamentais e interligados: um, eminentemente macroeconómico, tem que ver com os esforços que os agentes sociais desenvolvem visando a simples reposição ou o aumento e diversificação da capacidade produtiva instalada (i.e., a acumulação); outra, que é fundamentalmente macrosocial, tem que ver com os esforços de perpetuação e alargamento de influência dos vários grupos

sociais de uma formação social enquanto tal; e a terceira, mais microsocia, refere-se à manutenção ou alargamento do poder económico e social dos indivíduos e das famílias (11) no contexto social em que se inserem e tem fortes pontos de contacto com a sua reprodução biológica. A nossa atenção concentrar-se-á fundamentalmente naquelas duas primeiras vertentes da reprodução.

O estudo das dimensões aqui referidas implica a procura de resposta para inúmeras questões como as que a seguir se indicam a título exemplificativo: que estratégia global de transformação social, particularmente no domínio económico, foi prosseguida? Que feição assumiu ela no tocante ao sector agrícola e à sociedade rural em geral?; porque é que na 'praxis' foi adoptada uma tal estratégia e não outra?; como é que nela se articularam a economia nacional com a economia-mundo em que se insere tendo presente, nomeadamente, a complexa situação geopolítica da região sul da África?; existe compatibilidade entre ela enquanto via e o socialismo enquanto fim? E entre ela e a realidade que pretende transformar?; qual o lugar que cabia a cada grupo social na prossecução de tal estratégia, nomeadamente no domínio da reprodução? Como é que cada um deles reagiu perante ela? Qual foi o papel de facto de cada um deles?; qual a avaliação que se pode fazer dos seus principais resultados no domínio da produção e da reprodução e, designadamente, no das relações entre grupos sociais?

*Last but not least* e constatando desde já as evidentes não-correspondências entre o projecto de sociedade tal como enunciado no discurso da FRELIMO --- nomeadamente no que remete sistematicamente para a chamada 'experiência das zonas libertadas' --- e a realidade da formação social moçambicana no final do período em análise, como será possível justificar tais discrepâncias? O que aconteceu na passagem do discurso e, até, de uma certa prática da FRELIMO-anti-poder-colonial para a praxis da FRELIMO-poder-póscolonial? Que correspondências e que discrepâncias entre a imagem da

11. Naquelas em que elas são um núcleo essencial da organização social como é o caso das sociedades africanas.

realidade (da Frente e da formação social moçambicana e transmitida quer por aquela quer por autores que normalmente defendem teses próximas das suas) e a realidade?

A resposta a estas questões, que aqui aparecem formuladas com grande generalidade e, nesse sentido, aplicando-se principalmente ao nível global da formação social moçambicana tem, evidentemente, que ser procurada particularmente em relação ao processo de transformação das sociedades rurais, nomeadamente aos agentes sociais que de uma forma ou de outra nele são fundamentais --- mesmo que nele não residam como será o caso desse agente social muito especial que é o Estado.

Para terminar este ponto seja-nos permitido chamar a atenção para uma outra característica deste trabalho e que nos é especialmente cara: o facto de, tanto quanto é do nosso conhecimento, ser a primeira vez que na Universidade portuguesa é apresentada --- e por um português --- uma tese de doutoramento sobre a evolução pós-independência de um dos países africanos de língua oficial portuguesa. Dizêmo-lo com algum orgulho, mas queremos repartir os eventuais méritos com o ISEG, nossa 'casa' de sempre e que assume assim, mais uma vez, um papel pioneiro na investigação económica e social em Portugal.

#### A tese

A tese central que pretendemos demonstrar é a de que a economia política da formação social moçambicana no período em referência consistiu principalmente num processo de recomposição social que se caracterizou pela progressiva estruturação de uma "'burguesia' de Estado" (12) constituída em

12. 'Burguesia de Estado', 'classe de Estado', 'classe burocrática de Estado' e outras, são designações alternativas a esta utilizadas por vários autores. Optamos por esta designação por razões que serão explicadas adiante.

torno do que designaremos por "complexo político-burocrático" --- abrangendo os aparelhos político (o Partido FRELIMO) e burocrático (a Administração Pública) mas também as Forças Armadas e as empresas estatais (13).

Esta 'burguesia', servindo-se daquele complexo --- porque no quadro ideológico e político vigente ele era o principal instrumento para tal estruturação social ---, desenvolveu uma estratégia que visou o crescente controlo sobre os mecanismos de produção e de utilização do excedente económico nacional com o objectivo de assegurar a sua própria reprodução social. Duas faces dessa estratégia global foram, por um lado, a constituição de um vasto sector estatal empresarial e, por outro, a condução de uma luta deliberada e a vários níveis contra o modo 'tradicional' --- leia-se "não-capitalista" e não, de forma alguma, "estático" --- de organização social. Isto ficou a dever-se ao facto de ele ser um dos obstáculos fundamentais ao alargamento do poder daquela 'burguesia' por, devido à sua própria natureza, se encontrar algo --- mas não totalmente --- à margem da economia monetarizada, campo privilegiado de acção dessa 'burguesia'.

A esta luta respondeu a grande maioria dos camponeses com estratégias que visaram a defesa de um grau ainda relativamente importante de autonomia no controlo do seu modo de vida e da aplicação do excedente que produzem. Esta autonomia, como veremos adiante (14), é-lhes assegurada pela permanência, ainda que profundamente desestruturada pelo modo de produção capitalista e pelos esforços para promover a transição para o socialismo, de muitas das formas de organização social e da produção características do(s) modo(s) de produção pré-capitalista(s) (15) com este articulado(s).

13. Este 'complexo' é aqui entendido principalmente na sua dimensão institucional, i.e., de órgãos administrativos, políticos ou produtivos. A íntima relação que se estabeleceu entre aquela 'burguesia' de Estado e este 'complexo' leva-nos a, no corpo da tese, utilizar a expressão 'complexo político-burocrático' como equivalente de 'burguesia' de Estado.

14. Vê capítulo IV

15. A utilização da expressão pré-capitalista não implica qualquer julgamento da nossa parte sobre a eventual necessidade e/ou inevitabilidade de que um determinado Modo de Produção preceda historicamente outro ou, dito de outra forma, que a evolução 'natural' do processo social seja o de ao Modo pré-capitalista suceda necessária e inevitavelmente, face a um qualquer determinismo histórico, o do Capitalista. Assim sendo, as expressões pré-capitalista e não-capitalista aparecerão a maioria das vezes como expressões intercambiáveis.

Esta interpretação remete para a questão sugerida atrás de explicar porque é que o poder político instituído, a FRELIMO, que desde sempre foi considerada pela maioria dos autores como tendo tido durante a luta armada uma vivência e uma relação com as populações rurais tão especialmente intensas, veio a dar origem a uma forma de exercício do poder em que, manifestamente, este se apresentou perante as comunidades rurais como um elemento estranho a essas comunidades, procurando impôr-lhes uma dada concepção da organização social que implicava a desestruturação acelerada e assumidamente desejada da organização social 'tradicional'.

Ora, uma ideia complementar da nossa tese central é a de que as causas da constituição e, principalmente, os determinantes do *modus operandi* daquela 'burguesia' têm que ser procurados no seio da FRELIMO dos tempos da luta armada e na própria natureza desta e do tipo de organização militar, de comando de cima para baixo, que lhe esteve associada. A esta raiz do processo há ainda que juntar não só algumas das opções tomadas pelo novo poder quanto à estratégia de transformação económica e social a prosseguir --- estratégias essas que aquele complexo ajudou a configurar ---, mas também alguns fenómenos igualmente presentes em outros países da África Sub-Saariana --- herança colonial, natureza intrínseca do Aparelho de Estado moderno, ligações às formas de organização e de exercício do poder nas sociedades 'tradicionais'.

Aquele primeiro factor, a que nós atribuímos uma especial importância, tem sido quase sempre secundarizado (para não dizer omitido) pelos vários autores que se têm debruçado sobre o 'caso' de Moçambique, em boa parte devido à influência de um certo tipo de 'simpatia militante' que assim tem contribuído, com resultados contraproducentes, para dificultar um conhecimento adequado da realidade moçambicana dos últimos quinze anos. Ressalve-se aqui o esforço de Aquino de Bragança e Jacques Depelchin (16) e que deve ser

16. Vd BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques "From the Idealization of Frelimo to the understanding of the recent history of Mozambique" in African Journal of Political Economy, nº 1, Harare, 1987, pp 162-180. Razões várias levaram a que só tivesse contacto com este texto quando o cerne deste trabalho já estava elaborado pelo que as opiniões por mim expressas, ainda que enquadrando-se nas sugestões dos autores, não foi directamente influenciado por eles.

assumido frontalmente.

É contra este pano de fundo que é necessário ver os principais resultados do processo de transição em Moçambique e que podemos sintetizar dizendo caracterizarem-se, no domínio essencialmente económico, pela redução da capacidade de reprodução das comunidades rurais e, de uma forma geral, da formação social moçambicana e, no domínio essencialmente social e político, quer pela não implementação de um efectivo poder de controlo social pela generalidade das populações --- objectivo pressuposto na luta pela transição para o socialismo e pela construção do "poder popular" (17) --- e pela luta armada que tem afligido aquele país mais intensamente desde 1982.

Ao referirmos aqui a luta armada que tem sido conduzida pela RENAMO não esquecemos que ela tem as suas origens mais directas e evidentes na acção desestabilizadora comandada pela República da África do Sul; remos, porém, que essa acção dificilmente teria atingido as proporções que veio a alcançar se não existissem condições internas para ela se desenvolver --- nomeadamente um evidente descontentamento em relação à política agrária da FRELIMO por ela pôr em causa a dinâmica de reprodução das comunidades rurais e à forma como ela lidou com o poder 'tradicional' e a ideologia característica dessas comunidades.

Estes resultados são principalmente fruto de opções deliberadamente adoptadas nos domínios político, económico e social e não de eventuais 'erros de execução' de uma estratégia que, nos seus princípios fundamentais, estaria correctamente delineada.

De facto, tais 'erros' seriam facilmente previsíveis quer face aos ensinamentos da história de outros países (18) quer face à análise, mesmo elementar, dos dados do problema --- designadamente os de natureza geopolítica e os relativos à estrutura da formação social moçambicana no termo do período colonial.

17. Como se disse atrás, ter-se-á verificado, antes, um controlo do processo social pela referida 'burguesia' de Estado.

18. Nomeadamente a Tanzânia, em que um processo aparentado a este em vários aspectos acabava de entrar em, já na altura, evidente falência quando da independência de Moçambique.

Esta constatação leva-nos a uma outra tese complementar: a de que essas opções, que a *praxis* veio demonstrar estarem erradas sob vários pontos de vista (19), encontram uma das suas raízes na ignorância por parte da FRELIMO (20) dos debates económicos, políticos e ideológicos existentes no seio do socialismo marxista sobre as limitações das concepções estalinista e maoísta de transição para o socialismo e sobre as possíveis alternativas estratégicas, mesmo no quadro deste, para a transformação social. Para esta ignorância terão contribuído a natureza crescentemente militarizada do funcionamento da Frente bem como a influência das concepções ideológicas nela existentes e nas quais foi gradualmente ganhando importância uma variante de concepção do socialismo em que o 'comandismo' de cima para baixo de contornos estalinistas esteve cada vez mais presente.

No limite, sabendo-se que essas opções foram abraçadas num contexto africano caracterizado pelo evidente falhanço das duas anteriores 'ondas' de socialismo e de fervor marxista, elas são por isso, susceptíveis de serem consideradas como sendo, para a época (primeira metade dos anos 70), já como algo ultrapassados. Restrição muito importante, mesmo decisiva, a estas considerações é a que resulta de se reconhecer que também naquela época se estava numa fase ascendente da confiança nas virtualidades do modelo chinês no domínio das políticas de desenvolvimento (21) --- principalmente do de sociedades essencialmente rurais --- e que, a par de outras contribuições, ajudou a cimentar a ideia de que os 'socialismos africanos' anteriores tinham falhado não por excesso de socialismo mas sim por falta dele (22).

19. O menos importante dos quais não é, certamente, o geopolítico.

20. A qual tinha a sua raiz na ideologia estalinista que perfilhava uma parte significativa dos seus principais dirigentes.

21. Mesmo as estratégias que tinham a sua origem em organizações internacionais integradas no sistema das Nações Unidas como eram, por exemplo, a OIT e a UNESCO não escapavam a uma influência de tal modelo. É o tempo, por exemplo, da ênfase nas estratégias do tipo 'satisfação das necessidades básicas' e 'redistribuição com crescimento'.

22. Esta é, nitidamente, a ideia que estava presente na mente de um governante moçambicano quando dizia que em Moçambique a construção do socialismo era possível porque "Samora Machel não é o Nyerere" e porque "não usamos a análise de classes e eles [os governantes tanzanianos, com Nyerere à cabeça - NS] não".

### O método

As exigências próprias ao método científico e a natureza do objecto estudado --- a economia política de uma formação social africana em que reconhecemos à partida a permanência de modo(s) de produção não-capitalista(s) de raiz pré-colonial --- condicionam a metodologia a utilizar na investigação e na apresentação dos seus resultados.

Quanto à investigação sublinhe-se que ela tem por base a extensa bibliografia que segue em anexo e as pesquisas de campo por nós levadas a cabo em Moçambique em 1981-82 e que se centraram principalmente nas regiões de Sabié/Moamba/Maputo e Namialo/Meconta/Nampula.

Daquela bibliografia salientem-se três aspectos particularmente relevantes. Primeiro, o de que procurámos cobrir todas as publicações relevantes com incidência na área temática abordada, incluindo as peças mais importantes sobre o processo social da República Popular de Moçambique no período analisado. A excepção importante ao que ficou dito, é a bibliografia que sobre este tema existe em línguas a que não temos acesso directo, especialmente a alemã.

Segundo, o conjunto de materiais primários que foi possível consultar não é em maior número porque, ao tempo do trabalho de recolha deste tipo de material, as dificuldades colocadas em Moçambique à divulgação de informação de natureza socio-económica eram muito grandes (23).

Por fim, ainda em relação às fontes bibliográficas, uma questão tem de ser salientada desde já: a da crítica das fontes. Este aspecto é especialmente importante num trabalho como este em que a documentação produzida pelo principal agente da política económica e do processo social --- neste caso a FRELIMO --- é uma fonte fundamental para análise desse mesmo processo, particularmente de uma ou outras das suas vertentes como são os casos da

23. Exemplo disso eram as restrições, tocando as raízes do caricato, que a direcção científica do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane então colocava quer à circulação de muitas das suas publicações quer à utilização do seu acervo bibliográfico. Tais limitações incluíam mesmo quem, como o autor destas linhas, tinha o estatuto de investigador associado do CEA/UEK.

história da Frente durante o período da luta armada, da vida nas chamadas 'zonas libertadas' e da política de transformação social prosseguida já depois da independência.

Chamamos particularmente a atenção para esta problemática porque ela constituiu uma das nossas preocupações centrais e por ser um dos aspectos que distinguem este trabalho dos de outros autores que não tiveram, em relação às fontes em questão, a perspectiva crítica e o distanciamento que tal tipo de informação exige (24). A preocupação de olhar criticamente aquelas fontes é de tal ordem que quase se poderia dizer que um dos objectivos deste trabalho é exactamente o de tentar compreender quais as causas profundas da evidente dissonância entre o discurso nelas contido e a praxis levada a cabo.

Destaque-se, por outro lado, a necessidade de optar por uma óptica interdisciplinar já que no contexto da economia política muitas das fronteiras tradicionalmente fixadas entre as diversas disciplinas perdem algum do seu sentido porque algo arbitrárias e impeditivas da perfeita compreensão de um processo que embora multifacetado é uno na sua essência.

Esta perspectiva interdisciplinar permite/exige a utilização de contribuições de cada uma das disciplinas envolvidas em estudos desta natureza (economia, história, sociologia, ciência política, antropologia, etc) devido às influências mútuas que se geram entre elementos estudados parcelarmente por um ou vários dos ramos das ciências sociais --- o que dificulta, por vezes, a percepção do todo que é o processo histórico. No entanto, a natureza do trabalho e a formação base do autor obrigam a que seja dado um papel central à Economia e, dentro desta, à Política Económica.

Ponto fundamental em qualquer análise com bases científicas é o da definição dos conceitos utilizados. Refiram-se a título de exemplo os de economia política, modo de produção e formação social, reprodução e classes.

24. Em relação a esta necessidade de proceder a uma crítica das fontes e de ter em relação a ela o necessário distanciamento é exemplar, pela negativa, MORSELOW, Barry Mozambique: the revolution and its origins, Longaco, Londres, 1983. Exemplar ainda, na altura pela forma frontal como coloca esta questão, é BRAGANÇA, Aquino e BESLECHTE, Jacques "From the idealization ...", op. cit.

Se em relação ao de economia política o que ficou dito atrás nos parece suficiente para delimitar o seu âmbito tal como o entendemos aqui, já os outros --- bem como muitos outros não referenciados atrás --- terão que ser definidos cabalmente. É o que faremos na introdução da Parte I, aquela em que se alinham as principais contribuições teóricas que servem de suporte a este estudo.

Com consequências também no domínio metodológico, há uma questão que se coloca quando, como é o caso, o que está em causa é a análise de um processo histórico concreto. Trata-se de saber se ao cientista social é permitido ultrapassar a análise dos mecanismos desse processo e emitir um juízo de valor sobre ele ou, melhor, sobre a acção de um dos seus principais agentes, o Estado ou, melhor, os grupos sociais que em torno dele se movem --- o que levanta, desde logo, a questão de saber qual o(s) 'pano(s) de fundo' em relação ao qual esse juízo é emitido. A nossa resposta a esta questão é positiva. Há, pois, que definir qual é aquele 'pano de fundo' para poder emitir tal juízo de valor.

Para nós ele é duplo: por um lado, há que julgar o processo ou, melhor, aquela acção, quanto à sua capacidade de melhorar as condições de vida das populações --- é este, afinal e em última instância, o derradeiro critério de validação de qualquer política de transformação económica e social devendo subordinar-se-lhe o da sua capacidade de se auto-reproduzir. Por outro lado, há que julgá-la face ao modelo de organização social que ela se propunha alcançar.

Uma tal tarefa obriga a definir o que será uma "melhoria das condições de vida das populações" e, devido ao caso concreto em análise, os contornos do modelo socialista de organização social. Note-se, por um lado, que aqueles aspectos não são, de forma alguma, independentes entre si, e que, por outro, as "melhorias" e "contornos" devem ser procurados quer em termos 'ideais' quer em termos das concepções prevaletentes no quadro da formação social em análise. Nenhuma destas tarefas é fácil.

Quanto àquela melhoria, saliente-se que assumimos que num determinado momento histórico ela, além de ter muito de subjectivo, de pessoal, também depende de características tão pouco generalizáveis como são a cultura de cada população e, até, as condições ambientais em que ela vive (25). Assim, aquilo que num determinado momento histórico é uma "melhoria" para populações com a tradição cultural do Ocidente pode não o ser nem para essa mesma população noutra momento da sua evolução histórica nem no quadro da cultura das populações negro-africanas, por exemplo.

A situação concreta do país, principalmente a partir de 1982-83, com a guerra, a fome e a morte de tantas centenas de milhares de habitantes --- há previsões que referem quase um milhão de mortos (26) --- é de tal maneira dramática que, quanto àquela primeira perspectiva, o juízo de valor não poderá deixar de ser negativo. Tal juízo é independente do que se possa pensar sobre a forma socialista de organização social, do conhecimento das causas da situação (designadamente de saber se entre elas se contam as políticas que visaram a tentativa de implementação daquele modelo) e, evidentemente, do juízo negativo que merece qualquer situação colonial.

Quanto à segunda, por não existir unanimidade entre os autores sobre o que será o modelo de uma sociedade socialista 'ideal' nem sobre quais os caminhos que a ela poderão conduzir, não são muitas as tomadas de posição que permitam delinear tais contornos.

De qualquer forma, para emitir aquele juízo de valor torna-se necessário tentar definir as características essenciais daquele modelo de sociedade socialista e de vias que historicamente têm sido tentadas ou simplesmente sugeridas para a prosseguir.

Mas não é só devido às necessidades decorrentes da avaliação dos resultados do processo que se torna necessária a caracterização do modelo de organização social socialista e das várias vias possíveis para a edificar. Mais importante é, nomeadamente em relação a estas últimas, o facto de elas

25. Neste sentido, basta salientar que os valores de vários indicadores de 'bem estar' e de nutrição poderão ser diferentes conforme o clima de uma região.

26. Vê jornal Expresso, 5/7/1991, p. 612.

constituírem um 'pano de fundo' contra o qual tendem a definir-se as opções concretas de cada país neste domínio quando confrontado com a tarefa da transição para o socialismo.

Ora, uma das hipóteses iniciais do nosso trabalho que justifica a inclusão dos três capítulos iniciais, é a de que a compreensão das opções tomadas no domínio da estratégia e da política económicas no caso em análise --- e, conseqüentemente, a compreensão do processo social como um todo --- é mais fácil e completa se essas opções forem vistas no quadro da tradição do pensamento sobre a transição para o socialismo de inspiração marxista e das práticas historicamente observáveis em tentativas de aplicação deste pensamento. Tal hipótese, que demonstraremos verificar-se na realidade, tem como base inicial a experiência histórica de outros países que, após a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, tentaram a transição para o socialismo bem como o resultado das indagações preliminares sobre o processo moçambicano.

De realçar que este(s) processo(s) e aquele modelo procuram conjugar duas dimensões analiticamente distintas mas que na realidade o não são: por um lado, a da transformação das relações sociais de produção com modificação do 'modo material de produzir' e do 'tipo' de produção; por outro, a do crescimento dos níveis de produção de modo a melhor satisfazer as necessidades da generalidade da população, nomeadamente a dos estratos sociais mais desfavorecidos no seio da(s) antiga(s) forma(s) de organização social.

Com conseqüências igualmente no domínio metodológico, da hipótese inicial da permanência na estrutura da Formação Social Moçambicana de elementos de modo(s) de produção não-capitalista(s) --- hipótese que a investigação efectuada por outros permitiu verificar (27) --- resultou a necessidade, que se procurou satisfazer com a inclusão do Capítulo IV, de inquirir da forma como é que no quadro das formações sociais africanas em geral e da Formação Social Moçambicana em particular se combinam elementos dos diversos modos de produção em presença. Especial importância é de dar à forma como histórica-

27. Destaque-se neste domínio e para os tempos mais recentes, as contribuições de José FILHO, Adolfo CASAL e Christian SEPTAN referidas na bibliografia.

mente essa conjugação se verificou e quais os seus reflexos na estrutura económica, por um lado, e na estruturação das classes --- nomeadamente na luta de classes ---, por outro.

### *O conteúdo*

Reflectindo as necessidades decorrentes quer da metodologia de investigação exposta quer da exposição dos seus resultados, o trabalho que se segue encontra-se organizado em duas partes fundamentais.

Na PARTE A procurou-se apresentar o fundamental das contribuições teóricas necessárias ao estudo do objecto proposto com o objectivo indicado, estudo esse que se desenvolverá ao longo da PARTE B.

Na primeira parte incluem-se os quatro primeiros capítulos.

A inclusão dos três primeiros já foi justificada atrás com a necessidade de ver o processo social moçambicano contra o pano de fundo das concepções sobre o conteúdo do socialismo e das estratégias que visam assegurar a sua implementação.

No Capítulo I, em que procuramos determinar quais são os principais contornos do socialismo enquanto modelo de sociedade a implementar e quais são as suas problemáticas fundamentais enquanto processo, defendemos que o 'cerne', o 'núcleo duro', do socialismo é o controlo efectivo dos meios de produção pelos produtores directos. Este controlo, não confundível com a simples propriedade jurídica, é entendido não como um fim em si mesmo mas sim como instrumento do controlo sobre os mais diversos aspectos do processo social, designadamente as relações de produção e o tipo dessa produção.

Dada a relevância fundamental que o sector agrícola tem tido nos processos concretos de transição procuramos determinar também quais têm sido as análises que os autores marxistas fizeram sobre este sector produtivo.

Não se pensando ser necessário fazer aqui uma análise exaustiva do pensamento socialista mas apenas o da sua matriz que tem enformado os processos concretos --- incluindo o que é objecto do estudo --- que se reivindicam da transição para o socialismo, limitamo-nos à análise do socialismo de raiz marxista.

Com o objectivo de determinar quais as 'lições da experiência', analisaremos, no Capítulo II, dois dos processos de transição para o socialismo que mais marcaram as concepções sobre a transição e as demais experiências históricas; os processos da URSS e da China Popular.

Neste capítulo é dada uma ênfase muito especial à análise do 'modelo soviético' prosseguido a partir de Estaline no processo de transição da URSS (28). Tal facto deve-se, entre outras razões especificadas mais adiante (29), ao facto de, como procuraremos demonstrar, ter sido muito significativa a influência que este modelo --- também designado 'modelo estalinista' --- teve na configuração da estratégia de transição prosseguida em Moçambique no período em análise e, por arrastamento, na configuração do modelo de socialismo que se procurou implementar.

Conclusões importantes da análise mais cuidada do processo de transformação social na URSS pós-Revolução de Outubro são, por um lado, a inexistência, demonstrada pela riqueza e diversidade do 'debate dos anos 20' que aí ocorreu, de 'modelos únicos' para o processo de transição socialista e, por outro, a existência de limites intrínsecos ao 'modelo estalinista' que impossibilitam encará-lo como susceptível de conduzir ao socialismo como o definimos.

28. Conscientes de que o 'modelo estalinista', tal como aplicado na URSS, foi, ele próprio, o produto de uma determinada evolução histórica, desenvolvemos em texto autónomo uma análise de que foi esse processo e das diversas estratégias alternativas que estiveram em debate nos anos 20 na União Soviética. VJ SERRA, A. M. de Almeida Processo económico-social e estratégias de transição na URSS: das origens a Estaline, (manuscrito), Setúbal, 1985. Nele se historiciza a evolução do pensamento e da prática política e económica de Lênine bem como as contribuições de autores tão importantes como Bucarino, Preobrajensky, Shaniin e Bazarev para a procura de uma estratégia de transição para a Rússia dos anos 20. Nele se salientam, nomeadamente, duas teses que têm algo de complementar: a de que a evolução do pensamento de Lênine o tinha levado, pouco antes da sua morte no início de 1923, a definir os traços gerais de uma estratégia que, ao reconhecer o papel fundamental da cooperativização (diferente de "estatização") da produção camponesa estava bem longe da que Estaline veio a seguir e a de que as estratégias defendidas por Bucarino, Shaniin e, principalmente, por Bazarev, continham em si virtualidades que as tornavam mais próprias à transição para o socialismo como nós o definimos do que as de Preobrajensky e Estaline e seus seguidores.

29. VJ o texto de início do Capítulo II.

Com o mesmo objectivo da análise feita no Capítulo II estudar-se-ão no Capítulo III as contribuições de alguns autores que, ainda que não tenham resultado directamente de processos históricos concretos como é o caso da URSS ou da China, pretendem apresentar-se como alternativas às estratégias que resultam destes --- mesmo que por vezes só parcelarmente divirjam deles.

No Capítulo IV o objectivo é o de apresentar o instrumental teórico que nos habilita a compreender a economia política das formações sociais africanas enquanto interacção que são de diversos modos de produção e, simultaneamente, a compreender e, se possível, antever a forma como essas formações sociais no seu todo e, particularmente, os seus vários grupos sociais respondem ao processo de transição para o socialismo. Dado o papel fundamental que o Estado desempenha na condução desse processo e tendo em atenção a sua importância no seio das formações sociais africanas actuais é importante caracterizar também o papel deste agente social enquadrando-o no processo social conjunto.

Na PARTE B desenvolve-se a análise do processo histórico da formação social moçambicana no período em referência. Sendo este processo o produto da convergência das influências sofridas do processo histórico tal como decorreu no período anterior e das que resultam da ideologia do poder que comanda o processo de transição, a FRELIMO, na Secção I abordamos sucessivamente, nos Capítulos V e VI, os antecedentes históricos da Formação Social Moçambicana no final do período colonial e os antecedentes da FRELIMO ou, melhor, a sua evolução político-ideológica durante o período da Luta Armada.

É no Capítulo V que, entre outros aspectos relevantes, será realçado o enquadramento internacional de Moçambique na época da Independência, particularmente a sua dependência estrutural --- p.ex. em relação à acumulação --- em relação à economia sul-africana.

No Capítulo VI o estudo da evolução da FRELIMO durante o período de luta armada ajudar-nos-á a demonstrar que a crescente militarização desta organização --- resultado da crescente subordinação das vertentes mais civis da luta e da acção da Frente às estruturas militares --- tem fortes responsabilidades na estruturação de um '*modus operandi*' que privilegia a linha de 'comando de cima para baixo' que se desenvolverá após a Independência.

Na Secção II analisaremos em primeiro lugar (Capítulos VII e VIII) a evolução do processo social em Moçambique, em particular no mundo rural, de modo a determinarmos quais são as grandes linhas de força dessa evolução numa perspectiva de Economia Política e quais os elementos que melhor a explicam. Nestes capítulos será abordada igualmente a evolução da envolvente externa relevante para a análise.

No Capítulo IX, o que encerra a análise do período por nós delimitado como centro da nossa atenção, estuda-se como é que os elementos explicativos fundamentais identificados nos dois capítulos anteriores se reflectem e reforçam num dos domínios mais característicos da organização social e espacial das populações rurais, as Aldeias Comunais. Simultaneamente procura-se enfatizar a forma como aquelas populações reagiram a tais elementos.

Concluiremos com o Capítulo X. Nele integramos algumas das conclusões susceptíveis de serem tiradas do nosso estudo e que nos merecem um destaque mais especial. Graças às referências que nele se fazem às grandes linhas da evolução do processo económico moçambicano após 1985 e ao enquadramento destas nos resultados da análise a que se procedeu, ele surge também como uma verdadeira ilustração *a posteriori* das consequências que a nossa análise deixa antever.

A completar o nosso trabalho apresentaremos dois Anexos.

No Anexo 1 apresentaremos informações genéricas sobre o país, designadamente sobre as suas características físicas e geográficas.

No documento que apresentamos no Anexo 2 é possível ver descrita, nos seus traços fundamentais, aquela que terá sido uma das primeiras contribuições elaboradas em Moçambique para a definição da estratégia de desenvolvimento e transformação social que se deveria prosseguir. Não sendo embora nem um documento oficial do Partido Frelimo ou do Governo nem um 'documento guia', mesmo que informal, da formulação e acompanhamento da política económica prosseguida, várias fontes auscultadas confirmaram que nele estão sintetizadas as linhas mestras da estratégia que esteve na base da acção das autoridades económicas centrais e dos que estiveram encarregados de executar, ao nível médio e superior, a política económica definida. Esta influência terá sido facilitada pelo facto de as suas linhas fundamentais terem sido as que, naquela época, inspiraram a difusão das concepções marxis-

tas na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, forja de muitos dos que vieram a desempenhar papel de mais relevo na condução e execução nos níveis superiores da política económica do país.



P A R T E A

Elementos teóricos da análise



## PARTE A

### INTRODUÇÃO

Tal como anunciado na Introdução geral, esta Parte A inclui o fundamental das contribuições teóricas necessárias ao estudo do objecto que nos propomos estudar na Parte B.

A presente Introdução serve para esclarecer o conteúdo de dois conceitos que, devido à sua importância nas análises de processos sociais inspiradas no marxismo, perpassam todo o trabalho e que, por isso, convém definir desde já: o de classe e o de reprodução.

Outros três conceitos poderiam eventualmente ser abordados aqui: os de modo de produção, de formação social e de articulação de modos de produção. Os dois primeiros são originalmente característicos do pensamento marxiano na sua tentativa de compreender o funcionamento e a evolução das sociedades da Europa Ocidental do seu tempo e conseqüente caminho para outra forma de organização social, o comunismo. Como no Capítulo I abordamos especificamente a problemática da caracterização deste, remetemos para ele (ponto I.1) a explicitação do significado de tais conceitos. O terceiro, que retoma e flexibiliza decisivamente os dois primeiros, é por nós utilizado no quadro da caracterização das formações sociais africanas e das comunidades rurais que as compõem, será aprofundado no capítulo em que faremos tal caracterização --- o Capítulo IV.

O conceito de classe não surge definido de uma forma inequívoca na obra dos 'pais do marxismo', Marx e Engels. Em Marx, por exemplo, ele surge umas vezes ligado à raça, outras à cultura, outras ainda à profissão ou ao nível de vida (1).

1. Vd. MASSET, Pierre Pequeno dicionário do marxismo, Inova, Porto, [1970], pp 27

O número das classes é, também ele, variável de texto para texto de Marx (2) dependendo do objectivo da análise que ele se propõe fazer e das características de cada formação social analisada sendo que é nos momentos em que a sua análise se afasta mais da de formações sociais concretas e se aproxima da análise dos modos de produção puros que ele tende a reduzir o número de classes em presença e a enfatizar um certo dualismo entre uma classe possidente /exploradora /dominante e uma classe não-possidente /explorada /dominada que no modo de produção capitalista serão, respectivamente, a burguesia e o proletariado.

Tudo isto aponta para a dificuldade em definir de uma forma precisa o conceito de classe.

Em *O 18-Brumário de Luís Bonaparte* (3), Marx parece apontar para uma sua definição relativamente precisa ao referir-se às famílias camponesas da seguinte forma:

"Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições económicas que as separam umas das outras e opõem o seu género de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade, elas constituem uma classe." (4)

Como se pode verificar, neste texto parece que "género de vida", "interesses" e "cultura" são ingredientes suficientes para identificar uma classe como autónoma em relação a outras. Esta ideia é, no entanto, desmentida logo de seguida pelo próprio Marx ao salientar que a este elemento 'classe em si' há que adicionar o elemento 'classe para si' --- que se encontra ligado à existência explícita da consciência de classe e de uma organização política para defesa dos seus interesses --- para que se possa falar em classe social:

2. Vd "Classes sociales" in *Encyclopédie Universalis*, vol 4, pg 593

3. Vd MARX, K. e ENGELS, F. *Oeuvres Choisies*, Ed. du Progrès, Moscovo, 1975, pg 175

4. Vd *Idea*, pg 173/4

"Mas elas não constituem uma classe na medida em que não existe entre os camponeses parcelares senão uma ligação ao nível local e em que a semelhança dos seus interesses não cria entre eles nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional nem nenhuma organização política." (5)

Mais importante, ainda que omissa nesta citação, toda a obra de Marx e dos marxistas em geral aponta para a situação das pessoas em relação ao seu lugar no processo de produção como elemento determinante --- mas não Único --- da pertença de classe.

É nesse sentido que aponta Lênine ao dizer que

"Chamam-se classes a grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (muitas vezes fixada e consagrada nas leis) em relação aos meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, portanto, pelos modos de obtenção e importância da parte de riquezas sociais de que dispõem. As classes são grupos de homens em que um se pode apropriar do trabalho do outro devido ao diferente lugar que ele ocupa numa estrutura determinada da economia social." (6)

É este, genericamente, o conteúdo que atribuímos ao conceito de classe ao longo deste trabalho. Em sentido semelhante aponta WRIGHT (7), o qual, tal como decorre da última frase de Lênine na citação anterior, acentua a importância central da existência de exploração para a definição das classes sociais.

Aos elementos infraestruturais --- i.e., relativos à esfera económica --- da definição de classe social tal como apresentada por Lênine é usual, no entanto, adicionar os elementos de natureza superestrutural ---

5. Vd *Idea*

6. Vd LÊNINE "A grande iniciativa" in *Idea Œuvres*, (t. 29), Éd. Sociales, Paris, 1973, pg 425

7. Vd. WRIGHT, Erik Olin *Classes*, Verso, Londres, 1985. Este autor assenta a sua própria concepção sobre a centralidade da exploração na definição das classes sociais na obra de ROSENBERG, John *A general theory of exploitation and class*, Cambridge UP, Cambridge, MA/USA, 1982. Mais adiante faremos uma análise mais cuidada das teses de WRIGHT sobre as classes sociais já que, no essencial, as adoptamos aqui.

política e ideológica --- para que o próprio Marx já remetia ao referir-se quer ao papel da cultura como elemento que serve para diferenciar uma classe em relação a outra quer à necessidade de existência de um mínimo de organização política das classes para que o sejam verdadeiramente.

Se concordamos com o facto de determinadas classes tenderem a enfatizar certos aspectos culturais em detrimento de outros mais valorizados por outras classe --- neste sentido uma cultura proletária terá aspectos que a distingam de uma cultura burguesa ---, já a exigência da presença de uma organização política que represente os interesses de um grupo social para que ele possa ser considerado como uma classe autónoma nos parece exagerada. Daqui resulta que para nós, tal como salienta Poulantzas,

"não é necessária [a presença] de uma 'consciência de classe' própria e de uma organização política autónoma das classes em luta para que a luta das classes tenha lugar em todos os domínios da realidade social." (8) [Itálico de Poulantzas - A.S.]

Para completar a construção do conceito de classe é útil distinguir entre os lugares de classe --- i.e., os vários conjuntos de condições sociais de existência --- e os agentes sociais que os ocupam (9) sendo que o que está aqui fundamentalmente em causa são as características daqueles lugares. Na sua definição intervem fundamentalmente (mas não exclusivamente), como sua determinante, a situação das pessoas no processo de produção (10). Isto implica que tais características dependerão do modo de produção em que forem definidas e, no caso das formações sociais concretas, principal mas não exclusivamente do modo de produção que nelas dominar.

Na sequência da nossa aderência, no essencial, à concepção de Lênine sobre o conceito de classe e da constatação da proximidade, em relação a ela, da concepção de WRIGHT, adoptamos aqui o essencial das concepções deste

8. Vd POULANTZAS, Nicos Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, Seuil, Paris, 1974, pg 13

9. Vd POULANTZAS, Nicos "As classes sociais" in POULANTZAS, Nicos Teoria das classes sociais, Ed. Escorpião, Porto, 1976, pg 65.

10. Vd *Ibidem*, pg 7

autor quanto à estrutura de classes dos modos de produção (11) que ele identifica como sendo os que existiram, existem ou se perfilam historicamente como sendo possíveis nas formações sociais actuais (12): o feudalismo, o capitalismo, o estatismo, o socialismo e o comunismo (13).

Pondo de parte a preocupação patente em autores como Poulantzas (14) de dispôr de 'buracos' [= classes] onde colocar todo e qualquer membro da sociedade, WRIGHT optava, em obra anterior (15), por definir nas sociedades capitalistas actuais, mais desenvolvidas, três classes com fronteiras bem demarcadas com base na posição face ao processo de produção e às relações de produção que lhe estão inerentes: duas, a burguesia e o proletariado, são definidas no quadro do modo de produção capitalista e uma terceira, a pequena burguesia, no quadro da produção mercantil simples.

Paralelamente, definia um conjunto de "lugares objectivamente contraditórios no seio das relações de classe" a que concedia o direito a serem analisadas autonomamente, por direito próprio, sem a preocupação de que tivessem uma qualquer pertença de classe --- mas tendo comportamentos específicos que os colocam entre as várias classes e que se podem aproximar ora de uma ora de outra consoante a conjuntura social.

11. O autor usa indiferentemente as expressões "modo de produção" e "tipo de estrutura de classes". Vd., p.ex., os quadros 3.2 e 3.4, pgs 83 e 89 da obra citada.

12. Em rigor, deveria acrescentar-se aqui a expressão "ocidentais" ou, pelo menos, "de tradição judaico-cristã". De facto, toda a sua análise teórica é desenvolvida tendo em vista a análise da estrutura de classes de países como os Estados Unidos, a Suécia e outros países europeus "ocidentais", de capitalismo avançado e onde foi conduzida, com base nas suas concepções uma análise empírica.

13. Vd. op. cit., pg 82 e segs.

14. Vd. POULANTZAS, Nicos "As classes sociais" op. cit., Idem, Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, op.cit. e Idem, Poder político e classes sociais, (2 vols), Portucalensé, Porto, 1971.

15. Vd. WRIGHT, Erik Olin Class, crisis and the State, Verso, Londres, 1979.

Para WRIGHT estavam neste caso os *managers* das empresas e os supervisores --- colocados entre a burguesia e o proletariado ---, os "pequenos-empregadores" --- entre a burguesia e a pequena burguesia --- e os trabalhadores assalariados semi-autónomos --- entre o proletariado e a pequena burguesia (16).

Para além destas situações todas elas tendo como ponto focal as relações de produção que se estabelecem no capitalismo, WRIGHT define também um conjunto de posições na estrutura social que não são directamente determinadas pelas relações de produção.

Destes --- donas de casa, estudantes, pensionistas, desempregados/ /beneficiários da assistência social e empregados nos aparelhos políticos e ideológicos --- interessa-nos aqui apenas o último grupo pois os seus membros poderão, segundo a sua colocação no seio desses aparelhos, adoptar posições que WRIGHT identifica como sendo:

- "a) posições burguesas envolvendo o controlo sobre a criação das políticas estatais [...]. Exemplos incluem as posições de topo da burocracia do Estado, as Igrejas, Universidades e outras instituições semelhantes;
- b) lugares contraditórios envolvendo a execução das políticas estatais e a disseminação da ideologia. Exemplos incluem um polícia e um professor;
- c) posições proletárias envolvendo a completa exclusão quer da criação quer [do controlo] da execução das políticas estatais e da ideologia." (17)

WRIGHT veio, mais tarde, a modificar as suas concepções aqui sintetizadas (18) de uma forma que nos parece mais satisfatória e que aqui perfilhamos.

16. Vd WRIGHT, E. O., op. cit., pg 61-63

17. Vd WRIGHT, E. O., op. cit., pg 95-96

18. Para uma boa descrição daquilo que o próprio autor designa como uma "biografia do conceito de localizações contraditórias de classe" bem como das razões que o levaram a alterar as suas concepções iniciais vd. os capítulos 2 e 3 de WRIGHT, E.O. Classes, op. cit., pg 15-63.

Aspecto essencial da revisão das suas concepções foi o da assumpção do papel central da existência de exploração --- definida como "uma apropriação opressiva dos frutos do trabalho de uma classe por outra" (19) --- para a definição das classes sociais. Nas suas concepções anteriores esta centralidade da exploração era iludida na prática por uma maior ênfase na dominação (20).

Reconhecida esta, a tarefa que se coloca é a de identificar o principal recurso produtivo de cada forma de organização social (i.e., de cada modo de produção) e os mecanismos pelos quais, no quadro de cada uma delas, tal exploração é levada a cabo com "base (...) nas relações de efectivo controlo (i.e., a real propriedade económica) sobre os recursos ["assets" no original - AS] produtivos" (21).

Tais recursos e mecanismos, bem como as suas consequências em termos de definição das classes de cada modo de produção, são sintetizados pelo autor no quadro seguinte:

19. Vd. WRIGHT, Erik Classes, Verso, Londres, 1995, pg 77.

20. Vd. Idea, op.cit., pg 56.

21. Vd. WRIGHT, E. O. Classes, op. cit., pg 72. Ainda sobre a questão da propriedade económica o autor diz logo adiante (pg 73):

"O que agora me parece claro é que definições de classes em termos de relações de propriedade não devem ser identificadas com definições estritamente baseadas no mercado ["market-based definitions" no original - AS]. As definições de classes baseadas nas relações de propriedade não as definem em relação a partes do rendimento, em relação aos resultados de transacções no mercado, mas pelos recursos produtivos que as classes controlam e que as levam a adoptar certas estratégias no quadro das relações de troca e que determinam, por sua vez, os resultados dessas transacções."

| Tipo de estrutura de classe | Principal recurso desigualmente distribuído | Mecanismo de exploração   | Classes                                    |
|-----------------------------|---|---|--|
| Feudalismo                  | Força de trabalho                           | Extracção coerciva  | Senhores e servos de excedente de trabalho |
| Capitalismo                 | Meios de produção                           | Troca no mercado de força de trabalho e mercadorias                         | Capitalistas e trabalhadores               |
| Estatismo                   | Organização                                 | Apropriação e distribuição do excedente planeadas com base na hierarquia    | Managers/burocratas e não-managers         |
| Socialismo                  | "Skills"                                    | Redistribuição negociada do excedente (dos trabalhadores para os "experts") | Especialistas e trabalhadores              |

Fonte: WRIGHT, E. O. Classes, op. cit., pg 83, Quadro 3.2

Mas esta estruturação em classes dos diversos modos de produção não resolve um dos problemas fundamentais que WRIGHT procura resolver: o do carácter de classe das "classes médias" --- as plicas são do próprio WRIGHT.

Tinha sido a sua busca de uma solução para este problema que o levava ao conceito de "localizações contraditórias no seio das relações de classe" e é ela ainda que o leva agora a rever a sua posição inicial no sentido de definir "localizações contraditórias no seio das relações de exploração". Vejamos primeiro quais são estas e quais os seus fundamentos para depois realçarmos o que aproxima ambos os conceitos e o que os distingue.

WRIGHT distingue dois fundamentos para o aparecimento destas "localizações de classe não-polarizadas" (22). Por um lado, a possibilidade de

22. As "relações polarizadas" são as que se estabelecem entre as duas classes fundamentais de cada modo de produção --- no caso concreto do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Estas relações "não-polarizadas" são principalmente características dessa combinação de modos de produção que tendem a ser as várias sociedades, nomeadamente a sociedade capitalista. *Id.* op. cit., pg 87.

existência de grupos sociais que não sejam nem explorados nem exploradores, possibilidade que ele ilustra com o caso de "um produtor pequeno burguês, trabalhando por conta própria, sózinho e dispondo do stock médio de capital" (23). Este tipo de posições constituem a "'velha' classe média".

Por outro, "as posições que são exploradoras segundo uma dimensão e exploradas segundo outra", como é o caso dos assalariados altamente qualificados e bem remunerados. Estes são capitalisticamente explorados por não deterem recursos em capital mas, ao mesmo tempo, são "skill-exploiters" já que, devido à sua grande especialização, tendem a obter um salário superior ao que seria justo para pagamento do custo de obtenção de tais "skills" --- o que constitui uma como que 'renda' a acrescer ao salário 'normal' e que é retirada ao excedente económico produzido por outros grupos sociais sendo, por isso, uma manifestação de exploração desses grupos, particularmente o dos produtores directos. Estes grupos constituem a " 'nova classe média' ".

Prosseguindo a utilização dos mecanismos de exploração como instrumento da delimitação das classes sociais, WRIGHT identifica aquelas que ele designa como sendo "as duas relações subordinadas de exploração características da sociedade --- os recursos organizativos ["organizational assets" no original -- AS] e os que ele identifica como sendo do tipo "skill/credential".

É com base nestes princípios que ele constroi o seguinte quadro dos tipos de "localizações de classe na sociedade capitalista":

23. Vd WRIGHT, E.C. Classes, op. cit., pg 86

| Recursos em meios de produção  |  |                                       |                                    |                                  |                          |
|--|--|---------------------------------------|------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Proprietários de meios de produção   | ----- Não-proprietários [assalariados] ----- |                                       |                                    |                                  |                          |
| É proprietário de capital suficiente para pagar a trabalhadores e não trabalhar  | 1 Burguesia                                  | 4 Managers                            | 7 Managers semi-credenciados       | 10 Managers indiferenciados      | } recursos organizativos |
| Ideu, mas tem de trabalhar   | 2 Pequenos empregadores                      | 5 Supervisores                        | 8 Supervisores semi-credenciados   | 11 Supervisores não-credenciados |                          |
| Tem capital suficiente para trabalhar para si mas não para pagar a trabalhadores | 3 Pequena burguesia                          | 6 Especialistas não-managers          | 9 Trabalhadores semi-especialistas | 12 Proletários                   |                          |
|  |  | +                                     | >0                                 | -                                |                          |
|  |  | ----- "Skill/credential assets" ----- |                                    |                                  |                          |

Fonte: WRIGHT, E.G. *Classes*, op. cit., pg 88 (quadro 3.3)

Embora as designe agora por localizações contraditórias "no seio das relações de exploração" e não já "no seio das relações de classe", é o próprio autor que chama a atenção para o facto de o essencial ser estar-se ainda perante "localizações contraditórias". Esta designação pretende realçar que se trata de grupos sociais com "interesses contraditórios relativamente a cada uma das formas primárias de luta de classes no seio da sociedade capitalista, a luta entre trabalho e capital" (24). Isto é assim por, por um lado e tal como os trabalhadores, não serem detentores da propriedade dos meios de produção, mas, por outro, deterem o controlo efectivo dos recursos organizativos e em "skills", o que os coloca numa posição de oposição aos interesses dos trabalhadores.

24. *Ideu*, op. cit., pg 87

Tomando como base estas concepções de WRIGHT, poderemos dizer que existirá uma regra tendencial no sentido de que quanto mais elevada fôr a posição na hierarquia social i.e., quanto maior for o grau de controlo do sistema social que os não-proprietários detiverem, maiores serão as possibilidades de as posições assumidas se aproximarem das burguesas.

É por isso que, no que respeita aos não-proprietários que exercem o seu controlo social fundamentalmente através do Aparelho de Estado --- incluindo os seus "aparelhos ideológicos" ---, optamos pela expressão "'burguesia' de Estado" --- com o termo burguesia entre comas já que não se trata verdadeiramente de uma burguesia pois não é proprietária dos meios de produção. Afinal, não é verdade que, como salienta BAYART, "'burgueses' e 'burocratas' andam nos mesmos Mercedes, bebem o mesmo champanhe, fumam os mesmos cigarros e se encontram nas salas VIP dos aeroportos" (25) ?

Mais difícil parece ser a utilização do referencial de WRIGHT, construído principalmente a partir da análise da estrutura de classes do capitalismo avançado, para explicar a posição da maioria da população rural de sociedades em que é ainda muito forte a presença de elementos característicos do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s).

Esta dificuldade exige uma análise mais cuidada do problema, a efectuar adiante (26). Adientemos desde já, porém, que aquelas concepções são úteis mesmo quando a estrutura social daquele tipo de sociedades é explicada, como nós faremos, com recurso às teorias sobre articulação entre o MPC e este último tipo de modos de produção.

Outro conceito fundamental que perpâssa toda a análise dos processos sociais é o da reprodução desse mesmo processo. Quanto ao essencial do seu conteúdo consideramos suficiente o que ficou dito acima (27). Ligado a ele

25. Vd BAYART, Jean-François L'état en Afrique, Fayart, Paris, 1989, pg 128.

26. Vd o Capítulo IV.

27. Vd pág. 6, em que nos referimos aos três ângulos em que deve ser perspectivada a reprodução social e à reprodução biológica das famílias.

surgem os conceitos de excedente económico e de acumulação de capital.

Na tradição marxista a reprodução pode ser simples ou alargada. Quer uma quer outra têm uma feição eminentemente macroeconómica e referem-se ao somatório do capital constante (máquinas, edifícios, matérias primas) e do capital variável (o valor da força de trabalho) usados na produção com o valor do excedente económico produzido pelos trabalhadores. Porém, enquanto na primeira aquele somatório se mantém constante de ciclo para ciclo da produção, na reprodução alargada uma parte desse excedente é utilizada para aumentar aquelas formas de capital utilizado na produção.

Neste texto desviamos-nos ligeiramente desta tradição marxista ao utilizar o termo reprodução num sentido mais macrosocial, i.e., não apenas para a reprodução das 'coisas' mas também para a reprodução dos 'grupos sociais' e das suas inter-relações para as quais aquela reprodução das 'coisas' constitui a base material essencial. Trata-se, afinal, de irmos ao encontro do sentido por nós atribuído ao conceito de economia política.

Quanto à acumulação de capital, na medida em que numa perspectiva marxista o capital não é uma 'coisa' mas sim uma relação social, ela deveria ser entendida como a renovação das relações sociais capitalistas. No âmbito deste trabalho, no entanto, adoptamos como significado daquela expressão aquela que decorre de um entendimento muito corrente do termo 'capital' e que faz dele apenas 'coisas' (edifícios, máquinas, conhecimentos, etc) que são utilizadas na produção. A acumulação de capital será, pois, a variação líquida --- preferencialmente positiva a fim de assegurar o aumento da produção entre dois ciclos consecutivos --- daquele capital, i.e., daquelas 'coisas'.

Com o sentido agora adoptado para o termo acumulação não se deve confundir o termo poupança que significa o volume de recursos (não apenas financeiros) não consumidos antes da sua conversão em capital. Aqueles "recursos não consumidos" constituem o excedente económico.

Conceito complexo e de fronteiras pouco precisas, é possível distinguirmos quatro variantes de excedente económico: o efectivo, o acumulável, o potencialmente acumulável e o potencial (28). Essenciais para nós são os dois primeiros.

O excedente efectivo (29) consiste na diferença entre o produto e o consumo efectivos da sociedade. Na medida em que ele se traduzir num aumento real das forças produtivas utilizadas na produção, ele é também equivalente ao investimento realizado.

Representado por equipamentos, outros instrumentos de produção, stocks de materiais utilizáveis na produção, divisas, ouro e moeda ele constitui apenas parte da mais-valia produzida.

Porém, se convencionarmos que existe para cada sociedade um nível de recursos capaz de ser socialmente considerado como essencial (30) para assegurar quer a sobrevivência dos seus membros quer o normal funcionamento da sociedade tal como ela existe (i.e., a sua reprodução simples) nas suas múltiplas dimensões poderemos considerar que é possível definir em cada sociedade um determinado volume de recursos efectivamente produzidos que foram gastos para além daquele nível essencial e que constituem, por isso, um verdadeiro desperdício.

Ora, se adicionarmos ao excedente efectivo este tipo de recursos produzidos mas mal utilizados obteremos o que designaremos por excedente económico acumulável.

28. Vd. para todo este domínio:

BARAN, Paul A economia política do desenvolvimento, [3ªed], Zahar, Rio de Janeiro, 1972;

SAITH, Ashwani "Primitive accumulation, agrarian reform and socialist transitions: an argument" in The Journal of Development Studies, v. 22, nº 1, pp 1-48; e

BEFFELBSIM, Charles Planification et croissance accélérée, Maspéro (Petite Collection), Paris, 1970, pp 57-68

29. Vd BARAN, Paul, op. cit., pp 74

30. Vd SAITH, A. op. cit., pp 17

Esta nossa noção segue de perto a de excedente realmente inversível definida por SAITH (31) mas distingue-se dela pela inclusão que nós fazemos dos recursos desperdiçados. Porém, ela é muito próxima da de excedente corrente disponível para o desenvolvimento tal como definido por Bettelheim (32).

Como este, incluímos no consumo necessário à reprodução simples da sociedade não só o consumo dos trabalhadores directos como também, no quadro das despesas consideradas como gerais da sociedade, o consumo das classes não-produtoras no quadro social existente (33) e que Marx não considerava na sua concepção de excedente. Porém, diferentemente de Bettelheim, preocupamo-nos em distinguir nos "gastos gerais sociais" por ele referidos uma parcela --- maior ou menor e no limite nula --- de recursos deficientemente aproveitados para a tarefa do desenvolvimento e que incluímos no conceito de excedente económico acumulável.

Uma das ideias que perpassa o nosso estudo é a de que na República Popular de Moçambique a dimensão destes recursos deficientemente aproveitados, ainda que impossível de quantificar, foi relativamente importante. Isto é, cremos que os recursos efectivamente disponíveis permitiam, se bem geridos, obter resultados substancialmente superiores aos alcançados. Condição *sine qua non* para a obtenção de um tal resultado era a prática de uma estratégia de transformação das estruturas sociais mais conforme com a definição de socialismo que resulta do capítulo inicial.

O conceito de excedente económico acumulável distingue-se, por sua vez, do excedente potencialmente acumulável. Este nosso conceito consiste no saldo de recursos que resultará de uma reorganização do sistema produtivo de uma sociedade utilizando os recursos efectivamente disponíveis e reduzindo ao essencial os gastos em recursos mas sem que sejam introduzidas modificações nos fundamentos da organização social.

.....  
31. *Ibidem*

32. Vd BETTELHEIM, l. op. cit., pg 70/1

33. Vd *Idea*, pg 71

Realce-se que neste caso e ao contrário do que sucede nos dois conceitos anteriores estamos no domínio não do produto efectivamente produzido mas no daquele que poderá ser produzido se houver uma mais racional utilização dos recursos existentes e que se pressupõe ser possível mesmo no quadro da dominância do mesmo modo de produção.

O excedente potencialmente acumulável tal como aqui o definimos diferencia-se do excedente potencial definido por Baran; este é

"a diferença entre o produto social global que poderia ser obtido num dado meio cultural e tecnológico com o auxílio dos recursos disponíveis e o que se pode considerar como consumo indispensável."

(34)

A diferença fundamental localiza-se exactamente na função da reorganização societal na produção do excedente.

O alargamento do excedente efectivo é tarefa especialmente difícil em sociedades em que, como aquelas em que se tem iniciado os processos de transição para o socialismo, o sistema económico é pouco produtivo, pouco diversificado e se encontra pouco articulado a nível nacional, regional e até local.

O problema é então e principalmente o de aumentar e aproveitar melhor numa perspectiva nacional, regional e/ou local o excedente económico efectivo ao mesmo tempo que se melhora a situação da unidade que o produziu.

Esclarecidos estes conceitos, passemos então à análise dos vários contributos teóricos que nos parecem essenciais para analisar o objecto escolhido.

-----  
34. V3 BARAN, P. op. cit., pp 75



## CAPITULO I --- O MODELO SOCIALISTA DE SOCIEDADE

O socialismo enquanto conceito uno, inequívoco, não existe. Pode mesmo dizer-se que uma constante ao longo da sua vida tem sido a da imprecisão dos seus contornos.

Tal imprecisão resulta, nomeadamente, do facto de a referência ao socialismo remeter hoje em dia para três problemáticas diferentes mas interligadas: a da sociedade socialista enquanto modelo de sociedade a erigir; a das vias para a atingir; e a da natureza das sociedades que já hoje reivindicam tê-lo alcançado.

No quadro do estudo de um processo social em que o objectivo proclamado pelos condutores das políticas estatais é o socialismo, o debate sobre esta última questão --- quais são as sociedades socialistas dos nossos dias e quais são as suas características ? --- é relativamente marginal. Duas excepções que, no entanto, podem ser enquadradas nas outras duas problemáticas: por um lado, a possível contribuição para ajudarem a definir os contornos do socialismo enquanto modelo de organização social e, por outro, a contribuição para, através da análise do seu próprio processo de transição, estudar a problemática da transição para o socialismo.

Nestas condições o que mais nos interessa determinar são, por um lado, os contornos da sociedade a construir pois que há que conhecer o fim que se prossegue para seleccionar as vias a seguir e os meios a utilizar que com ela são compatíveis e, por outro, quais as indicações quanto às vias de transição para o socialismo que decorrem da formulação daquele novo tipo de sociedade e das experiências históricas que hoje se reivindicam do socialismo. Reservemos para o capítulo seguinte estas últimas questões e procuremos definir aqui quais são os pontos fundamentais caracterizadores daqueles contornos para dispormos de uma referência com a qual deve ser confrontado qualquer processo concreto numa sua avaliação face ao fim genérico "socialismo" proclamado.

Assim, depois de no ponto I.1 se introduzirem alguns conceitos característicos do pensamento marxista essenciais para a compreensão de quanto

se segue, procuraremos sucessivamente determinar qual o entendimento que os 'pais fundadores' do marxismo --- Marx e Engels --- tinham do Modo de Produção Comunista para que procuram tender os processos de transição para o socialismo (ponto I.2) e qual o entendimento que dele fazem alguns dos principais autores marxistas deste século (ponto I.3). Dada a especial importância que no quadro desta tese tem o processo social no sector agrícola procuramos determinar no ponto seguinte (ponto I.4) quais os traços fundamentais do pensamento marxista sobre este sector e seu papel --- incluindo o dos camponeses --- no processo global de transição.

A ideia socialista é algo já muito antigo se nela virmos principalmente o ideal de uma sociedade caracterizada por um elevado grau de igualdade de acesso aos recursos disponíveis por parte de todos os seus membros. De facto, já Platão n' A República tinha como preocupação fundamental definir os princípios organizadores de uma sociedade em que, apesar da existência de grupos sociais bem diferenciados quanto às suas funções sociais (povo, militares e magistrados), não existisse nem pobreza nem riqueza que pudessem pôr em risco a estabilidade da comunidade.

É, porém, com o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental no séc. XVIII que a ideia socialista vai conhecer as condições para a sua grande expansão no final deste século e no século XIX.

Saint-Simont, Owen, Fourier, Fichte são apenas alguns dos que nessa época e na sequência de contribuições de autores anteriores (Rousseau, Morely, Mably no séc. XVIII mas também Thomas Moore, por ex., ainda no séc. XVI) contribuíram para a renovação do pensamento socialista.

Este, nesta fase mais moderna, é principalmente o fruto da tomada de consciência dos principais problemas sociais que a forma capitalista de organização da produção trazia consigo: a exploração desenfreada do trabalho da maioria por uma minoria, as péssimas condições de trabalho e de vida a que os trabalhadores estavam sujeitos, a reclamada "anarquia da produção social" para o mercado geradora de excedentes de certos bens e escassez de outros (1).

1. Vd ENGELS "Socialisme utopique et socialisme scientifique" in MARX e ENGELS Ceuvres choisies, Editions du Progrès, Moscovo, 1975, pp 433.

Daí que muito do esforço de análise daqueles autores tenha recaído mais sobre o estudo das condições de funcionamento da sociedade da época do que no delinear dos contornos da futura sociedade socialista.

É neste quadro global de renovação do pensamento socialista e da análise social, associados à renovação das concepções filosóficas através da ênfase no materialismo e na dialética, que se insere a obra de Marx e de Engels.

### I.1 --- Elementos da renovação do pensamento económico pelo marxismo

Na sequência de preocupações semelhantes de outros autores, mais do que a enunciação daquilo a que se poderiam chamar os "princípios socialistas" e uma caracterização cuidada do que será a sociedade socialista, Marx e Engels preocuparam-se fundamentalmente em descobrir as leis de funcionamento daquilo que designaram como sendo o Modo de Produção Capitalista (MPC) tal como ele surgiu aos seus olhos durante o século XIX, dominando a dinâmica da evolução do processo social das sociedades europeias de então.

Componente essencial deste seu esforço foi a renovação do pensamento económico seu contemporâneo e que passou pela revisão do objecto da Economia Política tal como ela se lhes apresentava então e pela correspondente elaboração de um número significativo de novos conceitos ajustados às necessidades da investigação do novo objecto da Economia Política tal como o entende Marx (2).

Este resulta da crítica da Economia Política clássica cujo objecto consistia em "um campo homogéneo, um espaço determinado cujas diferentes determinações, factos ou fenómenos económicos são (...) susceptíveis de comparação, mensuráveis de uma forma muito precisa e, portanto, quanti-

---

2. vé ALTHUSSER, Louis "O objecto de 'O Capital'" in ALTHUSSER, L. et al. ler 'O Capital', vol. 2, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980, pp 107

ficáveis" e que pressupunha um *homo oeconomicus* com um comportamento condicionado pelas suas necessidades (p. ex. as biológicas), susceptível de plena apreensão e que era considerado como um dado (3).

Em contraposição a um tal objecto Marx aponta como objecto d' "O Capital" --- cujo subtítulo é, significativamente, "Crítica da Economia Política" --- "o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem" (4). Ora, pensar um modo de produção é, como salienta Althusser, "pensar não somente as condições materiais mas também as condições sociais da produção" (5).

Lénine, em O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirma mesmo que "o objecto da Economia Política marxista não é, de forma alguma, a 'produção' mas as relações sociais existentes entre os homens no domínio da produção, a estrutura social da produção" (6).

Esta visão do problema é, quanto a nós, muito restritiva pelo que preferimos a que resulta da análise althusseriana sintetizada atrás (7). A afirmação de Lénine deve ser aceite apenas como uma forma de enfatizar aquele que é o aspecto fundamental (mas não único) e mais inovador do objecto da economia política marxista.

Em Marx, nomeadamente n' O Capital, os contornos do conceito de Modo de Produção surgem, porém e como salienta Godelier (8), algo imprecisos já que ele o utiliza em vários sentidos.

3. vd Ibidea, pgs 108-110

4. vd MARX Le capital (livre I), Garnier-Flammarion, Paris, 1969, pg 36.

5. vd ALTHUSSER, l. op. cit., pg 180/1.

6. vd LÉNINE "Le développement du capitalisme en Russie" in Oeuvres (tome 3), Éditions Sociales, Paris, pg 55.

7. Vd também o que ficou dito sobre o objecto da Economia Política marxista na "Introdução" desta dissertação.

8. vd GODELIER, Maurice "Modo de produção" in Enciclopédia Eiraudi, vol. 7 (Modos de Produção e Desenvolvimento), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986, pgs 71 e seqs

Pensamos, no entanto, que Godelier interpreta correctamente o sentido global da concepção marxiana de Modo de Produção ao dizer que ele consiste na "combinação de um modo social e de um modo material de produzir que caracterizam o processo de apropriação da natureza que serve de base material a uma determinada sociedade" e em que o 'modo social' corresponde ao conjunto das relações de produção --- i.e. e de uma forma genérica, "as relações sociais(...) que os homens põem em acção para se apropriarem da natureza" --- e o 'modo material' corresponde ao conjunto das forças produtivas --- i.e., aos meios materiais e intelectuais que agem sobre a natureza (9).

Sabe-se, porém, que a esta realidade essencialmente económica que é o Modo de Produção tal como definido atrás Marx fazia corresponder, para cada Modo de Produção por ele identificado no conjunto do processo histórico --- p. ex., o MP Antigo, o MP Feudal, etc. ---, um conjunto coerente de formas de parentesco, uma ordem jurídico-política, etc., enfim, toda uma superestrutura jurídico-política e ideológica. Era ela que, em combinação com o nível económico --- a infraestruturas --- constituía uma totalidade orgânica, uma lógica social global caracterizadora de cada modo de produção.

A existência de tal correspondência, assim tornada necessária, essencial no sentido etimológico do termo, entre base infraestrutural e superestrutura no pensamento de Marx permite-nos proceder tal como uma maioria significativa de marxistas influenciados pelas concepções althusserianas: utilizar a expressão 'Modo de Produção' num sentido mais lato do que o que resulta de uma leitura 'ao pé da letra' dos textos de Marx de modo a incluir nele não apenas aquela base económica mas antes toda a 'totalidade orgânica' referida.

Das concepções de Marx e de Engels transparece um privilegiar do nível infraestrutural. De facto, eles conferem uma importância determinante (mas não única) na estruturação dos modos de produção ao conjunto constituído pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Em contrapartida, a superestrutura político-ideológica tem um papel subordinado.

De facto, para Marx,

9. Vd Ideia, "Transição" in Idem, pp 134

"não é a consciência dos homens que determina o seu ser; inversamente, é o seu ser social que determina a sua consciência." (10)

Quanto a nós, no entanto e ao contrário do que pode dar a entender esta afirmação, o papel subordinado da superestrutura não significa que ela seja apenas uma mera consequência directa e linear da base económica e social nem, tão pouco, que ela seja irrelevante para o processo histórico. Admitimos mesmo que o grau de determinação do todo social pela instância económica e, principalmente, o grau de evidência dessa determinação varie de modo de produção para modo de produção sem, no entanto, pôr em causa aquele papel de determinação em última instância. Assim, se consideramos que no modo de produção capitalista ele é elevado e evidente, admitimos que em outros modos de produção, não-capitalistas, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de relações de produção que lhe andam ligadas permitam um grau de autonomia relativamente elevado dos demais níveis podendo mesmo surgir aparentemente como determinantes. É este o sentido que damos às palavras de Engels quando afirma que "quanto menos desenvolvido é o trabalho (...) mais importante é a influência dos laços de parentesco sobre o regime social" (11).

Ao adoptarmos uma tal perspectiva afastamo-nos dos autores que tendem a ver nas teses marxianas uma justificação para as suas próprias concepções de uma determinância absoluta e unívoca da base económica sobre o todo social, muitas vezes como um passo para reduzir o materialismo dialéctico a uma determinação do processo histórico pelas forças produtivas e seu crescimento e, mais restritamente ainda, pelas de natureza material. Nesta hipótese 'economicista' o simples crescimento destas arrastaria a modificação das relações de produção e, por influência das transformações de toda a estrutura económica, a modificação da superestrutura num sentido pré-determinado.

10. Vd MARX "Prefácio à crítica da Economia Política" (1859) in MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, Editions du Progrès, Moscovo, 1975, pg 164. Esta obra será referenciada futuramente apenas por O.Ch.

11. Vd ENGELS A origem da família, da propriedade e do Estado, Presença, Lisboa, ed, pg 8.

Na verdade, a estas concepções preferimos as que, como a de Bernard Rosier, colocam o acento tónico da dinâmica social não nas forças produtivas e seu crescimento mas nas relações de produção no quadro de uma relação entre aquelas e estas que é na sua essência dialética, i.e., em que relações de produção e forças produtivas interagem:

"convém examinar com atenção e de um ponto de vista dialético as relações de produção deslocando o principal papel da determinação para o lado das relações de produção e dos conflitos sociais (...) [uma vez que existe] um processo de orientação das forças produtivas pelas relações sociais de produção ao mesmo tempo que de reforço das relações sociais de produção pelas forças produtivas. As relações de produção agem sobre as forças produtivas iniciando o seu desenvolvimento, dirigindo este numa certa direcção e moldando-as no seu conteúdo concreto de acordo com os interesses da classe dominante precisamente para que as forças produtivas ajam, por sua vez, sobre as relações de produção reforçando-as". (12)  
[sublinhados meus, AS]

Em qualquer dos sentidos que se atribua ao conceito de Modo de Produção ele é o fruto de uma elevada abstracção e os contornos dos vários modos identificados pelo marxismo são derivados da observação da realidade e redução ao essencial da lógica global do seu funcionamento.

Por isso os vários Modos de Produção não são, porque apenas 'tipos ideais', susceptíveis de serem observados na realidade concreta das sociedades humanas.

A realidade é, antes e frequentemente, a de sociedades caracterizadas pela existência simultânea e pela interpenetração de vários modos de produção em que as relações sociais características de um deles aparecem dominando a lógica global e a dinâmica de reprodução da sociedade ou, por outras palavras, em que um modo de produção surge dominando os demais.

À semelhança do que acontece com uma parte significativa dos autores marxistas actuais que sofreram a influência das teses althusserianas, a este complexo de modos de produção coexistentes damos o nome de formação social --- ou também de sociedade já que todas as sociedades são, nesta perspectiva,

12. Vg ROSIER, Bernard "Types de développement et rapports sociaux" in ABDEL-MALEK, Anouar et al. Clés pour une stratégie nouvelle du développement, Éditions Ouvrières/UNESCO, Paris, 1984, pp 113/4

formações sociais. Ela será adjectivada consoante o MP dominante (por ex., formação social ou sociedade capitalista se nela dominar o MPC) ou conforme o espaço geográfico concreto em que ocorre (por ex., formação social moçambicana).

Esta definição do conceito de Formação Social difere da que Godelier atribui ao próprio Marx. Para aquele a expressão "formação social" designaria em Marx não as sociedades concretas em que se verifica uma articulação específica de diferentes modos de produção mas sim aquela ideia de Modo de Produção em sentido lato tal como nós o definimos acima: "uma 'totalidade orgânica' original constituída por um modo de produção [apenas enquanto combinação de forças produtivas e relações de produção -AS] e por determinadas relações de parentesco, formas de governo, de arte e de filosofia que lhe correspondem" (13).

Se nos afastamos dos que defendem o 'economicismo', também nos demarcamos de certas teses daqueles que, como Hindess e Hirst não vêm utilidade no conceito de modo de produção e pretendem substituí-lo como objecto de análise pelo conceito de formação social (14) ou, especificando com as suas próprias palavras, pelos "conjuntos determinados de relações de produção, concebidos como formas determinadas de relações económicas de classe, suas condições de existência e formas pelas quais essas condições são proporcionadas" (15).

Se recusamos esta substituição dos objectos é porque entendemos que há lugar para ambos pois que se trata de níveis diferentes de análise da realidade social: como já salientámos, a dos modos de produção pretende identificar quais as componentes essenciais da 'totalidade orgânica' que eles constituem (16) independentemente da forma específica que eles assumem nas

13. Vê GODELIER, M. "Transição", op.cit., pg 185.

14. Vê HINDESS, B. e HIRST, P. Modo de produção e formação social, Tebar Editores, Rio de Janeiro, 1978, pg 51.

15. Vê *Ibidem*

16. Vê BALIBAR, Etienne "Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico" in ALTHUSSER, L. et al. Lez 'O capital', op.cit., pg 170.

diversas sociedades concretas mas no quadro de regras genéricas da dinâmica do processo histórico; a das formações sociais procura analisar que forma revestem nas sociedades concretas os componentes essenciais dos modos de produção que nelas estão presentes --- já que todas as formações sociais são articulações específicas de vários modos de produção --- e, de um modo geral, quanto os próprios Hindess e Hirst especificam atrás como conteúdo do seu conceito de formação social. 'O Capital' é o melhor exemplo da possibilidade e do interesse em tomar o conceito 'modo de produção' --- no caso o modo de produção capitalista --- como objecto de análise. É, porém, notório que Lênine ao escrever O desenvolvimento do capitalismo na Rússia não teve como objecto da sua análise o Modo de Produção Capitalista enquanto tal mas sim a forma como estava organizada a formação social russa da época, nomeadamente o papel que nela desempenhava aquele MPC.

Por outro lado, para Marx e para Engels a totalidade orgânica que é um modo de produção não é separável do contexto histórico em que se insere a formação social por ele dominada: no caso do MPC, por exemplo, a compreensão da sua verdadeira natureza --- nomeadamente da sua dinâmica --- só é possível se ele for enquadrado no processo histórico da Europa Ocidental em que se desenvolveu (17).

Neste processo, a evolução das formações sociais tem sido caracterizada por uma sucessão de dominâncias de modos de produção diversos. No caso concreto da Europa Ocidental e grosso modo tal evolução caracterizou-se pela passagem da sociedade da fase de dominância do comunismo primitivo à do MP Antigo e MP Tribal, primeiro, e após outras etapas intermédias, da do MP Feudal à do MP Capitalista. Registe-se, porém, que Marx aceitava que outras sociedades que não as da Europa Ocidental conhecessem uma sucessão diferente de modos de produção. Isto mesmo reconheceu ele explicitamente em relação à sociedade russa nas conhecidas cartas endereçadas a Vera Zassoulitch (18).

17. Vd a carta e rascunhos de Marx a Vera Zassoulitch in BELLONCLE, Guy La question paysanne en Afrique Noire, Karthala, Paris, 1982

18. Vd Ibidem, p. 109

A sucessão de modos de produção é interpretada pelo materialismo histórico como sendo ditada pelo facto de em dado momento do processo histórico se gerarem em cada um deles tensões internas insuperáveis no seu seio e que resultam de um cada vez maior desfasamento entre o nível das forças produtivas materiais atingido pela sociedade e o tipo de relações de produção características do MP no quadro do qual aquelas se desenvolveram (19). O resultado é que, como salienta Marx,

"de formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações [de produção] transformam-se em entrave desse desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social." (20)

É, portanto, através do constante renovar do ciclo evolução-revolução --- entendida esta última na sua dimensão de transformação radical das estruturas sociais --- dinamizado pela luta entre classes sociais que a História se desenvolve.

Uma constante daquele movimento histórico tem sido aquilo à que Marx chamou de progressiva 'decomposição da unidade orgânica' entre produtores directos, por um lado, e instrumentos de produção e o seu produto, por outro. Esta separação entre uns e outros atinge o seu máximo com o MPC (21) sendo esta uma das características fundamentais das relações de produção capitalistas.

A contínua renovação daquele ciclo só cessará quando aquela unidade fôr reencontrada sob uma forma historicamente nova, o comunismo (MPCom), que substituirá o capitalismo através daquela que será a última grande revolução social da História. A evolução social, essa, continuará, não sendo possível definir 'a priori' e de uma vez por todas as características da sociedade comunista. Marx, aliás, de uma maneira conseqüente com as suas teses, não tentou fazê-lo.

19. Vd MARX "Prefácio ...", op.cit., pg 164/5.

20. Vd Ebdem, pg 185

21. Vd MARX "Salário, preço e lucro" in O.Ch., pg 214

A centralidade que para nós assumem as 'relações de produção' obriga-nos a especificar o seu conteúdo.

Por 'relações de produção' entende-se normalmente o conjunto das 'relações técnicas de produção' e das 'relações sociais de produção', conjunto este que se encontra íntima e dialécticamente interrelacionado. Aquelas designam as relações entre trabalhadores e entre estes e os meios de produção tal como determinadas pelas técnicas de produção utilizadas no processo produtivo. As relações sociais de produção são as relações que se estabelecem entre detentores e não-detentores dos meios de produção num processo de produção determinado (22).

Qualquer destes dois conceitos precisa, por sua vez, de explicações complementares.

O de 'relações técnicas de produção' remete, por um lado, para as diferenças de funções desempenhadas por cada grupo de trabalhadores --- nomeadamente entre os que trabalham directamente com os meios de produção e os que têm funções de direcção e controlo do processo produtivo, entre o trabalho manual e o intelectual --- no seio do 'trabalhador colectivo' que no conjunto eles constituem e, por outro lado mas interrelacionado com este aspecto, para a divisão técnica do trabalho.

Ora, esta tem uma dimensão social muito importante já que, como resulta dos trabalhos de autores como Braverman e Marglin (23), ela desempenha um papel essencial no controlo da força de trabalho e na separação entre trabalhadores e meios de produção e conseqüente afastamento daqueles do controlo destes. Assim, ao mesmo tempo que, como afirmou Marx, o grau do desenvolvimento da divisão técnica do trabalho dá uma indicação do nível das forças produtivas (24), tal divisão --- e a técnica que está associada a estas --- é simultaneamente, uma relação social de produção e não algo socialmente neutro

22. Vd ROSIER, B. "Types de développement ...", op.cit., pg 111.

23. Vd as referências às investigações destes autores e às conclusões a que chegaram em *Ibidem*, pgs 133 e seqs e também ex *Idea* "Repères pour l'analyse de la transition au socialisme" in BESEMAN, P. et al. *Approches de la transition*, Presses Universitaires de Lyon, Lyon (F), 1981, pgs 265 e seqs.

24. Vd MARX L' idéologie allemande citado in ROSIER, B. "Types ...", op.cit.

como transparece em certos momentos da obra de Marx.

Daqui resulta que, como salienta Rosier, a produção capitalista é-o "no seu processo e no seu conteúdo, pelo tipo de técnicas utilizado e pelo tipo de objectos fabricados --- e não somente pelo facto de dar lugar à produção de mais-valia" (25).

Por isso, por exemplo, a modificação das relações de produção capitalistas terá que corresponder uma modificação da divisão técnica do trabalho implementada pelo MPC e que encontra a sua expressão mais acabada no 'taylorismo', na grande unidade de produção em que a cada trabalhador é atribuída uma função parcelar que lhe retira qualquer visão do e controlo sobre o conjunto do processo produtivo:

"Percebe-se desde logo a contradição que consiste em pretender estabelecer... relações de produção ovas sobre a sua implementação ou da manutenção, até mesmo do aprofundar, da divisão 'técnica' capitalista do trabalho, verdadeira matriz das relações sociais de uma sociedade de classes [como a capitalista - AS] (...)." (26)

Temos, pois, que as relações sociais de produção --- intimamente relacionadas com as relações técnicas, em primeira instância, e com as forças produtivas e a superestrutura político-ideológica, depois --- desempenham um papel central na lógica social global de qualquer modo de produção, inclusive na sua dinâmica.

Ora, estas relações sociais de produção remetem, como salientámos, para as relações que se estabelecem entre detentores e não detentores dos meios de produção e, por isso, para as relações entre classes (27) sociais diferentes.

Estas constituem-se principalmente em torno das relações que os agentes sociais têm com os meios de produção (28), relações essas que não

25. Vd Ibidem, pg 114

26. Vd Idem "Repères ...", op.cit., pg 265.

27. Sobre o conceito de classe vd. a "Introdução" desta dissertação, pg 18 e seguintes bem como o Anexo 2 em que este conceito, bem como o de 'reprodução', é desenvolvido.

28. Vd HINDESS, E. et al., op.cit., pg 63

podem ser entendidas num sentido restrito, de natureza simplesmente jurídica como sugere a noção de 'propriedade privada'. Pelo contrário, terão que ser entendidas num sentido eminentemente social como o que lhe dão as expressões 'propriedade económica', 'propriedade social', 'posse' (29) efectiva ou 'controlo social' e que remetem para a capacidade/possibilidade de controlar de facto a afectação dos recursos disponíveis e o funcionamento dos meios materiais de produção bem como a força de trabalho e, concomitantemente, a de excluir outros agentes sociais do seu uso e orientação (30).

Ora, se à semelhança de Hindess e Hirst, definirmos 'meios de produção' como "todas as condições [materiais ou intelectuais - AS] necessárias à operação de um processo de trabalho particular que são combinadas nas unidades de produção em que aquele processo ocorre" (31), concluiremos que se podem estabelecer relações de classe

- i) onde a posse de alguns dos meios de produção confere ao agente possuidor a capacidade de dirigir o processo de trabalho e onde o agente separado [i.e., não possuidor] é combinado com esses meios de uma forma subordinada àquela direcção; [e/ou]
- ii) onde a posse de alguns dos meios de produção confere ao agente possuidor a capacidade de determinar algumas das condições de direcção do processo de trabalho mas no qual a sua direcção é função do possuidor de outros dos meios de produção." (32)

Esta última dimensão das relações de classe remete para a possibilidade da existência de tais relações entre dois grupos sociais mesmo que não haja, da parte de um deles, um controlo (nomeadamente jurídico) de todos

29. POULANTZAS define a propriedade económica como "o controlo económico real dos meios de produção, i.e., o poder de afectar os meios de produção a determinadas utilizações e de dispor, em consequência, dos produtos obtidos". Por outro lado, a posse é a "capacidade de pôr em acção os meios de produção, i.e., o controlo do processo de trabalho". Vê. POULANTZAS, Nicos Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, Seuil, Paris, 1974, pp 15.

30. Vd WRIGHT, E. O. op. cit., pp 73

31. Vd Ibidem, pp 65

32. Vd Ibidem, pp 70

os meios de produção o que tem especial interesse para a análise do Estado e do seu aparelho nas sociedades em que ele assume a propriedade jurídica de parte significativa dos meios de produção.

## I.2 - Marx, Engels e a caracterização do capitalismo e do socialismo

Em toda a obra de Marx e de Engels existe uma grande imprecisão na designação a dar à nova forma de organização social que, esperam, sucederá ao capitalismo. De facto, surgem várias vezes designações como socialismo e socialismo revolucionário (entre outras) para designar realidades sociais similares à daquilo que também denominam de comunismo. A este outro tipo de imprecisão não é estranha a necessidade que os autores sentiam de se demarcarem frontalmente das correntes do 'socialismo vulgar'--- na expressão de Marx --- que então dominavam o pensamento socialista (33).

A imprecisão referida é patente, por exemplo, na sistemática referência de Marx ao comunismo na sua "Crítica ao Programa de Gotha" (1875) (34) enquanto que Engels mostra nítida preferência pelo termo socialismo, nomeadamente no "Anti-Duhring" (1878) (35).

O que é evidente, porém, é que apesar de tal imprecisão ambos se referiam a um mesmo tipo de sociedade (36) ou, melhor e em termos de modos de produção, a um mesmo modo de produção e não a dois distintos.

33. Vd ENGELS, F. no prefácio à edição alemã de 1890 do "Manifesto do Partido Comunista" in O.Ch., pg 29. Aqui como noutros momentos é visível a influência que em nós exerceu PEREIRA, João Martins O socialismo, a transição e o caso português, Bertrand, Amadora, 1976.

34. Vd MARX "Crítica do programa de Gotha" in O. Ch., pgs. 327-343.

35. Vd ENGELS Anti-Dühring, Edições Afródite, sl, sd.

36. Vd nota 8

Tal modo de produção, denominado de comunismo no "Manifesto do Partido Comunista" subscrito por Marx e Engels em 1848, caracteriza-se, como eles salientam no texto referido,

"não pela abolição da propriedade em geral mas pela abolição da propriedade burguesa (...), a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns por outros." (37)

Esta 'propriedade burguesa' consiste na propriedade individual, privada, dos meios de produção. Estes, porém e dadas as suas características, não podem ser postos em funcionamento senão pela actividade conjunta, pela cooperação, de vários indivíduos (38) pelo que constituem um autêntico produto colectivo.

Ora reside aqui a contradição fundamental do MPC: nele um 'produto colectivo' como são os meios de produção é apropriado individualmente.

Esta propriedade individual dos meios de produção não deve, no entanto, ser entendida sob o estrito ponto de vista jurídico. De facto, no contexto global da obra dos fundadores do marxismo é patente que a ordem jurídica não é mais que parte da capa superestrutural que recobre a realidade infra-estrutural das relações entre forças produtivas e relações de produção. As formas jurídicas de propriedade não são, assim, mais que a cobertura jurídica das relações de produção entre os detentores do controlo dos meios de produção --- e, por arrastamento, do produto e da sua distribuição --- e o conjunto dos que com eles operam (39).

O que está em causa nesta contradição fundamental do MPC não é, por isso, a forma jurídica daquele controlo dos meios de produção, do produto (qual deverá ser ele? Novos bens de produção ou novos bens de consumo? E para quem se destinam eles?) mas sim a relação de produção que se traduz no facto de a natureza social, colectiva, daqueles elementos corresponder um seu con-

37. Vê MARX e ENGELS "Manifesto do Partido Comunista" in Q.C.E., pg 185

38. Vê Ibidem

39. Vê MARX "Prefácio ..." op.cit., pg 185

trolo individual e não um controlo também ele social, da comunidade, como supõem os conceitos de 'controlo social', 'propriedade económica' ou 'propriedade social' definidos acima.

O Modo de Produção Comunista tal como o pensaram os seus 'pais fundadores' é, pois e na sua essência mais profunda, o MP que se caracteriza pela superação/negação (40) da contradição fundamental do MPC, isto é, pelo pôr de acordo o carácter social dos meios de produção e do produto com o padrão da sua propriedade.

O princípio fundamental do Modo de Produção Comunista é, portanto, o do controlo social dos meios de produção --- condição essencial para o termo da 'exploração do homem pelo homem' --- e consequente controlo do que se produz e como se distribui a nova produção entre os agentes sociais.

É a abolição da 'propriedade burguesa' que irá possibilitar que, no dizer de Marx e de Engels,

"em lugar da antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus antagonismos de classe [surja] uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos." (41)

Esta 'associação livre' é, pois, o projecto de sociedade em que domina aquele que Marx, referindo-se ao MPCom, chamava de 'modo de produção dos produtores associados' e que substituirá aquela em que domina o modo de produção capitalista.

Sendo o Modo de Produção Comunista visto como uma superação/negação do MPC, esta característica de 'negação' não pode deixar de ter importantes consequências na definição dos contornos do MPCom, os quais se distinguirão dos da estrutura do MPC. Convém, por isso, delineár estes nos seus traços mais fundamentais para melhor compreender aquilo que o Modo de Produção Comunista não é e aquilo que ele é.

40. Vd PEREIRA, J. K. op.cit., pg 16

41. Vd MARX e ENGELS "Manifesto ...", op.cit., pg 49

I.2.1 --- *O Modo de Produção Capitalista em Marx e Engels:  
características fundamentais*

O MPC surgiu do seio da pequena produção de mercadorias que caracterizou a Idade Média. Nesta época histórica da Europa Ocidental a realidade fundamental era a produção orientada principalmente para o consumo familiar e para a satisfação das exigências do senhor feudal. Só os excedentes, em geral limitados, é que eram encaminhados para a venda no mercado, i.e., eram convertidos em mercadoria (42). As unidades familiares eram, então, simultaneamente, unidades de consumo e de produção de quanto era necessário a este.

Assim, os bens produzidos eram-no fundamentalmente devido à utilidade intrínseca que eles tinham para satisfazerem necessidades humanas, isto é, devido ao seu valor de uso (43) ou utilidade social dos produtos (44) para os produtores directos que, na sua maioria, eram os detentores dos meios de produção utilizados. Estes, na sua rudimentaridade e conseqüente baixa produtividade, estavam de acordo com e, pelo menos em parte, na base daquele tipo de produção.

Ora, a contínua expansão da produção de mercadorias --- i.e., bens produzidos explicitamente para a venda no mercado e não para o consumo no seio da família --- trouxe consigo e só foi possível graças a um fenómeno de crescente aumento e concentração dos meios de produção. Este movimento constituiu a principal tarefa histórica da burguesia e do MPC (45).

No final do feudalismo a produção de cada unidade de produção --- que gradualmente se autonomizara face à unidade de consumo familiar --- é cada vez mais restrita em diversidade de produtos mas cada vez maior em volume. Isto traduz um fenómeno de crescente divisão do trabalho entre produtores directos. Nasce assim progressivamente o MPC.

42. Vd *Ibidem*, pg 433

43. Vd MARX *Le capital*, op. cit., pg 41

44. Vd ALTHUSSER, L. 'Avvertissement' in MARX *Le capital*, op. cit., pg 22

45. Vd ENGELS "socialismo utópico ...", op. cit., pg 430

Não mais simples produtor de parte significativa dos (poucos) valores de uso de que necessitava, cada produtor directo tem agora de trocar parte do seu produto --- constituído agora por uma parcela importante de produtos que para si são não-valores de uso (46) --- por outros produtos que lhe são necessários devido ao seu valor de uso e que por isso adquirem um valor de troca. O MPC é, pois, o MP em que se generaliza a produção de mercadorias, i.e., é o MP em que se verifica uma sistemática transformação das produções, agora alargadas e até então destinadas em parte importante ao consumo doméstico, em bens destinados primordialmente à troca.

À proporção em que estes valores de uso de espécies diferentes se trocam entre si chama Marx o valor de troca ou simplesmente valor (47).

Porém, mais que uma simples proporção, o que dá conteúdo a esse valor de troca é algo que, distinto do seu valor de uso (diferente de objecto para objecto), é comum a todos os bens/serviços que se trocam entre si: o valor da força de trabalho socialmente necessário para o produzir (teoria do valor-trabalho) (48).

Note-se que com o advento do MPC a própria força de trabalho se torna numa mercadoria. De facto, a concentração de meios de produção nas mãos de um grupo (a burguesia) socialmente minoritário e incapaz de por si só assegurar o seu funcionamento obriga à utilização de trabalho de não-detentores de meios de produção. Isto implica a existência de um grupo social, o proletariado, que no quadro da crescente divisão social do trabalho se dedica em exclusivo à venda da sua força de trabalho e que se opõe ao grupo dos detentores dos meios de produção no que concerne à definição das condições de exercício desse trabalho e de apropriação do seu produto.

Como o de qualquer outra mercadoria, o valor da força de trabalho determina-se pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção e que no seu caso específico se traduz pelo valor total do conjunto dos bens (alimentares ou não) necessários à sua renovação (49).

46. Vê MARX Le capital, op. cit., pg 79

47. Vê Eden, pg 42

48. Vê Ibidem, pg 43

49. Vê Ibidem, pg 43/4

O MPC é, pois, o MP em que não só se generaliza a produção de mercadorias como também em que são mercantilizadas as relações sociais relacionadas com a produção como é o caso do fornecimento de força de trabalho.

Porque são eles quem controla os meios de produção e também porque são eles quem após as revoluções burguesas adquiriram o controlo político-repressivo da sociedade através do controlo do (Aparelho de) Estado --- controlo esse tornado condição preliminar para o crescente desenvolvimento do MPC ---, os proprietários dos meios de produção ao adquirirem a força de trabalho de um produtor directo têm a possibilidade de o fazer trabalhar para além do tempo necessário para repôr o valor da força de trabalho gasto na sua produção.

É com o sobre-valor (mais-valia) realizado com a venda desta produção realizada neste período excedentário (sobre-trabalho) que a burguesia vai aumentando as suas disponibilidades em dinheiro (D-M-D', com D=dinheiro, M=mercadoria, D'=D+ $\hat{D}$  sendo  $\hat{D}$  a mais-valia) (50). Este excedente é conversível, por um lado, em novos meios de produção (isto é, é susceptível de acumulação) e, por outro, em bens que asseguram a sobrevivência e reprodução da burguesia.

O MPC corresponde assim à passagem do reino da produção de valores de uso ao reino da produção de valores de troca com o intuito primordial de permitir aos detentores do controlo sobre os meios de produção assegurarem um consumo crescente e aumentarem cada vez mais os meios acumulados. Esta acumulação torna-se, na óptica das teses marxianas (51), necessária como forma de lutar contra o que se demonstra ser uma tendência histórica à diminuição da taxa de lucro e que deriva da crescente concorrência entre capitalistas no mercado de cada produto e, por extensão, no conjunto do mercado.

50. Vd *Ibiden*, pg 118

51. Leia-se 'do próprio Marx'

Porém e segundo crê Engels, a crescente acumulação levará à cada vez maior concentração de capital nas mãos de um número reduzido de capitalistas e, posteriormente, à sua passagem ao controlo directo do Estado. Este fenómeno de estatização da produção tende a começar pelos sectores de produção que exigem maiores volumes de capital ( p. ex. os transportes) e tem como causa o facto de se entender que com aquela concentração se atingirem níveis demasiado elevados de capital face à capacidade de direcção das empresas capitalistas (52). Estas estariam, assim, sujeitas à acção da lei das economias de escala que, pelo menos aparentemente, não atingiria o Estado.

O aumento da produção de mercadorias que o MPC representa não se traduziu apenas numa crescente divisão social do trabalho entre unidades produtivas. Ele traduziu-se fundamentalmente e só foi possível graças a uma cada vez maior divisão do trabalho entre os produtores directos (trabalho manual) e aqueles cuja função passou a ser a de orientação da produção e da circulação dos produtos (trabalho intelectual), por um lado, e no próprio seio de cada um dos grupos (parcelização de tarefas), por outro.

Esta divisão do trabalho resulta de e ajuda a reforçar a divisão social entre os que controlam os meios de produção e os que estão afastados desse controlo. De facto, um dos fundamentos da perpetuação e reforço desta divisão social com subordinação do trabalho manual ao intelectual é o desconhecimento em que os produtores directos são mantidos em relação ao processo global de produção e circulação de mercadorias.

Conjugado com isto, aquela divisão de trabalho exige/ só é compatível com uma crescente hierarquização e disciplina de funcionamento no seio das unidades produtivas.

Com isto contrasta aquilo que se interpreta como sendo um funcionamento anárquico da produção ao nível societal:

52. Vd ENGELS "Socialismo utópico ...", op. cit., pg 629

"cada um produz para si, com os seus meios de produção (...). Ninguém sabe que quantidade do seu produto chegará ao mercado nem mesmo que quantidade será necessária; ninguém sabe se o seu produto individual irá de encontro a uma necessidade real(...) e se o poderá vender. É o reino da anarquia da produção social." (53)

Isto significa que o MPC tende a criar um nível potencialmente não dispiciendo de produção que não encontra colocação no mercado --- o que corresponde a um desperdício da força de trabalho empregue na sua produção --- enquanto outras necessidades ficarão por satisfazer ou serão insuficientemente satisfeitas.

O critério que orientará os detentores dos meios de produção tenderá a ser o de garantirem a produção e apropriação de mais-valia e não o de garantirem a total satisfação das necessidades.

Neste quadro pode-se dizer que as necessidades a satisfazer são definidas pelos que controlam, de facto, os meios de produção os quais tenderão a optar por aquelas que proporcionam uma maior taxa de lucro. A intervenção da sociedade em geral e dos produtores directos em particular neste domínio da definição das necessidades e das que serão satisfeitas não é, assim, a decisiva.

Por isso, parte destas necessidades efectivamente sentidas ficarão por satisfazer mesmo que uma qualquer 'mão invisível' procure aproximar produção a efectuar e necessidades sentidas.

À superação/negação da contradição fundamental do MPC pelo MPCom corresponde um conjunto de profundas modificações da estrutura das sociedades capitalistas. Estas, acreditavam Marx e Engels, não ocorreriam nos países da Europa Ocidental --- afinal as únicas sociedades capitalistas da época --- sem que se tivessem esgotado todas as possibilidades intrínsecas ao MPC de desenvolver as forças produtivas e sem que o próprio MPC passasse, por isso, a ser um entrave ao desenvolvimento destas.

Ora é hoje evidente que os fundadores do marxismo se enganaram ao localizarem no tempo em que viveram esse momento e que correspondeu à época da proliferação dos 'maquinismos' (54).

53. Vd Ebden, pg 423

### I.2.2 --- Características fundamentais do Modo de Produção Comunista

Caracterizado acima de tudo pela apropriação social dos meios de produção o Modo de Produção Comunista surgirá, de acordo com as teses marxianas, na sequência histórica do MPC. Porém, assim como este só se desenvolveu plenamente com a conquista do poder político pela burguesia através das revoluções liberais dos séculos XVIII-XIX, também o MPCom só poderá implantar-se verdadeiramente após a conquista do poder político pelo proletariado, única classe social que, devido à exploração a que está sujeita no capitalismo e da qual ela é, afinal, fruto enquanto classe dominada, tem interesse em provocar a mudança social que o derrube daquele implica.

A medida fundamental a adoptar pelo proletariado quando tomar o poder de Estado é, no dizer de Engels,

"transformar os meios de produção primeiro em propriedade do Estado." (55) [sublinhado no original]

Esta tarefa é facilitada pelo movimento de estatização da produção que, na concepção engeliana, caracteriza os estádios superiores de desenvolvimento do capitalismo.

A transformação dos meios de produção em propriedade do Estado logo após a conquista do poder tem, no entanto, um carácter transitório. De facto, Engels pretende que ao assumir o controlo do Estado e, depois, dos meios de produção o proletariado se extingue a si próprio enquanto classe e, conexamente, extingue todas as demais classes e as diferenças de classe.

54. Não tendo sido, igualmente, a época da autuação parcelar da produção será a época da 'robotização' generalizada que se aproxima a ver tal fenómeno?

55. Vd *Ibidem*, pg 441

Ora, dado que todo o Estado visa a regulação do conflito de classes em benefício da classe que o domina, esta evolução tem como consequência que, quando desaparecerem aquelas e as diferenças e lutas entre elas, o Estado se extinguir-se-á por si --- pelo menos na sua dimensão político-repressiva (56).

A sociedade comunista plenamente desenvolvida será, assim, uma sociedade sem Estado-repressivo, em que

"o governo das pessoas cede o lugar à administração das coisas e à direcção das operações de produção. [Por isso] o Estado não é abolido, extingue-se." (57)

Desta tese engelianiana poderemos deduzir que com a extinção do Estado se extingue simultaneamente o controlo dos meios de produção pelo [Aparelho de] Estado --- ou, melhor, pelos que o ocupam --- enquanto entidade político-social autónoma surgindo, em contrapartida, a sua 'socialização', a sua apropriação social, como única forma de apropriação compatível com a 'associação livre' de 'produtores associados' que é a sociedade comunista.

A forma jurídica sob a qual esta apropriação social se dá é de somenos importância. Na praxis social ela poderá assumir normalmente a forma de propriedade de Estado enquanto este existir ou pode, até, vir a revestir uma forma jurídica ainda não existente mas sob condição de não entrar em conflito com aquela propriedade económica. No limite, deixará de existir qualquer forma de propriedade jurídica porque dispicienda face ao conceito, este sim essencial, de propriedade social.

Para Marx a propriedade social caracterizadora do Modo de Produção Comunista só o é verdadeiramente quando referida ao nível da sociedade em globo (58). Ele afasta mesmo um tipo de propriedade económica considerada hoje como efectivamente colectiva como é o caso dos colectivos de trabalhadores:

56. Vd *Ibidem*, pg 442

57. Vd *Ibidem*

58. Vd BERNIS, G.J. 'Socialisme -- la théorie économique' in *Encyclopédie Universelle*, vol 15, pg 21

"abandonar o solo a trabalhadores rurais associados corresponderia apenas a colocar a sociedade nas mãos de uma só classe de produtores." (59)

Se isto é válido para o sector agrícola também o é para os demais sectores. Aliás ele próprio se encarrega de fazer uma tal extensão (60).

Enfim, tudo isto significa que para Marx a propriedade social deveria ser entendida no sentido mais amplo possível: o do acesso generalizado de qualquer membro da sociedade ao controlo dos meios de produção. É o reino da democracia económica e do 'modo de produção dos produtores associados'. A forma concreta de o assegurar não é, porém, analisada já que isto corresponderia a impôr limites apriorísticos à imaginação social das formações sociais pré-estabelecendo um modelo determinado.

A passagem do capitalismo ao comunismo não é, adivinha-se pela profundidade das transformações a efectuar e pela previsível resistência da burguesia, uma fase histórica rápida. A luta de classes que se desenvolverá nesta fase de transição fará deste processo um período mais longo nuns casos, mais curto noutros. Mas mesmo terminada esta fase transitória e confundindo-se parcialmente com ela, Marx considera que o que teremos é

"uma sociedade comunista(...) que sob todos os aspectos-- económicos, morais, intelectuais --- transporta ainda consigo os estigmas da antiga sociedade [capitalista] de cujos flancos ela saiu." (61)

A esta primeira fase da sociedade comunista chamou Lênine de "socialismo". Aceitando esta designação tão generalizada reservamos o termo 'comunismo' para a fase superior e para designar o Modo de Produção que já no socialismo se encontra em implementação.

59. Vd MARX 'La nationalisation de la terre' citado por BERNIS op. cit., pp 21

60. Vd Ibidem

61. Vd MARX 'Crítica ...' in O.Cb., p933'

Aqueles 'estigmas' resultam principalmente da manutenção nesta primeira fase das consequências do facto de o capitalismo, devido às suas contradições internas, não poder desenvolver as forças produtivas até ao nível em que a produção seja quantitativa e qualitativamente semelhante às necessidades da comunidade. Isto resulta na continuação da luta de classes e na aplicação de um princípio de distribuição em que cada produtor directo recebe da sociedade o equivalente exacto ao que lhe deu em quantidade de trabalho (62).

Durante esta primeira fase a nova organização social vai reunindo as condições para se alcançar o pleno desenvolvimento das características da sociedade comunista. Esta fase superior do comunismo será atingida, no entender de Marx,

"quando tiverem desaparecido a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e com ela, a oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual; quando o trabalho não fôr mais um meio de vida mas se tornar na principal necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os sentidos as forças produtivas tiverem, também elas, aumentado e que todas as fontes de riqueza colectiva jorrarem com abundância (...). (63)

Attingido este ponto de desenvolvimento das forças produtivas --- e, conseqüentemente, da produção --- poder-se-á então substituir o anterior critério de repartição da produção por aquele que caracteriza o MPCom: "de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades" (64).

Temos, pois, que dois outros princípios fundamentais do MPCom são o fim da divisão social do trabalho de tipo capitalista --- baseada na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual e que é fundamento do reforço e continuação da divisão em classes sociais antagónicas --- e uma repartição de rendimentos de acordo com as necessidades dos indivíduos, sem que tenha de haver uma rigorosa correspondência com o trabalho efectivamente

62. Vd Ibidem

63. Vd Ibidem, pg 333

64. Vd Ibidem

desenvolvido e que passará a ser exigido na medida das capacidades de cada indivíduo, as quais se reconhece serem diferentes de indivíduo para indivíduo sem que isso seja fundamento de uma desigual repartição do produto.

Paralelamente, o 'desenvolvimento dos indivíduos em todos os sentidos' surge como outra das características fundamentais do comunismo.

O individualismo que esta expressão deixa transparecer é, no entanto, de um carácter completamente diferente do que caracteriza o individualismo no MPC. Enquanto que neste o indivíduo surge como 'fim' e 'meio' do processo histórico, no MPCom o pleno desenvolvimento das capacidades individuais é tomado também como 'fim' último mas, porque o homem é considerado como um ser eminentemente social, ele só é aceite socialmente quando conseguido em simultâneo com e por meio do desenvolvimento daquelas capacidades no conjunto da comunidade. Daí que o Modo de Produção Comunista seja caracterizado simultaneamente pela ênfase no colectivo e na cooperação e solidariedade entre os homens enquanto que no MPC se privilegiam as dimensões individual e de concorrência entre os homens e entre as classes sociais --- incluindo a subordinação de umas a outras. O ambiente social do comunismo tal como delineado é, afinal, condição e, simultaneamente, consequência da lenta transformação da mentalidade humana --- também ela portadora dos 'estigmas da antiga sociedade' capitalista --- e consequente criação do 'homem novo' comunista.

Em nosso entender, a referência que Marx faz à forma como se ligam este desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e da comunidade e o aumento das forças produtivas --- i.e., ligando este último à prévia verificação daquele primeiro --- fazem dela um autêntico libelo acusatório contra posições posteriores de autores que se reivindicam do marxismo e que, escudados em afirmações genéricas que Marx também escreveu (65), viram no prévio desenvolvimento das forças produtivas condição necessária e (quase) suficiente para desencadear a transformação das relações de produção e, assim, se passar ao comunismo.

65. Vd MARX "Prefácio ...", op. cit., pp 184 e MARX História da Filosofia, Estampa, Lisboa, 1976, pp 121/2

A semelhança de Marx também Engels se debruçou sobre as características do homem novo que era necessário criar e que o MPCom tornava possível e, mais, exigia. Para ele o caminho a percorrer na implementação deste é o da

" substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de pormenor, pelo indivíduo totalmente desenvolvido para o qual diversas funções sociais são simplesmente modos de actividade que se alternam." (66)

A criação deste homem novo está intimamente articulada com o fim da divisão do trabalho tal como conhecida até então e com a democracia social tal como Marx a entende. É que só este novo tipo de homem é capaz de, pela preparação adquirida, desempenhar uma grande variedade de 'modos de actividade que se alternam' e de dominar vários processos produtivos de uma forma que lhe permita, quer ao nível da unidade de produção quer ao nível da sociedade, exercer o controlo social que é o fundamento do MPCom e que no MPC era apanágio exclusivo da classe capitalista que dominava e que procurava manter as classes dominadas no relativo desconhecimento de parte significativa da informação indispensável ao exercício do controlo social.

A concepção sobre a complexidade dos processos produtivos e das técnicas neles utilizadas que surgem como subjacentes a estas teses surge-nos hoje, face à enorme complexidade dos processos produtivos e das técnicas tal como os conhecemos actualmente, eivada de uma grande ingenuidade. Porém, esta constatação não deve ofuscar aquela que nos parece a conclusão fundamental para que ela aponta: a necessidade de, através da difusão daqueles conhecimentos e de formas institucionais apropriadas, eventualmente ainda por criar, assegurar que cada membro da sociedade tenha acesso ao controlo sobre o processo económico-social em que se insere, e isto quer ao nível micro quer ao nível macro-social.

66. Vd ENGELS Anti-Dühring, op. cit., p. 361/2

Para Marx, tal como para Engels, esta exigência de um homem totalmente desenvolvido surge, por outro lado, intimamente ligada à necessidade de promover um constante crescimento das forças produtivas.

Este, graças à apropriação social dos meios de produção que caracteriza o MCom é agora uma possibilidade pois liberta meios até aí orientados para o consumo de luxo da burguesia e, por outro lado, liberta a inovação técnica e a passagem da descoberta científica à sua aplicação concreta da 'contrainte' que é a sua sujeição aos interesses de uma classe minoritária, a burguesia, e que resulta na necessidade de produzirem lucros.

Por outro lado, aquela apropriação social terá como consequência a eliminação da produção de mercadorias enquanto tal (67) já que esta, enquanto produção de valores de troca, assenta numa separação entre produtores directos e meios de produção a que a apropriação social dos meios de produção põe termo.

Assim sendo, a lei do valor enquanto reguladora da distribuição intersectorial dos recursos, deixa de actuar logo na fase socialista do Modo de Produção Comunista. Esta regulação é assegurada a partir de então pelo planeamento micro e macro-social da utilização dos recursos (nomeadamente de trabalho) a fim de produzir bens em função principalmente do seu valor de uso e não do valor de troca --- o que significa e é condição para fazer convergir necessidades e produção efectiva (68).

O plano é, pois, o instrumento fundamental da regulação económica na sociedade socialista. Só recorrendo a ele é que a sociedade

"pode permitir à indústria que se estabeleça por toda a terra" (69)

O desenvolvimento da indústria, forma principal de desenvolvimento das forças produtivas, assume portanto um papel fundamental no contexto do Modo de Produção Comunista e surge em continuação do desenvolvimento in-

67. Vd Ideia "Socialismo utópico ...", op. cit., pp 444

68. Vd *Ibidem*

69. Vd ENGELS Anti-Dühring, op. cit., pp 352

dustrial promovido pelo capitalismo. O MPCom é, portanto e neste contexto, um "industrialismo". Mais, o MPCom surge aos olhos dos 'pais do marxismo' como potenciando este crescimento industrial através da libertação de recursos até aí mal utilizados como sejam, p.ex., os que se destinam ao consumo (supérfluo) da burguesia e os aplicados em produções que, no quadro do capitalismo, não encontram colocação (70).

Segundo as concepções marxianas a apropriação social dos meios de produção significa o fim da sua apropriação individual e, por isso, do capital enquanto relação de produção. Não havendo capital também não há trabalho assalariado nem salário pelo que as relações de produção deixarão de ser monetarizadas: segundo uma sugestão do próprio Marx, poderia convencionar-se que a parte de cada produtor directo no produto global passaria a ser representada apenas por um simples cartão onde ela seria registada (71). dinheiro, tornado desnecessário a partir de então, ver-se-ia, enquanto existisse, despido da relação social que a sua posse encerra nas sociedades de classe para permanecer apenas enquanto equivalente geral nas trocas.

Em resumo, o Modo de Produção Comunista é para os 'pais fundadores' do marxismo, um modo de produção caracterizado principalmente pela apropriação social dos meios de produção. Esta, traduzida agora numa democracia económica e social que põe ao alcance de todos os membros da comunidade (agora também todos eles produtores directos mas com um tempo de trabalho efectivo muito mais reduzido) o controlo sobre os meios de produção, permite a produção dos bens em função do seu valor para a satisfação das necessidades democraticamente definidas da comunidade humana.

Por outro lado ela permite também pôr fim à divisão social de trabalho capitalista e que servia de base ao reforço e perpetuação da divisão em classes suscitada pela apropriação individual dos meios de produção.

70. Vd ENGELS "Socialismo utópico ...", op. cit., pg 443

71. Vd MARX "Crítica ...", op. cit., pg 331

Esta divisão em classes é, afinal, o fruto do 'reino da necessidade' em que o homem tem vivido. Por isso o seu termo só é possível quando "todas as fontes da riqueza colectiva jorrarem em abundância". Daí que o MPCom seja simultaneamente o reino do máximo desenvolvimento das forças produtivas o que, dizia-o a experiência do século XIX e dá-lo a normalmente maior produtividade da indústria face aos demais sectores produtivos, se traduz numa visão industrializante do crescimento da produção.

Realce-se, por fim, que o Modo de Produção Comunista se caracterizará igualmente pelo fim da relação de classe entre capitalistas e proletários que se manifesta na relação salarial e, de uma forma geral, de todas as classes. Em consequência o próprio Estado enquanto agente repressivo da dominação da classe possidente extingui-se-á esvaziada que seja a sua função principal.

### I.2.3 --- *Do Modo de Produção Comunista à Formação Social Socialista*

Mas se o Modo de Produção Comunista pode ser assim caracterizado, o que dizer da formação social socialista em que a par das primeiras manifestações dos princípios comunistas subsistem os princípios estruturadores da sociedade característicos do capitalismo e, de uma maneira mais geral, das sociedades de classes?

Nas formulações de Marx e de Engels nem sempre é nítida a distinção entre modo de produção e formação social no sentido que lhes é atribuído neste texto. Assim, se é verdade que uma formação social (p.ex. a socialista) tende para o reino absoluto do modo de produção que a domina (neste ex. o MPCom) a verdade é que a História demonstra que tal tendência é apenas assintótica, i. e., que nunca existiram formações sociais que, porque 'puras', sejam imagens perfeitas do modo de produção que as dominam. Isto, aplicado à sociedade comunista tal como definida por Marx e Engels, faz dela um projecto de estruturação social em que a fronteira com a utopia é pouco nítida.

De recordar que os pais do marxismo se recusaram a formular com precisão tais contornos já que em sua opinião eles dependerão das condições específicas da evolução do processo histórico de cada sociedade concreta. É evidente, porém, que tais sociedades deverão obedecer a um conjunto de parâmetros que são, afinal, os grandes princípios estruturadores do MPCom já identificados atrás sem que, no entanto, seja obrigatório que eles se encontrem plenamente desenvolvidos. É que há que não esquecer que o socialismo é, ele próprio, uma fase de transição para um pleno desenvolvimento dos princípios estruturadores do comunismo.

Tais 'parâmetros' são de natureza qualitativa e é difícil definir com exactidão um grau (quantidade) em que eles correspondam à sociedade socialista. Tal deve-se à permanência das classes e da sua luta as quais podem fazer com que no global se esteja perante uma sociedade socialista apesar de em vários domínios a implantação dos princípios comunistas ser menor. Assim e como o sugere PEREIRA (1976) devemos considerar, procurando interpretar Marx e Engels, que estamos perante uma sociedade socialista quando as relações de produção existentes na sociedade sofreram uma transformação tal que está as-

segurado o controlo efectivo (e a reprodução deste) das condições de produção e de reprodução societal por parte dos trabalhadores e quando a lógica da produção em função da utilidade dos produtos para a maioria dos produtores directos predomina sobre a lógica capitalista da produção em função do lucro. Isto exigirá, como já salientámos, um funcionamento da economia orientado nas suas linhas fundamentais por um plano e não pelo funcionamento da lei do valor e da anarquia 'controlada' pela 'mão invisível' que, para os clássicos, tende a regular os mercados (72).

Se as contribuições de Marx e de Engels sobre o MPC e sobre os 'parâmetros' do MPCom constituíram, a partir do seu aparecimento, o ponto de referência fundamental --- mas, reconheça-se, não exclusivo --- do debate sobre o socialismo este, mesmo o especificamente marxista, não se limita aos fundadores do marxismo.

Vejamos algumas das contribuições marxistas pós-marxianas para o debate sobre os contornos do socialismo enquanto modelo de organização societal.

### I.3 --- O socialismo marxista pós-marxiano

Ainda que não orientada primordialmente para ela, a caracterização do Modo de Produção Comunista que transparece do conjunto da obra dos fundadores do marxismo é de importância fundamental. De facto passou a ser em relação a ela que de então para cá se passou a definir o essencial do pensamento socialista, mesmo daquele que rejeitou no todo ou em parte o essencial das teses marxianas.

Corroborando a distinção já patente em Marx entre propriedade jurídica e propriedade económica e pondo o acento tónico na importância desta última no complexo das relações sociais Lênine, durante o curto período que

72. Vd PERSIRA, J. M. O socialismo ..., op. cit., pp 85

decorreu entre a revolução (burguesa) de Fevereiro de 1917 na Rússia e a revolução (proletária) de Outubro, afirmava que os partidários do socialismo deveriam

"exigir a nacionalização de todas as terras do país, i.é, a entrega da sua propriedade total ao poder central (...). [Mas] são os sovietes regionais e locais de deputados camponeses --- e não a burocracia, os funcionários --- que disporão inteira e exclusivamente das terras e fixarão as condições locais [da sua] posse e usufruto." (73)

As condições políticas conjunturais em que tal reivindicação foi feita podem eventualmente levar à conclusão de que se tratava de uma posição ditada por interesses meramente momentâneos com o intuito de desenvolver nas zonas rurais e de uma forma ampla um 'duplo poder' que contribuísse para diminuir a autoridade do Estado (burguês) central e, simultaneamente, permitisse erigir a 'aliança operário-camponesa' que se acreditava ser necessária à luta pela transformação socialista da sociedade russa de então.

Por outro lado, as condições específicas do mundo rural da Rússia da época --- fraco desenvolvimento do MPC, fraca penetração do Partido Bolchevique, aí em franca minoria face aos 'socialistas revolucionários' --- poderiam estar na base de uma limitação daquela ênfase a este sector como mera manobra tática de aproximação ao campesinato.

Não acreditamos, porém, que seja este o caso ainda que reconhecamos que dificilmente tais considerandos 'conjunturais' e 'tácticos' possam ser colocados completamente de parte.

De facto é o próprio Lênine que se encarrega de noutro momento esclarecer mais explicitamente o conteúdo que dava ao socialismo:

"o socialismo é antes de mais o controlo. O socialismo não é o resultado de decretos vindos de cima." (74) [sublinhado meu, AS]

73. Vê LÊNINE "As tarefas do proletariado na nossa revolução" in LÊNINE *Oeuvres*, t.24, Éditions Sociales, Paris, 1974, pg 61

74. Vê LÊNINE "Discurso na sessão do Comité Executivo Central da Rússia (4/171/NOV/1917)" in *Ideas Oeuvres*, t.26, op. cit., pg 309

Este acento tónico no controlo da produção e da repartição dos produtos pelos produtores directos foi, aliás, reforçado por Lénine mais de uma vez (75).

De notar que ao referir especificamente a entrega da "disposição" dos meios de produção aos soviets de camponeses Lénine, confrontado com a realidade da proliferação e da importância dos soviets na Rússia de então como órgãos do "governo operário novo, não-oficial, (...) que expressa os interesses do proletariado e de toda a parte mais pobre da população da cidade e do campo" (76) durante o período posterior à revolução de Fevereiro, não segue integralmente a perspectiva mais globalizante defendida por Marx acerca do exercício por toda a sociedade desta propriedade social.

Para Lénine o exercício de um tal controlo estava, além do mais, extremamente facilitado e, por isso, ao alcance de todos dado que no seu entender ele se reduzia a tarefas tão simples que o ler e o escrever seriam suficientes para o efectuar. É nítida aqui a influência quer do fraco nível de complexidade técnica das forças produtivas da época --- facto que já influenciara o próprio Marx --- quer da concepção ingénua que Marx tinha tido sobre elas e sobre o seu desenvolvimento.

Que tais tarefas não se mostraram tão simples quanto pareciam ser aos olhos de Lénine é o que resulta da sua declaração, anos depois e já perto do final da sua vida, de que se tornava necessária a realização de uma "revolução cultural". Esta é vista por ele fundamentalmente na sua dimensão de expansão da acção educativa, de preparação científico-técnica das populações tendo em vista o conhecimento e controlo dos processos de produção. Para Lénine, uma vez tal "revolução cultural" levada a cabo, o país transformar-se-ia num país plenamente socialista (77).

75. Vd Ideas, t.27, pg 253

76. Vd LÉNINE "1ª carta de louça" (Março de 1917) in Ideas Oeuvres, op.cit., t. 23, pg 332.

77. Vd Ideas "Sobre a cooperação" in Oeuvres, t.33, pg 427 e a citação de Lénine em FERREIRA, J.M. op. cit., pg 43

Foi Gramsci quem ainda mais explicitamente que Lênine entendeu como inerente ao socialismo uma profunda transformação cultural relativamente ao capitalismo.

Em Gramsci ela incluía mas ultrapassava significativamente a preparação técnico-científica. Na verdade, muito para além desta, ela significava também uma profunda reforma intelectual e moral que subvertesse completamente o padrão burguês de valores (78).

Estamos aqui no domínio da transformação também de todo o amplo nível superestrutural e não já somente no das transformações da infraestrutura --- a que o próprio Marx tinha dado uma ênfase muito especial --- ou das mudanças no domínio político --- a que Lênine dera especial atenção.

Por outro lado e numa perspectiva que segue de perto a ênfase que nos primeiros anos da Revolução Russa era dada aos soviets e aos comités de fábrica enquanto órgãos do poder proletário, Gramsci sublinha que a produção deve ser controlada directamente pelos operários organizados nas empresas em conselhos de fábrica que substituam os capitalistas em todas as funções de direcção e de administração corrente.

Este controlo da produção deve ser coordenado a nível superior por organismos também eles puramente operários (79).

Órgão de base deste poder operário em todos os escalões no entender de Gramsci,

"o conselho de fábrica deve ser formado segundo o princípio da organização por indústria [e] deve representar para a classe operária o modelo da sociedade comunista." (80)

Estes conselhos de fábrica e toda a estrutura coordenadora da sua acção não dispensam, no entanto, a existência de um partido político de base operária e do próprio Estado.

78. Vê , para um bom contacto com o pensamento de Gramsci, GRAMSCI, António Obras Escolhidas (2 vols), Estampa, Lisboa, 1974; GRISONI, D. e MAGGIORE, R. 1er Gramsci, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976 e também NACCINOCHI, Maria-Antonieta Four Gramsci, Seuil, Paris, 1976

79. Vê GRAMSCI, A. op. cit. (vol 2), pg 58

80. Vê Ibidem, pg 35

O Partido, enquanto organização que reúne exclusivamente os militantes mais activos e dedicados, deverá ser fundamentalmente um órgão de educação comunista da classe operária, "o poder supremo que harmoniza e conduz até à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa" (81).

Por sua vez e enquanto não se alcançava o comunismo, sociedade sem Estado caracterizada por uma prática e por costumes económicos solidários, o Estado da fase socialista, transitório por natureza, deve ser diferente do Estado do capitalismo: ele deve ser gerador e incentivador do associativismo e da solidariedade entre a classe operária.

Mas se é ao nível da unidade de produção que o controlo do processo social pelos produtores directos começa ele deve estender-se a todos os níveis; ora, para tanto torna-se necessário que todos os cidadãos disponham da preparação intelectual, da educação, que lhes permita controlar o que os seus representantes nos níveis superiores decidem e fazem de forma a evitar a cristalização de uma camada intelectual-burocrática encarregue em exclusivo de tal função (82).

Foi pensando neste perigo e nomeadamente no perigo de ver o (Aparelho de) Estado e o sistema partidário --- incluindo o(s) partido(s) que se reivindicam de representar(em) o proletariado --- transformarem-se em instrumentos de um domínio do processo social exterior aos produtores directos que Anton Pannekoek em meados deste século e na sequência de uma análise crítica do processo social que se seguiu à Revolução Russa defendeu um socialismo em que o vector principal era o exercício do poder de determinação social por um sistema nacional de "conselhos operários":

"contra a determinação exercida pelo novo capitalismo sob a forma de uma economia planificada dirigida pelo Estado, encontra-se o que Marx chamava a associação de produtores livres e iguais. É por isso que é necessário precisar o objectivo para além dos apelos a

81. Vé Idem in L'Ordine Nuovo, [21/5/1919], coligido em Ibidem Concepção do Partido Proletário, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975, pg 6

82. Vé Gramsci citado in GRISONI, D. et al., op. cit., pg 35

unidade: tomai conta das fábricas e das máquinas; imponham o vosso controlo sobre o aparelho de produção; organizai a produção por intermédio dos conselhos operários." (83)

Para Pannekoek o aparecimento espontâneo de conselhos operários em todas as revoluções (principalmente a russa) em que o proletariado teve um papel activo significava que esta auto-organização dos produtores directos dispensava a presença de "vanguardas da classe operária" quer estivessem organizadas sob a forma de partido quer sob a forma de sindicatos.

Por maioria de razão o Estado tornava-se supérfluo, indesejável até, devido à sua feição repressiva e limitativa da livre expressão da vontade dos produtores directos. Assim sendo, a única forma organizativa destes compatível com o socialismo é um complexo articulado ao nível nacional de conselhos operários autodeterminados (84).

Era esta forma organizativa que, devido à sua própria natureza e à forma como funcionava --- a democracia directa exercida por todos os produtores e a livre revocabilidade dos mandatos dos representantes ---, asseguraria que não se manifestassem as tendências burocratizantes que tinham levado a que na Rússia, segundo Pannekoek, o poder efectivo sobre o sistema económico fosse exercido pela burocracia organizada em torno do Estado e do aparelho partidário.

É, pois, fundamentalmente nesta desconfiança em relação à acção do Partido, dos sindicatos e do Estado e conseqüente recusa em ver neles peças essenciais do socialismo enquanto fase transitória para o comunismo que Pannekoek se distingue de Gramsci. Ainda que já durante o período da Revolução Russa as suas concepções fizessem prever, ao enfatizar o papel nela desempenhado pelos sovietes, as suas concepções futuras, estas são simultaneamente o fruto de uma análise crítica do rumo que aquela teve enquanto que Gramsci só limitadamente pode reflectir tal avaliação crítica por entretanto ter morrido na prisão (1937).

83. Vd PANNEKOEK, *Anton in Workers councils*, pg 231, citado por MATTICE, Paul "Anton Pannekoek et la révolution mondiale" in AA.VV. *Histoire du Marxisme contemporain*, vol. 5, OGE (collection 10/18), Paris, 1976, pg 344

84. Vd PANNEKOEK, A. *As tarefas dos conselhos operários*, Centelha, Coimbra, 1976, pg 344

Note-se, por outro lado, que para Pannekoek estas tendências burocratizantes se encontram intimamente ligadas com a necessidade de promover a modernização e a industrialização de um país.

Por isso, seguindo (também aqui) de perto as concepções marxianas quanto ao processo de superação do MPC nos países da Europa Ocidental, ele considera que o comunismo --- e com ele o socialismo --- só é possível nos países em que um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas possibilitou o aparecimento de uma classe operária também ela desenvolvida e consciente do seu papel histórico.

É ainda aquela avaliação crítica da Revolução Russa e do seu desenvolvimento que está subjacente às concepções de Cornelius Castoriadis sobre o conteúdo do socialismo.

Partindo de uma concepção global muito próxima da que Marx e Engels haviam definido, Castoriadis vai progressivamente aprofundando a sua análise do marxismo e da praxis histórica do socialismo na URSS até posições que o colocam à margem de muitas das teses marxianas, senão mesmo à margem do marxismo (85).

Nas "Concepções e programa de 'Socialisme ou Barbarie'" (1960) --- revista que Castoriadis e o seu grupo publicavam --- defendé-se que

"o socialismo (...) não significa outra coisa senão a gestão operária da sociedade; a classe [operária] não pode libertar-se senão através do seu próprio poder." (86) [sublinhado meu. AS]

Este poder deverá ser exercido através de Conselhos Operários funcionando pelo método da democracia exercida directamente pelos produtores. São estes conselhos que elaborarão um plano global para o funcionamento da

85. Para uma boa síntese do que foi esta evolução vd FERREIRA, J. M. Carvalho La problématique de la transition vers le socialisme dans l' Histoire: le cas du Portugal (du 25.Avril.74 au 25.Nov.75), polic, tese de doutoramento de '3<sup>me</sup> cycle', [Lisboa], [1984], a que se deve uma contribuição importante para esta síntese.

86. Vd CASTORIADIS, Cornelius La société bureaucratique, vol 2, UGE (collection 10/18), Paris, 1973, pg 410

economia que deverá ser submetido ao voto da população trabalhadora. Assim, o Estado enquanto aparelho de direcção da economia e gozando de uma certa autonomia em relação a ela desaparecerá (87).

Esta forma organizativa é a única que, recusando a divisão capitalista do trabalho entre executantes e responsáveis pela orientação da produção e circulação de mercadorias, assegura que não se desenvolverão relações sociais de produção caracterizadas pela existência de uma burocracia que dispõe de facto dos meios de produção e que define o que produzir e que utilização dar à produção.

Ora, para que tal burocratização das relações seja impedida, para que o poder operário seja uma realidade ao nível da sociedade enquanto instrumento do projecto de autonomia individual e colectiva que o socialismo é, é necessário que ele se exerça desde o nível da fábrica. Isto implica a necessidade de proceder a uma radical modificação da tecnologia utilizada na produção já que esta, porque não socialmente neutra, determina a divisão do trabalho e a própria caracterização (só aparentemente técnica) do trabalho executado (88).

Paralelamente, a modificação da tecnologia empregue na produção tinha como objectivo acabar com a alienação do homem a que o capitalismo conduzia (89).

Estamos, portanto, perante um distanciamento face à concepção mais produtivista do socialismo marxista. Esta enfatiza o necessário desaparecimento do capitalismo devido à sua incapacidade de permitir uma expansão das forças produtivas que permitisse ultrapassar os limites ao consumo em função das necessidades, que permitisse dar 'o salto do reino da necessidade ao reino da liberdade'. Ora Castoriadis declara que

87. Vd *Ibidem*, pg 411/2

88. Vd *Ibidem*, pg 414

89. Vd CASTORIADIS, C. Socialisme ou Barbarie citado por FERREIRA, J.M.C. op. cit., pg 151 e também CASTORIADIS, C. L'institution imaginaire de la société, Seuil, Paris, 1975, pg 150/1

"não vemos o socialismo como um meio para elevar os níveis de consumo (...). Nós vemos no socialismo um meio de tornar a dar um sentido à vida dos homens ou, melhor, uma organização da sociedade que permita aos homens definirem eles próprios o sentido que querem dar à vida (...) [já que] a sua fonte primeira é a luta dos trabalhadores contra a exploração e a desumanização a que estão submetidos." (90) [Sublinhados meus, AS]

Esta ênfase numa leitura mais humanista do socialismo, com inequívocas raízes no Marx dos primeiros escritos e de autores socialistas pré-marxianos, vai de par com o convencimento de que não corresponde à verdade a definição --- que Castoriadis qualifica de 'mítica' --- do comunismo como forma de organização social sem quaisquer instituições e em que existe uma total transparência do seu funcionamento e das relações que se estabelecem entre os homens (91). Posta de parte esta feição 'utópico-anarquizante', o socialismo enquanto projecto revolucionário continua a ser possível e desejável e por isso deve ser prosseguido enquanto escolha dos homens tendo em vista a autonomia individual e colectiva (92).

Uma visão também não-'mítica' do comunismo --- pelo menos na medida em que nega a concepção 'mítica' da total igualdade entre os membros da sociedade --- parece ser também a concepção de WRIGHT (93):

"O próprio 'comunismo' será entendido como uma sociedade na qual a exploração baseada nos conhecimentos/capacidades ["skill-based exploitation"] teria definhado ["withered away"], i.e., em que os direitos de propriedade em *skills* foram igualizados. aliente-se que isto não quer dizer que no comunismo todos os indivíduos

90. Vd CASTORIADIS, C. La société ..., op. cit., pg 414/5

91. Vd Ibidem Y' institutions ..., op. cit., pg 153-6

92. Vd Ibidem, pg 150 e seqs

93. Vd. WRIGHT, Erik Olin Classes, Verso, Londres, 1985, especialmente pg.78 e seqs.

*possuirão* [itálico no original - AS] os mesmos *skills*. São os seus direitos de propriedade ["ownership"] sobre eles que são igualizados." (94)

Nesta obra, já referida na introdução a esta Parte A a propósito da determinação do conceito de classe social, a principal preocupação do autor não é a identificação dos traços tipicadores do comunismo ou do socialismo mas sim a análise de classes das sociedades de capitalismo avançado como as da América do Norte e da Europa Ocidental. Ora, é exactamente neste quadro, que ele procura definir quais os fundamentos da organização em classes de cada modo de produção.

É assim que conclui que tal fundamento são as relações de exploração (95) que se estabelecem entre os grupos sociais e que estas podem ter como fundamento a desigualdade no controlo de qualquer um dos quatro factores de produção --- referidos como recursos ["assets] produtivos --- que identifica: trabalho, meios de produção, organização e *skills* (96).

São exactamente estes dois últimos factores que, para WRIGHT, são fundamentais nos modos de produção "estatista" e "socialista", respectivamente.

No primeiro, o das sociedades "de socialismo de Estado", o controlo sobre a divisão técnica do trabalho --- e, com ele, do fundamental do processo social --- é feita centralmente e o controlo sobre os recursos organizacionais é levado a cabo já não pelos *managers* ao nível da empresa (como no capitalismo) mas sim ao nível dos órgãos centrais de planeamento, dentro do Estado. A relação de classe fundamental nele definida é, assim a que se estabelece entre os *managers*/burocratas e os não-*managers*.

94. Vd Idem, op. cit., pp 86.

95. Vd a definição de exploração na introdução da Parte B. Vd também WRIGHT, B.O. op. cit., pp 77.

96. Para uma análise crítica da utilização destes dois factores produtivos, nomeadamente a organização, como fundamento da análise de classes, vé o texto do próprio WRIGHT, pp 81.

Assim sendo, para o autor, a tarefa da transformação das sociedades estatistas é a da equalização do controlo económico efectivo sobre os recursos organizativos (97).

" A equalização do controlo sobre estes recursos significa essencialmente a democratização dos aparelhos burocráticos. Isto não implica necessariamente uma democracia directa em todas as actividades, onde todas as decisões sejam tomadas em assembleias democráticas. Terá que haver delegação de responsabilidades bem como, naturalmente, formas representativas de controlo democrático. Mas os parâmetros essenciais do planeamento e da coordenação da produção social terão de ser efectuados através de mecanismos democráticos e a detenção de posições delegadas de responsabilidade organizativa não pode dar origem a reivindicações de carácter pessoal sobre o excedente social."

É evidente a proximidade destas teses do autor em relação às de Lênine sobre a democracia soviética. Tal proximidade é, aliás, reconhecida pelo próprio WRIGHT (98).

No socialismo, o fundamento da exploração é a posse de conhecimentos/capacidades ["skills"]. Reconhecendo, no entanto, a diferença existente entre este recurso e os demais, o autor considera que, embora fundamento de uma relação de exploração, ele

"não é realmente a base de uma relação de classe, pelo menos no mesmo sentido em que o são a força de trabalho, o capital e os recursos organizacionais. Neste sentido, o socialismo (em contraste com o estatismo) poderá ser visto como uma sociedade com exploração mas sem classes plenamente constituídas." (99)

97. *Ibidem*, op. cit., pg 84.

98. *Ibidem*.

99. *Ibidem*, op. cit., pgs 85-86.

Na medida em que esta situação retrata o início do que se poderá designar como uma dissolução das classes sociais, o socialismo aparece aos olhos de WRIGHT como sendo de facto, tal como estaria no espírito de Marx, o 'estádio inferior' do comunismo (100).

Autonomia, autogestão, controlo (seja ele efectuado por toda a sociedade ou privilegiadamente pelos operários), enfim, transformação das relações de produção capitalistas no sentido de colocar ao alcance de todos os membros da sociedade o comando da evolução histórica (101) desta é, à evidência, o aspecto fundamental a ser sublinhado numa sociedade em que o modo de produção comunista seja determinante da organização social.

Para que assim seja ao nível societal é necessário que o controlo comece nas próprias unidades de produção. Interessa, por isso, determinar qual a forma de organização destas que torna possível aquele projecto aos mais diversos níveis.

Especial interesse no caso dos países em que o sector agrícola tem uma dimensão muito significativa é determinar como é vista aquela organização neste sector e o papel deste (e dos seus membros) no conjunto da sociedade.

#### I.4 --- Agricultura e socialismo

Testemunha do desenvolvimento do capitalismo e, com ele, da indústria, Marx ao tentar explicar a origem do nível MP invoca um processo multiforme de 'acumulação primitiva de capital' em que, a par da 'pilhagem colonial' desencadeada após os Descobrimentos, desempenha papel importante, principalmente em Inglaterra, a expropriação das terras de parte significativa

100. Ibidem

101. A ênfase no controlo social sobre o processo histórico está também patente no texto de WRIGHT que citámos na Introdução. Para um desenvolvimento deste aspecto vd. também o Anexo 2 além, claro, do texto de WRIGHT, especialmente a pág. 13.

da população camponesa organizada em pequenas unidades de produção agrícola e conseqüente libertação de mão-de-obra para a produção industrial. Foi esta a via principal de integração da agricultura pré-capitalista no processo histórico que conduz à dominância do MPC.

Tornada peça fundamental do aparecimento do capitalismo, a tendência, identificada pelo marxismo, ao desaparecimento da pequena produção agrícola deve-se ao facto de ela ser vista por ele como incapaz de fazer frente à crescente produtividade da produção capitalista. Isto acontece porque, segundo Marx, a pequena produção

"exclui a concentração [dos meios de produção], (...) a cooperação em grande escala, a subdivisão do trabalho (...) nos campos, o maquinismo, o livre desenvolvimento das forças sociais de trabalho (...). [Por isso] ela não é compatível senão com um estado de produção e da sociedade muito limitado. Eternizá-lo seria (...) 'decretar a mediocridade em tudo'. Mas chegado a um certo nível, ele gera internamente os agentes materiais da sua própria dissolução." (102)

Naturalmente, o desaparecimento desta pequena produção agrícola significa, sob o ponto de vista da estrutura social, o desaparecimento da classe dos (pequenos) camponeses, definidos por Engels como os cultivadores/proprietários de "um bocado de terra não maior que aquilo que ele pode cultivar regularmente com a sua própria família e não menor do que o que lhe é necessário para a alimentação desta (...) [e] que mantém a posse dos seus meios de trabalho" (103).

Estes camponeses seriam transformados ao longo do processo de desenvolvimento capitalista e de concentração dos meios de produção que lhe é inerente quer em operários industriais (a maioria) quer em assalariados rurais (uma parte) quer ainda em capitalistas agrários (uma ínfima minoria).

102. Vê MARX *Le capital*, op. cit., pg 565

103. Vê ENGELS "La question paysanne en France et en Allemagne" in *O.Ch.*, op. cit., pg 654

Esta perspectiva de evolução da agricultura significa que Marx não via motivos para esperar para ela uma evolução significativamente diferente --- a não ser no que concerne aos fluxos intersectoriais de mão-de-obra --- da do sector industrial, este encarado como o sector capitalista por excelência.

Isto acontecia apesar de Marx atribuir às classes sociais nela envolvida --- nomeadamente os camponeses --- um comportamento social diferente do dos proletários: enquanto que estes constituem para Marx a única classe verdadeiramente interessada em transformar as relações de produção do capitalismo, os camponeses 'não são revolucionários mas conservadores; mais, eles são reaccionários' (104).

Esta visão pouco favorável do campesinato deve-se ao facto de se entender que ele procurava impedir aquilo que o desenvolvimento do capitalismo tornava inevitável aos olhos de Marx --- e que era até, segundo ele, uma das tarefas históricas do MPC: a eliminação da pequena exploração agrícola, pouco produtiva e apropriada individualmente, e o desaparecimento dos camponeses enquanto grupo social autónomo com a autonomia (relativa) que lhe confere o controlo sobre os seus meios de produção.

Este entendimento que Marx tinha do campesinato não o impediu, no entanto, de anos mais tarde apoiar a tentativa da Comuna de Paris de chamar a si o apoio dos camponeses franceses na guerra civil em França (1871) (105).

Esta admissão da possibilidade e da conveniência de uma aliança política entre operários e camponeses não significava, porém, qualquer modificação naquela que era a visão marxiana do processo real sob o capitalismo: a inevitável tendência à concentração dos meios de produção, incluindo a terra dos camponeses e conseqüente proletarização destes.

Engels, no entanto, veio a dizer anos depois (em 1894, quase cinquenta anos depois do "Manifesto" e dez anos depois da morte de Marx), que se no capitalismo a concentração com expropriação das terras dos camponeses pelo capital era inevitável face à concorrência das unidades de produção agrícola

104. Vd MARX e ENGELS "Manifesto ...", op. cit., p. 49

105. Vd MARX "la guerre civile en France" in Op. Cit., op. cit., p. 291

capitalistas, após a tomada do poder pelos proletários existe uma possibilidade de a concentração, inevitável em si mesma como forma de melhorar as condições de vida da população rural (106), ser levada a cabo sob o controlo dos próprios camponeses e já não dos capitalistas:

"(...) no dia em que o poder estiver nas nossas mãos (...) o nosso dever para com o pequeno camponês é, em primeiro lugar, fazer passar a sua propriedade e a sua exploração individuais à exploração cooperativa, não constringindo-o a tal mas levando-o a isso através de exemplos e pondo à sua disposição a ajuda da sociedade." (107)

A cooperativa é, pois, encarada como a forma organizativa que permite manter o controlo do processo de concentração das terras e, de uma forma mais lata, do conjunto do processo económico-social ao alcance dos camponeses (108). Repare-se que o que se pretende é assegurar o controlo do processo de concentração das terras pelos camponeses; a necessidade daquela concentração não é, porém, posta em causa.

A cooperativização do campo, a ser desenvolvida sem coacção sobre os camponeses, aparece, pois, ligada à questão da área economicamente rentável da exploração agrícola já que se entende que é a grande exploração que, através da possibilidade que ela dá do uso em comum de muitos instrumentos de produção, permite não só uma economia de mão-de-obra como também um aumento do nível de vida dos camponeses dado o aumento da produtividade obtido (109).

Assim e no fundo, as unidades de produção agrária pouco se distinguem das unidades de produção industrial: também nelas se espera virem a fazer-se sentir as economias de escala proporcionadas pela grande produção 'industrializada' com o recurso aos 'maquinismos' e à 'divisão do trabalho' no quadro da "cooperação em grande escala" de que falava Marx.

106. Vd ENGELS "La question ...", op. cit., pg 657 e 665

107. Vd *Ibidem*, pg 664

108. Vd *Ibidem*, pg 665

109. Vd *Ibidem*, pg 664

Esta perspectiva de extensão ao sector agrícola de condições de produção pensadas fundamentalmente em função do processo produtivo característico da indústria é uma das características que se irá mostrar mais permanentes --- e nocivas, porque não atendendo à especificidade do processo produtivo agrícola --- das concepções marxistas sobre o desenvolvimento da agricultura.

A opção pela cooperativa como forma de (re)organização da pequena produção camponesa não é, no entanto e em Engels, uma mera opção técnica ditada pelas vantagens que ele vê na grande exploração. Trata-se também de uma opção política e social já que é a cooperativização dos camponeses que permitirá evitar a sua proletarização levada a cabo pelo capitalismo. Ora, para Engels,

"quanto maior fôr o número de camponeses a que evitarmos a queda no proletariado e que pudermos conquistar ainda enquanto camponeses mais rápida e fácil será a transformação social [socialista]." (110)

A isto está ligado o facto de Engels considerar que, porque ele não explora o trabalho de outros, os socialistas deverão considerar o pequeno camponês trabalhando por sua conta como "sendo virtualmente um dos nossos" (111), i.e. um explorado pela burguesia e por isso disposto a lutar pela construção do socialismo. Este, portanto, não é já unicamente o objectivo do proletariado; ele pode ser também o objectivo do campesinato.

Por outro lado Engels tem o cuidado de não considerar a população rural como uma massa homogénea de camponeses. Para além dos pequenos agricultores com uma economia de base familiar existem igualmente os médios e grandes camponeses, por um lado, e as unidades agrícolas de produção capitalista.

110. Vd Ibidem, pg 666

111. Vd Ibidem, pg 665

Aqueles recomenda que, porque também eles não reúnem condições para resistirem à penetração do capital na agricultura devem reunir as suas explorações em cooperativas de produção agrícola que, tal como no caso dos pequenos produtores, lhes permitam beneficiar das vantagens da grande produção 'industrializada'.

Já quanto às grandes explorações capitalistas a solução é a sua expropriação, à semelhança do que deverá ser feito no sector industrial. Porém Engels apressa-se a esclarecer que no socialismo

"as grandes explorações assim entregues à comunidade deverão ser entregues aos trabalhadores agrícolas que já as cultivam organizados em cooperativas sob o controlo da comunidade. Sob que formas tal controlo será feito é coisa que não pode ser definida desde já." (112)

A cooperativa surge, portanto, em Engels como a forma de organização da produção a promover no socialismo seja qual for a forma anterior de exploração da terra. Procura-se assim fugir ao controlo quer dos capitalistas quer do (Aparelho de ) Estado.

Vítimas da expropriação sob o capitalismo ou associados em cooperativas no socialismo, para os 'pais fundadores' do marxismo os camponeses --- enquanto grupo social com relativa autonomia e influenciado ainda pelas relações sociais pré-capitalistas --- e a pequena produção que lhes serve de suporte económico desaparecerão forçosamente.

Esta visão sobre a evolução do processo económico é, no fundamental, retomada por Karl Kautsky.

Em 'A questão agrária' (113) editada em 1898, reconhecendo a pouca importância que , em relação à indústria, Marx e Engels tinham dado ao estudo da agricultura, Kautsky vai procurar aplicar mais sistematicamente àquele sec-

112. Vd *Ibidem*, pg 668

113. Vd KAUTSKY, Karl *A questão agrária*, 2 vols, Portucalense Editora, Porto, 1972

tor as teses centrais dos criadores do marxismo. Preocupação importante face à realidade da época é o estudo do papel das formas pré-capitalistas de produção no desenvolvimento das sociedades em que o capitalismo se tornara dominante.

Reconhecendo que a negação da sociedade capitalista pelo socialismo não significa a eliminação de todos os aspectos que caracterizam aquela, Kautsky reconhece também, na linha dos fundadores do marxismo, que uma das inovações importantes desta em relação à agricultura pré-capitalista é a introdução da produção em grandes unidades produtivas (114).

Estas têm sobre as pequenas unidades de produção quer vantagens técnicas --- possibilidade de introdução de máquinas, de irrigação do solo, etc. --- quer vantagens no domínio do crédito e da comercialização dos produtos.

Estas vantagens ultrapassam as da pequena exploração como seja a da maior intensidade da agricultura e do próprio trabalho do agricultor. De facto, a possibilidade de nestas pequenas propriedades o proprietário abdicar de parte da sua remuneração tem como resultado, muitas vezes, o baixo nível de vida dos camponeses. Estes chegam a ter um nível de vida inferior ao dos assalariados rurais apesar de serem proprietários dos seus meios de produção.

Enfim, subscrevendo o que Marx disserá, Kautsky considera que de facto

"nem a alimentação infra-humana do pequeno camponês nem o trabalho sobrehumano constituem qualquer vantagem da pequena exploração. Estes dois factos mostram-nos que a pequena exploração é um fenómeno económico do passado e ambos constituem obstáculos ao progresso económico. Devido a eles a pequena propriedade fundiária é um meio de constituir quase fora da sociedade uma classe de bárbaros (...)." (115)

114. Ver o capítulo "Grande exploração e pequena exploração" in *Ibidem*, op. cit., vol. I, pp. 129-31

115. *Id Ibidem*, pp 156

A evolução histórica deve, pois, tender a acabar com tais explorações. Assim acontecerá de facto a não ser que a pressão populacional conduza a que, em conjugação com a falta de empregos alternativos à agricultura e com a escassez de terras disponíveis, se desencadeiem pressões no sentido da cada vez maior parcelização da terra (116).

Aquela concentração da terra vê-a Kautsky, à semelhança do que propusera Engels, como possível de ser feita sob a forma de cooperativa de produção agrícola reunindo os camponeses (117).

Kautsky não acrescentou, portanto, nada de significativamente novo às teses de Marx e de Engels sobre a caracterização da agricultura no socialismo: por um lado, desaparecimento da pequena exploração em favor da grande exploração 'industrializada' e, com ela, do próprio campesinato e, por outro, organização cooperativa da produção agrícola.

As contribuições posteriores de autores marxistas neste domínio também vão seguir de perto o que estava adquirido desde Marx e Engels.

Lénine, por exemplo, considerava que uma vez que no comunismo se dá a completa supressão das classes sociais também os camponeses, enquanto pequenos produtores gozando de autonomia no quadro social, tenderão a desaparecer:

"suprimir as classes não é apenas acabar com os grandes proprietários rurais e os capitalistas (...), é também suprimir os pequenos produtores de mercadorias (...)." (118)

Como fazê-lo era e é uma questão importante da transição para o socialismo mas fosse qual fosse a solução a adoptar --- e Lénine sublinhava que era necessário 'faire bon ménage' com os camponeses --- o seu desaparecimento a prazo era inevitável também no quadro do socialismo.

---

116. Vd *Idem*, vol 2, pg 10

117. Vd *Idem*, vol 1, pg 137

118. Vd LÉNINE "La maladie infantile du communisme, le 'gauchisme'" (1920) in LÉNINE ŒUVRES, op.cit., t.51, pg 39

O que está em causa é, mais uma vez, a ênfase que certas interpretações do marxismo costumam colocar no vector volume a produção e, ligado a ele, na incapacidade de a pequena exploração não só resistir à concorrência das grandes empresas capitalistas agrárias como também proporcionar um nível de vida satisfatório aos seus detentores (119).

Por isso a solução no socialismo estava, também para Lênine, na produção em unidades de produção de grande dimensão em que se produzisse

" sob a orientação de agrónomos e dos soviets de deputados dos assalariados agrícolas e utilizando as máquinas mais aperfeiçoadas e as sementes de melhor qualidade, os processos mais modernos da técnica agrícola." (120)

O mesmo se faria, evidentemente, para o eficaz aproveitamento das terras confiscadas aos grandes proprietários rurais (121).

Pelas referências que são feitas ao tipo de organização da produção verifica-se que Lênine adopta uma posição na linha da que já tinha sido adiantada por Kautsky e que, por sua vez, inseria as suas raízes na visão 'industrialista' que já transparecia nas análises marxianas da agricultura.

Assim e a não ser na referência --- fundamental, sem dúvida --- à necessidade da orientação pelos soviets do processo de desenvolvimento da agricultura, quanto é afirmado é nitidamente inspirado na organização capitalista da produção ou, melhor, na divisão capitalista do trabalho à qual é dada, assim, um carácter socialmente neutro que ela não tem.

Ora, já se salientou atrás que à modificação das relações de produção --- p. ex., a substituição das relações capitalistas pelas socialistas --- terá que corresponder uma modificação da própria divisão do trabalho e, com ela, do 'processo', do 'conteúdo', do 'tipo de técnicas' e do 'tipo de objectos' produzidos sob pena de a anterior organização da produção (neste exemplo a capitalista) tender a reproduzir as relações sociais (capitalistas) de produção que lhe andam historicamente associadas.

119. Vê LÊNINE "Le Congrès des députés paysans" (Abril/1917) in LÊNINE ŒUVRES, op.cit., t. 24, pg 164

120. Vê Ibidem, Ibidem

121. Vê Ibidem "les tâches du prolétariat dans la présente révolution" (Thèses de Abril) in LÊNINE ŒUVRES, op.cit., t. 24, pg 13

Nada disto é tomado em consideração nem em Kautsky nem em Lénine. E no entanto, apesar de esta crítica só ter sido mais explicitamente formulada após análises críticas do processo económico-social da União Soviética, a verdade é que o marxismo contém em si, desde o início, elementos que poderiam conduzir a uma tal reflexão. é o caso, por exemplo, das concepções sobre a necessidade de modificar a divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual, necessidade esta de que os 'pais fundadores' do marxismo e os seus seguidores do início deste século parece não terem conseguido retirar todas as ilacções.

De notar é o facto de que, ao contrário de Engels, Lénine não nutria nos primórdios da Revolução Russa grande simpatia pelas cooperativas.

De facto, numa atitude que reflecte quer a existência e a importância dos sovietes na Rússia dos primeiros anos da Revolução quer a influência do entendimento mais genérico sobre o controlo da produção pela sociedade que vinha principalmente de Marx, Lénine prefere enfatizar o controlo da produção levado a cabo pelos sovietes. A forma cooperativa era vista por Lénine como sendo útil principalmente no domínio da organização da circulação dos produtos, i. é, no comércio, e não como forma de organização da produção.

Esta perspectiva face às cooperativas veio a ser modificada posteriormente de forma significativa. Passando então a enfatizar a organização cooperativa da produção --- e não já apenas da circulação --- ele declarava em 1922 que "quando a população está agrupada, no maior número possível, em cooperativas o socialismo realiza-se por si próprio" (122).

Fim da pequena exploração e implementação da cooperativização massiça dos camponeses é ainda o que predomina em Mao Tse Tung, realçando ele que esta última é simultaneamente uma revolução social e uma revolução técnica importante.

122. Vd. Idem "Sobre a cooperação" in LÉNINE OBRAS, op.cit., t.33, pp 480.

Revolução social porque permite simultaneamente transferir para os camponeses o controlo sobre a terra e evitar a polarização social no seio destes (123). Revolução técnica porque permite ultrapassar a pequena produção artesanal:

"porque esse desenvolvimento [da agricultura] não pode realizar-se na base da pequena economia camponesa; só pode apoiar-se na grande exploração agrícola, isto é e no caso do nosso país, numa agricultura socialista organizada em cooperativas. Só este tipo de agriculturaará aos camponeses um poder de compra incomparavelmente superior àquele de que dispõem actualmente." (124)

Baran segue de perto as orientações destes 'clássicos' do marxismo e proclama como princípios orientadores para a política económica da fase de transição para o socialismo a necessidade de, como forma de subordinar a agricultura e os camponeses às necessidades da construção da economia socialista,

"liquidar a agricultura de subsistência como forma principal de actividade agrícola e transformar a agricultura em indústria especializada, orientada pelo princípio da divisão do trabalho e para a produção para o mercado, na qual a estrutura da produção bem como a sua distribuição (...) podem ser determinadas pela autoridade planificadora como no caso das outras indústrias. [Isto deve ser feito] por meio da cooperação produtiva dos camponeses e da colectivização (...) [que tenha em vista] a mobilização do excedente económico gerado pelo sector primário (...) [e a destruição da] base de resistência dos camponeses à drenagem do excedente económico." (125) [Sublinhado meu, AS]

Enfim, as linhas fundamentais caracterizadoras da organização da agricultura no socialismo não podem deixar de se inserir no pano de fundo da concepção global de organização social ao nível de toda a comunidade que o socialismo de raiz marxista, apesar das suas várias 'nuances', defende.

123. Vd MAO TSE TUNG "O debate sobre a cooperativização da agricultura e a actual luta de classes" (1955) in Idem Obras escolhidas, vol 5, Editorial Vento de Leste, Lisboa, 1977, pg 264

124. Vd Idem "Sobre a questão da cooperação agrícola" (1953) in Idem, pg 237

125. Vd BARAN, Paul Economia política do desenvolvimento, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972, pg 362

Por isso o que é enfatizado é principalmente a questão do controlo dos meios de produção e, como seu corolário, o controlo desta, i.e., do 'tipo' de bens produzidos.

Isto significa a necessidade de também na agricultura se pôr de acordo o caracter social da produção com o padrão do controlo efectivo, da propriedade social --- e, desde que compatibilizada com esta, com o padrão de propriedade jurídica --- dos meios de produção.

Quanto à propriedade económica o consenso estabeleceu-se em torno da forma cooperativa como sendo aquela que, das conhecidas hoje em dia, efectivamente a assegura. A propriedade jurídica é vista normalmente como sendo do Estado havendo o cuidado de sublinhar que ela não significa nem deve dar azo a uma qualquer forma de controlo dos meios de produção e desta por parte dos que ocupam o Aparelho de Estado.

Por outro lado, a feição 'produtivista', 'consumista' e 'industrialista' que atinge parte das várias 'nuances' do socialismo marxista leva a enfatizar a produção agrícola em unidades de produção de grande dimensão.

Ora, e ainda que esta seja uma vertente do problema normalmente não referenciada, a conjugação da ênfase em relações de produção caracterizadas pelo controlo dos meios de produção pelos produtores directos com a ênfase na dimensão da exploração agrícola obriga a que esta última seja de tal ordem que torne possível aquele controlo. Os limites desta não são (não deverão ser), pois, apenas técnicos --- (des)economias de escala, por ex. --- mas também socio-políticos.

#### I.5 --- Resumo e conclusão

A feição de superação/negação do MPC que o Modo de Produção Comunista contém está intimamente ligada à sua génese enquanto conceito.

De facto, neste domínio o MPCom tem um estatuto teórico diferente dos demais modos de produção. Assim, enquanto que estes correspondem a construções teóricas que procuram recriar sob a forma de totalidades orgánicas

coerentes o essencial dos mecanismos de funcionamento da organização social tal como pode ser deduzida a partir da análise da sua evolução real, o MPCom é uma construção não baseada na observação de qualquer realidade concreta.

Pelo contrário, ela tem a sua origem na extrapolação --- entendida aqui numa acepção não meramente quantitativa mas também qualitativa, i.e. que envolve uma simultânea transformação estrutural --- da evolução passada verificada nos países da Europa Ocidental e a que não é estranho um juízo de valor negativo sobre esta ditado por uma repulsa pelas condições de vida (quantitativas e qualitativas) que ela proporcionou à maioria da população.

É com esta base que o conceito de MPCom procura sintetizar aquilo que se supõe virão a ser as características principais da organização social capitalista.

É, no entanto, significativo que os fundadores do marxismo se tenham demorado pouco na definição daquelas características em comparação com o esforço desenvolvido para caracterizar (quase até à exaustão no domínio económico) o MPC.

Isto deve-se ao facto de ser nítido que eles consideravam que a identificação mais ou menos exaustiva daquelas características era tarefa impossível por ir contra a natureza única da situação concreta de cada sociedade.

Em dois pontos, porém, convergem quer os fundadores do marxismo quer a generalidade dos seus seguidores. Por um lado, que a sociedade comunista se caracterizará acima de tudo e de todas as eventuais diferenças entre sociedades concretas pelo controlo social dos meios de produção e dos recursos que se podem converter neles bem como da força de trabalho e, através de tal controlo, da produção --- o que produzir, como fazê-lo e para quem o fazer. Simultaneamente ela caracterizar-se-á pelo 'desenvolvimento do homem em todos os sentidos'.

Por outro lado, a sociedade comunista plenamente desenvolvida será ainda caracterizada por um elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas e da produção de modo a tornar possível a plena satisfação das necessidades individuais e colectivas da população e a distribuição do produto social em função e de acordo com essas necessidades.

Objectivo de realização forçosamente longínqua e, neste sentido, uma utopia --- que, no entanto, se crê ser realizável ---, a constatação da necessidade de um grande desenvolvimento das forças produtivas e da produção --- que inclui a modificação do tipo de uma e de outras --- tem-se traduzido, por vezes, numa visão 'industrialista'/'produtivista' do processo económico. Todos os sectores produtivos --- e não só a indústria --- são afectados por tal concepção: é o caso da agricultura em que a ênfase é sistematicamente posta na exploração de grande dimensão, condição apresentada como *sine qua non* para a introdução de melhoramentos técnicos (maquinaria, adubos, etc.) e consequente melhoria da produtividade.

Ora, é evidente que os fundadores do marxismo e os seus principais seguidores do princípio deste século não foram capazes de equacionar em toda a sua dimensão dois problemas fundamentais: por um lado, a necessidade de a modificação das relações de produção capitalistas corresponder uma modificação significativa da organização da produção e da divisão do trabalho tal como o capitalismo as desenvolveu; por outro, a necessidade de analisar a agricultura tendo em consideração a especificidade do seu processo produtivo e que em vários aspectos é diferente do da indústria. Dois desses aspectos são a 'anualidade' da maioria dos ciclos produtivos dos seus produtos e o facto de ter um passado histórico caracterizado por uma relação de posse e de propriedade económica dos meios de produção que a indústria não conhece.

O atingir do pleno desenvolvimento do comunismo surge enquadrado numa tendência global de crescente aceleração das forças produtivas que o MPC, dominante nas sociedades europeias ocidentais e a partir de cuja análise o marxismo construiu o edifício teórico do comunismo, se encarregou de proporcionar sem atingir, no entanto, os limites que se propõe alcançar o Modo de Produção Comunista.

Por outro lado, considera-se que aquele desenvolvimento das forças produtivas e da produção para além dos limites que se pensa lhe são impostos pelo MPC exige a prévia modificação das relações de produção e de poder político vigentes na sociedade capitalista de modo a que ele seja orientado pelo novo poder nesse sentido.

As relações de produção compatíveis com a 'associação livre de produtores associados' em que se converterá a sociedade comunista na sua fase superior só podem ser relações de cooperação (e não de concorrência desregrada) e de controlo por toda a sociedade --- designadamente pelos produtores directos --- do conjunto do processo histórico (e não pelo controlo de uns, poucos, sobre a grande maioria).

Aquelas relações de cooperação e controlo manifestar-se-ão, ao nível da forma de organização das unidades de produção, principalmente sob a forma cooperativa. É o caso da produção agrícola, nomeadamente naquelas formações sociais em que há que garantir a passagem de formas pré-capitalistas directamente para formas socialistas. A cooperação agrícola tem aqui a vantagem suplementar de assegurar simultaneamente a necessária passagem da pequena exploração/pequena produção a uma forma mais produtiva como é a grande exploração beneficiando da técnicas modernas e mecanizadas de praticar a agricultura --- mas que deve ter em consideração quer a especificidade do processo de produção na agricultura quer a dimensão compatível com o exercício do controlo social pela comunidade .

Ao nível societal, por outro lado, não há certezas quanto à(s) forma(s) organizativa(s) a praticar. Se uns vêem nos Conselhos Operários quer de fábrica quer de ramo de produção a forma mais indicada outros --- nomeadamente os próprios fundadores do marxismo --- pensam em formas que permitam abrir à generalidade da sociedade e não apenas aos trabalhadores da própria empresa ou ramo um tal controlo social.

Se nas formulações originais do marxismo o crescimento das forças produtivas necessário à implementação da sociedade comunista se ficaria a dever, numa proporção muito significativa, a um desenvolvimento do capitalismo até aos limites que as próprias contradições internas permitiam, a verdade é que os processos históricos concretos que se reclamam da transição para o socialismo e para o comunismo partiram todos eles e contradizendo o próprio Marx, de um nível baixo de penetração das relações capitalistas de produção e de desenvolvimento das forças produtivas e da produção.

Assim, as sociedades em que um tal processo de transição se iniciou defrontam-se com uma tarefa que, se não insuspeitada por Marx, não está conforme ao modelo sobre o qual ele mais se debruçou: a de percorrer um caminho ainda mais longo de desenvolvimento das forças produtivas.

Por isso nestas sociedades mais ainda que naquelas em que o capitalismo se desenvolveu desenvolvendo as forças produtivas, o que está em causa é simultaneamente um problema de vias (estratégias) para atingirem o fim comum (o comunismo e, com ele, um grande desenvolvimento das forças produtivas) e o da selecção de um ritmo (a 'taxa de transformação social') que pode ser variável ao longo das várias fases do processo histórico em questão.

A grande maioria dos problemas que se têm colocado à transição são derivados desta tarefa suplementar de desenvolvimento das forças produtivas e, nomeadamente, destas duas últimas problemáticas. Daí o carácter central que o processo de acumulação tem em tais circunstâncias.

## CAPÍTULO II --- DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO: AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

Identificado o socialismo com a generalização ao conjunto da população --- particularmente aos que intervêm mais directamente no processo produtivo --- do controlo do processo social, é importante, no quadro da análise de um processo concreto de tentativa dessa transição, determinarmos a influência que estratégias de transição adoptadas em processos ocorridos noutros países poderão ter tido na formulação da(s) estratégia(s) nele prosseguida(s). esta perspectiva terão também interesse os contributos de autores que se tenham debruçado sobre a problemática da transição para o socialismo mesmo se as estratégias por si formuladas não foram aplicadas a casos concretos.

Quanto às 'lições da história', os casos paradigmáticos são, sobretudo, o comumente designado "modelo (ou estratégia) estalinista" ou "soviético" e o chamado "modelo chinês" ou "maoísta". Por isso o objecto principal de estudo neste capítulo são aquelas duas estratégias. No capítulo seguinte abordaremos os casos das contribuições que não passaram à prática.

Uma questão prévia, porém, se coloca (no ponto II.1): a de saber se a transição para o socialismo é possível em sociedades periféricas (1). A relevância que ela tem para nós é a que resulta do facto de o objecto do nosso trabalho ser visto contra o pano de fundo da problemática da transição para o socialismo, particularmente naquele tipo de sociedades. Isto significa que o vemos também como uma contribuição para o debate sobre a possibilidade e as condições da viabilidade de tal transição em países do chamado Terceiro Mundo pelo que é neste domínio que no final procuraremos retirar algumas conclusões à luz do caso moçambicano.

Entretanto, interessa-nos desde já estudar quer a perspectiva que os 'pais fundadores' do marxismo tinham sobre ela --- ou, melhor, sobre a transição sem completo desenvolvimento prévio das forças produtivas --- quer o

---

1. Com esta expressão designamos a quase generalidade dos países do comumente designado Terceiro Mundo. A sua característica fundamental para a atribuição de tal designação é a sua integração, maior ou menor, no mercado mundial capitalista e que constitui um dos factores que contribuiu para o seu subdesenvolvimento e a dificuldade ex se desenvolver.

que dela pensam alguns autores que recentemente têm tentado responder-lhe (2). É o que faremos no primeiro ponto deste capítulo.

No segundo ponto (ponto II.2) abordaremos os contornos essenciais do 'modelo estalinista' ou 'modelo soviético' e no terceiro (ponto II.3) o objecto do nosso interesse será o 'modelo chinês' tal como praticado por Mao Tse Tung durante uma parte do período em que liderou a China Popular.

O estudo destes pontos permitir-nos-á concluir sobre a validade de três teses que defendemos:

- em primeiro lugar, a de que não é possível identificar uma estratégia única (a estratégia) que conduza necessariamente, ela e só ela, à transformação de uma determinada Formação Social numa em que domine o socialismo. Assim sendo, tal estratégia terá que ser encontrada ao nível de cada FS de acordo com a sua realidade concreta;

- em segundo lugar e mais pela negativa do que pela positiva, a de que a estratégia comumente designada por 'estalinista' não permite, por razões que lhe são intrínsecas, o acesso ao socialismo;

- por fim, que em sociedades em que o(s) modo(s) de produção não-capitalista(s) têm uma forte implantação e em que o sector agrícola tem um peso muito significativo na produção e na população, qualquer estratégia a implementar terá que dar uma ênfase muito especial à transformação da sociedade rural. Tal transformação não poderá assumir uma posição de confronto frontal, nomeadamente visando a sua rápida destruição, das estruturas daqueles modos de produção. Fazê-lo significará correr o risco de a desestruturação que daí resultar, porque tendencialmente mais rápida do que a (eventual) construção de uma alternativa de estruturação, conduzir à desestruturação de toda a sociedade e, com ela, à impossibilidade de prossecução, a não ser com elevados custos humanos e materiais, não apenas da transição para o socialismo mas, inclusivé e no limite, do processo de desenvolvimento económico autosustentado

---

2. É o caso, p.ex., de MORSLAW, Barry "Is socialism possible on the periphery?" in Monthly Review, vol 35, n 1, Mai, 1993, pp 25-39

(<sup>3</sup>). Esta última hipótese, no entanto, só ficará mais plenamente demonstrada com a abordagem da temática do Capítulo IV e, no limite, após a abordagem do próprio processo moçambicano.

Tendo em consideração o que ficou dito na Introdução e no capítulo anterior, duas problemáticas surgem como eixos centrais que perpassam toda a análise: a da reprodução --- e, com ela, a da determinação de quais os grupos que contribuem para ela, como e em que proporção --- e a do controle do processo social --- quais os grupos que o controlam de facto, qual o papel dos grupos subordinados e como é que uns e outros se articulam.

## II.1 --- Marxismo e transição para o socialismo sem completo desenvolvimento do capitalismo

Uma primeira contribuição para o estudo desta problemática é do próprio Marx e consta, nomeadamente, da correspondência trocada entre ele e Vera Zassoulich, dirigente de um grupo marxista russo.

Em 1881 ela escreveu a Marx questionando-o sobre a função de uma forma de organização não-capitalista como era a comuna agrícola russa --- o 'mir', que predominava então na Rússia --- na transição para o socialismo.

Mais genericamente, a questão levantada remetia para a possibilidade da transição directa daquela forma de organização da produção agrícola para formas colectivas de produção caracterizadoras do socialismo e do comunismo bem como para a problemática ainda mais geral da possibilidade da transição directa para o socialismo a partir de formas de organização societal predominantemente não capitalistas.

3. Uma definição cuidada do conteúdo da expressão 'desenvolvimento económico autosustentado' é impossível aqui pois exigiria, no mínimo, entrar na discussão sobre as diferenças entre 'desenvolvimento' e 'crescimento'. Uma definição simples mas operativa da expressão utilizada é a que vê naquele processo uma forma de aumento das forças produtivas materiais e humanas acompanhado de uma melhoria consistente dos níveis de vida da maioria da população. Estes "níveis de vida", por sua vez, referem-se para situações melhores quer ao nível da saúde, quer da educação quer, ainda, do conforto material da vida do dia a dia.

A comuna rural russa foi descrita por Marx como sendo o resultado da evolução da comunidade primitiva, caracterizando-se pela coexistência no seu seio de elementos quer da propriedade individual quer da propriedade colectiva. De facto, se a casa e o produto obtido na actividade produtiva são apropriados individualmente, a terra é objecto de apropriação colectiva e distribuída regularmente para usufruto individual (4).

Na sua resposta à carta de Vera Zassoulich, Marx limita explicitamente aos países da Europa Ocidental a "fatalidade" de seguirem um processo histórico marcado por uma sucessão de modos de produção que incluía a passagem do feudalismo ao capitalismo e deste ao comunismo ao mesmo tempo que reconhece a possibilidade de outras formações sociais, com um processo histórico diferente do da Europa Ocidental, conhecerem uma evolução também diferente da que ele identificara para estes países. Em causa estava a inevitabilidade da referida sequência de Modos de Produção.

Marx sublinha mesmo a possibilidade de um tipo não-capitalista de organização da produção agrícola como é o 'mir' se transformar numa base de transição directa para o socialismo e o comunismo ao mesmo tempo que se transforma em elemento da produção colectiva à escala nacional:

"Teoricamente falando, a 'comuna rural' russa pode conservar a sua terra, desenvolvendo a sua base, a propriedade comum da terra (...); ela pode tornar-se num ponto de partida directo do sistema económico para que tende a sociedade moderna (...) sem começar por se suicidar." (5) [sublinhado de Marx - AS]

Única --- mas fundamental --- condição que Marx coloca expressamente para que tal seja possível é que essa transição seja posterior ao processo do desenvolvimento capitalista noutra(s) formação(-ões) social(-is) para que possa beneficiar das "aquisições positivas" no domínio da técnica (maquinaria, adubos, p.ex.) que o sistema capitalista desenvolve (6). Note-se

4. Vd MARX 'Lettre à Vera Zassoulich' (1º rascunho) in BELLICCLE, Guy La question paysanne en Afrique Noire, Karthala, Paris, 1982, pg 91

5. Vd *Ibidem*, pg 94

6. Vd *Ibidem*, pg 95

quão longe estão de tal afirmação considerações sobre a geoestratégia política mundial que podem constituir --- e têm constituído, sabe-mo-lo hoje --- uma restrição fundamental a este enunciado tão simplista de Marx.

Aquela contemporaneidade é condição necessária mas não condição suficiente. Engels explicita outra condição que estava implícita na carta de Marx e que vinha já do tempo do "Manifesto do Partido Comunista": a de que o poder político instituído esteja nas mãos dos produtores directos (7).

Esta é, portanto e aos olhos dos fundadores do marxismo, uma segunda condição essencial que ajuda a definir o ambiente histórico favorável à transição e que se torna necessário para que o elemento colectivo que existe na comuna se sobreponha ao elemento individual que ela também contém. Este, de facto, tenderá a empurrá-la, se o ambiente histórico o proporcionar, i.e., se o ambiente histórico fôr dominado económica e politicamente pelas forças (leia-se 'classes') do capital para a sua desagregação com transformação em propriedade capitalista.

Daquela afirmação de Engels resulta, por outro lado, que também ele admite a passagem directa de uma forma de produção não-capitalista e considerada como "inferior" à capitalista para a forma socialista representada, segundo ele, pela cooperativa. Isto está bem patente quando ele afirma que quando os socialistas tomarem o poder se devem preocupar em fazer passar a pequena propriedade camponesa para a exploração cooperativa (8).

Mais, ele não só admite a passagem de uma forma de produção para outra como admite mesmo que a transição para o socialismo será tanto mais fácil e rápida quanto maior fôr o número de camponeses que transitarem directamente para a forma cooperativa (9) sem passarem pelo estatuto de proletários a que o capitalismo os condena.

---

7. Vd ENGELS "La question paysanne...", op. cit., pg 664

8. Vd Ibidem

9. Vd Ibidem, pg 666

O que Engels afirma corresponde a admitir que uma vez verificadas as condições indicadas atrás é possível a passagem de um tipo pré-capitalista de organização societal para a forma socialista.

Também Lênine, confrontado na prática com a tarefa de conduzir o processo de transição numa Rússia em que eram ainda muito fortes as manifestações de MP não-capitalistas reconheceu a possibilidade de tal transição:

"Poderemos nós considerar como justa a afirmação de que o estágio capitalista de desenvolvimento da economia é inevitável para os povos atrasados (...) ? Respondemos pela negativa". (10)

A quase 75 anos de distância sobre a sua tentativa de demonstração, na prática, de que tinha razão através da Revolução Russa de Outubro de 1917, esta afirmação parece, face aos resultados obtidos e aos acontecimentos recentes, mais que questionável.

O renascer das ideias socialistas em meados da década de 70 que acompanhou o debate sobre o 'socialismo ujamaa' tanzaniano e o início dos processos de transição na Etiópia e nas ex-colónias portuguesas de África veio recolocar de uma forma mais premente a questão da viabilidade e das condições para uma transição para o socialismo em sociedades em que não houve, previamente, uma profunda transformação das estruturas sociais em moldes capitalistas (11).

---

10. Vê LÊNINE "Rapport de la Commission Nationale et eclociale au II<sup>e</sup> Congrès de l'Internationale Communiste" (26/7/1920) in LÊNINE Ceuvres, t.31, op. cit., pg 251

11. Com esta afirmação não iludimos o reconhecimento de que o tipo de estrutura dos países "ex-desenvolvimento" de hoje é muito diferente de da Rússia da Revolução de Outubro, nomeadamente quanto à forma da sua integração (dependente) no mercado internacional (capitalista) e quanto à geoestratégia política mundial. Quanto à problemática da transição para o socialismo em sociedades ditas periféricas (ao sistema capitalista mundial), vé, p.ex., NUNSLON, Barry "Is socialism ...", op. cit., WHITE, Gordon "Revolutionary socialist development in the Third World: an overview" in WHITE, G. et al. (eds) Revolutionary socialist development in the Third World, Wheatsheaf Books, Brighton, 1983 e ainda o número especial da revista World Development dedicado ao "Socialismo e desenvolvimento" (vol 9, nº 5/10, 1981). No primeiro texto citado faz-se uma breve síntese das teses existentes neste domínio.

Os partidários da tese da existência de um 'sistema mundial capitalista', cujo expoente máximo é Immanuel Wallerstein, duvidam da possibilidade de um país enveredar de uma forma conseqüente por um processo de transição para o socialismo já que, devido à tendência hegemónica do capitalismo --- resultado da tendência hegemónica da lei do valor e da inevitabilidade da participação dos países 'em transição' no mercado mundial capitalista ---, este domina o mercado mundial. Ora, devido à necessidade que os países têm de participar desse mercado e às conseqüentes concessões ao funcionamento dos mecanismos de mercado e da lei do valor, o capitalismo acaba por dominar todas as formações sociais independentemente de o poder político que as controla se reivindicar do capitalismo ou do socialismo.

Para AMIN a transição para o socialismo é a única via que se abre aos países periféricos que se queiram desenvolver. Tal transição é, assim, não só desejável mas também possível desde que acompanhada por uma 'desconexão' do país em relação ao mercado mundial capitalista --- entendido como sendo o que se estabelece tendo como parceiros económicos os países capitalistas desenvolvidos. Em simultâneo deverá proceder-se ao desvio do essencial do comércio externo dos países da periferia para os países do bloco socialista --- onde reinaria um comércio internacional não-capitalista, socialista, não sujeito à lei do valor --- e para outros países do Terceiro Mundo no quadro, nomeadamente, dos esquemas de cooperação económica regional (12).

Qualquer destas duas teses nos parecem merecedoras de reparos que condicionam a sua validade.

A consequência fundamental da tese da existência de um sistema mundial capitalista omnipresente é a de que não é possível a transição para o socialismo se tal processo não fôr relativamente generalizado e envolvendo simultaneamente os países do 'centro'.

Ora isto significa, na prática, quer a total ausência de margem de manobra e de um certo grau de independência da parte das várias formações sociais --- traduzida numa certa autonomia das lutas de classes internas que

12. Vd AMIN, Samir La desconexión -- pour sortir du système mondiale, La Découverte, Paris, 1986.

são, assim, negligenciadas pelos partidários do 'sistema-mundo' --- quer a condenação à passividade quase total das forças sociais que lutam pelo socialismo: se a transição não é possível para quê lutar por ela?

Mas se é verdade que as teses de Wallerstein nos parecem demasiado radicais e pessimistas também é verdade que a existência daquele sistema mundial é uma fortíssima condicionante para os processos modernos de transição para o socialismo a aconselhar uma visão mais cautelosa sobre a possibilidade dessa transição do que a que decorre da acção de muitos políticos do Terceiro Mundo, nomeadamente, de um voluntarismo que tende a caracterizá-los.

É exactamente esta condicionante que resulta subalternizada nas teses de AMIN não tanto devido ao seu eventual desconhecimento mas mais devido ao facto autor acreditar ser possível um grau muito elevado de 'desconexão' em relação ao mercado mundial --- além da deficiente avaliação da realidade que representa a sua posição sobre a existência de um 'mercado mundial socialista' isento das influências da tendência hegemónica da lei do valor (13).

Mais próxima da realidade parece-nos ser a de autores que, como WHITE (14), aceitam em princípio a possibilidade daquela transição embora definindo mais ou menos claramente quais os limites da sociedade de transição. Para ele, por exemplo, estas sociedades estão longe do "socialismo completo" mas, porque visando alcançá-lo a prazo através da introdução de importantes modificações na organização social, será possível designá-las por "sociedades proto-socialistas" (15).

-----  
13. Vé nomeadamente *La desconexión*, op. cit.

14. Vé WHITE, Gordon op. cit.

15. Devido à forte presença do Estado na orientação do processo uma outra designação aceitável seria, segundo White, a de "socialismo de Estado". Vé WHITE, G. op. cit., pg 2

Mas se como princípio aceitamos a possibilidade da transição para o socialismo em tais circunstâncias, a verdade é que só a análise de cada processo concreto permitirá dizer se ela se consumou ou está em vias de o ser. É isso que nos propomos fazer em relação ao processo moçambicano para, face aos resultados da análise, contribuirmos para o debate em questão.

Porém, antecipando de alguma forma o que então se poderá dizer e na linha do que parece sugerir White, uma resposta à questão da possibilidade de transição para o socialismo em sociedades periféricas só dificilmente poderá ser, em absoluto, negativa apesar dos inúmeros obstáculos que cada processo terá que ultrapassar e dos quais os principais serão o contexto externo --- quase completamente fora do controlo nacional e tendencialmente hostil quer política quer economicamente --- e a tendência à burocratização do processo, i.e., ao seu controlo por uma "'burguesia' burocrática de Estado" e não pela generalidade da população.

Estes perigos sugerem um repensar do que será possível considerar como sendo as características genéricas --- mínimas ou médias? --- das "sociedades proto-socialistas", i.e., levantam a hipótese de se caminhar no sentido da definição de um conjunto de áreas onde se pode e deve fazer progressos mais significativos e que permitam, ainda que longe das que caracterizam o "socialismo completo", qualificar uma sociedade como (proto)socialista. É tema a retomar nas conclusões mas desde já se adianta que uma das questões fundamentais será o da definição do aparelho institucional que permita estabelecer o necessário contra-poder a exercer pela generalidade da população, que limite a tendência natural à constituição e monopolização do poder de determinação social de uma 'burguesia' burocrática de Estado.

## II.2 --- Experiências históricas de transição para o socialismo: o caso da URSS e a 'estratégia estalinista'

A primeira experiência histórica de transição para o socialismo foi a que se iniciou com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia.

Confrontado nos primeiros tempos pós-revolução com a necessidade de consolidar o seu poder, o Partido Bolchevique pouca atenção deu às tarefas económicas que ficaram, por isso, relegadas para segundo plano.

Assim, não é senão após o fim da intervenção estrangeira e da guerra civil no final de 1920/início de 1921 --- cerca de três anos depois da implantação do novo regime --- que, sob a orientação de Lénine mas com a participação de outros interventores, é dada mais atenção às tarefas económicas da construção do socialismo.

Com profundas oscilações ao longo do tempo ao sabor da evolução do processo social --- incluindo a vertente externa deste ---, a orientação prosseguida não foi sempre a mesma numa manifestação evidente do esforço 'tentativo' para a sua definição para que remetia a inexistência prévia de uma estratégia (eventualmente única) que orientasse o esforço da transição.

Resultado de uma evolução de cerca de doze anos, o 'modelo estalinista' implementado mais intensamente a partir do final dos anos 20 deste século, foi considerado por muito tempo o quadro essencial que poderia permitir a transição para o socialismo, tendo influenciado gerações sucessivas de marxistas e muitas das formulações estratégicas que se procuraram implementar noutros países que tentaram seguir a 'via socialista' do desenvolvimento e da transformação das estruturas sociais.

Foi o caso das primeiras orientações visando a transição que foram adoptadas na China Popular mas também foi o caso de iguais tentativas quer em Cuba quer, como procuraremos demonstrar, em Moçambique no período por nós analisado. Daí a necessidade da explicitação das suas características fundamentais as quais são dificilmente separáveis dos condicionalismos históricos que ditaram a sua implementação. São estes que se procurou apresentar em texto autónomo (16) e para o qual se remete o leitor mais interessado em compreender o processo histórico que levou à adopção daquela 'estratégia estalinista'. Aqui abordaremos apenas os traços fundamentais desta.

16. Vé SERRA, A. M. de Almeida Processo económico-social e estratégias de transição na URSS: das origens a Estaline, manuscrito Setúbal, 1985

## II.2.1 --- Primórdios da estratégia

No Partido Bolchevique a crescente radicalização de posições deu origem a um confronto cada vez mais agudo entre as duas principais correntes de opinião que nele se movimentavam; a de Bucarine e a de Preobrajensky.

Estaline, que até então tinha defendido uma posição que o colocava próximo das teses bucarinistas que o Partido vinha defendendo no seu discurso <sup>(17)</sup> vai, mais nitidamente a partir de meados de 1928, manifestar-se próximo das teses preobrajenskianas que transpareciam cada vez mais da *praxis* de política económica prosseguida pelo Aparelho de Estado <sup>(18)</sup>.

Num discurso pronunciado no fim de Maio de 1928 <sup>(19)</sup>, Estaline procura identificar aquela que na sua opinião constituía a causa fundamental da grande quebra --- cerca de 50% --- da produção comercializada de cereais em relação ao período anterior à I Grande Guerra. Paralelamente procura definir quais os traços fundamentais da política económica a prosseguir para aumentar a produção comercializada.

Para ele aquela quebra era resultado da modificação da estrutura da dimensão das explorações agrícolas que ocorrera depois da Revolução de Outubro e que, devido à parcelização das grandes explorações levada a cabo contra o que era então o programa agrário dos bolcheviques, quase acabara com as explorações agrícolas de maior dimensão.

Ora, como as grandes explorações comercializavam em média quase metade da sua produção total enquanto que as pequenas e médias não comercializavam senão pouco mais da décima parte, mesmo com manutenção da

17. Vd o texto citado na nota anterior

18. Vd *Ibidem*

19. Vd "Sur le front des céréales" in ESTALINE Les questions du leninisme (tome II), Editions Sociales, Paris, 1947, pgs 193-203.

superfície cultivada e da produção global de antes da guerra --- como era o caso então na Rússia --- a nova estrutura fundiária traria consigo forçosamente e só por si, uma quebra do produto comercializado.

Tal quebra era inaceitável face ao crescimento das necessidades em cereais que Estaline identificava como sendo ditadas principalmente pelo crescimento da indústria e do número de operários e da população urbana em geral.

De facto, a manutenção do ritmo de crescimento da indústria --- então cerca de 26% ao ano --- e, se possível, a sua intensificação, eram objectivos explicitamente desejados e justificados por Estaline (20).

Este entendimento da estratégia económica a prosseguir surgia tendo como pano de fundo uma concepção da aliança operário-camponesa que, subalteralizando por completo o papel dos camponeses, fazia dela um simples instrumento do reforço das posições da classe operária na direcção do processo social e da aliança em questão. Isto devia-se ao facto de o campesinato ser visto apenas como "uma classe que forma no seu seio, que gera e alimenta capitalistas, 'kukaks' e, de uma maneira geral, toda a espécie de exploradores" (21).

Face à causa apresentada para a queda da produção comercializada e aos objectivos expostos (22) a solução proposta por Estaline para fazer aumentar os excedentes comercializados surge como lógica: proceder à (re-)concentração da terra incentivando as formas colectivas da sua exploração.

Assim, para ele o que era necessário agora e face às necessidades impostas pela 'reconstrução económica' pela via da industrialização rápida era:

20. Vd Ibidem, pg 200

21. Vd Ibidem, pg 202. Note-se que tal concepção, que Estaline filia (com razão) em Lênine --- mas (e isto é escaroteado) no Lênine de antes da reformulação da NEP no Outono de 1921 ---, constitui um nítido retrocesso em relação à que Lênine defendia no final da sua vida e na qual os camponeses eram vistos como tendo um papel mais activo na determinação do conteúdo da "aliança operário-camponesa" e do conjunto do processo social em curso.

22. Uma quebra de cerca de 80% não compensada pelo acréscimo de cerca de 26% de comercializado pelos camponeses pobres e médios.

"1. (...) antes de mais, passar das pequenas explorações camponesas, atrasadas e dispersas, às grandes explorações colectivas, unificadas, abastecidas com máquinas, armadas dos dados da ciência e capazes de produzir o máximo de cereal comercializável. A saída [para a situação existente na época] está na passagem da economia camponesa individual para a economia colectiva, social, na agricultura (...).

2. (...) em segundo lugar, alargar e fortificar os sovkhoses já existentes e organizar e desenvolver novos e grandes sovkhoses ... [de 11 a 33 mil ha cada um] (...) custe o que custar (...).

3. (...) enfim, aumentar sistematicamente o rendimento das pequenas e médias explorações camponesas individuais aumentando a sua produtividade [nomeadamente fazendo-as passar do uso do arado ao da charrua e dos fertilizantes - AS (23)] e conduzindo-as à via da organização cooperativa". (24) [sublinhados meus - AS]

Notem-se três aspectos que decorrem destas teses de Estaline: por um lado, a opção de retomar e reforçar a estrutura concentrada de utilização da terra anterior à Revolução surge como um retomar do projecto bolchevique para o mundo rural que vinha de antes de Outubro de 1917 e que fora modificado pela dinâmica da própria Revolução a favor de um projecto inspirado pelos socialistas-revolucionários de distribuição da terra aos camponeses pobres.

Por outro, é de realçar que tal opção é, simultaneamente, manifestação de que Estaline e muitos dos bolcheviques acreditavam ser possível ao socialismo utilizar, sem grandes riscos para os seus fundamentos e o seu funcionamento, formas de organização da produção --- nomeadamente quanto à divisão do trabalho --- cujas raízes se encontram nos modos de produção feudal e capitalista como eram as enormes explorações agrárias do período pré-Revolução e que os sovkhoses e, até, os kolkhozes reproduziam no essencial. Parece hoje evidente que não é assim e que formas de organização oriundas do MPC tendem a reproduzir a matriz das relações de produção características deste (vd Capítulo I).

23. Vd Ibidem, pg 200

24. Vd Ibidem, pg 198/9

Por fim, note-se a presença de elementos que denunciam a convicção de que existe uma forma científica --- 'whatever it means' --- de exploração da terra, neutra sob o ponto de vista da organização social e que, por isso, o socialismo poderia e deveria adoptar como sua por ser mais produtiva embora tivesse a sua origem em formações sociais capitalistas.

Aspecto subjacente à nova concepção de Estaline é que a base de tal industrialização estava dependente, na sua quase totalidade, das fontes internas de acumulação uma vez que era impossível recorrer numa dimensão significativa às fontes externas.

Face às características estruturais da economia soviética da época isto significava que ela dependia principalmente da actividade dos operários da indústria e dos camponeses.

Aqueles, ao criarem valor ajudavam directamente a desenvolver a indústria mas estes teriam que ser sujeitos a um processo de transferência de parte do valor por eles criado para o sector industrial quer pela via dos impostos quer pela dos 'termos de troca' internos:

"os camponeses pagam ao Estado não apenas os impostos habituais (...) mas também preços relativamente elevados nos produtos industriais [ao mesmo tempo que] perdem nos preços dos produtos agrícolas.

Existe [assim] um imposto suplementar para o camponinato tendente ao desenvolvimento da indústria que serve todo o país sem exceptuar os camponeses; é uma espécie de tributo, uma espécie de imposto acrescido que somos obrigados a cobrar temporariamente a fim de manter e de elevar o ritmo actual do desenvolvimento industrial." (25) [sublinhado meu, AS]

Esta pressão sobre os camponeses deve ser vista no quadro global do entendimento que deles e da sua produção tinha Estaline.

25. *Id* *Ibídem*, pg 164/5 citando ESTALINE Obras completas (em russo), tomo II, pgs 159/60

De facto, é ele próprio quem, na linha do que dissera Preobrajensky, recorda que a permanência massiça da pequena produção quer nas cidades quer no campo constitui uma ameaça para a transição para o socialismo já que ela, considerada como sendo a raiz do capitalismo e da burguesia, torna possível e provável a restauração do capitalismo (26). Daí concluía Estaline a necessidade de procurar controlar estreitamente, até mesmo impedir, o desenvolvimento dessa economia camponesa.

Isso exigia, entre outras medidas consideradas necessárias para aumentar o "excedente mercantil" e extrair à agricultura (camponesa na sua imensa maioria) excedente potencialmente acumulável necessário à industrialização e à melhoria da base técnica da produção.

"agrupar nas cooperativas as massas camponesas e aumentar o rendimento da sua economia, reunir gradualmente as explorações camponesas individuais em explorações colectivas, desenvolver os 'sovkhoz' [empresas agrícolas estatais - AS], limitar e vencer os elementos capitalistas da cidade e do campo, etc., etc." (27) [sublinhado meu, AS]

Desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial surgem intimamente ligados nesta proposta de estratégia. Porém, diferentemente do que sugeria Bucarine (28), a ligação entre ambos tal como entrevista por Estaline passa pelo 'reconstruir' da agricultura modificando rapidamente a sua base técnica de produção e a dimensão das explorações (29).

26. Nomeadamente "La maladie infantile du communisme, le gauchisme". Vê ESTALINE "Du danger de droite dans le PC(b) de l'URSS" in ESTALINE Les questions du leninisme (tome I), op. cit., pg 217

27. Vê Ibidem, pg 217

28. Que, recorde-se, enfatizava ex. especial a produção de bens de consumo e de bens de produção simples para satisfazer a procura (nível e estrutura) dos camponeses

29. Vê Ibidem, pg 250-1

Isto articulava-se com o objectivo implícito de manter sob controlo o desenvolvimento da pequena produção de modo a não pôr em perigo a transição para um socialismo que surgia definido apenas --- ou pelo menos principalmente --- como uma estratégia de crescimento (rápido) da produção sob o controlo do Estado.

Este entendimento estaliniano do socialismo é o que decorre de um texto por ele escrito muito mais tarde (1952) mas está já presente na época em análise:

"Para preparar a passagem ao comunismo (...) é necessário, em primeiro lugar, assegurar (...) o crescimento ininterrupto de toda a produção social dando prioridade à produção de meios de produção (...), em segundo lugar, elevar (...) a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade nacional e substituir (...) a circulação de mercadorias pelo sistema de troca dos produtos, para que a actividade do poder central ou de qualquer outro centro socio-económico possa controlar o conjunto da produção social no interesse da sociedade." (30)

De notar que as formas de exploração agrícola colectiva surgem em Estaline ligadas principalmente a necessidades de carácter técnico (31) e a necessidades político-sociais de controlo do campesinato e da sua economia mais do que a necessidades de transformação das relações sociais características do socialismo definido como nós o fizemos.

De notar ainda o papel central que é atribuído ao 'poder central' (leia-se 'o Estado e seu Aparelho') e que se sugere que pode substituir-se ao poder de controlo social exercido pela sociedade no seu conjunto através de formas organizativas a definir.

30. Vê ESTALINE Problemas económicos do socialismo na URSS, Publicações Nova Aurora, Lisboa, 1975, pg 70. Note-se o evidente sentido de 'exterioridade' entre os conceitos de 'poder central' e de 'sociedade' que transparece do texto citado.

31. O aumento da produção e dos excedentes comercializáveis exigia, por sua vez, a introdução de equipamentos (tractores, p. ex.) e inputs mais modernos (fertilizantes e outros químicos) cuja utilização exigia maiores áreas de cultivo.

A estratégia de priorização do desenvolvimento industrial a um ritmo muito acelerado vai encontrar eco nas decisões da XVI Conferência do Partido (Abril de 1929). Isto significa um manifesto afastamento em relação às decisões do XV Congresso (Dezembro de 1927), em que a influência das teses bucarinistas era ainda determinante.

Dado que o nível de capacidade produtiva disponível na maioria das empresas era limitado o "desenvolvimento o maior possível da produção de meios de produção" (32) teria que ser obtido à custa de um significativo aumento do investimento em novos equipamentos e unidades produtivas que contribuiria para aumentar a produtividade do trabalho industrial em 150% no conjunto do período (i.e., cerca de 20% ao ano) e em que 3/4 seriam gastos com o aumento de capacidade da indústria pesada. Tudo isto reflectia a viragem na estratégia de desenvolvimento que se processava (33).

Um tal plano de investimentos exige um grande aumento da captação de excedentes potencialmente acumuláveis que, dada a fraqueza inicial do sector industrial, remetia para a agricultura como a principal fonte alternativa de acumulação.

Os elevados ritmos de crescimento do produto agrícola e industrial, da produtividade do trabalho e dos investimentos previstos no projecto de primeiro plano quinquenal traduzem, dada a incongruência entre a evolução recente em alguns domínios (34) e o que agora se previa, por um lado, e a subalternização das condições sociais existentes então, por outro, uma visão fundamentalmente produtivista e voluntarista (35).

32. Vd BSTELEHIN, C. As lutas de classe..., vol 2, op. cit., pg 360.

33. Vd BSTELEHIN, C. As lutas..., vol 2, op. cit., pg 359

34. Como no caso da produção agrícola, que vinha diminuindo em parte como resultado da reacção camponesa às políticas agrícolas.

35. Esta visão, que se vinha afirmando desde há algum tempo no seio de um sector do Partido e do aparelho de Estado, transparece já em declarações de um economista do GOSPLAN, Struonina, dois anos antes: "Nós não temos de estudar a ciência económica; temos sim de a transformar. (...) Não há fortaleza que os bolcheviques não possam tomar de assalto. A questão do ritmo está sujeita à decisão dos seres humanos." Citado por SLENGSTEIN, J., História da URSS, (4 vols), Europa-América, Anadara (Portugal), 1976, pg 111

É este espírito que está presente no próprio Estaline quando ele afirma, com completo desprezo pela lei das (des)economias de escala, não terem sentido "as objecções da 'ciência' contra a possibilidade e a utilidade de organizar grandes fábricas de cereais com 50 e 100.000 hectares." (36)

Tudo isto manifestava também uma subalternização dos objectivos genéricos do socialismo, nomeadamente a transformação da organização social e técnica do trabalho e da produção --- principalmente ao nível das unidades de produção --- de forma a colocá-la ao alcance do controlo dos próprios produtores directos confundindo este, istematicamente, om o controlo "de cima para baixo" levado a cabo pelas estruturas dirigentes do Partido e do Estado. Assim se satisfiziam (pelo menos parcialmente) as necessidades de reprodução destas e do grupo intermédio de funcionários que asseguravam a transmissão e execução das orientações vindas de cima.

De facto, independentemente da determinação da medida em que ela é fruto da sua influência a verdade é que tal visão vai ao encontro dos interesses do 'complexo' constituído pelo aparelho técnico superior e de decisão do Aparelho de Estado e pelos gestores das empresas estatais ao reforçar o sector do sistema produtivo mais directamente sob o seu controlo pois que mesmo que dele não adviessem significativas vantagens materiais directas adviria pelo menos a consolidação e o alargamento do seu poder (37).

Não se pense, contudo, que tal estratégia satisfazia apenas os interesses daquele 'complexo'.

Aquele espírito e, principalmente, uma tal política de "super-industrialização" e de colectivização do produto agrícola ia igualmente ao encontro dos interesses do proletariado industrial, cidadão, já existente que via nela uma forma de absorver os desempregados e de melhorar a curto-médio prazo o nível de abastecimento quer alimentar quer em matérias-primas ao mesmo

36. Vd ESTELINE "L'année du grand tournant" in *Idea Questions* ..., op. cit., pg 282

37. Vd SOUGH, Jerry "The changing nature of the kolkoz chairman" in MILLAR, James (ed) *The soviet rural community*, Univ. of California Press, Urbaca/Ilil./USA, 1971, pg 104.

tempo que dava conteúdo à função de dirigente da transformação social que o marxismo e a concepção centralista-democrática do Partido tinham inculcado nalgumas camadas do proletariado (38).

Beneficiária potencial de uma tal política era ainda uma vasta camada de habitantes (nomeadamente os jovens) das zonas rurais, muitos deles recém-desmobilizados e com dificuldades de (re-)integração numa vida rural ainda sob forte controlo da comunidade tradicional que viam assim abrir-se-lhes uma possibilidade de encontrar emprego na cidade, fugindo de uma agricultura sujeita a fortes pressões quer daquela comunidade quer do poder soviético.

Se no domínio da política industrial a XVI Conferência optou pela variante do I Plano que assegurava o crescimento o mais rápido possível numa linha em que a influência das concepções de Preobrajensky e (agora também) de Estaline era nítida, no domínio da política agrária, porém e algo contraditoriamente, apontou-se para o que é possível identificar como um prosseguimento da NEP (39).

No entanto, ciente da necessidade de aumentar significativamente a produção comercializada de cereais e assumindo a tese da vantagem das grandes explorações (colectivas) enquanto instrumento deste aumento, a XVI Conferência (Abril/1929) vai definir um programa de desenvolvimento do sector colectivo de produção (kolkhozes e sovkhozes) que o faria passar a produzir, quatro anos depois, cerca de 15,5% da produção total de cereais e 43% da produção comercializada (40). Isto significa uma transformação profunda --- mas ainda assim limitada --- face ao panorama existente em 1926/27 em que este sector produzia 1,7% da produção total e era responsável por apenas 6% da produção comercializada.

38. Vê ELLENSTEIN, J., op. cit., p. 122 e também BETTELHEIM, C. As lutas..., vol 2, op. cit., p. 361/2

39. Vê BETTELHEIM, C., op. cit., p. 367

40. Vê *Ibidem*

Estes números referentes à produção colectiva mostram, porém, que a importância da agricultura camponesa continuava a ser muito grande já que era ela que produzia quase 90% da produção agrícola global e mais de metade da produção comercializada. Ela continuava, assim, a ser a principal fonte da reprodução dos camponeses. Por isso não admira que se reconhecesse explicitamente essa importância e se apelasse para a "ajuda produtiva sistemática [do] poder soviético (...) aos camponeses pobres e médios (...) para o aumento da produtividade do [seu] trabalho" (41) já que "a pequena exploração [estava] longe ainda de ter esgotado (...) as suas possibilidades" (42).

O desajustamento contraditório existente entre as decisões da Conferência quanto às políticas agrícola e industrial não era susceptível de se manter na praxis da política económica. Esta tenderia, por isso, a impôr os ajustamentos necessários para que ambas as políticas estivessem de acordo. Se a 'solução final' seria uma adaptação da política industrial à política agrícola ou, pelo contrário, uma adaptação desta às (crescentes) necessidades impostas pela política de rápida industrialização que se vinha impondo na prática económica era coisa que dependia, nomeadamente, da situação social e política existente na formação social russa, da 'formação ideológica bolchevique' (43) que caracterizava o Poder instituído e, 'last but not least', do quadro internacional da época.

Este caracterizou-se, a partir de Outubro de 1929, por uma profunda crise económica que, iniciada nos USA, afectou significativamente a maior parte dos países capitalistas.

-----  
41. Vd Ibidem, pg 367 citando a fonte original

42. Vd Ibidem

43. Expressão utilizada por BETTELHEIM, C. op. cit., pg 389 para definir o "sistema [articulado] de conceitos, de noções, de princípios, de imagens, etc." que dominavam então o Partido Bolchevique. Por 'imagens' entendam-se as representações 'ideologizadas' da realidade.

Estaline e a maioria do Partido Bolchevique, antevendo de algum modo o futuro conflito mundial, convenceram-se então que a burguesia que controlava os países capitalistas tenderia a "procurar a saída para a [crise] numa nova guerra imperialista, [desta feita] contra a URSS" (44) pelo que esta teria que se preparar.

Dessa preparação fazia parte a intensificação da industrialização que surge assim parcialmente determinada pela situação política e económica mundial que justifica por isso também em parte e simultaneamente a preocupação em "alcançar e ultrapassar os países capitalistas tanto no domínio técnico como no campo económico" (45).

A importância do factor externo não é suficiente, no entanto, para obscurecer a importância dos factores internos na determinação da política económica efectivamente prosseguida.

Na linha do que ela própria vinha sendo e no do que Estaline vinha defendendo --- nomeadamente a inconveniência de se abrandar o ritmo de crescimento da indústria ---, a praxis económica vai procurar responder ao contínuo desfasamento entre a produção comercializada pelos camponeses e a produção necessária fora das zonas rurais (46) com uma política de contínuo agravamento das 'medidas excepcionais' que visavam aumentar a colecta de cereais.

Simultaneamente, a influência do raciocínio de que o aumento da colecta de cereais exigia o rápido desenvolvimento da indústria para que fosse possível "inundar o campo de mercadorias" para trocar com os camponeses remetia para um acelerar de tal desenvolvimento (47).

---

44. Vê ESTALINE Discours sur le Plan Quinquenal, Paris, 1931, pg 23 citado por ELLENSTEIN, J., op. cit., pg 120

45. Vê *Ibidem*, pg 115 citado por *Ibidem*, pg 123

46. Desfasamento que levou em 1929 à necessidade de desviar divisas para a importação de 250 mil toneladas de cereais.

47. O plano anual para 1929/30, aprovado menos de um ano depois da XVI Conferência, fixava a taxa de crescimento do produto industrial em 32%, mais 10 pontos percentuais do que o definido na Conferência.

A ênfase era, no entanto e mais uma vez, posta na indústria produtora de meios de produção e não na produtora de bens de consumo, permitindo antever as dificuldades que a curto-médio prazo não deixariam de se fazer (e fizeram) sentir no abastecimento dos camponeses e que reduziria ainda mais o incentivo à produção e à comercialização de eventuais excedentes agrícolas.

De notar que neste domínio da articulação agricultura-indústria se está perante um círculo vicioso: por um lado, à quebra ou à lentidão do ritmo de crescimento da produção de cereais comercializados pelo campesinato procura-se responder com uma verdadeira 'fuga em frente' no domínio da industrialização apresentada como necessária para a satisfação da procura camponesa; por outro, à falta de resposta dos camponeses aos apelos de aumento da comercialização de cereais responde-se com uma ênfase renovada na intensificação da industrialização.

Importante neste 'círculo vicioso' é o facto de o tipo de bens que constituíam o grosso da oferta por parte do aparelho produtivo industrial (48) ser estruturalmente diferente do tipo de bens com maior procura junto dos camponeses médios e pobres: a ênfase da produção era posta nos bens mais adequados para as grandes explorações (tractores, ceifeiras) enquanto que a procura camponesa se dirigia principalmente a bens de produção mais simples (enxadas, charruas e a bens de consumo).

A natureza da estrutura da oferta, por um lado, e o desfazamento existente entre estruturas da oferta e da procura, por outro, demonstram que o que se procurava era a lenta asfixia da produção camponesa por deficiente abastecimento em bens de produção apropriados e, ao mesmo tempo, empurrar os camponeses para as formas colectivas de produção a quem se prometia vida bem mais fácil no capítulo dos abastecimentos em insumos produtivos:

"se vocês não forem para o Kolkhoz não recebem nem sementes nem máquinas." (49)

48. Relembre-se aqui que este aparelho estava em grande parte sob o controlo directo ou indirecto do Estado e definido principalmente pelo 'complexo político e económico' através do sistema de planeamento e não pelos camponeses.

49. Vd BETTELHEIM, C. op. cit., pg 373 citando VAREJNIS "O partijsa rozkvedstve Kolkhosa" in Ra Agrarnoi fronte, nº 8, 1929

A lentidão previsível de um tal processo não era, no entanto, compatível com as cada vez maiores e prementes exigências quanto à produção cerealífera a comercializar fora do meio rural. Não admira, pois, que no seio do Partido Bolchevique ganhasse cada vez mais influência a perspectiva de que só através da colectivização é que o problema da comercialização cerealífera poderia ser resolvida (50).

Fortalecida a sua posição no seio do Partido, Estaline vai, num importante artigo de balanço do ano de 1929 (51), lançar as bases do que se transformará em uma grande campanha organizada de colectivização forçada, massiça e acelerada da propriedade camponesa.

"Aquele que não se junta a um kolkhoz é um inimigo do poder soviético", "levar a cabo a colectivização a 100% [de uma aldeia] em dois dias ou entregar o cartão do Partido" e "levar a cabo uma colectivização a 100% dos animais de tiro [bois e cavalos] e vacas, 80% dos porcos, 60% dos ovinos e também da criação e transformar 25% dos colectivos em comunas" são alguns dos exemplos de palavras de ordem e de directrizes que a partir de então se divulgaram e que ilustram o sentido geral do movimento e do ritmo da colectivização pretendidos (52).

Este último é traduzido pela evolução da percentagem de fogos colectivizados:

| <u>Junho/1929</u> | <u>Outubro/1929</u> | <u>1/Março/1930</u> |
|-------------------|---------------------|---------------------|
| 3,9%              | 7,5%                | 55%                 |

Porém, como salienta Bettelheim,

50. Vd NOVE, A. An economic history of USSR, Penguin, 1963, pg 161 citando Yu. MOSKOV

51. Vd Idem, pgs 275-285, "L' année du grand tournant", publicada na Pravda de 7 de Novembro de 1929

52. Vd citações em NOVE, A. An economic..., op. cit., pg 164/5

"O elo estreito que une as previsões de colectivização aos objectivos de colecta revela que o elemento decisivo na fixação dos ritmos de colectivização não é a transformação profunda da situação das massas camponesas mas a vontade de introduzir, o mais depressa possível, estruturas que permitam obter dos campos quantidades de cereais necessários à realização dos objectivos industriais." (53) [sublinhado no original-AS]

A reacção camponesa a esta campanha de colectivização forçada não se fez esperar. Uma das suas manifestações foi um abate massiço de animais (54) que, segundo certos autores, fez com que a quebra no número de animais de trabalho tivesse sido tão grande (cerca de 50%) que é possível que o aumento do número de tractores no período não tenha conseguido compensar a perda da força de trabalho animal que aquele abate implicou (55).

Foi a reacção dos camponeses e a previsão de que ela conduziria a um desastre no capítulo da produção das culturas de Primavera que levou Estaline, em 2 de Março de 1930, a apelar a uma paragem no processo com consolidação dos níveis de colectivização alcançados.

Tal colectivização foi forçada. Após um abrandamento em meados de 1930, ela viu o seu ritmo muito acelerado a partir do Outono de 1930 fazendo passar os fogos Kolkhozianos de cerca de 6 milhões em Nov/1930 para 15 milhões um ano depois, o que representa mais de 60% das famílias camponesas (56).

Em resumo, ponto fundamental a realçar na segunda metade da década de 20 na evolução da formação social russa é o da crescente tensão entre a grande maioria do campesinato e o poder soviético. Tal tensão teve por base principal o desajustamento entre aquilo que os camponeses pobres e médios requeriam daquele poder --- uma orientação da produção industrial para satis-

53. Vd BETTELHEIM, C., op. cit., pg 379

54. De 1929 para 1930 o gado diminuiu mais de 20%, os porcos mais de 30% e o gado ovino mais de 1/4.

55. Vd DOBE, M., op. cit., pg 245

56. Vd ELLENSTEIN, J., op. cit., pg 158

fazer as suas necessidades de consumo e de produção e, com estas, de redução da dependência face à classe dos detentores dos meios de produção --- e a política económica --- nomeadamente as políticas industrial, agrícola e de acumulação --- que este ia desenvolvendo.

As reacções dos camponeses responderam as autoridades económicas com uma busca de soluções de enquadramento institucional dos camponeses que permitissem aumentar o seu controlo sobre a produção de um campesinato cada vez mais tomado na sua quase globalidade como *kulak de facto* ou como 'kulatchniki' (pequenos *kulaks*) ou 'podkulatchniki' (sub-*kulaks*) que "dançam a mesma música dos *kulaks*" (57).

É neste quadro que deve ser vista a estratégia de transição prosseguida a partir dos finais dos anos 20 sob a orientação de Estaline na qual desempenhou papel fundamental a colectivização da agricultura.

### II.2.2 - A estratégia

Uma tal estratégia pode ser caracterizada nos seus traços fundamentais por dois grandes movimentos simultâneos e articulados: por um lado, um movimento de sentido essencialmente 'destrutivo', 'negativo', constando principalmente de uma luta anti-capitalista; por outro, um movimento essencialmente 'construtivo', 'positivo', visando a construção do socialismo.

Enquanto movimento anti-capitalista a estratégia em causa caracterizou-se fundamentalmente:

- i) por uma luta sistemática quer contra os *kulaks* e, de uma forma geral, contra a agricultura camponesa, privada; e
- ii) por uma luta contra o comércio e a indústria privados e, de uma maneira geral, contra os mecanismos e as categorias económicas ligadas ao sistema de mercado.

57. Vd LEWIS, M. Russian peasants and soviet power: a study of collectivisation, G. Allen e Unwin, Londres, 1968, pp 391 e 494

Enquanto movimento visando a construção do socialismo, a estratégia estalinista, traduzindo uma concepção muito particular deste, caracterizou-se sobretudo por uma ênfase quase exclusiva na procura de um muito rápido crescimento das forças produtivas materiais --- principalmente da indústria mas também da agricultura --- no quadro de uma produção em 'grande escala' e de um apertado controlo estatal do processo económico global.

Este controlo passava, nomeadamente, pela implementação do sistema de planeamento centralizado. O objectivo deste sistema era o de substituir, a prazo, os mecanismos de mercado e de troca monetarizada. De notar que o planeamento tal como praticado então tendia a ver o macroeconómico e o macrosocial como extensões à escala de um país da dimensão micro de uma empresa cujos diversos sectores de produção tinham que ser articulados através de uma forte hierarquização interna --- o que correspondia, grosso modo, à visão capitalista da época sobre organização empresarial.

Ele passava ainda pela utilização do Aparelho de Estado e dos seus múltiplos mecanismos de coerção sobre os produtores directos --- do campo como da cidade --- e pela transformação do Partido em instrumento desse mesmo controlo.

Enfim, aquele controlo estatal passou pela constituição de uma "economia de comando de cima para baixo" fortemente hierarquizada e centralizada num Aparelho de Estado que se envolveu directamente na actividade das unidades económicas de produção. Aquele tipo de planeamento e este envolvimento exigiam um Aparelho de Estado de dimensão tendencialmente grande, absorvente e em contínua expansão e que se via assim colocado no cerne da luta de classes que se desenvolvia e, por isso, potencialmente em confronto imediato com os produtores directos.

Este movimento ia ao encontro das necessidades de reprodução da burocracia estatal.

A luta contra os *kulaks* e a economia camponesa em geral bem como contrasecanismoseercado--rticuladaomrocuraema  
'libertação' com crescimento das forças produtivas --- é a responsável por uma

estratégia de transformação rural que privilegiou, não só como alternativa a mas também contra a agricultura privada (camponesa ou não), a constituição de grandes unidades de produção colectiva (*sovkhoses* e *kolkhozes*) de que foram afastados quer os *kulaks* quer muitos camponeses médios, uns e outros vítimas de perseguições cujo limite foi a própria morte. Tais unidades procuraram, no entanto, absorver a generalidade dos restantes camponeses mas isso foi feito através do uso da coerção tornada elemento constitutivo fundamental da própria estratégia para com o sector agrícola.

Paralelamente e ao procurar terminar com a pulverização da propriedade em milhões de pequenas e pequeníssimas unidades de produção, elas permitiam também a integração da produção agrícola --- que tendencialmente seria convertida, toda ela, em produção colectiva --- no processo de planeamento.

Aspecto particular daquela luta anti-*kulak* --- contra os que já o eram e contra os que se receava viessem a constituir-se como tal se fosse dado apoio à agricultura camponesa --- foi a não afectação aos *kolkhozes* de tractores e outras máquinas agrícolas, privilegiando a integração destes em Estações de Máquinas e Tractores, empresas estatais vocacionadas para a preparação das terras dos *kolkhozes* a pedido destes.

Na realidade, porém, elas tornaram-se em organizações com elevado grau de ineficiência e estiveram em constante conflito com os *kolkhozes* quanto ao trabalho realizado.

Esta opção pelas EMT, justificada com a necessidade de não transferir bens de propriedade estatal --- a forma de propriedade considerada superior --- para uma forma 'inferior' de propriedade como era a cooperativa (58), escondia outras motivações. De facto, por um lado, as EMT tornaram-se num importante instrumento quer de planeamento da agricultura (e, por isso, de controlo sobre os *kolkhozes*) quer de captação de recursos retirados aos camponeses *kolkhozianos* através dos pagamentos em espécie recebidos como contrapartida dos trabalhos agrícolas efectuados.

58. Vd NOVE, Alec 'Ideology and agriculture' in *Soviet Studies*, v. 17, nº 4, Abr/66, pgs 404/5.

Por outro lado, a não-afecção de equipamentos directamente às cooperativas retirava a estas e àqueles dos seus membros com apetência e capacidade para tal a possibilidade de utilizar esses equipamentos em proveito próprio desenvolvendo a agricultura individual, o que, no quadro ideológico estalinista, seria um inadmissível incentivo às 'tendências pequeno-burguesas', eivadas de pretensões inspiradas nos *kulaks*, que se acreditava caracterizarem a generalidade do campesinato.

Aquelas grandes unidades de produção agrícola possibilitariam, segundo a lógica do modelo, quer uma maior produção global e uma maior produtividade por hectare e por trabalhador quer um maior excedente comercializável global e por trabalhador susceptível de ser utilizado para alimentar a população urbana e para abastecer as indústrias nacionais e o sector exportador.

Ainda no quadro do modelo e na sequência das propostas de Preobrojensky, outro mecanismo importante desta contribuição da agricultura para o desenvolvimento seria a deliberada deterioração dos termos de troca internos em prejuízo da agricultura dando assim lugar a uma 'acumulação primitiva socialista' a expensas desta e dos camponeses.

Neste domínio desempenhou um papel importante a prática imposta pelo Aparelho de Estado e que Lewin caracteriza assim :

"Os princípios impostos pelo Estado não foram os da cooperação, solidariedade e progresso económico. Antes, eles envolveram a imposição com mão-de-ferro --- qualquer outra forma não resultaria --- do princípio, muito diferente, da absoluta prioridade e superioridade dos interesses do Estado sobre os dos produtores. Na prática isto resultou num sistema em que a produção se tornou no eixo central das relações entre o Estado e os *kolkhozes*, com um terço ou mais do produto destes a ser-lhes extraído por um preço nominal que cobria apenas uma pequena parte do custo da sua produção. Este era o princípio central de que derivavam todos os restantes traços do sistema." (59)

59. Vd LEWIN, N. "The kolkhoz and the russian muzik" in Peasants in History -- Essays in honor of Daniel Thorner, pg 60/1

Neste quadro não admira que, como também salienta Lewin, "termos como custo, lucro, interesses materiais e incentivos materiais estivessem excluídos do pensamento oficial"<sup>(60)</sup>. Isto articulava-se com uma política de investimentos que se preocupava pouco em consolidar as empresas; antes, na busca da referida 'libertação das forças produtivas', enfatizava especialmente a extensão do investimento a novas áreas, a novas empresas, numa lógica de crescimento dos ritmos de crescimento <sup>(61)</sup>.

O "sistema de *kolkhozes*" <sup>(62)</sup> incluía também a existência no seu seio de áreas de pequeníssima extensão exploradas familiarmente e orientadas em especial para a produção da alimentação base dos camponeses.

Estas explorações individuais, cobrindo menos de 4% da área cultivada, vieram a mostrar-se de importância fundamental na economia rural e no 'sistema de *kolkhozes*' em particular <sup>(63)</sup>, ornando os rendimentos obtidos através da venda desta produção no mercado livre fundamentais para a economia camponesa: eles representavam entre 75 e 86% dos rendimentos camponeses, várias vezes superior, portanto, aos rendimentos distribuídos pelos *kolkhozes* e com a vantagem sobre estes de serem mais regulares durante o ano.

Os rendimentos do trabalho colectivo eram o fruto da distribuição apenas do remanescente dos rendimentos após dedução de todos os encargos da exploração. Na prática, devido à baixa produtividade das explorações colectivas, isto significava normalmente rendimentos baixos e sem a regularidade temporal --- geralmente distribuídos apenas 1 ou 2 vezes por ano --- e de montante que caracterizavam os rendimentos da generalidade das demais classes trabalhadoras <sup>(64)</sup>, nomeadamente dos operários industriais.

60. Vd *Ibiden*, pg 61

61. Vd LEWIN, M. Political undercurrents in soviet economic debates, Pluto Press, Londres, 1975, pg 103

62. Vd LEWIN, M. "The *kolkhoz* ...", op. cit., pg 59

63. Assim, por exemplo, em 1937 elas foram responsáveis por mais de 50% da produção de batatas e de fruta e de cerca de 70% da produção com origem animal (leite, carne, peles) Vd KARCZY, J. "From Stalin to Brezhnev: soviet agricultural policy in historical perspective" in MELLER, James (ed) The soviet rural community, Univ. of Illinois Press, Urbana/Ill/USA, 1971, pg 54

64. Vd *Ibiden*, pg 55

Face a um tal panorama não admira que no dia-a-dia os camponeses procurassem preservar e alargar o trabalho nas terras individuais em prejuízo do trabalho colectivo e, como resposta, o Estado tivesse por diversas vezes lançado ataques contra a existência de explorações individuais nos *kolkhozes* (65).

Isto significava, afinal, que também neste domínio os interesses do Estado e os dos camponeses estavam em confronto

"o Estado vendo o camponês como perigoso para os fundamentos do regime e o camponês vendo o Estado como uma ameaça para a sobrevivência da sua família". (66)

Para além desta referência ao "sistema de *kolkhozes*" e à forma como Estado e camponeses se articularam no seu seio, qualquer análise da política agrícola estalinista para com a agricultura tem que referir uma avaliação dos seus efeitos em outros domínios fundamentais e que se interrelacionam: o da evolução da produção --- nomeadamente da parte comercializada --- e da produtividade da agricultura, o da real participação deste sector no processo de acumulação (de que, recorde-se, era considerado pelos seus promotores como elemento central), o dos custos e dos benefícios suportados ou retirados por cada um dos grupos sociais em presença e, por fim mas não menos importante, o da sua contribuição para a transformação das relações sociais de produção no sentido da construção do socialismo.

Tudo isto deve ser visto em contraposição com as possíveis alternativas à política adoptada, nomeadamente a do prolongamento por mais algum tempo da NEP ou de uma qualquer outra política que, próxima desta ou não, lhe sucedesse. É uma análise conjunta de todos estes aspectos que nos propomos fazer de seguida.

65. Vd KARCZ, J. "From Stalin ...", op. cit., pg 58

66. Vd LEWIK, M. "The kolkhoz...", op. cit., pg 62

## II.2.3 - Para um balanço da estratégia estalinista

Um balanço dos efeitos do primeiro plano quinquenal (1928-32), na medida em que ele constituiu o paradigma da estratégia estalinista de transição para o socialismo e daquele que tem sido desde então e no essencial o 'modelo soviético' dessa transição, é tarefa fundamental a que muitos autores se têm dedicado. Um balanço correcto dos seus efeitos é, porém, difícil de efectuar quer no plano empírico quer nos planos teórico e político.

Nestes dois, porque é impossível afastar as influências das opções teóricas e políticas de cada analista --- ou evempedir 'juízo' político do processo pois que, na verdade, o que há que verificar é, acima de tudo, se a estratégia estalinista contribuiu ou não para a construção do socialismo (que socialismo ?) e não, como fazem (significativamente) vários autores, se ele contribuiu ou não e como para o crescimento das forças produtivas.

No plano empírico o balanço é difícil porque a informação estatística disponível não prima pela acuidade, havendo ainda hoje alguma discórdia entre os autores quanto à confiança que elas merecem, nomeadamente quanto aos valores exactos da produção agrícola (67). Dado que especificamente relativo à formação social russa, este é um plano de avaliação que para nós é secundário pelo que passaremos por cima dele.

Há um aspecto, no entanto, que tem algum interesse para nós já que se prende com a questão do papel da agricultura na acumulação nacional: a procura de uma explicação para o grande crescimento do investimento.

67. Um dos últimos esforços de quantificação da produção agrícola da época data de há apenas 3-4 anos e consta de WABATCROFT, S.G. "A reevaluation of soviet agricultural production in the 1920's and 1930's" in STUART, Robert (ed) The soviet rural economy, Rowman and Allanheld, Totowa/NJ/USA, 1984, pgs 32-62.

A 'explicação tradicional' sobre o que aconteceu de facto durante o I Plano é aquela que vê os resultados da 'estratégia estalinista' como fruto da aplicação da estratégia defendida por Preobrajensky de 'explorar os camponeses' de forma a fazer transferir da agricultura para a indústria volumes significativos de excedente económico produzido por aquela (68). Segundo esta explicação, a teoria de inspiração preobrajenskiana ter-se-ia, pois, verificado na prática através, principalmente, de uma modificação dos termos de troca internos em prejuízo da agricultura.

Para esta deterioração teriam contribuído fundamentalmente a política de preços praticada pelo Estado em relação aos produtos agrícolas adquiridos compulsivamente aos camponeses e, em conjunto com ela e a partir de 1930, a política de colectivização forçada da agricultura que, visando evitar a 'retirada do mercado' dos camponeses como reacção a termos de troca mais desfavoráveis, teria permitido controlar mais estreitamente e aumentar o volume de excedente comercializado pela agricultura.

Os 'termos de troca' internos teriam, assim e na perspectiva da agricultura, subido do índice 93 em 1928 para 112 no ano seguinte, para depois diminuírem até aos 92 em 1931 e, numa queda abrupta, até ao nível 38 em 1932 como resultado da grande subida dos preços industriais então verificada (69), tudo se saldando por uma redução da posição relativa dos camponeses a apenas cerca de 1/3 da que era 3 anos antes.

Esta visão tradicional, aceite durante muitos anos sem grande contestação, foi posta em causa a partir do final dos anos 60. Na revisão daquela concepção tradicional tiveram papel fundamental quer as investigações de KARCZ, MILLAR e outros sobre a produção cerealífera (o 'grain problem') na época em análise quer, principalmente, a publicação na URSS e divulgação no Ocidente das investigações levadas a cabo por A.A. BARSOV.

68. Um bom resumo desta 'visão tradicional' pode ser visto em GREGORY, Paul e STUART, Robert Soviet structure and performance, Harper and Row, New York, cap 12 e também em WILBER, Charles The soviet model and underdeveloped countries, Univ. of North Carolina Press, Chappel Hill, 1969, pgs 30 e seqs. Uma sua síntese acompanhada de uma crítica pode ler-se em MILLAR, James 'What's wrong with the 'standard story'' in Problems of Communism, Jul-Ago/1976, pgs 50-51

69. Contas elaboradas a partir das linhas 1 e 5 do Quadro 6 de KILMAN, Michael 'Did the agricultural surplus provide the resources for the increase in investment in the USSR during the First Five Year Plan?' in The Economic Journal, Dezº 1975, pg 949

A principal e decisiva modificação da análise tradicional e que resulta dos estudos de Barsov diz respeito à importância relativa da agricultura no esforço de investimento levado a cabo e à questão concomitante dos termos de troca internos. Assim, segundo os cálculos que efectuou, as transferências líquidas da agricultura para os sectores não-agrícolas --- de que o principal era a indústria --- que em 1928 representavam 54% do investimento industrial, terão passado em 1932 a representar apenas cerca de 18% daquele investimento --- que era a esmagadora maioria do investimento total.

Isto, porém, aconteceu ao mesmo tempo que tais transferências passavam a representar não 19% (em 1928) mas sim 22% (em 1932) do produto agrícola depois de terem representado cerca de 29% em 1929-31, o que dá alguma consistência às teses 'tradicionais' se o campo de análise fôr restringido à própria agricultura (70).

Simultaneamente, e ao contrário do que a 'explicação tradicional' crê, os termos de troca não tinham evoluído desfavoravelmente à agricultura; o que terá ocorrido na realidade foi, pelo contrário, uma melhoria da posição desta em cerca de 30% no período compreendido entre 1928 e 1932. Esta evolução globalmente positiva esconde, no entanto, quer um comportamento irregular dos termos de troca ao longo do tempo (1928=100, 1929=116, 1930=164, 1931=116 e 1932=130) quer uma situação diferenciada no seio do sector agrícola segundo as formas de organização da produção e de propriedade da terra.

A melhoria (irregular no tempo e diferenciada segundo as formas de organização da produção) da situação da agricultura face ao conjunto das actividades não-agrícolas não deve, porém, ofuscar essa outra realidade que é a existência, então, de uma 'troca desigual' entre a agricultura e o resto da economia em detrimento daquela pois que o 'coeficiente de equivalência' que Barsov utiliza para a medir teria tido sempre valores muito superiores à unidade (1928=2,02, 1929=2,22, 1930=2,04, 1931=2,32 e 1932=1,97) (71).

70. Vê o Quadro 4 de HARRISON, M., op. cit., pg 96

71. Vê HARRISON, D. 'A critical examination of A.A. Barsov's empirical work on the balance of value exchanges between the town and the country' in Soviet Studies, Oct/92, pg 572

O que leva BARSOV a modificar a análise tradicional sobre a evolução dos termos de troca internos é a tomada em consideração dos preços praticados no mercado livre de produtos agrícolas.

Este, sob a forma de 'mercado negro', desenvolvera-se significativamente com a colectivização a ponto de ter provocado, segundo os cálculos de Barsov, uma inversão da tendência global que decorria da simples análise dos preços oficiais.

Assim e a *contrário sensu* do que era pretendido pela política oficial, o principal beneficiário de um tal comportamento global dos preços terá sido, pela via do mercado negro, o sector privado (72) o qual, apesar da colectivização posterior a 1930, se mantinha ainda com força significativa.

É neste quadro que há que interpretar quer as diversas tentativas para acabar com as explorações individuais no seio das explorações colectivas quer a luta para levar até ao fim a colectivização da terra.

Dos elementos que aqui ficam são de salientar dois aspectos. Primeiro, a importância relativa do conjunto do sector agrícola como fonte de acumulação em benefício dos sectores não-agrícolas e, principalmente, da indústria foi muito mais reduzida do que se supôs durante muito tempo. Onde o acordo entre os autores é menor é sobre a dimensão aproximada do excedente económico retirado da agricultura, sobre os mecanismos da sua transferência e, principalmente, sobre se a colectivização da terra foi ou não um elemento importante, decisivo mesmo, para a captação do excedente agrícola.

Segundo, que é evidente que o sector agrícola em geral e, com ele, os camponeses no seu conjunto (envolvidos ou não na produção colectiva), souberam encontrar, apesar da enorme pressão que sobre eles se exercia, um mecanismo --- neste caso o 'mercado negro' --- para tentarem reduzir o impacto da política de deterioração dos seus termos de troca que o Estado soviético procurou impôr-lhes.

72. Este sector incluía não só as terras e os camponeses ainda não objecto de colectivização --- em 1932 eles eram ainda quase 40% --- bem como as terras individuais demarcadas no seio das explorações colectivas. Vd Quadro 10 in GREGGORY, P. e STUART, R., *op. cit.*, pg 167

Isto significa que a 'fuga do mercado' que Bucarine tinha antevisto vir a caracterizar o comportamento dos camponeses se se tentasse explorá-los para além do socialmente suportável traduziu-se, antes, numa 'fuga ao mercado oficial' mas não ao mercado 'tout court', numa demonstração de que eles não dispensavam a troca mercantil como forma de obter parte dos bens (alimentares ou não) de que necessitavam para o seu dia-a-dia, de que eram sensíveis aos preços relativos e de que sabiam, mesmo quando aparentemente não podiam, procurar melhorar a sua situação relativa face às demais classes sociais mesmo que apesar de ou contra o poder de Estado.

Aceite, de uma forma geral, que a agricultura deu, no seu conjunto, uma contribuição líquida positiva para o desenvolvimento industrial, o que se questiona normalmente, como se salientou já, é se a política agrícola em geral e a colectivização forçada em particular tiveram um efeito positivo significativo naquele que surge como sendo o principal objectivo que elas se propunham prosseguir ao serem adoptadas (o que não é o mesmo que identificar os efeitos que de facto tiveram): aumentar o ritmo de crescimento das forças produtivas materiais.

Colocar esta questão é o mesmo que procurar determinar se a colectivização foi ou não necessária quer no quadro dos resultados económicos do I Plano Quinquenal quer no dos que eventualmente teriam sido conseguidos sem ela --- no quadro do prolongamento da NEP, por exemplo.

Ora, em relação àquela primeira questão não há unanimidade de respostas. É tema que no quadro deste trabalho é secundário pelo que não o abordaremos com profundidade (73).

-----  
73. A título de complemento de informação referir-se aqui apenas duas:

a) uma que vê na colectivização um tremendo erro --- pelos enormes custos (humanos e não só) que teve --- que não terá contribuído para aquele aumento de ritmo de crescimento como se propunha. Vd MILLAR, J. 'Views of the economics of soviet collectivization of agriculture: the state of the revisionist debate' in STUART, Robert (ed) The soviet rural economy, op. cit.,

b) outra, que entende que a colectivização, não tendo contribuído directamente --- via aumento das transferências de excedente --- para aumentar o ritmo do processo de acumulação, contribuiu para ele de uma forma indirecta (i) ao estabelecer as condições de vida no campo que empurraram para a cidade (para a indústria e a construção civil) volumes significativos de mão-de-obra que, esta sim, contribuiu significativamente para a acumulação e para a aceleração do seu ritmo; (ii) ao aumentar as colectas de cereais pelo Estado que facilitaram a alimentação da crescente população urbana e o aumento da exportação; e (iii) ao aumentar o controlo do Estado sobre o aparelho económico-social e a utilização dos recursos disponíveis --- o que, só por si e no quadro ideológico dominante na época. Vd ELLMAN, M., op. cit., pg 359

Uma coisa parece certa: as informações disponíveis apontam inequivocamente para uma importância relativa da agricultura no processo de acumulação muitíssimo menor do que o que acreditava a 'visão tradicional' sobre o que se passou na URSS daquela época. Cópia adaptada --- mais a colectivização forçada --- das teses de Preobrajensky. Isto, porém, não pode fazer esquecer que foram os camponeses em geral, quer enquanto tal quer enquanto mão-de-obra transferida para a indústria, quem suportou a parte mais importante dos custos humanos do processo desencadeado pelo poder estalinista.

Neste sentido NOVE tem razão quando, citando um refugiado russo, pergunta: "Oh!, meu Deus!, mas afinal quem é que morreu de fome durante este período?!..." (74), numa alusão directa aos vários milhões de camponeses que, devido à fome gerada pela política agrícola e às perseguições de que foram vítimas a coberto da chamada 'luta anti-kulak', morreram durante a década de 30 deste século na URSS e que são difíceis de dissociar da aplicação 'a outrance' da estratégia estalinista.

Mas se a resposta a esta questão é, se vista no estreito quadro da realidade russa, de menor interesse para nós já não é assim quanto às eventuais lições a retirar dela e, de uma forma mais geral, da 'estratégia estalinista' --- particularmente no domínio da acumulação e da efectiva transição para o socialismo --- para os processos de transição em países em vias de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, refira-se que qualquer avaliação da estratégia estalinista de transição terá que ser feita, acima de tudo, não em termos da sua contribuição para a acumulação --- mesmo que apenas na URSS --- mas sim em termos da sua contribuição para a construção do socialismo --- nomeadamente naquele país. Assim e como refere ainda que inconsequentemente HARRISON (75), o que há que fazer é julgar os resultados efectivos de cada processo de

74. Vd NOVE, A. 'The 'logic' and cost of collectivization' in Problems of Communism, vol XXV, Jul-Ago 1976, pg 58.

75. Vd HARRISON, M. 'Primary accumulation in the soviet transition', in The Journal of Development Studies, vol. 22, nº 1, Out/1985, pg 89.

transição e o da Rússia soviética em particular em função do(s) fim(-ns) que se propõe e não dos meios utilizados. --- devendo estes ser delineados tendo em vista o(s) fim(-ns) que se propõem alcançar e aos quais se devem, em cada momento, subordinar. Proceder de outra forma, dando alguma autonomia aos meios é arriscar a que seja definida uma política (económica mas não só) que impeça a sociedade de prosseguir o fim definido, antes atirando-a para um caminho eventualmente divergente em relação àquele.

É para nós evidente que a análise do processo histórico russo demonstra que o 'modelo soviético' não conduziu a sociedade soviética a uma situação de crescente controlo dos 'produtores associados' sobre o processo histórico, antes tendo contribuído para que, ao abrigo da prossecução do 'fim' socialismo tomado como correspondendo à apropriação pelo Estado --- tornado 'equivalente geral' ao conjunto dos produtores directos --- dos meios de produção, aquele controlo fosse exercido principal e crescentemente por um grupo social constituído em 'complexo burocrático-económico' cuja base essencial de poder foi (é) o controlo exercido sobre o Aparelho de Estado --- incluindo os seus aparelhos ideológico, militar, repressivo e produtivo e não só o administrativo.

O controlo sobre a formação social soviética no quadro daquele 'modelo' passou, inclusivamente, pela transformação de instituições próprias dos produtores directos como são os sindicatos e, até, as cooperativas em 'correias de transmissão' daquele poder e, nomeadamente, da execução dos planos nacionais de produção, tornados verdadeiros '*deus ex-machina*' a cuja lógica deviam ser submetidos os interesses dos próprios produtores.

Neste quadro, um tal 'modelo' está para nós condenado à partida, na sua mais profunda essência, porque é possível afirmar 'a priori' que ele não conduz ao socialismo. Por isso os meios de que ele se serve devem ser vistos com bastante reserva, nomeadamente todos quantos implicam uma concentração do poder de determinação do processo social no Aparelho de Estado e um afastamento dos produtores directos do controlo desse processo, incluindo os meios de produção.

Em segundo lugar e agora numa perspectiva mais relacionada com a estratégia económica em si mesma --- designadamente de acumulação ---, é importante salientar que mesmo no quadro da Rússia dos anos 20, a estratégia estalinista não foi, de forma alguma, a única que surgia como alternativa para enquadrar a transição para o socialismo. Assim sendo, a estratégia estalinista não deve, nem no seu todo nem nas suas partes (p.ex. no domínio da acumulação), ser considerada como a única possível de ser seguida pelos países em desenvolvimento e que procuram a construção da sociedade socialista.

Esta conclusão não deve ser ofuscada pela evidente capacidade por ela demonstrada para lançar as bases de um sistema produtivo que conseguiu, a um ritmo muito apreciável para aquela época, conduzir a União Soviética, num quadro internacional, e disponibilidade de recursos e de estrutura social completamente diferente dos que caracterizam hoje os PVD, de um estágio de fraco desenvolvimento ao de uma das principais potências mundiais na actualidade no contexto de uma repartição do rendimento mais igualitária que a da maioria (senão mesmo todas) das sociedades capitalistas.

Por outro lado, aquela conclusão também não deve ofuscar o facto de que apesar dos resultados positivos agora apontados aquele modelo, tendo em conta a imensidão de recursos que movimentou, não conseguiu dar à União Soviética o nível de produtividade e de dinâmica de transformação tecnológica e de aumento do nível de vida da generalidade da população que têm demonstrado as economias capitalistas comparáveis --- as do 'centro' capitalista.

Estas constatações, que não devem pôr em causa o 'fim' socialismo enquanto 'um outro desenvolvimento' diferente do capitalismo em aspectos fundamentais que manifestamente pretende ser e é, remete nomeadamente para a problemática do confronto da estratégia estalinista com outras, p.ex. com aquela que ela veio substituir, a NEP.

Em relação a este aspecto recorde-se que vários autores consideram que se a NEP tivesse sido prolongada ter-se-ia mostrado tão ou até mais eficaz que a estratégia estalinista no próprio terreno desta: o rápido crescimento da produção, nomeadamente da produção industrial.

Para tal resultado final contribuiriam diversos factores. Por um lado, ter-se-iam evitado a maioria dos enormes custos materiais que a colectivização forçada e a política agrícola em geral provocaram --- de que o caso mais flagrante é o da quebra de cerca de 50% no número de cabeças de gado, provavelmente não compensada enquanto fonte de tracção pelo aumento do número de tractores; por outro lado, ter-se-ia obtido um crescimento mais equilibrado e, eventualmente, mais rápido do conjunto da economia e dos vários sectores graças, nomeadamente, a acréscimos mais equilibrados e maiores das produtividades agrícola e industrial (76).

Creemos, no entanto, que esta é uma perspectiva que, ainda que extremamente importante, é limitada já que não confronta a NEP e as estratégias que lhe estão próximas com o 'fim' socialismo tal como o definimos e com o processo da sua construção. Ora, foi por se pensar que a NEP não conduziria ao socialismo mas sim e a prazo à reconstrução do capitalismo através do reforço da economia privada (camponesa) e dos mecanismos de mercado que ela foi abandonada e substituída pela estratégia que, no quadro social e ideológico da época, surgia como a que permitiria a efectiva construção do socialismo.

Há que reconhecer que aquele perigo existia (e existe) de facto em economias 'mistas' do tipo da que a NEP geraria e que ele será tanto mais importante quanto mais o funcionamento do sistema económico e social fôr deixado ao livre arbítrio do funcionamento das forças do mercado --- designadamente através de uma crescente diferenciação social capitalista no campo. Sendo assim e não havendo experiência histórica que ilumine o caminho da transição, a opção de prosseguir ou não uma estratégia de economia 'mista' --- ou outra qualquer --- é, senão apenas pelo menos fundamentalmente, de natureza política.

Assim sendo, nessa opção terá um papel fundamental a consciência de que o socialismo se 'fez' para o Homem e não o Homem para o socialismo" ou, dito de outra forma, de que se a prossecução de uma determinada estratégia tem, previsivelmente, custos sociais e materiais significativamente elevados

76. Para uma síntese destas análises críticas vé HARRISON, M. "Why was NEP abandoned?" in STUART, G. (ed), op. cit., pgs 63-73.

--- inclusivé para o grupo social que se pretende que seja o seu principal beneficiário --- então há que pôr frontal e claramente a questão de saber se ela deve ou não ser levada a cabo.

De facto, o que há que decidir é se, em nome de uma utopia --- eventualmente realizável a prazo mas nem por isso menos utopia --- a concretizar no futuro (quando?) é possível pedir às gerações presentes os (por vezes enormes) sacrifícios que lhe são pedidos. Ou, de uma forma ainda mais concreta, o que há que decidir é se, face ao sempre possível e historicamente verificado aparecimento no curto e médio prazos de uma relação de conflitualidade entre os 'objectivos' socialismo tal como nós o definimos (77) e melhoria das condições de vida das gerações actuais --- conflitualidade essa gerada pela utilização dos instrumentos que dão forma a uma estratégia de transição --- não há que optar por um daqueles objectivos em detrimento do outro. Note-se que esta questão remete, afinal, para a questão que vários autores têm colocado: será o socialismo possível na 'periferia' (78) ? No limite o que estará em causa é saber, mesmo, se afinal Marx não teria razão quando dizia que ele só é possível no quadro de um pleno desenvolvimento das forças produtivas na medida em que ele é forçosamente acompanhado de um pleno desenvolvimento das capacidades de controlo social pelos produtores directos.

A estas opções, não é estranha a presença de um importante elemento de juízo moral, mas é exactamente a presença deste elemento no socialismo, herança de um profundo humanismo que nele está presente desde as suas raízes, que ajuda a distinguir este do capitalismo. Assim sendo, uma opção como a sugerida atrás não é, de forma alguma, incompatível com o pensamento socialista --- mesmo que contraditóriamente o pareça.

Em terceiro lugar há que salientar que a problemática da acumulação é multifacetada, não se limitando a questões do tipo indústria vs. agricultura, operários industriais vs. camponeses ou cidade vs. campo (79)

77. Ou, melhor, 'socialismo com os inerentes riscos de degenerescência do processo de transição no sentido do seu domínio por um 'complexo burocrático-económico' como resoltou na URSS".

78. Vê MUNSLOW, Barry "Is socialism possible on the periphery?" in Monthly Review, vol.35, nº1, Mai/82, pg 25-35.

porque no seio de qualquer destes conjuntos é possível identificar subconjuntos, grupos sociais, com interesses diferenciados. Sendo assim, qualquer política (económica ou não) que se adopte (p.ex. de preços) deve ter em consideração não só os efeitos macro-sociais mas também os efeitos sobre cada um dos vários grupos sociais em presença. Exemplos disso são as relações no seio do campesinato e as deste grupo no seu conjunto e de cada uma das suas partes com os demais grupos sociais. A tais relações não são estranhas, entre outras, as relações entre mercado e plano e entre o Estado (e os grupos sociais que dominam o seu Aparelho) e os demais grupos sociais, nomeadamente os camponeses.

### II.3 --- Processo social e estratégias de transição na China

Ao 'modelo soviético' ou 'estalinista' de transição para o socialismo é usual contrapor o 'modelo chinês' --- que seria melhor designado por 'modelo maoísta'. Esta designação recobre os traços gerais da estratégia de transição que foi aplicada na China Popular durante o período que decorreu entre 1962 --- ano da sua adopção explícita na 10ª Sessão Plenária do Comité Central do PC Chinês --- e os finais dos anos 70/princípios dos anos 80, após a morte de Mao Tsé Tung.

Ela seguiu-se a --- e, em parte, é o fruto de --- um período em que foram sucessivamente adoptadas duas outras estratégias-tipo: a primeira, posta em prática desde cerca de 1953 até cerca de 1958 (80), foi uma estratégia de raiz muito próxima da estalinista, com prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada à custa de uma menor atenção às necessidades de desenvolvimento quer da agricultura quer dos sectores industriais produtores de bens de consumo (a indústria ligeira); a segunda, 'o Grande Salto em Frente',

79. Vd HARRISON, H. "Primary accumulation...", op. cit., pp 99

80. Consubstanciada principalmente no Primeiro Plano Quinquenal (1955)

prosseguido desde cerca de 1958 até 1962, surgiu na sequência das críticas aos contornos e consequências do modelo anterior entretanto desenvolvidas pelo maoísmo --- pelo menos desde 1956, quando Mao escreveu "Sobre as dez grandes relações" (81) --- e preparou a aplicação do 'modelo chinês'.

É este último que nos interessa aqui abordar quer porque ele tem surgido como a grande alternativa teórica ao 'modelo estalinista' quer porque pelas condições específicas da luta política e ideológica internacional --- entre o Leste e o Ocidente, por um lado, e entre a Rússia e a China, por outro --- durante as décadas de 60 e de 70, ele influenciou significativamente os contornos ideológicos e políticos de muitas das movimentações sociais que então se deram em vários países, incluindo muitas das lutas de libertação nacional que então se desenvolveram --- como é o caso de Moçambique.

### II.3.1 - Alguns elementos fundamentais do maoísmo

O pensamento de Mao Tse Tung e suas evoluções confundem-se com a evolução do próprio processo chinês. Daí a necessidade de acompanhar de perto tal pensamento já que a sua compreensão do socialismo, do processo de transição para ele, do mundo e do Homem influenciaram significativamente não só os objectivos e os meios para os alcançar como também a hierarquia --- e suas alterações ao longo do tempo --- que uns e outros apresentam.

O aparecimento e desenvolvimento do maoísmo e do seu modelo de organização económica e social estão intimamente ligados às circunstâncias históricas em que ele ocorreu e de que devemos salientar pelo menos duas dimensões: por um lado, o facto de se ter desenvolvido no seio da cultura chinesa; por outro, o facto de se ter desenvolvido num país cujo Partido Comunista desenvolvera uma luta a partir das e com o apoio principal nas zonas e das populações rurais e não das zonas e populações urbanas, como aconteceu na Revolução Russa de Outubro de 1917.

81. In Mao Tse Tung Obras escolhidas, Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pgs 329-65

Como salienta ECKSTEIN (82), uma das características mais marcantes do maoísmo é a sua enorme confiança no Homem e, particularmente, na capacidade deste, se devidamente enquadrado pela acção do partido comunista, transformar os parâmetros fundamentais da sua acção no sentido de dar vida ao Homem comunista, exemplo máximo de dedicação à comunidade e à luta pelo bem-estar desta que o maoísmo idealizava. Neste sentido o Homem é, como o próprio Mao disse, "um verdadeiro quadro em branco onde se pode escrever o mais belo poema" (83) ou "a coisa mais preciosa [com a qual] qualquer espécie de milagre é possível sob a liderança do Partido Comunista" (84).

Este entendimento faz com que seja possível deduzir que, para o maoísmo, um sistema comunista ideal será aquele em que os simples apelos normativos --- relegando para um plano secundário os incentivos materiais e a própria coerção --- seriam suficientes para que os vários agentes sociais (principalmente os membros das classes trabalhadoras) adoptassem um comportamento definido pelos estratos dirigentes em obediência apenas, pressupunhasse, aos princípios fundamentais da organização social comunista (85). Daqui, também, uma grande ênfase num estatuto de membro do Partido que privilegiava o espírito de missão sob a liderança do Partido e com total devoção "à Nação, ao Povo e ao Partido" (86).

De notar que este 'espírito de missão' exigido aos membros do Partido está intimamente relacionado com o espírito de verdadeira campanha militar --- cujas raízes é possível encontrar na longa luta (25 anos) dos comunistas chineses até à conquista do poder --- que exala de muitas das palavras de ordem do maoísmo e que fazem sugerir que para este a luta política e económica no período de transição tem muito de verdadeira conquista de um conjunto de objectivos dentro de um espírito de campanha militar.

82. Vd ECKSTEIN, Alexander China's economic revolution, Cambridge U.K., Cambridge (U.K.), 1977, pg 33

83. Citação de memória

84. Vd citação em ECKSTEIN, A. op. cit., pg 33

85. Vd ECKSTEIN, A. op. cit., pg 40

86. Citação recolhida em ECKSTEIN, A. op. cit., pg 34

Ora, como salienta Eckstein,

"Parece que Mao e muitos dos seus colegas da liderança máxima não se aperceberam do facto de que as qualidades necessárias para levar a cabo uma guerra civil e uma revolução comunista podem ser muito diferentes das necessárias para a erigir em sistema económico, político e social em crescimento, particularmente no caso de um que está a tentar lançar um país no caminho da modernização e da revolução industrial e técnica." (87)

Não é possível nem tem interesse debater aqui a real capacidade de transformação do Homem e do seu ambiente (principalmente social) tal como entendida pelo maoísmo e que está subjacente a estas frases. Basta-nos referir que esta nos parece ser uma posição demasiado optimista e manifestação de um voluntarismo quase 'à outrance' que caracteriza o maoísmo e que nos parece manifestamente exagerado porque arriscando-se a relegar para segundo plano as efectivas diferenças de interesses subjacentes às diferenças entre classes e demais grupos sociais existentes de facto e a força de determinação do comportamento social que essas diferenças efectivamente têm --- mesmo que temporariamente a pressão política, social e ideológica as faça como que 'adormecer'.

A ênfase no Homem que exala do maoísmo, ainda que nos pareçam nitidamente exageradas as expectativas que dela decorrem em relação à capacidade deste dominar a natureza e de fazer um 'suicídio de classe', não só o coloca na senda da dimensão humanística mais profunda do socialismo como lhe dá uma dimensão própria, em que esta ênfase assume especial relevo.

Isto faz do maoísmo um complexo teórico em que a importância do nível superestrutural --- nomeadamente o político e o ideológico --- é extremamente marcante, 'voire' mesmo determinante, tornando-o num complexo extremamente ideologicizado, o que constitui um dos vectores fundamentais da sua diferenciação em relação, por exemplo, ao estalinismo. Esta característica não é, certamente, independente da influência da cultura oriental.

87. Vd ECKSTEIN, A. op. cit., pp 41

Esta ênfase no Homem está também, por outro lado, intimamente relacionada com a preocupação com a transformação das relações sociais como um dos vectores fundamentais da construção do socialismo e leva à ênfase no famoso slogan "a política ao posto de comando!" e à conclusão de que a própria estratégia económica tem de estar ao serviço das transformações nas relações sociais que se pretende implementar:

"a correcta manipulação das relações entre a agricultura, a indústria ligeira e a indústria pesada não é apenas uma questão económica mas sim um problema político fundamental. ob o socialismo a relação entre a agricultura e a indústria não é apenas uma relação entre estes dois sectores produtivos mas sim, essencialmente, uma relação entre duas classes trabalhadoras --- os operários e os camponeses." (88)

Para o maoísmo o socialismo é, pois e antes de mais, um sistema de organização social em que as relações de produção deverão ser tais que terão de permitir o máximo desenvolvimento do Homem comunista tal como ele o vê. Ora isto só é possível num quadro de grande igualdade de oportunidades para todos os homens só possível, or sua vez, num quadro de grande igualdade de condições de vida e, conseqüentemente, de rendimentos entre eles. Esta ênfase na igualdade é uma das características mais marcantes do maoísmo; ela vai estar, nomeadamente sob a forma da ênfase num desenvolvimento equilibrado definido de uma forma algo diferente da que é mais comum no Ocidente, no centro quer da concepção da estratégia económica 'tôt court' quer da estratégia de transformação social em geral.

Aquela concepção de 'desenvolvimento equilibrado' (89) põe o acento tónico não só na dimensão económica das interrelações entre os diversos sectores --- nomeadamente da agricultura com a indústria ou, melhor e como veremos, da agricultura, da indústria ligeira e da indústria pesada --- mas também no 'balanceamento' entre o quadro político-social, por um lado, e o nível de desenvolvimento material, por outro:

"Devemos fazer do balanço entre as forças produtivas e as relações de produção e do balanço entre estas e a superestrutura a chave para o estudo dos problemas económicos do socialismo." (90)

88. Citação de um texto chinês de 1972 constante de PAINÉ, Suzanne 'Balanced development: maoist conception and chinese practice' in World Development, vol 4, nº 4, 1976, pp 277-304

89. Vd Ibidem, pp 281.

90. Citação de Mao extraída de PAINÉ, S. op. cit., pp 281

Isto traduz, afinal, um outro princípio fundamental do 'modelo chinês' o qual, no entanto e num quadro político, ideológico e institucional como o da China Popular, nem sempre foi respeitado na prática: a preocupação em evitar um grande desequilíbrio entre o ritmo de transformação social e o ritmo da sua 'absorção' e, até, reivindicação, pelo povo, nomeadamente as populações rurais --- ritmo esse que poderia ser acelerado pelo papel educativo e dinamizador do Partido Comunista.

Aquele tipo de igualdade passa, nomeadamente, pelo combate àquelas que surgem aos olhos do maoísmo como 'as três grandes diferenças' que, a par da diferenciação de rendimentos que a elas está associada, impedem ou, pelo menos, dificultam significativamente a construção do socialismo: as que se estabelecem entre agricultura e indústria, entre campo e cidade e entre trabalho manual e trabalho intelectual. É por isso que quer a prática da política económica quer a da política de transformação social --- com aquela subordinada a esta, como vimos --- vão passar fundamentalmente por estes vectores.

### II.3.2 - A estratégia de transição do maoísmo

Tal como na maior parte das demais correntes do marxismo, também para o maoísmo a indústria pesada é "o factor principal" na tarefa da construção da base material do socialismo pois que, em resultado da análise marxiana tradicional consubstanciada no 'modelo de dois sectores' (91), "é uma coisa bem assente que é necessário desenvolver prioritariamente a produção de meios de produção" (92).

Porém, numa análise que demonstra o distanciamento em relação ao 'modelo soviético' que então (1956) ainda comandava a prática da política económica na China, Mao acrescenta:

91. Vd capítulo III

92. Vd MAO TSE TUNG 'Sobre as dez grandes relações' (Abril/1956) in Obras escolhidas, vol. 5, Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pp 340.

"Todavia, não se deve (...) negligenciar a produção de meios de subsistência e, em particular, dos cereais. Se nós não tivermos cereais e outros artigos de primeira necessidade em quantidade suficiente, nem sequer poderemos alimentar os operários; que sentido terá então falar em desenvolver a indústria pesada? É por isso que é necessário estabelecer uma justa relação entre a indústria pesada, por um lado, e a indústria ligeira e a agricultura, por outro." (93) [sublinhado meu -AS]

Mas há outras razões, algumas delas ainda no domínio económico, que para Mao justificam uma atenção especial em relação à indústria ligeira: Mao considera que mesmo sob o ponto de vista dos volumes, dos mecanismos e do ritmo de acumulação há que desenvolver a indústria ligeira. De facto, para ele, aumentando os investimentos destinados à agricultura e à indústria ligeira.

"poder-se-ão satisfazer melhor as necessidades do povo (...) [bem como] acelerar a acumulação de capital, o que permitirá um maior e melhor desenvolvimento da indústria pesada (...) [já que, embora esta possa] também acumular capital. (...) a acumulação realizada pela indústria ligeira e pela agricultura é maior e mais rápida.

(...)

"[Assim sendo, é necessário aumentar os investimentos na] agricultura e na indústria ligeira de modo a que se produzam mais cereais e matérias primas para a indústria ligeira e se realize uma acumulação mais importante, o que permitirá investir ainda mais na indústria pesada." [sublinhado meu - AS].

Isto deve-se ao facto de o ritmo de rotação do capital na agricultura e na indústria ligeira ser, segundo Mao, maior do que na indústria pesada (94) --- o que o aproximava de Bazarov, por exemplo.

93. Vd Ibidem

94. Para estas duas últimas citações vd Ibidem, pgs 381-3

Na medida em que Mao coloca uma ênfase muito importante no apoio à agricultura, ele aproxima-se das teses de Bucarine. Há, no entanto, um importante ponto de divergência entre ambos: é que este, ao contrário de Mao, viu a sua estratégia como sendo aplicada mais no quadro de uma grande liberdade de funcionamento do mercado e da economia privada enquanto que Mao apostou decididamente na apropriação colectiva da terra através de cooperativas agrícolas de produção.

Estas teriam, porém, um grau relativamente importante de autonomia de controlo do seu próprio excedente económico ainda que no quadro de um sistema de planeamento definido a nível nacional pelas autoridades centrais (95). Esta opção é bem diferente de apoiar principalmente empresas estatais de produção agrícola, como tinha sido feito na URSS em aplicação da estratégia estalinista.

Mas para além das razões económicas há razões políticas que justificam as opções enunciadas e que vêm no seguimento da preocupação salientada atrás de estabelecer um justo balanceamento entre o desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de transformação das relações de produção. Liu Chao Chi sintetiza-as da seguinte forma:

"Se não estiverem disponíveis quantidades suficientes de produtos industriais para serem trocados pelos produtos agrícolas a preços estáveis e razoáveis, então isto impedirá a consolidação da aliança operário-camponesa e influenciará negativamente o desenvolvimento da produção agrícola." (96) [sublinhado meu - AS]

Aspecto que merece realce é o de que este equilíbrio entre agricultura e indústria tem também um vector tecnológico que se manifesta na 'technology mix' adoptada em cada um dos sectores individualmente considerados --- nomeadamente em relação ao sector industrial.

95. Vd MAO TSE TUNG 'Sobre as dez grandes relações', op. cit., pg 346 e também pg 348

96. Citado em PAINÉ, S., op. cit., pg 297, nota 10

Esta 'technology mix' foi definida na China como uma de 'caminhar sobre as duas pernas': por um lado, uma tecnologia mais capital-intensiva e de produção em larga escala naqueles sectores mais modernos em que as economias de escala são importantes e onde o coeficiente de intensidade capitalística é não só maior mas também mais rígido; por outro, uma tecnologia mais trabalho-intensiva no sector mais tradicional, que veria aumentar significativamente o número das pequenas e médias indústrias localizadas em zonas rurais e fornecedoras privilegiadas da maior parte dos bens de consumo e de meios de produção necessários nessas regiões. Ainda aqui as influências de Bazarov parecem evidentes.

Esta seria uma das dimensões importantes da política de autocentramento ('self-reliance') dessas regiões e da China no seu conjunto.

O desenvolvimento equilibrado entre a indústria pesada, por um lado, e a indústria ligeira e a agricultura, por outro, surge, neste quadro, intimamente ligado ao equilíbrio das relações entre o campo e a cidade e, indirectamente, ao estabelecimento de uma grande igualdade de condições de vida entre ambos e no seio de cada uma destas zonas.

Este esforço de igualização passa, nomeadamente, por uma política de preços agrícolas e industriais que visa

"reduzir o leque dos preços e praticar a troca de produtos de valor igual ou quase igual (...) de modo a que os camponeses não sofram nenhuma perda." (97)

De notar que esta preocupação em estabelecer uma política de 'troca igual' entre a cidade e o campo, baseada na preocupação de estabelecer uma relativa igualdade entre os rendimentos do trabalho de um camponês e de um operário da indústria (98) se insere na dupla preocupação, eminentemente política e integrada na lógica de transformação social socialista, quer de as-

97. Vê NAO TSE TUNG 'Sobre as dez grandes relações', op. cit., pg 347

98. Baseada, por sua vez, no princípio da existência de uma relativa igualdade entre o valor do trabalho desenvolvido por um e por outro ao longo de um ano. Vê AMER, Samir L'avenir du socialisme

segurar o funcionamento e a estabilidade da aliança operário-camponesa quer de estabelecer uma "solução correcta da relação entre o Estado e os camponeses" (99) e daquele com as cooperativas.

A procura desta "solução correcta" é necessária porque sendo aquela relação de simples contradição --- i.e., relações em que os interesses de uns não são necessariamente os de outros mas em que a convergência de interesses é possível ---, podem degenerar em relações de contradição antagónica se não forem devidamente harmonizados os interesses de cada agente social. Ora, na óptica de Mao, foi isso que se passou na União Soviética sob o 'modelo estalinista' já que ele se baseou num modelo de acumulação que pressionou excessivamente os camponeses:

"Com medidas como a chamada venda obrigatória [em quantidades e a preços fixados pelo Estado - AS], retira-se uma parte demasiado grande das suas colheitas e a um preço extremamente baixo. Este método de acumulação de capitais esfriou seriamente o entusiasmo dos camponeses pela produção. Quer-se que uma galinha ponha muitos ovos mas não se lhe dá de comer; (...). Onde é que já se viu uma lógica destas?!

A nossa política em relação aos camponeses é diferente (...) pois nós temos em conta, ao mesmo tempo, os interesses do Estado e dos camponeses." (100)

Por isso no 'modelo chinês' existe a preocupação de deixar à disposição dos produtores directos uma parte importante do excedente económico produzido por eles próprios seja no quadro das cooperativas seja enquanto camponeses produzindo nos pedaços de terra que lhes foram deixados após a cooperativização forçada. Esta encontra parte da sua explicação na necessidade, compreensível face ao quadro tradicional do posicionamento do marxismo em relação à agricultura camponesa (101), de assegurar que o excedente económico resultante da exploração da terra seja, o mais possível, apropriado

.....  
Les Éditions de Miroit, Paris, 1981 (99. Vê MAO TSE TUNG "Sobre ...", op. cit., pg 347

100. Vê MAO TSE TUNG "Sobre ...", op. cit., pg 347

101. Sobre este aspecto veja-se o ponto I.4 supra

colectiva e não individualmente; a sua distribuição entre aplicação produtiva e utilização social deveria ser feita de uma forma a ser combinada com os camponeses, beneficiando estes através de uma instituição colectiva (102).

Note-se que ao deixar-se uma parte significativa do excedente nas cooperativas --- e, com elas, nas regiões produtoras --- terá também de se institucionalizar um grau apreciável de autonomia destas unidades produtivas --- e, por arrastamento, das várias regiões --- para que elas decidam, ainda que num quadro de decisões macroeconómicas e macrosociais centralmente definido, qual a melhor utilização a dar à esse excedente. Isto prefigura um quadro de um nível apreciável de descentralização das decisões que se opõem à alternativa 'estalinista' de uma concentração nas mãos da Administração Central quer do excedente, quer das decisões quanto à sua utilização.

Contariamente ao 'modelo estalinista' o 'modelo chinês' prevê, portanto, uma efectiva descentralização do poder a qual tem não só objectivos económicos como também objectivos políticos.

Em relação aos primeiros, espera-se que quanto mais perto da base fôr tomada uma decisão mais ela será eficaz por ser mais adaptada às condições de cada região; por outro lado, espera-se que a concessão de uma certa autonomia às unidades produtivas e às regiões, tornando o poder mais próximo das populações, faça com que estas sejam mais facilmente mobilizadas para a execução das decisões adoptadas --- o que se reflectirá no aumento da sua produtividade.

Quanto aos objectivos políticos, pretende-se retirar poder ao aparelho burocrático impedindo a sua constituição em classe social autónoma, em "'burguesia' de Estado". Tudo isto, em conjunto, contribuiria quer para o reforço da aliança operário-camponesa quer para impedir o aparecimento de factores que tornassem a contradição não-antagónica entre o Estado e os camponeses numa contradição antagónica --- como acontecera na URSS em resultado da aplicação do modelo estalinista.

102. Vd KAO TSE TONG 'Sobre ...', op. cit., pg 348

## II.3.3 - A agricultura na estratégia maoista

Estes são os traços gerais mais importantes da estratégia de transição que designámos de maoista. Nela existe, ainda que enquadrada numa lógica global que se pretende de 'desenvolvimento equilibrado', uma ênfase particular no desenvolvimento da agricultura, nomeadamente da agricultura colectiva sob a forma de comunas. Estas foram organizadas segundo princípios próximos dos cooperativistas mas não se esqueceu o papel da agricultura individual praticada pelas famílias dos camponeses tendo-lhes sido distribuídos terrenos de pequena dimensão nas terras das comunas.

Porém, nem sempre foi assim. Esta estratégia maoista para a agricultura surgiu na sequência das transformações neste sector que começaram com a proclamação da República Popular --- em algumas regiões dominadas pelos comunistas durante a guerra civil elas começaram mesmo antes.

Tal como o que sucedeu nos primeiros anos após a conquista do poder pelos comunistas na Rússia e pelas mesmas razões --- uma manobra tática visando a conquista do apoio dos camponeses ---, logo após a conquista do poder os comunistas chineses levaram a cabo uma reforma agrária caracterizada pela redistribuição das terras: entre 1949 e 1952 cerca de 45% da terra agrícola foi redistribuída por cerca de 70% dos camponeses (103). Em tais circunstâncias o regime de extracção do excedente agrícola foi caracterizado principalmente pelo pagamento de um imposto *in natura*, por um lado, e pela prática das vendas obrigatórias a preços oficialmente estabelecidos e relativamente baixos, por outro. Simultaneamente, começaram a aparecer algumas formas, ainda que elementares, de produção colectiva na agricultura.

Não tendo, porém, abdicado da opção de promover a transformação das relações sociais na agricultura pela via da produção colectiva, assim que se completou a reforma agrária e temendo --- o que era típico do quadro marxista em que se definiam as políticas a adoptar --- que começassem a surgir manifestações de diferenciação social com base nas diferenças de rendibilidade da terra e conseqüente aparecimento de uma classe de 'kulaks' que poderia

-----  
103. Vd ECHESTEIN, A. op. cit., p. 68

opôr-se à luta pela transformação socialista do sistema económico-social, o regime começou em 1952 (e até cerca de 1954/55) a desenvolver esforços mais significativos para dinamizar a produção colectiva.

Uma especificidade da política de colectivização da agricultura na China que a distingue, p. ex., da política prosseguida na União Soviética sob Estaline é a de que nunca foi dada grande importância à constituição de empresas agrícolas estatais. Tal facto é traduzido pela reduzida dimensão da área cultivada ocupada por elas: menos de 1% em 1957 --- período em que a estratégia estalinista na China estava no auge ---, menos de 4% em 1964 e cerca de 4,5% no início da década de 80 (104).

A ênfase principal na organização da agricultura colectiva na China foi dada à transformação da forma individual de apropriação da terra em forma colectiva. Foi assim que surgiram os 'grupos ad hoc de ajuda mútua', os 'grupos de ajuda mútua para as três épocas' (sementeira, monda e colheita) e os 'grupos permanentes de ajuda mútua', constituídos por conjuntos limitados (6-7 famílias, em geral, mas podendo ir até cerca de 15) de famílias camponesas.

Estas punham em comum o seu potencial de trabalho --- e, por vezes, os demais activos produtivos com pagamento de uma certa quantia pela sua utilização --- para levarem a cabo as tarefas agrícolas a desenvolver nas suas terras mas mantendo a apropriação individual quer das terras cultivadas quer do produto agrícola obtido.

Ao mesmo tempo foram-se desenvolvendo as cooperativas agrícolas de produção: umas, as consideradas menos avançadas (com cerca de 20-25 famílias), praticavam um regime de distribuição dos rendimentos obtidos que tinha em consideração quer o trabalho desenvolvido nas tarefas colectivas pelos

104. Esta expansão deve-se em parte ao facto de a forma estatal de organização da produção agrícola ter sido especialmente utilizada como instrumento para, nas zonas menos povoadas das regiões fronteiriças do Norte do país, colocar em produção terras até então pouco ou nada utilizadas. Um objectivo importante destas empresas agrícolas estatais é o de produzir excedentes agrícolas destinados ao abastecimento das indústrias e das populações das cidades --- as empresas estatais têm uma taxa de comercialização da sua produção quase dupla da das comunas. Cf. WORLD BANK *China: socialist economic development*, (vol. II), World Bank, Washington-DC/USA, 1983, pg 39

cooperativistas quer a dimensão das terras que cada um tinha posto em comum para serem exploradas pela cooperativa: as consideradas mais avançadas (150 a 200 famílias, o equivalente a uma pequena aldeia) não remuneravam esta contribuição em terras mas apenas o trabalho desenvolvido sendo a distribuição dos rendimentos feita, em geral, uma vez por ano na sequência da venda da colheita.

Em qualquer dos casos cada família dispunha de um pedaço de terra de dimensões limitadas --- no conjunto estas terras não podiam exceder 5% da terra disponível pela cooperativa --- para exploração individual; apesar desta limitada dimensão eles desempenhavam um papel importantíssimo na economia familiar quer porque proporcionavam alimentos para consumo próprio quer porque, através da venda dos seus excedentes nos mercados rurais, proporcionavam um volume de rendimentos muito significativo --- cerca 20 a 30% do rendimento familiar (105).

Talvez mais importante do que este facto foi o de que estas terras exploradas individualmente no seio das explorações colectivas concorriam com estas quanto à afectação do trabalho o que, tal como acontecera na URSS, desencadeou pressões no sentido de as eliminar --- o que só veio a acontecer temporariamente aquando do 'Grande Salto em Frente' e da constituição das comunas (1958).

As comunas eram grandes unidades político-administrativas e de produção agrícola que envolviam, nos finais dos anos 50 e em média nacional, cerca de 4,5-5 mil famílias (cerca de 22-25 mil pessoas) variando muito este número, no entanto, conforme as regiões do país --- perto das grandes cidades ela chegavam a ter mais de 10 mil famílias.

Uma tal escala de operação das comunas é cerca de 30 vezes maior do que a das cooperativas avançadas que lhes estão na origem. Esta variação de escala, se por um lado exigia uma organização interna dividida em vários

105. Vd ECKSTEIN, A. op. cit., pp 69-71 para a maior parte da informação aqui apresentada. Vd também, p.ex., BANCO MUNDIAL China: socialist economic development, (vol II), (World Bank Country Study), World Bank, Washington - DC, USA, 1983, pgs 26 e segs

níveis mais fáceis de gerir (as 'equipas de trabalho' e as 'brigadas'), por outro permitia a organização de tarefas e serviços só possíveis com uma tal dimensão.

Em 1961-2, porém, tendo em atenção as evidentes dificuldades em gerir eficazmente unidades de tão grande dimensão, as comunas viram esta ser reduzida, em muitos casos e em média, para cerca de um terço.

A importância relativa das diversas formas de exploração da terra no conjunto da agricultura chinesa foi variando ao longo do tempo.

É possível, porém, identificar momentos em que foram levados a cabo saltos qualitativos muito importantes, verdadeiras rupturas com o passado, na organização da agricultura e que representam momentos específicos de modificação da política em relação ao sector. Foi o que aconteceu em 1955 e 1956 com o processo de colectivização forçada da agricultura por inserção dos camponeses nas cooperativas e, mais tarde, em 1958, com o processo de constituição das Comunas (cerca de 26 mil) por fusão das quase 750 mil cooperativas mais avançadas então existentes.

Percentagem das explorações camponesas nos diferentes tipos de propriedade agrícola, 1950-59

| ANO  | Grupos de ajuda | Cooperativas |        | Comunas |
|------|-----------------|--------------|--------|---------|
|      |                 | infer.       | super. |         |
| 1950 | 10,7            | ..           | ..     | -       |
| 1951 | 19,2            | ..           | ..     | -       |
| 1952 | 39,9            | 0,1          | ..     | -       |
| 1953 | 39,3            | 0,2          | ..     | -       |
| 1954 | 58,3            | 1,9          | ..     | -       |
| 1955 | 32,7            | 63,3         | 4,0    | -       |
| 1956 | 3,7             | 8,5          | 87,8   | -       |
| 1957 | -               | ..           | 93,5   | -       |
| 1958 | -               | -            | ..     | 99,1    |
| 1959 | -               | -            | ..     | 99,0    |

Fonte: EKSTEIN, A. op. cit., pg 71, quadro 3-2

Símbolos: .. = negligenciável; -- = nenhum

Só em 1956 terão entrado no regime cooperativo cerca de 30% das famílias camponesas, o que equivale a cerca de 37 milhões de famílias e mais de 160 milhões de pessoas, o que dá uma ideia da capacidade de mobilização --- muitas vezes pela coerção --- das instituições chinesas com maior actividade nas zonas rurais.

#### II.3.4 - As comunas chinesas

No seio da comuna existiam, em geral, três níveis de organização que eram, do mais baixo para o mais elevado, a 'equipa de trabalho', a 'brigada' e a 'comuna' em si mesma.

Depois da redução da sua dimensão no início dos anos sessenta devido à incapacidade que os recursos humanos disponíveis tinham manifestado para gerir (em sentido lato, incluindo a gestão e o planeamento) eficazmente unidades de grande dimensão, as comunas passaram a ter uma dimensão média de cerca de 15 mil pessoas e a explorarem uma área média de cerca de 1800 hectares. Estas médias escondem, no entanto, realidades algo diversas de comuna para comuna já que se algumas não tinham muito mais que as cerca de 5 mil habitantes outras teriam cerca de 50 mil, com a terra disponível para cada uma variando também mas não na mesma proporção da dos seus membros.

É ao nível da comuna que se desenvolvem determinadas actividades de carácter político-administrativo (como a cobrança dos impostos e a manutenção da ordem pública, p. ex.) e que se organiza a satisfação de determinadas necessidades colectivas que exigem uma dimensão apreciável (como sejam, p. ex., o ensino de nível secundário e o apoio hospitalar). É também a este nível que se planifica a actividade produtiva --- incluindo a produção industrial de vários *inputs* agrícolas ou a transformação de parte da produção agrícola --- e que se organizam determinadas actividades que pela sua envergadura exigem uma larga mão-de-obra como são, por exemplo, a construção de pequenas barragens de utilização agrícola e hidro-elétrica e a construção e reparação de estradas ou outras infraestruturas de utilização directa pela comuna (106).

106. Vd BANCO MUNDIAL *op. cit.*, pp 37

Note-se, porém, que desde a crise de produção agrícola de 1961 que as comunas não têm uma intervenção directa neste tipo de produção, desde então a cargo das brigadas e das equipas de trabalho. Assim sendo, a comuna tem tido tendência a assumir cada vez mais a feição de um órgão de administração local para o qual foram transferidas muitas funções normalmente a cargo das entidades regionais ou, mesmo, nacionais.

O grau relativamente elevado de descentralização que daí resulta, remetendo para um nível elevado de auto-suficiência das comunas, é uma das características fundamentais da forma maoísta de organização do sistema socio-económico.

É necessário não esquecer, no entanto, que mesmo este elevado nível de descentralização tem uma dupla face: é que numa perspectiva da 'equipa de trabalho' e, por maioria de razão, da família camponesa mesmo esta autonomia relativa das comunas é encarada, muitas vezes, como representando um nível importante de centralismo já que lhes retira muita da sua própria autonomia de decisão. Por isso a delimitação da 'fronteira' entre os limites de acção e os direitos dos vários níveis de decisão dos vários agentes sociais, incluindo os mais baixos de todos --- a família camponesa ---, surge como um dos pontos fundamentais de fricção --- de luta de classes, afinal --- entre eles.

É nesta perspectiva e na da procura de uma maior eficácia do sistema no seu conjunto --- dados a enorme dimensão do país em área e em população e a sua grande diversidade de condições ecológicas --- que deve ser entendida a evolução quanto ao conteúdo e dimensão dos direitos dos vários níveis de decisão nas zonas rurais.

A definição destes tem passado, nomeadamente, pela definição da propriedade útil dos activos produtivos, nomeadamente a terra e os instrumentos de produção. Se no momento da criação das comunas eram estas o ponto focal de todo o processo de apropriação útil, de decisão e de gestão dos recursos da sua área de influência logo desde o início dos anos 60, com a crise económica quentãoourgiu que teve boa parte das suas origens na excessiva centralização que este modelo enformava, começaram a ser adoptadas decisões no sentido de transferir para os escalões mais baixos (as brigadas e os grupos de

trabalho) a maior parte das funções que traduzem aquela apropriação útil, incluindo a afectação e a gestão corrente dos recursos produtivos disponíveis e a repartição do rendimento.

Os principais beneficiários deste processo de descentralização foram, no entanto, os grupos de trabalho que viram ser transferidas para eles a maior parte daquelas funções e da propriedade dos meios de produção. Eles tornaram-se, assim, na principal unidade do processo de decisão e, com ele, do funcionamento do sistema (107). Porém, na medida em que este se encontra extremamente próximo da base de toda a organização social que são as famílias e em que muitos dos grupos de trabalho são constituídos por famílias de produtores com laços familiares entre si, é possível dizer-se que a família camponesa é ainda, apesar de enquadrada num sistema social que privilegia as formas colectivas de organização da produção, a unidade fundamental de organização social na China (108).

Tendo em atenção este último aspecto, este processo pode, quanto a nós, ser visto como uma tentativa de aproximação entre a forma colectiva de organização social e a forma tradicional de organização social na China, onde a família tem uma importância extremamente grande.

Este processo de descentralização, ao transferir a maior parte da posse útil dos meios de produção para os grupos de trabalho, parece não recear que se viessem a gerar tendências individualistas na agricultura chinesa com o consequente aparecimento de uma diferenciação social com raízes próximas das do capitalismo e que comportasse, nomeadamente, o aparecimento de um grupo de 'kulaks'. Esta linha de acção constitui um corte relativamente importante com as principais linhas de força do pensamento e da praxis marxista até então existente.

-----  
107. Vd BCKSTETIN, A. op. cit., pg 81

108. Vd *Ibidem*

Porém, a Revolução Cultural iniciada em 1966 sob a orientação directa de Mao foi em parte uma forma de, recorrendo de um modo privilegiado --- na linha da matriz maoista da concepção do socialismo e do Homem --- à acção no nível superestrutural, lutar contra tais tendências já que elas se vinham manifestando no seio da sociedade chinesa.

Saliente-se, por fim, que o conceito de comuna não encerra em si nenhuma dimensão de reformulação do tipo de urbanismo existente talvez porque na China este, apesar das grandes variações das zonas mais densamente povoadas para as menos povoadas, era caracterizado por um grau de concentração populacional relativamente elevado --- existência de muitas aldeias e de um número diminuto de populações dispersas ---, o que o tornava perfeitamente compatível com a constituição das comunas e o funcionamento das brigadas e equipas de trabalho.

Isto, no entanto, não impediu a existência de contradições entre a produção colectiva e a produção individual quanto à afectação dos recursos, principalmente o trabalho humano --- a principal fonte de energia utilizada no campo --- mas também outros recursos --- de que o mais inesperado talvez seja o estrume, o principal fertilizante orgânico e para cuja utilização competiam produção colectiva e produção individual, tanto mais que ele era produto de animais de propriedade familiar.

#### II.4 --- Conclusão

De quanto ficou dito é possível retirar várias conclusões, umas de natureza mais genérica e outras mais específicas a três áreas interdependentes sobre as quais recai a nossa atenção: a da reprodução/acumulação, a do controlo do processo social e a do sector agrícola.

Uma conclusão genérica é, desde logo, a da grande variedade de estratégias que ao longo do tempo e em função da evolução do processo social de cada país quer a URSS quer a China Popular foram adoptando. Isto diz bem da

importância das especificidades de cada processo nacional --- influenciadas, designadamente, pelo contexto internacional, pela dotação de recursos de cada país, pelas características culturais, pela forma como o poder foi conseguido pelos comunistas, etc. --- na definição dos contornos da estratégia adoptada em dado momento e permite antever que dificilmente determinada estratégia poderá ser adoptada por outro país sem lhe introduzir modificações mais ou menos profundas que a adaptem às suas características nacionais.

Uma outra conclusão igualmente genérica é a de que, apesar de os processos sociais da URSS e da China Popular serem geralmente identificados com as estratégias estalinista e maoista, respectivamente, a verdade é que em qualquer deles --- talvez mais no primeiro país do que no segundo --- houve, para além de lutas sociais intensas, um debate e uma luta interna ao poder que se centraram na escolha e aplicação concreta de estratégias alternativas para orientarem, do ponto de vista da política económica --- e não só ---, o levar a cabo da transição para o socialismo.

Foi, no entanto e como seria de esperar, a evolução do processo social que veio a conduzir cada país num ou noutro sentido mas a verdade é que, sendo a transição para o socialismo, em parte, o fruto da opção dos principais agentes da política ('*maxime*' a económica) por uma ou outra via esta é feita em função de concepções ideológicas sobre o que é o socialismo mas, principalmente, em função dos interesses dos grupos sociais que têm um acesso privilegiado ao controlo do processo social, nomeadamente através do controlo sobre os mecanismos de formulação e aplicação da política económica quer ao nível da Administração Pública quer ao nível do sector produtivo estatizado.

As duas conclusões anteriores permitem, por sua vez, concluir que não existe aquela que se poderia (eventualmente) designar por a (única e verdadeira) estratégia de transição para o socialismo. e que, por isso, cada país terá de procurar as suas próprias vias de transição --- ainda que iluminado pela experiência de outros. Ora é isso que nem sempre tem acontecido, procurando alguns países adoptar soluções que não têm em conta as suas especificidades o que os leva a quererem, às vezes '*à outrance*', adaptar a realidade aos modelos em vez de procurarem fazer exactamente o inverso esquecendo que '*a economia se fez para os homens e não os homens para a economia*'.

Em relação às áreas específicas mencionadas, refira-se em primeiro lugar que nas estratégias apresentadas é nítida a existência de profundas diferenças nomeadamente quanto às questões do ritmo de acumulação global da sociedade, da proporção em que os vários sectores produtivos e grupos sociais devem contribuir para ela e da proporção do excedente de cada sector e de cada grupo que fica sob o seu directo controlo ou é transferido para outros sectores ou grupos sociais --- aspecto este que constitui um vector importante da articulação entre as problemáticas da acumulação e do controlo do processo social.

Nestes domínios é nítido que o 'modelo estalinista' é aquele que tendencialmente --- i.e., face à sua lógica interna --- poderá levar a um ritmo maior de crescimento da produção global e, particularmente, da indústria e, dentro desta, da indústria produtora de bens de produção. Isso, no entanto, terá como contrapartida uma menor disponibilidade de recursos no sector agrícola e sob o controlo da sociedade rural pondo em causa o ritmo de reprodução desta e, por vezes, a própria capacidade de desta se reproduzir.

Este efeito, no entanto, é diferenciado dentro de cada forma de propriedade e de exploração da terra, sendo os seus efeitos negativos, pela própria lógica interna da estratégia, muito maiores no grupo das explorações individuais, ainda eivadas de influências do modo de produção não-capitalista, do que nas explorações colectivas.

Acrescente-se que esta estratégia é também a mais exigente em termos de volume e de qualidade dos recursos humanos e que a falta destes prejudicará necessariamente os resultados a obter.

Este resultado (potencial) no domínio da produção --- que tem estado na base da opção por esta estratégia em vários processos concretos --- não deve fazer esquecer dois elementos importantes e que já foram salientados em vários momentos com base, nomeadamente, nas apreciações críticas que dela fizeram autores tão distantes entre si como Bucarine e Mao Tse Tung: primeiro, a de que esta maior produtividade será mais nítida no curto/médio prazo do que a longo prazo; segundo, a de que nela se pode dizer que existe uma relação de conflitualidade entre os objectivos crescimento da produção e estabelecimento

do socialismo --- definido este da forma que vimos fazendo. Esta conflituabilidade passa, nomeadamente, pelo facto de, devido às grandes exigências em capacidades de gestão dos recursos e ao monopólio destas que a 'burguesia' de Estado tende a criar em seu benefício, o controlo social acabar por ficar limitado quase integralmente a esta mesma 'burguesia' de Estado em vez de ser estendido a todas as camadas da população, em particular aos produtores directos.

Assim sendo e dada a experiência histórica que já hoje existe sobre ela, optar por ela em termos de linha mestra da política (económica) é, necessariamente, optar pelos seus resultados em termos de controlo social (sem que se garanta os seus resultados no domínio económico): a concentração desse poder na 'burguesia' de Estado. Neste domínio, dadas as características intrínsecas da estratégia pensamos que há mesmo uma pré-determinação histórica que leva a que determinadas causas provoquem sempre os mesmos efeitos. A História dá-nos razão. Note-se, no entanto, que esta constatação não põe em causa, quando a nós, as virtudes do socialismo enquanto modelo de organização social apenas podendo pôr em causa o tempo e o modo da transição para ele.

O afastamento da maioria da população dos mecanismos de controlo social e do acesso aos benefícios do crescimento da produção é especialmente nítido em relação aos produtores rurais que, em resposta, tendem a desenvolver estratégias várias no sentido de tentarem retirar do Estado o máximo de benefícios ao mesmo tempo que procuram transferir para ele o mínimo de recursos sob o seu controlo, quer sejam produtos quer seja a sua força de trabalho. Ora, quer por o nosso caso ser o de um país com um sector rural muito grande quer pelos efeitos de tal estratégia sobre a socialização --- neste caso na não-socialização --- do controlo do processo social, esta apreciação crítica da estratégia estalinista deve levar-nos a rejeitá-la liminarmente.

Quanto às demais estratégias, tendo em atenção as considerações que foram oportunamente feitas, devemos concluir pela sua maior virtualidade potencial em conseguir conciliar os objectivos crescimento da produção e transição para o socialismo. Reconhecer isto não impede, no entanto, que consideremos que qualquer delas tem limitações que lhe são específicas. Assim,

por exemplo, reconhecemos que a estratégia designada por bucarinista pode facilmente transformar-se numa estratégia de crescimento no quadro das relações de produção capitalistas. Quanto à estratégia maoista a realidade prova que ela foi útil numa fase específica do desenvolvimento do processo social na China --- nomeadamente devido à sua capacidade de mobilizar a maioria da população para um processo de satisfação, ainda que a níveis limitados, de muitas das necessidades básicas --- mas que tem fortes limitações nomeadamente no domínio da socialização do controlo social ao nível nacional e não apenas ao nível local --- onde, apesar de algumas limitações, ele se desenvolveu mais do que na URSS sob o modelo estalinista (109).

---

109. Na última análise as reticências colocadas podem-nos levar a responder negativamente à pergunta que outros autores têm colocado: será o socialismo possível na periferia? Ou, de outra forma, será que afinal Marx é que tinha razão ao afirmar que o socialismo --- ou, melhor, o comunismo --- só é possível com pleno desenvolvimento das forças produtivas --- e, mesmo assim, se e só se nele incluímos as próprias capacidades humanas, nomeadamente as que lhe são dadas por níveis mais elevados de instrução técnico-científica e cultural que lhe permitam exercer de facto o controlo do processo social?

Não é nosso objectivo dar aqui uma resposta definitiva a esta questão mas não podemos deixar de a colocar e de chamar a atenção para o facto de a bitida dificuldade em que os grupos sociais dirigentes dos processos de transição para o socialismo fizeram o que Amílcar Cabral designava por "suicídio de classe" e a consequente proliferação de 'burguesias' de estado que nestes países detêm, de facto, o poder nos levarem a ser hoje bastante pessimistas. O que, como salientámos já, não põe em causa as virtualidades do socialismo enquanto modelo de organização social mas apenas o tempo e o modo da transição para ele.



CAPÍTULO III - A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO:  
os modelos teóricos

Para além dos processos históricos da URSS e da China Popular, diversas têm sido as fontes de inspiração daqueles agentes de política económica (mas não só) que se têm visto confrontados com a tarefa da formulação de estratégias de transição para o socialismo. Na impossibilidade de uma enumeração exaustiva, refiramos aqui apenas um tipo daquelas fontes: aqueles que nós designamos por 'modelos teóricos' de transição em contraposição com os 'modelos práticos' que foram passados em revista no capítulo anterior.

Com aquela designação genérica queremos abranger três formulações sobre o processo de transição --- com estatuto diferenciado entre si --- que abordaremos neste capítulo: em primeiro lugar (ponto III.1), o 'modelo de dois sectores', com origem nos estudos do próprio Marx sobre a reprodução alargada no modo de produção capitalista, e que veio a ser utilizado por autores que se reivindicam do marxismo como base de justificação para a prioridade que concedem ao desenvolvimento da indústria pesada no processo de edificação da base material do modo de produção comunista.

Em segundo lugar (ponto III.2) e com um estatuto teórico diferente do primeiro (1), refira-se a contribuição de Clive THOMAS (2). Esta teve por base a sua apreciação crítica sobre o desenrolar do processo social na Tanzânia após a Declaração de Arusha (Fevereiro de 1967) (3) e sobre a política económica a que ela deu lugar.

1. Na verdade, enquanto o primeiro é um modelo da reprodução alargada sob o MFC que foi utilizado por autores marxistas para fundamentar uma dada opção em termos de prioridades de investimento --- nomeadamente entre sectores industriais --- no processo de transição, este, bem como o que será apresentado de seguida, consistem de formulações especificamente viradas para a formulação de uma estratégia económica de transição para o socialismo em sociedades periféricas. Note-se que salientamos tratarem-se sobretudo de estratégias económicas, já que, como veremos, é esse o seu vector principal embora THOMAS, reconheça-se, procure construir uma estratégia que inclua também o vector político e social.

2. Vd THOMAS, Clive Dependence and transformation: the economics of the transition to socialism, Monthly Review Press, New York, 1974.

3. Foi com esta Declaração que Julius Nyerere desencadeou naquele país uma tentativa de transição para um modelo que se queria específico, adaptado à realidade africana, de socialismo --- comumente designado por 'modelo 'ujamaa''

Por fim (ponto III.3), refira-se aquele que é normalmente designado por "modelo de desenvolvimento não-capitalista" ou de "orientação socialista" e que tem as suas raízes mais evidentes em contribuições de economistas do Leste europeu que se fundamentam nas suas próprias análises sobre o processo social nos países da periferia, particularmente da África Negra.

### III.1 --- O 'modelo de dois sectores': da formulação marxiana à deformação estalinista

A ênfase posta no crescimento da indústria pesada pela estratégia económica estalinista de transição para o socialismo está bem patente quer na *praxis* prosseguida sob sua orientação quer nas declarações do próprio Estaline vários anos depois do seu lançamento:

"Para preparar a passagem ao comunismo (...) é necessário, em primeiro lugar, assegurar sólidamente (...) o crescimento ininterrupto de toda a produção social dando prioridade à produção de meios de produção. O desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção é indispensável (...) porque sem ela é absolutamente impossível realizar a produção alargada" (4).

Esta 'lei' da transição segundo o estalinismo encontra a sua base teórica não só, como vimos no capítulo anterior, nas concepções de Preobrachensky mas também nas análises mais formalizadas matematicamente produzidas a partir de 1928 por Feldman, um economista do GOSPLAN, no quadro dos trabalhos preparatórios do que deveria ser um 'Plano Geral' com um horizonte temporal de 10-20 anos de enquadramento dos planos quinquenais --- o primeiro dos quais estava então em preparação (5).

O modelo construído por Feldman parte do 'modelo de dois sectores' que Marx tinha utilizado para analisar a reprodução, nomeadamente a reprodução alargada, no quadro do capitalismo.

4. vd ESTALINE, José Problemas económicos do socialismo na URSS (1952), Publ. Nova Aurora, Lisboa, 1975, pg 70

5. vd DONAR, Ersey 'A soviet model of growth' in NOVSE, A. e MEFI, D.M. Socialist economics, Penguin, Harmondsworth/UK, 1972, pg 149 e seqs.

Tal como todos os modelos, também este assenta num conjunto de hipóteses simplificadoras e de pressupostos.

Uma dessas hipóteses é a de que no modelo de Feldman, ao contrário do que se passa no modelo de Marx, o que está em causa são os volumes da produção final de cada sector e não o valor (marxiano) dessa produção. Por outro lado, ao optar por uma divisão completa do volume da produção global em apenas dois tipos --- bens de produção e bens de consumo --- Feldman adopta uma solução diferente da de Marx em relação às matérias-primas: enquanto aquele via o valor delas como constituindo parte do valor do capital circulante em uso em cada um dos sectores de produção (6), este acaba por, na prática, reter apenas aquelas que, produto do sector II, são incorporadas na produção deste sector (7).

Quanto aos pressupostos, é possível identificar, entre outros, os seguintes: o capital é o único factor limitativo do crescimento da produção; não existem 'lags' significativos no processo económico; a economia é fechada; a produção é independente do consumo; os preços são constantes; os coeficientes capital-produto são os mesmos nos dois grandes sectores; e não existem estrangulamentos na economia ou, melhor, o único verdadeiro estrangulamento que existe é o existente no início da cadeia de produção, i.e., na (fraca) produção de meios de produção (8).

O principal objectivo de Feldman ao construir o seu modelo era, segundo alegava, o de determinar quais as condições em que se poderia alcançar no longo prazo uma determinada taxa de crescimento do consumo (9). Esta sua preocupação com o consumo é, no entanto, normalmente negligenciada na descrição que usualmente se faz das suas teses.

6. vd MARX Le capital, livro 2º, tomo III, éditions Sociales, Paris, 1974, pg 49

7. vd DONAR, 3. op. cit., pg 162

8. vd Ibidem pg 153

9. vd idem op.cit. pg 162

Feldman procura, no quadro desta preocupação, clarificar especialmente a interligação existente entre a taxa de crescimento do produto industrial e a taxa de crescimento global da economia em geral e do consumo em particular.

As teses principais por ele defendidas são sintetizadas por ELLMAN da seguinte forma:

"uma taxa elevada de crescimento exige que uma proporção elevada do stock de capital esteja no sector de [produção] de bens de produção (...). [Por outro lado], ao longo de um crescimento contínuo o investimento deverá ser afectado entre os sectores na mesma proporção do stock de capital." (10)

Da combinação destas duas teses resulta aquela que é a principal recomendação para actuação do sistema de planeamento: dado um certo e uniforme coeficiente capital-produto, quanto mais elevada fôr a proporção de novo investimento no sector de produção de bens de produção maior será a taxa de crescimento global da economia e da produção para consumo. Por isso, se a elevação desta fôr adoptada como objectivo da política económica, tal só será conseguido com uma crescente afectação de recursos ao sector I em detrimento (relativo) do sector II. Tal afectação, i.e., a definição da parte de recursos que cabe a cada um dos dois sectores, é, assim, o principal instrumento de regulação da economia ao dispor dos agentes da política económica.

Tal regra de afectação dos recursos, porém, só é compreensível se vista numa perspectiva de longo prazo já que no curto prazo ela levaria a uma taxa mais reduzida de crescimento do consumo.

Isto é possível de ser explicado com o recurso a um exemplo. Assim, se optarmos por um determinado investimento inicial realizado no período to apenas no sector de bens de consumo (II) --- deixando inalterada a capacidade produtiva do sector produtor de bens de consumo (I) --- obteremos um aumento imediato da capacidade produtiva e da produção deste sector num montante igual ao produto daquele investimento pelo inverso do coeficiente capital-produto. Aquele aumento será único e a produção do sector II

10. ver ELLMAN, M. Socialist planning, Cambridge U.P., Cambridge, 1979, pp 222

estabilizar-se-á nesse nível repetindo-se nos anos futuros. Se, porém, tal investimento for efectuado no sector I o aumento da capacidade produtiva deste sector que daí resultará irá permitir estabelecer uma corrente contínua de bens de produção para o sector de bens de consumo, aumentando a médio-longo prazo a capacidade produtiva deste mais que o aumento que ele conheceria se beneficiasse de um aumento inicial mas único da sua capacidade produtiva e da produção (11).

Uma discussão exaustiva deste modelo --- dos seus principais resultados mas também de todos os seus vários pressupostos --- não cabe no quadro deste trabalho. Limitemo-nos a uma referência crítica mais pormenorizada apenas a alguns dos seus pressupostos e à sua principal recomendação de política económica.

Antes, porém, há que chamar a atenção para um outro aspecto que é central à análise e que, de alguma forma, poderemos considerar como constituindo um outro pressuposto: é que estamos perante uma extrapolação --- com a 'adaptação' referida acima da 'transformação' dos valores (marxianos) de produção em volumes de produção --- dos esquemas marxistas de reprodução alargada de uma sociedade capitalista para a reprodução alargada de uma sociedade em transição para o socialismo, o que constitui o pressuposto da possibilidade de generalização a outros modos de produção, nomeadamente ao socialismo, da análise marxiana da reprodução capitalista (12).

Ora uma tal extrapolação é abusiva principalmente porque, como demonstra MANDEL (13), é possível imaginar uma economia planificada (leia-se 'em transição para o socialismo' ou, mesmo, já 'socialista') em que como resultado de opções livremente adoptadas pela comunidade se prossegue um crescimento da economia --- i.e., uma reprodução alargada socialista --- em que as

11. Vd. ELLNER, M. op.cit. pg 126

12. Vd. MANDEL, Brèves Traité d'économie marxiste (vol.4), J.G.P., Paris, (1969), pg 117

13. Vd. nota anterior

taxas de crescimento global, do sector de produção de bens de consumo (o sector II) e do sector que se dedica à produção de bens de produção (o sector I) são iguais (14).

Estalíne não tinha, pois, razão ao afirmar que sem o desenvolvimento prioritário dos meios de produção a reprodução alargada no socialismo era impossível.

Por outro lado, mesmo que tal extensão seja aceite, há sempre uma questão de fundo a ter em conta: é que a eventual correcção de um modelo teórico não significa necessariamente e automaticamente que ele funcione na prática já que na realidade podem não se verificar vários dos seus pressupostos o que afectará irremediavelmente a sua utilidade enquanto guia para a acção. Ora parece ter sido este o caso com o modelo de Feldman e a sua utilização pelo estalinismo: por decisão política, quiz-se impôr a teoria à realidade.

Regressando aos pressupostos e tendo presente a actual situação dos países em desenvolvimento há que notar em primeiro lugar que o capital, interpretado da forma restrita que está subjacente à análise em questão de mero conjunto de meios físicos destinados à produção (equipamentos, infraestruturas, etc.) e de meios financeiros para pagamento de salários, não é, de forma alguma, o único factor limitativo da produção e, em geral, do processo económico como pressupõe o modelo de Feldman. Tanto ou mais importante que qualquer daquelas duas formas de capital é, hoje em dia, o 'capital humano' em que se inclui o 'saber como operar' quer os equipamentos, quer as unidades de produção, quer o sistema produtivo em geral.

Por outro lado, o lag temporal existente entre a decisão sobre os investimentos e o início efectivo da sua laboração podem ser importantes e modificar os resultados da análise da afectação do excedente inversível a um ou outro dos dois grandes sectores identificados no modelo. De facto, é normal --- e já o era naquela época, tendo vários autores chamado a atenção para tal aspecto --- que os investimentos realizados no sector de produção de bens de produção tenham um período de maturação (incluindo a entrada efectiva em funcionamento) superior aos investimentos realizados no sector II.

14. *Idem*, p. 118

Refira-se, por fim, que hoje em dia a grande maioria dos PVD's são economias com um grau de abertura externa significativa e, mais, com extrema dificuldade em, devido ao seu nível de desenvolvimento e aos (limitados) recursos de que dispõem, adoptarem uma política de 'desconexão' <sup>(15)</sup> em relação ao mercado (capitalista) mundial sem que isso provoque, seja qual for o prazo da análise, graves problemas e distorções ao seu processo de desenvolvimento das quais as menos importantes não serão, certamente, as que dizem respeito à melhoria tecnológica e da produtividade do conjunto do sistema produtivo.

Todas estas reticências levantadas a alguns dos pressupostos do modelo de Feldman não podem deixar de afectar a sua exequibilidade quer no que concerne à Rússia de então quer em relação aos PVD's dos nossos dias.

Isto, porém, não deve impedir que se retire da sua análise aquela que parece ser a sua principal lição: a de que a capacidade produtiva do sector de produção de bens de produção é tendencialmente uma das mais importantes restrições do esforço de desenvolvimento particularmente se nele o esforço de mero crescimento da produção tiver uma feição central. Isto é tanto mais verdade quanto mais fechada for a economia.

A verdade, porém, é que hoje em dia são muito poucas as economias que se podem considerar fechadas ou susceptíveis de, por uma decisão própria, se fecharem ao comércio mundial. Assim, principalmente no caso das economias abertas --- que hoje em dia são a maioria ---, outras condicionantes, como o da própria estrutura do comércio mundial --- nomeadamente a degradação dos termos de troca dos PVD --- podem assumir um papel mais importante que o da limitada dimensão do sector I. O que não significa que uma razoável dimensão deste sector não seja um *stout* muito apreciável <sup>(16)</sup>.

15. Vd ANCN, Sancti La desconexión, La Découverte, Paris, 1986

16. Uma forma de ultrapassar a limitação dos países em desenvolvimento lançarem o seu próprio sector produtor de meios de produção poderá ser a intensificação da cooperação económica regional neste domínio: o que não é possível para um isoladamente pode sê-lo para um grupo de países.

### III.2 --- As concepções de Clive Thomas sobre a transição para o socialismo.

Os contributos para o estudo da problemática da transição para o socialismo em países subdesenvolvidos não vêm apenas da análise dos processos concretos de transição --- nomeadamente dos debates que sempre os acompanharam. Também há casos de autores que à margem desses processos mas inevitavelmente influenciados por eles procuram definir, de uma forma mais abstracta ou, melhor, não imediatamente ligada a um processo concreto, estratégias de transição para o socialismo.

Um desses autores foi Clive THOMAS, talvez aquele que, em obra publicada em 1974, levou mais longe a tentativa de delinear uma estratégia económica de transição no quadro daquelas que ele próprio designou como sendo as "pequenas economias dependentes (...) [sobrevivendo] na periferia do capitalismo internacional" (17).

O âmbito efectivo de aplicação da sua estratégia não era, porém, tão largo quanto o que sugere a referência àquele quadro. Ele próprio precisa aquele âmbito ao afirmar que ele é não o das economias subdesenvolvidas em geral mas sim

"[o daquelas] em que uma revolução política teve início e obteve sucesso na transferência do poder de Estado para uma aliança operário-camponesa." (18)

Por outro lado e numa outra perspectiva, o âmbito da estratégia é limitado "exclusivamente [ao] problema do desenvolvimento das forças produtivas" (19) a que se encontra ligado o da transformação da estrutura económica. O autor exclui assim, à partida, a análise mais aprofundada do con-

17. vd THOMAS, Clive Dependence and transformation: the economics of the transition to socialism, Monthly Review Press, New York, 1974, pg 13

18. vd *Ibidem*, pg 29

19. Vd *Ibidem*, pg 36

junto do processo social --- o que, como veremos, constitui a principal limitação da estratégia que pretende definir dada a característica específica de mutação das relações sociais que a transição para o socialismo é.

Por fim, acrescentem-se mais duas características que ajudam a delimitar a área da análise proposta pelo autor: uma, já entrevista atrás, é a de que as sociedades consideradas sejam "pequenas"; a outra --- que os 15 anos decorridos entretanto não terão desactualizado --- é a de que o processo de transição ocorra "durante a presente fase histórica em que as relações internacionais [dessas sociedades] são de natureza neocolonial".

Destas duas características, a que se refere à "pequenez" necessita de explicações complementares. Em THOMAS este conceito, ainda que central à sua análise, não tem deliberadamente contornos muito precisos. Embora segundo ele ela possa ser "medida 'grosso modo' [por] um índice composto e correctamente ponderado da população, da produção nacional (...) e da área geográfica", o conceito tem também uma dimensão qualitativa muito importante ao manifestar-se igualmente no domínio das "relações entre classes e grupos numa sociedade e [d]as suas relações com a envolvente material da sua unidade política" (20) estabelecendo-se uma relação que pode ser vista simultaneamente como 'mecânica', determinística --- determinado nível de 'pequenez' material coexiste necessariamente com determinado tipo de relações sociais --- e dialéctica --- componente material e a componente político-social interagem transformando-se mutuamente.

É, no entanto, interessante registar como o autor, num apontamento que visa precisar uma certa vertente da 'pequenez', define quando uma economia é pequena:

"quando a despesa nacional num leque importante de bens de produção (e alguns bens de consumo) impõe uma séria limitação (21) à capacidade nacional de estabelecer certas fábricas que têm desempenhado um papel central enquanto instrumento da transformação de economias socialistas tais como a da URSS." (22)

20. vé Ibidem, pg 30

21. 'Constrain:' no original

22. vé Ibidem, pg 30

Se o âmbito da aplicação da estratégia é o que fica descrito, o instrumento privilegiado da sua aplicação é o planeamento económico. Para THOMAS este deve caracterizar-se principalmente por

i) "ser capaz de substituir os mecanismos de mercado" em relação a aspectos tão importantes como o da definição do nível de excedente acumulado, da afectação do investimento, do nível e padrão de consumo, dos salários e do balanceamento entre oferta e procura. Neste quadro, os mecanismos de mercado, "onde continuarem a existir", desempenharão apenas funções limitadas e de natureza auxiliar em relação ao processo de planeamento;

ii) se dirigir não só à produção mas também ao consumo --- o que permite antever desde já um outro aspecto importante da estratégia económica;

iii) no seu sistema organizativo não existir um corte absoluto entre os que definem os planos e os que são responsáveis pela sua implementação, sendo a solução ideal aquela em que os planificadores são também os implementadores (23).

A aplicação deste instrumento na concretização da estratégia só é possível, porém, se se verificar aquela que é a principal pré-condição no domínio político-social e que o estudo assume como verificada: a de que o poder político instituído é dominado, de uma forma que se pressupõe completa e irreversível, por uma aliança entre as duas classes sociais que são consideradas como os grupos-objectivo da estratégia --- os operários e os camponeses (24).

Dois aspectos que são intrínsecos ao funcionamento desta aliança são, por um lado, o do relacionamento entre as classes que a constituem e, por outro, o das suas relações com os demais grupos sociais.

23. *Idem*, pg 72/3

24. *Idem*, pg 56

Naquele primeiro domínio o autor refere apenas (e só para subalternizar a sua importância considerando-a perniciosa aos esforços para a implementação de uma estratégia como a que defende) a possível existência, defendida por certas correntes doutrinárias, de uma 'aristocracia operária' no seio de sociedades subdesenvolvidas como as que o interessam no seu estudo; no segundo domínio inclui-se a da ligação com a burocracia que o autor, ao ficar quase pela simples referência à sua existência, acaba por omitir de facto da análise.

Assim, e em coerência com a sua opção inicial de centrar a análise apenas na dimensão material do desenvolvimento, THOMAS passa por cima ou, no mínimo, subvaloriza na prática as lutas sociais que se desenvolvem no período de transição desde o seu início e que não podem deixar de condicionar fortemente a execução da estratégia.

No que ficou dito foi possível antever algumas das características centrais da estratégia de transição proposta.

Destas refira-se em primeiro lugar que o quadro de relações económicas externas que se pretende construir é um de verdadeira desconexão face ao capitalismo internacional mas não necessariamente face a todo o exterior. Tal desconexão reflectir-se-á na estrutura do comércio externo por produtos e por países.

Quanto aos produtos, nomeadamente de exportação, o que se pretende é que estes deixem de ser apenas aqueles em que os países do 'centro' obrigaram os países da periferia a especializarem-se --- e que estão a provocar a queda das razões de troca dos PVD's --- mas passem a ser aqueles produtos que "são uma extensão da procura e das necessidades internas". Ou melhor e dada a tendência à convergência entre estrutura das exportações e estrutura da produção nacional que se pretende implantar, procura-se que a actividade de exportação surja como uma extensão da produção interna, definida segundo as necessidades e a disponibilidade interna de recursos e não como uma actividade determinada pelo exterior e que prefigura uma exportação assente fundamentalmente em excedentes da produção e do consumo nacionais.

Quanto à estrutura por países, o autor é explícito ao defender a inserção preferencial, no longo prazo e após a ultrapassagem do grande atraso dos PVD's em relação aos países que a compõem, naquilo que ele designa como sendo a "economia socialista mundial" e que, assim, é assumida como sendo uma realidade autónoma e funcionando em moldes que se pressupõem diferentes do funcionamento da economia mundial capitalista e perfeitamente em sintonia com as orientações genéricas que o processo nacional procurará prosseguir.

Da necessidade de prosseguir a desconexão face ao capitalismo internacional derivam duas prioridades:

i) por um lado e dado que se entende que nas economias que são objecto do estudo os principais meios de produção são controlados por interesses ligados àquele capitalismo deve haver uma "completa apropriação estatal local dos meios de produção dominantes";

ii) por outro lado e complementando esta apropriação, o comércio externo deve ser inteiramente submetido ao controlo por parte do Estado (25).

Esta preocupação de levar por diante a 'desconexão' do país em relação ao capitalismo internacional e ao mercado internacional por ele dominado articula-se com a estratégia económica na sua componente essencialmente interna. Esta visa principalmente transformar as características estruturais da economia tal como resultaram do processo de subdesenvolvimento a que esteve sujeita e que o autor descreve como caracterizando-se

"por um lado, [pela] falta de ligação orgânica, assente numa ciência e tecnologia endógenas, entre o padrão e os acréscimos da utilização interna de recursos e o padrão e os acréscimos de procura interna; . por outro lado, [pela] divergência entre [o padrão e o nível] da procura interna e as necessidades da grande massa da população." (26) [sublinhados meus, AS]

-----  
25. vé Ibidem, pg 76

26. vé Ibidem, pg 59

O ultrapassar de tal estrutura exige, pois, a luta pela tripla convergência entre os padrões da utilização dos recursos disponíveis, da procura interna e das necessidades da maioria da população.

Isto conduz THOMAS à enumeração de duas "leis de ferro" da transformação: a primeira é a necessidade da "implementação planificada de uma estrutura do produto interno que seja consistente com os padrões da procura interna" (27); a segunda, é a necessidade do progressivo estabelecimento de uma convergência entre as necessidades da maioria da população e a procura efectiva (28).

Fecha-se assim o círculo recursos--procura--necessidades que, no contexto do que se propõe que venha a ser uma "tecnologia vibrante e endógena" tomada como condição de concretização das transformações que se antevêm, transformará a estrutura económica tal como existe hoje, influenciada pelos interesses dos países céntricos, numa estrutura em que o determinante fundamental será o vector interno e não já o vector externo. Neste sentido, a estratégia proposta é mais nacionalista que socialista --- o que para o autor e dado o âmbito em que se movimenta é uma e a mesma coisa.

A concretização destas "leis de ferro" --- cujo conteúdo exige explicações complementares que serão dadas mais adiante --- está, no entanto, dependente do comportamento do excedente económico da sociedade. Este conceito, que THOMAS define de forma semelhante ao de 'excedente potencial' de DOBB, não se limita à dimensão exclusivamente financeira, antes incluindo todo o produto nacional que não é consumo essencial da comunidade e que pode ser potencialmente produzido com uma utilização racional dos recursos disponíveis "in the given state of the arts" (29).

27. *vd Ibidem*, pg 141

28. *vd Ibidem*, pg 230 e seqs

29. *vd Ibidem*, pg 128

O comportamento do excedente tem duas vertentes fundamentais: por um lado, a da definição da taxa de acumulação; por outro, o da definição da estrutura da sua afectação entre os vários ramos da actividade económica (30).

Quanto àquele, o autor considera que não é possível defini-la aprioristicamente já que ela depende não só de factores técnico-económicos como também de factores político-sociais como sejam, por exemplo, os custos sociais que a comunidade está disposta a suportar --- nomeadamente no que respeita aos níveis e à estrutura do consumo --- e o grau de controlo da aliança político-social no poder sobre os demais grupos sociais e sobre os meios de produção. É por isso, nomeadamente, que a taxa óptima de acumulação é tendencialmente inferior à que se poderia considerar como 'tecnicamente' possível pois que um consumo demasiado baixo afectará, necessariamente, a eficiência do factor trabalho.

Quanto à afectação dos recursos, o reconhecimento de que existe uma tendência geral, independente dos modos de produção, que aponta para uma maior dinâmica do sector industrial em relação aos demais que se prende com a sua capacidade de satisfazer um maior número de necessidades humanas leva a apontar para a necessidade de dar prioridade à indústria em tal afectação(31).

Esta prioridade não tem necessariamente, ao contrário do que diz o pensamento clássico, que ser feita contra a agricultura. A industrialização deve, antes, ser levada a cabo de forma a, ao mesmo tempo que promove as relações interindustriais, satisfazer as necessidades da agricultura tal como resultam do processo de planeamento --- o que consubstancia um processo de desenvolvimento articulado e, até, equilibrado entre os dois sectores.

30. *vd Ibidem*, pg 127

31. *vd Ibidem*, pg 130

III.2.1 - *A primeira "lei de ferro" e o desenvolvimento agrícola e industrial*

Como vimos, a primeira "lei de ferro" remete para a necessidade da convergência entre os padrões do produto e da procura internos. As transformações a introduzir na estrutura económica ao longo deste processo de convergência afectarão quer o sector agrícola quer o sector industrial.

III.2.1.1 --- A dinâmica da transformação da agricultura

Para THOMAS o objectivo do planeamento do sector agrícola deve ser determinado pelas necessidades de longo prazo da população, designadamente dos grupos sociais mais desfavorecidos e tomados como grupos-objectivos a estratégia --- o campesinato e o operariado dos sectores formal e informal da economia. Como tais necessidades não se limitam às de natureza alimentar --- em relação à satisfação das quais o país deve procurar ser autosuficiente ---, o sector agrícola deve também ser orientado para produzir 'inputs' para o sector industrial interno.

Neste processo de transformação o papel dos preços é fundamental.

De facto, o sistema de preços imposto pelo capitalismo internacional e que conduziu à situação que agora se pretende ultrapassar terá que ser substituído por um sistema de preços administrados que, não reflectindo necessariamente o nível e a estrutura dos preços fixados no mercado internacional, permita assegurar o controlo da transformação da economia pelo sistema de planeamento, nomeadamente nos domínios da afectação do excedente económico --- que ele ajuda a mobilizar na sua dimensão financeira --- e da gestão da composição da procura de modo a fazê-la aproximar da estrutura das necessidades da população.

A fim de cumprir a sua missão naquele primeiro domínio, nomeadamente a que se identifica como sendo a de "financiar um programa de rápida industrialização", o sistema de preços deve ser tal que

"o índice [ponderado de preços] dos bens alimentares cresça a uma taxa algo mais lenta que o [índice correspondente] dos bens industriais de modo a assegurar que os termos de troca internos sejam favoráveis à indústria e contra a agricultura".<sup>(32)</sup> [sublinhado meu, AS]

A semelhança deste receituário com o que caracteriza, no essencial, a 'estratégia estalinista' é por demais evidente. Consciente desse facto THOMAS aconselha a que a política de preços a praticar seja de forma a que a transferência de excedente que dela resulte seja contida dentro de limites que impeçam que se verifique a quebra do produto agrícola comercializado que acompanhou a 'abertura das tesouras' na Rússia dos anos 20-30. A dificuldade principal está em saber qual é esse limite.

A transformação da agricultura durante o processo de transição deve ter em consideração as 'metas' de longo prazo para que ela deve caminhar e que, em parte, lhe são indicadas pela experiência de outros processos históricos como é o caso da URSS. Está neste caso

"[o dever] de utilizar unidades de produção agrícola e de operar através de esquemas de comercialização e de gestão -- organizadas como unidades estatais ou cooperativas de produção agrícola ou em qualquer combinação de ambas --- que sejam maiores do que as que estão normalmente ao dispôr dos camponeses [pelo que] o processo exige uma racionalização do sistema de propriedade na economia rural." <sup>(33)</sup>

A esta orientação há que juntar outras, nomeadamente algumas que se prendem com a necessidade de o processo de transformação incluir um salto tecnológico significativo, genericamente mais capital-intensivo, que proporcione um aumento da produtividade do trabalho agrícola que permita transferir uma parte importante da mão-de-obra rural para outros sectores produtivos.

32. Vd Ibidem, pg 150

33. Vd Ibidem, pg 153

Tudo isto, que é principalmente dos domínios técnico e económico, terá de ser acompanhado de transformações sociais e políticas importantes que visem

"eliminar a exploração [do homem pelo homem] no mundo rural; preservar o voluntarismo como a base de transformação do campesinato; e estabelecer estruturas de formação da decisão [colectiva] que ajudem a assegurar o máximo de participação democrática pelos produtores no planeamento agrícola." (34) [sublinhado do autor -- AS]

O acento tónico no voluntarismo não deve, porém, fazer esquecer a existência de fortes tensões sociais no campo que actuam no sentido de aumentar a diferenciação social e de criar uma camada de 'kulaks'. Essas tensões geram-se num ambiente em que a maioria dos camponeses, procurando acabar com a exploração a que historicamente têm estado sujeitos, tentam fazê-lo através da tentativa de alargamento dos seus direitos sobre a terra --- e sobre mais terra. Daí, em grande parte, as tensões que se geram com um poder político --- que o autor pressupõe que reflecte a aliança operário-camponesa --- que entende a transformação das estruturas rurais como passando necessariamente pela colectivização das estruturas de propriedade no campo e não pela apropriação individual de mais terra.

De tudo isto resulta notória a importância que tem um correcto desenvolvimento das relações políticas e sociais no campo sob o risco de, quebradas as regras da democracia e da participação voluntária no processo de transformação social, se desencadearem processos de resistência (activa ou passiva) por parte dos camponeses que porão em causa a transição para o socialismo.

34. *Idem*, p. 154

## III.2.1.2 --- A indústria no processo de transformação

A opção genérica pelo desenvolvimento preferencial da indústria --- embora em articulação com o da agricultura --- faz dela o centro da estratégia económica defendida por THOMAS.

Ligada com ele e no quadro da transformação estrutural que se prossegue está a necessidade de definir qual o padrão do investimento a realizar, isto é, de definir que tipo de indústrias incentivar: se nos quisermos limitar a uma dicotomia conhecida, o que há que resolver é se se deve pôr a ênfase nas indústrias 'ligeiras' produtoras de bens de consumo ou nas indústrias 'pesadas' produtoras de bens de produção.

THOMAS tem em relação a esta questão uma abordagem que, sob o ponto de vista metodológico, surge como próxima mas não totalmente coincidente com a dos autores que aconselham um esforço preferencial de investimento na indústria pesada. Partindo da exigência geral de convergência entre utilização dos recursos e estruturas da procura e das necessidades com base numa tecnologia endógena, o autor considera que o que há a fazer em primeiro lugar é "determinar qual o principal conteúdo em recursos da procura e que perspectivas existem de regular a procura de acordo com a configuração dos recursos do país".<sup>(35)</sup>

Como a maior parte dos produtos finais tem na base, no entender do autor, um conjunto não muito diversificado de materiais básicos --- desde o ferro e o aço aos têxteis passando pelo cimento e pelos produtos químicos, p.ex. ---, a produção destes deve ser um ponto fulcral de qualquer estratégia de industrialização:

"Uma estratégia eficaz de industrialização deve procurar a integração vertical da estrutura da procura com a de utilização dos recursos nacionais. Isto significa que as prioridades de investimento que se devem sobrepor a todas as demais prioridades são a escolha de produtos de entre este conjunto estratégico de produtos e a utilização intensiva dos recursos nacionais dentro deste conjunto de possibilidades." <sup>(36)</sup> [sublinhados do autor - AS]

35. Vd Ibidem, pg 195

36. Vd Ibidem, pg 196

É, portanto, a escolha de um correcto 'product mix' que maximize as interrelações entre os vários sectores da produção industrial que assume um papel charneira na estratégia de industrialização.

Numa análise preliminar cremos que o resultado prático da aplicação desta estratégia não deverá, no entanto, afastar-se significativamente da aplicação da estratégia de privilegiar a indústria pesada já que a maior parte do 'product mix' que o autor define como sendo importante produzir é fruto deste último tipo de indústria.

Dada a concepção predominante de que tal tipo de indústrias implica a produção em grande escala --- para além da mobilização de elevados capitais --- e o domínio de tecnologias com alguma complexidade oriundas dos países do 'centro' entende-se a preocupação do autor em apontar alguns elementos que, na sua opinião, permitirão ultrapassar as condicionantes que umas e outras representam.

Por um lado chama a atenção para a existência de diversos factores de flexibilidade no domínio tecnológico que podem contribuir para facilitar a industrialização dos PVD's (37) --- nomeadamente a possibilidade de substituir um recurso por outro na produção de um mesmo produto. Porém, as diversas formas de flexibilidade só aproveitarão ao país caso ele tenha capacidade autónoma para o fazer, isto é, se ele conseguir desenvolver uma capacidade tecnológica própria que, tal como já resultara do anterior, assume assim um papel fundamental, decisivo mesmo, no processo de industrialização.

Por outro lado e tendo em conta mais especificamente o problema das economias de escala, sugere-se como forma de ajudar a ultrapassar as limitações daí resultantes a promoção da cooperação económica regional entre economias subdesenvolvidas que crie mercados de dimensão suficiente para absorção da produção de tais indústrias. Esta solução, porém, só poderá fun-

37. *Id. Ibídem*, pp 202-6

cionar a prazo e desde que a integração envolva países que, simultaneamente, estejam em transição para o socialismo --- o que o próprio THOMAS reconhece ser uma condição forte.

### III.2.2 --- A segunda 'lei de ferro' da transformação

Esta 'lei' refere-se à necessidade de fazer convergir necessidades das populações e procura efectiva, tal como manifestada no mercado, como resposta à divergência entre ambas que resultou da dominância do Modo de Produção Capitalista nos PVD's.

Papel fundamental na luta por aquela convergência caberá ao planeamento do consumo --- i.e. da procura ---, por um lado, e à identificação das necessidades, por outro.

Em relação a esta a questão fundamental que, se coloca é a da metodologia para a fazer. Ora, em relação a este aspecto THOMAS é peremptório:

"os mecanismos para interpretar as necessidades de uma comunidade podem e envolverão vários graus de participação democrática (...) [pelo que] as nossas preferências vão para a máxima participação pública e democracia na definição dos padrões de consumo da sociedade." (38)

Só com esta metodologia será possível respeitar as necessidades de consumo impostas pelas determinantes histórico-culturais que caracterizam cada sociedade e que lhe dão um cunho individualizado.

Evidentemente, tudo isto se relaciona com a problemática do planeamento do consumo a qual inclui aspectos tão importantes como a da determinação da composição dos bens nele incluídos em termos do 'product mix' já referido atrás --- o que constitui uma das pontes de ligação deste tema com

38. Vá Itiéca, pg 252

a dos recursos disponíveis com os quais será necessário fazer convergir a estrutura do produto final ---, a da dimensão desse consumo comparativamente à acumulação e, naturalmente, a da sua própria composição.

Para nós, porém, o que mais nos parece de realçar é o princípio de se proceder a um planeamento do consumo, em si mesmo. Este, ainda que o autor reconheça explicitamente a importância do papel do mercado, tenderá a assumir um papel dominante. No entanto, espera-se que

"o efeito geral das políticas deste tipo (é)[seja] a de desencadear tendências sociais fortes no sentido da minimização da área de efectiva influência do mercado." (39)

Paralelamente a esta crescente substituição do mercado pelo 'princípio do planeamento' deverá dar-se, segundo THOMAS, uma crescente ênfase nos consumos colectivos ou sociais, isto é, aqueles consumos que, embora satisfazendo necessidades sentidas também a nível individual, constituem simultânea e até talvez predominantemente necessidades da comunidade como um todo, tudo isto integrado numa visão do funcionamento da sociedade que privilegia a extensão do âmbito da vida, do trabalho e do consumo cooperativos" (40).

### III.2.3 --- Principais contradições do processo de transição

Na (longa) síntese que fica feita da estratégia económica de transformação social que THOMAS propugna é patente a pouca atenção dada à dimensão político-social de tal processo. Este facto, derivado da sua opção inicial de focar a sua atenção no 'desenvolvimento das forças produtivas', está relacionado com esse outro de, de um modo geral, enfatizar pouco os

39. Vd *Ibidem*, pg 256

40. Vd *Ibidem*, pg 259

vários tipos de situações que são susceptíveis de pôr em causa a efectividade da estratégia por representarem manifestações de contradições que se geram no seio da sociedade quer sejam ou não fruto da sua aplicação.

Há que reconhecer, no entanto, que se trata apenas de uma omissão aparente. De facto, o autor dedica a estes aspectos todo um capítulo. Nele identifica aquelas que na sua óptica constituem as principais contradições que tendem a surgir e/ou a ganhar uma importância fundamental no decorrer do processo de transformação social. São elas

- "(1) a contradição resultante da crescente diferenciação social no campo;
- (2) a contradição que se centra no funcionamento simultâneo de um sistema alargado de planeamento e do mercado em [várias] áreas importantes da actividade económica (...); e
- (3) a contradição campo/cidade." (41)

Em relação à primeira THOMAS chama particularmente a atenção para o facto de se estar num domínio em que cada sociedade é um caso particular e em que, por isso, cada uma terá que encontrar caminhos próprios para resolver as situações de tensão que resultarem de tal crescente diferenciação.

Um dos problemas a resolver em muitas das sociedades é o que resulta do desenvolvimento de uma camada de 'kulaks'. A eliminação deste perigo 'kulak' exigirá o total empenhamento da aliança operário-camponesa, podendo-seizeruela, de uma forma geral, todo o processo de transformação das relações sociais no campo serão a principal prova por que terá que passar tal aliança.

Princípio que terá que presidir a todo o processo é o de que "todas as soluções devem ser consistentes com a ênfase [colocada pelo autor] na democracia e na participação e na forma e conteúdo do produto" (42).

41. Vd Ibidem, pp 286

42. Vd Ibidem, pp 289

Quanto à contradição entre plano e mercado o autor considera que ela não tem nos PVD's a importância que tem nos processos de transição dos países de capitalismo mais desenvolvido, em que a presença do mercado é muito mais forte enquanto mecanismo regulador das escolhas dos consumidores. No entanto, devido ao papel fundamental que se atribui ao planeamento na estratégia proposta e aos riscos de burocratização que dele decorrem, torna-se necessário assegurar que o processo de planeamento decorra num ambiente de grande democracia e de participação popular na gestão da produção, da distribuição e do consumo (43).

O desenvolvimento da democracia interna é tanto mais necessário quanto é certo que o processo de industrialização tenderá a ser desencadeado e dirigido "de cima" --- e em sociedades que, nomeadamente durante o período colonial, se habituaram a serem assim controladas.

#### III.2.4 --- *Para uma avaliação crítica da estratégia*

Uma crítica exaustiva da estratégia delineada por THOMAS é algo que não cabe no quadro deste trabalho. Há, porém, alguns pontos que não podem deixar de ser referidos por nos parecerem aqueles que mais condicionam não só a exequibilidade da estratégia como também, paralelamente, a sua capacidade de conduzir ao socialismo a sociedade em que for aplicada.

Tais pontos susceptíveis de crítica referem-se a três planos fundamentais: o da concepção de socialismo que está por detrás da sugestão de estratégia, o dos pressupostos da análise e o dos contornos da estratégia em si.

Em relação à concepção de socialismo que está implícita na proposta de estratégia há dois pontos que merecem ser realçados, sendo diferente o nosso posicionamento crítico em relação a cada um deles.

-----  
43. *Vd Ibidem*, p. 291

Por um lado, há que realçar, para subscrever, a concepção de que o socialismo só o será verdadeiramente se fôr exercido num quadro democrático, de grande participação popular no processo de formação das decisões aos mais diversos níveis. Por outro, há que salientar que várias referências do autor apontam para o facto de ele se encontrar muito influenciado por uma concepção de socialismo que faz deste uma forma de organização social que, de alguma forma, levará o Homem de retorno aos tempos do 'bom selvagem', em que o 'vil metal' desaparecerá e em que, como sugeriam os 'pais fundadores' do marxismo, o salariado e a troca monetarizada desaparecerão por completo sendo a distribuição feita através, provavelmente, de um sistema de senhas, desaparecendo então e gradualmente todo o papel do mercado (44).

Ora uma tal concepção do socialismo parece-nos desajustada da realidade hoje em dia previsível do que ele poderá vir a ser e de onde dificilmente desaparecerão quer o mercado e as formas de distribuição com ele relacionadas, quer o salariado e a moeda quer, mesmo, um certo grau de diferenciação social tendo por base, nomeadamente, elementos do capitalismo. Enfim, o socialismo ou, melhor, uma sociedade socialista dificilmente deixará de ser uma 'formação social' --- no sentido de articulação de modos de produção como a definimos noutra local --- em que se conjugarão elementos de vários modos de produção, nomeadamente o capitalista, o socialista e os modos de produção pré-capitalistas presentes na sociedade aquando do início do processo de transição.

Sendo algo 'primária' e, nessa medida, até errada a concepção de socialismo que parece estar subjacente à estratégia definida, esta terá dificuldade em prosseguir um socialismo definido mais de acordo com as realidades da nossa época e, por, isso, mais exequível apesar da evidente dose de utopia que nele terá sempre que existir.

Relativamente aos pressupostos da análise, algumas considerações que fomos fazendo durante a (longa) exposição das teses de THOMAS denunciavam já, pelo menos parcialmente, aquela que constitui mais uma das principais fraquezas da estratégia: a assumpção, mais explícita num caso do que noutra, de

44. Vd Ibidem, pg 291, por exemplo

pressupostos cuja verificação efectiva é muito problemática e cuja não-verificação põe totalmente em causa a exequibilidade da estratégia --- o que justifica só por si e em parte que apesar da forma cuidada como está elaborada não tenha encontrado eco significativo nos processos concretos de transição entretanto ocorridos.

Referimo-nos, em primeiro lugar, não tanto ao pressuposto (explícito) de que a aplicação da estratégia tal como definida exige que esteja assegurado o prévio controlo do poder político pela aliança operário-camponesa mas, principalmente, aos pressupostos de que a simples assumpção de tal controlo corresponde a uma modificação das relações de produção (45) e de que ele é definitivo, irreversível. A História tem demonstrado que tal pressuposto é inaceitável.

Em segundo lugar, referimo-nos ao pressuposto (implícito) de que o Aparelho de Estado que consubstancia o poder político daquela aliança é um agente da transformação social sem interesses próprios e completamente dominado de facto por aquelas duas classes, não estando sujeito a, eventualmente, ser captado por um outro grupo social invocando no seu 'discurso', mas só aí, a ideologia daquela aliança. Também neste domínio a análise dos processos concretos nos permite verificar que se trata de um pressuposto demasiado 'forte'.

Ao adoptar estes (fracos) pressupostos no domínio político-social e focar a sua atenção essencialmente no domínio do crescimento das forças produtivas o autor faz na prática, mesmo que involuntariamente, tábua rasa daquelas condicionantes dos processos de transformação que tenderão, principalmente no tipo de sociedades que são o cerne da sua preocupação, a ser os obstáculos fundamentais à concretização desses mesmos processos.

Nele tudo se passa aparentemente como se fosse possível separar o processo económico do processo político-social, esquecendo as relações dialécticas que se estabelecem entre ambos os domínios.

45. Vd Ibidem, pg 29

Ora é exactamente na fase inicial do processo de transição, em que toda a estrutura social é abalada e em que todos os grupos sociais procuram redefinir o seu posicionamento na matriz social, que são mais intensas as relações entre aqueles dois domínios podendo pôr em causa o sentido de evolução de todo o processo de transformação económico-social. Assim sendo, corre-se o risco de que tentativas de definição de estratégias como aquela a que procedeu THOMAS não passem de exercícios académicos com poucas ou nenhuma hipóteses de se virem a transformar nos guias de orientação do processo que pretendem ser.

Uma terceira dimensão em que é possível a avaliação crítica da estratégia proposta é a dos seus contornos mais concretos, das suas propostas no domínio essencialmente económico --- ainda que este esteja normalmente intimamente relacionado com os domínios social e político.

Neste campo, um primeiro aspecto a realçar é o da utilização do 'princípio do planeamento' em detrimento do 'princípio do mercado'. Para além das considerações que se podem tecer em relação à concepção de socialismo inerente à estratégia há que ter em consideração que, nomeadamente nas sociedades em questão, se levantam usualmente dois problemas adicionais. Por um lado, o da inexistência de capacidades de gestão macro- e microeconómicas compatíveis com a amplitude que se quer dar ao planeamento ao definir-lhe como campo de actuação o conjunto da produção e do consumo.

Por outro, o da dificuldade em, em sociedades em que a tradição de exercício da democracia tal como entendida pelo autor são reduzidíssimas, conciliar uma tão grande amplitude do planeamento da actividade económica com o exercício da democracia. Este problema atinge especial importância devido, por um lado, ao importante papel que as orientações 'de cima' tenderão a ter em todo o processo como é reconhecido explicitamente pelo autor e, por outro, à interacção entre o planeamento do consumo e a satisfação das necessidades. Neste domínio assume um papel fundamental o esquema institucional que vier a ser adoptado para determinação destas necessidades; quem as determina, como o faz, que necessidades de que classes sociais são privilegiadas.

Em tais circunstâncias, enfatizar o papel do sistema de planeamento é enfatizar o papel do Aparelho de Estado e dos que o controlam de facto e que o autor reconhece poderem ser, privilegiadamente, os que, oriundos principalmente da pequena burguesia urbana, terão tendência a constituir-se em 'burocracia de Estado' utilizando para tal o controlo que exercem sobre o Aparelho deste.

Um segundo aspecto que nos parece ser criticável na estratégia proposta e que põe em causa a sua capacidade de ser adoptada é o que diz respeito à articulação entre agricultura e indústria. De facto, apesar de em dado passo chamar a atenção para a necessidade de promover um desenvolvimento articulado entre aqueles dois grandes sectores da produção, a verdade é que a ênfase que é colocada no desenvolvimento industrial e numa política de termos de troca internos contra a agricultura não são de molde a fazer descansar o espírito daqueles que receiam que, na prática, seja difícil determinar o ponto até ao qual é possível levar a exploração da agricultura em benefício da indústria, podendo-se chegar, com facilidade, a uma estratégia muito semelhante à prosseguida por Estaline na URSS e que mostrou desastrosa quer para a economia quer para o socialismo.

Para se chegar a tal ponto basta que o poder social efectivo do campesinato seja reduzido e que, em contrapartida, seja grande o poder da 'burguesia' de Estado, interessada no constante alargamento da influência deste e, através dela, da sua própria influência, do seu poder político e económico como forma de assegurar a sua reprodução enquanto grupo social --- o que é a situação mais comum nas sociedades em análise como o demonstra a maioria das análises sobre o Estado em África (46).

Aqueles receios saem reforçados perante orientações como as que o autor áoentidoeeroceederquiloueesignado como "racionalização do sistema de propriedade rural" [vd Ibidem pg 153]: proceder de forma a que as unidades de produção agrícola sejam maiores que as usualmente utilizadas pelos camponeses.

-----  
46. Vd o capítulo seguinte.

Uma tal orientação, que visa a constituição de explorações de grandes dimensões, irá confrontar-se necessariamente com o desejo do campesinato consolidar os seus direitos sobre a terra e será, forçosamente, um ponto de confronto entre o Aparelho encarregue da promoção daquela "racionalização" e uma das classes componentes da aliança político-social que detem --- pelo menos nominalmente --- o poder político, o que não deixará de constituir uma situação algo 'contra natura'.

A forma como fôr resolvida esta contradição e como fôr implementada aquela orientação é um bom indicador do efectivo conteúdo de classe do poder instituído: se aquela orientação fôr levada a cabo com insistência e, até, com alguma rigidez e menosprezo dos interesses dos camponeses então é provável que o poder político que controla o Aparelho de Estado --- incluindo o de planeamento --- esteja nas mãos e ao serviço de um grupo social como é, por exemplo, a burocracia.

Por outro lado, a execução de tal orientação irá forçosamente colocar em confronto a racionalidade económica subjacente à pequena agricultura camponesa e a que preside às grandes explorações. Ora, nomeadamente em África, a grande escala das explorações agrícolas e o tipo de agricultura a que ela anda associada --- usualmente intensiva em máquinas e outros inputs (p.ex. agroquímicos)--- nem sempre se tem mostrado especialmente adaptada quer às características ecológicas da região quer à disponibilidade de recursos materiais e humanos --- designadamente com capacidade de gestão das unidades de produção.

Assim sendo, há que ter especial cuidado na formulação, execução e acompanhamento da estratégia de modo a impedir que a referida "racionalização" venha a ser conduzida contra e/ou apesar da existência dos milhões de pequenas explorações camponesas que, apesar da sua baixa produtividade avaliada segundo critérios 'modernos' de racionalidade económica --- de raiz capitalista mas que na sua maioria foram adoptados pela praxis socialista ---, têm demonstrado ter uma lógica relativamente bem adaptada às condições ecológicas e técnicas da agricultura camponesa, designadamente em África.

Um outro domínio em que a estratégia delineada nos parece pouco harmonizada com a realidade é a do papel que nela é atribuída à constituição de uma "tecnologia vibrante e endógena". Não pomos em causa, de forma alguma, a necessidade e a conveniência da constituição de tal tecnologia mas parece-nos que a realidade dos nossos dias demonstra que não é possível contar, mesmo no médio-longo prazo, com uma capacidade neste domínio que torne os países em transição relativamente independentes do exterior, nomeadamente dos países capitalistas. Assim sendo, dada a enorme importância que tal tecnologia tem no contexto global da estratégia, a dificuldade em a conseguir comprometerá necessariamente a sua execução.

Deixámos propositadamente para o fim a análise da forma como o sector externo da economia é inserido no contexto global da estratégia de transição.

Para além das reticências que nos merece a presunção da existência de uma 'economia mundial socialista' funcionando pretensamente segundo critérios de 'troca igual', parece-nos que em relação à esmagadora maioria dos países em desenvolvimento não serão viáveis, a não ser à custa de enormes custos sociais e de 'deseconomias' várias, nem a 'desconexão' face ao mercado mundial capitalista nem a política comercial --- nomeadamente em relação às exportações --- que o autor propõe.

De facto, as necessidades em divisas para importação de equipamentos e inputs vários são normalmente elevadas e a sua satisfação está dependente da exportação dos produtos que a economia produz de acordo com a especialização que lhe advem da forma como o colonialismo inseriu tais economias no mercado internacional e que podem não ser --- e normalmente não são --- as que permitem satisfazer as necessidades básicas da população do país. Isto, que é particularmente verdadeiro no curto/médio prazo, não impede que numa perspectiva de longo prazo e de orientações genéricas, como 'linhas de força', para acção da política económica se adoptem linhas próximas (mas não exactamente iguais) das que são adoptadas pelo autor sem, evidentemente, esquecer as reservas que lhe são postas --- nomeadamente quanto à capacidade de 'desconexão' dos PVD's.

A verdade, porém, é que o que faz mais falta aos países que optam pela transição para o socialismo é a definição de uma estratégia que no curto prazo, no período que se segue imediatamente à tomada do poder político pela aliança operário-camponesa, permita simultaneamente consolidar esse poder e lançar desde logo as bases da transformação já que estes dois movimentos são duas faces de uma mesma moeda, insusceptíveis --- ao contrário do que parece crer THOMAS --- de serem divididas no tempo. De acordo com esta (nossa) lógica, a estratégia proposta pelo autor dá poderosas indicações, enquanto 'linhas de força', para a orientação da transformação social no médio-longo prazo --- como ele próprio afirma, depois de assegurado e consolidado o poder político --- mas é menos útil para fazer face aos problemas que se levantam no curto prazo, nomeadamente os que se prendem com as lutas sociais internas e a sua articulação com a execução da estratégia de transição, por um lado, e com a inserção do país no contexto internacional, por outro.

### III.3 - Sobre a 'via de orientação não-capitalista'

Uma outra concepção sobre o que poderá ser uma estratégia de transição para o socialismo no quadro dos países 'em vias de desenvolvimento' é a conhecida pelas designações de via de orientação socialista ou de via não-capitalista de desenvolvimento.

Ainda que se possa fazer recuar as origens da discussão em torno de tais conceitos aos tempos do debate dos anos 20 na União Soviética o maior impulso ao seu desenvolvimento surgiu no final dos anos 50 na URSS para fazer face às necessidades de análise dos processos de transformação económica e social de países africanos, a maioria então na fase inicial da sua independência. Estão neste caso processos como os liderados por Nkrumah na Guiné-Conackry (principalmente este) e por Nasser no Egipto nos primeiros anos do seu consulado (47).

47. Vd PALMBERG, Mai 'Introduction' in PALMBERG, Mai (ed) Problems of socialist orientation in Africa, Scandinavian Institute of African Studies, Jppsala (S), 1978, pp 12

Um segundo impulso, vindo ainda do Leste europeu, surgiu com a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo em 1969 e em que, após os primeiros 10-15 anos de independência de muitos dos países do Terceiro Mundo e de relações da URSS com esses países, se pretendeu fazer como que um balanço daquele período e prospectivar a evolução futura.

Estas concepções nasceram também ligadas à investigação sobre as condições e os efeitos da cooperação do 'bloco de Leste' com estes países. Esta feição de teoria 'oficial' soviética e, como tal, influenciadora da actividade desta nas suas relações com o Terceiro Mundo é uma das razões que, sabendo-se a influência que a URSS exerce sobre um número significativo dos países que procuram adoptar uma estratégia de transição para o socialismo, faz com que seja importante analisar aqui os traços fundamentais de tal estratégia. Outra (e fundamental) razão é, naturalmente, a manifesta influência que ela tem tido sobre os economistas e políticos do Terceiro Mundo.

### III.3.1 - *Contornos fundamentais da concepção do 'desenvolvimento não-capitalista'*

Dois pressupostos são fundamentais nesta concepção:

i) por um lado, o reconhecimento da possibilidade de um país com as características comumente reconhecidas aos PVD's --- fraco nível de desenvolvimento quer das forças produtivas quer, em geral, do Modo de Produção Capitalista (particularmente as suas relações sociais) --- transitar para um modo socialista de organização social sem passagem por um estágio de desenvolvimento significativo do Modo de Produção Capitalista; e,

ii) por outro, o da concepção do socialismo como um modo de organização social caracterizado por um nível relativamente importante de desenvolvimento das forças produtivas --- o que torna impossível a existência de países sub-desenvolvidos e socialistas (<sup>48</sup>).

Aquele primeiro pressuposto vem do tempo de Marx e de Engels. Porém, eles sujeitavam a sua concretização à verificação de uma importante condição: a da necessidade de que previamente se verificasse a revolução proletária nos países capitalistas avançados de modo a que estes pudessem apoiar os esforços de transição dos países mais atrasados. A ocorrência e consolidação da Revolução Proletária na Rússia em 1917 fora do esquema previsto pelos fundadores do marxismo obrigou à revisão daquela concepção.

Na sua formulação mais recente, caracterizadora da concepção da 'via de orientação socialista', esta condição resulta da adaptação leninista das teses de Marx e de Engels. Esta consistiu fundamentalmente em, face à não consumação da revolução proletária nos países de capitalismo mais desenvolvido e à consolidação dessa revolução na URSS, impôr como condição da possibilidade da transição para o socialismo nos PVD's o apoio dos países em que o socialismo já estava em construção --- o que seria então o caso da URSS.

A acrescentar a esta existe, no entanto, uma segunda condição da transição nos PVD's. Ela está intimamente relacionada com a concepção do marxismo sobre a natureza do poder político nos processos de transição (a de ele ser dominado por uma aliança operário-camponesa) mas diverge dela num aspecto essencial: dado o fraco grau de estruturação do capitalismo e das forças produtivas considera-se que o grau de desenvolvimento das diversas classes sociais e dos instrumentos da sua acção política --- os partidos, em primeiro lugar, mas também os sindicatos, por exemplo --- é também reduzido pelo que a aliança política no poder tem que ser mais 'abrangente' embora mantendo um perfil definido como progressista. Assim, ela deverá, em tais circunstâncias, incluir não só operários e camponeses mas também as camadas progressistas da burguesia, das classes médias (a chamada 'pequena-burguesia') e da intelectualidade (49).

48. Vd AGAPOROV, V. O marxismo-leninismo sobre a Via Não Capitalista de Desenvolvimento, Edições Progresso, Moscovo, 1964 (original de 1970), pg 190. Não dominando a língua russa, este texto, escrito, editado e traduzido na União Soviética, foi por nós tomado como representando o conjunto das teses sobre a 'via não capitalista de desenvolvimento'. A síntese que o autor citado na nota seguinte faz destas teses tem por base outros autores soviéticos é coincidente, no essencial do seu conteúdo, com a que resulta da análise do texto de AGAPOROV e que valida a nossa escolha. A mesma conclusão é possível ser retirada da análise de outros textos que figuram em PALMBERG, Kai (ed), op. cit..

49. Vd THOMAS, Clive 'Class struggle, social development and the theory of the non-capitalist path' in PALMBERG, Kai (ed) op.

Esta caracterização da aliança político-social que deve assumir o poder é um dos aspectos que ajudam a tipificar a 'via de orientação socialista' distinguindo-a do socialismo (50).

Ela enquadra-se na visão mais lata da existência de várias fases no processo de transição e da caracterização do poder de Estado de acordo com essas fases (51). No contexto da luta de 'libertação nacional' face ao colonialismo e ao neo-colonialismo uma primeira fase estaria ultrapassada com o final do período colonial. Uma segunda fase é da 'revolução democrática nacional' em que se consolida a 'orientação socialista' do poder político entretanto instituído. Ela precede, sem passagem obrigatória pelo capitalismo relativamente desenvolvido, a fase socialista propriamente dita. É fundamentalmente sobre a fase de 'revolução democrática nacional', em que o país e o Estado são apenas 'de orientação socialista' e não socialistas que se debruça a concepção da 'via de orientação socialista'.

As tarefas fundamentais desta fase que estão cometidas ao 'Estado democrático nacional de orientação socialista' que lhe corresponde são enumeradas como sendo principalmente as de

"liquidação da situação dominante dos monopólios estrangeiros na economia do país (...); criação e desenvolvimento da indústria nacional, consolidação do sector público empresarial e a sua transformação em base da vida económica do país (...); elaboração dos planos de desenvolvimento (...) [tendo] em consideração a experiência de planificação socialista (...); criação de um sistema eficiente de controlo (...) do capital local (...); (...) controlo estatal sobre o comércio externo e sistema financeiro do país (...); solução do problema agrário (...) [com,omeadamente] liquidação da forma feudal de posse da terra e de todas as outras formas arcaicas [de raiz tribal] de posse e usufruto da terra;

cit., pg 20 e também AGARONOV, V. op. cit., pg 175

50. Vd Ibidem, pg 204

51. Vd AGARONOV, V. op. cit., pg 157

participação activa e diversificada das amplas massas populares (...) em todas as medidas do governo referentes à realização da reforma agrária; (...); cooperação com o sistema mundial do socialismo como a mais importante premissa da execução bem sucedida do programa democrático geral da segunda etapa da revolução de libertação nacional." (52) [Sublinhados meus, AS]

Esta longa lista das principais tarefas a prosseguir permite-nos caracterizar a lógica global da estratégia como sendo principalmente anti-imperialista e anti-capitalista (53) mas também anti- outras formas de organização social e económica (e também política, como veremos adiante) traduzida principalmente na luta pela destruição de todas as manifestações de organização genericamente designadas como 'arcaicas' e em que há que enquadrar, p. ex., as formas tradicionais de organização das sociedades africanas.

Esta lógica global traduz-se em certas particularidades nos domínios da organização económica e da organização política e social que, apesar de interligados na realidade, podem ser autonomizados aqui para comodidade da abordagem.

Na esfera económica salientamos quatro dimensões principais e interligadas: a criação e constante crescimento de um sector público empresarial, a industrialização, a planificação da economia e a transformação das estruturas agrárias com destruição das chamadas 'formas arcaicas' de organização da produção.

O sector público, constituído originalmente a partir da nacionalização dos bens de capital estrangeiros, deverá desenvolver-se nos vários sectores produtivos de modo a constituir uma malha no tecido económico que lhe permita não só assegurar um elevado ritmo global de crescimento da

52. Vd *Ibidem*, pg 157/8

53. Traduzida na luta contra o capital estrangeiro e a inserção da economia nacional no sistema capitalista mundial, de controlo apertado da actividade do capital privado nacional, a de construção de uma economia mista em que o sector empresarial de Estado tem um papel determinante e em que se procura canalizar para ele a maior parte da acumulação realizada.

produção como também um controlo significativo sobre o conjunto da economia e particularmente sobre o capital privado, procurando mesmo a "restrição da actividade" deste (54). Reconhece-se, no entanto, que tal tarefa não deve significar necessariamente que haja que "liquidar durante um prazo [o] mais curto possível" o sector privado (55).

A constituição e, principalmente, a consolidação e desenvolvimento do sector público empresarial deverá, ainda que abrangendo todos os ramos da actividade económica, privilegiar a indústria, o sector agrícola e o comércio externo.

Em relação ao sector industrial não há uma indicação explícita do tipo de indústrias (pesada, ligeira?) cujo desenvolvimento deve ser privilegiado. Porém, a ênfase colocada nas referências à necessidade de uma "indústria moderna" que contribua decididamente para o "desenvolvimento das forças produtivas" que permita alcançar o socialismo e para o "abastecimento ao campo dos instrumentos de trabalho mais modernos [pressupõe-se 'tractores' e 'outras máquinas'] e de adubos minerais" (56), por um lado, e às orientações genéricas da cooperação da URSS com os PVD's ( "cerca de metade de todos os recursos [dessa cooperação] é encaminhada para a construção de empresas da indústria pesada"<sup>57</sup> ), por outro, permitem concluir que na óptica da 'via não-capitalista' uma atenção especial deve ser dedicada à indústria pesada, incluindo-se aqui principalmente a siderúrgica, a metalomecânica, a extractiva e a química pesada.

---

54. Vd Ibidem, pg 206

55. Vd Ibidem, pg 180

56. Vd Ibidem, pg 209/10

57. Vd Ibidem, pg 166

Quanto à agricultura, a orientação fundamental é para que seja desenvolvido um esforço importante para, "durante alguns anos", promover "a modernização radical da produção agrícola" traduzida no "passar da charrua e da enxada primitivas para o arado arrastado por um tractor e para outros instrumentos agrícolas modernos" (58). Este esforço de modernização tem de ir de par com a revisão da estrutura de propriedade ou uso da terra no sentido de acabar quer com a propriedade estrangeira --- geralmente sob a forma de plantações ---, a propriedade qualificada de feudal --- os latifúndios --- e também com a propriedade e/ou seu uso "gentílico e patriarcal".

As formas de exploração da terra que devem substituir as anteriores são, preferencialmente, as empresas agrícolas estatais --- correspondendo, grosso modo, aos 'sovkhozes' --- e as cooperativas de produção agrícola integrando camponeses que se espera que adiram a elas num regime de voluntariado. Note-se que não há nenhuma sugestão sobre o que fazer se esta adesão não se verificar ficando-se sem saber que tipo de organização da produção poderá substituir, neste caso, a propriedade "gentílica e tribal" que, manifestamente, as cooperativas pretendem substituir.

Isto deixa a porta aberta para que a resposta da 'praxis' seja o 'sobredesenvolvimento' do sector público empresarial agrícola e/ou uma intervenção exagerada do Estado para dinamizar a constituição de cooperativas e/ou para intervir nas constituídas --- o que é facilitado pelo papel interventor que se atribui ao 'Estado democrático e nacional' em geral e na direcção do processo de cooperativização, em particular (59).

Em relação ao comércio externo o objectivo é conseguir o controlo das suas várias dimensões (volume, tipo de produtos, preços, etc.) quer no que diz respeito às importações quer às exportações colhendo o benefício suplementar de ajudar à acumulação interna através da apropriação dos diferenciais entre os preços internos e internacionais.

58. Vd *Ibidem*, pg 223

59. Vd *Ibidem*, pg 221

Todo este esforço de transformação das estruturas económicas terá de ser coordenado a partir do aparelho de planificação criado para o efeito e que é considerado como "[um] dos mais importantes instrumentos da realização da política económica do Estado" (60). O sistema de planificação, porém, só pode desempenhar cabalmente as suas funções de manifestação das orientações adoptadas pelo Estado em matéria económica e de mobilização e afectação dos recursos nacionais (materiais, financeiros e de mão-de-obra) de acordo com essas orientações

"desde que (...) [se verifiquem] certas premissas económicas e socio-políticas entre as quais tem uma importância primordial a existência de uma determinada base material para a planificação nacional e para a restrição da influência do sector privado com o seu 'mecanismo de mercado'". (61)

Os sublinhados permitem-nos salientar dois aspectos importantes desta concepção de transição. Por um lado, o de que a planificação exige um nível mínimo de desenvolvimento das forças produtivas (a "base material") sem o qual ela não é possível. Corolário desta conclusão é que alguns dos países em desenvolvimento, mesmo os que pretendem veredareloaminho socialismo, poderão não ter alcançado ainda tal nível mínimo vindo por isso dificultada a tarefa de utilizar tal instrumento --- o que, no limite, pode implicar o repensar das opções políticas adoptadas. Por outro lado, implementação do princípio da planificação surge como incompatível com o papel do mercado e do sector privado pelo que o crescimento daquele exige/só é compatível com a diminuição do papel deste último. Daí, em parte, a feição assumidamente anticapitalista que a estratégia tem.

A esfera essencialmente económica da 'via de orientação socialista' não é, no entanto e na 'praxis' susceptível de ser autonomizada da esfera mais política e social. Aliás, os contornos da estratégia económica

60. Vd *Ibidem*, pg 210

61. Vd *Íticea*, pg 212

estão intimamente dependentes da caracterização político-social que é feita dos países em causa. Nela salienta-se o 'subdesenvolvimento' quer das forças produtivas quer, em consonância com este, das relações de produção.

Assim, parece evidente que a via para o socialismo que a estratégia pretende ser é antes, talvez mais que uma 'via reduzida' graças ao evitar do capitalismo, uma 'outra via', que se subentende mais curta e menos dolorosa que este para as classes que nele são oprimidas mas que tem, de qualquer modo, de fazer a sociedade passar por esse verdadeiro 'purgatório' que é a fase 'democrática nacional'.

Nesta a aliança de classes no poder, tornada necessária face ao subdesenvolvimento da estrutura social, não é ainda conforme com as necessidades da construção do 'verdadeiro' socialismo pois inclui, para além das classes exploradas (o proletariado industrial e rural e o campesinato), também uma parte de outras classes, nomeadamente da própria classe exploradora, a burguesia mas é uma aliança necessária face ao 'subdesenvolvimento' da própria estrutura social. Tal aliança é, como vimos, tipificadora da 'via de orientação socialista' nos domínios político e social.

É esta aliança, que toma o poder e adopta a 'via de orientação socialista', que tem que levar a cabo a implementação da estratégia económica que a consubstancia.

A primeira tarefa que se lhe depara nos países acabados de sair do sistema colonial é, no entanto, eminentemente política: a destruição do aparelho de Estado colonial e sua substituição por um "sistema estatal nacional", um "Estado democrático nacional" (62) que dê forma à 'orientação socialista' adoptada.

Com a criação de tal Estado dá-se um salto significativo no domínio da organização política do país o qual, no entanto, não encontra correspondência imediata no domínio económico. A não-correspondência entre os níveis de desenvolvimento político --- mais avançado --- e económico é um fenómeno que tenderá a desaparecer com o tempo em resultado da acção desenvol-

62. Vd. *Ibidem*, pp. 176 e segs

vida nesse sentido pelo Estado 'democrático nacional'. Este, que na sua origem não tem base económica que lhe corresponda, vai procurar construir a base económica que lhe seja adequada:

"o Estado participa activamente na sua [daquela base] criação e utiliza o poder político a fim de assegurar para si o fundamento económico. Nos novos Estados soberanos, a nova superestrutura [surge] como se fosse 'implantada' pela revolução sobre uma base velha que ela deve reorganizar, mudar, 'adaptar' a si." (63)  
[sublinhados meus - AS]

Esta tarefa é cumprida através da constituição e desenvolvimento do sector público produtivo, nomeadamente no sector industrial mas também no agrícola e no do comércio externo.

O Estado surge, assim, desempenhando um papel central na estratégia propugnada. Este papel é tanto mais importante quanto é certo que aos olhos dos defensores da 'orientação socialista' ele surge como sendo o único agente social com capacidade para conduzir o processo de desenvolvimento o que o torna como que inevitável. Isto acontece porque o subdesenvolvimento geral da sociedade --- designadamente das classes sociais --- leva a que nenhum grupo social tenha, só por si, a dimensão e o poder económico-social suficientes para realizar tal tarefa. Na verdade, nem tão pouco a burguesia nacional é vista como capaz de conduzir tal processo já que

"dispõe de pouca experiência e é, via de regra, economicamente fraca por isso não pode resolver as tarefas complexas que só estão ao alcance do Estado (...)." (64)

63. Vd Ibidem, pg 176

64. Vd Ibidem, pg 179

A capacidade do Estado desempenhar as tarefas para que está destinado deriva do facto de, ao contrário do que sucede com os vários grupos sociais e em particular com a burguesia, ele deter uma base económica que lhe é dada pela existência do sector público empresarial e que se pressupõe.

Mas se a existência do sector público é o fundamento económico da importância do Estado em tais circunstâncias, existe também no quadro destas concepções um fundamento político-social para esta importância: é que, sendo constituído, segundo se afirma, pelas fracções mais progressistas da sociedade --- "classe operária, campesinato, intelectualidade e exército" não esquecendo parte da burguesia (65) ---, o 'Estado democrático nacional de orientação socialista' surge neste quadro como o único agente social capaz de assegurar a arbitragem da luta de classes que se gera no seio da 'economia mista' que é a deste período em benefício da via socialista (66).

A consequência prática desta concepção é a de que o Estado surge aqui como uma entidade com uma vida própria, relativamente autónoma em relação aos grupos sociais que o suportam, como que 'pairando' acima deles e das lutas sociais que se desencadeiam na sociedade mas de que ele não é parte activa mas sim árbitro --- o que, para além de ir contra todos os ensinamentos do marxismo sobre o Estado, não deixa de ser contraditório com o reconhecimento de que ele tem uma atitude de utilização do poder político como instrumento da constituição da sua base económica.

Esta dimensão contraditória das teses sobre a 'orientação socialista' surge também quando ela reconhece que

"as forças que se uniram em prol da realização das transformações sociais radicais numa base anti-imperialista são muito variadas (...) e por isso são instáveis (...) [e que], via de regra, na primeira etapa do desenvolvimento não capitalista a força dominante deste bloco são os elementos pequeno-burgueses radicais [levando a que] os interesses dos trabalhadores no Aparelho de Estado e nos organismos económicos [sejam] representados, regra geral, por funcionários militares e civis, por representantes da intelectualidade pequeno-burguesa e pessoas de profissões liberais, muitas das quais revelam propensão, por causa do seu carácter de classe, a

65. Vd Ibidem, pg 180

66. Vd Ibidem, pg 180

oscilações políticas e estão dispostas a colaborar com o capital privado. Isto debilita o Aparelho de Estado e torna-o pouco eficiente quando se trata da realização de importantes medidas socio-económicas (...)" (67)

Ora, apesar desta análise (extremamente sintética, quase 'caricatural') sobre o comportamento dos grupos sociais componentes da aliança no poder que aconselharia, no mínimo, a uma análise mais profunda sobre o comportamento destes é a este Estado que se atribui tão grandes responsabilidades parecendo não se tirar qualquer ilacção significativa das análises produzidas quanto à análise do papel do Estado --- ou, melhor, do seu Aparelho --- na sociedade e em particular no processo de transformação social 'de orientação socialista'.

Dois antídotos para as dificuldades que podem surgir com o funcionamento do Aparelho de Estado são, por um lado, o "crescimento do papel das amplas massas populares e a democratização de todos os aspectos da vida económica e política" (68) e, por outro, a constituição de partidos comunistas ou "revolucionários do povo" (69). Aquela democratização, cujos contornos específicos são, no entanto, pouco claros, é entendida como a mais importante lei do desenvolvimento político dos países de orientação socialista.

Destes partidos, organizados segundo os princípios do 'centralismo democrático' ("centralizados", "monolíticos" e de preferência únicos), espera-se que apesar de não ocuparem isolados o poder --- a aliança de classes considerada como mais conveniente assim o exige --- constituam a força dinamizadora e dirigente do processo de transição assegurando "o desenvolvimento do Estado como órgão que traduz os interesses do povo". Isto é tanto verdade para os partidos comunistas como para os outros já que estes, espera-

67. Vd *Ibidem*, pg 139

68. Vd *Ibidem*, pg 190

69. Conforme o grau de desenvolvimento da classe operária, os últimos destinando-se especialmente aos países fortemente agrícolas.

se, tenderão a evoluir de organizações do tipo 'frente única' nacional que são originalmente para partidos em que a ideologia dominante seja o socialismo científico (70).

Se no domínio político as transformações durante a fase de 'orientação socialista' são significativas já no das relações sociais tal parece não acontecer. De facto, o que acontece é que as transformações que são enfatizadas são apenas as que se referem às relações de produção pré-capitalistas que devem ser destruídas nomeadamente através da cooperativização do campo e da constituição de empresas agrícolas estatais. Estas, aliás, constituem igualmente um instrumento de modificação das relações de propriedade do capital estrangeiro através da sua eliminação. Nada é dito, porém, sobre as relações de produção --- nomeadamente na produção --- capitalistas o que parece apontar para a continuação da sua reprodução sem modificações significativas durante esta fase (71).

### III.3.2 - Crítica e avaliação

A crítica da estratégia de transição para o socialismo através de uma 'via não capitalista' de desenvolvimento pode ser feita em relação a várias das suas dimensões susceptíveis de serem agrupadas em três grandes níveis que se entrecruzam: metodológico, económico e político-social.

Sob o ponto de vista metodológico uma crítica dirige-se ao facto de elas, invocando a análise de várias experiências concretas, pretenderem assumir o aspecto de 'leis' tendencialmente únicas, obrigatórias, do desenvolvimento com transição para o socialismo quando, afinal, não correspondem nem de perto nem de longe e em relação a muitas das suas dimensões à realidade dos

70. Vd *Ibidem*, pg 195 e também THOMAS, C. op. cit., pg 22

71. Vd THOMAS, C. op. cit., pg 25

países que serviram de base à análise. Isso é manifesto quando hoje em dia se faz um balanço das 'transições', especialmente em África e nos domínios político, social e agrícola.

No domínio essencialmente económico o aspecto mais saliente é a extrema proximidade entre a estratégia proposta --- nomeadamente para os sectores industrial e agrícola --- e a estratégia que a partir de Estaline foi implementada na URSS: ênfase na produção industrial 'pesada', prática de uma agricultura extensiva e requerendo um elevado grau de intensidade capitalística, procura de um estrangulamento mais ou menos rápido da agricultura 'tradicional'. Ora parece evidente que a implementação daquela estratégia se deu em condições e teve custos económicos e sociais que são insusceptíveis de se repetirem na História. De facto, ela aparece ligada, nomeadamente, à prática de uma política agressiva de procura da maximização da extracção do excedente económico da agricultura em benefício da indústria através da política de preços e de todo um conjunto de acções --- designadamente visando a reestruturação da propriedade da terra --- que procuram controlar e até impedir o desenvolvimento do sector agrícola 'tradicional' e, com ele, dos camponeses de uma forma geral.

Embora não seja possível demonstrá-lo aqui de uma forma mais completa, a história do desenvolvimento recente da maioria dos países subdesenvolvidos mostra à evidência que a luta do Estado contra a agricultura praticada pela maioria dos camponeses ou, pelo menos, o abandono a que ele a votou é uma das principais responsáveis pelo actual estado de fraco nível de desenvolvimento e de fome que vários desses países apresentam.

Mas é principalmente no domínio político-social que são mais numerosos os aspectos criticáveis da estratégia e que mais profundamente afectam a sua exequibilidade.

Questão fundamental e que atinge o âmago da estratégia tal como surge formulada é o do aspecto extremamente incompleto e rudimentar da análise de classes que a acompanha. Isto é tanto mais grave quanto é certo que os seus defensores se reivindicam do marxismo e que atribuem uma importância excep-

cional à constituição de uma aliança de classes para dominar o poder político --- i.e., na prática, principalmente o (Aparelho de) Estado --- e conduzir a sociedade à 'via de orientação socialista'.

Ora é exactamente na análise do Estado e do seu Aparelho e das relações destes com o conjunto dos grupos sociais em presença que a análise é especialmente inconsequente apesar de se fazerem referências sobre o comportamento de vários desses grupos.

É o caso, por exemplo, do reconhecimento de que os elementos da pequena burguesia, da intelectualidade, dos aparelhos administrativo e militar e da burguesia que fazem parte da 'frente democrática nacional' que assume o poder nos primeiros tempos do processo de transição têm um comportamento indeciso e susceptível de, uma vez colocada a questão da assumpção de um poder mais efectivo pelo operariado e pelo campesinato, terem tendência a adoptarem posições que os conduzam a perpetuarem o controlo da sociedade que exercem através do controlo do Aparelho de Estado e do sector público produtivo, tornados base fundamental da sua reprodução enquanto classe e da manutenção do seu poder.

Ora o que acontece é que este reconhecimento não se traduz no questionar do papel do Estado e seu Aparelho na estratégia proposta. A tal facto não é estranho, além de outras razões --- ligadas nomeadamente à origem (soviética) destas teses ---, o papel dinamizador do processo social que se atribui aos partidos comunistas ou aos "partidos democráticos do povo" sem que se compreenda muito bem porque é que eles, principalmente estes últimos ficarão isentos da influência do comportamento assinalado àqueles grupos sociais e/ou porque é que se espera que eles tenham capacidade para levar a cabo a sua tarefa em condições em que muitas vezes, a fim de defenderem os interesses do operariado e do campesinato, deverão colocar-se contra a aliança político-social no poder e que na lógica da estratégia deve ser preservada.

É, pois, com manifesto desprezo pelas análises por eles próprios produzidas que os defensores desta estratégia atribuem ao (Aparelho de) Estado um papel central na sua estratégia, sobrevalorizando-o enquanto, simultaneamente, menosprezam as manifestações da luta de classes em que o próprio Estado se vê envolvido.

Esta atitude é tanto mais perigosa para o processo de transformação das estruturas sociais e políticas quanto é certo que ela vai ao encontro do comportamento dos grupos sociais ligados ao Aparelho de Estado que tendem a ver-se como os verdadeiros intérpretes da vontade e dos interesses 'nacionais' face aos 'inimigos' interno e externo que são o capital estrangeiro e a 'reação' nacional a ele 'aliada'.

Uma outra feição característica desta estratégia é o seu carácter manifestamente anti-modos-de-produção-pré-capitalistas, nomeadamente anti-formas de organização social, económica e política não-capitalistas que dominam ainda hoje muitas das sociedades rurais dos países em desenvolvimento. A ênfase que é posta na luta contra tais manifestações, só igualada pela ênfase 'anti-imperialista', é de tal ordem que ultrapassa mesmo a feição anti-mecanismos de mercado que a estratégia também tem --- não sendo tão nítida, a não ser quanto à (limitada) dimensão da questão da propriedade da terra, uma eventual ênfase anti-relações de produção capitalistas.

Ora ao assumir aquela feição a 'via não capitalista de desenvolvimento' assume também, necessariamente, uma coloração que a coloca de facto, contra uma parte muito significativa da população em relação à qual as formas organizativas que sugere como alternativas não o são de facto já que muitas vezes são desajustadas quer em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas --- materiais e humanas ---, quer em relação às condições sociais, ideológicas e culturais quer, 'last but not least', em relação às condições ecológicas em que a maioria dessa agricultura é feita.

Registe-se, por fim, que como consequência de alguns dos aspectos aqui criticados, as concepções sobre o desenvolvimento de 'orientação socialista' não colocam uma ênfase suficiente na articulação entre 'democracia' e 'socialismo' (72) que é, quanto a nós, parte vital da própria noção de socialismo.

72. Vd, neste resumo referido, THOMAS, C. op. cit., pg 31 e segs e também CLIPPE, L. "A non-revolutionary transition to socialism?" in PALMER, M. (ed) op. cit., pg 49/1

Em resultado da apreciação crítica que aqui fica sobre a estratégia parece-nos evidente que a avaliação das suas capacidades para promover o desenvolvimento num quadro de construção do socialismo não pode deixar de ser negativa.

CAPÍTULO IV - ASPECTOS DA ECONOMIA POLÍTICA DAS FORMAÇÕES  
SOCIAIS AFRICANAS: AS SOCIEDADES RURAIS, AS CLASSES  
SOCIAIS E O ESTADO

Realidade fundamental de qualquer formação social africana é a existência de uma vastíssima camada de população rural. A esmagadora maioria desta é constituída por aqueles que vivem não só no campo mas também do campo, principalmente da agricultura. Este facto tem consequências muito importantes em relação à definição da estratégia e da política económica de desenvolvimento pois obriga-as a ter em especial consideração as condições específicas da existência e da reprodução daquela população.

É nesta perspectiva que há que procurar delimitar e caracterizar este grupo social bem como conhecer a(s) forma(s) da sua inserção na formação social que integra.

Isto significa proceder à identificação dos interesses desse grupo e dos seus posicionamento e comportamento face aos demais grupos sociais em presença, à avaliação da sua homogeneidade ou da sua heterogeneidade, à identificação de elementos de nível ideológico-cultural que possam influenciar o seu comportamento social ajudando a diferenciá-lo dos demais grupos sociais, à análise das condições da sua reprodução enquanto grupo. É esta, *grosso modo*, a problemática principal deste capítulo.

Assim, depois de já de seguida abordar a questão da designação a dar aos que vivem no e do campo, abordaremos no ponto IV.1 alguns dos elementos que ajudam a compreender a lógica global do comportamento das suas famílias. Se neste ponto elas são vistas como que isoladas do meio social global que as envolve, nos pontos seguintes elas vão sê-lo fundamentalmente enquanto parte integrante da sociedade nacional --- e, através dela, da internacional. Isto é feito (ponto IV.2) à luz do processo de articulação dos modos de produção capitalista e não/pré-capitalistas, salientando-se em especial (ponto IV.3) quais os grupos sociais em presença nas formações sociais caracterizadas por aquela articulação e, particularmente, o papel que nelas tende a desempenhar o Estado moderno e o tipo de relações entre este e os membros das comunidades rurais.

Devido ao interesse específico que a política de preços tem usualmente como indicador das relações entre o Estado --- e, de uma maneira geral, as comunidades urbanas --- e aquelas comunidades, procuraremos ainda estudar (ponto IV.4) qual a sensibilidade destas aos preços.

A este esforço de definição das características principais daquele grupo anda associada uma como que 'questão prévia': a da designação a dar-lhe.

Neste domínio podemos identificar pelo menos duas grandes linhas de pensamento: a dos que se recusam a utilizar o termo camponeses para os designar e a dos que, procurando definir estritamente qual o sentido que dão a tal termo, a utilizam de uma forma sistemática. Incluímo-nos neste segundo grupo de autores.

Este debate teve os seus primeiros desenvolvimentos no início da década de 60 mas não se encontra esgotado. Disso é prova o ataque que ainda recentemente Polly HILL (1) fez à utilização daquele termo para designar a maioria da população rural africana.

Ponto fundamental mas não exclusivo da sua argumentação é o de que a sua utilização, resultado de uma errada prática científica de levar longe de mais as generalizações perdendo de vista aspectos essenciais, tem como consequência a sub-valorização de um aspecto da organização social daquelas populações rurais que para ela assume um carácter determinante na análise de qualquer comunidade rural: a da diferenciação social no seio dessas comunidades.

Ora, não dando especificamente conta e, até, quase convidando --- pelo menos por omissão --- ao esquecimento dessa diferenciação, o termo camponês e o termo derivado campesinato deixam de ter, por demasiado genéricos, capacidade de descrição da realidade pelo que não podem ter outro significado que o de um mero equivalente a expressões como 'homem do campo' ('countryman'), 'habitante do campo' ('countrydweller') ou 'gente do campo' ('countryfolk'). Assim sendo, para ela o termo confunde mais do que esclarece pelo que não deve ser utilizado.

1. Vd HILL, Poly Development economics on trial: the anthropological case for a prosecution, Cambridge U. P., Cambridge (UK), 1986

Face a esta interpretação não adaira que não se sugira nenhum termo alternativo o qual, necessariamente, seria susceptível da mesma crítica de 'generalidade'.

Um outro tipo de crítica ao uso daqueles termos é o que parte da definição de camponês tal como tem sido utilizada pela sociologia europeia --- principalmente esta --- para descrever uma realidade também ela principalmente europeia: "um indivíduo trabalhador (...) independente que trabalha a sua própria terra e mantém o seu gado com algum sucesso" e que mantém uma intensa relação com o mercado, tudo no quadro mais geral de sociedades relativamente homogêneas.

Considerando que aquela "intensa relação com o mercado" não se verifica em relação à grande maioria dos membros das comunidades rurais africanas e que elas não são, de um modo geral, as "sociedades homogêneas" da definição anterior, os defensores desta linha de pensamento recusam a aplicação daquela designação aos agricultores ou 'cultivadores' (2) africanos. Evidentemente, a substituição do termo camponês pelo de cultivador não resolve a questão levantada por HILL: a da diferenciação social entre os membros das comunidades rurais.

De alguma forma contrapondo-se aos que criticam a extensão ao mundo rural africano dos termos camponês e campesinato (3) WOLF, SAUL e WOODS, SHANIN e, mais recentemente, ELLIS (4) são apenas alguns exemplos de autores que utilizam os termos em causa mas que procuram (re)defini-los de forma a adaptarem-nos à realidade africana dos nossos dias. De notar que mesmo autores

2. Designação que alguns preferem utilizar como forma de os conetar com a prática de uma agricultura que é ainda em muitos casos essencialmente de sobrevivência.

3. Extensão que, sem dúvida, é susceptível de ser acusada quer de manifestação de eurocentrismo quer de excessiva generalização.

4. Vd, respectivamente, WOLF, E. Peasants, Prentice-Hall, Englewood Cliffs/NJ/USA, 1966, pg 3/4 citado por KELVIN, Martin 'Introduction' in KELVIN, Martin (ed) Peasants in Africa, Sage, Londres e Beverly Hills/CA/USA, 1980, pg 10; SAUL, John e WOODS, Roger 'African peasantries' in SHANIN, Theodore (ed) Peasants and peasant societies, Penguin, Harmondsworth/UK, 1971, pg 103-14; e SHANIN, Theodore 'Introduction' in SHANIN, T. (ed) op.cit., pg ? Vd ELLIS, Frank Peasant economics, Cambridge U.P., Cambridge (UK), 1968, cap. 1.

que se mostram muito críticos em relação à utilização de expressões como as de 'economia camponesa' ou 'modo de produção camponês' como é o caso de BERNSTEIN (5) não recusam a utilização das expressões 'camponês' e suas derivações quando se refere a grupos sociais.

Tal como KLEIN, cremos, no entanto, que as diferenças entre as várias concepções "residem não tanto no que elas vêm mas no que elas realçam" (6).

Assim, por exemplo, enquanto WOLF sublinha exclusivamente as relações sociais e políticas dos camponeses face à(s) classe(s) económica e politicamente dominante(s), SAUL e WOODS preocupam-se, para além deste aspecto, com a identificação da base económica da actividade dos camponeses.

A estas definições há que juntar a de KLEIN que, procurando reflectir uma base consensual entre outras definições, não só realça os aspectos económicos e de relações de poder em que os camponeses se encontram envolvidos como também chama a atenção para a identidade cultural própria do campesinato:

- "(1) os camponeses são agricultores que controlam a terra que trabalham quer como rendeiros quer como pequenos proprietários. Os trabalhadores sem terra não são camponeses;
- (2) eles estão organizados principalmente em unidades familiares que satisfazem a maior parte das suas necessidades de subsistência;
- (3) são governados por outras classes, as quais extraem um excedente quer directamente (renda) quer através do controlo do poder estatal (impostos). Os camponeses não vendem o seu trabalho da forma que os operários o fazem (...);
- (4) a cultura camponesa é distinta de, mas relacionada com, a cultura mais vasta do grupo dominado." (7)

Tal como outros autores, Klein parte do princípio de que uma classe social só o é efectivamente quando contraposta quer económica quer politicamente a outra(s) e, além disso, chama a atenção para a dimensão cultural

5. Vd BERNSTEIN, Henry "African peasantries: a theoretical framework" in The Journal of Peasant Studies, vol 6, nº 4, Jul/1979, pgs 421-443.

6. vé KLEIN, M. op.cit., pg 10.

7. vé KLEIN, Martin op. cit., pg 11

da diferenciação entre camponeses e não-camponeses. Porém e à semelhança de muitos outros defensores do uso dos termos camponês e campesinato no quadro africano, a sua definição sub-valoriza a diferenciação social intra-campesinato quase a limitando à que distingue os trabalhadores sem terra dos demais (e 'verdadeiros') camponeses.

Por outro lado a sua concepção sobre o tipo de controlo da terra parece-nos demasiado restritiva a não ser que a noção de propriedade que está implícita sob a referência aos estatutos de rendeiro e de pequeno proprietário não seja tomada apenas no sentido jurídico que lhe é dado na ordem capitalista para abranger as formas de controlo da terra características de outras ordens sociais, nomeadamente as não-capitalistas.

Acrescentemos às características referidas por Klein o facto de embora a generalidade dos camponeses não serem há muito simples cultivadores de subsistências, a maioria da sua produção continuar a atender fundamentalmente, como ainda recentemente o demonstrou FIALHO (8) para o caso do Sul de Moçambique, ao valor de uso dos bens produzidos. Mesmo os que são vendidos no mercado são-no atendendo principalmente à sua capacidade de, em troca (M-D-M), permitirem a obtenção de outros valores de uso.

Este ponto é, aliás, fundamental já que, nomeadamente na e para a praxis da política económica, a verdadeira questão é a de saber qual --- i.e., que tipo e quão grande é --- o envolvimento dos camponeses com o modo de produção capitalista e, o que constitui o reverso da mesma medalha, qual a importância que aquele tem efectivamente para a reprodução camponesa e o comportamento económico destes, em geral.

Questão paralela a esta é a de saber se diferentes graus de envolvimento com o modo de produção capitalista resultam em diferentes comportamentos dos camponeses.

Uma tal concepção do que são os camponeses significa que nos revemos significativamente na definição que deles dá ELLIS:

8. Vd FIALHO Feliciano, José Antropologia económica dos Thonca do Sul de Moçambique, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, 1989.

"Camponeses são [os membros] [d]os agregados familiares rurais que têm acesso aos seus meios de vida [com origem] na terra, que utilizam principalmente trabalho familiar na produção agrícola, integrados num sistema económico mais largo mas que se caracterizam fundamentalmente por um envolvimento parcial em mercados que tendem a funcionar com um alto grau de imperfeição." (9)

No entanto, recordando que o próprio ELLIS declara explicitamente que esta é uma "definição económica", parece-nos útil salientar que para uma melhor compreensão do que são os camponeses nas actuais sociedades africanas há que não esquecer as dimensões política e cultural que resultam, por exemplo, da definição de KLEIN.

Embora reconheçamos alguma razão às reticências colocadas à sua utilização, adoptamos ao longo do texto os termos camponês e campesinato principalmente quando nos queremos referir àquela imensa maioria dos agricultores africanos que vive numa 'zona' de interacção entre o modo de produção capitalista e o(s) modo(s) de produção não-capitalista(s) e que, ainda que conhecendo situações diferenciadas entre si, têm alguma comunidade de interesses e de comportamento político, social, económico e cultural face à cidade ou, melhor, face ao comumente designado 'sector moderno', capitalista na sua essência, das formações sociais africanas e face a esse agente fundamental do processo económico-social que é o Estado moderno.

Isto corresponde a tornar 'aberto' um conceito que outros pretendem 'fechado' porque exclusivamente aplicável no quadro de sociedades 'ocidentais' e, simultaneamente, a aceitar como 'utilizável' no contexto desta investigação uma combinação da definição de Klein --- com a ressalva explicitada atrás quanto ao conceito de propriedade e à diferenciação social --- com a de Ellis, esta especialmente válida no que concerne ao domínio económico.

Assim, parafraseando aqueles dois autores, uma definição 'tentativa' e provisória do termo camponês considerada como operatória no quadro desta investigação (10) poderá ser a de que

9. Vê ELLIS, Frack op. cit., pg 12

10. Mas que não dispensa um esforço maior de especificação e de demonstração a realizar adiante.

Camponeses são os membros das comunidades rurais que

- pelo tipo da sua integração quer nas suas famílias quer naquelas comunidades, controlam de uma forma significativa a utilização dos seus principais meios de produção --- trabalho próprio, trabalho familiar e terra;

- retiram da produção agrícola levada a cabo pelo agregado familiar nas terras que estão sob o seu controlo directo a parte principal --- mas não necessariamente a totalidade --- dos seus meios de sobrevivência e de reprodução social pelo que a sua dependência em relação a ela é muito grande;

- conhecem tipos e graus diferenciados de integração política, económica e social --- uma integração dependente no caso da maioria deles --- quer naquelas comunidades rurais quer na comunidade nacional e, através dela, na comunidade internacional e no(s) sistema(s) económico-social(-is) que as dominam. Aquela integração económica caracteriza-se principalmente por os produtores só parcialmente se integrarem nos mercados em que participam e que são, eles próprios e em parte por via daquela integração parcial, mercados com um alto grau de imperfeição que lhes é ditada também pela existência de um muito fraco grau de informação dos produtores em relação às suas diversas características (p.ex., preços, regras de concorrência);

- têm uma cultura diferente --- mas articulada com [as] --- da dos outros grupos sociais e que, a par de outros elementos de natureza vária (ecológica e tecnológica, p.ex.) contribui para que a lógica que preside aos seus actos económicos (11) seja diferenciável da que caracteriza, por exemplo, o modo de produção capitalista por atribuir um papel central à reprodução familiar quando no modo de produção capitalista o determinante fundamental é a criação de lucros e a acumulação de capital.

11. Vd a este respeito e p. ex. BOIRAS, F. et al. (eds) Payans, experts et chercheurs en Afrique Noire, Sbartbala, Paris, 1985 (especialmente a Introdução e os capítulos 1 e 3)

São estas características definidoras do campesinato e as características da formação social que o integra que condicionam o comportamento social daquele. Ora as formações sociais africanas de hoje são o produto histórico da transformação inacabada de modos de produção não-capitalistas pré-coloniais pela acção do sistema económico mundial em que domina o modo de produção capitalista. É, portanto, neste quadro que se devem compreender a constituição e as características actuais do campesinato africano (12).

A discordância entre os autores centra-se fundamentalmente nas questões do grau daquela transformação, da(s) forma(s) que ela assumiu e, consequência de ambas, do conteúdo das formações sociais dos nossos dias.

Note-se, porém, que seja qual fôr o entendimento sobre este conteúdo, uma característica fundamental destas é a extrema variação dos seus conteúdos de uma formação social para outra, de uma região para outra. A divisão que Samir AMIN (13) faz dos países da África Negra em três grandes regiões consoante a forma que a exploração colonial aí assumiu --- a África ocidental, da 'economie de traite', a equatorial, das companhias concessionárias, e a central e austral, das 'labour reserves' --- não reflecte mas também não exclui a variedade existente dentro de cada uma delas. Esta variedade é tal que, mesmo se fizermos corresponder as fronteiras dos actuais países africanos com as das formações sociais, ainda ali encontraremos situações variáveis de região para região.

Assim sendo, com a consciência de que tomar a parte pelo todo pode conduzir a uma descrição errada da formação social no seu conjunto, o que há a fazer numa perspectiva de mudança das estruturas económico-sociais da sociedade, em geral, e nas zonas rurais, em particular, é proceder

"à identificação das forças de mudança [a qual] só pode vir de uma análise de classes de cada formação social que revelará, região por região, aqueles estratos cujos interesses presumivelmente os conduzirão a apoiar (ou a opôr-se a) uma determinada alternativa à economia política existente." (14)

12. Vd SAUL, J. e WOODS, R., op. cit., pg 106

13. Vd AMIN, Samir "Underdevelopment and dependence in Black Africa" in Journal of Modern African Studies, 10(4), pg 504-24 citado por CLIFFE, Lionel "Rural political economy of Africa", pg 116/7 in GUTWIND, P. e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pgs 112-129

Neste sentido é importante proceder a uma análise da(s) forma(s) como o(s) campesinato(s) --- ou, melhor, os diversos grupos sociais que o compõem --- se interrelaciona(m) com os demais grupos sociais presentes nas formações sociais africanas da actualidade. Aspectos parcelares a realçar nesta interrelação são, por um lado, a forma como ela se dá no campo da reprodução e, por outro, a avaliação da homogeneidade ou da heterogeneidade interna do campesinato no domínio daquela interrelação.

Antes, porém, importa explicar algumas das características próprias dos modos de produção que se interrelacionam: o capitalista e o(s) não-capitalista(s).

Quanto ao primeiro assumimos como válida, no que diz respeito à lógica global do seu funcionamento, a interpretação que dele faz o materialismo dialético desde os tempos de Marx.

Assim sendo, é em direcção ao(s) segundo(s) que se dirigirá o grosso do nosso esforço de clarificação do conteúdo. No entanto, na medida em que uma compreensão dos contornos de um certo modo de produção enquanto totalidade orgânica é mais fácil quando contraposto a outros, procuraremos em primeiro lugar esclarecer qual o essencial da lógica de actuação daquelas que são o núcleo mais elementar, microeconómico, desse(s) modo(s) de produção: as unidades familiares de produção e de consumo. Só depois aprofundaremos os contornos específicos dos modos de produção não-capitalistas e da sua articulação com o modo de produção capitalista.

---

14. Vd CLIEZZ, L., op. cit., pg 126

## IV.1 --- A lógica do comportamento das famílias camponesas

## IV.1.1 --- As teses de Chayanov e dos seus seguidores

O objecto da análise de CHAYANOV (15) é a unidade económica camponesa considerada do ponto de vista da sua organização interna. Por unidade económica camponesa entende ele a unidade de produção agrícola (ou artesanal) situada no meio rural e em que não se utiliza, a não ser esporadicamente, força de trabalho assalariada. A força de trabalho utilizada é, pois exclusivamente a do agregado familiar, remunerada apenas pelo rendimento líquido obtido da exploração depois de deduzidos os encargos com os 'inputs' produtivos adquiridos no mercado (16). Não há, assim, para ele, lugar ao pagamento de um salário aos membros da família que trabalham na exploração.

Na sua análise, o autor parte de um conjunto relativamente vasto de pressupostos, alguns deles por ele explicitados. Desses pressupostos salientamos aqui apenas os seguintes (17):

i) a terra é um bem abundante e por isso não há limitações graves ao acesso a ela e à sua utilização por parte das unidades económicas camponesas quer por via da colocação em produção de novas terras quer por via da redistribuição das antigas;

ii) existe um nível mínimo de satisfação das necessidades que todas as famílias procuram alcançar;

15. Alexander Chayanov foi um economista russo que na década de 20 deste século e no quadro do debate teórico que então se desenvolvia na Rússia sobre a estratégia a prosseguir para assegurar o desenvolvimento e a transição para o socialismo procurou compreender a "organização da unidade económica camponesa" do seu país.

16. Vd CHAYANOV, A. "Teoría dos sistemas económicos não-capitalistas" in Análise Social, vol. XII, nº 46 (2ª série), 1976, pp 482 e Idem La organización de la unidad económica campesina, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, pp 37

17. Esta identificação dos pressupostos das teses de Chayanov apoia-se bastante em HUNT, Diana "Chayanov's model of peasant household resource allocation" in Journal of Peasant Studies, vol 6 (1979/80), nº2, pp 247/85

iii) a utilidade marginal do rendimento *per capita* --- pelo menos a partir do nível mínimo de satisfação das necessidades familiares --- é decrescente; e

iv) o custo marginal, medido em esforço físico, do trabalho dos camponeses é crescente.

É por aqui que passa a lógica, a motivação, de funcionamento da organização que é a unidade económica familiar camponesa: o camponês trabalha até ao ponto em que a satisfação, subjectivamente avaliada, das necessidades de consumo familiar iguale o 'custo' do esforço físico --- também subjectivamente avaliado --- gasto para a sua satisfação (18).

Chayanov parece querer sintetizar as suas teses ao afirmar que o verdadeiro objectivo da organização interna da família camponesa no domínio da produção é o de assegurar à família um equilíbrio interno entre 'satisfação das necessidades' e 'custo' do trabalho' compatível com o máximo de bem-estar possível (19).

O interesse pelas teses de Chayanov conheceu um renovado interesse na década passada quer pela via dos estudos sobre o desenvolvimento dos países em desenvolvimento quer pela do repensar da política agrícola do 'modelo soviético' tal como praticada por Estaline no final dos anos 20 e início da década de 30. Naquele caso, procurou-se determinar em que medida é que as teses daquele autor aderiam à realidade dos países em desenvolvimento, nomeadamente de África (20). Neste, procurou determinar-se em que medida é que as suas concepções ajudam a compreender aquela política, ou, melhor, as razões pelas quais ela não deveria ter sido utilizada (21).

18. Vd CHAYANOV, A. La organización ... op. cit., pg 84 e seqs

19. Para uma reformulação das teses de Chayanov compatível com os seus achados sobre o comportamento dos camponeses vd MILLAR, James "A reformulation of A.V. Chayanov's theory of the peasant economy" in Economic Development and Cultural Change, v.18, nº2, Janº1970, pp 219-229.

20. Vd, por exemplo, HONEY, Diana "Chayanov's model of peasant household resource allocation" in The Journal of Peasant Studies, vol 6 [1979/80], nº 2, pp 247-285.

21. Vd, por exemplo, MILLAR, James "A reformulation of A. V. Chayanov's theory of the peasant economy" in Economic Development and Cultural Change, vol 18 (2), Janº1970, pp 219-229

No âmbito deste trabalho interessa-nos sobretudo aquela primeira perspectiva de que os trabalhos de HUNT (22) são um exemplo. Da sua aplicação do modelo de Chayanov a uma região do Kénia ela retira a conclusão básica de que, ainda que seja demasiado simplista em várias das suas dimensões, o modelo daquele autor, susceptível de ser considerado como globalmente válido, constitui por isso mesmo uma base útil para a construção de um modelo mais complexo e realista para explicar as variações nos domínios da afectação de recursos e do rendimento *per capita* entre as explorações familiares camponesas (23), modelo esse que ela própria adianta com base nas suas investigações de campo.

Note-se, no entanto, que o seu esforço é dirigido fundamentalmente apenas para um dos três domínios --- as relações de longo prazo entre os camponeses e a economia capitalista, a explicação da diferenciação económica entre as famílias camponesas e a afectação de recursos no seio destas, sendo esta o cerne das teses de Chayanov tal como ele as formulou --- em que é possível utilizar ou, melhor, avaliar, o modelo-base: o da afectação de recursos.

Na impossibilidade de fazermos aqui uma apresentação completa do modelo de Hunt, salientemos apenas --- ainda que conscientes de que a diversidade das situações entre as formações sociais africanas dos nossos dias dificulta a extensão a outras regiões de análises baseadas em dados para uma delas --- alguns dos aspectos que nele nos parecem mais relevantes para o nosso tema. A melhor forma de o fazer é através da transcrição --- ainda que anormalmente longa --- da síntese do modelo que a própria autora apresenta e que, no que respeita às dimensões abordadas, aceitamos como representativas do comportamento das unidades económicas familiares camponesas de África:

"1. A produção camponesa familiar destina-se em parte ao auto-consumo e em parte para o mercado (com o objectivo de obter valores-de-uso).

-----  
22. vé HUNT, Diana op. cit.

23. vé HUNT, D., op. cit., pg 278

2. A composição e as quantidades das produções para auto-consumo são determinadas pelas necessidades familiares e não influenciadas pelos preços de mercado. A utilidade dos produtos comparada com a desutilidade de os produzir é que determina a sua produção.
3. (...) Os recursos disponíveis para a produção mercantil são um resíduo, embora tal resíduo possa ser grande e produzir uma grande parte do rendimento total da família.  
(...)
5. (...) [nas explorações camponesas] é impossível calcular o lucro de acordo com a lógica capitalista [porque quase não utilizam trabalho assalariado] [mas...]
6. (...) é possível calcular o rendimento do trabalho prestado [nomeadamente sob a forma salarial] fora da unidade camponesa ou utilizado na produção comercializável. As famílias camponesas afectam [o tempo de] trabalho disponível [no seu seio] entre diferentes tipos de utilização fora da exploração camponesa e na produção na sua própria exploração de bens comercializáveis tendo em atenção o tipo de trabalho que lhes proporciona maior rendimento. Os preços relativos influenciam de facto a composição da produção comercializada.
7. Para cada família, a produção ocorre até ao ponto em que a utilidade marginal do produto iguala a desutilidade marginal do trabalho.
8. As variáveis que influenciam a produção per capita são: (i) o acesso à terra; (ii) o nível de educação formal (...); (...); (vii) a capacidade económica para correr riscos (a qual é função do rendimento e da riqueza); (...); (ix) acesso ao crédito e a [alguns] inputs adquiridos no mercado; (...).  
(...)
12. É de esperar que a exploração camponesa responda às mudanças nas variáveis exógenamente determinadas --- tal como os preços dos produtos agrícolas, dos inputs das explorações, da terra e dos bens de capital e da qualidade da maquinaria agrícola --- de uma forma diferente da das explorações capitalistas. Uma modificação favorável naqueles factores tenderá a aumentar o rendimento per capita, aumentar o nível de poupança, baixar o preço máximo que a família está disposta a pagar pelos inputs agrícolas e pode também fazer diminuir o volume de trabalho prestado por cada membro da família. Uma evolução desfavorável produzirá os efeitos contrários. <sup>(24)</sup>  
[itálicos da autora; sublinhados meus, AS]

Este modelo é, tal como o modelo que lhe está na base, um modelo estático, omitindo quer os elementos que poderão ajudar a compreender melhor a diferenciação entre os camponeses quer os que poderão, de alguma forma, ajudar

24. Vd HURT, O. op. cit., pp 279-280

a compreender a lógica da articulação entre as explorações camponesas e a economia capitalista, por um lado, e de uma forma mais lata, os elementos que poderão ser utilizados como instrumentos da transformação da economia camponesa --- quer a encaremos sob a perspectiva de unidades isoladas quer sob a de um modo de produção com alguma autonomia.

## IV.2 - A interrelação entre modos de produção

### IV.2.1 - O dualismo

A problemática da interrelação entre modos de produção diferentes é, na medida em que recorre a conceitos marxistas como o de modo de produção e de formação social, uma problemática característica do marxismo e que tem sido abordada por autores que dele se reivindicam.

Foram, porém, autores de matriz neoclássica quem, debruçando-se sobre a problemática do desenvolvimento do Terceiro Mundo, primeiro abordou as ligações entre o sistema capitalista que caracteriza o sector "moderno" dessas economias e o(s) modo(s) de produção não-capitalista(s) que enformam o sector "tradicional" dos países "atrasados" --- para usar linguagem usual dessas concepções.

Estas ligações, dada a sua fraqueza, davam origem a economias em que a actividade económica era caracterizada por um elevado dualismo.

De facto

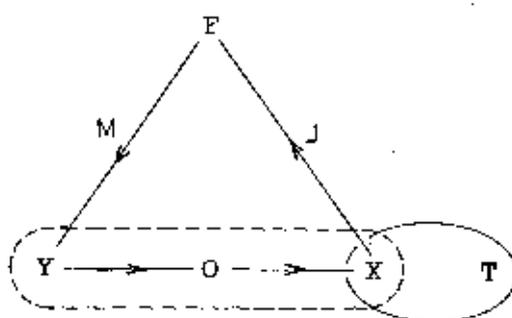
"as interrelações entre os elementos 'superior' e 'inferior' --- ou a falta de interrelações entre eles --- são tais que a existência do elemento superior não adianta muito para 'puxar' pelo elemento inferior, podendo até servir para o 'empurrar' ainda mais para baixo." (25)

25. Vd SINGER, Hans "Dualism revisited: a new approach to the problems of the dual society in developing countries" in The Journal of Development Studies, Oct. 1970, pg 61.

Por isso não admira que se esteja perante uma situação de "coexistência crónica e não temporária" (26) entre os dois sectores identificados como "superior" (capitalista), um, e "inferior" (não-capitalista), o outro.

A ligação entre os sistemas produtivos interno e internacional faz-se através do sector moderno da economia: é ele quem fornece ao exterior as matérias primas (na sua esmagadora maioria bens minerais ou agrícolas) e dele recebe bens de consumo destinados principalmente às zonas urbanas bem como bens de produção para aumento gradual da capacidade produtiva do sector moderno.

O modo de funcionamento global da economia segundo as concepções duais é bem sintetizado por PAAUW e FEI (27) no seguinte esquema:



Legenda:

- |                                     |                         |
|-------------------------------------|-------------------------|
| F - sector moderno                  | Y - sector não-agrícola |
| X - agricultura de exportação       | T - " tradicional       |
| <b>X</b> <b>T</b> - sector agrícola | --- - enclave           |
| O - mercado interno                 |                         |

26. Vd Ibidem, pg 60.

27. Vd PAAUW, H.S. e FEI, J.C. The transition in open dualistic economies. Theory and South-east asian experience. Yale University Press, 1973, pg 4

Neste modelo não é reconhecida qualquer interrelação significativa do sector da agricultura tradicional ou de subsistência com o resto da economia.

Esta visão maximalista da não-articulação não é perfilhada por LEWIS (28). No seu conhecido modelo a conexão entre os dois sectores existe mas limitada ao fornecimento de mão-de-obra pelo sector tradicional ao sector moderno. É ela que, com uma produtividade marginal na agricultura próxima de zero ou mesmo nula, vai permitir a expansão do sector moderno sem provocar quebra na produção agrícola desse sector.

O sector "tradicional", homogéneo na sua deficiente organização produtiva e conseqüente baixa produtividade bem como na sua "irracionalidade" económica, não é tomado como objecto de investigação. Por outro lado, a sua contribuição para a acumulação social --- leia-se do sector "moderno" --- limita-se à que advém da participação dos trabalhadores assalariados dele oriundos na produção capitalista.

As concepções dualistas, ainda que de origem neoclássica, estendem a sua influência a outras áreas ideológicas da teoria do desenvolvimento. Significativo do impacto que tiveram desde o seu aparecimento e expansão durante a década de 50 é o facto de autores que se reivindicam do marxismo adoptarem análises que lhe estão muito próximas. Um exemplo significativo é o de Tamas SZENTES (29).

A feição dualista das suas concepções é, aliás, reivindicada pelo próprio (30). Assim, para ele, nos chamados países subdesenvolvidos existe uma estrutura económica distorcida e desintegrada o que significa que

28. Vd LEWIS, Arthur W. "Desenvolvimento económico com fornecimento ilimitado de mão-de-obra" in Para uma abordagem sintética do modelo de Lewis vd TOMASTIC, Manuel "A absorção de mão-de-obra no contexto do modelo de Lewis" in Estudos de Economia, vol II, nº 3, Abr-Jun/1992, pp 34 e seqs.

29. Vd SZENTES, Tamas Economia Política do subdesenvolvimento, (2 volumes) Nova Curso Editora, Venda Nova (Portugal), 1979

30. Vd *Ibidem*, pp 46

"a par de um sector capitalista mais ou menos moderno, existe um sector não-capitalista considerável, que a economia se compõe de dois sectores opostos e que os sectores da economia não se desenvolvem simultaneamente, por conexão e complementaridade entre si mas de um modo francamente desproporcional." (31) [sublinhados meus. AS]

A diferença mais significativa entre este dualismo e o original neoclássico reside no facto de que SZENTES, ao contrário daqueles, identifica o fenómeno do subdesenvolvimento e vê a sua origem nas articulações externas entre economias nacionais. Esta articulação está, segundo ele, na origem da crescente desintegração do sector não-capitalista da economia nacional (32).

Este sector constitui, na sua óptica, uma forma obsoleta incapaz de qualquer progresso (33) e por isso

"sem a sua liquidação não é imaginável nem uma completa transformação dessa estrutura [distorcida dos PVD's] nem a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas." (34)

O dualismo das estruturas económicas reflecte-se no domínio das estruturas sociais. SZENTES considera que relações sociais capitalistas e relações características dos modos de produção não-capitalistas permanecem lado a lado, i.e., sem grande articulação entre ambas.

De facto, o que aconteceu na perspectiva do autor é que o capital só entrou em conflito com os elementos não-capitalistas que de algum modo se cruzavam com a sua actividade. Neste caso, porém, estes elementos ou foram completamente destruídos ou, pelo menos, colocados integralmente ao serviço do capital (35).

31. Vd Ibidem, pg 131

32. Vd Ibidem, pg 133

33. Vd Ibidem, pg 137

34. Vd Ibidem, pg 138

35. Vd Ibidem, pg 171

Daqui resulta uma situação em que a transformação dos modos de produção não-capitalistas se limitou àqueles elementos desses modos mais em contacto com o modo de produção capitalista. Isto reflecte-se no carácter de classe do campesinato pois que a sua consciência de classe é fortemente influenciada pelas formas "tradicionais" de consciência social (por exemplo, a religião, os interesses de clã).

Daí que, como vimos, a liquidação destas seja apontada como tarefa fundamental da estratégia de transformação da estrutura (distorcida) dos PVD's e de aceleração do desenvolvimento das forças produtivas.

As concepções dualistas tiveram a sua origem e a sua época áurea na segunda metade dos anos 50 e nos anos 60 mas deixaram marcas duradouras na teoria económica do desenvolvimento apesar das críticas que lhe têm sido dirigidas.

Parte delas passa pela acusação de uma grande superficialidade da análise ao não estudar, tal como propõe o paradigma marxista, as relações sociais de produção e a existência de grupos sociais com interesses diferenciados: remetendo-se à análise da economia e quase identificando esta com o sector moderno, falha a análise da formação social enquanto complexo articulado de vários grupos sociais e suas bases económicas próprias.

Por outro lado, as teorias duais na sua versão neoclássica falham ainda ao não explicarem, numa perspectiva histórica, o processo que conduziu ao subdesenvolvimento de uns países face ao desenvolvimento de outros.

Para A.G.FRANK as teses dualistas são falsas (36) pois que, ao contrário do que elas propalam,

"todo o conjunto da realidade social dos países subdesenvolvidos está, há muito, penetrado pelo sistema mundial de que ele faz parte integrante que a transformou e integrou." (37)

36. Vd FRANK, André Gunder 'Le developpement du sous-developpement' in Idea Le developpement du sous-developpement dans l'Amérique Latine, Kaspers, Paris, 1972, pg 20

37. Vd Iden "Sociologie du developpement du sous-developpement" in Iden, Ibiden, pg 93/4

Esta perspectiva parece-nos mais próxima da realidade actual das formações sociais africanas. Aquelas teorias duais são limitadas no seu alcance já que não tomam o sector "tradicional" e os camponeses como sujeitos activos da formação social, antes os considerando apenas enquanto elementos passivos da economia.

De facto, elas não prestam atenção ao funcionamento da economia camponesa e por isso não reflectem nem permitem explicar essa realidade evidente das formações sociais dos nossos dias que é a participação dos camponeses, quer como consumidores quer como produtores, no mercado capitalista interno e, até, internacional.

Por outro lado, elas são altamente insatisfatórias quanto ao estudo da homogeneidade/heterogeneidade do campesinato, por um lado, e quanto ao estudo da contribuição deste para a acumulação social: por exemplo, não conseguem explicar satisfatoriamente o papel da agricultura camponesa de subsistência no processo de conjunto da reprodução social.

#### IV.2.2 - Lénine, Kautsky e a agricultura capitalista

O dualismo 'marxista' de SZENTES, apesar da nítida influência que denota das concepções dualistas neoclássicas, não encontra aí a sua fonte exclusiva de inspiração. Na verdade a ela não são estranhas as influências dos autores marxistas em geral e de Lénine (38) e Kautsky (39), em particular.

Tendo por base a análise da evolução da situação no mundo rural da Rússia dos fins do século XIX, Lénine concluiu pela verificação no seu país de um processo inexorável de desenvolvimento do capitalismo.

As contradições que são inerentes a este conduzem à crescente diferenciação no seio do campesinato com polarização do mesmo em duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Este processo, resultante da penetração

38. Vd LÉNINE "Le développement du capitalisme en Russie" in *Œuvres*, tome 3, Éditions Sociales, Paris, 1975.

39. Vd KAUTSKY, Karl *A questão agrária*, vol 1, Portucalense Editora, Porto, 1972

do capital e das relações mercantis no mundo rural, é acompanhado, segundo Lênine, pelo aumento da dimensão das explorações e das forças produtivas a elas afectas com crescente desaparecimento das explorações mais pequenas de carácter não-capitalista. Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo nos campos tinha um carácter progressista pois que permitia a passagem da comunidade rural, não-capitalista, à grande agricultura moderna, extensiva e beneficiando de uma maior maquinização da produção.

Admitindo que a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo que a indústria (40), também Kautsky detecta naquela uma tendência à centralização de capital traduzida na centralização do solo (41) que faz lembrar processo semelhante da indústria.

Dá-se, assim, um crescimento acentuado da área da exploração agrícola que é acompanhado pelo aumento significativo dos meios de produção nela empregues.

Este aumento está sujeito a limites que lhe são impostos, entre outros factores, pelo facto de um grande crescimento das distâncias internas à exploração acarretar maiores custos de operação e menores tempos de trabalho produtivo efectivo (42). Porém, se se respeitarem estes limites, a grande exploração é superior à pequena devido à possibilidade que dá de se introduzirem meios técnicos superiores e de redução de vários dos custos fixos por área (43). Enfim, a pequena exploração é para Kautsky e enquanto base económica do campesinato,

"um fenómeno económico do passado (...) [e] um meio de constituir, quase fora da sociedade, uma classe de bárbaros que reúne toda a rudeza das formas sociais primitivas a todas as misérias dos países civilizados." (44)

40. Vd Ibidem, pg 20

41. Vd Ibidem, pg 207

42. Vd Ibidem, pg 198

43. Vd Ibidem, pg 160

44. Vd Ibidem, pg 156

Porém e apesar disto, Kautsky reconhece que em certas condições (por ex., pressão populacional elevada) é patente uma tendência à sobrevivência e até aumento destas explorações mais pequenas (45). Mas a não ser nestas condições específicas é possível deduzir-se, como BOESEN o faz, que o sentido das concepções de Lénine e de Kautsky é o de que o campesinato é uma categoria social residual de formações não-capitalistas (46) e, nesse sentido, transitório, condenado ao desaparecimento. A conclusão semelhante chegámos já no capítulo I.

O que se verifica, porém, é que o campesinato e a unidade de produção familiar continuam a existir por toda a parte, incluindo nos países onde o modo de produção capitalista aparece mais desenvolvido e mesmo em condições de fraca pressão populacional. Não é, pois, possível falar-se de uma tendência histórica ao seu desaparecimento: os "bárbaros" sobreviveram à penetração do MPC e a sua bipolarização em proletários e agricultores está longe de ser uma realidade.

A influência destas concepções nos estudos do desenvolvimento enquadradas no paradigma marxista, principalmente na sua versão ortodoxa, foi importante nos anos 60 e 70. Ela levou a privilegiar, na investigação dos processos de transformação das formações sociais do Terceiro Mundo, o processo de diferenciação dos camponeses em proletariado e em burguesia (incluindo o processo de constituição de uma camada de "kulaks").

A diversidade da situação de cada uma das formações sociais africanas torna, porém, impossível a generalização a outras de análises conduzidas para uma delas. Por outro lado, mesmo naquelas para as quais alguns autores identificaram processo adiantado de proletarização e de "kulakização" rurais é grande a polémica sobre a efectiva existência de tal fenómeno. Daqui decorre que só uma "análise concreta de cada situação

45. Vd Idea, pg 17 do vol. 2

46. Vd BOESEN, Jannick On peasants and the 'modes of production' debate, CDR Project Papers A.77.2, Centre for Development Research, Copenhaga, 1977, pg 3

concreta", incluindo ao nível regional de cada país é que permitirá determinar em que ponto se encontra tal processo em determinada formação social e em determinado momento.

#### IV.2.3 - O camponês como um proletário disfarçado (47)

Se as concepções dualistas sublinham a existência de um sector "moderno", capitalista, enquanto única realidade digna de registo da economia 2da África dos nossos dias, outras concepções, no quadro do referencial marxista da análise de formações sociais, entende que os modos de produção não-capitalistas outrora existentes em África já não existem pois que se encontram envolvidos, dominados, pelo modo de produção capitalista (48).

Um dos principais representantes desta linha de pensamento é Samir AMIN. Inicialmente preocupado fundamentalmente com o fenómeno do desenvolvimento do capitalismo nos países "periféricos" e com o papel por estes desempenhado no processo de acumulação à escala mundial dos países capitalistas do "centro" (49), Samir Amin veio mais tarde a privilegiar na sua análise o papel dos camponeses em tal processo (50).

Classificando o modo de produção característico dos camponeses como pertencente à família da pequena produção mercantil simples, considera que este tipo de modos de produção, apesar de frequentes na História, nunca aparecem isolados e, muito menos, como dominantes nas formações sociais que integram.

47. Expressão retirada de ROESEN, J., op. cit., a quem se deve uma contribuição importante na organização de todo este ponto.

48. Vd SINE, Babakar Imperialismo e teorias sociológicas do desenvolvimento, Moraes Editores, Lisboa, 1976, pp 49/50.

49. Vd AMIN, Samir Le développement inégal, Les Éditions de Minuit, (Paris), (1974) e Idea L'accumulation à l'échelle mondiale, Anthropos, Paris, sd.

50. Vd AMIN, S. e VERGOPOLIOS, K. A questão camponesa e o capitalismo, A Regra do Jogo, Lisboa, 1978.

No caso da África dos nossos dias este modo de produção surge dominado e integrado em formações sociais capitalistas e "esvaziado do seu conteúdo" (51).

A subordinação do campesinato ao MPC faz-se através da produção daqueles produtos que são valorizados no mercado (capitalista) mundial e sua sujeição às regras da concorrência que, devido à maior eficiência das empresas capitalistas agrárias, resulta numa baixa remuneração dos camponeses. Consequência disto é que os rendimentos dos camponeses são tão baixos que não permitem a remuneração da terra (renda) e a remuneração do trabalho dos camponeses tende a alinhar-se pelo valor da força de trabalho proletário (52).

Este duplo fenómeno é interpretado por Amin como sendo equivalente à proletarianização do camponês:

"Este conserva (...) a propriedade formal do solo mas já não tem a sua propriedade real. Conserva também a aparência de um produtor mercantil (...) mas é, na realidade, um vendedor de força de trabalho (...). Assim o camponês é, de facto, reduzido ao estatuto de trabalhador ao domicílio" (53).

É na produção de bens exportáveis da periferia para o centro no quadro de um sistema mundial de formações capitalistas que camponeses e classe operária industrial se encontram unidas pela exploração a que ambas são submetidas. Neste sentido, ambas fazem parte de um proletariado mundial que se opõe à burguesia mundial (54) no quadro de uma acumulação capitalista também ela à escala mundial.

Enfim, estas concepções, admitindo que muitas das formas de produção não-capitalistas se mantenham, consideram que o modo de produção não-capitalista se encontra totalmente "esvaziado do seu conteúdo", absorvido com-

51. Vd *Ibidem*, pg 138

52. Vd *Ibidem*

53. Vd *Ibidem*

54. Vd AMIN, S. *Le développement inégal*, op. cit., pg 317

pletamente pelo sistema capitalista mundial. Absorvidos por este, os camponeses, ao produzirem mais-valia para o capital, vêm os seus rendimentos transformados num "salário disfarçado" (55) que lhes é pago enquanto trabalhadores ao domicílio.

É contra a conclusão do desaparecimento dos modos de produção não-capitalistas que resulta destas teses que alguns autores se insurgem.

Outros criticam estas concepções não tanto por esta conclusão mas sim pelas suas consequências políticas: irmanadas na exploração pela burguesia mundial, estrangeira, campesinato e proletariado são 'naturalmente' aliadas potenciais numa luta contra essa exploração cuja condução efectiva fica a cargo das camadas sociais privilegiadas.

Enfim, alguns autores criticam nela a subvalorização da dimensão nacional desta mesma luta e a (quase) impossibilidade de, através dela, se alterar a situação interna de cada país no domínio da organização social (56).

Reconhecemo-nos nas reservas à validade destas concepções que resultam de tais críticas. Destas, realçamos aqui a de Meillassoux: embora explicando como se faz a transferência de valor dos países periféricos para os cêntricos, as teses de Amin descaram a explicação da produção desse valor ou, mais explicitamente, subalternizam significativamente o papel da produção de subsistência no todo que é cada sociedade "periférica".

55. Vd BOEKSEK, J. op. cit., pg 5

56. Vd PRTRAS, James e SELDEN, Mark "Social classes, the State and the World system in the transition to socialism" in Journal of Contemporary Asia, vol. II, nº 2, 1962, pg 195

#### IV.2.4 - O mundo rural africano como articulação de modos de produção (57)

As insuficiências de explicação da realidade e a incapacidade prática de fundamentarem políticas económicas que resultassem numa verdadeira modificação da situação de subdesenvolvimento no mundo rural do Terceiro Mundo levaram a que fosse questionada a validade e a utilidade de concepções como as do "dualismo" e do "campesinato proletarizado".

Para autores como MEILLASSOUX, REY, TERRAY e outros a realidade rural africana é melhor explicada se considerarmos a existência de dois modos de produção que se articulam entre si. Esta articulação caracteriza-se por um processo de preservação/destruição do modo de produção não-capitalista pré-colonial ---- seja ele doméstico (Meillassoux), linhageiro (Terray), africano (C.C-Vidrovitch) ou outro ---- sob a acção do capital, elemento fundamental do modo de produção capitalista.

Para Meillassoux parece evidente que a agricultura de subsistências realizada pelos camponeses dos países subdesenvolvidos não foi, até agora, subordinada pelo capital, limitando-se a estar em articulação com ele através de

i) reprodução, no seio das unidades domésticas de produção e consumo, da força de trabalho utilizada pelo capital;

ii) fornecimento de produtos (bens de consumo e matérias primas) para o mercado por cultivadores que se alimentam a partir das suas próprias colheitas de bens alimentares (58).

57. Para uma 'história do debate' sobre a utilização dos conceitos de modo de produção e sua articulação nos estudos sobre África ver LÉYDORNEAU, Jocelyne "L'itinéraire d'un débat" in Révue Canadienne des Études Africaines, vol. 19, nº 1, 1985, pg 141-147

58. Ver MEILLASSOUX, Claude Pennes, graniers et capitaux, Maspéro, Paris, 1975, pg 145

Não havendo ao nível do processo de produção imediato desta agricultura de subsistências a penetração nem de capital nem, conseqüentemente, das relações de produção que o acompanham, isso significa que ele não pertence à esfera da produção capitalista mas tão sómente à sua esfera da circulação. Daí que

"As relações entre os dois sectores, capitalista e doméstico, não podem ser consideradas como relações entre dois ramos do capitalismo (...): a relação é entre dois sectores onde dominam relações de produção diferentes." (59)

Note-se na citação anterior que o autor se refere à articulação entre sectores e não entre modos de produção. De facto, para Meillassoux, actualmente é impossível afirmar-se que o modo de produção doméstico ainda existe como tal (60) embora

"na origem [i.e., durante a primeira fase da penetração colonial], o contacto [tivesse sido], sem dúvida entre dois modos de produção, um dominando o outro e envolvendo-o num processo de transformação [em que] as condições gerais da reprodução do conjunto social acabam por não mais dependerem dos determinismos inerentes ao modo de produção doméstico mas sim de decisões tomadas no sector capitalista. Por este processo, contraditório por essência, o modo de produção doméstico é preservado e destruído....) Nestas circunstâncias o modo de produção doméstico é e não é." (61)

Mas destruído o modo de produção doméstico enquanto entidade autónoma, o modo de produção capitalista não conseguiu --- e não quis e/ou não pode --- destruir a comunidade doméstica:

"esmagada, premida, dividida, recenseada, taxada, recrutada, a comunidade doméstica, quanto a ela, vacila mas, no entanto, resiste porque as relações de produção domésticas não desapareceram completamente." (62)

59. Vd Ibidem

60. Vd Ibidem, pg. 135

61. Vd Ibidem, pg 148

Por outro lado, os tipos de articulação entre estes sectores de produção identificados atrás significam que o capitalismo encontrou uma forma barata de reprodução da força de trabalho.

Este sector de produção doméstico caracteriza-se essencialmente pela prevalência da agricultura de subsistência e pela divisão social do trabalho no seio e entre comunidades de base familiar (63).

Ora, ao preservá-lo e ao cometer-lhe o encargo de alimentar e reproduzir a força de trabalho através do pagamento de salários e preços que, por si só, não são suficientes para assegurar a reprodução da força de trabalho (64), o modo de produção capitalista procede simultaneamente e por via daqueles baixos salários e preços a uma exploração intensa desta. Esta exploração pelo não pagamento de parte importante dos custos de reprodução da força de trabalho está na base de um processo que corresponde a uma acumulação primitiva de capital permanentemente renovada (65) e, or isso, diferente da acumulação primitiva que esteve na origem do capitalismo na Europa.

As concepções de Meillassoux são muito importantes porque esclarecem as principais formas de articulação económica do modo de produção doméstico --- ou, melhor, da comunidade doméstica --- com o modo de produção capitalista no seio de formações sociais que são dominadas por este. Porém não podemos deixar de reparar que Meillassoux privilegia na sua análise a forma como o modo de produção capitalista integra, extraíndo-lhe o valor que produz, o modo de produção doméstico subalternizando a relação inversa, i.e., a contribuição do modo de produção capitalista para a reprodução do modo de produção doméstico através do fornecimento de vários inputs (instrumentos de trabalho,

-----  
62. Vd Ibidem, pg 135

63. Vd Ibidem, pg 57 e seqs

64. Vd Ibidem, pg 146

65. Vd Ibidem, pg 148

bens necessários à reprodução social no seio do modo de produção doméstico, etc). Com ele parece estarmos mais no âmbito da integração do modo de produção doméstico no modo de produção capitalista do que no da relação dialética, na interrelação, entre modos de produção.

Influenciado pelas concepções de Meillassoux, BOESEN parte de uma concepção restrita das relações de produção capitalistas para concluir que os camponeses não são enquadráveis nessas relações: ao contrário dos verdadeiros proletários capitalistas, eles não foram "libertados" dos seus meios de produção de modo a serem obrigados a venderem a sua força de trabalho ao capital. Por outro lado, e também ao invés do que caracteriza o MPC, não há capitalistas a comprarem a força de trabalho dos camponeses de modo a que eles produzam, com meios de produção dos capitalistas, mais-valia a realizar através da venda de mercadorias.

Por tudo isto, para BOESEN o que acontece é que, diferentemente de Meillassoux, o modo de produção doméstico, não-capitalista, existe ainda hoje sendo no seu seio que são suportados parte significativa dos custos de reprodução dos trabalhadores directos, neste caso os camponeses.

Tal modo não-capitalista é entendido como sendo um modo de produção simples de mercadorias, diferente do seu semelhante pré-colonial porque subordinado agora ao domínio do modo de produção capitalista.

Características essenciais deste modo de produção nesta sua nova condição são

"propriedade dos meios de produção pelos produtores directos, divisão social do trabalho no seio e entre as unidades de produção familiares, controlo sobre o processo de trabalho imediato determinado ideológica e culturalmente e não economicamente(...) [e], como lei motora principal, a produção de valores de uso necessários à reprodução simples da unidade de produção familiar, valores de uso que podem ser parcialmente [obtidos] através da troca --- mercadorias/mercadorias ou mercadoria/dinheiro/ /mercadorias." (66)

66. Vd Ibidem

Estas características fazem com que neste modo de produção não-capitalista as determinantes de natureza ideológica e cultural sejam ainda preponderantes enquanto que no MPC a determinância é exclusivamente económica. É na procura do controlo daquele processo de trabalho imediato enquanto forma de controlar a massa e a taxa de mais-valia que o MPC vai desenvolver a sua actividade face a um campesinato que procura resistir à perda daquele controlo.

A realidade africana dos nossos dias é, assim, não a de formações sociais em que a única realidade relevante é a do Modo de Produção Capitalista dominando formas de produção não-capitalistas mas sim a de formações sociais em que coexistem, numa articulação complexa entre si, dois (ou mais) modos de produção: o capitalista e o(s) não-capitalista(s).

Resultado da existência de dois modos de produção articulados entre si e do tipo de relações que essa articulação reveste, a contradição principal na formação social é a que opõe o capital aos camponeses, com aquele procurando assegurar o alargamento dos mecanismos de exploração que lhe permita alargar aquelas massa e taxa de mais-valia.

Para fugirem a tais formas de exploração os camponeses irão

"abandonar a agricultura camponesa ou tentar retirar-se num grau mais elevado para a produção de subsistência (ou, pelo menos, para circuitos mercantis internos ao próprio modo de produção simples de mercadorias)." (67)

Resultado daquele abandono é o enorme fluxo do campo para a cidade com constituição, nestas, de um "sector informal" cada vez mais alargado, à margem do controlo do Estado e que se transforma em elemento fundamental das formações sociais em questão (68).

67. Vd Ibidem, pg 9

68. Vd Ibidem

Ainda com semelhanças com Meillassoux, também Pierre-Philippe REY considera, a partir dos seus estudos sobre o Congo, que a realidade colonial e pós-colonial é melhor descrita se considerarmos a existência de uma

"articulação de dois modos de produção em que um instaura a sua dominação sobre o outro; a articulação (...) [é] um processo, i.e., um combate entre os dois modos de produção com os confrontos e as alianças que um tal combate implica: confrontos e alianças essencialmente entre as classes que estes modos de produção definem"<sup>69</sup>).

Assim, enquanto que Meillassoux põe o acento tónico da articulação na instância económica, Rey entende que o verdadeiro fundamento desta articulação se encontra no domínio político, no das alianças entre classes definidas em modos de produção diferentes.

Instrumento fundamental desta aliança é a monetarização do dote e de outras prestações sociais. Através dela as relações de produção (e reprodução) linhageiras colocam-se na dependência do modo de produção capitalista: por exemplo, os mais novos viram-se obrigados a, para pagamento do lobolo que lhes dá acesso à constituição de uma unidade produtiva autónoma, transformarem-se --- pelo menos temporariamente --- em "trabalhadores livres" ao serviço da acumulação/reprodução do MPC.

Porém, na medida em que utilizam os rendimentos assim obtidos para pagamento de prestações sociais características do Modo de Produção não-capitalista, contribuem para a sobrevivência deste.

Referência especial merece o facto de Rey sublinhar que esta articulação entre modos de produção é um processo (dinâmico) envolvendo um verdadeiro combate entre modos de produção. Isto significa que estamos perante um processo em que há que tomar em consideração não só as acções de um dos modos de produção mas também as resistências (passivas) e as reacções (activas) do outro que conduzem a essa síntese que é a formação social.

69. Vd REY, P.-P. *Les alliances de classes*, Maspero, Paris, 1973, pgs 13-5

Creemos que Rey, ao colocar o acento tónico da articulação na aliança de classes dominantes de modos de produção diferentes, está a tomar como causa aquilo que é uma das formas de manifestação do combate entre modos de produção. Meillassoux, ao fundamentar na base económica essa articulação parece-nos explicar melhor a verdadeira base dessa articulação.

Note-se que Rey ao abordar esta problemática numa perspectiva de aliança de classes dominantes enfatiza especialmente um facto importante e ainda hoje motivo de polémica: o da existência ou inexistência de classes sociais nos modos de produção não-capitalistas pré-coloniais africanos.

Partindo da base do materialismo histórico que faz da História da humanidade a história dos conflitos entre classes, Rey considera que estes existem quando

"em qualquer sociedade um determinado grupo controla um excedente do produto parcial ou totalmente utilizado para reproduzir as relações de dependência entre os produtores directos este grupo." (70)

Esta formulação é uma revisão de uma sua formulação anterior em que era enfatizada especialmente o processo de circulação do produto (71) e que foi criticada, nomeadamente por Terray, por remeter para segundo plano o processo de produção, considerado elemento central ao marxismo e em particular à sua visão estruturalista baseada na obra de Althusser.

Aquela "reprodução das relações de dependência" entre os dois grupos sociais referidos prefigura a existência de uma relação de exploração dos primeiros pelos segundos. De facto,

"há exploração quando a parte do produto do trabalho dos produtores que lhes é tomado serve para reforçar a sua posição de dependência." (72)

70. Vd REY, P.-2. "The lineage mode of production" in *Critique of Anthropology*, nº 3, Spring, 1975, pp 60.

71. Vd *Ibidem*, pg 59 citando a sua "Théorie de l'histoire des échanges"

72. Vd *Ibidem*, pg 62

Ora é isto que, nas sociedades em que domina o modo de produção que ele ajudou a definir, existe na relação entre mais jovens e mais velhos pelo que "a colectividade dos mais velhos", tomada enquanto tal e não necessariamente cada 'mais velho' em particular, "constitui uma classe que explora os mais novos" (73). De realçar que para Rey estas classes e, em particular, a dos mais velhos são definidas principalmente ao nível político, manifestado basicamente nas relações de reciprocidade entre os vários grupos de linhagem (74).

Numa posição que se aproxima bastante da de Rey ao considerar que para que exista exploração

"é necessário e suficiente que os produtores directos não tenham a liberdade de decidir em conjunto do volume e da afectação do sobretrabalho que eles fornecem" (75),

Terray considera igualmente que são os mais jovens e as mulheres quem está nessa situação no seio do modo de produção linhageiro. Por oposição, as classes exploradoras são os mais velhos e particularmente os homens. Porém, numa posição que diverge parcialmente de Rey e que nos parece interpretar melhor a realidade, Terray enfatiza principalmente o vector económico da distinção entre as classes: para ele elas são-no no sentido económico do termo, i.e., são classes 'em si'. Assim sendo,

"o problema passa a ser então o de saber se e como estas classes 'em si' podem transformar-se em classes 'para si', conscientes de si próprias, capazes de reflexão e de acção colectivas e, por consequência, capazes de tomar iniciativas históricas e a pesar enquanto tal no curso dos acontecimentos." (76)

73. Vd *Ibidem*, pp 62

74. Vd *Ibidem*, pp 61

75. Vd TERRAY, Emmanuel: "De l'exploitation: éléments d' un bilan autocritique" in *Dialectiques*, nº 21, Outono/1977, (Paris), pp 141

76. Vd *Ibidem*

Terray considera que, por diversos motivos (77), esta conversão das classes do MPL de classes 'em si' em classes 'para si' nunca se fez (78).

Assim, a diferenciação em classes neste sentido pleno a que se assiste nas formações sociais africanas de hoje tem as suas raízes não no modo de produção não-capitalista mas sim no processo de penetração deste pelo capital: elas são o produto da história conjunta do capital --- que no seu essencial se desenrola fora dos limites dessas formações sociais --- e dos próprios modos de produção não-capitalistas que nelas se desenvolvem (79). A importância do tema exige tratamento autónomo a fazer adiante (vd ponto IV.3.3)

Estando no essencial de acordo com Meillassoux e com Terray mais do que com Rey pensamos que

"as formações sociais rurais contemporâneas (...) não são exemplos puros do modo capitalista (...) [mas] uma combinação ou um complexo de relações como resultado de uma certa síntese de modos [de produção]. [Tais formações] representam não sómente transformações do pré-capitalismo para o capitalismo mas uma interacção entre os dois." (80)

Este entrecruzar de influências em que se sucedem acções e reacções (activas ou passivas) deu origem a formações sociais concretas com histórias muito diferenciadas. Em todas elas, no entanto, é evidente o domínio do modo de produção capitalista sobre os modos de produção não-capitalistas. Porém, numas estes são destruídos a uma cadência mais rápida enquanto que noutras esses modos não são "nem tão radicalmente destruídos nem tão sólidamente dominados".

77. Vd *Ibidem*, pg 142/3

78. Vd *Ibidem*, pg 142

79. Vd REY, P.-P. op. cit., pg 70

80. Vd CLIFFE, Lionel 'Rural political economy of Africa' in GUNTING, Peter e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pg 120.

Ora, devido ao modo e ao tempo em que as fronteiras dos países africanos foram traçadas é em África onde é maior a diferença entre fronteiras da formação e fronteiras do país. O resultado é a existência, por vezes, de profundas variações regionais dentro de cada um deles, com regiões onde a destruição dos modos de produção não-capitalistas é maior e com outras onde ela é muito menor --- mas onde está também em curso. Tudo isto pode e deve reflectir-se na interpretação da realidade nacional e na formulação da estratégia de desenvolvimento.

É este "approach" teórico que baseia a interpretação da realidade das formações sociais africanas actuais na articulação complexa de modos de produção (capitalistas e não-capitalistas) que nos parece metodologicamente mais correcto e mais rico nas perspectivas que abre quanto ao conhecimento da realidade e à fundamentação da Política Económica.

De facto, quer as teorias que manifestam forte influência do dualismo quer as que vêm no camponês africano nada mais que um vulgar proletário rural têm tendência a privilegiarem o estudo do fenómeno do desenvolvimento e expansão capitalistas no quadro mundial em detrimento do estudo da história da transição das formações sociais em que os modos de produção não-capitalistas continuam a fazer sentir fortemente os seus efeitos.

Isto é, enquanto os demais "approaches" adoptam um posicionamento que resultava num elevado europeucentrismo das análises das formações sociais africanas, este "approach" permite ultrapassar uma tal visão e estudar não só como é que o modo de produção capitalista procura articular e dominar os modos de produção não-capitalistas mas também como é que estes --- ou melhor, os agentes sociais mais sujeitos à sua influência --- procuram adaptar-se à presença com tendências hegemoneizantes do MPC.

Esta adaptação dialéctica tem passado historicamente por várias formas de reacção/resistência, mais activa nuns casos do que noutros e pela tentativa de absorção das influências do MPC por parte das estruturas económicas, políticas e ideológicas dos modos de produção não-capitalistas (p. ex. monetarização de várias prestações sociais sem o seu desaparecimento <sup>(81)</sup>).

Esta absorção, no entanto e a prazo, não deixará de , numa reacção dialéctica, provocar modificações nas relações sociais do(s) modo(s) de produção não-capitalistas.

Mas se este "approach" permite enfatizar o processo interno de articulação de modos de produção diferentes, reconhecemos que ele, só por si, tem dificuldade em responder à necessidade de uma análise não já somente intra-formações sociais mas também entre formações no quadro alargado das relações (capitalistas) mundiais (82).

Por isso o estudo da dimensão externa de qualquer processo real terá que recorrer também a "approaches" teóricos que melhor permitam perspectivar as relações entre formações sociais. No quadro do nosso estudo esta dimensão externa é analisada tendo por base as concepções que sublinham a dependência dos países subdesenvolvidos face aos países desenvolvidos por via do comércio, das finanças externas e do domínio sobre a tecnologia com consequente dependência política no quadro das geoestratégias determinantes a nível mundial e das manifestações regionais (internacionais) dessas geoestratégias.

---

81. Vd FIALHO Feliciano, José Antropologia económica ..., op. cit.

82. Vd FOSTER-CARTER, Aidan 'The modes of production controversy' in New Left Review, nº107, Jan-Fev/1978, pg 66

IV.2.5 --- *Hyden, o modo de produção Camponês e a independência deste face ao modo de produção capitalista*

Para Hyden (83) o que de mais fundamental há a realçar na África dos nossos dias é que ela é a única região do mundo em relação à qual se pode dizer que os camponeses não se encontram dominados por outra(s) classe(s) social(-is) (84).

Tal deve-se ao facto de, por serem proprietários dos seus meios de produção, os camponeses africanos não dependerem de outras classes (85) nem para a sua produção nem para a sua reprodução. Estas estão, antes, inseridas numa "economia afectiva", extremamente influenciada pelas relações de carácter pessoal, que tipifica o modo de produção camponês.

Reconhecendo que os camponeses estão incorporados na economia mundial e, por isso, estão em interacção com as demais classes sociais até neste contexto, Hyden considera que tal integração é marginal pelo que a sua dependência face a ele também o é. Isto permite-lhes

"terem uma prerrogativa única: poderem escolher a retirada. Eles têm uma verdadeira opção de saída." (86)

Esta deve ser entendida como a possibilidade de retirada completa do mercado e por isso também de qualquer relação com o modo de produção capitalista.

Assim,

"as pessoas têm a opção de ficarem indiferentes às solicitações das classes dirigentes, recusando a confrontação a favor da socialmente mais conveniente retirada." (87)

83. Vê HYDEN, Goran Beyond ujamaa in Tanzania, Heinemann, Londres, 1980

84. Vê *Ibidem*, pg 9

85. Nem do Estado enquanto instrumento do poder destas.

86. Vê *Ibidem*, pg 32

87. Vê *Ibidem*, pg 183

Este comportamento dos camponeses é facilitado ainda pelo facto de, para além de terem o controlo dos meios que asseguram a sua sobrevivência, terem estabelecido uma complexa teia de solidariedades sociais que lhes permitem, mesmo em situação de crise da produção familiar, garantirem o acesso ao mínimo necessário para assegurar a reprodução da família. Daí ser possível, segundo Hyden, dizer que o modo de produção não-capitalista tem por base uma verdadeira "economia afectiva" (economy of affection) (88).

De realçar que, para Hyden, um dos 'efeitos perversos' da acção colonial foi o de que, contrariamente ao que seria o seu objectivo, a importância desta "economia afectiva" viu-se reforçada em várias regiões de África devido às exigências coloniais sobre a sociedade rural --- nomeadamente no sentido de produzirem bens valorizados no mercado internacional. Porém,

"na medida em que estas formas de cooperação [que caracterizam a 'economia afectiva'] não são parte integrante e permanente do sistema de produção, elas têm tendência a ser mais informais e conjunturais que regulares e formalizadas." (89)

Igualmente marcante nas concepções de Hyden é o facto de ele considerar, ao contrário do que sucede com os demais defensores da articulação de modos de produção, que nenhum dos dois modos em confronto na formação social prevalece realmente sobre o outro (90).

Isto traduz-se numa articulação em que a economia de mercado não provoca só por si a destruição do modo não-capitalista de produção e em que este tem capacidade para afectar aquela. Hyden coloca mesmo a questão de se, na medida em que têm sido relativamente infrutíferos os esforços do MPC para dominar o modo de produção não-capitalista, não será possível afirmar que, no fundo, o verdadeiro determinante do processo social --- pelo menos do seu

88. Vd *Ibidem*, pg 18

89. Vd HYDEN, Goran "La crise africaine et la paysannerie non capturée" in *Politique Africaine*, n 18, 1985, pg 108

90. Vd *Ibidem*, *Beyond njamaa...*, op. cit., pg 182

ritmo de transformação das estruturas mas também, em boa parte, do sentido dessas transformações --- não será, afinal, o modo de produção não-capitalista e não o MPC.

Um dos resultados da relativa autonomia dos camponeses em relação às demais classes sociais é o de poderem esquivar-se às exigências das políticas governamentais, nomeadamente as dirigidas à promoção do desenvolvimento do sector agrícola.

Para Hyden, aliás, a evolução pós-independência da maioria dos países africanos tem levado a que aquela autonomia e esta capacidade de fuga tenham indumentar áu emuitasegiõesarginalidade a incorporação do modo de produção não-capitalista no MPC teve um aumento e não uma diminuição desde o fim do período colonial. O resultado de tudo isto é que os governos africanos estão hoje em dia pior armados para influenciarem o desenvolvimento agrícola --- e, com ele, o desenvolvimento em geral --- do que estavam no final da época colonial e do que estão os governos dos países de outras zonas do Terceiro Mundo. Esta é, para Hyden, uma das razões fundamentais da actual crise de produção agrícola na África (91).

Estas concepções partem todas de um ponto comum: o da marginalidade da relação entre ambos os modos de produção.

É para esta marginalidade que vão as nossas principais reticências quanto a estas concepções.

É reconhecido que o período da economia de subsistência mais ou menos auto-suficiente pertence à História, nomeadamente à do período pré-colonial.

A produção camponesa dos nossos dias inclui, em graus diversos, a venda de excedentes de bens alimentares produzidos originalmente para autoconsumo, a produção de bens expressamente cultivados para a troca no mercado --- quer sejam iguais aos consumidos quer sejam só valorizados no mercado nacional ou internacional ---, algum trabalho assalariado e outras formas de obtenção de rendimentos monetários (p. ex. o trabalho artesanal, a prática da

91. Vd Iden, "La crise ...", op. cit., pg 103

feiticiária, etc.). A utilização principal dos recursos assim obtidos é a aquisição de bens de consumo ou de produção e o cumprimento de obrigações fiscais e a participação no circuito de 'trocas sociais' em que as sociedades tradicionais são férteis e que são essenciais à reprodução das famílias (92).

A parte do trabalho da unidade produtiva orientada para esta produção para o mercado é muito variável de unidade para unidade e de região para região quer de cada país quer do continente africano. Porém, não basta afirmar a "marginalidade" destas relações mercantis e, de um modo geral, com o MPC tomando por critério uma ocupação de, por exemplo, cerca de 20% do tempo de trabalho das famílias camponesas (93). Tão ou mais importante quanto esta quantificação é a identificação do tipo de produtos assim obtidos no mercado e da sua importância relativa no quadro geral da produção e da reprodução sociais dos agregados familiares e do próprio modo de produção não-capitalista.

Uma tal análise conduzir-nos-á à conclusão de que ao nível do processo de produção imediata --- sua organização e controlo --- e do produto obtido, os camponeses, por deterem os meios fundamentais para assegurarem a sua sobrevivência, têm uma autonomia face ao sector capitalista que lhes permite, se o desejarem, utilizarem a "opção de saída" que Hyden lhes atribui.

Esta traduz-se no aumento da proporção destinada ao autoconsumo e/ou da produção para circuitos paralelos do mercado como é a candonga ou o contrabando (este nas zonas fronteiriças). Porém, esta 'saída do mercado' traduzida por este desvio da produção para mercados paralelos só aparentemente é que o é de facto sendo, antes, uma reacção, uma procura de alternativas, às condições do mercado interno, condições essas que são influenciadas pela acção do Estado pela via da sua política de preços.

92. Vd RIALBO Feliciano, José Antropología económica ..., op. cit.

93. Vd neste mesmo sentido BERNSTEIN, Henry "African peasantry: a theoretical framework" in Journal of Peasant Studies, vol. 6, nº 4, Jul/1979, pg 426

Se convertermos o processo de produção em 'tempo' da Política Económica poderemos dizer que estamos no domínio do curto/médio prazo. Situação diferente encontraremos no domínio do médio/longo prazo, i.e., no do processo de reprodução.

Sob pressão do contacto com o modo de produção capitalista, parte importante quer dos bens de consumo imediato (sal, sabão, óleos alimentares, etc.) ou duradouro (vestuário, calçado, bicicletas, etc.) quer dos bens necessários à reprodução dos camponeses e do MP não-capitalista no seu conjunto --- instrumentos de trabalho, bens de prestígio, etc. --- deixaram quase por completo de ser produzidos no seio deste. O sector capitalista substituiu-se às produções artesanais e com tal movimento, os camponeses passaram a estar dependentes do MPC para a sua própria reprodução através das necessidades de moeda para aquisição destes bens (94).

Demonstração evidente ---ramática---este acto existência de grandes dificuldades para a sobrevivência das populações em todas as regiões de Africa (Etiópia, Moçambique) em que, por uma razão ou por outra, os circuitos económicos (a circulação) do MPC entraram em ruptura. Esta dependência não se limita pois, como pretende Hyden, aos "bens de conforto" (95), por natureza dispensáveis por um prazo relativamente longo.

Assim sendo, é difícil subscrever a sua tese de uma grande independência do modo de produção não-capitalista face ao modo de produção capitalista, tese essa que o coloca perto das teses duais. A realidade é, antes, a de uma situação complexa em que no curto/médio prazo essa independência é, de facto, importante embora não total mas em que, no médio/longo prazo --- no domínio da reprodução ---, a subordinação do modo não-capitalista ao capitalista é ainda maior do que no curto/médio prazo.

Como bem salienta Hyden, este tipo de articulação limita inevitavelmente a capacidade da política económica determinar o desenvolvimento agrícola e, com ele, o processo global de transformação social. Isto, que é verdade tanto para os processos no quadro do capitalismo como para os que se

94. Crítica semelhante é-lhe dirigida por GESCHIERE, P. "La paysannerie africaine est-elle captive?" in Politique Africaine, nº 14, Jun/64, pg 24 com base no estudo da situação dos Naka do sudeste dos Camarões.

95. Vd HYDEN, G., op. cit., pg 21

desenrolam no quadro da procura da transição para o socialismo, conduz a que uma das preocupações dos agentes da política económica seja a de procurarem, inclusivé por métodos coercivos, subjugarem os camponeses e as suas necessidades de reprodução ao sector 'moderno' --- incluindo o Estado --- da economia ao mesmo tempo que procuram criar uma base económica mais independente desses mesmos camponeses quer através da ênfase no desenvolvimento industrial quer da ênfase na criação de empresas estatais de produção agrícola --- principalmente no caso dos processos de transição para o socialismo, em que estas encontram uma justificação ideológica importante (96).

Há ainda um outro elemento que influencia a decisão dos camponeses se retirarem do mercado. Trata-se da sua capacidade para continuarem a produzir e a vender determinados bens mesmo quando os custos dessa produção, medidos por padrões capitalistas (i.e., com recurso à lei do valor), são superiores aos preços praticados no mercado. Isto significa que a opção de saída de que nos fala Hyden tem tendência a ser tomada sómente a níveis elevados de degradação da relação entre a produção camponesa e a capitalista medida quer pelo nível relativo dos preços quer pela sua efectiva disponibilidade (ou não) no mercado.

Além disso, há que tomar em consideração que o nível absoluto dos preços, o seu nível relativo e a oferta de produtos desejados pelos camponeses são quase integralmente controlados pelo sector capitalista. Assim sendo pode-se dizer que ainda que exista uma "opção de saída" aberta aos camponeses, dado que eles são essencialmente "price-takers" ela, a ser efectivada, será mais por pressão das condições impostas pelo MPC do que devido a um totalmente livre arbítrio do campesinato (97). Isto não contradiz, quanto a nós, a efectiva existência de um certo grau de independência dos camponeses no curto/médio prazo.

96. Vd Idem, Beyond utanaa..., op. cit., pp 200-201

97. Vd no mesmo sentido RAINES, Phillip Mazambique: ...

As concepções que aqui defendemos têm importantes consequências para a Política Económica nomeadamente no que respeita à política de preços a pagar aos produtores agrícolas. Veremos no ponto seguinte algumas dessas consequências mas salientemos desde já que concordamos com Hyden quando considera que, devido à importância que a economia afectiva continua a ter (98),

"ela é uma força social autónoma com a qual é necessário contar. Ela constitui um meio de defesa face a qualquer intervenção externa importante [nomeadamente contra as políticas oficiais - AS] mas serve também de base a qualquer iniciativa produtiva autóctone." (99)

Hyden considera que a contradição existente entre a economia pré-capitalista (100) e o Estado em África tem origem na origem estrangeira deste e sua consequente inadequação inata às condições materiais e sociais existentes naquele continente. Por isso para ele --- e para nós também --- a estratégia a adoptar terá de

"dar uma maior atenção à consolidação das estruturas autóctones que possam ultrapassar a sua origem pré-capitalista e transformarem-se em instrumentos práticos de desenvolvimento." (101)

---

98. Para ele ela é a "força externa mais importante que afecta a família rural em África". Vd Iden, "La crise..." op. cit., pg 109

99. Vd Iden

100. Para ele ela é, até, mais pré-socialista que pré-capitalista. Vd Iden, Beyond Njansa..., pg 182

101. Vd Iden, "La crise...", op. cit., pg 111

IV.3 --- Articulação de modos de produção,  
 classes sociais e Estado.  
 Os camponeses e o Estado

O conhecimento de uma formação social concreta e da sua dinâmica exige não só a análise dos mecanismos da sua reprodução e da acumulação que a permite como também da estrutura social que ela representa: é necessário conhecer quem produz o excedente económico e em benefício de quem e quais os mecanismos privilegiados da transferência do excedente dos produtores directos para os que dele se apropriam. É preciso, enfim, fazer uma análise dos grupos sociais em presença.

No mesmo sentido, a formulação de uma Política Económica deve ter em consideração as estruturas sociais a que se dirige dadas as consequências destas na produção de efeitos por aquela.

O reconhecimento de que as formações sociais africanas se compreendem melhor no quadro de uma articulação de modos de produção leva a que na análise de classes a que há que proceder se preste especial atenção às classes sociais tais como elas se definem na formação social enquanto complexo dominado pelo MPC mas em que há uma forte presença do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s).

Se no período colonial o processo de acumulação esteve organizado de forma a beneficiar em primeiro lugar a burguesia metropolitana e a burguesia mundial, o período pós-colonial vai ser marcado pela tentativa de fixação no país de uma parte crescente do excedente económico até então canalizado para o exterior.

Considerando o papel fundamental que cabe ao [Aparelho de] Estado pós-colonial enquanto instrumento desta re-distribuição do excedente, procuraremos demonstrar que ao nível interno (102) e na falta de uma burguesia

102. Deixamos aqui de lado, propositadamente, a situação internacional em que o país se insere e que, 'maxime' em processos de transição para o socialismo, pode desempenhar, articulada com a situação social interna, o papel fundamental enquanto determinante do processo social. Porém, na medida em que tal situação se articula com o processo interno, poderemos dizer que esta tem uma influência grande sobre aquele.

nacional forte, é a contradição que se gera entre a 'burguesia' de Estado sem base económica própria mas com acesso privilegiado ao controlo do [Aparelho de] Estado e as camadas camponesas que assume o papel de contradição determinante do desenrolar do processo social. É neste sentido que, como vimos atrás, aponta Hyden, p.ex.

Essa contradição passa, tal como passa nos casos em que existem bem demarcadas uma burguesia e um proletariado, pela luta pelo controlo sobre os meios de produção, sobre os mecanismos de criação e afectação de recursos potencialmente acumuláveis e sobre a força de trabalho (103).

#### IV.3.1 --- Os grupos sociais em presença

Recordemos que atrás optámos pela utilização do referencial de WRIGHT para a análise das classes sociais em formações sociais capitalistas. Porém, como ele é construído principalmente a partir da análise da estrutura de classes do capitalismo avançado, o problema fundamental que se coloca é o de saber se ele é útil para a interpretação de formações sociais em que, como a por nós estudada, é ainda muito forte a presença de relações sociais características do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s).

Esta dificuldade é a mesma com que se depara qualquer tentativa de aplicação a tais sociedades do conceito marxista de classe (104).

Embora estejamos conscientes das dificuldades que decorrem da "exportação" de conceitos para que chamou a atenção COPANS (105) e que se

103. Vd WRIGHT, E.O. , op. cit., pp 73

104. Sobre os contornos do conceito de classe, vd a Introdução a esta prova. Sobre o tema agora introduzido e a necessidade de o conceito de classe ser "apropriado na teoria e na prática" pelos africanos --- o que "só pode resultar de um processo de reflexão ligado à prática social das classes exploradas" --- para análise da realidade africana, vd COPANS, Jean "The marxist concept of class: political and theoretical elaboration in the african and africanist context" in ROAPE, Nº 32, Abril/1985, pp 37. Para o autor, tal como para nós próprias, isto só é possível no quadro de uma "experiência democrática de debate político e de reflexão teórica" [sublinhado nesse - A.S.].

105. Vd *Ibidem*

prendem com aquela presença de elementos característicos de modos de produção não-capitalistas --- nomeadamente dos elementos que presidem à estratificação social no seio desses modos e à atitude perante a produção por parte dos seus membros --- acreditamos que o conceito de classe tal como por nós definido é útil para a análise daqueles processos sociais se tivermos em consideração que a dinâmica social determinante é a que resulta da crescente implantação do MPC e que tal conceito é, pois, utilizado no quadro de formações sociais em que domina o MPC --- e, com ele, a exploração capitalista tal como identificada por WRIGHT --- e não no quadro exclusivo do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s), onde a sua aplicação poderá ser considerada mais problemática (106) devido à dificuldade em identificar os mecanismos de exploração que neles estão presentes.

Sendo o modo de produção capitalista o modo determinante do processo social, é na sua articulação com o capital que é necessário definir os grupos sociais das formações em análise.

Daqui resulta que as classes sociais características do capitalismo --- burguesia e proletariado (107) --- sejam identificáveis com relativa facilidade. Porém, o facto de se tratar de economias industrialmente pouco desenvolvidas e dependentes, onde a presença de elementos de modos de produção não-capitalistas é ainda forte, torna-as quantitativamente pouco numerosas e estruturalmente diferentes das das formações sociais capitalistas mais industrializadas.

Assim, a burguesia por situação de classe (108) tem muitas vezes uma forte componente de elementos estrangeiros (residentes ou não) e aquela que é nacional tem uma base económica fundamentalmente mercantil.

106. Note-se que autores como Rey, Meillassoux, Terray e outros aplicam o conceito de classe social no âmbito dos modos não-capitalistas, identificando pelo menos a classe dos (estatutariamente) velhos e as dos jovens e das mulheres.

107. Vd o que ficou dito na Introdução da Parte A e que tem por base as concepções de WRIGHT.

108. Vd AKE, Claude Revolutionary pressures in Africa, Sed Press, Londres, 1978, pg 62.

Quanto ao proletariado, só uma escassa minoria está envolvida numa relação salarial completa que a torna, quanto à sua reprodução, totalmente dependente do MPC. A esmagadora maioria, porém encontra-se numa situação que se prende directamente com a característica 'de transição' que a formação social apresenta:

- i) o seu salário é insuficiente para dependerem dele em exclusivo;
- ii) em parte por i) mas também devido ao carácter sazonal de parte do trabalho assalariado (nomeadamente o agrícola), a sua situação enquanto assalariado não é, muitas vezes permanente; e
- iii) as suas ligações às estruturas sociais e ideológicas do modo de produção não-capitalista são ainda e na maioria das vezes importantes.

A complexidade desta situação dá razão a Balandier quando diz que na África Negra as classes sociais têm um "aspecto inacabado" (109). Este é o fruto de a grande diferenciação entre classes se dar em relação ao capital e, portanto, naquela zona de articulação entre os modos de produção capitalista e não-capitalista.

Ora, tal como salienta BERTRAND,

"o aparelho de Estado é (...) a superestrutura política essencial da articulação entre o modo de produção de linhagem e o modo de produção capitalista dominante." (110)

Por isso, a diferenciação social mais importante é a que se verifica entre os principais produtores directos daquela zona de articulação, os camponeses, e aqueles que, controlando aquele Aparelho de Estado, o utilizam como instrumento de extração de excedente produzido por eles (111).

109. Vd BALANDIER, Georges Sens et puissance, (2ª ed.), PUF, Paris, 1981, pg 270

110. Vd BERTRAND, Hughes Le Congo: formation sociale et mode de développement économique, Maspéro, Paris, 1975, pg 50

111. Vd WILLIAMS, Gavin "Taking the part of peasants: (...)" in GUTKIND, P. e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Beverly Hills/CA/USA e Londres, 1975, pg 139. No mesmo sentido aponta COPANS ao referir que "a chave para compreender as funções e formas das classes dominantes é o Estado". Vd COPANS, J. "The Marxist...", op. cit., pg 35.

O Estado, porém, não é uma realidade mítica, separado das classes, acima delas. Desde Engels que sabemos que ele é um instrumento da luta de classes (112). Por isso estamos de acordo com SHIVJI quando ele pretende que

"separar a questão do poder estatal do da luta de classes é enganador." (113)

Qualquer análise de uma formação social concreta deve, or isso, passar também pela análise de classe do (Aparelho de) Estado --- daquilo que nós designamos por "complexo político-económico" --- e, nomeadamente, da sua camada dirigente.

Os seus membros abrangem os que ocupam vários níveis de direcção e incluem parte importante da burocracia estatal e partidária intermédia (funcionários superiores dos níveis central e local, oficialidade das Forças Armadas e corpos similares, administradores de empresas estatais, etc.). Este grupo constitui uma 'classe burocrática de Estado', "burguesia de Estado" (como a designa BETTELHEIM (114)) ou "'burguesia' de Estado" como nós preferimos (115).

Estas designações precisam de explicações complementares à luz do conceito de classe que utilizamos.

De facto, este grupo social não é nem "classe" nem "burguesia", sendo antes um grupo que ocupa, no quadro do modo de produção capitalista, um lugar contraditório no seio das relações de classe (116) --- enquanto que nas sociedades onde domina o modo de produção estatista ele tende a constituir-se como uma das classes básicas. Porém, como então salientámos, esta fracção tende a adoptar "posições burguesas" mais do que "posições proletárias".

112. Vd ENGELS, Friedrich A origem da família, da propriedade e do Estado, Presença, Lisboa, sd

113. Vd SHIVJI, Issa Class struggles in Tanzania, Heineman, Londres, 1975, pg 8

114. Vd BETTELHEIM, Charles As lutas de classes na URSS -- 19 período: 1917-1923, Publicações Europa-América, si, 1976, pg 37. Sobre estas designações e outras bem como sobre a sua análise crítica vd também BAYART, Jean-François L'état en Afrique, Fayard, Paris, 1989, pg 99.

115. Vd Introdução.

116. Vd WRIGHT, E.O. Classes, op.cit., quadro 3.4, pg 89.

Por estas razões e também pelo facto, salientado adiante, de que se trata de uma "classe em constituição" é que não estamos, verdadeiramente, nem perante uma classe nem perante uma burguesia. No entanto, à falta de expressões igualmente sintéticas e com a força descritiva que estas têm, preferimos mantê-las com a ressalva de as utilizarmos entre comas --- 'classe' e 'burguesia'. Neste último caso a utilização do termo é especialmente compreensível perante o facto salientado de a posição adoptada por esta fracção ser tendencialmente a mesma da burguesia.

O traço de união entre os grupos sociais que constituem a 'burguesia' de Estado é o serem

"os agentes da reprodução social que não os produtores imediatos que, devido ao sistema de relações sociais existentes e das práticas sociais dominantes, tem a disposição efectiva dos meios de produção e dos produtos que pertencem formalmente ao Estado." (117)

Não tendo uma base económica própria, estes "exploradores por situação de classe" (118) estão numa posição em que o seu lugar relativo no processo real de transformação social depende da forma como evolui a luta de classes. É esta, da qual eles são interventores activos, que permite ou impede que eles ocupem certas posições no aparelho de estado e influenciem as políticas por ele adoptadas e a sua implementação (119).

A análise do "lugar de classe" dos camponeses é tarefa bem mais difícil. Por um lado, devido ao facto de ser nesse grupo que mais se fazem sentir os efeitos estruturantes do modo de produção não capitalista e, por outro, porque no seu seio existe uma (por vezes forte) diferenciação social que para muitos autores (120) torna sem sentido prático o esforço de

117. Vd *Ibidem*

118. Vd AXE, C., *op. cit.*, pg 62

119. Vd BETTELHEIM, C. *op. cit.*, pg 8

120. Vd HILL, Polly *op. cit.*

determinação de tal lugar quando dirigido ao grupo dos camponeses no seu conjunto. Razão suplementar para esta dificuldade é o facto, já assinalado atrás, de as classes sociais terem em África um "aspecto inacabado", em que "a ruptura com as condições originais de reprodução nunca está completa" (121).

Por isso, qualquer divisão da sociedade em classes tem um aspecto precário, com grandes zonas de fronteira entre os vários grupos sociais devido, por exemplo, ao facto de muitos agentes sociais se encontrarem em várias posições simultaneamente (camponeses mas também, pelo menos sazonalmente, quantas vezes proletários rurais, p. ex.). Relacionado com este aspecto, existe uma grande flutuação da pertença de classe dos membros da sociedade.

Porém, na medida em que reconhecemos uma certa unidade de interesses entre a esmagadora maioria dos camponeses face ao capital e ao Estado e em que uns e outro são os principais agentes da luta (articulação) entre o modo de produção capitalista e o modo não-capitalista, parece-nos possível e com interesse procurar estabelecer aquele lugar.

A determinação deste, a ser feita de acordo com os princípios enunciados atrás, levanta, tendo em conta as dificuldades expostas, uma questão suplementar: a de saber se essa posição coincide com alguma das já identificadas ou se corresponde a um outro lugar não identificado até agora por o esforço de WRIGHT se dirigir em exclusivo às sociedades de capitalismo avançado.

Esta questão põe-se mais claramente face à identificação da existência de uma pequena burguesia (tradicional). Isto é, assim como aceitámos as designações de burguesia e de proletariado para identificar duas classes sociais das sociedades periféricas --- e isto apesar de reconhecermos a existência de diferenças importantes entre a sua caracterização e a das correspondentes classes nas sociedades céntricas ---, poderemos considerar que os camponeses são enquadráveis, ainda que com adaptações na caracterização, desta, na pequena burguesia? Uma resposta a esta questão depende do nosso entendimento sobre a 'pequena produção mercantil'.

-----  
121. Vd COPANS, J. op. cit., pg 34

Esta é, para nós, uma forma --- e não um modo --- de produção cuja característica fundamental lhe advem da sua qualificação de mercantil: nas unidades de produção nela enquadráveis o que predomina é uma acção virada fundamentalmente para a participação no mercado através da produção (e/ou circulação) de bens que o são em função do seu valor de troca, em função do facto de serem mercadorias.

Isto significa que, ainda que ela não corresponda por completo às características fundamentais do MPC, só faz verdadeiramente sentido no quadro de formações sociais em que a dominância deste é esmagadora e em que as manifestações de modos de produção não-capitalistas são reduzidas (122).

Ora, só uma análise concreta de cada formação social permite saber se os camponeses, enquanto grupo social tomado no seu conjunto, são enquadráveis na definição apresentada de 'pequena produção mercantil' e de pequena burguesia.

A enorme diversidade de situações que se podem encontrar em África, não só entre grandes regiões (123) mas também dentro das fronteiras de cada país, impossibilitam a apresentação de uma resposta válida para todo o continente.

Creemos, porém, na sequência da análise da realidade africana em termos de articulação de modos de produção, que os camponeses africanos não são, na sua esmagadora maioria, enquadráveis naqueles conceitos. Razões principais para isso são, por um lado, o facto de a maioria do seu tempo de trabalho não ser orientada para a produção de valores de troca, de mercadorias para o mercado (124) mas sim para a produção de valores de uso e, por outro, o de nela não se tomar em consideração os elementos superestruturais que caracterizam o(s) modo de produção não-capitalista(s) que são tão influentes no comportamento, incluindo na produção, dos camponeses africanos (125).

122. Reduzindo-se, para aqueles que a vêem como uma herança do MPPeodal, à própria 'pequena produção mercantil'.

123. A África Ocidental é tida geralmente como estando mais inserida no sistema capitalista do que as restantes regiões do continente.

124. O qual aparece normalmente com uma feição perfeitamente residual, ainda que importante, nas preocupações dos camponeses.

125. Para uma ilustração destas influências ver, para o caso de Moçambique, FIALMO Feliciano, José op. cit.

Assim sendo, o "lugar de classe" dos camponeses africanos situa-se tendencialmente à margem do esquema de WRIGHT adoptado anteriormente, não correspondendo tão-pouco a nenhuma "localização contraditória" no seio da sociedade capitalista (126). Ele deve, pois, ser entendido como pertencendo àquela zona de articulação entre modos de produção e não como pertencendo exclusivamente a um ou a outro dos modos articulados.

Isto não impede que uma análise que tenha em consideração a diferenciação social intra-campesinato conclua, nomeadamente, pela existência de camadas cujos contornos nos permitam, mesmo que com adaptações --- como fizemos para as outras classes ---, classificá-los como pertencentes à pequena burguesia.

É a luta entre camponeses e membros da 'classe' burocrática de Estado que constitui a verdadeira face de uma outra luta que é enfatizada por certos autores (127): a que se estabelece entre campo e cidade.

Esta ênfase tem o risco de confundir numa amálgama relativamente indiferenciada sectores sociais, quer no campo quer na cidade, que são de facto diferenciáveis: como misturar no mesmo conjunto --- a 'cidade' --- sectores tão diferentes como os membros do sector informal urbano e a "'classe' de estado" já identificada?

Isto não invalida que se reconheça que em relação a determinados aspectos da vida socio-económica (ex: os preços dos bens alimentares e, de uma forma genérica, os termos de troca internos) haja uma oposição de interesses entre cidadãos e camponeses. Trata-se, porém de contradições que, ainda que importantes, são secundárias face àquela contradição principal.

126. Vd WRIGHT, K.O. Classes, op.cit., quadro 3.2, pg 83.

127. Vd, p.ex., LIPPON, Michael Why poor people stay poor, Harvard U.P., Cambridge/MA/USA, 1977

Por outro lado, o facto de se atribuir à relação contraditória entre camponeses e membros da 'burguesia' de Estado o papel fundamental da luta de classes no seio da sociedade não significa que não se reconheça a existência, no seio do campesinato --- essa massa até aqui subentendida como uniforme ---, diferenças sociais por vezes importantes.

Estas, no entanto, geram sómente lutas sociais que assumem um papel secundário na luta social determinante da evolução do processo social a nível nacional --- o que não impede que elas surjam por vezes, como aspectos principais da luta de classes ao nível local ou regional.

A tal estratificação social intra-campesinato não são estranhos critérios próprios aos modos de produção não-capitalistas mas a verdade é que ela é o produto, principalmente, das suas relações, no quadro da articulação de modos de produção, com o capital e com o Estado:

"as relações com forças exteriores, o capital ou o Estado, (...) são, elas próprias, fonte de diferenciação e de formação de classes. [Assim, p. ex.] os camponeses ricos têm um acesso especial quer à burocracia estatal quer ao capital mercantil através dos quais exercem o seu controlo económico e político sobre as suas comunidades." (128)

Mas se elas são fonte de diferenciação entre os camponeses, a verdade é que nas relações com o capital e o Estado os camponeses surgem unidos em relação a aspectos tão importantes como, por exemplo, o da fixação de preços mais elevados para os produtos agrícolas e o da melhoria dos serviços públicos nas e para as zonas rurais (129).

Ainda mais importante do que estes, outro factor de unidade entre os camponeses contra o capital e o Estado --- pelo menos ao nível nacional, --- é o facto de que ao longo do tempo sempre

128. Vd BERGMAN, Bjorn "Peasants, capital and State" in ROSEPE, nº 10, Set-Dez/1977, (Editorial), pg 1.

129. Vd Ibidem

"os camponeses lutaram para manterem o seu acesso a e o controlo sobre os seus próprios recursos. Recusaram-se obstinadamente a abdicar da sua limitada autonomia aos planos para uma sociedade futura imaginada pelos seus superiores." (130)

É, portanto, esta luta pela manutenção da maior autonomia possível que há que salientar no comportamento do campesinato face às demais forças sociais.

#### IV.3.2 --- O Estado no eixo das relações de classe

Uma análise do processo histórico que nas sociedades da Europa Ocidental levou ao aparecimento do Estado levou Engels a concluir que ele é um produto inevitável das sociedades de classes (131).

Nascido da necessidade de um poder colocado aparentemente acima da sociedade e que regulasse os antagonismos irreconciliáveis existentes entre as classes sociais em presença, ele

"é, regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante (...) que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante." (132)

Nas formações sociais africanas pré-coloniais é possível identificar exemplos de algumas em que a forma de organização e funcionamento, porque dotado de alguma centralização do poder, tem alguma semelhança com aquilo que

---

130. Vd WILLIAMS, G., op. cit., pg 139

131. Vd ENGELS, F. op. cit., pg 225

132. Vd Ibidem, pg 228

designamos por Estado ou, melhor, por Aparelho de Estado nas formações sociais europeias. Porém a maioria não conheceu uma forma de organização social que se lhe equipare.

Assim, ao contrário do que sucedera com as sociedades europeias, por ex., o que há a realçar na história recente das formações sociais africanas é a imposição, de fora para dentro, de um Aparelho de Estado estruturado segundo os parâmetros das formações capitalistas que dominaram politicamente a África a partir dos finais do século passado (133).

Talvez ainda mais do que nas sociedades ocidentais, o Estado, criação exógena, assume-se aqui como emanção das classes económica e politicamente dominantes. O objectivo é a sua utilização como instrumento na luta pela incorporação no mercado capitalista das formas não-capitalistas de produção (134).

A fraqueza dos capitais disponíveis para tal empreendimento e a resistência dos modos de produção não-capitalistas à sua desestruturação pelo modo de produção capitalista são os principais responsáveis pela valorização do papel do Estado em tais sociedades: a ele coube a implementação das medidas coercivas (trabalho e culturas forçadas, cobrança de impostos, etc.) ou não que se mostraram necessárias à luta pela subjugação dos modos de produção não-capitalistas.

Consequência disto é que, ao contrário do que sucedeu nas formações sociais ocidentais, na maioria das formações da África Negra o Estado tornou-se o instrumento privilegiado da instalação e expansão das relações sociais de exploração características do modo de produção capitalista (135) e, através delas, autêntico instrumento da criação de classes definidas em relação ao capital.

---

133. Vd, no mesmo sentido, HYDEN, Geran "La crise..." op. cit., pg 111.

134. Vd VERGOPoulos, Kostas "L' État dans le capitalisme périphérique" in *Révue Tiers-Monde*, t. XIII, nº 93, Jan-Mar/1993, pg 35/6

135. Vd SHEVJI, I. op. cit., pg 31

À independência política correspondeu uma mudança do grupo dirigente e a tentativa de mudança da classe política e economicamente dominante ou, pelo menos, a modificação do padrão colonial de repartição do excedente económico. Nesta desempenha um papel extremamente importante o acesso aos recursos do Estado tornado possível pela independência (136).

A fraqueza das classes possidentes internas --- fruto do pequeno volume de capital que lhes foi possível e/ou permitido acumular ao longo do período colonial --- e a fragilidade da estrutura social transformaram o Estado pós-colonial num instrumento privilegiado de regulação social tal como o tinha sido no período colonial.

Esta importância será tanto maior quanto mais defensora da intervenção estatal na regulação social --- designadamente na economia --- se mostrar a ideologia do grupo dirigente o qual, pelo menos no período imediato à Independência, não sai, normalmente, da classe economicamente dominante. De facto, esta continuará a ser constituída, por vezes durante um largo período de tempo, pela burguesia estrangeira (da ex-metrópole colonial ou não, residente ou não) (137).

Ora a relativa autonomia de que beneficia aquele grupo dirigente devido ao seu controlo sobre o Estado permite-lhe utilizar este como fonte de constituição da base económica que normalmente não adquiriu durante o período colonial devido à política então prosseguida.

Quanto menor fôr essa base económica e mais frontalmente se pretender atacar e substituir a classe dominante estrangeira, mais intensa tenderá a ser a utilização do Aparelho de Estado como instrumento de uma acumulação agora sob o controlo do novo grupo dirigente e que passará a constituir a fonte principal do seu poder social (138).

A relação entre poder (de Estado) e acumulação é, pois, muito íntima e dialéctica e tanto poderemos assistir a um contínuo reforço do poder do grupo dominante mediatizado pelo controlo do Estado como a um processo em

136. Vd BAYART, Jean-François *L'État en Afrique*, op. cit., pg 103.

137. Vd LEYS, C. "The 'overdeveloped' post-colonial State: a re-evaluation" in *ROAPE*, nº 5, Jan-Abr/1976, pg 49

138. Vd BAYART, J.-F. op. cit., pg 119

que, nomeadamente depois de uma primeira fase em que se verifica a "ocupação de cargos políticos ou administrativos [como] o meio mais frutuoso de assegurar a obtenção de recursos públicos para uso privado" (139), a apropriação do excedente passa a ser principalmente feita de uma forma directa por uma 'burguesia de negócios' (para a distinguir da 'burguesia' burocrática).

Mas,

"quanto maior fôr o volume total do excedente económico que o Estado apropria directamente, mais provável é que ele seja (...) envolvido na luta de classes." (140)

É, portanto, em relação ao seu papel nesta luta que o Estado --- ou antes os grupos sociais que controlam a sua actividade --- tem de ser analisado.

A constituição de uma base económica propriedade do Estado coloca o grupo dirigente deste numa posição privilegiada para se transformar gradualmente numa classe autónoma, com interesses próprios a defender e que a fazem não cometer, enquanto grupo social, o suicídio de classe de que falava Amílcar Cabral. Por exemplo, sendo a acumulação estatal (quer enquanto stock quer enquanto fluxo) condição da sua existência e da sua reprodução, é do seu interesse objectivo alargar essa acumulação. Será a luta de classes em que ela passa a ser um dos intervenientes --- a par, entre outros, do campesinato e da burguesia estrangeira --- que determinará o nível dessa acumulação, o ponto de equilíbrio (dinâmico) da repartição do excedente económico.

Na medida em que o campesinato constitui a principal classe dos produtores directos, a acumulação (estatal) dificilmente poderá prescindir da sua contribuição (141). Assim, a luta entre a 'burguesia' de Estado e o cam-

139. Vd BECKMAN, B. "The post-colonial state: crisis and reconstruction" in IDS Bulletin, vol 19, nº 4, 1988, pg 28

140. Vd Ibiden, pg 42

141. COPANS defendeu recentemente que a acumulação deve ser feita essencialmente fora da agricultura --- pressupõe-se que devido ao nível limitado dos excedentes desta e da dificuldade em extrai-los aos camponeses --- que, ex parte, estará a ser feito através dos esquemas de ajuda e assistência internacional. Vd COPANS, Jean "Une crise conceptuelle opportune" in Politique Africaine, 26.

pesinato vai ser em torno da definição do montante dessa contribuição e da utilização a fazer dos recursos obtidos. Enquanto a 'classe' de Estado tentará alargar a parcela extraída aos camponeses mediante um crescente controlo do processo de produção e de circulação, os camponeses procurarão reservar para si o máximo de excedente (142) que produzem mantendo sob o seu controlo aquele processo conjunto.

No mesmo sentido, enquanto a 'classe' de Estado procurará utilizar em seu benefício a fonte do seu poder social e da sua reprodução --- a acumulação estatal e o consumo corrente do Estado ---, os camponeses procurarão que estes recursos revertam a seu favor mediante uma melhoria das suas condições de vida: abastecimento em bens produtivos ou de consumo, desenvolvimento da assistência à saúde e da educação, etc.

A luta de classes que se desenrola em torno destas questões reflectir-se-á na própria estrutura do (Aparelho de) Estado quanto mais não seja devido aos esforços do grupo dominante em institucionalizar mecanismos que lhe permitam alargar o seu nível de controlo sobre os grupos dominados, rurais ou urbanos, e à conseqüente reacção destes para diminuir tal controlo (143).

O alargamento do sector produtivo do Estado permite, por outro lado, a redução da dependência daquela 'classe' de Estado em relação à acumulação com origem na produção de um campesinato que dispõe ainda de um apreciável grau de autonomia.

---

Junº, 1987, pg 8.

142. Em média relativamente reduzida ao nível de cada unidade de produção familiar.

143. Vd BECKMAN, Bjorn op. cit., pg 32

Quanto ficou dito neste ponto permite-nos compreender qual o papel do Estado pós-colonial na transformação das estruturas sociais na África contemporânea. Porém, esse papel não nasce no dia da independência e desligado do processo social que decorreu até esse momento. Torna-se, pois, necessário, como salienta Bayart.

"saber de maneira mais precisa quais são as origens dos grupos dominantes no seio do Estado pós-colonial e qual foi o seu percurso histórico." (144)

Ora, como ele demonstra, a realidade actual é a da existência de uma forte interpenetração entre os grupos dominantes na sociedade pós-colonial e os que já o eram no seio da sociedade colonial e pré-colonial dando origem a uma situação actual em que

"as linhas antigas de desigualdade são susceptíveis de se enxertarem ["de sereffer"] os procedimentos contemporâneos e acumulação e de os reforçar." (145)

Dimensão extremamente interessante e importante da análise social em África desde há já alguns anos, neste trabalho não nos é possível introduzi-la por falta de informação no que concerne a Moçambique. Há, no entanto, quer ao nível nacional (p.ex. a origem social de alguns dos líderes do país desde E. Mondlane ao próprio S. Machel) quer ao nível regional e local (vd. os trabalhos de GEFFRAY sobre o processo de aldealização na região do Erati), alguns indicadores evidentes de que também aqui se verifica aquela "enxertia". Os reflexos desta problemática na realidade social serão, no entanto, diferentes ao longo do tempo e consoante o nível (nacional, regional ou local) da análise. Esta é, no entanto, apenas uma hipótese que ficará por demonstrar.

144. Vd BAYART, J.-P. op. cit., pg 153

145. Vd Ibidem

#### IV.3.3 - A diferenciação social no seio do campesinato

Se o critério fundamental da divisão da sociedade em classes é a posição de cada grupo social quanto à posse e ao controlo dos meios de produção, i. e., é o critério das relações sociais de produção que se estabelecem, já quanto à eventual existência de diferenciações intra-classistas os critérios terão de ser outros.

Parte da que é detectável entre os camponeses da África Negra passa por uma diferença de estatuto social no quadro da organização social de raiz não-capitalista. Sobrepondo-se a esta e no quadro das relações com o capital e com o Estado, existe uma diferenciação que passa por níveis diferentes de riqueza (stock) e de rendimento (fluxo), tudo em relação com um diferente nível de participação no mercado capitalista.

Esta identificação de vários grupos sociais com alguma diferenciação entre si no seio do grupo alargado dos camponeses é recheada de dificuldades, em particular devido ao baixo nível geral dos rendimentos e aos critérios diferenciados de determinação da riqueza próprios das sociedades com fortes influências pré-coloniais. Ela é, no entanto, importante porque, ao sublinhar a existência de vários gradientes na participação no mercado capitalista --- p. ex. desde o cultivador quase de subsistência até ao camponês próximo do agricultor capitalista passando por várias graduações intermédias ---, ajuda, por um lado, a seleccionar os instrumentos de Política Económica a utilizar em função da sua eficácia potencial face às diferentes condições de inserção no mercado e, por outro, a compreender algumas das consequências sociais das medidas tomadas.

Uma das fontes de dificuldades no rigor da diferenciação social está na utilização da riqueza como critério. De facto há que ter em atenção que os elementos que constituem este 'stock' não são necessariamente iguais na organização social de base não-capitalista e na de base capitalista. Além disso, há que tomar em consideração que é possível que 'stocks' de riqueza considerados como produtivos na perspectiva capitalista possam ser encarados como improdutivos na óptica não-capitalista. O gado é um exemplo já que em muitas

das sociedades africanas é impensável a utilização do gado a não ser como 'stock' de riqueza a utilizar apenas em tempos de crise alimentar que ponha em causa a reprodução familiar.

Outra fonte de dificuldade no estabelecimento das fronteiras da diferença social é o facto de os níveis de produtividade e de rendimento serem, em geral, relativamente baixos. Assim, as diferenças detectáveis, quando existem, nunca são muito grandes, facilitando muito a mobilidade entre os grupos identificáveis. Uma má colheita ou a morte de um membro activo da família podem ser acidentes da história da comunidade familiar que alteram, temporária ou definitivamente, a sua posição relativa no contexto social.

Por outro lado, parte importante dos camponeses envolvem-se habitualmente em actividades não agrícolas ou, até, em trabalho agrícola assalariado.

Este facto, que torna ainda mais difícil uma definição precisa do carácter de classe dos camponeses envolvidos nessas actividades, pode constituir, além disso, uma fonte importante de diferenciação social entre eles.

Este último aspecto torna-se mais importante porque, devido à reduzida produtividade da generalidade da agricultura camponesa, a acumulação necessária à melhoria das forças produtivas da unidade doméstica tem a sua origem, muitas vezes, em rendimentos obtidos fora da agricultura familiar --- trabalho assalariado, trabalho artesanal, rendimentos de actividades como a feitiçaria, etc.

Ora, a par da participação no mercado capitalista e em relação com ela, é esta acumulação consubstanciada em meios de produção mais produtivos que está na base da diferenciação entre camponeses. De facto, é ela que vai permitir a alguns deles modificarem

"o lugar que ocupam [no] sistema historicamente determinado de produção social (...), o seu papel na organização social do trabalho (...) [e] os modos de obtenção e (...) importância da parte das riquezas de que dispõem." (146)

146. Vá LENINKE "Une grande initiative" in *Oeuvres*, t. 29, pp 425

Gera-se assim uma diferenciação social entre camponeses que tem levado a maior parte dos autores marxistas a, na senda do próprio Marx e de Lênine, p.ex., estabelecerem uma sua divisão em pobres, médios e ricos (147).

No grupo dos camponeses pobres incluem-se aqueles que embora tenham acesso à terra não conseguem ou conseguem dificilmente assegurar de forma satisfatória a subsistência e a reprodução da unidade familiar. Isto pode-se dever a variadíssimos factores: reduzida relação 'capacidade produtiva/ /número de consumidores', condições ecológicas e/ou agronómicas desfavoráveis, dificuldade de acesso a fontes alternativas de rendimento.

O nível limitado das suas disponibilidades financeiras e a sua utilização privilegiada no consumo corrente fazem com que as relações deste grupo com o mercado sejam senão marginais pelo menos feitas primordialmente numa perspectiva de consumidor. É o grupo social mais perto da agricultura de subsistência e do circuito M-D-M e para quem qualquer acumulação é extremamente problemática.

Neste grupo encontra-se uma proporção importante de indivíduos isolados e, por isso, com pouca força de trabalho disponível: viúvos(-as), solteiros(-as), casais jovens e famílias que, designadamente devido a catástrofes ecológicas, viram reduzidas substancialmente as suas condições de produção e de reprodução.

Os homens (principalmente eles mas cada vez mais as mulheres também) deste grupo constituem uma parte do 'exército de reserva' de mão-de-obra potencialmente disponível para o trabalho assalariado quer em empresas capitalistas (agrícolas ou não) quer junto de outros camponeses --- médios, por vezes, mas principalmente ricos --- que necessitem, temporária ou permanentemente, de mão-de-obra extra-familiar para assegurar a sua actividade económica.

Minoritário no panorama social do campo, este grupo é suplantado pelo em geral largamente maioritário grupo dos camponeses médios.

147. Vd BRYTELBEIN, C. As lutas de classes na URSS -- 2º período: 1923-1930, Publicações Europa-América, sl, pg 65/6 e também SHEVCI, I., op. cit., pg 53.

Estes dispõem de recursos que lhes permitem, de uma forma relativamente regular, assegurar a sobrevivência imediata e a reprodução familiar. Estas incluem o consumo de bens que só o mercado capitalista lhes pode fornecer. Assim, estes camponeses não dispensam a sua participação no mercado enquanto produtores a fim de poderem ter acesso, com regularidade, àqueles bens.

Por isso eles mantêm regularmente, a par da sua produção de subsistência, uma produção explicitamente orientada para a venda no mercado: a cultura excedentária de bens alimentares e/ou a cultura de produtos só valorizados no mercado capitalista (p. ex. o algodão). Para além desta fonte de rendimento monetário é comum, principalmente entre os homens, o desempenho de actividades como o trabalho assalariado e o artesanato.

Utilizam normalmente --- mas em proporções que variam em função, p. ex., da existência ou não de gado --- instrumentos de trabalho rudimentares como a enxada, a catana e o sacho. Porém, uma parte variável deles possui ou toma de aluguer instrumentos de trabalho mais produtivos como a charrua de tracção animal e, até, o tractor. Alguns, quer para se fazerem substituir nos trabalhos agrícolas enquanto estão ausentes como migrantes quer para complementarem a força de trabalho familiar em épocas de maior necessidade de mão-de-obra, recorrem ao assalariamento (quase sempre) temporário de outros camponeses.

Traço de união entre os vários gradientes de articulação destes camponeses médios com o mercado (e o MPC) é o facto de, por regra, se tratar de casos em que os camponeses conseguem assegurar a maioria das suas necessidades de subsistência e reprodução e até, em relação aos mais desafogados, uma acumulação com alargamento das capacidades produtivas. De qualquer forma a limitada dimensão dos meios de produção sob seu controlo não lhes permite utilizá-los como forma de uma qualquer apropriação sistemática e significativa de um excedente económico criado por outra classe ou grupo social.

Este já não é o caso dos camponeses ricos, normalmente minoritários no espectro social. Estes, em geral, possuem um volume de meios de produção por vezes com alguma importância, o mesmo se passando em relação ao capital mercantil. Esta posição privilegiada permite-lhes, quer por utilização cor-

recta desses recursos quer pelo aluguer de meios de produção a outros camponeses, apropriar-se de parte do excedente económico produzido pelas outras camadas do campesinato.

Ao contrário do que se passa com os camponeses médios --- cujo objectivo fundamental na produção é o de assegurar a subsistência imediata e a reprodução do agregado familiar ---, os camponeses ricos apresentam um comportamento que os coloca na proximidade do empresário capitalista que procura o lucro e a expansão da sua actividade económica. Por isso estão mais inseridos no e mais directamente interessados no funcionamento do mercado capitalista do que os camponeses médios sendo, por isso, de esperar que seja maior a sua sensibilidade aos instrumentos de Política Económica que mais interferem com o funcionamento deste mercado como são, por exemplo, as políticas de preços e de crédito.

Recorde-se aqui, porém, algo que já foi salientado: é que o nível normalmente baixo de produção e de produtividade a que quase todos os camponeses (sejam pobres, médios ou ricos) operam faz com que as fronteiras entre os grupos não sejam muito rígidas e nítidas e, por outro lado, ue a mobilidade vertical entre os vários níveis seja relativamente fácil e, por isso, algo vulgar.

#### IV.4 - Os camponeses e a sua sensibilidade aos preços

Questão fundamental a salientar é que a utilização dos preços ao produtor como instrumento para obter um aumento da produção comercializada pelos camponeses pressupõe uma elevada importância do funcionamento do mercado capitalista para a economia camponesa.

Sendo conhecida a enorme diversidade de situações em África --- nomeadamente quanto ao grau de transformação dos modos de produção não-capitalistas pelo MPC --- torna-se difícil fazer qualquer generalização quanto ao grau e ao tipo de influência dos preços no comportamento dos camponeses em relação à produção e à venda para o mercado (<sup>148</sup>). Daí que seja

possível identificar várias regiões e estratos populacionais camponeses com comportamentos variados pelo que só uma análise concreta permitirá obter, região por região de cada país, uma imagem próxima da realidade.

Face aos resultados do estudo de várias situações concretas é possível, porém, afirmar que, de uma forma quase generalizada, aos camponeses não é indiferente a evolução dos preços dos produtos agrícolas (149).

Esta constatação não deve, no entanto, ofuscar essa outra de que o comportamento dos camponeses africanos nos domínios da produção e da comercialização é influenciado por um conjunto de outros factores e não apenas pelos preços. Estes factores, muitos deles de uma natureza que poderemos designar de socio-cultural, vão desde os hábitos alimentares e a composição da família à disponibilidade de terra e de produtos de consumo e de produção para adquirir no mercado até às relações sociais características do modo de produção não-capitalista (150).

Face a uma situação das unidades familiares caracterizada normalmente por um nível baixo de produtividade e de satisfação das necessidades de consumo, assume especial relevância a procura da segurança alimentar da família.

Esta procura impõe as suas regras sobre o tipo de culturas a efectuar (alimentares e de rendimento) e a proporção entre elas medida normalmente pelas áreas que lhes são destinadas e pelo produto a que dão lugar. De facto, a família camponesa procura, acima de tudo, que o seu produto agrícola lhe proporcione a alimentação suficiente até à próxima colheita, as sementes

148. Vd WILDE, John "Prices incentives and african agricultural development" in BATES, Robert e LOFCHIE, Michael (éds) Agricultural development in Africa -- Issues of public policy, Praeger, New York, 1980, pg 64

149. Vd *Ibidem*, pg 46

150. Vd neste sentido o conjunto de estudos de casos promovidos pela UNESCO - Division de l' Étude du Développement, nomeadamente SONAGRI Les facteurs socio-culturels qui orientent la production et la commercialisation de certaines denrées alimentaires par les petits fermiers dans la République Populaire du Bénin, UNESCO - CERD, Paris, 1982, policopiado. Vd também OPPENHEIMER, Jochen "Desenvolvimento rural e preços agrícolas em África: ex favor de uma abordagem interdisciplinar" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 3, Jan-Dez/1985, pp 107-127

necessárias para efectuar esta e o rendimento monetário necessário à aquisição de complementos alimentares e de outros bens essenciais (de consumo e de produção) oriundos da esfera capitalista da economia.

Ora, a dimensão de cada uma destas parcelas e, conseqüentemente, a proporção entre elas dependem principalmente da composição da família.

Por outro lado, dadas as condições ecológicas e tecnológicas em que se desenvolve a agricultura camponesa bem como a baixa produtividade delas resultante, a superfície total a cultivar e o produto agrícola necessário estão dependentes da força de trabalho disponível no seio da família, factor de produção fundamental da unidade familiar.<sup>(151)</sup>

Assim, é esta, mais do que a disponibilidade de terra --- ainda suficiente na maioria das regiões mas não, de forma alguma, em todas --- ou os preços, a principal condicionante dos aumentos da produção agrícola dos camponeses, incluindo da produção comercializada<sup>(152)</sup>. Temos, pois, que mesmo que os preços sejam atraentes, a capacidade de aumento da produção é limitada pela mão-de-obra disponível. Esta limitação pode ser contornada parcialmente, no quadro ecológico e tecnológico da produção camponesa, pela procura de um novo equilíbrio entre áreas cultivadas que proporcione maior colheita do produto cujo preço fôr mais atraente. Isto será especialmente verdade se tal produto fôr simultaneamente útil para a alimentação familiar como é, p. ex., o milho<sup>(153)</sup>.

Este comportamento, que confirma que os preços não são indiferentes aos camponeses, significa também que eles, ainda que não sendo determinados pela procura do lucro que caracteriza o modo de produção capitalista, procuram, no entanto, maximizar as disponibilidades financeiras compatíveis com aquela segurança alimentar e que contribua para ela.

-----  
151. Sobre estes aspectos vidé particularmente o anexo sobre as concepções de Chayanov

152. Vd HYDEN, G. op. cit., pg 24, WILDE, J. op. cit., pg 52 e SONAGRI op. cit., pg 29

153. Vd SONAGRI op. cit., pg 90

Por isso o camponês compara sistematicamente a quantidade de produto que tem que vender a determinado preço com o preço dos produtos que necessita de comprar, adaptando o seu comportamento enquanto produtor --- e enquanto consumidor --- à evolução dos termos de troca assim determinados (154).

Isto significa que mais importante que o nível absoluto dos preços e das suas oscilações são o seu nível relativo face aos produtos que o camponês precisa de comprar para assegurar a reprodução familiar e a efectiva disponibilidade desses bens no mercado.

Por outro lado, a instabilidade do rendimento monetário resultante da (por vezes grande) variação das colheitas e dos preços e a sempre possível falha do sistema de comercialização são factores que contribuem para que os camponeses tenham relutância em trocar a ênfase que colocam na produção alimentar em favor da produção para rendimento (155).

São, naturalmente, os camponeses das regiões mais próximas dos grandes centros de consumo (as cidades) e nas áreas onde é mais intensa a produção capitalista (por colonos ou plantações), que põem maior ênfase na produção para rendimento e, por isso, se tornaram mais sensíveis aos preços. São estes camponeses que se encontram sem dúvida, mais perto do camponês tal como ele se comporta no quadro das formações sociais capitalistas mais desenvolvidas (156).

Se a maior sensibilidade aos preços o predispõe a reagir a um aumento destes com um aumento da produção, as disponibilidades em força de trabalho vão, no entanto, condicionar a sua resposta. Por isso se ele estiver a trabalhar no limite da sua capacidade produtiva, só a curto/médio prazo poderá responder com um aumento da produção ao aumento de preços verificado. Isto não invalida, porém, que seja este grupo o que mais beneficiará de uma política de aumento de preços ao produtor, permitindo-lhe um aumento e estabilização de rendimentos que o leva a transformar em acumulação parte do rendimento obtido.

-----  
154. Vd *Ibidem*, pg 77

155. Vd WILDE, J. op. cit., pg 60

156. Vd *Ibidem*, pg 63

Um outro grupo inclui aqueles camponeses para quem a troca mercantil, apesar de importante pelo papel que desempenha no assegurar de certos consumos tornados indispensáveis, se pode considerar relativamente marginal. Neste caso, os camponeses surgem no mercado mais como consumidores do que como produtores de mercadorias, visando a sua participação no mercado, pelo menos na sua óptica, uma troca directa ( M - M ) em desuso ou uma troca através do dinheiro ( M - D - M ).

Um último grupo inclui aqueles camponeses que, embora participando no mercado também principalmente enquanto consumidores, optaram por obter o rendimento necessário através da venda quer de produtos alimentares cultivados para a venda quer de produtos só valorizados no mercado devido à sua procura exterior à economia camponesa ( girasol, algodão, etc. ).

O facto de estes camponeses se orientarem para este tipo de produtos já é, em si, significativo de uma maior capacidade de resposta e de sensibilidade em relação às indicações do mercado. Porém, especificamente em relação aos preços e ao seu comportamento face a eles, as reacções deste grupo não se distinguem significativamente das do anterior.

Muito sensíveis aos termos de troca internos, uma reacção possível a quebras nestes e/ou na disponibilidade dos produtos desejados é a redução da produção de rendimento e/ou o aumento do autoconsumo com transferência das produções não- alimentares para as alimentares.

A ténue diferença que existe entre estes dois grupos significa que a mobilidade entre ambos é relativamente grande; a evolução biológica do agregado familiar e circunstâncias fortuitas de natureza vária ( acidentes ecológicos, mortes prematuras, etc ) são condições que podem levar a essa transferência de um grupo para outro. As fronteiras entre os vários grupos são, pois, pouco definidas e é relativamente fácil que elementos de um grupo transitem definitiva ou transitoriamente para um dos grupos adjacentes.



## PARTE A

### CONCLUSÃO

Ao longo desta Parte A foram abordados várias problemáticas essenciais para a interpretação do objecto que nos propomos estudar.

A grande diversidade de temas abordados aconselha a que se faça agora uma síntese das principais conclusões que servirão de matriz fundamental da análise do processo social moçambicano. Note-se, no entanto, que o facto de nos limitarmos apenas às principais conclusões não torna dispiciendas as que não forem aqui referidas. Na verdade muitas delas estarão sempre presentes em quanto se segue; só a conveniência de apresentar aqui um texto sintético e de enquadramento geral leva a que muito do que se disse seja agora omitido.

Do nosso estudo sobre quais são as características mais fundamentais do socialismo, nomeadamente sobre aquilo que verdadeiramente o distingue do capitalismo, concluímos que nele o essencial, no sentido mais etimológico do termo, é a generalização do controlo do processo social ao conjunto da sociedade e não apenas ao grupo dos que, sob o capitalismo, detêm normalmente a posse útil dos meios de produção.

Isto significa que o critério fundamental para avaliação de um determinado processo e, em particular, das várias medidas que ao longo dele terão de ser tomadas pelos detentores do poder político será o da sua contribuição para aquela socialização do processo de determinação social. Nesta perspectiva, problema fundamental a encarar é o de erigir os mecanismos institucionais que o tornem possível. É este um dos principais desafios, senão mesmo o principal, das estratégias que visem implantá-lo.

Se este é o critério fundamental ele não é, no entanto, o único. Se a história ensina que as sociedades que procuraram singrar o caminho do socialismo são normalmente sociedades em que existe --- pelo menos ao nível teórico --- uma maior preocupação com a igualdade social e com a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos --- nos domínios da saúde e da educação, p. ex.---, a verdade é que é também ela que demonstra que estes objectivos são susceptíveis de serem também prosseguidos no âmbito das sociedades capitalistas. Nestas, porém, é mais comum que tais preocupações surjam quando os níveis de rendimento nacional *per capita* são mais elevados. Ora esta última constatação não deve obscurecer o facto de aquelas preocupações mais igualitárias deverem ser consideradas como sendo um património principalmente

do socialismo enquanto concepção política e social e que, neste sentido, serão as sociedades em transição para ele as que, logo desde o início do processo e ainda em níveis (normalmente muito) baixos do rendimento, se preocupam mais com tal aspecto.

Da problemática da transição para o socialismo interessa reter principalmente duas conclusões essenciais: primeira, a de que não existe um modelo único para essa transição; segundo e dado que ela tem sido tentada sempre a partir de níveis baixos de rendimento e, principalmente, de educação (1), a de que existe uma fortíssima tendência para o grupo social dos que mais directamente controlam o processo social através dos aparelhos político, burocrático e ideológico se constituir em determinante fundamental desse mesmo processo ao constituir-se como 'burguesia' de Estado.

Tal tendência é tão forte e tem estado tão presente em todos os processos de transição que há que colocar frontalmente a questão de saber se ele não será um 'pecado original', inevitável, dos processos conduzidos em tais circunstâncias --- mesmo os que não se reivindicam da transição para o socialismo. Evidentemente, em relação a estes últimos, isto levanta a questão da real possibilidade de transição para o socialismo a partir de níveis baixos de desenvolvimento.

Embora a história não nos dê razões para sermos optimistas neste domínio, é de admitir que a resposta a tal questão não seja necessariamente negativa principalmente se, face a tal circunstância, se definirem com alguma precisão os limites da 'utopia socialista' que as sociedades em transição serão.

O nosso pessimismo sobre as reais possibilidades de os grupos sociais dirigentes cometerem o "suicídio de classe" e sobre a possibilidade de, por razões principalmente do foro da geoestratégia, se concretizar o apoio de países mais industrializados (2) levam-nos hoje a acreditar numa quase im-

1. Incluindo aqui desde a instrução técnica até à educação cívica, i.e., a que resulta do hábito da participação na gestão democrática da 'sociedade civil'.

2. A condição que Marx colocava para que a transição para o socialismo fosse possível em sociedades insuficientemente transformadas pelo capitalismo.

possibilidade prática de tal transição se concretizar. A crescente interdependência das economias será, até, mais um obstáculo a tal processo e não um factor de esperança no seu sucesso. É que não cremos --- e a História aí está para o demonstrar --- na viabilidade de uma transição num país isolada de outras.

Isto, mais uma vez o afirmamos, não invalida as ideias centrais que detectámos como sendo o 'núcleo duro' do socialismo (3) mas deve levar a um repensar cuidadoso do momento histórico e das condições em que ele é, de facto, possível.

Da análise da problemática da transição bem como da articulação entre modos de produção resultam ainda outras conclusões, designadamente no domínio da estratégia política e económica a prosseguir --- em especial no domínio da reprodução e da acumulação.

Uma delas remete para a necessidade de encontrar mecanismos que permitam a integração progressiva e não-conflitual da imensa maioria dos camponeses no processo de transformação social (4) sob o risco de a sua reacção nos curto e médio prazos a um processo mais ou menos rápido de colectivização da produção camponesa e, com ela, do 'modo de vida' camponés --- com consequente perda de controlo sobre as dimensões do processo social que mais directamente o afectam --- provocar uma ruptura quer na produção quer na própria dinâmica política e social de transição que a inviabilize no médio/longo prazo.

O que ficou dito tem consequências inevitáveis no domínio da estratégia de acumulação. Esta, de facto, terá que contar com a contribuição do campesinato mas a dimensão do esforço a pedir-lhe terá que ter em atenção as necessidades de reprodução das comunidades familiares.

-----  
3. Nem a legítima simpatia por elas que tantos sentem.

4. Repare-se que utilizamos aqui a expressão "transformação social" e não "transição para o socialismo". Pretende-se assim pôr de acordo o nosso discurso com a perspectiva pessimista sobre a viabilidade da transição tal como tem sido entendida até agora e, ao mesmo tempo, deixar as portas abertas para uma grande inovação no domínio das transformações efectivamente levadas a cabo. Esta abertura e imaginação não devem, porém, e se querem proclamar-se de uma inspiração socialista, deixar de prosseguir, enquanto objectivo de longo prazo, aqueles que têm sido os objectivos essenciais deste: a socialização do controlo do processo social e um maior nível de igualização entre os rendimentos e as oportunidades de assegurar uma existência condigna.

Tudo isto terá consequências no ritmo de transformação quer das estruturas económicas quer das estruturas sociais caracterizadoras a transição e, conseqüentemente, no prazo da fase de transição que será, assim, tendencialmente dilatado --- uma geração? duas? Isto, evidentemente, não impede, antes implica, que logo desde o início desta fase se lancem as bases essenciais das novas estruturas, nomeadamente os mecanismos que permitam uma rápida (e irreversível) generalização da prática democrática (5) --- ainda o melhor antídoto para as tendências autoritário-burocráticas detectadas --- e os que permitam uma efectiva melhoria das capacidades de determinação social da generalidade da população.

Estes, como se deduz do anterior, passarão pela generalização da educação técnica e cívica com conseqüente fim do monopólio do saber como de um grupo social que tenderá a utilizar tais conhecimentos em benefício próprio e em quase certo detrimento dos demais, nomeadamente a maioria da população camponesa.

Face ao exposto e à experiência histórica, o problema fundamental que fica por resolver é o da identificação do grupo social e/ou político que irá conduzir a fase inicial do processo de transição sem cair na tentação de, no seu decurso, assumir a liderança única ou, pelo menos, verdadeiramente determinante de todo o processo social no presente e no futuro. Tal grupo terá de, por isso, cometer o 'suicídio de classe' de que falava Amílcar Cabral. A concepção marxista tradicional e, ainda que de uma forma substancialmente diferente, a concepção gramsciana sobre o papel dos partidos comunistas atribuí-lhe essa função mas a história dos vários processos de transição e o próprio marxismo que nos deixam pouco optimistas sobre a possibilidade de existir tal grupo.

5. Não cabe neste trabalho uma discussão exaustiva da(s) forma(s) que esta prática democrática deverá revestir nos parece-bos que a tendência deveria ser (será?) no sentido de uma maior regionalização das decisões de modo a permitir que elas sejam tomadas o mais perto possível dos interessados.

**P A R T E     B**

Moçambique, 1975-85: contribuição para o  
estudo da sua economia política



## INTRODUÇÃO

Dotados do aparelho teórico e conceptual essencial para o estudo dos processos de transição para o socialismo em sociedades 'periféricas', debruçemo-nos nesta PARTE B sobre o nosso objecto de estudo.

Tal como ficou dito na Introdução, na Secção I desta parte abordaremos sucessivamente os antecedentes históricos da formação social moçambicana tal como ela se apresentava no final do período colonial (Capítulo V) com especial ênfase no período =1940-1975 e a evolução político-ideológica da Frelimo desde a sua constituição, em 1962, até à independência de Moçambique (Capítulo VI).

Quanto à evolução da formação social moçambicana e sua caracterização no imediato pré-independência, preocupa-nos principalmente determinar quais os traços principais das suas estrutura e conjuntura económicas bem como as características fundamentais da estrutura social existente.

Naquelas, daremos particular atenção à identificação e caracterização dos principais mecanismos de geração de excedente económico e, portanto, de acumulação potencial e de reprodução. Nesta última as nossas principais preocupações serão determinar quais os grupos sociais em presença, traçar as suas características essenciais e identificar as linhas mestras das relações sociais existentes entre eles.

Em relação à evolução político-ideológica da Frelimo a nossa preocupação central será a de a caracterizar nos seus traços fundamentais, descortinando simultaneamente quais as principais influências sofridas e quais daqueles traços se perfilam como determinantes para o seu comportamento pós-independência.

Na Secção II, que é o cerne deste trabalho, iremos desenvolver o essencial do estudo sobre o processo social em Moçambique desde a eclosão do '25 de Abril' em Portugal até ao III Congresso (Capítulo VII), primeiro, e deste até ao IV Congresso da FRELIMO (Capítulo VIII) --- ou, mais propriamente, até ao lançamento das medidas que, inspirado nas orientações deste e nos desenvolvimentos subsequentes ao agravamento da crise económica do país, consubstanciaram uma significativa mudança da política económica e social nos finais de 1984 e no início de 1985 ---, depois.

A tese central que defenderemos nesta secção é a que já indicámos na Introdução como sendo a deste trabalho: a de que a economia política da formação social moçambicana no período em referência consistiu principalmente num processo de recomposição social que se caracterizou pela progressiva estruturação de uma 'burguesia' de Estado. Esta desenvolveu estratégias que visaram o crescente controlo sobre os mecanismos de produção e de utilização do excedente económico nacional com o objectivo de assegurar a sua reprodução social. Esta acção, tal como na maioria dos demais processos sociais, ocorreu numa perspectiva de grupo, i.e., independentemente da posição de cada um dos seus membros face ao processo de transformação social, alguns dos quais poderão até ter encarado as suas posição e acção pessoal numa perspectiva de verdadeiro 'suicídio de classe'.

Tal como salientámos, parte importante dessa estratégia foi a condução de uma luta deliberada e a vários níveis contra o modo 'tradicional' de organização social na medida em que ele era um dos obstáculos fundamentais ao alargamento do seu poder pelo facto de, devido à sua própria natureza, se encontrar algo --- mas não totalmente --- à margem da economia monetarizada, campo privilegiado de acção daquela 'burguesia'.

Uma tese complementar daquela é a de que a esta luta respondeu a grande maioria dos camponeses com estratégias que visaram a defesa de um grau ainda relativamente importante de autonomia no controlo do seu modo de vida e da aplicação do excedente que produzem. Tal defesa é, como demonstraremos no Capítulo IX, particularmente nítida no comportamento dos camponeses face às cooperativas e às Aldeias Comunsais.

Outra tese complementar é a de que é na história da FRELIMO anterior à independência e para a sua dificuldade em, apesar de se reivindicar do marxismo, fazer uma análise verdadeiramente dialéctica sobre os interesses e a dinâmica dos grupos sociais presentes na formação social moçambicana, que há que procurar uma parte importante da explicação para o fenómeno da crescente orientação da Frente num sentido que a afastou da e, até, a colocou contra uma parte significativa da população rural, particularmente dos grupos sociais considerados como predominantes no quadro da organização social 'tradicional'.

Parte da justificação desta atitude passa por dois vectores essenciais: por um lado, um entendimento do socialismo e, principalmente, da estratégia económica, política e social que conduzirá até ele que são muito próximos do estalinista (1) e, por outro, por uma determinada concepção específica que a maioria dos autores marxistas, começando pelo próprio Marx, têm tido sobre o papel dos camponeses na sociedade em transição para o socialismo e no seio da sociedade socialista.

Aquele entendimento foi fruto, em boa parte, da influência que teve sobre o Aparelho de Estado, principalmente o que controlou o essencial da definição e da aplicação ao nível superior da estratégia económica, um grupo relativamente restrito de militantes da Frente (2). Este grupo foi fortemente influenciado, devido à sua vivência directa ou a influências interpostas, pelas concepções predominantes naquela época no 'Leste' europeu sobre as características da sociedade socialista e a forma de transição para ela. De realçar é o facto de tais opções terem sido tomadas numa época em que em vários quadrantes políticos e ideológicos, mesmo dos considerados marxistas, ser há muito posto em causa quer aquele entendimento quer a possibilidade da sua extensão à África --- o que faz antever uma situação que se pode qualificar como de 'atraso' das concepções seguidas por aquele grupo face ao

-----  
 1. Entendimento este que, de uma forma geral, caracterizava o 'modelo soviético' comum a todos os países do Leste europeu antes das recentes transformações que ele tem conhecido.

2. Quase todos eles jovens de formação universitária recente e com origem na comunidade branca que vivia ex Moçambique antes da independência.

debate teórico já então em curso, há algum tempo (3), nos meios marxistas internacionais.

Porém, antes de abordarmos estas problemáticas justifiquemos a periodização utilizada e explicitemos algumas das características do contexto político internacional e do contexto económico nacional e internacional em que se desenvolveu o processo social moçambicano no período analisado.

### Uma periodização do processo

Quadro internacional e evolução do processo social interno ajudam a configurar uma certa periodização deste. EGERO (4), por exemplo, considera que no período posterior à independência e até cerca de 1984 é possível distinguir no processo social em Moçambique quatro fases distintas (5): a primeira, desde a tomada de posse do Governo de Transição (7/9/1974) até à independência do país (25/6/1974); uma segunda, entre esta e o final de 1977/ /início de 1978, época em que se implementaram os principais instrumentos de intervenção na economia segundo as linhas mestras aprovadas no III Congresso como foi o sistema de planeamento estatal central; a terceira, desde então até ao início de 1982, quando se começaram a intensificar as acções de desestabilização pela Renamo; e a quarta, entre o início de 1982 e o final de 1984, limite superior do período estudado pelo autor.

3. Principalmente desde que Mao questionou o modelo soviético nos finais dos anos cinquenta mas mais intensamente desde o final dos anos sessenta

4. Vd EGERO, Bertil Moçambique: a dream undone, SIAS, Uppsala, 1987

5. Vd *Ideia*, pp 83-86. À par destas fases internas, o autor distingue também três grandes fases quanto à envolvente externa: a primeira, entre o '25 de Abril' e a adopção das sanções contra a Rodésia, em Março de 1976; a segunda, entre esta data e o cessar-fogo que se seguiu aos acordos de Lancaster House que permitiram a independência do Zimbábue, em 15/12/1979; e a terceira desde então até ao acordo de N'komati, em Março de 1984.

Embora esta nos pareça, no quadro das preocupações do autor, uma periodização correcta, para efeitos deste trabalho e por conveniência da sua organização interna, preferimos distinguir apenas dois grandes períodos: o que decorre desde o '25 de Abril' até ao III Congresso e o que designamos por "entre Congressos" por decorrer entre os III e IV Congressos da FRELIMO (Fev/77 a Abr/83), terminando com este ou, melhor, com as medidas que implementaram as orientações nele adoptadas e que no fundamental se estenderam até ao final de 1984 e ao início de 1985, quando foram tomadas as principais medidas no âmbito do Programa de Reabilitação Económica. Neste capítulo abordaremos aquela primeira fase deixando para o capítulo VIII a abordagem da segunda. Isto significa que, subscrevendo nós, *grosso modo*, a periodização que EGERO estabelece quanto à evolução do processo social em Moçambique, abordaremos as suas duas primeiras fases neste capítulo e as duas últimas no próximo.

Não escamoteamos, no entanto, as diferenças existentes entre as periodizações estabelecidas e de que salientamos as seguintes: em primeiro lugar, o limite que para nós serve de fronteira entre as duas fases e o que, em Egero, separa a segunda da terceira; em segundo lugar, a existência, nele, de uma diferença entre o pré-intensificação das acções da Renamo e o período que lhe é posterior.

Tais diferenças são, quanto a nós, mais aparentes do que reais já que ditadas, em boa parte pela diferente natureza dos trabalhos em que se inserem e pelas preocupações que lhe são centrais. De facto, em relação a estas, se a preocupação fôr a de estabelecer períodos quanto à evolução do processo social dificilmente deixaremos de estar de acordo com Egero principalmente quanto à distinção entre o pré- e o pós-intensificação das acções da Renamo; porém, se a tónica fôr colocada, como nós o fazemos, não só na simplificação da periodização mas, principalmente, nos grandes marcos da política económica prosseguida, cremos que não será necessário distinguir no período em análise mais do que dois grandes períodos separados entre si pelo III Congresso da FRELIMO.

Aliás, a manter a lógica de uma certa pormenorização da periodização decorrente do esforço de Egero, proporíamos, para além das que ele sugere, uma outra fase: a que medeia entre o estabelecimento das sanções à

Rodésia e o período imediatamente posterior e que corresponde a um cimentar do intervencionismo estatal na economia --- com consequente reforço das posições do que viria a ser o 'complexo político-burocrático' --- e o III Congresso, em que esse intervencionismo é decididamente assumido e proclamado como princípio fundamental da actuação do Estado na economia.

### O quadro político-estratégico internacional

A envolvente externa teve durante o período estudado --- e continua a ter --- na evolução do processo económico-social moçambicano uma importância fundamental, senão mesmo determinante. Nesta envolvente são de destacar a influência das ligações entre Moçambique e a República da África do Sul no contexto da geoestratégia da África Austral e o posicionamento da URSS face a Moçambique.

Aquele processo veio a caracterizar-se, desde 1981/82, or uma situação de guerra dentro das fronteiras do país. Esta guerra, movida pelos (até à pouco tempo) designados (pelas autoridades moçambicanas) 'Bandidos Armados' no interesse, com o apoio e sob o controlo da RAS tem levado a morte, a fome e a destruição de pessoas e bens a vastas zonas de Moçambique, impedindo quer as populações rurais --- sempre elas ... --- de proverem à sua sobrevivência quer a Formação Social Moçambicana no seu conjunto de se desenvolver. Esclareça-se, porém, que reconhecer este 'apadrinhamento' externo não significa ignorar que houve determinantes internas que propiciaram o aparecimento e alastramento do fenómeno Renamo. Aliás, este trabalho pode ser visto como uma tentativa de compreender o processo de acção/reacção entre a política de transformação das estruturas sociais do país tal como levado a cabo pelo poder instituído e as comunidades rurais.

Por outro lado, há que reconhecer que a reacção da RAS enquanto sub-pólo imperialista na região à evolução do processo moçambicano era não só previsível --- ainda que não necessariamente na forma que adoptou --- como, até, foi prenunciada com alguma antecedência durante o período da análise aqui

efectuada através de vários 'sinais' que foram subavaliados pelo poder político instituído em Moçambique. Esta subavaliação tem, aliás, raízes comuns às opções estratégicas de transformação económico-social prosseguida caracterizáveis nos seus traços fundamentais da forma como o foram acima.

Estas relações com a África do Sul só são compreensíveis, como se disse, no quadro da geoestratégia da região a qual esteve naquele período inserida no quadro mais genérico da geoestratégia mundial e das posições adoptadas pelas grandes potências. Isto é válido, evidentemente, quer para os EUA quer para a URSS.

Em relação aos EUA e, em geral, ao 'Ocidente', é conhecido o seu especial interesse por toda aquela região austral da África em que se insere Moçambique e, particularmente, a África do Sul, Angola e um pouco mais a norte o Zaire. Não admira, pois, que nunca tenham visto com bons olhos a existência na região --- até pelo seu papel de 'defesa longínqua' do Atlântico Norte e de todas as suas zonas ribeirinhas, incluindo a América do Sul --- de governos com maiorias marxistas e com posicionamentos na cena internacional muito próximos da URSS.

É o posicionamento desta em relação à região que nos parece ser mais interessante até porque, como tentaremos demonstrar no estudo que se segue, nos parece evidente que um certo entendimento do que seriam esses interesses e a (que se esperava viesse a ser a) consequente acção prática da URSS na região tiveram um papel muito importante na formulação de alguns dos vectores essenciais da estratégia económico-social prosseguida em Moçambique no período em análise.

O nosso entendimento é o de que, contrariamente ao que esperavam os detentores do poder em Moçambique, a URSS nunca teve um interesse suficientemente forte pela situação geoestratégica do país que justificasse um apoio mais ou menos naciço ao processo de transformação económico-social por ele encetad

As razões para esta atitude são múltiplas e têm que ver quer com um entendimento global que a URSS fazia sobre os seus interesses na região e que faziam desta uma zona para afrontar sem, no fundo, pôr verdadeiramente em

causa os interesses dos EUA e do sistema capitalista em geral, quer com o posicionamento de Moçambique no confronto ideológico entre a URSS e a China --- Moçambique sempre se recusou a alinhar pelas teses russas de condenação da China ---, quer com a indisponibilidade soviética para financiar o que seria uma 'segunda Cuba' quer, ainda, com o facto de na mesma época em que Moçambique iniciou o seu processo outros países africanos --- para não falar no caso do Vietname, no Sudeste Asiático --- com mais interesse económico e estratégico para a URSS como são Angola e a Etiópia, terem iniciado, eles próprios, processos semelhantes de "transição para o socialismo".

Os acasos da História fizeram, pois, de Moçambique uma 3ª ou 4ª prioridade para a URSS que se mostrou, por isso, indisponível para desempenhar a função de fonte privilegiada da acumulação externa que em certo momento as autoridades de Moçambique esperaram que ela desempenhasse.

Uma última nota sobre este envolvimento soviético em Moçambique: face àquela indisponibilidade referida é de registar uma como que incipiente 'divisão internacional das influências' entre países do 'Bloco de Leste' que fez com que viesse a ser a República Democrática Alemã o país que, sob o ponto de vista económico, desempenhou nos primeiros anos do processo de transformação económico-social em Moçambique um papel mais importante no quadro das relações Leste-Moçambique. Aventamos como hipótese a de que a este facto não terá sido estranha, da parte da RDA, a procura de um espaço próprio de acção quer no quadro africano quer, senão principalmente, no quadro do próprio 'Bloco de Leste' e face à URSS. Na medida em que a História é feita pelos homens, também não são de excluir, neste domínio, a influência das (muito boas) relações pessoais entre os dirigentes dos dois países.

### O quadro económico global do período

A evolução do processo social moçambicano no período em análise (1975-1985) esteve na origem e foi influenciada por uma evolução económica caracterizada por uma grande complexidade e por um comportamento não linear dos principais agregados económicos. É essa evolução que procuraremos sintetizar de seguida.

Uma primeira indicação sobre a evolução da economia moçambicana é dada pela evolução do Produto Social Global (6). A preços constantes de 1980, esse produto variou entre os cerca de 112 milhões de contos em 1973 e os cerca de 54 milhões em 1985, uma redução de cerca de 50%.

#### PRODUTO SOCIAL GLOBAL

preços constantes de 1980; milhões de contos (MT)

| ANOS    | S E C T O R E S |         |         |         |         | PSGlobal |
|---------|-----------------|---------|---------|---------|---------|----------|
|         | Agric.          | Indúst. | Constr. | Transp. | Comérc. |          |
| 1975    | 24.8            | 29.0    | 4.0     | 9.1     | 5.5     | 71.4     |
| 1975(1) | 34.7            | 29.2    | 5.6     | 12.7    | 7.7     | 100.0    |
| 1980    | 30.8            | 32.6    | 4.8     | 5.1     | 5.9     | 82.1     |
| 1980(1) | 37.5            | 29.7    | 5.2     | 3.5     | 7.2     | 100.0    |
| 1981    | 31.1            | 33.6    | 4.7     | 5.0     | 5.8     | 84.1     |
| 1982    | 30.8            | 29.0    | 4.9     | 3.3     | 5.8     | 78.8     |
| 1983    | 24.3            | 23.2    | 5.0     | 6.5     | 5.5     | 64.4     |
| 1984    | 24.4            | 18.3    | 4.5     | 5.1     | 5.9     | 58.2     |
| 1985    | 24.6            | 14.9    | 4.3     | 4.5     | 5.5     | 53.9     |
| 1985(1) | 45.6            | 27.6    | 3.0     | 3.3     | 10.2    | 100.0    |

Fonte: CNP/DNE Informação Estatística 1986, Maputo, 1987, p. 27

6. Este conceito, característico do sistema de contabilidade do produto material nacional em aplicação em Moçambique e nos países de economia planificada de direcção central, distingue-se do de Produto Nacional Bruto do sistema de contabilidade nacional utilizado nos países da OCDE principalmente por não incluir aqueles serviços que não são essenciais ao processo de produção, como é o caso, por exemplo, dos serviços pessoais, incluindo os de transporte não ligados à movimentação de mercaderias necessárias ao processo produtivo.

A quebra apontada esconde, no entanto, um comportamento diferenciado ao longo do tempo já que após a queda do produto que se verificou desde o imediato pré-independência até cerca de 1977, a economia moçambicana conheceu uma fase de recuperação parcial (7) até 1981. A partir de então, pelas razões que procuraremos apresentar e demonstrar ao longo do trabalho --- em que salientamos, desde já, a situação de guerra existente no país --- o produto conheceu um novo retrocesso: entre 1981 e 1985 diminuiu mais de 1/3.

PRODUTO SOCIAL GLOBAL - taxas de variação em relação ao ano anterior (%)

| Sectores    | 1981 | 1982  | 1983  | 1984  | 1985  |
|-------------|------|-------|-------|-------|-------|
| Agricultura | +1.0 | -1.0  | -19.5 | -1.6  | +0.8  |
| Indústria   | +3.1 | -13.7 | -20.0 | -21.1 | -18.6 |
| T O T A L   | +2.4 | -6.3  | -18.3 | -9.6  | -7.4  |

Fonte: cálculos do autor a partir da fonte indicada no quadro anterior

Os vários sectores tiveram comportamentos diversos ao longo do período: depois de ter aumentado cerca de 25% entre 1975 e 1981, o produto da agricultura era em 1985 quase o mesmo de 10 anos antes enquanto que a indústria, apesar da recuperação pós-1977, tinha em 1985 um produto que era cerca de metade do de 1975. O mesmo se passava com o sector dos transportes, estes na sua grande maioria com origem internacional. Esta evolução originou uma estrutura da produção em que, em 1985, predominava o produto da agricultura (cerca de 46% do PSG), seguindo-se-lhe a indústria (cerca de 28%).

A crise económica e as modificações da política económica a partir de 1984, acompanhadas da crise ecológica que representou a seca ocorrida no país nos meados dos anos 80, foram simultaneamente causa e consequência de um comportamento diferenciado dos subsectores de produção agrícola.

Segundo estimativas recentes (8), a produção total e comercia-

7. De 1977 a 1981 o produto aumentou cerca de 12%, i.e., à taxa média anual de cerca de 2,9%.

8. Vd WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington/DC, Maio de 1986, pp 24.

lizada no sector familiar sofreu um decréscimo no período entre 1980 e 1986 que atingiu, nomeadamente, a produção alimentar. Consequência disso foi uma queda da produção alimentar per capita para níveis que se situam, para algumas produções, em cerca de 60% dos valores de 1966.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÁRIA COMERCIALIZADA, 1975-1986 (MIL TONS)

| PRODUTO       | 1975  | 1976  | 1977  | 1981  | 1982  | 1983  | 1984  | 1985 |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| Castanha cajú | 190.0 | 120.0 | 132.0 | 90.1  | 57.0  | 18.1  | 25.3  | 30.4 |
| % variação    |       | -25   | -15   |       | -37   | -68   | +40   | +20  |
| Algodão-carão | 52.0  | 36.8  | 52.0  | 73.7  | 60.7  | 24.7  | 19.7  | 5.7  |
| % variação    |       | -29   | +41   |       | -18   | -59   | -20   | -71  |
| Arroz         | 94.0  | 75.0  | 60.0  | 28.9  | 41.5  | 17.3  | 19.1  | 17.9 |
| Milho         | 95.0  | 90.0  | 34.0  | 78.3  | 89.2  | 55.8  | 92.6  | 58.6 |
| % variação    |       | -5    | -62   |       | +14   | -37   | +40   | -29  |
| Girassol      | 8.0   | 7.0   | 10.0  | 12.1  | 10.8  | 7.3   | 5.0   | 5.7  |
| Batata        | 40.0  | 38.0  | 15.0  | 13.9  | 9.4   | 8.3   | 3.1   | 1.5  |
| Hortícolas    | 4.0   | 2.0   | 2.0   | 6.8   | 5.6   | 7.9   | 29.0  | 33.9 |
| Copra         | 50.9  | 72.0  | 48.0  | 54.4  | 36.6  | 30.7  | 24.8  | 24.0 |
| Chá-folha     | 59.1  | 67.3  | 77.3  | 99.2  | 109.7 | 51.1  | 59.8  | 25.0 |
| % variação    |       | +14   | +15   |       | +11   | -53   | +17   | -58  |
| Sisal-folha   | 340.0 | 325.0 | 325.0 | 233.8 | 139.9 | 122.4 | 136.6 | 79.8 |

FONTE: CNP/CNE Informação Estatística 1975-1984 e Idem, 1986, Maputo, 1985 e 1987

PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO COMERCIALIZADA NO SECTOR FAMILIAR (mil tons)

| Projeções                   | mandioca | sorgo  | milho  | arroz | amendoim | feijões | gergelim |
|-----------------------------|----------|--------|--------|-------|----------|---------|----------|
| prod. total 1980 (1)        | 6819.01  | 371.71 | 674.78 | 52.10 | 132.51   | 133.55  | 2.38     |
| prod. comercializ. 1980 (2) | 26.30    | 0.43   | 25.07  | 7.27  | 5.77     | 3.29    | 1.60     |
| % comercializ./total        | 0.39     | 0.12   | 3.72   | 11.70 | 4.35     | 6.33    | 67.34    |
| prod. total 1986 (3)        | 5914.46  | 266.75 | 437.54 | 55.20 | 101.33   | 96.64   | 1.94     |
| prod. comercializ. 1986 (2) | 17.60    | 0.59   | 11.67  | 5.98  | 3.86     | 1.92    | 0.09     |
| % comercializ./total        | 0.30     | 0.22   | 2.67   | 10.65 | 3.85     | 2.02    | 4.64     |
| % variação 1980-86          |          |        |        |       |          |         |          |
| • da prod. total            | -13      | -28    | -36    | -11   | -24      | -28     | -18      |
| • da prod. comercializ.     | -33      |        | -53    | -19   | -85      | -77     |          |

FONTE: WORLD BANK Madagascar agricultural sector survey, Washington-DC, Maio/1988, pg 24

Notas: (1) Projeção modificada 1980

(2) Produção comercializada através dos canais oficiais. Vd CNP/CNE Informação Estatística 1986

(3) Projeção para 1986 com colheita inferior em 20%

## PRODUÇÃO ALIMENTAR PER CAPITA NO SECTOR FAMILIAR

|                          | mandioca | sorço | milho | arroz | amendoim | feijões |
|--------------------------|----------|-------|-------|-------|----------|---------|
| <b>KG/PESSOA/ANO</b>     |          |       |       |       |          |         |
| 1966                     | 652.1    | 36.5  | 68.0  | 5.9   | 13.1     | 13.0    |
| 1980 (1)                 | 711.5    | 38.8  | 70.4  | 6.5   | 13.8     | 13.7    |
| 1986 (2)                 | 527.5    | 23.8  | 39.0  | 4.9   | 9.0      | 8.5     |
| <b>ÍNDICE (1966=100)</b> |          |       |       |       |          |         |
| 1966                     | 100.0    | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0    | 100.0   |
| 1980                     | 109.1    | 106.1 | 103.5 | 110.2 | 105.7    | 104.9   |
| 1986                     | 80.9     | 65.1  | 57.4  | 83.6  | 69.1     | 65.0    |

Fonte: WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington-DC, Mai/1988, pg 24

Também a produção industrial conheceu uma oscilação significativa na sua produção desde o início da independência até à actualidade. Tal oscilação, que levou o produto industrial bruto a atingir o seu máximo após a independência em 1981 (9), atingiu todos os sectores, sem excepção. Entre 1975 e 1981 o produto industrial subiu 27,4% e desde então até 1985 desceu cerca de 56%. Neste ano ele representava apenas 35% do valor de 1973, o último ano antes do desencadear do processo que levou à independência.

9. O Produto Industrial Bruto, medido também a preços de 1980, foi de 42,1 milhões de contos em 1973, tendo descido para 34,6 milhões logo em 1974. Assim sendo, de 1973 para 1975 deu-se uma quebra no seu valor de cerca de 37%.

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL (preços de 1980 - mil contos)

| RAMOS  | 1975         | 1976         | 1977         | 1978         | 1979         | 1980         | 1981         | 1982         | 1983         | 1984         | 1985         |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Petróleo                                       | 3451         | 3194         | 4226         | 5632         | 6495         | 6214         | 4567         | 4655         | 3304         | 919          |              |
| Textil   | 1500         | 1400         | 1300         | 2162         | 1708         | 1194         | 1702         | 1488         | 1443         | 1850         | 1307         |
| Vestuário                                      |              |              | 1352         | 1300         | 1400         | 1528         | 1342         | 1431         | 1719         | 1609         | 1383         |
| Açúcar   | 2945         | 2787         | 2038         | 2478         | 2720         | 2195         | 2284         | 1520         | 950          | 506          | 321          |
| Bebidas  | 3105         | 2974         | 2509         | 3094         | 2575         | 2503         | 2204         | 1925         | 1847         | 1574         | 1055         |
| Cimento  | 339          | 279          | 408          | 438          | 349          | 344          | 385          | 399          | 300          | 146          | 110          |
| Café   |              |              |              | 2645         | 1469         | 1758         | 1688         | 1356         | 468          | 387          | 290          |
| Algodão  |              |              |              |              |              | 1287         | 1096         | 849          | 571          | 605          | 750          |
| <b>Prod. Ind. Bruto</b>                        | <b>26400</b> | <b>26600</b> | <b>27300</b> | <b>30300</b> | <b>28500</b> | <b>32570</b> | <b>32634</b> | <b>29312</b> | <b>23241</b> | <b>18270</b> | <b>14916</b> |
| % de variação<br>em relação ao<br>ano anterior |              | 0.8          | 4.5          | 9.0          | -5.6         | 13.9         | 3.3          | -13.2        | -20.0        | -21.1        | -18.6        |

FONTE: CNP/DNE Informação Estatística 1975-1984 e Idem, 1986, CNP/DNE, Maputo, 1985 e 1987

As explicações para um tal comportamento são de natureza diferente conforme o período em análise. Assim, se no imediato pós-independência a queda da produção se ficou a dever às profundas alterações estruturais então ocorridas na formação social moçambicana, a recuperação do produto industrial manifestada nos números até 1981 parece apontar para um relativo sucesso da estratégia económica então prosseguida de procurar recuperar rapidamente os níveis de produção pré-independência. Tal esforço foi posto em causa pela intensificação da guerra dentro de Moçambique a partir de 1981/82.

Essa guerra, de que as principais vítimas têm sido as populações, tem sido orientada principalmente contra objectivos económicos --- incluindo as vias de comunicação e circulação de mercadorias --- e sociais (escolas, postos de saúde, hospitais, centros de comércio) e trouxe como uma das suas consequências a dificuldade de abastecimento das unidades industriais em matérias primas e outros *inputs* e, com a crise económica e financeira externa que se lhe seguiu, a dificuldade em obter os *inputs* importados necessários à produção. Simultaneamente, dificulta o abastecimento das populações provocando, em conjunto com factores como a degradação dos termos de troca internos, uma diminuição do seu interesse pela troca nos mercados oficiais.

## BALANÇA DE PAGAMENTOS (unidade: milhões de contos de NT)

|                           | 1978  | 1979  | 1980  | 1981  | 1982  | 1983  | 1984  | 1985  |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Balança Comercial         | -11,9 | -10,3 | -16,8 | -18,4 | -22,9 | -20,3 | -18,8 | -15,5 |
| Exportações (fob)         | 5,3   | 9,3   | 9,1   | 9,9   | 8,7   | 5,3   | 4,1   | 3,3   |
| Importações (cif)         | 17,2  | 18,6  | 25,9  | 28,3  | 31,6  | 25,6  | 22,9  | 18,3  |
| Balança de Serviços       | 2,3   | 1,9   | 3,1   | 2,0   | 1,2   | 0,0   | -1,4  | -3,4  |
| Receitas:                 |       |       | 5,6   | 6,3   | 6,5   | 6,7   | 5,0   | 4,6   |
| transportes               |       |       | 3,0   | 2,9   | 3,2   | 2,7   | 1,5   | 1,7   |
| remessas emigr.           |       |       | 1,7   | 2,3   | 2,4   | 3,0   | 2,6   | 1,8   |
| outras                    |       |       | 0,9   | 1,1   | 0,9   | 1,0   | 1,1   | 1,2   |
| Despesas:                 |       |       | 2,4   | 4,3   | 5,3   | 6,7   | 6,4   | 8,0   |
| juros a pagar             |       |       | 0,2   | 1,3   | 2,3   | 3,5   | 3,4   | 4,5   |
| transportes               |       |       | 0,8   | 1,0   | 1,1   | 1,3   | 1,0   | 1,7   |
| remessas trabalh.         |       |       | 0,8   | 1,0   | 0,9   | 0,8   | 1,1   | 1,1   |
| outras                    |       |       | 0,6   | 1,1   | 1,1   | 1,0   | 0,8   | 0,8   |
| BAL. TRANS. CORRENTES     | -7,2  | -6,2  | -13,7 | -15,4 | -21,9 | -20,3 | -20,2 | -18,4 |
| Donativos                 | 1,6   | 2,2   | 1,8   | 2,0   | 3,0   | 3,6   | 7,1   | 6,0   |
| Conta de capital (saldo)  | 4,0   | 5,3   | 11,8  | 14,5  | 14,9  | 1,7   | -3,1  | -1,7  |
| entradas                  |       |       | 16,3  | 25,4  | 27,4  | 13,6  | 11,2  | 9,9   |
| saídas                    |       |       | 4,5   | 10,9  | 12,4  | 11,9  | 14,3  | 12,0  |
| Erros e omissões          | -0,5  | -0,3  | -1,0  | -2,4  | -1,5  | 1,8   | 1,0   | -0,1  |
| BALANÇA GLOBAL            |       |       | -3,1  | -2,3  | -5,4  | -13,2 | -15,2 | -14,2 |
| a financiar               |       |       | 1,1   | 2,3   | 5,4   | 13,2  | 15,2  | 14,2  |
| variação de reservas (a)  | 3,7   | 1,2   | 1,0   | 2,4   | 5,6   | 1,9   | -2,3  | 0,7   |
| acordos bilaterais de pç. |       |       |       | -0,1  | -2,0  | -1,0  | -1,0  | 0,1   |
| reescal. dívida           |       |       |       |       |       |       | 9,0   | 6,6   |
| variação atrasados        |       |       |       |       |       | 11,5  | 9,7   | 6,6   |

Fonte: CNP/DNE Informação Estatística 1986, Maputo, 1987, pg 29

Nota: (a) -aumento; +diminuição

À degradação da produção no período posterior a 1982 correspondeu uma evolução da situação financeira externa caracterizada, também ela, por um seu agravamento a partir daquele ano. Até então, apesar de um sistemático déficit na Balança Comercial, Moçambique tinha conhecido, por razões que adiante serão explicadas mais cuidadosamente (10), uma situação relativamente tranquila no domínio das suas relações económicas com o exterior.

10. Vd o ponto VII.2.5, onde se aborda a problemática dos pagamentos em ouro do "deferred pay" devido aos mineiros moçabicanos na República da África do Sul.

As dificuldades financeiras de Moçambique no final do período analisado estão igualmente patentes no seguinte quadro sobre as suas disponibilidades líquidas sobre o exterior:

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS SOBRE O EXTERIOR, 1980-1984 (em contos de MT)

|                        | 1980 | 1981  | 1982  | 1983  | 1984  |
|------------------------|------|-------|-------|-------|-------|
| Activos externos       | 8897 | 7407  | 2759  | 2478  | 3153  |
| ouro                   | 7271 | 6310  | 1678  | 1088  | 967   |
| dinheiro               | 128  | 156   | 119   | 118   | 332   |
| correspondentes        | 1403 | 757   | 546   | 687   | 1137  |
| acordos pagmt. bilat.  | 95   | 184   | 416   | 585   | 717   |
| Responsab. s/ exterior | 724  | 923   | 1318  | 4140  | 6007  |
| das quais: curto prazo |      |       |       | 2132  | 3987  |
| Activos líquidos       | 8173 | 6484  | 1441  | -1662 | -2854 |
| variação               |      | -1629 | -5043 | -3103 | -1192 |

Fonte: IMS The people's Republic of Mozambique -- recent economic developments, 1985

Segundo as estatísticas sobre a situação monetária, as reservas internacionais líquidas eram de 0,6 e de 0,4 milhões de contos em 1985 e 1986, respectivamente, o que equivalia a 1 mês (1985) e a 1 semana (1986) de importações do país. Em relação ao conjunto da África sub-sahariana, o número correspondente mas em relação às reservas brutas eram, respectivamente, 1984=1,4 e 1985=1,7 (11).

11. Vd CNP/DNS Informação Estatística 1986, op. cit. Para a ASS vejam-se os relatórios anuais do Banco Mundial sobre o estado de desenvolvimento do mundo.

SITUAÇÃO MONETÁRIA (Saldos em 31 de Dezembro) (unidade: 10<sup>6</sup> contos)

|                                  | 1980 | 1981 | 1982 | 1983  | 1984  | 1985  |
|----------------------------------|------|------|------|-------|-------|-------|
| Reservas internac. líquidas (a)  | 8.2  | 6.5  | 1.4  | -1.7  | 1.0   | 0.6   |
| activos                          | 2.9  | 7.4  | 2.8  | 2.5   | 4.0   | 2.9   |
| passivos a curto prazo           | 0.7  | 0.9  | 1.3  | 4.1   | 3.0   | 2.3   |
| Crédito interno                  | 49.6 | 62.3 | 73.0 | 102.9 | 124.2 | 144.2 |
| crédito ao gov. central (líq)    | 1.7  | 6.3  | 3.9  | 15.3  | 22.3  | 27.0  |
| crédito à economia               | 47.9 | 56.0 | 69.1 | 87.6  | 102.0 | 117.2 |
| Dinheiro e quase-dinheiro        | 35.3 | 45.7 | 59.5 | 72.5  | 93.6  | 96.5  |
| Respons. externas méd/long. prz. |      | 6.8  | 10.4 | 25.7  | 27.2  | 34.2  |
| Outros activos e passivos líq.   | 22.5 | 17.1 | 4.5  | 3.1   | 14.4  | 14.0  |

Fonte: CNP/DNE Informação Estatística 1986, Maputo, 1987, pg 30

Notas: (a) inclui ouro avaliado ao preço do mercado internacional, as disponibilidades líquidas em divisas e os saldos dos acordos internacionais de pagamentos.

Também neste domínio a situação de Moçambique não é qualitativamente muito diferente da do resto da África ao sul do Sahara pois ela também conheceu uma degradação durante a primeira metade dos anos 80: as suas reservas brutas diminuíram cerca de 48% de 1980 para 1981, tendo continuado a diminuir depois disso: -34% de 1981 para 1982 e -11 no ano seguinte.

Para a evolução da situação em Moçambique contribuíram diversos factores, uns ligados às importações ou, de uma forma genérica, às saídas de divisas do país, e outros ligados às exportações ou às receitas em divisas.

## IMPORTAÇÃO - TOTAL (mil contos)

| TIPO DE BENS       | 1975           | 1977           | 1978           | 1979           | 1980           | 1981           | 1982           | 1983           | 1984           | 1985           |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| BENS DE CONSUMO    | 3126.9         | 2639.5         | 4307.4         | 4796.3         | 6590.6         | 6303.5         | 6362.1         | 7134.0         | 7723.1         | 7169.5         |
| % variação         |                | -16            | +66            | -2             | +37            | -4             | +1             | +12            | +8             | -7             |
| alimentares        | 1555.5         | 1115.7         | 2716.7         | 2589.7         | 3499.5         | 4043.6         | 4369.5         | 5261.1         | 5718.2         | 5223.8         |
| MATÉRIAS PRIMAS    | 4454.9         | 5021.1         | 7055.3         | 8009.0         | 12552.7        | 12975.6        | 14292.2        | 9309.3         | 8197.3         | 7007.9         |
| crude e derivadas  | 1585.4         | 1737.7         | 2840.2         | 4470.2         | 7105.3         | 5906.0         | 6043.9         | 3867.0         | 4273.3         | 2983.0         |
| % variação         |                | +10            | +63            | +57            | +59            | -17            | +36            | -52            | +10            | -30            |
| PEÇAS E SOBRESSAL. | 1365.0         | 1600.4         | 1976.8         | 1634.1         | 1837.8         | 3689.9         | 4060.9         | 4237.8         | 3013.1         | 2019.9         |
| EQUIPAMENTO        | 1798.8         | 1560.4         | 3259.0         | 4133.9         | 4941.1         | 5348.6         | 6859.5         | 4890.3         | 3969.8         | 2100.9         |
| % variação         |                | -13            | +109           | +27            | +20            | +8             | +29            | -29            | -19            | -47            |
| <b>TOTAL</b>       | <b>10745.6</b> | <b>10821.2</b> | <b>17198.5</b> | <b>18575.3</b> | <b>25922.2</b> | <b>28317.6</b> | <b>31573.7</b> | <b>25571.4</b> | <b>22903.3</b> | <b>18298.1</b> |
| % variação         |                | +1             | +59            | +8             | +40            | +9             | +12            | -19            | -10            | -20            |

Fontes: CNP/DNE Informação Estatística 1975-1984, Maputo, 1985, pg 70 e Ibidei, 1986, Maputo, 1987, pg 56

Quanto às primeiras, é de notar, em primeiro lugar, que a estratégia económica que foi intensificada a partir de 1977 levou a um significativo e rápido aumento das importações de equipamentos, peças e sobressalentes: de 1977 para 1982 o valor conjunto destas rubricas passou de pouco mais de 3 milhões de contos para quase 11 milhões. Posteriormente ele baixou até aos pouco mais que 4 milhões de contos em 1985, traduzindo uma queda significativa do investimento.

De facto, as contas nacionais moçambicanas estabelecidas segundo os princípios em uso na OCDE apontam para uma participação da Formação Bruta de Capital Fixo na Despesa Nacional da ordem dos 20% no triénio 1980-1982. Esta percentagem veio a reduzir-se significativamente nos anos seguintes, em que desceu para a média de 10%, com 7% em 1985. Comparem-se estes números com os 24,2%, 20,3% e 13% que a FRCF representava no total da África Sub-Sahariana nos períodos 1975-79 e 1980-1984 e no ano de 1985, respectivamente; dela resulta que, Moçambique conheceu neste domínio uma evolução que não foi qualitativamente muito diferente da do resto da África ao sul do Sahara. Factores específicos do país terão contribuído para uma evolução quantitativamente mais desfavorável que o conjunto da ASS (12).

Por outro lado, a fatura petrolífera paga por Moçambique passou, no mesmo período, de 1.7 para 8 milhões de contos como efeito quer do aumento do consumo quer, principalmente, da subida vertiginosa dos preços do crude em 1979 e 1980 e a sua manutenção a níveis elevados até ao fim de 1985 (13). A partir de então ela reduziu-se significativamente (cerca de 3 milhões de contos em 1985) devido à evolução negativa da conjuntura --- que levou à queda das necessidades de consumo de energia --- e à redução do preço do crude (14).

12. Vd. para Moçambique, CNE/DKE Informação Estatística 1986, Maputo, 1987, pg 29 e para a África Sub-Sahariana, WORLD BANK Financing adjustment with growth in Sub-Saharan Africa, 1966-1990, WB, Washington/DC, 1986, pg 58 e WB World Development Report 1987, WB+Oxford UP, 1987, pg 210.

13. Vd FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL Rapport Annuel 1987, Washington/DC, 1987, pg 19. Deste relatório se deduz que o preço real do petróleo bruto (preço ponderado com o valor unitário das importações dos países exportadores de petróleo) duplicou desde o final de 1978 até ao início de 1981. Em termos nominais o aumento foi ainda maior pois foi de mais de 250%.

14. Em meados de 1986 o crude, que no fim de 1985 estava, em termos nominais, a cerca de US \$28 por barril, desceu para US \$10, atingindo o valor real próximo do que tinha alcançado no início de 1974, quando já sensivelmente a reis da subida que conheceu

Foram ainda as dificuldades derivadas da degradação da situação económica e financeira a partir de 1982 que levaram a uma queda das importações de bens de consumo não alimentar e a um aumento das de natureza alimentar; estas últimas, que em 1977 tinham sido de 1,1 milhões de contos, foram em 1984 de 5,7 milhões tendo baixado cerca de 10% em 1985 acompanhando a quebra geral das importações e a crescente degradação da situação financeira externa que dificultou a sua realização.

Quanto às exportações, é de salientar a sua sistemática redução desde que em 1982 atingiram o seu valor máximo: quase 10 milhões de contos contra 3,3 em 1985 e 1986. A razão fundamental de tal queda tem que ser procurada na crise económica que atravessa o país e nas dificuldades de circulação e escoamento de mercadorias que a situação de guerra provoca.

Duas referências finais sobre as relações económicas e financeiras com o exterior: uma sobre o comportamento da balança de capitais e outra sobre a evolução dos termos de troca.

Em relação à primeira, é evidente, a partir da consulta da balança de pagamentos do país, a dificuldade que ele passou a enfrentar, principalmente a partir de 1982, em aceder aos mercados financeiros internacionais na sequência quer da sua própria situação económica-financeira quer da daqueles mesmos mercados. Nesta época, as dificuldades financeiras de vários países altamente endividados levaram-nos a encararem a possibilidade de interromperem o pagamento dos encargos com a sua dívida externa. O único país que então concretizou esta medida foi o México mas a crise financeira internacional que essa atitude precipitou levou a uma retracção importante na concessão de empréstimos por parte da banca comercial. O fluxo líquido de empréstimos públicos e privados para os países em desenvolvimento passou de 75,7 biliões de dólares em 1981 para 25,6 em 1985 e 1986, com os empréstimos de credores privados a baixarem de 92 para 50 biliões de dólares <sup>(15)</sup>. As

-----  
aquando do 'primeiro choque petrolífero', iniciado em 1973.

15. Vé RAMSES 1986/87, pg 273 e WORLD BANK World Development Report 1987, Oxford UP + WB, 1987, pg 19.

próprias transferências líquidas do Fundo Monetário Internacional diminuíram significativamente, tendo passado dos cerca de 1,5 bilhões de DSE (Direitos de Saque Especiais) em 1981 para o nível zero em 1985.

Quanto à segunda, os dados disponíveis apontam para uma manifesta degradação daqueles termos a partir de 1980; a ligeira recuperação verificada em 1984 não foi, de forma alguma, suficiente para alcançar o valor do ano base, ficando-se por trinta pontos abaixo daquele. Esta evolução, ainda que intimamente relacionada com a situação específica do país, não lhe é exclusiva pois o comportamento dos termos de troca em toda a África Sub-Sahariana tem sido semelhante.

TERMOS DE TROCA (1980-1984) (1980=100)

|                                      | 1980    | 1981   | 1982    | 1983    | 1984    |
|--------------------------------------|---------|--------|---------|---------|---------|
| <b>Índices dos valores unitários</b> |         |        |         |         |         |
| exportações                          | 100     | 102.8  | 81.8    | 86.2    | 98.6    |
| (% de variação anual)                | (24.3)  | (2.8)  | (-20.4) | (5.4)   | (14.4)  |
| importações                          | 100     | 111.1  | 122.4   | 131.0   | 141.0   |
| (% de variação anual)                | (10.0)  | (11.1) | (10.2)  | (7.0)   | (7.6)   |
| <b>TERMOS DE TROCA</b>               | 100     | 92.5   | 66.8    | 65.8    | 69.9    |
| (% de variação anual)                | (18.9)  | (-7.5) | (-27.8) | (-1.5)  | (6.2)   |
| <b>Por memória</b>                   |         |        |         |         |         |
| índices dos volumes                  |         |        |         |         |         |
| exportações                          | 100     | 92.3   | 99.8    | 54.3    | 34.3    |
| (% de variação anual)                | (-16.3) | (-7.7) | (8.1)   | (-45.6) | (-36.8) |
| importações                          | 100     | 90.1   | 85.4    | 60.7    | 47.7    |
| (% de variação anual)                | (27.0)  | (-9.9) | (-5.2)  | (-28.9) | (-21.4) |

Fonte: IMF *The People's Republic of Mozambique -- recent economic developments*, IMF, Washington, 1985, p. 45

De facto, depois de em 1975 terem tido o mesmo valor de 1960 (1960 e 1975 = 100), os termos de troca daquela região atingiram o valor 133 em 1981 para entrarem então numa rápida diminuição até ao índice 88 em 1986.<sup>16</sup> O

16. Ver WORLD BANK *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth*, WE, Washington/DC, 1989, p. 24. Os números referidos foram retirados da leitura dos gráficos da referência citada.

comportamento dos preços reais das mercadorias não-petrolíferas desde 1950 é ilustrado pelo gráfico seguinte que demonstra bem a tendência histórica à sua diminuição e, particularmente, a queda que têm vindo a sofrer nos últimos quinze anos: o índice das produções alimentares estava em 1986 cerca de 25% abaixo do de 1980 (17).

Do conjunto de informações que aqui ficam pode-se deduzir que a evolução que Moçambique conheceu nos últimos anos, principalmente desde o início da década de 80, não é, pelo menos sob o ponto de vista das grandes tendências de evolução, significativamente diferente da do conjunto da África Sub-Sahariana. As diferenças situam-se, pois, mais ao nível quantitativo do que qualitativo. Estas estão intimamente relacionadas com a situação social que se vive no país, particularmente com a existência da guerra.

Ora, a presença desta é, senão apenas "a continuação da política por outros meios", a manifestação (violentíssima no caso de Moçambique) das tensões sociais que se desencadearam no país, nomeadamente no seio das comunidades rurais, desde que o poder instituído optou por uma estratégia de transformação (potencialmente radical) das estruturas sociais. Tais tensões foram aproveitadas por agentes sociais e políticos internos e externos para impedir a transformação social que se prespectivava e que, a concretizar-se, não deixaria de ter profundas repercussões em toda a África Austral, particularmente na República da África do Sul. É a evolução do processo social moçambicano que levou ao crescente agudizar de tais tensões que procuraremos estudar nos capítulos seguintes.

17. Vd WORLD BANK World Development Report 1987, WB, Washington/DC, 1987, pg 17-18. Ali se reconhece que "pela primeira vez na história recente, praticamente todos os grupos de mercadorias sentiram reduções no período 1984-86. Entre o quarto trimestre de 1983 e o segundo trimestre de 1986, o índice em dólares correntes para as produções agrícolas diminuiu 13% (...). O índice para os metais e minerais desceu 16% no mesmo período."

CAPÍTULO V --- A ECONOMIA POLÍTICA DO MOÇAMBIQUE COLONIAL;  
os últimos 40 anos

A evolução do processo económico-social de um país num determinado período de tempo não é separável da evolução que nele se verificou anteriormente. No caso concreto de Moçambique isto significa que para compreender as transformações verificadas na organização política, económica e social da formação social moçambicana no período em análise é necessário ter presentes as principais características desta durante, pelo menos, o final do período colonial.

Nestas características incluímos não só uma vertente estática, descritiva das condições num determinado momento --- no nosso caso o da independência --- mas também uma vertente dinâmica, referente ao processo económico e social que conduziu a tal situação concreta. Em qualquer destas vertentes há que tomar em consideração não só os seus elementos materiais mas também os que se referem à identificação dos vários grupos sociais em presença e suas relações mútuas (as relações sociais, designadamente as de produção). É este, aliás, o significado que damos à referência à 'economia política do Moçambique colonial' enquanto objecto de estudo deste capítulo.

Tal como vimos salientando desde a Introdução, vector privilegiado da nossa análise é, além do da relação entre os grupos sociais, o dos mecanismos de reprodução e da acumulação <sup>(1)</sup> da sociedade.

Numa economia aberta e sujeita à relação colonial como é o caso em apreço, a quantificação dos conceitos de excedente económico e de acumulação deve ser vista com precaução já que uma parte por vezes muito importante do excedente económico nacional é transformada em acumulação de outros espaços

1. Vê a definição deste conceito na Introdução da Parte A.

económicos --- nomeadamente o da metrópole colonial mas não só.

Assim, tão importante ou mais que detectar o nível e os mecanismos da acumulação efectivamente materializada parece-nos ser detectar quais os mecanismos que na economia política do Moçambique colonial davam origem a recursos (financeiros --- divisas, ouro --- ou não) susceptíveis de serem transformados em acumulação efectiva no espaço económico moçambicano mas independentemente de naquele período o terem sido efectivamente ou não.

Esta preocupação insere-se no facto de ter sido com estes mecanismos e com aquela estrutura social que a Política Económica visando a transição para o socialismo e, particularmente, a dirigida à transformação das sociedades rurais teve de se defrontar após a Independência de modo a, aproveitando-os ou lutando pela sua transformação, tentar aproximar o excedente económico efectivo de que nos fala Paul Baran do excedente potencial (2) através, nomeadamente, da maximização do excedente acumulável.

O propósito central deste capítulo é, pois, duplo: detectar aqueles mecanismos (ponto V.1) e indagar sobre quais são os grupos sociais em presença, suas características e estratégias de articulação entre si vistas numa perspectiva não só sincrónica mas também diacrónica (ponto V.2). Terminaremos (ponto V.3) com uma breve descrição da evolução da situação conjuntural no período que antecedeu o '25 de Abril' e, com ele, o desencadear do processo que levou à independência.

São várias as hipóteses que procurarei demonstrar.

A principal hipótese da nossa investigação é a de que no final do período colonial os mecanismos de acumulação existentes em Moçambique quer ao nível nacional quer ao nível de um grande número das unidades de produção (particularmente das unidades familiares camponesas) estavam, embora em graus diversos, intimamente ligadas às relações com o exterior.

Nesta é possível destacar três grandes blocos de importância diferente: a metrópole colonial, o eixo África do Sul-Rodésia (do Sul) --- com especial destaque para a primeira --- e o resto do mundo, aqui abrangendo quase exclusivamente os 'países capitalistas industrializados'.

2. Vê BARAN, Paul A economia política do desenvolvimento, Zahar, Rio de Janeiro, 1972 [1ª ed.1953], pgs 74 e seqs.

Uma segunda hipótese, complementar em relação à enunciada, é a de que o primeiro daqueles blocos era, numa perspectiva de médio/longo prazo, o 'elo mais fraco' da cadeia de dependências externas de Moçambique enquanto que o eixo África do Sul-Rodésia teria tendência a, uma vez terminada a relação colonial a que o país estava sujeito, tornar-se no principal eixo de articulação externa --- o que não deixaria de impôr à partida fortes condicionantes à estratégia de acumulação a desenvolver no período posterior à independência.

No domínio da estrutura social, uma outra hipótese é a de que no final do período colonial a formação social moçambicana era caracterizável principalmente como sendo uma articulação/interpenetração dos modos de produção capitalista e não-capitalista(s) que dava aos grupos sociais nela existentes um aspecto relativamente 'inacabado'. Esta característica era especialmente nítida no campesinato já que, embora conhecendo formas várias de diferenciação social no seu seio quer por influência do MPC quer por influência do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s), a maioria deste tinha um comportamento económico e social que tinha mais a ver com a necessidade 'pré-capitalista' da reprodução individual e do grupo familiar do que com a necessidade capitalista da produção de lucros e da acumulação e reprodução material alargada.

## V.2 - A estrutura económica

O que ficou dito no capítulo anterior sobre a articulação de modos de produção em sociedades periféricas permite antever que a estrutura económica e social colonial era extremamente complexa e estava em contínua transformação.

Embora as vertentes económica e social estejam, à luz da economia política, intimamente articuladas entre si é possível, por conveniência da análise, autonomizar o domínio essencialmente económico de um outro essencialmente social. Se aquele corresponde grosso modo à área usualmente analisada pela ciência económica tradicional, este reporta-se normalmente à

identificação dos grupos sociais em presença e das suas interrelações tendo como pano de fundo a sua localização e as suas funções no quadro do funcionamento do sistema produtivo.

No domínio essencialmente económico há que destacar dois elementos principais: uma estrutura regionalmente diferenciada sendo possível distinguir três grandes regiões (o Norte, o Centro e o Sul) caracterizadas principalmente por diferentes perfis quanto às formas de exploração da terra e por não terem grandes conexões entre si (3); e uma articulação externa com uma tripla face: por um lado, com a metrópole colonial; por outro, com os países vizinhos, nomeadamente com a República da África do Sul (RAS) mas também com a então Rodésia do Sul; e, por fim, com o conjunto dos países capitalistas mais industrializados. Neste domínio económico é ainda de realçar a importância que o sector agrícola --- e, dentro dele, a agricultura camponesa, 'tradicional' --- tinha quanto ao volume da produção e, principalmente, da população nela envolvida.

No domínio essencialmente social são de destacar a presença de um grupo social constituído principalmente por indivíduos originários da metrópole colonial (4) e de um outro, constituído pela quase totalidade da população negra moçambicana que tinha, por diversos motivos (5), uma posição subalterna no seio da sociedade moçambicana.

Note-se que nenhum destes grupos era homogéneo sendo as clivagens no seu seio por vezes grandes e tendo por fundamento quer elementos próprios do modo de produção capitalista quer das formas não-capitalistas de organi-

3. Para uma distinção entre as várias regiões ver principalmente WFFS, Mapa Camponeses e economia rural em Moçambique, CEA/JEM, 1978. Aí se caracteriza o Norte principalmente por ser a região onde a agricultura camponesa tinha maior importância como fonte de rendimento (nomeadamente pela produção de algodão e de café), o Centro por ser a região em que o traço característico fundamental era a presença de inúmeras plantações (de chá mas também de copra) e o Sul por ser a zona onde assumia maior importância o trabalho assalariado nas ricas da RAS, na cidade de Lourenço Marques e nas fazendas capitalistas.

4. Os quais, por esse facto tinham, desde logo, uma posição privilegiada na estrutura social e económica.

5. Nomeadamente a natureza da relação colonial, a sua posição no sistema produtivo e o nível da sua educação formal.

zação social que continuavam a desempenhar, principalmente nas comunidades rurais, um papel extremamente importante enquanto princípios estruturadores da sociedade.

*V.1.1 - A economia política do pacto colonial:  
Moçambique e a "acumulação primitiva"  
em Portugal*

O tipo das relações ueestabeleceramomotência colonizadora caracterizou-se determinantemente em torno do objectivo fundamental da relação colonial típica: contribuir para a acumulação da metrópole. No caso concreto de Portugal, o facto de se tratar de um país com um nível de desenvolvimento económico relativamente reduzido comparativamente com as demais emprestou a esta relação uma importância particular, dando-lhe características próprias.

Características verdadeiramente tipificadoras do colonialismo português em Moçambique não terão sido tanto a de, à semelhança do que se passou com as demais potências coloniais, ter contribuído para a 'acumulação primitiva' em Portugal mas sim a de esta se ter efectuado mais tarde que nas demais colónias, se ter concentrado, na sua fase mais aguda, num período histórico relativamente curto e de ter recorrido a formas de prática colonial que por vezes foram mais violentas que as utilizadas por outras potências.

Uma análise da Balança de Pagamentos dos anos finais do período colonial permite concluir que as relações económicas entre Moçambique e Portugal foram sistematicamente favoráveis a este último com a consequente transferência líquida de recursos para a metrópole. Esta transferência, no entanto, não se limitava a esta última dimensão mais visível no domínio financeiro-cambial (Quadro V-1).

Mais que as trocas comerciais, eram os invisíveis correntes os principais responsáveis por tal desequilíbrio sendo que algumas das rubricas destes (transferências privadas e rendimentos de capitais) chegaram a ter um saldo negativo maior que o da balança comercial. Porém, sem dúvida que o principal elo de articulação entre as duas economias era, em volume absoluto, a troca de mercadorias: no período 1971-73 as trocas comerciais entre Portugal e Moçambique (Ex + Im de Moçambique) totalizaram, em média, mais de 4 milhões de contos anualmente. As exportações para Portugal representaram, naquele triénio, 37% das importações totais dos respectivos produtos moçambicanos.

QUADRO V-1

## BALANÇA DE PAGAMENTOS DE MOÇAMBIQUE (SALDOS)

unidade: mil contos

|                       | 1965        | 1966        | 1970         | 1971        | 1972        | 1973        |
|-----------------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>ZONA DO ESCUDO</b> |             |             |              |             |             |             |
| Mercadorias           | -210        | -299        | -624         | -462        | -497        | +93         |
| Invisíveis            | -994        | -957        | -894         | -545        | -525        | -503        |
| Capitais              | -254        | -150        | -144         | -31         | -50         | +118        |
| total                 | -1458       | -1406       | -1662        | -1038       | -1072       | -292        |
| <b>ESTRANGEIRO</b>    |             |             |              |             |             |             |
| Mercadorias           | -1032       | -1477       | -3336        | -3339       | -2743       | -2918       |
| Invisíveis            | +2410       | +2534       | +3495        | +3646       | +3960       | +3502       |
| Capitais              | -138        | -50         | -67          | +291        | +26         | -509        |
| total                 | +1240       | +1007       | +92          | +598        | +1243       | +75         |
| <b>TOTAL</b>          |             |             |              |             |             |             |
| Mercadorias           | -1242       | -1776       | -3960        | -3801       | -3240       | -2825       |
| Invisíveis            | +1416       | +1577       | +2601        | +3101       | +3436       | +2998       |
| Capitais              | -392        | -200        | -210         | +260        | -24         | -391        |
| <b>TOTAL GERAL</b>    | <b>-218</b> | <b>-399</b> | <b>-1570</b> | <b>-440</b> | <b>+172</b> | <b>-217</b> |

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica IV Plano de Fomento ..., op. cit., quadros 47 e 48; Serviços de Planeamento Económico / EPN, Lourenço Marques, Dezº 1975, pg 21.

Esta importância quantitativa de Portugal no comércio externo de Moçambique não causa admiração se se tiver presente a relação de dependência política estabelecida entre este e aquele. O que é verdadeiramente de realçar é a situação 'qualitativa' de Portugal quando comparada com a dos outros

países parceiros económicos de Moçambique: por um lado, enquanto que os saldos da balança de Pagamentos da Zona do Escudo --- de que Portugal era a principal componente --- surgem sistematicamente negativos, os saldos com o estrangeiro são sempre positivos; por outro lado, as razões de troca do comércio com Portugal são sistematicamente mais desfavoráveis a Moçambique que as resultantes das trocas com o Estrangeiro (Quadro V-2).

Aquele primeiro desequilíbrio significa que o comércio externo que Moçambique mantinha com Portugal era financiado em parte significativa pelos excedentes que resultavam das relações económicas da Colónia com o estrangeiro ou, mais concretamente, dos créditos dos invisíveis correntes (transportes, etc.).

Moçambique era, assim, um mercado preferencial para as exportações da metrópole que assegurava a esta, em conjunto com o resto do "espaço económico português", o escoamento de parte importante da sua produção. Tal facto ajudava a rendibilizar muitas das actividades económicas da metrópole e contribuía para a acumulação nesta.

#### QUADRO V-2

PREÇOS MÉDIOS E RAZÕES DE TROCA NO COMÉRCIO EXTERNO DE MOÇAMBIQUE (centos/ton)

| Anos | comércio com Portugal |                |                 |                 | comércio global |                 |
|------|-----------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|      | preço médio Im        | preço médio Ex | razões de troca | índice 1950=100 | razões de troca | índice 1950=100 |
| 1950 | 15161                 | 4666           | 0.3077          | 100             | 0.7977          | 100             |
| 1955 | 10933                 | 5645           | 0.5163          | 167.7           | 0.7309          | 91.6            |
| 1960 | 13082                 | 5799           | 0.4432          | 144             | 0.7634          | 95.7            |
| 1965 | 15929                 | 3702           | 0.2324          | 75.5            | 0.7433          | 93.2            |
| 1968 | 19470                 | 3081           | 0.1582          | 51.4            | 0.6329          | 79.3            |
| 1970 | 20095                 | 4184           | 0.2082          | 67.6            | 0.4594          | 57.6            |
| 1973 | 28450                 | 4978           | 0.1749          | 56.8            | 0.5267          | 66.2            |

Fonte: CNP/EPN *Informação Económica*, Maputo, Janº 1984, quadro 3, p. 15

Estes resultados são o fruto da forma de articulação metrópole/colónia e que se reflecte no padrão de comércio entre ambas.

Tal articulação baseava-se na exportação para a metrópole de matérias-primas e na importação de bens de consumo manufacturados (têxteis, calçado) e de outros de origem agrícola (azeite, vinho). Parte importante destes eram resultado da transformação industrial, feita na metrópole, de matérias-primas previamente importadas de Moçambique.

Era o caso do algodão, em que, ao abrigo da legislação sobre condicionamento industrial foi praticamente proibida a instalação de indústria têxtil em Moçambique que pudesse concorrer com as exportações portuguesas para a colónia.

A situação gerada levou a que Henrique Galvão, então ainda deputado da Assembleia Nacional, afirmasse num relatório de 1946 que as indústrias de tecidos metropolitanas

"continuam impunemente a devolver às colónias, em obra, a 107\$20 cada quilograma o algodão que de lá recebem em fibra a 9\$75." (6)

O papel das colónias enquanto mercado para escoamento da produção da metrópole era bem sintetizado por Henrique Galvão no mesmo discurso ao reconhecer já então que muitas das empresas nacionais não seriam viáveis sem a existência daqueles mercados (7).

Cumpria-se assim o princípio enunciado por Salazar de que as colónias se destinavam a produzir matérias primas para vender à metrópole em troca de produtos manufacturados.

---

6. Citado em CRPSIA. José e imposto de palheta e a introdução do Modo de Produção Capitalista nas colónias, Afrontamento, Porto, 1977, pg 226

7. *Id. op. cit.*, pg 225

V.1.1.1 --- A 'economia política do algodão'  
como exemplo do 'pacto colonial'

A primeira legislação publicada em Portugal e que abriu as portas à intensificação da cultura algodoeira em Moçambique foi o Dec. nº 11994, publicado em 30/7/1926 (8). Tal decreto surgiu dois meses depois do "28 de Maio", dez anos depois de outras potências coloniais terem dado os primeiros passos neste domínio --- como foi o caso da Bélgica no Congo (9) cuja experiência, aliás, se pretendia seguir --- e numa época em que as cotações internacionais, após o 'boom' durante a e no imediato pós-I Grande Guerra, estavam já em diminuição.

O regime de cultura então iniciado e que durou até à revisão da legislação em 1961 na sequência do desencadear da luta armada em Angola consistia fundamentalmente no estabelecimento de zonas em que os respectivos concessionários tinham o exclusivo da compra, descaroçamento e comercialização do algodão produzido pelos indígenas (10).

A produção era, assim, confiada integralmente aos camponeses cabendo aos concessionários a sua comercialização e, com o apoio das autoridades administrativas, o "fomento da cultura do algodão entre os indígenas".

De notar que esta opção está intimamente ligada com as enormes necessidades de mão-de-obra que uma tal cultura exigia resultantes principalmente de um constante cuidado a ter para evitar o ataque do algodoeiro por plantas daninhas e pragas várias e com os consequentes enormes riscos que a sua cultura acarretava --- a que há que adicionar o da erosão (11).

8. Antes desta data, ainda durante a Monarquia e em plena época das Companhias Regestáticas, tinha sido igualmente publicada legislação e tomadas algumas iniciativas no sentido de promover a cultura do algodão em Moçambique mas foram iniciativas sem quaisquer consequências práticas significativas. Vd ISAACMAN, Allen "Regulos, diferenciação social e processo rural: a região do cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1929-61" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 6-7, Jan-Dez, 1967, pp 41. Para essas anteriores tentativas veja-se especialmente FIALGO Feliciano, José Antropologia económica dos Povoos do Sul de Moçambique, Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa, 1989, pp 115/6

9. Vd PRSNANS, J.Ph. "Capital accumulation in the Congo" in DUCHEAN, P. e GANN, L.N. (eds) Colonialism in Africa -- 1870/1960: vol. 4 - The economics of colonialism, Cambridge University Press, pp 128.

10. Vd Relatório do Decreto-Lei 35344 de 31/07/1944 citado em FRAZÃO, Nelson Saraiva A cultura algodoeira na economia do Norte de Moçambique, JICA, Lisboa, 1962, pg 62

Esta legislação surge num momento em que as crescentes necessidades daquela fibra por parte da indústria portuguesa tinham levado a um aumento acentuado das importações provenientes do estrangeiro: em 1925, ano anterior ao da publicação do Dec. 11 994, o consumo de algodão em rama na metrópole foi de 17.000 toneladas, das quais só cerca de 5% (800 tons) foram importadas das colónias. Um tal volume de importação do estrangeiro implicava um volume significativo de necessidades em divisas que eram difíceis de obter face à fraqueza da capacidade exportadora do país.

A fraca presença administrativa efectiva nas colónias e a crise económica mundial de 1929-33 constituíram, no entanto, fortes condicionantes a um rápido crescimento da cultura do algodão que, no entanto, aumentou significativamente na 2ª metade dos anos 30 em resultado da recuperação económica global e do incentivo à produção que resultou da política de preços mais favoráveis adoptada a partir de 1932 e que fez a produção passar das 150 toneladas para as 8 000 --- o que, no entanto, continuava a representar uma parcela menor das necessidades de importação da indústria portuguesa que se cifravam então em cerca de 20 mil toneladas (12).

Facto que vai ser determinante da evolução que se vai seguir é o de que a partir de meados da II Grande Guerra, devido à desorganização do comércio mundial que dela resultou e à entrada dos USA --- grande produtor e consumidor mundial --- no conflito, a indústria têxtil nacional começou a lutar com grandes dificuldades no seu abastecimento em matéria prima.

Estavam reunidas as condições para, aproveitando a legislação já existente sobre o assunto (13) e desenvolvendo-a, incrementar a sua aplicação prática. Esta, no entanto, só conheceu um verdadeiro salto quantitativo --- e

11. Vé ASSVEDO, Arão Lebo de O clima de Moçambique e a agricultura. I - Lourenço Marques: estudo de alguns factores climáticos, Junta de Níveis Geográficas e de Investigações Coloniais, (Lisboa), 1947, pg 226: "Entre as culturas que maiores cuidados exige da parte do agricultor na sua luta contra a erosão, conta-se a do algodoeiro."

12. Vé ISAKCZAK, A. "Régles ...", op. cit., pg 43

13. A de 1926 mas também a posterior como a que em 1938 criou a Junta de Exportação do Algodão Colonial e que concentrou nesta instituição toda a intervenção estatal no sector a fim de lhe aumentar a eficiência.

qualitativo --- quando a tal legislação se veio juntar outra relativamente à obrigatoriedade de os africanos entre os 18 e os 55 anos provarem que viviam do seu trabalho --- pressupunha-se assalariado e/ou aplicado em culturas de rendimento --- sob pena de serem a tal compelidos pela administração por um prazo de seis meses por ano (14).

A intensificação desta cultura neste período está bem patente na evolução do número de "cultivadores indígenas" e da produção alcançada:

QUADRO V-3  
PRODUÇÃO E NÚMERO DE CULTIVADORES INDÍGENAS

| anos                 | PRODUÇÃO  |        | número de<br>cultivadores<br>(milhares) |
|----------------------|-----------|--------|---|
|                      | toneladas | contos |   |
| 1931-35 <sup>1</sup> | 4140      | -      | 45 <sup>2</sup>                         |
| 1936-40 <sup>1</sup> | 18938     | -      | 200 <sup>2</sup>                        |
| 1941                 | 51007     | 50832  | 662                                     |
| 1942                 | 70176     | 88396  | 556                                     |
| 1943                 | 61115     | 72774  | 569                                     |
| 1944                 | 63815     | 75284  | 791                                     |
| 1950                 | 56162     | 100907 | 536                                     |

Notas: (1) Média anual do quinquénio; (2) Idem, tomando como base para o cálculo a produtividade média por cultivador no período 1941-45. Cálculos meus - AS

Fonte: BRAVO, Nelson Saraiva op. cit., pg 81, quadro XVII (adaptado)

Uma tal evolução mostrava-se aos olhos dos seus mentores como sendo triplamente vantajosa para Portugal:

i) assegurava uma fonte própria de matéria-prima, não ficando a indústria têxtil portuguesa dependente das oscilações dos fluxos e dos preços do comércio internacional;

ii) permitia poupar um volume importante de divisas;

14. Vé a referência que PINHEIRO, J. op. cit., pg 114 faz à circular nº 218/B/7 de 7/10/1942, do Governador Geral de Moçambique, J. F. Bettencourt.

iii) ao não depender do mercado internacional para o seu abastecimento e ao assegurar a venda privilegiada à metrópole do algodão colonial, tornava-se possível praticar uma política autónoma de fixação dos preços a pagar pela matéria-prima recebida de modo a maximizar os lucros e a capacidade de acumulação da indústria têxtil portuguesa ao mesmo tempo que se evitava a instabilidade do rendimento dos investimentos no sector derivado das flutuações dos preços fixados no mercado internacional. Tudo isto contribuía para tornar rendível uma indústria --- ou, pelo menos, muitas das suas fábricas --- que em circunstâncias normais de funcionamento do mercado só dificilmente o seria.

De facto, a forma como em Portugal se fixavam os preços deste produto era exactamente a inversa da que ocorre quando é o mercado a fixá-lo: depois de ouvidos os industriais portugueses era fixado administrativamente o preço a pagar pela indústria têxtil nacional. O preço pago aos cultivadores era fixado depois de serem deduzidos àquele preço inicial todos os restantes encargos intermédios (descaroçamento, transportes e demais despesas e lucros das empresas concessionárias e restantes intervenientes).

O rendimento realmente recebido pelos camponeses era, no entanto, ainda menor do que o que decorre deste processo. De facto, no momento da comercialização não só muitas vezes o peso pago era inferior ao peso real como também a qualidade que era atribuída ao algodão era inferior à real. Além disso eram-lhes descontados automaticamente os impostos devidos ao Estado e a participação para o Fundo de Melhoria da Vida Indígena ou para o Fundo do Algodão (15).

Aquela fixação administrativa dos preços num mercado não-concorrencial traduziu-se na prática de preços para o algodão colonial significativamente abaixo dos preços pagos pela indústria portuguesa pelo algodão estrangeiro:

15. As receitas deste Fundo eram provenientes de uma taxa que representava cerca de 16% do preço por quilô no total de cerca de 25 ml) contos/ano entre 1951 e 1960

QUADRO V-4

## PREÇO MÉDIO DO KG DE ALGODÃO EM RAMA IMPORTADO

| origem         | 1946   | 1948   | 1950   | 1952   | 1954   |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1) colónias    | 10\$40 | 11\$80 | 12\$60 | 15\$50 | 15\$50 |
| 2) estrangeiro | 20\$70 | 24\$30 | 35\$80 | 32\$70 | 33\$00 |
| 1/2            | 50     | 49     | 35     | 47     | 47     |

Fonte: BRAVO, Nelson Saraiva op. cit., pp 70, quadro XV

Mesmo para matéria prima da mesma qualidade a diferença é muito importante:

QUADRO V-5

## PREÇO DO ALGODÃO DO TIPO 2-3

| origem   | preço  |
|----------|--------|
| Brasil   | 24\$40 |
| Colónias | 11\$50 |

Fonte: CAPÉLÉ, José op. cit., p. 235

Estas diferenças de preços vão estar na base de um enorme volume de poupança de recursos por parte de Portugal, correspondente a uma acumulação que Moçambique não fez e que foi transferida para a metrópole colonial.

Só para 1955, por exemplo, BRAVO avalia em cerca de 400 mil contos aquilo que a indústria portuguesa deveria ter pago a mais às suas colónias se lhes pagasse o algodão ao preço médio do mercado internacional. Destes, mais de 300 mil contos cabiam a Moçambique.

Segundo o mesmo autor, para o período que abrange as campanhas algodoeiras de 1947/8 a 1954/5 (8 anos) Portugal deveria ter pago a Moçambique mais cerca de 2,8 milhões de contos do que o que pagou efectivamente --- quase o dobro da exportação total de Moçambique em 1955 (1,5 milhões de contos) e quase tanto quanto as importações totais de algodão por Portugal nos quatro anos que medeiam entre 1952 e 1955 (3 milhões de contos) (16).

No mesmo sentido apontam os cálculos de outro autor e relativos ao ano de 1952. Segundo ele

"Se a colheita de 1951 dos indígenas de Moçambique, de 28 mil tons de fibra, tivesse podido obter em Portugal o preço médio atrás referido [38 195\$00 por tonelada, correspondentes ao preço médio da importação de algodão proveniente do Brasil, EUA, (ex-)Congo Belga e (ex-)Tanganica] para importações similares (...) o algodão em rama teria deixado os portos da província a valor fiscal não inferior a 37000\$00 a tonelada [e não 14248\$00 como resulta das estatísticas de comércio externo da época] o que poderia ter permitido um preço médio de compra ao produtor por kilo de algodão em caroço à roda de 10\$00 [e não 2\$65 como foi], valendo a colheita pela fibra obtida, posta no cais de embarque, não menos de um milhão de contos e toda a colheita de algodão em caroço nos mercados 886912 contos [e não cerca de 237 mil contos], valor da compra aos produtores." (17)

Cálculos semelhantes poderiam ser feitos para outros produtos como, por exemplo, o açúcar (18).

Todos estes números são elucidativos do enorme volume de recursos acumuláveis de que beneficiou a burguesia portuguesa e que foram extraídos à força de trabalho moçambicana através de métodos quantas vezes coercivos.

Esta transferência maciça de recursos não impediu, no entanto, que uma parte do excedente económico acumulável ficasse em Moçambique. Os seus beneficiários principais foram, no caso do algodão, as companhias concessionárias da sua aquisição aos camponeses moçambicanos. Estes, por sua vez, beneficiaram pouco desta cultura: os rendimentos que obtinham eram reduzidos (Quadro nº 10) e inferiores em muito ao que poderiam obter trabalhando, por exemplo, nas minas da África do Sul --- os "cultivadores" recebiam sensivelmente 1/4 dos mineiros (19). Além disso o preço recebido em Moçambique pelo

16. Vd PRATO, H.S. A cultura algodoeira..., op. cit., p. 70, quadro IV. Estes valores significam que a poupança efectuada naquele primeiro período permitiu que as importações deste segundo período fossem virtualmente gratuitas!

17. Vd GRILLO, F. Nogueira A agricultura de Moçambique, IRE - Centro de Estudos Económicos, Lisboa, 1958, p. 82. As afirmações entre parênteses são resultado directo de afirmações do autor noutro local do mesmo texto.

18. Vd CAPELA, J., op. cit., p. 235

19. Cálculos efectuados por mim em base na actualização dos rendimentos dos mineiros referidos no quadro nº 20.

algodão comparava desfavoravelmente com o que era pago aos camponeses nos países vizinhos em 1960 o algodão de primeira era pago em Moçambique a um valor médio de 3\$00 (índice=100) por quilo enquanto que na então Rodésia do Sul ele era pago a 6\$97 (=232), na Niassalândia a 4\$40 (=147) e no então Tanganica a 4\$61 (=154).

Por outro lado os custos sociais e económicos que os camponeses produtores de algodão tinham de suportar eram significativos. De facto, segundo uma lógica que foi bem interpretada por Meillassoux e, de uma maneira geral, pela maioria dos defensores das teses da articulação de modos de produção, fazia parte da lógica do sistema que fossem eles a suportar os

*QUADRO V-6*  
RENDIMENTOS DOS "CULTIVADORES INDÍGENAS"

| ANOS | receita média por produtor | idem, a preços de 1961 <sup>1</sup> | produtividade (Kg/ha) |
|------|----------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| 1940 | 30\$00                     | 61\$40                              | 90                    |
| 1941 | 72\$60                     | 136\$90                             | 200                   |
| 1942 | 173\$10                    | 298\$40                             | 322                   |
| 1943 | 120\$00                    | 190\$40                             | 171                   |
| 1958 | 415\$40                    | 432\$70                             | 281                   |
| 1959 | 584\$20                    | 596\$10                             | 391                   |
| 1960 | 634\$10                    | 667\$50                             | 452                   |
| 1961 | 648\$50                    | 648\$40                             | 349                   |

Notas: [1] actualização referida a 1961 e feita com base nos índices de preços a retalho de Lourenço Marques. Cálculos meus - AS

Fonte: BEMZO, Nelson Saraiva op. cit., pg 135, Quadro XXVII

principais custos de produção do algodão, designadamente os de um (sempre possível) falhanço na produção e de uma tão baixa produtividade, e de reprodução da força de trabalho (20). De facto, o nível de preços fixado para o algodão e os rendimentos globais obtidos com tal cultura não possibilitavam que tal reprodução fosse encargo desta "produção ao domicílio" para o mercado.

20. Sobre esta forma de articulação entre o VFC e este modo(s) de produção pré-capitalista(s) ver o capítulo IV

A articulação entre modos de produção capitalista e pré-capitalista ou, pelo menos, a integração da forma doméstica de produção no MPC passava essencialmente por aqui.

No final dos anos 50 deu-se, entretanto, uma alteração no mercado internacional de algodão. Devido à política de subsídios à exportação de algodão praticada pelos Estados Unidos a partir de 1958, deu-se uma quebra dos preços internacionais desta matéria prima. Isto tornou o recurso ao mercado internacional mais atractivo para os industriais têxteis portugueses do que a compra de algodão a Moçambique ou Angola, cujos preços eram agora mais caros (nomeadamente em relação à sua qualidade, não muito grande). Daí resultou uma tendência à queda das compras às colónias que teve de ser sustada pela intervenção do Estado sob pressão das concessionárias no sentido de obrigar os industriais a adquirirem às colónias uma quota elevada da matéria prima de que necessitavam. A estrutura fundamental da relação colonial mantinha-se mas as pressões para tal provinham agora do capital colonial e não do metropolitano, mais interessado, face às condições do mercado internacional do algodão, numa liberalização das trocas internacionais (21).

O desencadear das lutas pela Independência das várias colónias levou a que em 1961 Portugal alterasse significativamente muita da legislação nelas aplicada. Foi assim que se pôs termo ao regime de trabalho e de culturas forçadas e que terminou também o desconto obrigatório para o Fundo do Algodão, então extinto.

Porém, se a forma sofreu algumas modificações, o conteúdo ou, melhor, a praxis no terreno e a lógica interna do sistema até então em vigor nas relações metrópole/colónia não se modificaram a não ser lenta e parcialmente. Os homens que aplicavam as novas leis eram os mesmos que tinham aplicado as anteriores e por isso não é de estranhar que no início dos anos 70 ainda houvesse, pelo menos em algumas áreas de Nampula, o recurso à violência física como forma de obrigar os camponeses a cultivarem o algodão.

21. Vd, por exemplo, FORTUNA, Carlos Threading through cotton production, colonial Mozambique, and the semi-peripheral Portugal in the world economy, Base de Cartoramento, [Coimbra]/Binghamton, 1999, pg. 276.

Esta "renovação na continuidade" da exploração colonial resultava do facto de, simultaneamente com crescentes pressões internas para "descobrir o caminho para a Europa" (22), parte da burguesia portuguesa continuar a apostar na manutenção e, até, aprofundamento da relação colonial. O discurso e a acção da ala mais conservadora do regime político de então e os esforços desenvolvidos durante a década de 60 para a "integração do espaço económico português" surgem nesta linha, algo em contradição com o movimento de abertura à Europa defendido pela camada mais tecnocrata desse regime. Para esta adesão à EFTA foi apenas um primeiro passo e as negociações para o acordo com a CEE de 1972 foram um segundo passo.

Destas tensões internas ao sistema resultou uma lenta transformação da economia política do algodão. Dois fenómenos fundamentais caracterizam esta transformação: por um lado, o desenvolvimento de um sector de produção capitalista através do crescimento de uma camada de produtores colonos (23) que beneficiaram de apoios significativos por parte do Estado, incluindo créditos bancários e preços mais favoráveis que os praticados nas compras aos camponeses africanos; por outro, a tendência, só tornada mais nítida no início dos anos 70, para os camponeses africanos abandonarem o cultivo do algodão. O facto de ela só ser mais nítida dez anos depois do fim da legislação sobre culturas e trabalho forçados comprova que até então e apesar da legislação de 1961 a pressão administrativa para que eles continuassem a cultivar aquela matéria prima era muito forte (24).

Dando corpo a esta evolução, se em 1966/67 o peso da produção dos colonos era de apenas cerca de 6%, dois anos depois ela era já de 20% e em 1973/74 de 67%, representando mais do dobro da produção camponesa. Esta, depois de durante quase toda a década de 60 ter mantido um nível apenas ligeiramente inferior aos valores do final do regime de cultura obrigatória

22. Expressão feliz de João Martins Pereira em Parças Portugais, obra, Publicações D. Quilote, Lisboa, 1971.

23. Sua importância vinha aumentando sucessivamente desde meados dos anos 60.

24. Ver CBS/IGM Cotton production in Mozambique: a survey -- 1936-1975, CBG/JEM, Maputo, 1981, pp 16 e seqs.

--- cerca de 110 mil toneladas contra cerca de 135 mil ---, baixou significativamente: em 1968/69 ela foi de 110 mil tons mas cinco anos depois (1973/74) já não era senão de 43,4 mil tons, cerca de 1/3 da do período áureo da produção camponesa, 15 anos antes (25).

Note-se que esta profunda reestruturação da cultura algodoeira não modificou significativamente o volume de produção global que se manteve nas cerca de 135 mil tons na maior parte dos anos desde os meados da década de 50. A quase totalidade desta produção continuava então a ser exportada para Portugal, com pequenas parcelas da produção a ficarem na colónia para abastecimento da sua diminuta indústria têxtil.

O ritmo rápido de crescimento da economia de Moçambique no período posterior ao desencadear da Luta Armada de Libertação Nacional e até ao início da década de 70 levou a um grande aumento das importações as quais conheceram uma taxa de crescimento anual de cerca de 13,5%, maior que a taxa correspondente do produto monetarizado do (10% ao ano) segundo alguns dos cálculos disponíveis para o período 1963-70.

Este aumento rápido das importações, um ritmo menor de evolução das exportações e um sistema financeiro do "espaço económico português" que, por um lado, concentrava no Banco de Portugal os recursos em meios de pagamento externo das colónias e que, por outro e a fim de permitir liquidar os "atrasados" daquelas em relação à metrópole, obrigava à prévia disponibilidade de saldos em divisas por parte de Moçambique para adquirir bens a Portugal conduziram a uma situação crescente de dificuldades cambiais da colónia que foi responsável por uma quebra na capacidade de importar e, na sua sequência, na quebra da conjuntura económica. Daí uma quebra progressiva da importância do comércio metrópole/colónia quer na economia da metrópole quer na de Moçambique.

Este facto, a crescente integração da economia portuguesa no mercado internacional (via trocas com a EFTA, a CEE e os USA) e um progressivo abandono da prática de preços baixos das matérias-primas moçambicanas canalizadas para Portugal, conduziram a que no final do período colonial a

25. *Idem*, pp. 60.

contribuição do comércio com a colónia para a acumulação metropolitana fosse muito menor do que o que tinha sido nos anos '40 e '50 tornando Portugal menos dependente das suas colónias --- mesmo que alguns sectores industriais continuassem a sê-lo mais do que outros.

Assim, neste final dos anos 60 e princípio dos anos 70 o principal mecanismo desta contribuição resultava dos acordos sobre pagamento de salários diferidos aos mineiros moçambicanos na RAS, um dos vectores principais da (limitada mas cada vez mais importante) integração da economia de Moçambique com as dos países limítrofes governados por minorias brancas.

#### V.1.2 - Moçambique, uma economia de serviços aos países vizinhos

Esta integração na economia da África Austral é, a par da relação com Portugal, uma outra dimensão da inserção de Moçambique no mercado internacional.

Símbolo dessa inserção, o grau de abertura da economia moçambicana (26) atingiu em 1970 e 1973 valores de cerca de 45%, muito próximos dos 46-47% de Portugal e da RAS no mesmo período. Este valor não tem, no entanto e devido quer à presença de um grande sector não monetarizado na economia de Moçambique quer à diferente estrutura do comércio externo por produtos, o mesmo significado que as percentagens referentes aos outros dois países pelo que deve ser tomado não na sua dimensão absoluta mas apenas enquanto um indicador qualitativo da abertura da economia moçambicana.

No quadro destas intensas ligações ao exterior há que realçar a importância que tinha o comércio com a RAS.

26. O grau de abertura de uma economia corresponde ao peso do comércio externo (Ex+Im) no total do PIB.

Este, ao contrário do que acontecia com Portugal, tinha como base fundamental não a relação de dependência política mas a real importância económica que a RAS tinha no contexto da África Austral.

Terceiro principal cliente e segundo principal fornecedor de Moçambique, a importância das trocas com a RAS está para além do que a frieza dos números parece sugerir. Isto resulta do facto de ela ser um dos principais fornecedores de equipamentos e acessórios (em 3º lugar, juntamente com a Inglaterra) e de ser o principal fornecedor de matérias primas (27% dos bens deste grupo que eram importados), colocando o sistema produtivo moçambicano num elevado grau de dependência face à estrutura produtiva e, particularmente, industrial da RAS.

QUADRO V-7  
PESO RELATIVO DOS PARCEIROS COMERCIAIS  
DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO COLONIAL  
(média do triénio 1971-73)

| Exportações |      | Importações |      |
|-------------|------|-------------|------|
| países      | %    | países      | %    |
| Portugal    | 37   | Portugal    | 23,2 |
| USA         | 13,3 | RAS         | 16,6 |
| RAS         | 8,9  | RE Alemã    | 10,3 |
| Índia (1)   | 5,6  | G.-Bretanha | 7,7  |
| G-Bretanha  | 5,4  | França      | 6,5  |

Nota: (1) Média 1972-74

Esta importância articula-se com o padrão de desenvolvimento industrial que foi seguido em Moçambique: depois de uma fase em que o crescimento da população colona e o relativo isolamento originado pela II Guerra Mundial serviram de base a uma política de parcial e incipiente substituição de importações para satisfazer a (limitada e pouco diversificada) procura desta, intensificou-se a partir de meados dos anos 60 uma estratégia industrial de promoção de indústrias que procuraram tirar partido das possibilidades de exportação para os países vizinhos ao mesmo tempo que satis-

faziam necessidades internas. Foi nesta época que se desenvolveram a produção de cimento, a refinação de petróleo e a construção de vagões para o transporte ferroviário. No início dos anos 70 e devido às dificuldades de importar bens da metrópole colonial devido aos desequilíbrios financeiros das trocas com esta, lançaram-se indústrias que visaram um certo nível de substituição de importações. Estas trabalhavam à base de equipamentos e matérias primas importadas em boa parte da República da África do Sul (27).

Um outro vector fundamental da articulação com a África do Sul e que resulta de uma certa complementaridade existente entre países de nível de desenvolvimento industrial e técnico já com alguma importância e diversificação, como a RAS, e países em que tal nível é significativamente baixo, como Moçambique, é o do fornecimento de equipamentos industriais, de peças sobressalentes e de assistência técnica. Ora, neste sentido, a RAS funcionava como 'pólo natural' de referência dos países da região, nomeadamente Moçambique. Daí que esta fosse mais um importante vector de articulação dependente do país face à RAS, dependência essa dificilmente substituível por outra na manutenção em funcionamento do aparelho produtivo moçambicano (28).

Mas a articulação entre Moçambique e os seus vizinhos não passava apenas pelas trocas comerciais. Nele tinham papel fundamental quer a prestação de serviços ferro-portuários quer o fornecimento de mão-de-obra --- o que também poderá ser visto como a prestação de um serviço. A importância desta prestação de serviços na economia moçambicana é tão grande que as estimativas de MOURA (29) sobre a estrutura do PIB de Moçambique no final do período colonial concluem que nele este sector tem um peso determinante (cerca de 60% conforme o Quadro nº 2).

27. Vd BRUN, Joaquim Manuel Manufacturing industries in Mozambique, some aspects, policy., JEN/Fac. Economia, Nupite, 1976 e também TORP, Jens Erik Industrial planning and development in Mozambique: some preliminary considerations, SIAS, (1979), Uppsala, 1979.

28. Outro suplementar desta dependência era o facto de se localizarem na RAS muitas das filiais das empresas transnacionais que operavam no Sul da África.

29. Vd MOURA, P.P. e AMARAL, Fernanda Espectativa..., op. cit.

Tal importância deriva em grande parte da dos transportes internacionais e que se reflecte nas contas externas (quadro nº 13).

A articulação dependente de Moçambique com as economias dos países vizinhos no domínio dos transportes tem origem antiga. O complexo constituído pelo caminho de ferro Maputo-Transvaal, por um lado, e pelo porto daquela cidade, por outro, era de vital importância para a antiga República (boer) do Transvaal e por isso o Presidente Kruger se empenhou na sua concretização .

A vitória inglesa na II Guerra Anglo-Boer (1899-1902) e a consequente integração daquela república na União Sul-Africana (1909) implicou a perda de importância relativa daquele complexo em benefício do sistema alternativo que tinha Durban, no Natal, como porto --- embora isso representasse um aumento das distâncias. Por isso Portugal teve que viabilizá-lo utilizando-o como moeda de troca para a autorização de livre recrutamento de mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas.

A importância para Moçambique da utilização daquele sistema ferro-portuário pela África do Sul desde o princípio deste século está bem patente no facto de já em 1926/27 cerca de 90% do tráfego nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques ser tráfego internacional.

QUADRO V-8  
BALANÇA DE PAGAMENTOS (Jan-Set cada ano) (mil. contos)

| Rubricas          | Débito |      |      | Crédito |      |      | Saldos |       |       |
|-------------------|--------|------|------|---------|------|------|--------|-------|-------|
|                   | 1972   | 1973 | 1974 | 1972    | 1973 | 1974 | 1972   | 1973  | 1974  |
| Mercadorias       | 5788   | 6235 | 7928 | 3105    | 4148 | 4861 | -2682  | 2088  | -3066 |
| Invi. corr.       | 1279   | 1799 | 1868 | 3491    | 3786 | 4476 | +2248  | +1987 | +2608 |
| - transportes     | 82     | 123  | 98   | 2127    | 2088 | 2421 | +2045  | +1965 | +2332 |
| - rend. capitais  | 269    | 484  | 484  | 31      | 8    | 4    | -238   | -477  | -480  |
| - salários+       |        |      |      |         |      |      |        |       |       |
| outras despesas   | 48     | 85   | 75   | 237     | 349  | 202  | +189   | +263  | +127  |
| - transf. privds. | 195    | 273  | 365  | 384     | 447  | 488  | +190   | +173  | +123  |

Fonte: RODRIGUES (1975)

Situação semelhante é a do sistema ferro-portuário que liga a antiga Rodésia à Beira. De facto, também aqui o tráfego internacional representava a maioria esmagadora (perto de 90%) do tráfego de um sistema de transportes que foi criado com o objectivo de captar os fluxos de mercadorias em trânsito do e para o interior do continente e não de promover a circulação de pessoas e mercadorias entre as diferentes regiões da colónia.

De facto, o tráfego internacional de mercadorias destinadas ou com origem na República da África do Sul e na Rodésia representavam, neste final do período colonial (1973), 94% (30) do total das mercadorias transportadas por via férrea em Moçambique e cerca de 90% das receitas do sistema ferroviário no seu conjunto.

QUADRO V-9  
SISTEMA FERRO-PORTUÁRIO (1973)

|                  | movimento nacional | movimento internacional |
|------------------|--------------------|-------------------------|
| receitas totais  | 11%                | 89% <sup>1</sup>        |
| movimento portos | 25%                | 75%                     |

Nota: (1) Dos quais 33% da RAS e 57% da Rodésia do Sul

30. Vd Comissão Nacional de Plano / 2ª Informação Económica, Maputo, Janeiro/1984, pg 12

Este tráfego permitia obter receitas em divisas que representavam cerca de 90% do saldo (positivo) da balança de invisíveis correntes de Moçambique. Este, por sua vez, financiava normalmente perto de 90% do saldo negativo da Balança Comercial. Aquelas receitas eram, assim, equivalentes a cerca de 80% do saldo negativo desta balança, contribuindo assim significativamente para o montante de recursos acumuláveis.

Porém, o reverso da medalha é que estando tal sistema virado fundamentalmente para a prestação de serviços a duas economias do interior do continente (África do Sul e Rodésia), esta fonte de recursos estava extremamente dependente delas: 23% das receitas provinham da RAS e 57% da Rodésia. Utilizando como base os valores apresentados por RODRIGUES (31) para as receitas dos caminhos de ferro de Moçambique, a RAS e a Rodésia teriam em 1973 contribuído para elas com cerca de 750 mil contos e de 1,9 milhões de contos, respectivamente. Significativo é o facto de o total das receitas do tráfego internacional corresponder ao valor do conjunto das exportações dos três principais produtos de exportação de Moçambique em 1973: algodão (fibra), cajú e açúcar.

Lidos de uma outra forma, os créditos recebidos por Moçambique e contabilizados na rubrica 'transportes' da Balança de Pagamentos permitiam-lhe, só por si, o financiamento de cerca de 1/3 das suas importações de mercadorias. Estas receitas, em conjunto com as provenientes do diferencial de preço do ouro recebido pela utilização de mão-de-obra moçambicana, permitiam financiar cerca de 9 meses (ou 3/4) das importações anuais do país o que retrata a dependência deste face à sua mão-de-obra emigrante, por um lado, e aos países que a acolhiam e que eram também os utilizadores dos transportes, por outro.

Serviço ao exterior poderá, ainda, ser considerado aquele que Moçambique desempenhava face às economias vizinhas ao fornecer-lhes parte importante da sua própria mão-de-obra.

31. 93 RODRIGUES, S.C. op. cit.

As contrapartidas financeiras do fluxo migratório constituíam uma outra fonte importante de recursos susceptíveis de acumulação. Porém, desta só uma parte aproveitava a Moçambique já que o restante se traduziu numa acumulação de recursos financeiros da metrópole colonial para onde eram transferidas as receitas em divisas e em ouro que este movimento migratório proporcionava através de mecanismos aprovados em acordos estabelecidos entre Portugal e a RAS. Aquele movimento migratório envolvia em 1970 cerca de 200 mil trabalhadores moçambicanos (Quadro V-10). Eles trabalhavam principalmente nas minas de ouro e de carvão da África do Sul (o principal contingente) mas também na agricultura deste país e na da Rodésia. Esta mão-de-obra migratória representava em 1960 cerca de 1/3 da população activa que em Moçambique exercia uma profissão. Em 1970, devido principalmente à quebra da emigração para a Rodésia, esta percentagem tinha baixado para pouco mais de 1/5 (32).

QUADRO V-10  
ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MOÇAMBICANOS  
TRABALHANDO NOS PAÍSES VIZINHOS

| País          | 1960   | 1970   |
|---------------|--------|--------|
| África do Sul | 161000 | 150000 |
| Rodésia       | 107300 | 37000  |
| Tanzânia      | 15000  | -      |
| Outros        | 21700  | 10000  |
| TOTAL         | 305000 | 197000 |

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica IV Plano de Fomento -- Diagnóstico da situação económica e social em Moçambique, Lourenço Marques, 1971, p.43

A enorme importância deste contingente migratório permite afirmar que um dos traços característicos da economia política do colonialismo português em Moçambique é o de que ele assumiu uma feição significativamente centrífuga da força de trabalho nativa de que beneficiaram os países vizinhos.

32. Vd Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica IV Plano de Fomento -- Diagnóstico da situação económica e social em Moçambique, Lourenço Marques, 1971, quadro 25, pg 100

QUADRO V-11  
 FORÇA DE TRABALHO MOÇAMBICANA NAS  
 MINAS DA ÁFRICA DO SUL

| Anos | número mineiros moçambicanos (mil) | % mineiros moçambicanos vs. total mineiros na RAS | % mineiros moçambicanos vs. total estrangeiros |
|------|------------------------------------|---|--|
| 1904 | 51                                 | 66  |  |
| 1931 | 74                                 | 33  | 65   |
| 1932 | 58.5                               | 25  | 57   |
| 1960 | 95.5                               | 24  | 39   |
| 1961 | 100.2                              | 24  | 39   |
| 1972 | 97.7                               | 24  |  |
| 1973 | 99.4                               | 23  |  |

Fonte: F1987, *South Black Gold*, op. cit., pp 32/3

Uma das razões fundamentais deste fenómeno era o baixo nível de salários praticados em Moçambique comparativamente com os dos restantes países da região. No mesmo sentido jogava o baixo nível de preços ao produtor ilustrado atrás e, eventualmente num grau diferente destes, o carácter mais repressivo do colonialismo português face à relativa 'amenidade' do ambiente político-social dos países vizinhos.

Neste último sentido é possível encarar esta saída para o estrangeiro como uma das formas mais importantes de resistência camponesa à forma de colonialismo praticada por Portugal.

A existência de um conjunto de acordos com a RAS (33) e com a Rodésia que tiveram como objectivo o controlo do fluxo real de emigrantes moçambicanos bem como a existência de importantes fluxos financeiros como contrapartida daquela emigração dão consistência à hipótese de que o Estado Colonial procurou não desincentivar tal fluxo (34) mas sim estabelecer as neces-

33. Para uma síntese do conteúdo desses acordos desde 1937 até ao fim do período colonial, vd. CEA/UBN *O Mineiro Moçambicano*, CEA/UBN, Maputo, 1979 (reed.), pgs 174-184.

34. Cujo início é anterior à intensificação da presença portuguesa no Sul de Moçambique e que, de qualquer modo, era difícil de impedir dada a especial permeabilidade das fronteiras em África.

sérias teias que permitissem tirar proveito da sua existência maximizando os proveitos que ela lhe permitia.

Estes traduziam-se quer na cobrança de impostos e taxas aos trabalhadores migrantes quer, principalmente, na contrapartida em ouro que o sistema de pagamento diferido dos salários permitia acumular (35).

Estimativas de serviços oficiais moçambicanos (36) apontam para um volume de 145,5 toneladas de ouro fino como tendo sido transferidas para Portugal entre 1946 e 1970. Por sua vez, de 1970 a 1973 teriam sido entregues a Portugal perto de 2 milhões de onças (37) de ouro fino (cerca de 57,3 toneladas) ao preço fixo de 29,75 Rands cada onça. Note-se que a perspectiva sob a qual é geralmente visto este fluxo é, nitidamente, a de mais uma manifestação do autêntico saque colonial (quase) sem contrapartidas significativas a que Moçambique teria estado sujeito.

Este último ouro equivalia, na época, a cerca de 65 milhões de dólares ou seja, ao câmbio médio de então de US \$1,00 = Esc 25\$50 (38), cerca de 1,6 milhões de contos: o suficiente para, em 1973, financiar 8 dias de importações de Portugal e 52 dias das de Moçambique.

Estes valores correspondem aos que decorrem da utilização, no cálculo, do preço oficial a que o ouro era entregue a Portugal pela RAS. Porém, há que salientar que a crise financeira internacional do início dos anos 70 tinha levado à instituição de um mercado livre do ouro, paralelo ao oficial, onde as cotações eram muitíssimo superiores.

Assim, no início de 1973 o ouro estava cotado neste mercado a cerca de US\$ 66 a onça mas no final do ano ele valia cerca de US\$ 108. No final de 1974 ele ultrapassava já os US\$ 180,00 (39).

35. Uma análise cuidada e praticamente definitiva deste sistema é a que consta de LEITE, Jeanne Pereira La formation de l'économie coloniale au Mozambique, Thèse de Doctorat, EHESS, Paris, 1989.

36. Vd Comissão Nacional do Plano, op. cit., pg 17

37. Uma onça equivale a 29,691 gramas.

38. Vd Banco de Portugal Report of the Board of directors for the year 1975, Lisbon, 1976, pg 89

39. Vd Banco de Portugal Relatório do Conselho de Administração -- Gerência de 1976, Lisboa, 1977, pg 50

Isto significa que se utilizássemos o valor do final de 1973 [US\$ 108.00] para os nossos cálculos, Moçambique poderia, se dispusesse daquele ouro e o vendesse no mercado livre, financiar as suas importações durante cinco meses. Porém, se o valor utilizado nos cálculos fosse o do final de 1974 [US\$ 180.00] os rendimentos obtidos com a sua venda seriam suficientes para financiar a totalidade das importações de Moçambique em 1974 --- a taxa de cobertura seria, mesmo, de cerca de 110% (40).

Investigação recente (41) vê a existência destes fluxos de ouro entre Moçambique e Portugal de uma forma algo diferente da que lhe é dada pela fonte moçambicana e pela generalidade dos autores. Segundo a autora

"O processo que desembocou na formação da rede de ouro entre Portugal e Moçambique deve ser visto no quadro da regulação das relações comerciais entre os dois territórios." (42)

Estamos aqui relativamente longe da perspectiva de saque que é usual aparecer na maioria da literatura.

Para a autora, o que aconteceu é que até 1957 a situação favorável da balança de pagamentos de Moçambique lhe permitiu ir acumulando reservas que vieram a ser utilizadas para financiar os saldos negativos que a partir de então se começaram a verificar nas suas relações económicas com o exterior. Estes défices, principalmente a partir do início da década de 60, prendem-se com a dinamização da economia da colónia que então se deu no quadro das transformações que então ocorreram nas relações entre as colónias e a metrópole.

Essa dinamização trouxe consigo um grande aumento do défice comercial com o estrangeiro a partir de meados da década de 60. Como, pela legislação existente, a regularização das contas das colónias com o estrangeiro precedia a regularização no espaço da 'zona escudo', as crescentes dificuldades existentes no domínio das finanças externas de Moçambique

40. Valor encontrado actualizando os dados relativos aos primeiros 9 meses de 1974 constantes de RODRIGUES (1975) já que não existem dados sobre o ano completo de 1974 em nenhuma fonte estatísticas

41. Vd LISITE, Joana Pereira La formation de l'économie coloniale au Mozambique, Thèse de Doctorat, EHESS, Paris, 1989.

42. Vd LEITE, J.P., op. cit., pg 302.

fizeram-se sentir quase exclusivamente em relação à metrópole já que o saldo da balança de transacções correntes com esta foi sempre negativa. Foi para garantir o pagamento das dívidas da colónia em relação a Portugal que o Banco de Portugal passou a adquirir, em contrapartida de escudos portugueses e à taxa de mercado oficial que então era usualmente praticada nas trocas entre bancos centrais, o ouro que Moçambique recebia ao abrigo dos acordos com a África do Sul.

Estamos, pois e no entender da autora, perante uma operação financeira perfeitamente normal: quem deve paga com o que tem a quem deve. Pelas suas contas (43) o volume de ouro comprado --- e não apenas transferido como parece sugerir a maior parte da literatura --- por Portugal terá atingido, entre 1963 e 1970, as 65 toneladas, correspondentes a cerca de 2,3 milhões de contos portugueses e a cerca de 20% do aumento das reservas portuguesas em ouro durante o mesmo período. Durante os três anos finais do domínio colonial (1971-1973) as compras portuguesas poderão ter sido de 23 toneladas, correspondendo a cerca de 830 mil contos (44).

É necessário, no entanto, chamar aqui a atenção para três aspectos importantes. Primeiro, o de que a dinâmica económica (quanto ao nível e quanto ao tipo) que atingiu Moçambique no virar da década de 60 ao provocar um aumento significativo do déficite comercial com o estrangeiro foi a verdadeira responsável pela degradação da situação financeira externa da colónia. Neste sentido, a autora tem (parcialmente) razão ao assumir um posicionamento em que os déficites existentes nas relações com Portugal são vistos numa lógica do tipo 'se não fosse com Portugal seria com outro ou outros países' num tipo de relações económicas com o exterior que era comum, afinal, à maioria dos países em desenvolvimento na época.

43. Vd LEITE, J.P. op. cit., pp 115.

44. Compara-se estes valores com os referidos atrás com origem em fonte moçambicana: 145,5 toneladas para o período 1945-70 e 57,3 toneladas para o período 1970-73. Face às investigações de J.P. LEITE --- que nos parecem estar devidamente fundamentadas e insusceptíveis de serem postas em causa tal a profundidade do estudo efectuado ---, os valores apontados pela fonte moçambicana --- cuja metodologia de cálculo é desconhecida --- parecer-nos rigidamente exagerados. Nesse junção ao número adiantado por Joana LEITE para 1971-73 o valor de 1970 de modo a torná-lo comparável com o identificado pela fonte moçambicana (1970-73), teríamos apenas um valor de cerca de 29,2 toneladas de ouro comprado por Portugal, cerca de metade do superior por aquela fonte.

Segundo, que o benefício existente para Portugal deste 'negócio do ouro' adveio do facto de existir à data um duplo mercado para aquele mercado: o mercado oficial, a cuja taxa, à semelhança do que era prática comum a nível internacional Portugal comprava o ouro posto à disposição de Moçambique pela África do Sul. Por fim e '*last but not least*', o de que não deve ser esquecido que era a relação política que existia entre Portugal e Moçambique que estava na base das relações económicas entre os dois territórios e, por isso, na base da aquisição de ouro a preço que, em parte, se pode de facto considerar como 'de favor' ainda que correspondesse ao praticado no mercado internacional entre bancos centrais.

Ora é este último aspecto, que parece merecer menos atenção à autora, que nos permite reconhecer razão (parcial) aos autores que vêm na relação estabelecida entre Portugal e Moçambique em torno da questão do ouro uma relação vantajosa para o primeiro devido à sua posição de potência colonial. Isto é mais nítido ainda se tomarmos em consideração que o fundamento da posição devedora de Moçambique em relação a Portugal advinha não tanto das trocas comerciais --- cujo déficite era muitíssimo menor do que o existente entre Moçambique e o estrangeiro (45) --- mas principalmente dos invisíveis, os quais, nas relações com o estrangeiro, tinham um elevado saldo positivo graças às remessas dos emigrantes na África do Sul e Rodésia e às receitas do sistema ferro-portuário, constituindo a principal fonte de recursos sobre o exterior.

Temos, pois, que a par das receitas resultantes da utilização do sistema de Moçambique pela Rodésia e pela África do Sul, também o fluxo de emigrantes constituía uma fonte importante da acumulação potencial de Moçambique mas que devido à relação colonial era canalizada para a metrópole fazendo dela um verdadeiro 'Estado rentier' (46).

45. Vd QUADRO 7-1 acima

46. Vd OSVALDO J. RIBEIRO..., op. cit., eq 19.

Esta importância é, aliás, ainda maior que a que resulta dos elementos estatísticos adiantados. De facto, estes referem-se apenas a uma parte dos salários: a que por acordo com a RAS era retida na fonte para depois ser paga aos emigrantes em Moçambique, em moeda local, após o seu regresso no final de cada contrato de trabalho --- em média cerca de dezasseis a dezoito meses. Naqueles montantes não se inclui a parte dos salários que eram transferidos directamente pelos trabalhadores no seu regresso a casa. Uns e outros desempenhavam papel fundamental na acumulação das unidades familiares de produção e ao nível da economia regional do Sul de Moçambique e, por arrastamento, de toda a colónia em geral.

De facto, historicamente eles constituíram um dos elementos principais de penetração da economia monetária e capitalista, nesta região (47).

A emigração de força de trabalho moçambicano para a África do Sul desempenhou um papel importante também na economia mineira daquele país já que, enquanto verdadeiro 'exército industrial de reserva' à disposição do sector mineiro, ela servia de elemento moderador dos níveis salariais por ele pagos ajudando a defrontar as exigências de maiores salários por parte dos nativos sul-africanos e a manter uma posição mais concorrencial no mercado internacional.

Esta importância está bem patente no facto de cerca de 1/4 da força de trabalho ser moçambicana depois de no início do século ter chegado a representar 2/3 da mão-de-obra mineira e até à crise de 1929-33 ter sido sempre superior à própria mão-de-obra sul-africana.

A articulação de Moçambique no quadro do complexo da África Austral por via do trabalho mineiro e do sistema ferro-portuário, embora afectando o país enquanto um todo, afectava sobretudo a região ao Sul do Save e só em pequena medida e indirectamente o resto do país. Mesmo nesta zona Sul a situação não é uniforme e em relação a muitas regiões o grau de dependência dos camponeses face ao trabalho mineiro que resulta de CEA (1979) e FIRST (1983) parece algo exagerado: os elementos sobre a percentagem de migrantes em

47. Sobre esta questão vd o ponto V.2.3 infra sobre a economia rural de Moçambique neste capítulo.

QUADRO V-12  
 PERCENTAGEM DE MIGRANTES EM RELAÇÃO À  
 POPULAÇÃO ACTIVA MASCULINA (20-60 anos)  
 DO SUL DO SAVE

| Anos | Inhambane | Gaza | Maputo |
|------|-----------|------|--------|
| 1943 | 27        | 21   | 24     |
| 1944 | 31        | 20   | 21     |
| 1960 | 15        | 17   | 14     |
| 1961 | 15        | 16   | 15     |
| 1972 | 12        | 14   | 18     |
| 1973 | 11        | 13   | 16     |

Fonte: CBA/UEM. O mineiro moçambicano, op. cit., pp 90-92

relação à população activa masculina do Sul do Save apontam neste sentido --- cerca de 1/6 a 1/4 do total --- o que, ainda que sendo manifestamente um volume significativo, está longe de representar uma dependência quase absoluta. Aquele exagero é também referido por FIALHO (48) em resultado das suas investigações sobre algumas regiões do Sul do Save.

Isto não invalida a real dependência da situação económica e social da zona sul do país (49) e deste em geral face à economia mineira da África do Sul. Porém, ajuda a relativizar a situação e chama a atenção para uma outra característica essencial do colonialismo português em Moçambique: ele não contribuiu para a construção da economia nacional. Antes se orientou no sentido de explorar as vantagens que lhe advinham da situação geográfica de Moçambique

48. Vd FIALHO, José Antropologia económica dos Tsonas..., op. cit.

49. Sobre o papel dos rendimentos do trabalho mineiro na economia desta região sul do país vd o ponto V.2.3 infra.

e, ao fazê-lo, contribuir, internamente, para a criação de três grandes zonas economicamente distintas (o Sul, o Centro e o Norte) e muito pouco articuladas entre si e externamente, para a orientação de uma forte dependência de Moçambique face às economias do interior do continente africano a que fornecia serviços (de transporte, de mão-de-obra).

Enfim, quer ao nível nacional e regional --- principalmente no Sul do país mas também, e ainda que em menor grau, no Centro --- quer ao nível de muitas unidades de produção do Sul, a formação social moçambicana no final do período colonial caracterizava-se por uma profunda dependência dos seus mecanismos de acumulação em relação aos países vizinhos. Neste, assumia papel de relevo a África do Sul mas o da Rodésia não deve ser subestimado: no final do período colonial os importantes rendimentos do sistema ferro-portuário de Moçambique provinham da Rodésia do Sul mais que da RAS.

Assim, uma característica essencial da economia política do colonialismo português em Moçambique foi o crescente enquadramento da colónia no espaço económico da África Austral e consequente submissão ao principal pólo de desenvolvimento da região: a RAS. Pensamos mesmo ter uma elevada consistência a (nossa) hipótese --- cuja demonstração nos parece difícil --- de que esta integração passou a ser deliberadamente procurada pelo poder colonial a partir dos finais da década de sessenta quando se tornou evidente para a facção mais tecnocrática do regime político de então que a manutenção da posição das colónias enquanto tal não era possível a prazo e que a evolução de Portugal estava ligada principalmente à 'descoberta do caminho para a Europa'.

Esta posição, a necessidade de dar à comunidade branca de Moçambique uma alternativa de ligação privilegiada, a influência que o exemplo da Rodésia dominada pelo regime de maioria branca liderado por Ian Smith exercia sobre parte da comunidade branca de Moçambique (50) e sobre parte da classe política da metrópole, a posição geográfica da colónia no contexto da África Austral e o diferencial de níveis de desenvolvimento tornavam

50. A própria FRYLINO estava consciente deste aspecto. VJ MONTELAGNE, Éduardo Lutaru por Moçambique, Sé da Costa, Lisboa, 1977 (3ª ed. portuguesa), pp 246.

inevitável que a tendência histórica fosse no sentido do cada vez maior aprofundamento daquela integração de Moçambique na economia da África Austral sob a liderança da RAS (51) e que era cimentada quer nos mecanismos de articulação já referidos quer em obras como, por exemplo, a de Cahora Bassa.

Enfim, o volume e o padrão das trocas comerciais, por um lado, e a enorme importância dos recursos obtidos com o fornecimento de serviços (transportes e mão-de-obra) por parte de Moçambique à RAS constituíam as bases fundamentais de uma importante dependência daquele face a esta no domínio da acumulação potencial (recursos financeiros potencialmente disponíveis) e efectiva (investimentos de constituição e de manutenção ou, por outras palavras, equipamentos e assistência técnica e sobressalentes).

Esta dependência, pela sua própria natureza profundamente económica e ligada à geoestratégia da região, tenderia a acentuar-se tanto mais quanto mais importante fosse o nível de desenvolvimento industrial da colónia ou, pelo menos, quanto mais importante fosse o esforço para assegurar um certo nível de desenvolvimento industrial.

QUADRO V-13  
ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE

| origem     | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Portugal   | 32,9 | 31,1 | 27,6 | 26,5 | 23,9 | 19,2 | 16,8 |
| RAS        | 11,8 | 15,1 | 14,8 | 14,8 | 14,7 | 20,3 | 18,8 |
| Europa Oc. | 31,0 | 29,3 | 29,0 | 31,6 | 34,5 | 39,3 | 37,5 |

Fonte: RODRIGUES, Rui C. op. cit., p. 35, Quadro XXII

51. Vd neste mesmo sentido MONCLARE, Eduardo op. cit., p. 247 em que ele reconhece as condicionantes geoestratégicas da posição de Moçambique face à RAS ao afirmar que 'os laços com a África do Sul tornar-se-ão mais fortes e dependerão mais do ponto de vista da África do Sul sobre a situação do que de Portugal'.

V.1.3 - *Uma economia rural de importância fundamental*

No quadro do sistema económico colonial o sector agrícola em Moçambique desempenhava um papel muito importante quer pelo volume da produção quer pelo volume da população que vivia no e do campo.

Segundo as estimativas de MOURA (52) a agricultura era responsável, em 1973, apenas por cerca de 17% do Produto Interno Bruto moçambicano. Porém, se o critério fôr o da população, verifica-se que cerca de 90% dela habitava nas zonas rurais e delas dependia economicamente ainda que de diversas formas e em vários graus.

A importância do sector agrícola ficará melhor retratada se se disser que

- i) a alimentação da esmagadora maioria da população rural e de uma parte significativa da população urbana -- uma boa parte dela ainda com fortes ligações com a sociedade rural de onde provem --- dependia da agricultura de base familiar; WUYTS estimou que a produção agrícola de subsistência representava no final do período colonial cerca de 55% da produção agrícola total e que os camponeses eram, além disso, responsáveis por cerca de 1/3 da produção comercializada (53);
- ii) esta e a agricultura praticada nas explorações de cariz capitalista eram a principal fonte de abastecimento das cidades já que o nível de importações alimentares foi sempre reduzido no contexto geral; e

---

52. Vd MOURA, P.F. e ANARAS. *Op. cit.*, pp 20.

53. Vd WUYTS, Marc Camponeses e economia rural em Moçambique, CEA/USM, Maputo, 1978, pp 7.

iii) os três principais produtos de exportação da colónia no triénio 1971/73 foram produtos agrícolas: o cajú, o algodão e o açúcar. Eles representaram mais de metade (54%) das receitas em divisas provenientes da exportação de mercadorias e 1/4 das receitas totais da balança de transacções correntes.

Estes produtos tinham a sua origem em sectores diferentes da produção agrícola: enquanto que o cajú provinha integralmente da agricultura familiar, o algodão era produzido, no final do período colonial, quer por este (cerca de 2/3 da produção) quer pelas machambas de colonos<sup>54</sup>. O açúcar tinha a sua origem nas plantações.

Estes três sectores de produção agrícola eram as principais formas organizativas desta. O padrão da sua implantação regional era, porém, diferenciado assim como diferenciada era a importância relativa que cada um tinha no todo da economia nacional. Um e outra encontravam a sua raiz na forma como o colonialismo português actuou em Moçambique.

QUADRO V-14  
ESTRUTURA GLOBAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

|   |      |
|---|------|
| Produção agrícola total                           | 100% |
| da qual:  |      |
| - produção camponesa familiar                     | 70%  |
| (da qual:   |      |
| - para subsistência                               | 80%  |
| - comercializada                                  | 20%) |
| - produção das machambas de colonos e latifúndios | 15%  |
| - produção das plantações                         | 15%  |

Fonte: WUYTS, Marc (1978) pp. 1, quadro 2 (adaptado)

54. Estes viriam-se a dedicar a esta cultura desde meados da década de 60 e na sequência do termo da legislação sobre culturas obrigatórias e de um aumento no nível dos preços pagos aos produtores.

## V.1.3.1 --- A agricultura dos camponeses

WUYTS [1978] estima que cerca de 70% da produção agrícola moçambicana tinha origem no sector familiar. Este consumia cerca de 80% da sua produção total --- equivalente a cerca de 55% da produção agrícola total do país -- e destinava à venda os restantes 20%. Estas médias nacionais devem ser consideradas com reservas dado ser difícil quantificar quer o total da produção camponesa quer as quantidades destinadas à venda pois uma parte importante destas é vendida nos mercados locais num sem número de operações de venda de pequenas porções ('montinhos').

Por outro lado há que salientar que estas médias nacionais escondem uma realidade diferenciada a nível de grandes regiões --- Norte, Centro e Sul. Nestas, a maior percentagem (30%) de produção camponesa para comercialização era atingida na zona Norte devido à influência do algodão e do cajú, dois produtos que eram cultivados com o objectivo de serem vendidos.

A dimensão da parte comercializada em relação à produção global camponesa indica que o grau de dependência dos camponeses face aos rendimentos obtidos através da comercialização de produtos era pouco intensa no contexto global da economia dos agregados familiares. Este facto, porém, não pode ser entendido como uma pequena dependência absoluta da economia monetária já que parte importante daqueles rendimentos era obtida através do trabalho assalariado (55) ou através de outras fontes relacionadas com a vida rural --- de que os rendimentos do pequeno artesanato, da prática da magia e da venda de bebida e de cajú são apenas alguns exemplos. O exemplo da zona Sul, em que foi estimado (56) que os rendimentos provenientes do trabalho mineiro eram cerca de 8 vezes maiores que os da comercialização agrícola, é bem significativo.

55. No Sul, esse trabalho era prestado principalmente nas minas da África do Sul, nas fazendas de colono e em Lourenço Marques; no Centro do país ele era-o principalmente nas plantações e em trabalho agrícola na Rodésia; e no Norte, principalmente na região de Nampula, nas fazendas de algodão dos colonos.

56. Vd WUYTS, Nave Os camponeses e a economia rural..., op. cit., pp 13-14.

Os rendimentos obtidos no trabalho nas minas eram, no entanto e sem dúvida alguma, extremamente importantes no contexto da economia rural do Sul do Save.

QUADRO V-15  
PAGAMENTO DIFERIDO E GANHOS MÉDIOS POR TRABALHADOR  
MINEIRO E POR CONTRATO DE 18 MESES (escudos)

| ANOS | Pagamento diferido | Ganhos médios | Ganho médio mensal |
|------|--------------------|---------------|--------------------|
| 1962 | 1434.3             | 3825.6        | 239.0              |
| 1963 | 1465.4             | 3905.3        | 244.0              |
| 1964 | 1505.4             | 4013.7        | 251.7              |
| 1968 | 3921.9             | 10456.5       | 653.5              |
| 1972 | 4541.2             | 12110.1       | 757.9              |
| 1973 | 5696.7             | 15189.4       | 949.3              |
| 1974 | 9131.5             | 24348.0       | 1521.8             |

Fonte: FIRST, R. *Black gold*, op. cit., pg 15, quadro 10

As aplicações de tais rendimentos eram muito diversificadas e incluíam quer despesas de consumo corrente quer gastos para assegurar a reprodução camponesa como eram, p.ex., o pagamento do 'lobolo' (57) e outras despesas sociais inerentes à reprodução social no quadro da sociedade tradicional, por um lado, e a aquisição de instrumentos de produção, por outro. Em relação a estes últimos, adiante-se que foi graças principalmente àqueles rendimentos que nos anos 50 começou a vulgarizar-se na região a utilização das charruas e o cultivo com tracção animal, com meios próprios ou alugados. Foi também com eles que pela mesma altura se começou a assistir ao fenómeno de substituição de muitos investimentos sociais (ofertas aos membros estatutariamente mais importantes das linhagens, p.ex.) por investimentos produtivos (58) como a compra de moinhos, meios de transporte, máquinas de costura, etc.

57. Quantidade de bens matrimoniais a pagar pela família do noivo à da noiva por ocasião do casamento.

58. Tal 'substituição' só foi possível devido à possibilidade que os homens --- e particularmente os mais jovens --- passaram a ter de, graças ao trabalho mineiro, controlarem directamente uma parte significativa dos seus rendimentos. Este fenómeno contribuiu para lentamente se irrem desfazendo os elos de dependência familiar que caracterizavam o modo de produção não-capitalista em que estavam envolvidos até então, o que resultou num processo de lenta desestruturação deste modo de produção.

Enfim, se por um lado o processo de acumulação do capital mineiro dependeu em parte da extracção de mais-valia da mão-de-obra do Sul de Moçambique, por outro esta articulação entre os modos de produção capitalista e não-capitalista teve como resultado que, na linha do que defende Meillassoux,

"os ciclos de produção, distribuição e consumo das economias camponesas foram largamente destruídas." (59)

FIRST vê este processo como um em que os camponeses do sul de Moçambique se tornaram

"dependentes dos salários do trabalho mineiro para a sua própria reprodução, i.e., para a compra [dos bens necessários a satisfazer as] necesssidades básicas da vida do dia-a-dia. As famílias camponesas tornaram-se dependentes principalmente do trabalho assalariado e não da produção agrícola para as suas compras de instrumentos essenciais de produção (...). Do mesmo modo os artesãos tornaram-se dependentes dos resultados do trabalho mineiro porque esta pequena produção mercantil assenta nos rendimentos ganhos fora da economia camponesa [pelos compradores]." (60)

Dessa dependência discorre a autora um grande nível de proletarianização da sociedade rural do sul de Moçambique. Daí que, apesar de reconhecer se estar perante formas de proletarianização "incompletas e não-permanentes", a autora designe estes mineiros por "operários-camponeses" [worker-peasants] (61).

Pensamos, porém, que aquela importância dos rendimentos do trabalho mineiro quando comparados com os da comercialização agrícola tem que ser vista num quadro mais geral em que

59. Vd FIRST, *ibid.* op. cit., pg 183

60. Vd *Ibidet*

61. Vd FIRST, *But Black gold: the mozambican miner, proletarian and peasant*, Harvester Press, Brighton/Sussex/UK, 1983, pg 184.

- i) existem, como se referiu, outras fontes de rendimento para além das minas e da comercialização agrícola;
- ii) dadas as características genéricas da produção agrícola familiar --- WUYTS (1978) estima que o autoconsumo atinge 49% da produção agrícola total do sul do país ---, o volume efectivamente objecto de troca no mercado --- cerca de 16% do total da produção camponesa total segundo o mesmo autor --- relativamente pequeno embora possa dar origem a receitas monetárias relativamente importantes. Veja-se o caso do cajú e da sua importância na economia dos camponeses do Norte de Moçambique (62).

Ora na interpretação que FIRST faz dos dados relativos a esta região existe, quanto a nós, uma exagerada ênfase nos circuitos monetarizados da economia camponesa e uma tendência (63) a fazer de todo o assalariado um proletário e, paralelamente, a uma subavaliação dos efeitos dos factores não monetários que interferem na economia política das sociedades rurais do sul de Moçambique. Esta posição da autora tem uma nítida filiação numa ideologia que, ainda que pretendendo-se filiada no materialismo dialético, é, afinal, uma forma de interpretação economicista deste.

A crítica que aqui formulamos resulta das nossas próprias investigações sobre esta temática mas encontra-se fundamentalmente escudada nos trabalhos antropológicos de FIALHO, nomeadamente a sua obra mais recente. Nela, ele após aturados estudos antropológicos, conduzidos em Maqueze/Chibuto/ /Gaza mas que ele, através da análise de diferentes materiais, considera extensíveis a toda a zona a sul do Save e, grosso modo, a sul do Zambeze, considera que este grau de dependência é muito menor do que pretende FIRST e, com

62. Vê GEFFRAY, Christmas elements d'une histoire de la famille en pays Nakhwa, policop, sl [Maputo], sd

63. Trata-se apenas e de facto apenas de uma linha tendencial. Ela está também presente em ENJOEM O mineiro ..., op. cit., dirigido pela autora, quando diz que a característica essencial do período 1935-1940 em Moçambique foi a de a penetração da economia monetária "ter forçado o camponês a vender a sua força de trabalho nas minas da RAS, quer dizer a proletarianizar-se." [sublinhado nos. AS], op. cit., pp 119.

eja, o CEA/UEM (64). Para ele, de facto, apesar de se verificar desde os anos 50 um movimento importante de afectação de recursos à aquisição dos bens de produção --- e até de consumo --- referidos atrás,

"a tecnologia permaneceu bastante rudimentar e a percentagem do dinheiro proveniente dos salários que é investida em meios de produção continuou sendo bastante reduzida [com] a maior percentagem investida na área social, em lólo, presentes e bebidas." (65)

Esta é uma das razões que ele encontra para que, pelo menos nesta região,

"o modelo económico tradicional (66) [se mantivesse] ainda no final do período colonial" (67),

"com a economia [permanecendo] enquadrada no contexto social de parentesco e alianças, subordinada aos laços afectivos, ao seu sistema de obrigações e ao seu sistema simbólico/ideológico, com o objectivo fundamental de reprodução e não de acumulação." (68)

Para os macuas, no norte de Moçambique, a produção agrícola comercializada inclui quer alguns excedentes alimentares quer produtos cultivados expressamente para venda como era o caso do algodão mas também do cajú. Esta parcela, que para algumas famílias chega a ser importante, significa que aos camponeses não é indiferente quanto se passa no mercado ou, melhor, no conjunto do chamado sector moderno da economia.

64. Note-se que a obra de FIRST surge baseada na investigação do CEA/UEM que deu origem a O mineiro moçambicano, CEA/UEM, Kaputo, 1978.

65. Vd FIALHO Feliciano, José Antropologia económica dos Tsonga do sul de Moçambique, Tese de Doutoramento, ICS73, Lisboa, 1989, pp 290 incluindo a nota 1.

66. Ao definir este conceito o autor diz: "o conceito de tradicional, (...), é partido ao longo deste trabalho para designar o modo pré-capitalista". Vd pg 8.

67. Vd *Ibidem*, op. cit., pg 144

68. Vd *Ibidem*, op. cit., pg 292

Assim, as condições que se verificam neste são analisadas pelos camponeses e a sua oferta de produtos para venda (natureza e quantidade) depende da necessidade de assegurar o auto-abastecimento das unidades familiares, dos preços relativos face aos bens disponíveis para compra, da existência efectiva destes e da existência ou não de outras fontes de rendimento familiar exteriores à produção agrícola (artesanato, trabalho assalariado).

A utilidade desta produção para venda e das suas quantidades é sistematicamente comparada com a utilidade do seu consumo no seio da família e com o custo medido em esforço físico comparado com o não-esforço da sua não-produção. Neste sentido, a sua decisão quanto às quantidades e ao tipo de bens a vender no mercado --- e, em consequência, a produzir --- é tanto própria como imposta pelas condições de preço e de nível de abastecimento em bens de uso para os camponeses.

Esta situação, que é um desenvolvimento das análises de Chayanov para a economia dos camponeses russos dos anos'20 (69) e que encontra similar em investigações realizadas noutras regiões da África Oriental (70), foi identificada por FIALHO para o Sul de Moçambique (71). A existência daqueles trabalhos sobre outras zonas da África Oriental, a (apesar das diferenças) relativa semelhança das estruturas económicas e sociais desta grande região africana e a inexistência de sinais evidentes que contradigam a possibilidade da extensão ao todo moçambicano dos comportamentos determinados para o Sul do país neste domínio levam-nos a crer que tal generalização é possível.

Esta situação, em que a maior parte da produção é destinada ao auto-consumo e só uma pequena parte o é à venda no mercado, é o produto de uma articulação entre os modos de produção capitalista e não-capitalista(s) que se

69. Vd CHAYANOV, V. La organización de la unidad económica campesina. EC. Nueva Visión, Buenos Aires

70. Vd HUNT, Diana 'Chayanov's model of peasant household resource allocation' in Journal of Peasant Studies, vol 6, nº 2, 1979, pp 267-295

71. Vd FIALHO, J. op. cit., Ibidem

foi desenvolvendo ao longo do período colonial e em que também desempenharam papel importante na economia política do sector familiar as culturas e o trabalho forçados e o trabalho assalariado.

A cultura obrigatória do algodão pelos camponeses foi a forma que o poder colonial e os grupos sociais que ele representava (72) encontraram para, beneficiando dos lucros da comercialização e transformação industrial daquele produto transferir para os camponeses os elevados custos em trabalho e os possíveis prejuízos de uma cultura cuja produtividade, dadas a tecnologia utilizada e as condições ecológicas --- incluindo as pragas a que estava sujeita --- era relativamente baixa ainda que proporcionasse rendimentos por jorna superiores às de outras culturas e, até, outras actividades não agrícolas (73).

A grande maioria da área destinada a este tipo de cultura estava concentrada ao longo de "picadas" para onde eram deslocadas compulsivamente as populações a fim de facilitar a vigilância do trabalho dos camponeses por parte dos representantes das companhias concessionárias e das autoridades administrativas:

"Quase todos nós éramos forçados a cultivar e a viver nas picadas. Ai cada família tinha uma faixa de seis hectares de terreno [divididos em parvelas de 1 ha], uma ao lado da outra. Em cada ano tínhamos de cultivar três parcelas de um hectare cada. Os outros três deixávamos em pousio. Obrigavam-nos a produzir algodão, mapira e mandioca e diziam-nos como fazer a rotação dessas três culturas."  
(74)

Além do enorme trabalho que tal cultura exigia --- cerca de 150 jornas por hectare segundo os cálculos de BRAVO (75) ---

72. Sobre a importância da 'economia política do algodão' no 'período colonial', vd o ponto V.2.1.1 acima.

73. Vd BRAVO, Nelson S. A cultura algodoeira, op. cit., pp 201-211.

74. Descrição de um camponês do Norte de Moçambique (Nenja/Nampula) em HABERMELSS, Kurt "Algodão: das concentrações à produção colectiva" in Estudos Moçambicanos, nº2, 1961, pp 38.

75. Vd BRAVO, N. S. op. cit., pg 202 que acrescenta (pg 210, quadro ECIX) informações sobre as jornas necessárias para o cultivo de 1 ha de outras culturas: 140 para o arroz e a mandioca seca, 120 para o arandem (incluindo o seu descasque), 90 para a mapira e o milho e 80 para o feijão momba.

"à falta de verbas apropriadas, quase todo o trabalho das picadas e suas pequenas pontes era feito gratuitamente, à custa da contribuição braçal indígena (...). Deste modo se abriram [alguns milhares de quilômetros] de picadas que quase todos os anos era preciso limpar e reparar pelo mesmo processo." (76)

Face às condições de produção e aos fracos rendimentos obtidos [vd Quadro n.10 acima], não admira que as manifestações de resistência camponesa a tal cultivo fossem evidentes:

"A resistência passiva era notória. Para a vencer as autoridades usaram os meios suavíssimos possíveis. E, por vezes, esgotados estes, tiveram de servir-se de meios coactivos." (77)

Estes tornaram-se moeda corrente numa época em que

"a intervenção de cada autoridade administrativa era solicitada dezenas, se não mesmo centenas de vezes" (78).

a fim de "com os seus insistentes conselhos paternais" (79) obrigarem os camponeses à prática de uma cultura que odiavam devido ao esforço mal recompensado que lhes era exigido (80).

76. Vd BEAVO, N.S. op. cit., pg 218

77. Vd Ibidem, pg 234.

78. Vd Ibidem, pg 17.

79. Vd Ibidem, pg 114

80. Sobre esta temática, nomeadamente sobre as formas de resistência dos camponeses, vd. ISACMAN, Allen et al. "Cotton is the mother of poverty": peasant resistance to forced cotton production in Mozambique, 1938/1951" in International Journal of African Historical Studies, nº 13, 1980 e também VASIL, Leroy e KESTER, Lindaq "Tavani, zachartero!": forced cotton and rice growing in the Zambezi" in Journal of African History, XIX, 2 (1978), pg 239/63

Além disso há que salientar que a cultura obrigatória do algodão colidia, devido ao enorme investimento em tempo de trabalho que exigia, com a cultura de bens de subsistência. Por isso a produção destes se viu afectada. Foi em parte para evitar as crises alimentares que poderiam resultar de tal facto <sup>(81)</sup> e para obrigar à constituição de reservas alimentares que pudessem fazer frente a situações de seca como a que ocorreu em 1941 que as autoridades coloniais introduziram a obrigatoriedade de os camponeses cultivarem, paralelamente ao algodão, a mandioca, raiz menos exigente em trabalho do que o sorgo <sup>(82)</sup> --- até então a cultura alimentar predominante em Moçambique, p.ex., e cuja produção entrou em nítido declínio a partir de então --- e por isso não colidindo com as necessidades de mão-de-obra para a cultura do algodão mas cujo valor nutritivo é fraco. Outro elemento que ajudava à superação das crises alimentares foi a existência de uma rede relativamente densa de 'cantinas' que nas épocas de necessidade vendiam alimentos, incluindo a crédito <sup>(83)</sup>.

À semelhança da cultura forçada do algodão --- e, em menor extensão, do arroz --- também o trabalho forçado condicionou a capacidade produtiva do sector familiar e suscitou forte resistência por parte dos camponeses.

Utilizado um pouco por todo o país, o 'chibalo' (trabalho forçado) constituiu base fundamental da produção 'capitalista' naquelas regiões onde a presença do sector moderno criava fortes necessidades de mão-de-obra: todo o Sul do Save e as plantações e machambas de colonos do Centro do País.

81. Embora o auge da produção obrigatória de algodão se viesse a ocorrer a partir de então e até ao início da década de 50.

82. Vd GURFFRAY, C. *Éléments d'une histoire*, op. cit., pp 9-11.

83. Estas 'cantinas' eram estabelecimentos essencialmente comerciais espalhados nos meios rurais e que abasteciam as populações em produtos de mercearia, vestuário ou outra natureza e que lhes eram mais essenciais à vida do dia a dia. Os seus proprietários, os 'cantineiros', desempenhavam igualmente um papel fundamental como compradores dos excedentes agrícolas dos camponeses e seu escoamento para as zonas de consumo e/ou para exportação. Além desta actividade essencialmente comercial, muitos deles dedicavam-se igualmente à exploração directa da terra.

Dois dos aspectos a salientar nesta utilização do trabalho forçado são não tanto a sua ocorrência em si --- tal como as companhias magestáticas do final do século XIX não fizemos mais que imitar soluções alheias --- mas sim, por um lado, o atraso da fase mais intensa da sua utilização em relação às demais potências coloniais e, por outro, a grande intensidade dessa utilização.

Ambas as características se prendem principalmente com as do capitalismo português. Em primeiro lugar, o tardio acelerar da industrialização em Portugal com o desenvolvimento da indústria têxtil no período da II Grande Guerra e no pós-Guerra; em segundo lugar, as reduzidas dimensões do excedente inversível pela burguesia portuguesa, a exigir uma 'acumulação primitiva' elevada para a qual se contou com as colónias, designadamente Moçambique e Angola, quer enquanto fornecedoras de matérias-primas a preços mais baixos que os do mercado internacional --- como no caso do algodão --- quer enquanto mercados protegidos de escoamento de parte da produção industrial da metrópole --- mas não só, como era o caso do vinho "para o preto".

As características sociais, políticas e ideológicas do Estado corporativo fizeram dele um Estado ao serviço desta acumulação. Área fundamental da intervenção deste foi o do controlo da força de trabalho. Este controlo passou nomeadamente pelas diferentes formas de trabalho obrigatório, em benefício directo da acumulação privada, umas, em benefício da acumulação pública, outras.

A utilização intensiva do trabalho forçado e a enorme pressão sobre a economia camponesa que ele constituía deu origem ao aparecimento de formas de resistência que foram até à fuga para os países vizinhos (RAS e Rodésia do Sul mas também Tanzânia e Zâmbia), onde os salários eram mais elevados e não existia há muito a prática do trabalho e das culturas forçadas.

Após as reformas legislativas de 1961, culturas obrigatórias e trabalho forçado viram-se proibidas pela lei, tal como proibida passou a ser a participação administrativa nos trabalhos de "fomento da cultura do algodão". A utilização da violência terminou então mas na nossa investigação de campo

na zona de Namialo foi-nos possível recolher informações orais de que nalgumas áreas da província de Nampula onde era mais intensa a cultura algodoeira a prática só muito lentamente seguiu a lei. Assim, no início dos anos 70, dois anos antes da independência de Moçambique, ainda era aí comum o uso da violência física e da coacção administrativa para obrigar os camponeses à cultura do algodão.

Estas práticas estiveram, por um lado, na porporção directa da resistência que os camponeses opuseram ao processo de controlo da sua força de trabalho, e, por outro, da fraqueza do capitalismo português em, nomeadamente por incapacidade financeira, utilizar métodos genuinamente capitalistas na exploração colonial.

A verdade, porém, é que os rendimentos monetários proporcionados pelas culturas forçadas, pelo trabalho assalariado e pelas vendas de produtos no mercado foram sendo sucessivamente internalizadas na economia camponesa. Isto deu-se não já somente para permitir o pagamento de impostos mas para possibilitar a aquisição de um conjunto de bens necessários ao dia-a-dia e à reprodução das famílias: compra de bens alimentares supletivos da produção familiar de subsistência, prestações sociais várias, constituição das unidades produtivas pelo casamento (pagamento do 'lobolo'), aquisição de instrumentos de produção, tudo passou a estar, neste final do período colonial, muito dependente dos rendimentos monetários obtidos através do trabalho assalariado e da venda da produção comercializável.

#### V.1.3.2 --- A agricultura capitalista

Este sector da agricultura moçambicana era fundamentalmente constituído por machambas exploradas por agricultores não-africanos --- brancos, na sua maioria --- e por plantações de empresas capitalistas, uma parte das quais tinha ligações importantes ao capital estrangeiro. Uma parte deste não era, sequer, português.

A agricultura praticada nas machambas dos colonos tinha como mercados principais de escoamento os mercados urbanos de padrão de consumo europeu e, em limitada dimensão e só a partir de meados dos anos 60, a exportação --- cerca de 1/3 da produção algodoeira.

Concentrados fundamentalmente no litoral e nos vales dos rios Limpopo e Incomati na região Sul, no planalto de Manica, no Centro, e em Nampula, no Norte, a sua instalação tinha sido feita com grandes ajudas do Estado Colonial (84).

A abundância de terras agricultáveis fez com que a sua distribuição pelos colonos não provocasse entre a população local uma fome quantitativa de terra de dimensão importante. Porém, apesar da protecção legal que teóricamente lhes era assegurada (85), os camponeses moçambicanos viram-se privados da possibilidade de utilizarem algumas das terras de melhor qualidade que tradicionalmente eram por eles utilizados. Isto provocou nalgumas regiões fome de terras qualitativamente capazes de assegurarem a produção familiar e permitirem a sua expansão. É o caso do litoral Sul, principalmente no litoral de Gaza e do sul de Inhambane, onde a pressão sobre a terra passou a ser muito grande levando à sua sobreexploração e à lenta degradação das suas qualidades agronómicas.

Na maioria das regiões, porém, a questão da terra, ainda que importante, não foi suficiente para constituir uma base de confronto agudo com a população africana, i.e., entre os colonos e os camponeses. A contradição que se vai desenvolver entre uns e outros vai ter por base fundamental a utilização da mão-de-obra dos camponeses --- principalmente nos períodos de pico de trabalho agrícola --- e não o uso da terra.

Esta contradição leva parte dos colonos a exercerem pressões no sentido de o Estado intervir activamente no controlo da força de trabalho camponês. São estas pressões as responsáveis pela institucionalização do trabalho forçado. Com a intervenção das autoridades administrativas, ele

84. Vd CBA O papel do Estado colonial: apoio à produção agrícola, CEA/CEK, policp., Maputo, sd, 17 pp

85. Vd ZISSOFO, Narana "O regime de terras em Moçambique" in Moçambique -- Curso de arteção universitária, ISCSP, Lisboa, 1965.

constituiu uma das fontes fundamentais de recrutamento de mão-de-obra numa região onde a concorrência salarial da RAS e da cidade de Lourenço Marques tendia a limitar fortemente a disponibilidade de mão-de-obra agrícola.

O que estava em causa, afinal, era a luta do MPC pela constituição de uma reserva de mão-de-obra que assegurasse não só o desempenho das tarefas permanentes como também, no momento necessário e sem que tivesse de sujeitar-se à concorrência de outras fontes de trabalho assalariado e da produção de subsistência, das sazonais. Esta sazonalidade do trabalho agrícola era ainda mais acentuada nas plantações.

A economia de plantações desenvolveu-se principalmente no Centro do país a partir da prática das companhias majestáticas e manteve uma grande importância (regional e nacional) até ao final do período colonial. Esta importância advinha-lhe quer dos elevados contingentes de mão-de-obra<sup>(86)</sup> que mobilizava quer pelo facto de constituir um sector orientado para a produção para a exportação (chá, copra, açúcar).

O padrão de agricultura que as plantações adoptavam caracterizava-se pelas grandes extensões sujeitas à monocultura. Tal facto resultou num padrão sazonal de emprego de camponeses.

A fraqueza dos capitais envolvidos levou a que a produção necessitasse de elevados contingentes de mão-de-obra (parte dela migratória) cuja mobilização se tornou parcialmente dependente da compulsão ao trabalho pelas autoridades administrativas.

Esta prática, os baixos salários e as más condições de trabalho aliados a uma pressão fiscal importante<sup>(87)</sup> foram os responsáveis pela resistência que os camponeses opuseram. Tal resistência manifestava-se pelas mais diversas formas: fuga para os territórios vizinhos, lentidão e deficiente

---

86. Vd. HEAD, Judith "A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório" in Estudos Moçambicanos, nº 1, 1980, pp 53/72

87. Vd. LAPELA, J. op. cit., pp 167

execução de muitas tarefas, elevado absentismo, uma oferta de mão-de-obra condicionada às exigências da agricultura tradicional e não às da agricultura capitalista.

## V.2 - Uma situação social e política complexa

Contra este pano de fundo económico definia-se uma situação social e política com características específicas.

Sob este ponto de vista as três realidades básicas a sublinhar são:

- 1) a existência de uma estrutura social caracterizada pelo papel central que os colonos desempenhavam e pela existência de um vasto campesinato onde as diferenciações existentes não eram suficientes para caracterizar classes plenamente constituídas em si e para si;
- ii) a existência de uma Luta Armada de Libertação Nacional cujo objectivo mais imediato era o fim de uma situação colonial em que assumia especial relevância
- iii) a existência de um Aparelho de Estado colonial montado e controlado para servir de instrumento fundamental da exploração da força de trabalho camponesa e caracterizado pelo completo afastamento da maioria da população de qualquer forma de controlo da sua acção;

No quadro de uma política deliberada de encaminhamento para as colónias daquilo que se considerava ser o excesso populacional do país, procurou-se aumentar o número de colonos em Moçambique. Este esforço, que resultou nos anos 50 na política de promoção de colonatos agrícolas, veio a resultar num aumento significativo da população colona. Esta atingiria no final do período colonial os cerca de 200 mil indivíduos.

Tendo por base os elementos do Recenseamento de 1960, BRITO (1965) diz que

"A população branca, em número ainda reduzido, ocupa-se em grande percentagem no funcionalismo. Os não 'funcionários' estão ligados à pequena e incipiente indústria, a produções agrícolas que alimentam algumas dessas indústrias e ao comércio." (88)

Nos dez anos que separam estas palavras do termo do poder colonial as modificações da estrutura económica moçambicana levaram a um aumento da importância do sector industrial e da agricultura levada a efeito pelos colonos. Esta modificação reflectiu-se na alteração correspondente da estrutura do emprego da população colona: para além de continuar a constituir a base do funcionalismo público e privado, ela ocupava igualmente a maioria das posições de operário especializado e de enquadramento e controlo do aparelho produtivo moçambicano. Significativa era, ainda, a sua posição no sector comercial.

Durante muitos anos vedada legalmente à maioria da população moçambicana por via da exigência da assimilação, esta actividade comercial tinha sido ocupada por europeus e por asiáticos (indianos, a maioria, e chineses, alguns) quer na cidade quer nas zonas rurais.

Aliadas ou não à actividade agrícola, as "cantinas" rurais constituíam um pólo fundamental de articulação entre as unidades familiares camponesas e a economia monetária: eram elas que vendiam os suplementos alimentares e alguns dos inputs produtivos de que aquelas unidades necessitavam, compravam os excedentes agrícolas produzidos e forneciam o crédito em mercadorias necessárias à sobrevivência das unidades familiares em época de deficiência de produção alimentar.

88. Vd BRITO, Raquel Soares "Aspectos geográficos de Moçambique" in Moçambique: Curso de Extensão Universitária, ISCSPE, Lisboa, 1965, pg 21

Por outro lado, nas machambas de colonos e nas plantações eram também os colonos quem assegurava directamente a produção e/ou a gestão do aparelho produtivo.

Dado que eles se encontravam inseridos no sector moderno, capitalista, da economia seria possível distinguir entre eles as duas classes sociais que melhor caracterizam o capitalismo: a burguesia e o proletariado. Porém no quadro da formação social moçambicana do final do período colonial qualquer destas classes tinha um carácter incipiente quer quantitativa quer qualitativamente.

Aquela, além disso, caracterizava-se por ser de natureza fundamentalmente mercantil e por estar muito dependente da burguesia exterior, nomeadamente da da metrópole colonial apesar das várias manifestações de que procurava uma certa autonomia face a esta (89).

O proletariado, por sua vez, também era praticamente inexistente se visto enquanto classe para si; não só era quantitativamente reduzido como também estava pouco organizado enquanto tal, submetido que estava ao sistema de 'sindicatos nacionais' característicos do corporativismo reinante na época. A sua situação enquanto colonos parece ter sido mais determinante do seu comportamento do que a sua situação de classe (90).

Estas características das classes em presença contribuíram para uma situação em que as contradições resultantes desta diferente pertença de classe assumiam um carácter secundário face à contradição fundamental da formação social. Esta era a que resultava duma situação colonial que favorecia um grupo social (os colonos, no seu conjunto) em detrimento de outro(s) --- a maioria da população africana --- em função da sua origem geográfica e da cor da pele.

89. Vd CAMER, Michel "Corporatisme et colonialisme. Approche de cas mozambicain, 1933-79" in Cahiers d'Études Africaines, nº 92-93, pgs 383-417 e 5-24.

90. Vd *Ibidem*

Temos, pois, que a população colona, ainda que não representando mais que cerca de 3% da população no final do período colonial tinha uma importância efectiva bem superior à que este valor deixa antever devido às funções que tinha no quadro do funcionamento da economia e, de uma forma geral, da formação social moçambicana.

Se aos colonos cabiam as tarefas de enquadramento e de controlo social, aos africanos cabiam normalmente as tarefas executivas sem grande exigência de especialização --- que na sua maioria e como resultado de um sistema de ensino socialmente discriminatório não possuíam. Eles constituíam a maior parte da mão-de-obra cuja força de trabalho, controlada pelo poder colonial, produzia a mais-valia conversível em capital ou em riqueza.

Porém, é possível distinguir no conjunto dos africanos um grupo não muito numeroso mas ainda assim significativo que, devido a circunstâncias várias --- nomeadamente o acesso a um nível mais elevado de educação e/ou a actividades socialmente mais consideradas no quadro da sociedade capitalista colonial ---, constituíam um grupo de 'assimilados' (91) trabalhando principalmente no sector dos serviços: funcionários públicos, enfermeiros, empregados de escritório, pequenos comerciantes.

Este grupo incluía elementos que segundo uma análise inspirada em WRIGHT se distribuíam, em volumes muito diferenciados, quer por aquela que ele designa por pequena burguesia quer pelos vários "lugares objectivamente contraditórios no seio das relações de classe" (92). Era, pois, um grupo extremamente diversificado e com níveis diferentes de inserção na sociedade colonial.

Complexificando as posições de classe que os vários estratos deste grupo poderiam adoptar estava, como pano de fundo, a sua situação no seio de uma sociedade que não só os remetia, apesar do processo de 'assimilação' a que

91. Expressão que é aqui recuperada de normalmente utilizada para designar os que, de ascendência africana, tinham tido acesso à plena cidadania portuguesa, então condicionada pela lei em função da adopção de um padrão de comportamento social próximo de dos cidadãos com origem metropolitana.

92. Vd a Introdução a esta tese, pp 18-19

os obrigara, para um lugar secundário no presente como lhes limitava --- mais a uns do que a outros --- substancialmente as perspectivas de futura ascensão social.

Esta análise dos grupos sociais de origem africana e em particular daqueles que tinham um estatuto no seio da sociedade colonial mais favorável do que a maioria foi objecto de interesse especial das autoridades coloniais no início da luta armada e com o objectivo de determinar o posicionamento de cada grupo em relação a ela (93). Numa interpretação que nos seus resultados se aproxima da que fica feita atrás apesar de partir de bases conceptuais completamente diferentes e constituindo simultaneamente uma análise mais 'fina' daquele que nós designamos genericamente por grupo dos 'assimilados', elas distinguiram no seio da comunidade africana três grupos sociais que se diferenciam da "MASSA" (sic) e que eram vistos como tendo interesses e comportamentos diferenciados relativamente à presença portuguesa em Moçambique enquanto potência colonial: o "evoluído" (94), o "intermediário" (95) e a "élite" (96).

93. Vd Serviços de Centralização e Coordenação de Informações/Provincia de Moçambique Conquista da adesão das populações, policp., Lourenço Marques, 16/5/1965, 217 pp.

94. Sobre este grupo afirma-se [pg 188]: "Destacando-se da 'MASSA' (sic) mais intimamente relacionado a ela nota-se a formação de um grupo mais evoluído e constituído pelos que adquiriram maior e mais estável situação económica, pela maioria dos dirigentes religiosos nativos e pelos que mercê do ensino de adaptação ou do contacto mais prolongado com o europeu, adquiriram uma qualificação que os distingue. (...) Os seus elementos são os mais visados (para aliciamento) pela Subversão (sic) (...). Dentro deste grupo é possível distinguir quatro sectores constituídos pelos agricultores e artesãos, pelos que se dedicam ao comércio e à pequena indústria, pelos chefes religiosos e, por último, pelos que (...) adquiriram qualificação superior à da 'MASSA'".

95. Descrito [pg 188] como um grupo que "engloba (...) enfermeiros auxiliares (como era o caso do falecido presidente Samora Machel que, além disso, era de uma linhagem importante na sua região natal - AS), professores do ensino de adaptação, intérpretes, auxiliares de secretarias e escritórios e outros (...) que embora de nível académico modesto se distingue notavelmente da 'MASSA' e os iguala, por vezes superando-os, aos elementos das escalões mais baixos da sociedade europeia, do grupo dominante." E sobre o seu posicionamento face à "Subversão" [pg 190]: "Quando sujeito às pressões da subversão e adquire consciência das possibilidades que a situação lhe concede, é levado a aspirar substituir o europeu, ocupar o lugar que este ocupa. A subversão (sic) abre-lhe novos horizontes, concede-lhe possibilidades superiores às suas qualificações. (...) A ele pertencem a maioria dos que coram a Subversão."

96. "Constituída pelos nativos que adquiriram capacidade para ingressar nos diversos quadros, públicos e privados, e tales ascenderem às mais elevadas posições." [pg 189]

Esta última seria a que estaria mais interessada na manutenção da situação colonial pois a sua própria situação estava intimamente dependente dela. Quanto àqueles dois grupos, tudo era diferente, reconhecendo-se que eram os que se sentiam mais limitados na sua ânsia de melhoria da situação económica e social pela política colonial tal como levada a cabo por Portugal. Eram, aliás, eles quem fornecia a parte mais significativa dos dirigentes da FRELIMO.

No seio da mão-de-obra africana destacava-se ainda um proletariado de reduzidas dimensões e cuja formação, na sua maioria, era bastante recente.

Se aceitarmos como válida uma definição de proletariado como sendo a classe social do MPC que se encontra separada dos meios de produção e que, por isso, vive do seu salário e que em formações sociais onde é forte a presença dos modos de produção historicamente pré-capitalistas aqueles proletários se encontram quase em exclusivo nos sectores modernos da produção, temos que perto do final do período colonial o proletariado moçambicano teria cerca de 150-200 mil membros: o conjunto da população activa das indústrias extractiva, transformadora e da construção civil bem como os que trabalhavam no sector de transportes.

Porém, se a estas condições meramente económicas ou, mesmo, jurídicas, adicionarmos outras mais dos domínios político e ideológico como sejam a da existência de uma consciência de classe em si e para si e de um grande grau de ruptura com as formas de organização social e com os esquemas mentais da sociedade pré-capitalista então a dimensão do proletariado moçambicano reduzir-se-á a um nível pouco mais que simbólico. O mesmo se poderá dizer mesmo se utilizarmos a noção mais 'fluida' de WRIGHT de agentes sociais adoptando "posições proletárias". Evidentemente que do ponto de vista social e político não é indiferente utilizar uma definição ou outra.

Dadas as escassas informações estatísticas disponíveis, aquela estimativa deve ser tomada mais pelo seu sentido relativo --- ela traduz a fraqueza do proletariado no conjunto da formação social moçambicana (cerca de 5-8% da população em idade activa) --- que pelo seu valor absoluto. Repare-se no entanto, que se adicionarmos a este proletariado interno o que trabalhava

no exterior e regressava regularmente a Moçambique. --- como é o caso dos mineiros na RAS ---, temos que quase metade do proletariado moçambicano trabalhava no estrangeiro.

Mas será que a este conjunto de assalariados é legítimo designar por proletariado? Retomando aqui a abordagem das classes sociais feita no capítulo precedente, é possível concluir que este grupo social tem um aspecto "inacabado". Isso é especialmente nítido no caso dos assalariados rurais mas verifica-se igualmente em relação a uma parte significativa dos assalariados da indústria e dos serviços.

Quanto ao caso dos mineiros moçambicanos na RAS trata-se de um caso especial que, por exemplo, levou FIRST a designá-los como "proletários e camponeses". Porém, como já foi salientado, uma outra interpretação das informações constantes de FIRST e de CEA/UEM O mineiro... bem como, principalmente, de FIALHO (1989) leva-nos, porém, a classificar a maioria deles mais como camponeses do que como proletários devido à importância que continua a ter para a determinação do seu comportamento social em Moçambique a sua posição no seio das comunidades rurais e do modo de produção não-capitalista.

Quanto aos assalariados da agricultura, à esmagadora maioria deverá ser negada qualquer pertença ao proletariado, qualquer que seja a definição deste: trata-se, de facto e em primeiro lugar, de camponeses que devido à necessidade de recursos financeiros --- para adquirir bens de consumo, de produção ou destinados a prestações sociais --- recorrem ao trabalho assalariado. Toda a lógica do seu comportamento social, porém, está ainda ligada à sua ligação com a organização social e a ideologia do modo de produção não-capitalista não sendo tão pouco possível descortinar neles uma 'posição proletária' tal como definida por WRIGHT (97).

Além destes grupos sociais --- os colonos no seu conjunto e o (proto-)proletariado (98) africano --- há ainda que destacar aquele que cons-

97. Vd a 'Introdução da Parte A'.

98. Esta expressão 'proto-proletariado' é a utilizada por BERTRAND, Hugues en Le Congo: formation sociale et mode de développement économique, Maspéro, Paris, 1975.

tituia o maior grupo social moçambicano: o campesinato. No seu seio, a par de diferenciações próprias à sua pertença a uma organização social onde dominam ainda os traços tipificadores do modo de produção não-capitalista existiam diferenciações relacionadas com o diferente grau de envolvimento no modo de produção capitalista --- relações com o mercado capitalista e/ou inserção nas relações sociais de produção capitalistas --- e com o diferente posicionamento face às estruturas políticas e sociais do poder colonial.

Quanto às diferenciações que têm por base as relações sociais características dos modos de produção não-capitalistas FIALHO (1989) conclui que elas continuavam a desempenhar no final do período em análise um papel importante no quadro da sociedade camponesa do Sul de Moçambique apesar da desestruturação a que ela se viu sujeita principalmente a partir do início dos anos 40, depois da intensificação da exploração colonial com a expansão da cultura algodoeira. O mesmo se poderá deduzir das investigações de GEFFRAY conduzidas em relação a uma região do Norte de Moçambique (99). Assim, havendo igualmente várias investigações que confirmam situação semelhante em quase toda a África Oriental (100) e não existindo informações que desaconselhem a extensão ao resto do país de tal conclusão assumimos que tal situação se verifica de uma maneira geral em todo o Moçambique.

Estas diferenciações não podem deixar de ser tomadas em consideração na análise da formação social moçambicana devido às repercussões que têm na estruturação social e no processo de desenvolvimento da sociedade camponesa. De facto, elas continuam a influenciar significativamente a utilização dos excedentes monetários nas mãos dos camponeses. O *lobolo* e outras prestações sociais (oferendas várias, bebida, etc) são exemplo de aplicações desses excedentes condicionadas pela diferenciação social no seio da sociedade 'tradicional'.

99. Vê os vários trabalhos deste autor citados na Bibliografia.

100. Vd. p. ex., HURT, J. op. cit.

Em relação à diferente forma como cada um dos grupos sociais identificáveis no seio desta sociedade se articulava com as estruturas económicas, políticas e sociais introduzidas pelo colonial-capitalismo saliente-se a posição de um grupo significativo de régulos e de outros chefes tradicionais que colheram benefícios importantes da sua posição. Muitos régulos tiraram proveito da sua dúplice posição de chefes das comunidades no quadro da sociedade tradicional e de membros do sistema de poder (mais ou menos) 'indirecto' exercido pelas autoridades coloniais (101).

Ao analisar e, principalmente, ao avaliar a posição destes não pode ser esquecida, no entanto, a difícil situação em que se encontravam: pressionados pela população para os representar e defender junto das autoridades coloniais, eram simultaneamente pressionados por estas, sob risco da sua substituição por um indivíduo mais dócil face aos interesses coloniais (102), para controlarem todos os aspectos da vida dos seus súbditos que pudessem pôr em causa a contribuição destes para a produção comercializável. Assim, eles desempenharam um papel importante no controlo da cultura do algodão e da mão-de-obra para o trabalho forçado (103).

A tomada em consideração desta posição dúbia dos vários agentes indígenas da estrutura do poder administrativo colonial não poderá, porém, impedir de se chegar à conclusão de que uma parte dos régulos beneficiaram de facto da sua posição, colocando-se numa situação nitidamente privilegiada face

101. Vê ISAACKMAN, A. "Régulos ...", op. cit. Vê também CSA/JEM A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, CEA/UEM, Maputo, 1963, pg 7.

102. Sobre este aspecto vê nomeadamente Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (Provincia de Moçambique) Conquista da adesão às populações, SCCI, (Leurenço Marques), 1965).

103. Citem-se a propósito as declarações de um camponês do Norte de Moçambique (Metia/Marpula) transcritas em GABERNYER, Kurt op. cit., pg 38:

"Na picada trabalhávamos das cinco da manhã até às cinco da tarde, primeiro na machamba de algodão, depois nas machambas alimentares. Trabalhávamos sob a supervisão constante dos nossos capitães, cabos e régulos, dos agentes e capatazes do algodão, dos cipaios e polícias do posto de Metia. Eles não nos deixavam descansar (...).

Quando não acentávamos com o trabalho na picada éramos denunciados ao régulo, presos, atarrados e entregues aos cipaios que nos levavam à força para o posto administrativo. Lá em Metia, batiam e torturavam-nos com a palmatória. (...) Só escapou aos castigos quem se fez 'amigo' dos cipaios. Era preciso entregar-lhes galinhas, dinheiro e outras coisas."

aos seus concidadãos e que alguns aproveitaram para converterem em melhoria da sua base de produção e, conseqüentemente, da sua posição relativa no quadro da produção capitalista. Duas das vias pelas quais eles beneficiaram dessa posição privilegiada foram a mais fácil disponibilidade e/ou utilização de trabalho de charruas ou tractores e a utilização nas suas terras de trabalho gratuito prestado pelos seus subordinados, benefício secular que lhes era devido no quadro da sua posição no seio da sociedade pré-capitalista e que o poder colonial não tinha posto em causa (104).

Para além das diferenciações que resultam da pertença ou não às estruturas de poder próprias desta sociedade (régulos e suas famílias, chefes da terra, etc.) (105) e da forma como cada grupo se articulava com as estruturas do poder colonial, elementos fundamentais desta diferenciação são, como o demonstrou Rey, p.ex., a idade e o sexo com os mais velhos e os homens a prevalecerem, em importância social sobre os mais novos e sobre as mulheres. Isto mesmo é demonstrado para a sociedade macua por GEFFRAY (106).

A crescente pressão sobre esta sociedade tradicional resultante do aparecimento do MPC e das suas relações sociais de produção resultou numa crescente abertura de vias de desestruturação das antigas relações sociais, nomeadamente pela modificação do papel dos jovens e das mulheres consideradas pelo MPC como iguais face ao objectivo fundamental: a captação de força de trabalho e de mais-valia. Duas dessas vias foram o trabalho assalariado, particularmente o trabalho mineiro na RAS, no sul do país e os rendimentos de culturas como o cajú, no norte (107).

104. Vd ISAACMAN, A. "Régulos...", op. cit.

105. Sobre a permanência e a importância destas estruturas depois da Independência --- e, por maioria de razão, antes dela --- na região de Namúla vd as investigações de Christian GEFFRAY relatadas na sua tese de doutoramento.

106. Vd GEFFRAY, C. Éléments d'une histoire de la famille en pays Makwa, pólico., Napoto, s.d.

107. Vd FIALHO, op. cit. e GEFFRAY, C. op. cit., respectivamente.

Porém, o fraco nível tecnológico a que se deu a articulação das unidades familiares com o MPC, o padrão dessa articulação (baixos níveis de salários e dos rendimentos da comercialização de produtos) e o fácil acesso à terra e aos instrumentos de trabalho fizeram com que a diferenciação entre os camponeses moçambicanos no domínio da produção se fizesse, no final do período colonial, a um nível de rendimentos relativamente baixo e que era função, principalmente, da dimensão das famílias e sua capacidade de reprodução física.

Para esta contribuía, de acordo com FIALHO (108), o tamanho da família segundo princípios estudados por Chayanov na economia camponesa russa dos anos 20 e confirmados para a população Mbere da Tanzânia por HUNT.

Daqui resulta que o estrato dos camponeses pobres inclui normalmente viúvas, mulheres solteiras vivendo sós, famílias inteiras de pequena dimensão e/ou que viram por qualquer motivo substancialmente reduzida a sua capacidade (re)produtiva e, de uma forma geral, aqueles agregados em que a disponibilidade de mão-de-obra é pequena. Este estrato mais pobre que vive quase permanentemente no limiar da sobrevivência física e em situação de quase ruptura das suas condições de vida dificilmente consegue assegurar com a sua base produtiva os meios das suas sobrevivência imediata e reprodução social. Por isso recorre ao trabalho assalariado como forma de as assegurar. GEFFRAY confirma esta situação quanto à população macua do Norte de Moçambique que recorre com frequência à *o'loia*, uma forma de troca de trabalho por produtos alimentares, normalmente extremamente desigual (109).

Para além deste estrato dos mais pobres há um grande núcleo de camponeses, a maioria, cuja base reprodutiva lhes permite assegurar a sua sobrevivência e reprodução numa forma bastante regular. Nestas unidades familiares de camponeses médios a força de trabalho disponível, normalmente maior que a dos camponeses pobres, era empregue quer nas machambas próprias --- a mulher, sempre, e o homem, principalmente em épocas de ponta --- quer, eventualmente, em trabalho assalariado --- normalmente o homem.

108. Vd FIALHO, José F. Feliciano O habitat dos camponeses do Sul do Save moçambicano e de Belene em particular, manuscrito, 1982

109. Vd GEFFRAY, C. Éléments d'une histoire..., op. cit., pp 30-31.

Este trabalho assalariado, o pequeno comércio, o trabalho não-agrícola (artesanato, feitiçaria, etc.) e, cada vez mais, a educação formal dos seus membros são outros factores que influenciam significativamente o nível de rendimentos dos agregados camponeses e que constituem motivo de diferenciação social (110). Esta deriva quer da diferença de rendimentos e riqueza que as várias fontes de rendimentos proporcionam --- o que, não sendo elemento típico do MPC, assume especial importância nele e, nesse sentido, retrata a penetração deste na sociedade tradicional --- quer da dinâmica de transformação da posição de cada agregado relativamente às relações sociais de produção capitalistas. Esta transformação tem normalmente por base uma incipiente acumulação de capital traduzida em instrumentos de trabalho tecnologicamente melhorados (charruas, tractores, máquinas de costura, camiões) e com origem, muitas vezes, nas poupanças conseguidas a partir do trabalho assalariado (111).

Esta acumulação de capital resultou, a nível nacional, na constituição de um núcleo relativamente reduzido de camponeses que alargaram a sua escala de operação económica dedicando-se em exclusivo à agricultura ou outra actividade por conta própria prescindindo dos rendimentos que lhe advinham do trabalho assalariado por conta de outrém no país ou no estrangeiro e que passaram inclusivé, em épocas de ponta ou permanentemente, a recorrer ao trabalho assalariado de outros camponeses.

Uma análise regional deste fenómeno permite-nos concluir que ele tem uma distribuição muito desigual pelo território nacional. De facto, é no sul do país, onde se fazem sentir mais intensamente os efeitos da proximidade de mercados consumidores importantes (Maputo) e dos rendimentos provenientes do trabalho assalariado (RAS, Maputo), que tal fenómeno se verifica com mais intensidade (112).

110. Vd FIALHO, J. op. cit.

111. Vd FIRST, R. Black Gold, op. cit., pg 130. Vd também e em relação ao planalto da Moeda, CSA/UBM A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, CEA/UBM, Maputo, 1983, pg 6.

112. Vd MOYTS, Marc Camponeses e economia rural ex Moçambique, CEA/UBM, Maputo, 1978, pg 16

Utilizando como indicador o número de charruas existentes, verifica-se que 90% delas se concentram na região Sul (vd. Quadro 22). Para este facto contribui, para além das razões já aduzidas, o facto de ser aqui que se concentra a maior parte do gado bovino do país já que nas regiões Norte e Centro a presença da mosca tsé-tsé impede a sua existência.

Dentro deste grupo de camponeses médios destacava-se um grupo com uma base económica mais forte, verdadeiros camponeses ricos no contexto global das sociedades rurais, que constituía um grupo extremamente reduzido e em que existiam, por vezes, fortes ligações às estruturas tradicionais de poder. Estas permitiam-lhes um acesso privilegiado a um volume mais abundante de factores de produção, incluindo mão-de-obra fornecida gratuitamente pelos demais camponeses.

QUADRO V-16

ESTRUTURA AGRÁRIA DE MOÇAMBIQUE: sector tradicional

| distritos        | explorações agrícolas (milhares) | área ocupada (milh.) | dimensão média (ha) | c h a r r u a s |                  |           |
|------------------|----------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------|------------------|-----------|
|                  |                                  |                      |                     | nº (milh.)      | explor. p/charr. | ha/charr. |
| Lourenço Marques | 61,6                             | 81,6                 | 1,3                 | 17,3            | 4                | 5         |
| Gaza             | 168,2                            | 278,1                | 1,7                 | 59,4            | 3                | 5         |
| Inhambane        | 175,9                            | 300,1                | 1,7                 | 15,9            | 11               | 19        |
| Manica e Sofala  | 143,9                            | 237,2                | 1,6                 | 6,5             | 22               | 37        |
| Tete             | 93,7                             | 144,5                | 1,5                 | 3,3             | 28               | 44        |
| Zambézia         | 378,7                            | 314,0                | 0,8                 | 0,1             | -                | -         |
| Nampula          | 424,8                            | 706,6                | 1,7                 | 0               | -                | -         |
| Cabo Delgado     | 150,0                            | 171,1                | 1,2                 | 0               | -                | -         |
| Niassa           | 63,0                             | 107,8                | 1,7                 | 0               | -                | -         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>1659,6</b>                    | <b>2343,8</b>        | <b>1,4</b>          | <b>102,5</b>    | <b>16</b>        | <b>23</b> |

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica IV Plano de Fomento - Macoósico ..., op. cit., p. 122, quadro 34, adaptado

Embora minoritário era aquele grupo de camponeses médios que gerava maior excedente comercializável: em Inhambane, p.ex, representando 20-30% dos camponeses, este grupo era responsável por cerca de 60-80% da produção total comercializada pelo campesinato (113). Eles eram também, normalmente, os elementos mais dinâmicos das comunidades rurais com um grau de inserção no sector moderno, capitalista, relativamente importante quer o critério seja o meramente económico quer abranja também elementos de natureza mais ideológica.

Repare-se porém, que este grupo não pode ser considerado, pelo menos na sua grande maioria, como constituindo um grupo de produtores em condições semelhantes às dos colonos. Estes têm, normalmente, uma base produtiva mais ampla e sólida (maiores e melhores áreas agrícolas, tractores) obtida graças a uma política de apoio do Estado e defrontam melhores condições de preços e de crédito (114). Porém, no final do período colonial e principalmente nas zonas de instalação de colonatos no Sul do país e através da constituição de cooperativas patrocinadas pelo poder colonial seguiu-se uma

#### QUADRO V-17

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DO EX-COLONATO DO LIMPOPO POR TIPOS DE PROPRIEDADE (1974) (115)

| tipos de propriedade      | número | área (ha)<br>idade | ha/propri-<br>idade |
|---------------------------|--------|--------------------|---------------------|
| portugueses com contrato  | 968    | 8273               | 8,5                 |
| moçambicanos com contrato | 412    | 2448               | 5,9                 |
| moçambicanos com fruição  | 2584   | 5168               | 2,0                 |

Fonte: Gabinete do Limpopo Relatório da divisão administrativa, 1974, citado por NERMELE, Kenneth Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique, SIPS, Uppsala, 1988, p. 44 (Quadro 1)

113. *Vé ibidem*

114. *Vé CBA/USM O papel do Estado colonial: apoio à produção agrária*, op. cit.

115. Os valores deste quadro não correspondem aos máximos atingidos pelos diversos tipos de propriedade ao longo da história do 'colonato do Limpopo'. Segundo a fonte do quadro, o número de colonos brancos atingiu o máximo em 1968 com 1146 famílias e o número máximo de colonos moçambicanos foi de 475, em 1964. *Vé NERMELE, K. Land struggles*, op. cit., p. 46.

política de crescente incentivo à constituição de uma camada de camponeses africanos que se estabelecessem na agricultura de uma forma que os aproximasse da agricultura colona. No vale do Limpopo, p.ex., seguiu-se uma política deliberada de inclusão de alguns destes produtores no esquema de colonato aí existente (116).

Procurava-se assim criar um grupo de camponeses moçambicanos mais ricos, mais plenamente inseridos no modo de produção capitalista e interessados na prossecução da política colonial.

Apesar disso as condições em que desenvolviam a sua actividade a generalidade dos camponeses médios e aqueles, mais ricos, que tinham melhor base produtiva eram outras tantas limitações a que se tivesse constituído um núcleo significativamente grande de camponeses ricos capazes de disputar a utilização da mão-de-obra disponível em paralelo com as plantações, as machambas dos colonos, a cidade e o estrangeiro.

Outra condicionante desta consolidação de um campesinato em vias de se transformar em agricultor capitalista foi a existência de restrições quanto à apropriação plena da terra decorrentes quer da legislação colonial --- só a reduzida minoria de assimilados que estava em condições de aceder à cidadania portuguesa podia aspirar a ser proprietária --- quer de regras da sociedade 'tradicional' --- de que a permanente ameaça de acusação de feitiçaria é um exemplo e não o de menor importância (117).

Características essenciais de uma tal estrutura de classes são, por um lado, a de que a demarcação entre os vários grupos sociais nem sempre era nítida, havendo uma 'zona de fronteira' relativamente ampla e algo indefinida e, por outro e combinada com esta, a de que existia um grau importante de flutuação de camponeses que ora se encontravam numa situação ora noutra em função, por exemplo, quer do ciclo biológico da família quer de acidentes naturais como as secas.

116. Vd HERZEL, Kenneth Land structures and social differentiation in Southern Mozambique -- a case study of Chokwe, Limpopo, 1950-1987, SIAS, Uppsala, 1986, capítulo I.

117. Vd GERRENS, C. op. cit.

A quase completa inexistência de um grupo social mais rico ou, pelo menos, mais completamente inserido no modo de produção capitalista é uma das características específicas do colonialismo português em África face aos demais colonialismos. Ela prende-se, como já referimos, com a necessidade de não permitir a constituição de um grupo social autóctone que viesse a ter pretensões de autonomia face à metrópole e que, no domínio mais estritamente económico e numa perspectiva de curto prazo disputasse uma mão-de-obra que, dada a fraqueza do capital disponível para a exploração colonial, se queria abundante e barata.

Em conclusão, podemos caracterizar a estrutura da formação social moçambicana neste final do período colonial e ainda que misturando um pouco diversos níveis de análise (118)

i) pela existência de uma população colona cuja importância para o funcionamento do aparelho produtivo e político-social nacional era fundamental pelas funções que desempenhava e pela existência de uma esmagadora maioria de população africana que desempenhava um papel subordinado na formação social, sem acesso significativo ao poder político, económico e social;

ii) por um aspecto inacabado das classes sociais em que se agrupavam os moçambicanos, com um proletariado ou, simplesmente, um grupo adoptando "posições proletárias" pouco numeroso, pouco mais que simbólico, e cujas condições materiais de existência e reprodução se encontravam, em parte significativa, dependentes do estrangeiro e com um campesinato onde a diferenciação social típica do capitalismo era ainda pouco profunda e no seio do qual a organização social de base familiar se mantinha sem grandes alterações.

Por outro lado e no domínio essencialmente económico realce-se quer a nítida diferenciação existente entre as três grandes regiões do país, quer a grande dependência dos mecanismos de acumulação nacional e regional em

118. O que ex si resou é também um sinal da complexidade dessa estrutura e também da inexistência, provocada pelo tipo e o nível de articulação entre o NPC e as formas de organização social não-capitalistas, de cortes nítidos entre esses níveis.

relação ao estrangeiro --- em particular a RAS --- e, de uma forma mais geral, o grau de pouca diversificação e complexidade da estrutura económica global que fazia de Moçambique um país subdesenvolvido --- "whatever it means".

Foi principalmente contra esta situação económica e social que resultava num papel subordinado da generalidade da população africana que se desencadeou, a partir de 1964, a Luta Armada de Libertação Nacional.

Iniciada sob o impulso de estratos africanos urbanos ou emigrados de estatuto social acima da média --- em que vários dos seus principais dirigentes tinham fortes ligações pessoais às estruturas do poder 'tradicional' ----, ela vai encontrar eco entre uma parte da população rural de Moçambique. Na mobilização desta desempenhou papel importante a luta pelo fim de uma forma de colonialismo que utilizara insistentemente a violência e a prepotência e que não fora capaz de responder aos desejos de melhoria da situação dos camponeses que ele próprio ajudara a desencadear.

Com a Luta Armada o processo histórico proporcionava, quase 50 anos depois das últimas batalhas da conquista de Moçambique pelos portugueses (119), o retomar de métodos de resistência activa agora com o objectivo de pôr termo à presença colonial.

Durante esses cerca de 50 anos a resistência passiva das populações por métodos já referidos foi a principal forma de estas se defenderem contra o regime que procurou activamente (trabalho e culturas forçadas, controlo administrativo dos preços) o controlo da força de trabalho dos camponeses, a redução da sua autonomia e a crescente intensificação da extracção de mais-valia desse mesmo campesinato.

Esta tarefa, dadas as características económicas e ideológicas do capitalismo português e da classe politicamente dominante, teve como instrumento fundamental o Aparelho de Estado colonial.

119. Vé FÉLISCIER, René *Naissance du Mozambique*, Félicier, Creval, 1984, (2 vols); SERRA, Carlos (org) *História de Moçambique*, vol 2, Texo, 1983; e ISRAELMAN, A. et al. *A tradição de resistência em Moçambique -- o Vale do Zambeze, 1850-1921*, Afrontamento, Porto, 1979

Assim, se é verdade que a contradição principal do período era a que existia entre a generalidade do campesinato moçambicano e a burguesia (metropolitana, local e estrangeira), a importância do papel que o Aparelho de Estado teve no controlo e exploração da força de trabalho fez dele o local onde parte importante dessa contradição se manifestava exteriormente. De facto, principalmente durante os anos 40 e 50, assistiu-se à sistemática intervenção directa da autoridade administrativa --- incluindo os régulos --- na mobilização da força de trabalho quer para o trabalho directamente produtivo (plantações, culturas obrigatórias, machambas de colonos) quer para trabalho em infraestruturas levadas a cabo pelo Estado. Note-se, porém, que tal papel, ainda que muito importante não é o único já que igualmente importante era a que se manifestava no terreno, envolvendo a maioria dos camponeses, os agricultores e plantações capitalistas e os comerciantes.

Aquela intervenção estatal, veículo fundamental da penetração do modo de produção capitalista, não conduziu, porém, à completa desestruturação dos modos de produção não-capitalistas pré-coloniais. Pode, até, dizer-se que a manutenção dos régulos como autoridades administrativas integradas no Aparelho colonial visou favorecer a manutenção ou, quando muito, a lenta evolução no quadro das transformações sociais impostas a prazo pela penetração do MPC na sociedade camponesa da estrutura base da organização desta: a estrutura familiar, incluindo a sua base económica constituída pela agricultura de subsistência. As principais teses dos defensores da existência de uma 'articulação de modos de produção' permitem compreender porquê.

### V.3 --- Uma síntese rápida da conjuntura

Dificuldades que se prendem com as características estruturais da economia moçambicana --- subdesenvolvimento geral, forte presença de um sector produtivo 'tradicional', etc. --- e com as deficiências de colheita de

informação estatística tornam difícil a realização de cálculos fiáveis do Produto Interno Bruto Moçambicano e da sua evolução durante os últimos anos do período colonial (120).

Os valores disponíveis, no entanto, apontam claramente para se ter dado nesta fase (121) um crescimento contínuo do PIB mas a taxas de crescimento variáveis entre os vários sub-períodos. Assim, após 1960 assistiu-se a um crescimento moderado do produto a que se seguiu um abrandamento após o desencadear da Luta Armada de Libertação Nacional (25 de Setembro de 1964).

QUADRO V-17  
ESTIMATIVA DO PIB (millhões de contos)

|                                | 1960 | 1963 | 1970              | 1973 | (1975) |
|--------------------------------|------|------|-------------------|------|--------|
| MERNU (PIBpm) <sup>1</sup>     | 25.8 | 29.8 | 46.8 <sup>3</sup> |      |        |
| F.P.Moura (PIBcf) <sup>2</sup> |      |      | 30.7              | 32.8 | (25.8) |
| Pl.Fomt. (flx.mont)            | 14.0 | 17.8 | 34.8              |      |        |
| R.C.Rodrig. (flx.mont)         |      |      | 24.3              | 30.3 |        |

NOTAS: (1) preços constantes de 1963; (2) idem, 1970; (3) valor posto em causa por F.P.Moura; Pl.Fomt.=plano de Fomento; flx.mont.=fluxos monetários

FORTE: MOURA [1978] e RODRIGUES, R.C.[1975].

120. Vd MOURA, F. Pereira de e AMARAL, M<sup>te</sup> Fernanda Estimativa do Produto Interno Bruto de Moçambique -- 1970/1973/1975. U.E.N./Curso de Economia, [Maputo], [1978]

121. Para uma periodização da época colonial vd, entre outras, WYTS, Marc "Economia política do colonialismo português em Moçambique" in Estudos Moçambicanos, nº 1, 1980, pgs 322 e seqs e também MONSLOW, Barry (....)

QUADRO V-18  
ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO, 1970-73  
preços constantes de 1970

| sectores  | 1970  |     | 1973  |                 |
|---|-------|-----|-------|-----------------|
|   | valor | %   | valor | %               |
| agricultura + silv. +<br>pecuária + pesca       | 5819  | 24  | 6287  | 24              |
| indústria (extr+<br>transf+const+elect)         | 5648  | 23  | 7423  | 28              |
| Serviços (com.+transp)                          | 13059 | 53  | 12671 | 48              |
| PRODUTO MATERIAL <sup>1</sup>                   | 24526 | 100 | 26381 | 100             |
| Outros serviços (hab+<br>Admn. Públ.+serv.dom.) | 6225  | 62  | 6410  | 58 <sup>2</sup> |
| PRODUTO "NACIONAL"                              | 30751 | 100 | 32791 | 100             |

Notas: (1) Conceito característico dos sistemas de contabilidade nacional dos países socialistas. Não inclui aqueles serviços que não acrescentam valor à produção nacional; (2) percentagem de total das duas rubricas de serviços do produto "nacional". Fonte: NOJRA (1978), Quadro VI, pg 10

QUADRO V-19  
EVOLUÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL, 1960-65-70

| Sector          | índices de<br>produção<br>industrial |      |      | Produto<br>Industrial<br>(preços de 1970) |      |      |
|-----------------|--------------------------------------|------|------|---|------|------|
|                 | 1960                                 | 1965 | 1970 | 1960                                      | 1965 | 1970 |
| Extractivas     | 143                                  | 126  | 154  | 182                                       | 160  | 196  |
| Transformadoras | 145                                  | 166  | 283  | 2374                                      | 2732 | 4874 |
| Construção      | 188                                  | 179  | 348  | 189                                       | 180  | 350  |
| Electricidade   | 247                                  | 517  | 969  | 58  | 122  | 228  |

Fonte: NOJRA (1978), Quadro VI, pg 14

QUADRO V-20  
VARIAÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL  
taxas médias anuais acumuladas (percentagem)

| Sectores        | 1960-65 | 1965-70 | 1960-70 |
|-----------------|---------|---------|---------|
| transformadoras | +2,8    | +12,3   | +0,7    |
| construção      | -1,0    | +14,2   | +6,4    |
| electricidade   | +16,0   | +13,3   | +14,7   |

Fonte: NOJRA (1978)

A esta fase de abrandamento seguiu-se um período de crescimento a um ritmo nunca atingido até então, ritmo esse que veio a diminuir manifestamente em 1972-1973.

QUADRO V-21  
PIEpm (fluxos monetários) - Variações anuais (%)

| 1970-71 | 1971-72 | 1972-73 |
|---------|---------|---------|
| +10,2   | +17,6   | -3,9    |

Fonte: RODRIGUES (1975)

A esta última diminuição do ritmo de crescimento andaram ligadas as dificuldades cambiais resultantes do modelo de articulação económica e financeira com a metrópole (problema dos 'atrasados'). No quadro deste modelo a transferência sistemática para Portugal de divisas obtidas por Moçambique era de tal ordem que nos dois últimos anos anteriores à Independência a erosão das reservas cambiais da colónia foi de cerca de 2 milhões de contos, mais do que suficiente para financiar o conjunto das importações de equipamentos durante o ano de 1975 -- cerca de 1,8 milhões de contos (122).

Temos, pois, que quando se atinge o início do processo que levou o país à Independência se está numa fase de baixa conjuntura iniciada no terceiro ano da década de 70.

Disso é reflexo o Relatório Anual de 1973 da Inspeção de Crédito e Seguros de Moçambique:

"Em Dezembro de 1973 (...) a situação que se vivia em toda a Província de Moçambique deve ter sido a mais grave de todas, em especial do ponto de vista psicológico, quer relativamente às

122. Vê CNP/DNE Informação Estatística 1975-1984, CNP/DNE, Maputo, 1985. Como fundo cambial e em resultado das transferências efectuadas desde o '25 de Abril' de 1974 até então, as reservas deixadas ao Banco de Moçambique à data da Independência (25/06/75) eram de 35,7 mil contos o que, segundo os valores para o comércio externo de 1974, equivalia a 1,2 vezes de importações, isto é, até às 4h45m do dia seguinte ao da Independência.

populações em geral (especialmente as mais evoluídas) quer relativamente às actividades produtivas (incluindo o comércio) que se sentem cada vez mais limitadas na sua acção e mais frustradas.

(...) o ano de 1973 terá sido o pior de todos. Se em 1974 não vier apoio moral e material que a província necessita poderá acontecer o colapso psicológico final." (123)

---

123. Citado em Comissão Nacional de Planeamento. Informação Económica, Maputo, Jan/84, pgs 19-20



CAPÍTULO VI --- A EVOLUÇÃO DA "FORMAÇÃO IDEOLÓGICA" (1) DA  
FRELIMO DURANTE A LUTA ARMADA

O comportamento dos agentes sociais envolvidos num determinado processo social é condicionado quer pela sua própria história quer --- o que será um produto dessa história --- pelas concepções ideológicas de que é portador. Isto torna-se mais nítido e especialmente importante de observar naqueles agentes e/ou grupos que detêm maior poder de determinação do processo social. É o caso da FRELIMO no período em análise já que ela foi então o principal agente de transformação social e, particularmente, de política económica quer ao nível global quer agrícola.

Daqui o ser necessário, após a análise da evolução da formação social moçambicana no final do período colonial efectuada no capítulo anterior, determinar qual o conteúdo fundamental --- e qual o seu processo de formação --- da "formação ideológica" da Frente no momento da assumpção do poder. É este o objectivo deste capítulo.

Nele, depois de analisarmos o processo de constituição da FRELIMO (ponto VI.1) e os primeiros anos da luta armada que ela desencadeou a partir de 1964 (ponto VI.2), dedicaremos um espaço importante (o ponto VI.3) ao estudo do processo da sua lenta transformação numa organização que, a par da luta anti-colonial, procurava lançar os primeiros passos de um processo de transformação das estruturas económicas e sociais de Moçambique. Especial atenção merecerão, no ponto VI.4, as opções que então se foram cimentando no domínio económico.

---

1. Expressão tomada de BRETTHERM, Charles *As Lutas...* op. cit. e nela utilizada para definir o 'sistema [articulado] de conceitos, de noções, de princípios, de itações, etc.' que dominavam então o Partido Bolchevique. Por 'imagens' entender-se as representações 'ideologizadas' da realidade.

A hipótese fundamental que procuraremos verificar é a de que aquela formação ideológica se caracterizava, no momento da independência, principalmente por quatro traços fundamentais e em tensão entre si: a influência do marxismo-leninismo numa leitura em que, numa manifestação da influência do 'modelo chinês' de socialismo e de transição para ele sobre os dirigentes da Frente (2), se dá especial importância ao controlo social exercido pelo conjunto da população; uma luta anti-capitalista e contra as estruturas sociais características da organização social não-capitalista, uma "militarização" do civil (3) que traz consigo os germes do autoritarismo e do 'comandismo' e uma ênfase especialmente importante no papel dos quadros enquanto agentes do processo de transformação social.

Se ao nível essencialmente ideológico estes são os principais aspectos a salientar, eles têm que ser vistos contra um pano de fundo da praxis social que se caracterizou por uma crescente centralização dos poderes no seio das instituições centrais e a emancipante institucionalização das estruturas locais do "poder popular" que servissem de contrapoder ao que era exercido por aquelas instituições centrais.

2. Para uma confirmação por um seu 'compagno de route' da primeira hora desta influência nas formulações da Frente ver, p. ex., BRAGAÇA, Aquino et al. 'From the idealization of Frelimo to the understanding of the recent history of Mozambique' in African Journal of Political Economy, nº 1, Harare, 1987, pg 167.

3. A expressão é nossa e será melhor explicada mais adiante.

## VI.1 - O nascimento da FRELIMO: a luta pela unidade

O final dos anos 50 e o início da década de 60 foram marcados pela Independência política da grande maioria dos actuais Estados africanos. Em ligação com esta profunda mutação do mapa político da África surgiram, formados por naturais das então colónias portuguesas, movimentos políticos que procuravam lutar pelo acesso à Independência.

No caso de Moçambique a forma específica como foi exercido o colonialismo português --- nomeadamente a completa ausência de formas de livre expressão das opiniões e interesses das populações indígenas --- e a pressão policial colonial levou a que os primeiros movimentos políticos de moçambicanos surgissem organizados por trabalhadores e refugiados nos países vizinhos. Dentre estes citem-se a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), fundada em 1960 na então Rodésia do Sul), a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), surgida no Malawi, e a MANU (Mozambique African National Union), fundada em 1961 no Quênia.

Características comuns a todas estas organizações eram, por um lado, o facto de terem uma muito reduzida implantação no interior de Moçambique e, por outro, o de os membros de cada uma delas serem expatriados originários predominantemente de uma só área geográfica e tribal da colónia (4).

O desencadear da luta armada em Angola, em 1961, e o reforço da pressão policial em todas as colónias portuguesas que se lhe seguiu levou ao exílio de alguns moçambicanos até então afastados daquelas organizações mas que no interior da colónia já manifestavam alguma forma de oposição ao regime colonial. A pressão destes e a que foi exercida pelos dirigentes de outros países africanos já então independentes (p.ex. Julius Nyerere, então

4. Vd MUNSLOW, Barry Mozambique: the revolution and its origins, Longman, Londres, 1983, pp 75/80

presidente da Tanzânia), estiveram na base do processo que levou à unificação dos três movimentos referidos numa só organização, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (5).

Constituída em 25 de Junho de 1962, ela reuniu não só os membros dos anteriores movimentos como também um núcleo de moçambicanos exilados que não tinham estado integrados naquelas organizações. Estavam nesta situação personalidades como Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos. Aquele trabalhava para a ONU, este era Secretário-Geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

O objectivo central da nova organização fixado pelo seu primeiro congresso (Dar-es-Salaam, 23-28/9/1962) era o da obtenção da independência política para Moçambique. Este era, aliás, de facto, o único factor de união entre os membros da nova organização onde apesar da unidade conseguida eram já patentes divergências internas e até alguns conflitos.

Nestes primeiros tempos não se fazia qualquer referência ao tipo de sociedade a erigir uma vez alcançada a Independência. No entanto a nível individual ou de um ou outro grupo de militantes havia já concepções próprias, mesmo que ainda difusas, sobre esta matéria (6). Enquanto organização, porém, a FRELIMO não tinha ainda avançado neste domínio já que o objectivo era congregar num espírito frentista todos os que quisessem lutar pela independência quaisquer que fossem os seus interesses e concepções quanto à organização social futura.

Uma vez definida a Independência como objectivo central a prosseguir, havia que definir qual o método para a alcançar.

Parte importante dos membros provenientes das antigas organizações expatriadas manifestavam tendência a definirem formas de luta assentes na luta política segundo moldes semelhantes aos que conheciam da sua vivência nos países africanos em que residiam e que tinham sido prosseguidos na maioria dos outros países africanos --- greves, campanhas de desobediência popular, etc.

5. Vd MONDLANE, Eduardo lutar por Moçambique, Sé da Costa, Lisboa, 1977, pg 127

6. Vd KACHPEL, Savara Mozambique -- Sowing the seeds of revolution, Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guiné; Londres, sd, pg 39

Estas formas de luta encontravam a sua justificação no quadro colonial que era próprio daquelas ex-colónias e que incluía, nomeadamente, a existência de organizações sindicais dos trabalhadores negros com forte implantação e geradora de dirigentes e de hábitos de luta organizada, um sistema educativo que tinha levado ao aparecimento de um núcleo relativamente importante de habilitados com um grau académico em vários casos de nível superior e, recobrando toda esta realidade, à real existência de um mínimo de liberdades democráticas para a população negra que permitia a manifestação clara das lutas políticas e sociais.

Outros membros da Frente, nomeadamente os possuidores de mais instrução e com alguma experiência de luta clandestina em Moçambique, desejavam abrir desde logo a possibilidade de se recorrer à luta armada como forma de luta pela Independência (7). Argumento principal deste grupo era o facto de que, para eles, a resposta do poder colonial à luta por meios pacíficos já tinha sido dada: o massacre de Mueda, a guerra em Angola e as acrescidas vigilância e repressão policiais que se lhes seguiram em Moçambique bem como a forma negativa como Portugal reagira aos apelos das Nações Unidas para reconhecer o direito à autodeterminação dos povos das suas colónias eram para eles indicadores que demonstravam que o poder colonial era irredutível e que impossibilitava aquelas formas pacíficas de luta tornando-as inconsequentes. De qualquer forma, a inexistência em Moçambique da liberdade da acção política e sindical que tinha tornado possível as formas de luta essencialmente política que caracterizaram a luta pela independência nos outros países africanos, era um obstáculo fundamental a que elas pudessem ser utilizadas com êxito no país.

Para este grupo, a existência de luta armada em Angola e na Guiné e a pressão que os movimentos de libertação destes exerciam através da CONCP para o desencadear da luta em Moçambique (8) abriam novas perspectivas para o

7. Vé História da Frelimo, FRELIMO, Maputo, 1980, pp 6/7

8. Vé "Declaração feita pelo Conselho Consultivo da CONCP em Beira a 13-15/6/1962" in BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, Inmanuel (eds) Quem é o inimigo ? (1), Iniciativas Editoriais, Lisboa, (1978), pp 193-7

iniciar da luta armada, já que se esperava que a existência de três frentes de guerra limitaria a capacidade de resistência de Portugal, obrigando-o a negociar a independência das suas colónias com os movimentos de libertação.

As condições internas em que se formou a FRELIMO e a sua composição inicial mostrar-se-ão determinantes das opções que vão ser tomadas nestes primeiros momentos da sua vida.

Com efeito, na correlação de forças interna à Frente neste período inicial era importante o peso dos membros provenientes das antigas organizações de emigrados moçambicanos. Esse facto e a preocupação de manter a unidade conseguida, levou a FRELIMO a, nos seus momentos iniciais e face à inexistência de condições objectivas para o imediato início da luta armada, privilegiar a procura da Independência através da via política.

A inexistência, nesta fase, de opções ideológicas claras da Frente e as grandes linhas de evolução verificada na maioria dos países africanos que naquela época acederam à independência, permitem afirmar que, se a independência tivesse surgido nos anos seguintes, o perfil do novo país se caracterizaria, com toda a probabilidade, por pouco mais do que uma mais ou menos profunda 'africanização' (9) da vida económica e social, com eliminação dos aspectos mais chocantes da exploração colonial --- manifestações várias de racismo e de subalternização social do negro, uso intenso da coerção administrativa e/ou económica para integrar a força de trabalho africana no mercado, etc. Porém, não seriam postos verdadeiramente em causa os traços fundamentais do sistema económico-social capitalista vigente, naquilo que seria uma forma comumente designada por neo-colonialismo (10).

Esta seria, aliás, a evolução mais provável qualquer que fosse o momento da independência até ao início da década de 70, quando a linha mais radical no seio da FRELIMO cimentou o seu poder. Isto mesmo foi reconhecido explicitamente por Samora Machel:

9. Entenda-se por este termo a ocupação, por indivíduos de raça negra naturais do país, da maioria dos postos de trabalho, principalmente daqueles que conferem um estatuto social superior à média (comércio, serviços públicos, etc.).

10. Vd, neste mesmo sentido, MCKSLOW, B. op. cit., pg 133.

"Se Marcelo Caetano, quando as nossas lutas começaram a ganhar a forma de revolução no ano de 1969/70 aceita o diálogo conosco, reconhecer [sic] o direito à autodeterminação e independência e entra em conversações ... não estávamos maduros ainda. Não havia solidez ideológica, clareza ideológica nos movimentos de libertação. Tanto no MPLA, PAIGC como na FRELIMO, não havia. Era fácil [então] fazer neocolonialismo através dos seus [dos movimentos de libertação - AS] quadros. Porque o aparelho de Estado continuaria intacto, não tínhamos instrumentos para destruir o aparelho colonial." (11)

A concepção de que era necessário privilegiar a luta política pela independência teve, porém, a primazia durante os primeiros anos da Frente e esteve na origem da tentativa de reforçar a sua organização clandestina em Moçambique, particularmente nas cidades (particularmente na então Lourenço Marques e na Beira).

Papel importante neste reforço tiveram alguns grupos oriundos das camadas mais instruídas da população local, nomeadamente um grupo ligado ao Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) e outros representantes da intelectualidade. Também um grupo de 'assimilados' (12) negros e mulatos desempenhou um papel importante.

Embora não tenha sido a responsável pelo seu início, esta organização reforçada da Frente contribuiu para apoiar e enquadrar a greve das docas desencadeada em 1963 em Lourenço Marques, Beira e Nacala. Esta greve, porém, constituiu um rotundo fracasso e no seu rescaldo foram presos vários dos seus mentores e participantes, incluindo alguns dos que se encontravam ligados à Frente (13). A mesma sorte tiveram, já em 1964, muitos daqueles que, ligados ou não ao NESAM, constituíam a cada vez mais alargada mas ainda

11. Ver entrevista publicada in Progresso, (Lisboa), 24/12/1980, pp. 2-3. No passo imediatamente anterior Sábora Machal declarava: "Salazar tinha chance grande para permanecerem quase colónias, dependentes de Portugal. Tinha, se nos dá a independência em 1960. Não estávamos preparados. (...) Estaria aqui o capitalismo português, a burguesia portuguesa e teria produzido a burguesia nacional...."

12. Recorde-se que estes tinham conseguido alcançar esse estatuto graças a um melhor nível de instrução e/ou ao exercício de uma profissão - mais considerada na escala social colonial (funcionário público, empregado de escritório, enfermeiro, etc.).

13. Ver MONCLAMS, S., op. cit., pp. 123/4

incipiente estrutura da FRELIMO em Lourenço Marques. Outros, porém, conseguiram fugir e juntar-se à Frente em Dar-es-Salaam, onde esta tinha a sua sede.

A estes desaires da estratégia que privilegiava a luta política juntavam-se a intransigência de que o poder colonial português continuou a dar provas e as pressões externas, nomeadamente da CONCP, para o início da luta armada em Moçambique. Tornava-se cada vez mais evidente que a solução política por que se lutara era inviável quer devido à posição do poder colonial quer devido à fraqueza da capacidade de gerar focos de luta pacífica no interior do país.

Estes elementos empurraram a Frente para a necessidade de prosseguir o seu objectivo central pelo recurso à luta armada apoiada do exterior tal como já sucedia em Angola desde 1961 e na Guiné mais intensamente a partir de 1963.

A passagem à concretização desta forma de luta e o modo de a efectivar constituíram, no entanto, outras fontes de discórdia e de luta política no seio da FRELIMO que resultou no afastamento de vários dos seus militantes dos primeiros tempos (14).

Temos, pois, que a primeira decisão mais radical que houve que tomar --- a passagem à luta armada --- esteve na origem de uma primeira "purificação" --- é o termo preferido pela própria FRELIMO --- das suas fileiras. Esta radicalização veio a desempenhar um papel fundamental no evoluir das concepções da Frente no domínio político-social.

#### VI.2 - Os primeiros tempos da luta armada: 1964-66

A luta armada pela independência nacional vai, por fim, ser desencadeada em 25 de Setembro de 1964 (15). Planeada para ter início

14. *Ididem*, pp 83/4

15. Vê o relato do primeiro ataque a um posto militarizado português, em Chô/Cabo Delgado, feito por Alberto Chipande, que o comandou, em REIS, João e MOUTANE, Armando (orgs) Datas e documentos da História da Frelimo, [2ª ed.], Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1975, pgs 45 e seqs. Este texto será referenciado de ora em diante apenas por Datas.... Apesar do primeiro ataque ter tido lugar só então a mobilização política começou, desde que incipientemente, em 1962 e já desde Abril de 1964 que se encontravam na região alguns guerrilheiros. Vê CGA/UBM A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, CEA/UBM, Maputo, 1983, pg 5.

simultaneamente em várias frentes de modo a dispersar as forças militares portuguesas e reduzir a sua capacidade de resposta, só em Cabo Delgado foi possível começar a acção naquela data. Cedo, porém, ela se vai estender a outras regiões: Niassa, Tete e Zambézia. Com excepção da Zambézia estas eram as regiões de mais fraca densidade populacional e aquelas onde a presença económica e administrativa portuguesa era menos intensa.

A opção de iniciar a luta simultaneamente em várias frentes e assente numa (ainda que limitada) prévia mobilização política inicial dos camponeses foi, ela própria, o resultado do confronto entre diferentes opiniões que se manifestavam no seio da Frente quanto à forma como a luta armada deveria ser lançada (16).

A falta de apoio por parte dos camponeses --- resultado da fraca mobilização política previamente efectuada --- e a impossibilidade de utilizar o Malawi como base de rectaguarda para o abastecimento dos guerrilheiros em Tete e na Zambézia levou a que se decidisse de imediato abandonar as frentes destas duas províncias. O esforço passou então a centrar-se sobretudo em Cabo Delgado e no Niassa, províncias mais perto da base de rectaguarda que passou a ser a Tanzânia e onde tinha sido possível, até com a ajuda de algumas hierarquias do poder tradicional, organizar melhor os combatentes e o apoio da população à sua luta (17).

O desenrolar da luta levou ao conseqüente retroceder da já de si fraca presença económica portuguesa na maior parte daquelas províncias e a um tipo de presença político-administrativa que passou a depender bastante do esforço militar.

Esta situação permitiu o gradual aparecimento, principalmente a partir de fins de 1965, de zonas onde, ainda que permanentemente confrontada com a simultânea presença do poder colonial, foi possível à FRELIMO exercer uma influência mais importante e permanente sobre as populações: constituíram-se assim as chamadas "zonas libertadas".

16. Vd HANLOR, Joseph *Mozambique: the revolution under fire*, Red Books, Londres, 1966, pp 57

17. Vd *ibidem* e também MENSLOW. *Op. cit.*, pp 87

Nestas zonas a FRELIMO não defrontava apenas o poder colonial. Ela teve igualmente que se confrontar com as estruturas do poder tradicional. No seio destas destacavam-se os régulos. Estes faziam simultaneamente parte da estrutura de poder colonial. Consoante a reacção destes à presença da FRELIMO, assim ela procurou absorvê-los --- integrando-os nas suas estruturas e procurando beneficiar do seu ascendente sobre a população --- ou eliminá-los.

O aparecimento das "zonas libertadas" colocou a Frente perante a necessidade de participar na organização das populações o que levantou novas questões para além das de carácter estritamente militar. Isto levou MACHEL a considerar que as questões fundamentais eram então as de

"como organizar a produção, como administrar as populações, que tipo de relações sociais de produção devem existir nas nossas zonas, quais as relações a estabelecer entre a população e as estruturas de direcção da FRELIMO, entre o exército e as populações (...). " (18)

Estas questões eram tanto mais reais e prementes quanto era cada vez mais evidente que a luta de libertação ia assumindo uma feição de guerra prolongada de guerrilha, que começavam a surgir nas "zonas libertadas" os primeiros indícios de que alguns membros da Frente se preparavam para se substituírem ao poder económico colonial e que as estruturas sociais tradicionais continuavam a exercer sobre as populações uma forte influência (19).

As soluções a encontrar teriam, pois, não só que ter em conta as necessidades imediatas da luta armada mas também a de ir desde logo constituindo o embrião da organização da sociedade uma vez alcançada a Independência. Por isso elas exigiam da FRELIMO a clarificação das suas opções no domínio social.

18. Vd MACHEL, Sobre o processo da revolução democrática popular em Moçambique, FRELIMO, (Maputo), (1980), pg 34.

19. Vd MACHEL, Sobre o Partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da Democracia Popular --- Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO, Edições 'Avante!', Lisboa, 1979, pg 16. Referido daqui em diante por Relatório...

## VI.3 - Os anos conturbados e das grandes opções

É na sequência desta necessidade de clarificação de opções face à nova situação criada com o aparecimento de "zonas libertadas" que surge a segunda e verdadeira grande prova à unidade da Frente.

O período que decorreu de 1966 até 1970 foi de lutas agudas no seu seio com duas linhas de orientação a disputarem o controlo do processo (20): uma mais 'reformista', correspondendo grosso modo ao simples nacionalismo na linha do que levará à independência da maioria dos demais países africanos e outra, que se autoproclamava como 'revolucionária', em que a luta pela independência se confundia, pelo menos parcialmente, com a luta por uma transformação social em que o grupo social beneficiado fosse o do "povo trabalhador" --- sem uma definição mais exacta de quem o constitui e, principalmente, das suas características sociais (21).

O resultado final destas lutas é o fruto do entrecruzar de várias influências, umas com raiz mais no meio em que decorria a luta da Frente e outras com origem principalmente na sua composição social e na sua *praxis* ou, por outras palavras, da sua característica de grupo (heterogéneo) inserido na sociedade e por isso sujeito ao entrecruzar de tensões sociais que nela se manifesta.

Nas primeiras incluímos a natureza anti-colonial e anti-imperialista que a luta assumiu no quadro geoestratégico da época, a simultânea ocorrência de fenómenos políticos de repercussão mundial e a ligação privilegiada da FRELIMO com os países que na época se reivindicavam do socialismo.

20. Vd. WACHEL, S. O processo..., op. cit.; NEWSON, R. op. cit.; e também NEGRO, José Guilherme A produção e o comércio nas zonas libertadas, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1964.

21. Vd. excertos de uma entrevista de Marcelino dos Santos ("FRELIMO faces the future") concedida a Joe Slovo in The African Communist, nº 55, 1973 citada em SAUC, J. "The context", op. cit., pá 52-53.

A natureza anti-colonial traduziu-se no próprio objectivo central da luta e veio a transformar-se na consciência de que esta, devido às ligações internacionais da potência colonial e que permitiam o prolongar da resistência à luta de libertação, deveria ser também anti-imperialista. Neste sentido ela era contra o sistema político-económico dominante a nível mundial e que possibilitava a continuação da ocupação colonial: o sistema (mundial) capitalista.

Importante é notar que esta feição anti-imperialista da luta se enquadrou no ambiente geral de refluxo a nível mundial em que, nomeadamente em África, se encontrava então a influência daquele sistema capitalista e que se traduzia na procura por parte dos vários países recém-independentes de um 'não alinhamento' entre as potências mundiais e na crescente influência das concepções socialistas no delinear das estratégias de desenvolvimento de vários países --- Gana com Nkrumah, Guiné com Sekou Touré, Egipto com Nasser, Argélia com Ben Bella, etc (22).

Paralelamente, as concepções da FRELIMO dificilmente podiam deixar de ser influenciadas por fenómenos naquela época tão importantes a nível mundial como foram a experiência de desenvolvimento da República Popular da China, a luta de libertação da Argélia, a guerra do Vietname (23), o processo que levou à independência do então Tanganica (24) --- e, mais tarde, à estratégia de desenvolvimento 'ujamaa' nesse país. Influência sobre ela terão exercido ainda as lutas sociais dos finais dos anos '60 nos países capitalistas mais desenvolvidos ('Maio de 68' e seus reflexos em França, USA e Alemanha Ocidental) que trouxeram para primeiro plano a opção por uma organização social mais assente na participação da generalidade das populações no controlo do processo social quer ao nível das unidades de produção quer ao nível macrosocial.

22. Vd BENOIT, Yves Idéologies des indépendances africaines, Maspéro, Paris, 1969, pp 169-220.

23. Vd NONSLOW, P. "Introduction" in NONSLOW, G. (ed) Somora Mache: an African revolutionary, Red Books, Londres, 1995, pp xiii

24. Vd Oficina de História do Centro de Estudos Africanos Para uma história da luta de libertação de Moçambique: problemáticas, metodologias, análises, CEA/CEM (Reunião de especialistas sobre os problemas e prioridades na formação em ciências sociais na África Austral), Maputo, 1982, pp 6

Refira-se por fim e ainda no quadro do ambiente externo à Frente, a ligação privilegiada desta com os países do 'Bloco de Leste' e que se traduziu quer na ajuda militar destes quer no seu apoio político e à formação de quadros, uma e outro determinantes para possibilitarem a própria luta armada e a obtenção da independência. Repare-se que o traço de união entre aqueles tipos de influências externas --- e que veio também a influenciar a evolução ideológica da FRELIMO --- é o marxismo-leninismo e a confrontação entre os grandes sistemas económicos e as grandes potências que então se verificava e em que os países capitalistas mais desenvolvidos apareciam como aliados, pelo menos *de facto*, da potência colonial.

Note-se, porém, que a natureza de qualquer processo ideológico bem como a da luta militar levada a cabo pela Frente --- luta de guerrilha --- e a consequente organização desta dificultam a determinação exacta da importância relativa de cada um destes múltiplos elementos (25).

Também a determinação da estrutura social da FRELIMO de então é tarefa difícil mas que teria muito interesse levar a cabo para poder determinar, ainda que por aproximação, qual a influência de cada estrato social que a ela aderiu na definição das linhas mestras da sua evolução. Porém, a característica frentista da organização atingia também --- 'et pour cause' --- a sua composição social: nela se reuniam operários e camponeses, representantes do grupo dos 'assimilados', intelectuais e até alguns chefes tradicionais (26).

A importância relativa de cada um destes sectores sociais na orientação efectiva da actividade da Frente não correspondia, no entanto, ao seu peso numérico na estrutura social dos militantes --- e militares. De facto era nítida a forte influência nas estruturas dirigentes iniciais dos grupos sociais de menor expressão quantitativa: 'assimilados', intelectuais e chefes tradicionais e/ou indivíduos com grande ascendente social no seio da sociedade tradicional (27).

25. Ver KUNSLÖW, B. "Introduction", op. cit., pp. 35

26. Ver Ibidem

Os interesses dos vários grupos em presença eram diferentes, por vezes mesmo tendencialmente conflituais, mas todos convergentes no objectivo comum da luta pela Independência o que faz dela, neste momento, uma luta mais nacionalista, no sentido de combate à dominação estrangeira, do que verdadeiramente nacional, mesmo que entendida esta apenas no sentido relativamente elementar de levada a cabo por uma massa significativa da população moçambicana consciente de uma identidade nacional assente na existência, por exemplo, de um património histórico e cultural comum a toda a população do território moçambicano.

Assim, a generalidade dos camponeses (28), particularmente dos mais pobres, via na luta uma forma de pôr fim a um poder colonial actuando com grande arbitrariedade e que exercia um forte controlo quer sobre os recursos tradicionalmente ao dispôr das populações --- nomeadamente as terras de melhor qualidade --- quer sobre a sua força de trabalho (culturas forçadas, trabalho assalariado obrigatório e muito mal pago, etc).

Mas a par destes havia outros que viam na luta da Frente o instrumento fundamental de libertação dos controlos coloniais que os impedia de desenvolverem a sua base económica (29).

Os representantes do grupo dos mais integrados na sociedade colonial lutavam em primeiro lugar contra uma situação que, normalmente devido às fortes condicionantes à sua valorização pessoal (ensino socialmente discriminatório, por ex.) e à discriminação salarial e de estatuto social a que estavam sujeitos em relação à comunidade branca, lhes dificultava fortemente a subida na escala social.

Quanto aos chefes tradicionais e outros elementos com uma posição privilegiada no seio da comunidade africana, a luta pela Independência enquadrava-se numa estratégia de defesa e, até, de reforço do seu poder. Esta

27. Para uma informação mais completa sobre a origem social de parte importante dos primeiros quadros dirigentes da PRELIM vé MONOLANE, E. op. cit., pp 128

28. Articular estas referências com a análise da estrutura social moçambicana no final do período colonial que consta do ponto V.2.4.

29. Vé PRELIM A situação nas antigas..., op. cit., pg 7.

revalorização procuravam-na eles, no início da luta, através do controlo da actividade política da FRELIMO nas áreas sob sua influência e pela subordinação da componente militar da luta ao seu controlo (30). Eram eles, por exemplo, quem assegurava muitos dos lugares de responsáveis políticos (31) e que tentaram, infrutiferamente, impôr a criação de um "Conselho de Velhos" (32) como órgão superior da Frente, acima do Comité Central desta (33).

Esta tentativa de controlo da actividade da FRELIMO através de estruturas que eram emanação das relações sociais e de poder da sociedade 'tradicional' encontra correspondência quer na prática política de outros países africanos (34) quer em alguns aspectos da prática inicial da organização.

De facto, na sua tarefa de mobilização das populações no início da luta armada, a FRELIMO procurou assegurar o apoio das estruturas sociais e de poder da sociedade tradicional através dos velhos e dos chefes que não estavam nitidamente comprometidos com o poder colonial ou que lhe eram manifestamente hostis (35).

Eles desempenharam um papel significativo na mobilização dos camponeses. Porém, na crise interna de 1967/70, quando a luta no seio da Frente se intensificou e os representantes das estruturas tradicionais se viram definitivamente relegados para segundo plano e, mesmo, identificados como um dos inimigos a abater --- sendo o outro, naturalmente, o poder colonial ---, a posição de muitos destes representantes no seio e em relação à Frente modificou-se substancialmente tendo esta, no quadro daquilo que

30. Vé Relatório..., pp 19-20

31. Vé declarações de Eduardo Mondlane em entrevista concedida uma semana antes do seu assassinato (3/2/1969) publicada na revista "Tricontinental", nº 12, Mai-Jun/1969 e reproduzida em PRAGIERA, A. e WALLERSTEIN, I. op. cit., pg 139

32. Repare-se que, até na designação escolhida para este Conselho, se manifestava forte e explicitamente a influência que os velhos têm no funcionamento das sociedades africanas.

33. Vé Relatório..., pp 21

34. Vé p. ex. BAYART, J.-F. L'Etat en Afrique, op. cit.

35. Vé ISACMAN, A. e ISACMAN, Barbara Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1921, Westview Press, Boulder/CO/USA, 1983, pg 94

considerava ser a luta contra as estruturas tradicionais do poder, procedido à eliminação física de alguns dos que se mostraram mais avessos à penetração da Frente e dos seus ideais nas suas regiões.

Uma noção mais exacta do verdadeiro papel destas estruturas do poder tradicional na luta de libertação e das suas relações com a FRELIMO ao longo desta só é possível, no entanto, com uma investigação apropriada sobre as origens do nacionalismo moçambicano que está muito para além dos limites deste trabalho (36).

Influências externas e estrutura social (inicial) da Frente foram factores muito importantes na evolução do seu processo de formação ideológica. Mais importante para esta vai ser, porém, a praxis da própria FRELIMO durante a luta armada nas zonas que vão caindo sob o seu controlo mais ou menos efectivo e permanente.

### VI.3.1 --- As "zonas libertadas" e a formação ideológica da Frelimo

Apesar de em luta permanente com o poder colonial, a importância e a permanência da sua presença nas "zonas libertadas" levou a FRELIMO a reivindicar que nelas "as populações [estavam] organizadas pública e abertamente e [viviam] a sua vida quotidiana orientadas e dirigidas pelas nossas palavras de ordem" (37).

Dificilmente será possível estabelecer com algum rigor a dimensão numérica da população que viveu de facto nessas condições. O tipo de luta que se desenvolvia e o realojamento da grande maioria da população em "aldeamentos" promovido pelas autoridades coloniais dificultam tal tarefa.

36. Ver o trabalho desenvolvido neste sentido pela Oficina de História do CEA de que se dá conta em Para uma história...

37. Ver MACHEL, S. O processo..., op. cit., pg 53

Note-se, porém, que se é verdade que aqueles "aldeamentos" visaram impedir os contactos entre a Frente e a população e, nomeadamente, a organização desta sob a orientação daquela, também é verdade que tal objectivo não foi conseguido.

Segundo o recenseamento de 1970 as actuais províncias de Cabo Delgado, Tete e Niassa --- consideradas pela Frente como sendo, na sua maior parte, "zonas libertadas" --- tinham a seguinte população: Cabo Delgado: 546 mil habitantes; Niassa: 285 mil; e Tete: 489 mil. Isto perfazia um total de cerca de 1320 mil habitantes ou seja 15% da população total de Moçambique. Sendo a densidade populacional de cerca de 4 hab/Km<sup>2</sup>, estas eram as regiões menos densamente povoadas do país.

Ora, tendo em consideração as condições objectivas em que decorria a luta, é grossa sobreavaliação considerar, como o faz John SAUL com base em informação da própria Frente, que nelas viviam "bem mais de um milhão de moçambicanos enquadrados pelas instituições apoiadas pela FRELIMO" (38). Este número, na verdade, não corresponde a outra coisa que não a simples soma das populações totais dos distritos --- Cabo Delgado, Niassa e Tete --- onde a actividade da Frente era mais intensa. A verdadeira dimensão da população vivendo sob a sua alçada era, no entanto, muitíssimo mais reduzida.

René PÉLISSIER procura (39), tendo por base quer as informações dos recenseamentos da população de 1960 e 1970 quer informações das autoridades militares portuguesas e dos missionários, fazer um balanço sobre a população vivendo nas "zonas libertadas". Face à metodologia adoptada neste estudo, os números a que ele chega parecem-nos bem mais realistas que os reivindicados pela FRELIMO na época e veiculados por autores com SAUL que, neste caso, deveria ter evitado a influência que sobre ele exerceram as suas simpatias políticas.

38. Vd SAUL, John "FRELIMO and the mozambican revolution" in APRIGLI, Giovanni e SAUL, John (eds) Essays on the political economy of Africa, Monthly Review Press, New York, 1973, pg 404

39. Vd PÉLISSIER, René La naissance des caravelles, Editions Péliissier, Montanets/Orgeval (F), s. 1979, pgs 55-65

No seu estudo, Pélissier conclui que tal população deveria situar-se entre as 80 e as 100 mil pessoas --- cerca de 1% da população total de Moçambique naquela época ---, inclinando-se o autor mais para o primeiro número do que para o segundo mas admitindo, face a informações com origem nos missionários, que ela atingisse o limite superior indicado.

Segundo dados da própria FRELIMO, quando a luta armada começou ela disporia de cerca de 250 guerrilheiros. Passados três anos, em 1967, teria já, ainda segundo dados por ela divulgados, cerca de 8.000 para além de um número não especificado mas elevado de milícias populares e recrutas. No total seriam, talvez, cerca de 12 a 15 mil membros activos (40).

Porém, segundo as autoridades militares portuguesas estes números deveriam ser os seguintes em 1973, i.e., no ano imediatamente anterior ao final da guerra:

QUADRO VI-1

| Distrito     | Guerrilheiros activos | Milícias armadas | População controlada |
|--------------|-----------------------|------------------|----------------------|
| Cabo Delgado | 3500                  | 1000             | 60000                |
| Niassa       | 800                   | -                | 6000                 |
| Tete         | 2000                  | 500              | 30000                |
| TOTAL        | 6300                  | 1500             | 96000                |

Fonte: PÉLISSIER, René Le naufrage des caravelles, op. cit. pg 275

A grande maioria dos guerrilheiros e das milícias populares eram constituídos por camponeses das regiões em luta porque era aí que era possível desenvolver a actividade de mobilização política e recrutamento das populações.

40. Vd KONDLANE, E. op. cit., pg 152/3 e SCEPO, Bertali Moçambique, a criação-onda, SIAS, Uppsala, 1987, pg 63.

Porém, tal tarefa dificilmente teria sido possível se os camponeses, principal força social da região, não vissem na luta travada um meio de transformar, a prazo, as suas condições de vida. O seu apoio à luta de libertação e à FRELIMO enquanto seu instrumento prendia-se directamente com a esperança de que a Independência significasse o fim da pressão sobre a sua força de trabalho, da discriminação social e racial de que eram vítimas, etc.

A par do apoio ao objectivo básico da Frente (a Independência) também a forma como ela conduziu essa luta conseguiu suscitar o apoio de parte significativa da população camponesa das áreas de sua implantação (41) --- o que constitui em si uma condição importante para o desenvolvimento de uma luta de guerrilha como a que foi travada.

Quanto a esta forma, é de referir que o alargamento significativo das fileiras da Frente com camponeses e a característica de guerra prolongada de guerrilha que a luta assumiu, levou a um grande envolvimento dos combatentes com as populações --- base essencial do apoio para a sobrevivência e para a obtenção de informações úteis do ponto de vista político-militar --- quer no domínio da produção quer no da prestação de apoios vários como sejam os relacionados com a saúde e o abastecimento. Papel importante no estabelecimento deste envolvimento mútuo tiveram a realização de reuniões em que se discutiam com grande abertura os problemas que afectavam as comunidades.

Foi nesta interacção entre a Frente e a população que os sectores operacionais daquela foram adoptando uma postura política que os conduziu a servirem de intérpretes privilegiados dos interesses dos camponeses no seio da organização.

Estes interesses iam no sentido de se eliminar não só a exploração e a falta de perspectivas de melhoria das condições de vida que resultavam do sistema colonial mas também a exploração que tinha começado a surgir em vários pontos das zonas libertadas pouco depois do seu aparecimento.

41. VJ NEKSIOW, P. Mozambique, op. cit., p. 137

De facto, alguns dirigentes da Frente e outros detentores de terras nessas regiões utilizavam mão-de-obra camponesa a que pagavam baixas remunerações e praticavam preços elevados nos produtos que vendiam, continuando assim uma prática da economia colonial.

Foi o caso de Lázaro N'Kavandame. Chefe tradicional maconde e grande animador da organização em cooperativa (Sociedade Agrícola Algodoeira Voluntária dos Africanos de Moçambique) dos camponeses africanos da sua região no final dos anos 50, ele aderiu à FRELIMO desde o seu início, tendo-se tornado a autoridade máxima da Frente (Secretário Provincial, 'chairman') na sua primeira frente interna, Cabo Delgado. Simultaneamente era o responsável pelo Departamento de Comércio o qual procurava, desde 1965 e através de 'lojas do povo' (42), abastecer os camponeses com produtos que lhes eram essenciais e cuja oferta no mercado tinha diminuído significativamente após a saída dos 'cantineiros' das zonas mais afectadas pelos confrontos militares.

Por outro lado, era igualmente função do Departamento de Comércio canalizar para o exterior parte da produção camponesa obtida por troca com os produtos comercializados pelas "lojas do povo". Aproveitando a sua posição privilegiada no seio da Frente, Lázaro N'kavandame e parte dos seus colaboradores procuraram tirar proveito de tal situação apropriando-se de parte dos lucros da comercialização feita através das "lojas do povo" (43).

No que se refere à produção, a sua exploração dos camponeses era feita através do trabalho em campos de cultivo pretensamente organizados sob a forma de cooperativas mas em que o produto obtido era totalmente controlado pelo grupo que controlava localmente a estrutura da Frente (44).

Fenómenos como este, acompanhados pela prepotência de alguns guerrilheiros (45), colocaram os camponeses perante a situação de, ao mesmo tempo que se viam mobilizados politicamente (e militarmente, para muitos) para a luta contra o domínio e a exploração coloniais, caírem sob a alçada da que

42. Vd CBA/UFM A situação nas antigas..., op. cit., pg 5.

43. Vd NEGRO, J.G. op. cit., pg 56/7

44. Vd *Ibidem*, pg 17

45. Vd *Ibidem*, pg 19

era promovida por estruturas da própria FRELIMO. Daí que a população se queixasse cada vez mais frequentemente aos guerrilheiros e reagisse --- principalmente por omissão como é usual em África --- tornando-se indiferente perante os problemas que suscitava o deficiente abastecimento alimentar destes (46).

Estes factos punham em risco a continuação e o alargamento da luta armada. Populações e até militantes armados abandonaram ou ameaçaram abandonar as zonas sob influência da Frente e fugiram para os países vizinhos. Nestas condições a FRELIMO teve que se debruçar sobre a situação a que se tinha chegado. Ela vai fazê-lo de uma forma sistemática a partir das reuniões do Comité Central de Janeiro e de Outubro de 1966.

### VI.3.2 --- A luta pelo aumento da produção

Naquelas reuniões procurou-se incentivar o aumento da produção mas questões como a das formas e das relações de produção e a do tipo de poder a promover nas zonas libertadas não foram sequer colocadas (47).

No final de 1966 está-se ainda numa fase de grande indefinição ideológica da Frente. Porém o esforço pelo aumento da produção mostrava-se indissociável da definição de quem ia beneficiar desse esforço agora que a pressão colonial sobre os camponeses das regiões em causa diminuirá significativamente quer pela evolução da legislação colonial quer, principalmente, devido à situação de guerra.

Neste quadro tornava-se cada vez mais evidente que os fenómenos ocorridos e que denunciavam a existência de esforços que visavam a continuação da exploração dos camponeses mais não eram que a manifestação da existência, no seio da Frente, de sectores sociais com interesses e/ou uma visão diferenciada do processo de luta: por um lado, um sector cuja componente

46. *Idem*

47. *Idem*, pp 13/4

fundamental eram os "chairmen" --- elementos dirigentes de cariz fundamentalmente político e em que parte deles "fazia a ponte" com o poder na sociedade tradicional --- e outros grupos com aspiração a implantarem-se mais fortemente no terreno económico substituindo, pelo menos parcialmente, a burguesia colonial. Por outro, os camponeses e os combatentes mas também parte importante das estruturas dirigentes centrais da FRELIMO de origem intelectual e/ou "pequeno burguesa".

Estes últimos, confrontados com o prolongamento da luta armada, com o quadro de influências externas em que se movia a luta de libertação e com a evolução da situação interna nas "zonas libertadas" --- nomeadamente quanto à prática de uma relação directa camponeses/combatentes e à reacção camponesa face às tentativas de continuação da sua exploração por parte dos dirigentes mais nitidamente políticos --- tinham vindo progressivamente a radicalizar as suas posições.

O próprio Eduardo Mondlane, à época presidente da Frente, é um exemplo deste tipo de percurso. Tendo feito a maior parte da sua educação sob a influência directa da Igreja protestante, tendo obtido um doutoramento em sociologia nos EUA e não lhe sendo conhecidas até bastante tarde quaisquer manifestações evidentes de apego aos valores do socialismo --- e, muito menos, do marxismo-leninismo ---, ele chega a declarar já perto do final da sua vida que estava, então, muito mais descansado quanto ao futuro da luta e da FRELIMO uma vez que esta se encontrava então mais perto do socialismo na sua variante marxista-leninista:

"Estou agora convencido que a FRELIMO tem hoje uma linha política mais clara do que nunca (...). Agora há uma (...) forma de pensar que emergiu durante os últimos seis anos que me permite concluir que a FRELIMO é hoje muito mais socialista, evolucionária e progressista do que nunca e de que essa linha de pensamento vai hoje cada vez mais no sentido do socialismo marxista-leninista. Porquê? Porque as condições de vida em Moçambique, o tipo de inimigo que defrontamos, não nos dão outra alternativa." (48)

48. Vé NONSLAKE, Eduardo en declarações a Aquino de Bragança transcritas em SAUL, John "The context: colonialism and revolution" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., Nova York, 1985, pg 61.

O objectivo principal da mobilização para a produção foi o de que os próprios combatentes assegurassem a sua alimentação através do cultivo de pequenas parcelas de terra --- as "machambas do partido" --- onde trabalhariam igualmente elementos da população como forma de apoio à luta. Este procedimento tinha a tripla vantagem de assegurar o seu auto-abastecimento, de reduzir a pressão sobre os recursos alimentares dos camponeses e de aumentar os elos de ligação entre forças militares e camponeses.

Procurava-se que tais campos dessem origem a excedentes alimentares para constituírem uma reserva alimentar para as épocas de escassez e, mesmo que limitadamente, para troca por produtos provenientes do exterior.

As formas organizativas que então surgiram foram diversificadas:

"a produção agrícola foi organizada em diversos tipos: campos colectivos que constituíam pertença da organização destinadas ao abastecimento de escolas, infantários, hospitais e centros de mutilados, assim como do exército; cooperativas agrícolas em que o fruto do trabalho colectivo é repartido segundo a contribuição de trabalho fornecido; campos individuais mas obedecendo ao princípio da ajuda mútua e não exploração do trabalho alheio." (49) [ênfase minha - AS]

Estas formas adoptadas não foram, contudo, simplesmente impostas de cima para baixo pela organização à população. Antes surgiram como resultado da articulação dialéctica entre ambas. De facto aquela absorveu e simultaneamente, procurou promover formas organizativas da produção de que os camponeses das áreas libertadas já tinham alguma experiência (50).

É este o caso da forma cooperativa cujo aparecimento no planalto de Mueda datava de antes do início da luta armada e que produziram um número importante de quadros e combatentes da PRELIMO (51). É este ainda o caso dos campos colectivos que têm evidentes semelhanças com os campos dos chefes

49. Vê NACEPE, S. O processo..., op. cit., pp 56/7

50. Vê MONDLANE, F. "Discurso oficial do Comité Central no II Congresso da PRELIMO" in Documentos base da PRELIMO - (1), Mapoto, 1977, pp 62/3 de ora em diante referido como documentos.... Não confundir com Paras...

51. Vê Oficina de História do CENQUEN Para uma história..., op. cit., pp 7/8

tradicionais comuns em muitas regiões e que eram cultivados pelos camponeses na pressuposição de que em caso de necessidade o seu produto seria, pelo menos parcialmente, redistribuído pela população (52). A diferença, fundamental, é que, pelo menos em princípio, o produto não revertia agora para os chefes, antes sendo utilizado pela comunidade quer directamente quer através do abastecimento dos guerrilheiros.

Enfim, gradualmente e fruto da íntima articulação entre a FRELIMO e a população através dos combatentes, ia-se dando cada vez maior realce a dois princípios que assim se foram tornando fundamentais na ideologia da Frente: um, que no limite se pode identificar com o da não exploração do homem pelo homem --- o que no quadro das "zonas libertadas" correspondia principalmente à não utilização de processos que pudessem ser interpretados como uma exploração dos camponeses semelhante a que o colonialismo exercia ---, outro, o da produção e apropriação colectivas de parte do produto social --- o que se traduzia pela prática de uma agricultura sob a forma colectiva.

Simultaneamente, as condições em que se desenvolvia a luta armada tinham obrigado a que se desenvolvesse também o espírito de auto-suficiência, de "contar com as próprias forças" de cada comunidade já que em tais circunstâncias o apoio exterior à (re)organização da vida dos camponeses era mais que problemático.

Realcem-se, porém, dois aspectos importantes desta "experiência das zonas libertadas": primeiro, o de que ela se limitou quase integralmente e pelas próprias condições em que ocorreu, a ser uma experiência de organização económico-social de comunidades de uma reduzida dimensão, não havendo qualquer possibilidade de aí se desenvolver um "*learning by doing*" no domínio macrosocial. Por exemplo, problemas como o da reprodução alargada da formação social e da acumulação a ela necessária, da articulação entre vários espaços regionais da economia nacional e da inserção de uma economia nacional no espaço mundial não se colocavam em relação a essas regiões. A "experiência das zonas libertadas" não era, pois, de molde a gerar experiência de gestão de espaços mais alargados que o de muito pequenas comunidades num quadro de

52. O que, se fazia dos régulos os principais beneficiários deste sistema, também deixava margem para que os camponeses viessem a beneficiar dele, ainda que apenas pontualmente, em momentos decisivos da sua reprodução.

guerra de guerrilha, pelo que dela dificilmente poderiam advir conhecimentos que ajudassem a enfrentar a realidade nacional quando a independência política fosse alcançada.

Segundo, o de que o tipo de organização social a que ela obrigou nunca terá sido verdadeiramente internalizado pelos camponeses como sendo uma alternativa duradoura para substituir as formas de organização quer capitalista quer pré-capitalista(s). De facto, segundo investigações levadas a cabo pelo CEA/UEM

"o esforço de criar cooperativas durante a guerra foi compreendido como 'uma necessidade de guerra' e não como uma opção estratégica que era preciso reforçar e consolidar ao longo dos anos. [No mesmo sentido,] depois da luta as mulheres tinham que 'retomar' os seus lugares." (53)

Assim sendo, parece exagerada a pretensão da Frente de que nas "zonas libertadas" se teria dado uma mudança significativa e mais ou menos irreversível das relações sociais existentes no quadro da sociedade colonial, simultaneamente capitalista e não-capitalista. Isto não invalida, no entanto, a possibilidade de em determinadas zonas e em função de múltiplos factores --- maior duração da acção da Frente e maior qualidade e empenhamento dos seus quadros, p.ex. --- o grau de transformação das relações sociais ter sido mais profundo e, pelo menos potencialmente, mais duradouro (54).

53. Vd CEA/UEM A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, CEA/UEM, Maputo, 1983, pg 18.

54. Vd BRAGANÇA, Acúcio et al. "From the idealisation...", op. cit., pg 158.

## VI.3.3 --- A luta política antes e em torno do II Congresso. (55)

À medida que o tempo passava e a guerra se prolongava, as condições em que esta se desenvolvia foram obrigando a que fosse crescendo a inter-acção entre combatentes e camponeses.

Esta foi-se aprofundando quer no domínio da produção (colaboração directa dos combatentes na produção camponesa, orientação de parte desta para a alimentação dos combatentes) quer através da colaboração dos camponeses nas actividades dos combatentes (transporte de material, informações de interesse militar, etc.) e da crescente prestação de serviços às populações no domínio da sua protecção, da assistência sanitária, da educação e do fornecimento de alguns produtos vindos do exterior.

O resultado é que a comunicação entre a FRELIMO e as populações passou a fazer-se essencialmente através das estruturas militares desta. Isto constituiu uma modificação face a uma situação inicial em que as estruturas essencialmente políticas da Frente, com uma visão mais política e menos social da luta pela Independência e com ligações privilegiadas ao poder tradicional, tinham tido um peso muito importante.

A luta que então se desenvolveu entre o Departamento de Defesa e o de Organização Interna foi o fruto da preocupação das estruturas políticas em assegurar para si o controlo da luta, das populações e, enfim, de todo o processo de evolução --- nomeadamente ideológica --- da FRELIMO e, naturalmente e numa perspectiva de mais longo prazo, da futura sociedade independente. A decisão da reunião do Comité Central (C.C.) de Outubro de 1966 em acabar com a distinção entre membros civis (políticos) e membros militares em benefício de uma formação político-militar para todos os seus membros (56)

55. São várias as fontes por onde se pode acompanhar a luta interna à FRELIMO no período 1966/70. Citem-se algumas das principais e que serviram de fonte principal para este ponto: KACHEL, S. O processo..., MUNSLOW, P. Moçambique..., Documentos... e HEGRÃO, J.G. A produção e o comércio nas zonas libertadas, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1984. Como se pode verificar, trata-se de fontes quer da FRELIMO quer de autores que lhe são/eram muito próximos, faltando documentos que lhe sirvam de contraponto.

56. Vé Documentos..., op. cit., p. 41

foi um momento importante da luta interna contra os sectores sociais referidos e que tinham o seu ponto de apoio fundamental na estrutura mais marcadamente política da organização e nos que se encontravam a estudar.

Com a referida decisão do C.C. dava-se uma primeira indicação da crescente importância que as estruturas militares vinham adquirindo no seio da Frente.

Essa luta vai-se intensificar durante o ano de 1967 e tem o seu ponto mais alto aquando da realização do II Congresso (Julho de 1968) e nas movimentações que o rodeiam e sucedem até 1970.

De facto, um sector importante dos dirigentes essencialmente políticos chefiados pelo Secretário Provincial de Cabo Delgado, N'kavandame, recusou-se a participar neste Congresso com o objectivo de impedir a ratificação de orientações que punham em causa o papel preponderante que tinham tido até então. Aspecto importante desse papel e que agora era ameaçado era o processo já então iniciado de, através do controlo da produção e comercialização nas regiões por eles controladas, se constituírem em grupo privilegiado candidato a substituir o poder económico colonial.

Tendo tido conhecimento prévio de que os delegados da província de Cabo Delgado não iriam participar no Congresso, a facção da FRELIMO cuja evolução ideológica a tornara mais comprometida com uma linha de acção que favorecia os interesses dos camponeses constituiu uma delegação dessa província para substituir aqueles delegados. Na composição da nova delegação predominavam combatentes e camponeses eleitos em reuniões com a população.

Do Congresso saíram um conjunto de resoluções sobre os mais variados aspectos da vida da FRELIMO e da luta por ela conduzida. Elas traduzem, no seu conjunto, a vitória da "linha revolucionária de massas" representada pelo complexo camponeses/combatentes e por parte da direcção superior da Frente (Eduardo Mandlone, Samora Machel, Marcelino dos Santos e outros). De realçar as que se referem à promoção do poder popular e da produção colectiva.

Vencidos no Congresso, conscientes de que as resoluções adoptadas constituíam um rude golpe para as suas aspirações, os "chairmen" procuraram impedir a aplicação das orientações do II Congresso em Cabo Delgado. Tendo

numa fase inicial conseguido controlar parte das forças militares da Frente naquela província fecharam a fronteira com a Tanzânia e procuraram lançar um processo que, se levado até às últimas consequências, conduziria a uma independência unilateral daquela província do Norte do país. Porém, face à reacção das populações e das forças militares fiéis à direcção central da PRELIMO este processo gorou-se.

No rescaldo, responsabilizando Lázaro N'kavandame pela tentativa fraccionista da Frente, o Comité Executivo decidiu expulsá-lo da mesma em 3 de Janeiro de 1969. Pouco depois ele entregou-se às autoridades portuguesas.

Um mês depois, a 3 de Fevereiro, Eduardo Mondlane foi assassinado por uma embalagem armadilhada que se presume ter sido entregue por elementos afectos à linha política derrotada. Temos, pois, que de uma forma geral o ano de 1969 decorreu sob a égide do prosseguimento da luta entre as duas linhas, conduzida principalmente ao nível da direcção superior da Frente.

Uria Simango, que era com N'kavandame um dos elementos mais importantes da linha político-ideológica derrotada no II Congresso, tentou assumir a presidência da Frente após a morte de Eduardo Mondlane invocando o seu estatuto de vice-presidente. É, no entanto, impedido de o fazer e vê-se obrigado a aceitar uma presidência colectiva integrada por ele próprio, Marcelino dos Santos e Samora Machel.

Cada vez mais crítico da evolução que a ideologia e a praxis da PRELIMO vão conhecendo em favor de posições cada vez mais influenciadas pelo marxismo-leninismo, ele denuncia fundamentalmente a leitura de classe que a linha maioritária faz da realidade moçambicana e da PRELIMO na fase da luta armada e as respectivas consequências.

Para ele, naquela época, a luta da Frelimo

"não é essencialmente uma luta ideológica ou de classe, é uma luta de massas (...) contra o colonialismo português (...). A questão do socialismo científico e do capitalismo em Moçambique não deverá dividir-nos, embora se torne um problema obrigatório numa fase mais avançada da luta" (57).

57. Ver SIMANGO, Uma 'situação sombria da PRELIMO' in BRAGANÇA, A. e WALLERSTEIN, I. op. cit., pp 205

Negar uma leitura de classe da situação --- objectivos da luta armada e formas de organização da vida nas zonas libertadas --- correspondia, na prática, a manutenção das estruturas sociais existentes no período colonial com todas as suas consequências quer de baixas condições de vida das populações quer de continuação do controlo do processo histórico no Moçambique independente por parte das classes que o tinham detido até então quer tivessem a sua raiz no MPC quer no modo de produção não-capitalista.

A resposta da linha maioritária a esta tomada de posição de Uria Simango, às suspeitas sobre o seu papel na morte de Eduardo Mondlane e às suas manobras para assumir individualmente a presidência da FRELIMO foi a sua suspensão das funções e posterior expulsão da própria Frente. Esta decisão, tomada na 4ª Sessão do Comité Central realizada em 9-14 de Maio de 1970, foi completada com a redefinição da organização da estrutura presidencial: Samora Machel foi eleito presidente e Marcelino dos Santos assumiu a vice-presidência (58). A esta distribuição de cargos não é estranha a influência, para além de outros factores de natureza mais pessoal (a cor da pele do próprio e do seu cônjuge, p. ex.), a diferente posição de cada um face à estrutura militar da Frente. De facto, Samora Machel era então o chefe do Departamento de Defesa e Marcelino dos Santos era um homem saído da intelectualidade e que chefiava o Departamento Político.

Pela segunda vez --- a primeira tinha sido aquando da decisão de privilegiar uma formação político-militar para todos os membros da FRELIMO (Out/66) --- se dava um salto qualitativo no seio da Frente cuja característica fundamental poderá ser descrita como manifestando uma tendência à "militarização" da organização: com a subordinação do vector civil ao vector militar a unidade no interior da Frente era alcançada sob o chapéu protector do elemento militar e não do elemento civil. A natureza da luta desenvolvida ditava as suas leis e exercia uma significativa influência na (re)estruturação da organização. A guerra de libertação já não era um mero instrumento de fazer política por outros meios e a 'manu militari' passava a confundir-se com a

58 - Os Documentos..., pp.159

própria FRELIMO na luta por um objectivo eminentemente 'civil' como era a independência. A situação poderia definir-se como caracterizando-se principalmente por uma nítida "militarização" do 'civil'.

Com a (re-)organização da estrutura máxima do poder no seio da Frente terminava, pelo menos nas suas manifestações mais agudas e exteriorizadas, a longa luta interna que começara, a bem dizer, logo no dia da sua constituição mas que assumira a verdadeira feição de luta entre duas linhas ideológicas divergentes só cerca de 1966/7.

Conseguida a pacificação interna sob os auspícios dos membros de raiz militar e ganha uma maior homogeneidade ideológica entre a direcção --- com a conseqüente queda das fontes de contrapoder interno ---, esta vai-se preocupar fundamentalmente com a consolidação e alargamento da luta armada entretanto afectada pela operação "Nó Górdio" iniciada pelo exército português em Maio de 1970.

Reflectindo aquela maior unidade ideológica (centralismo democrático) e as necessidades impostas pela continuação da luta, dá-se quase paralelamente (Setembro/Outubro de 1970) um novo impulso no sentido da centralização de poderes no seio da Frente com integração no Departamento de Defesa de estruturas anteriormente autónomas (59).

Com esta centralização articula-se um muito maior espaçamento entre as reuniões (até então semestrais) do Comité Central: a 4ª Sessão teve lugar em Maio de 1970 mas a 5ª só se verificará dois anos e meio depois (4-30 Dezembro de 1972) e a 6ª Sessão só ocorrerá já depois do "25 de Abril" para preparar as negociações com Portugal (Agosto de 1974) (60).

Mais uma vez, as modificações da estrutura da Frente dão-se num sentido que se pode designar mais como uma "militarização" do civil --- na medida em que a independência é um objectivo civil --- do que como uma "civilização" do militar", tal como já foi salientado. Isto dificilmente poderia deixar de ter reflexos na forma e no espírito do funcionamento da organização.

59. Vd DARCH, Celis "As publicações de FRELIMO- um estudo preliminar" in Estudos Moçambicanos, nº 2, 1981, pg 111

60. Vd Ebdem

VI.2.4 --- O "poder popular" e o primado  
da ideologia e da política

O II congresso da FRELIMO foi, portanto, o momento em que começou a ser mais nítida a mudança que se vinha operando nas concepções ideológicas da organização.

Algumas das resoluções adoptadas definem princípios que são, simultaneamente, ratificação e procura da expansão de uma praxis em que a luta e a vida nas zonas libertadas se transformara.

Assim, nelas se define a guerra como uma luta prolongada a ser conduzida pela generalidade da população. Além disso, reforça-se a importância a dar à produção como forma de assegurar a autosubsistência e a manutenção da luta armada, procura-se lançar as bases para um reforço da acção nos domínios da educação e da saúde das populações e lança-se a directiva do reagrupamento das populações (61).

Porém, o que marca melhor a transformação ideológica que se vinha processando no seio da FRELIMO e que é agora claramente assumido face à alteração das relações de força no seio do seu Congresso é a resolução sobre a administração das zonas libertadas.

Significativamente ela começa por declarar que

"A administração das zonas libertadas visa realizar o estabelecimento do poder popular" (62).

Este é entendido como peça fundamental da

"instauração de uma ordem social popular em Moçambique (...) [integrada] no movimento mundial da emancipação dos povos, que visa a liquidação total do colonialismo e do imperialismo e a construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem." (63)  
[sublinhado meu - AS]

61. *Vd Documentos...*, pp 92-93

62. *Vd Ibidem*, pp 98

63. *Vd Ibidem*, pp 101 -- 'Resolução sobre política externa'

Porém, apesar da importância que é dada ao poder popular, não há nestas resoluções qualquer definição exacta do conteúdo deste.

Ele só pode ser determinado a partir da *praxis* da própria Frente anterior e posterior ao II Congresso, o que dá uma ideia da dificuldade em delimitar com rigor tal conceito. É aqui, aliás, que reside a maior dificuldade de investigação sobre a "experiência da Luta Armada", a "experiência das zonas libertadas": a inexistência de trabalho apurado de investigação desta *praxis*. Quanto se tem dito sobre esta durante este período parte de um pressuposto que não está suficientemente assente em investigação empírica: o de que o discurso da Frente se reflectiu de facto na sua prática e que, por isso, aquele é tradução fiel desta. Ora é sabido que não é necessariamente assim e que múltiplos factores (necessidades ligadas à propaganda do movimento e à mobilização das massas populares, condições específicas à africanidade de emissores e receptores do discurso, etc.) contribuem para uma divergência, por vezes profunda, entre discurso e '*praxis*'. Apesar disto, a verdade é que a maioria dos investigadores --- em que se destaca, p. ex., Munslow (64) --- comete aquele vício de raciocínio ao assentar o seu trabalho de investigação sobre a acção da FRELIMO neste período quase exclusivamente na documentação por ela editada e, de uma forma geral, no discurso que ela faz de si mesma sem cuidar de o confrontar com a realidade dos factos --- o que exige um trabalho de investigação empírica que, reconheça-se, não era possível na época e que continua a ser muito difícil hoje, cerca de vinte anos decorridos sobre os factos.

Quanto ao poder popular, é possível defini-lo --- genericamente e sem cuidar por agora da sua exacta verificação na *praxis* da FRELIMO --- como uma forma de organização e funcionamento da comunidade onde o poder é exercido com estreita participação dos produtores directos procurando-se encontrar as soluções e as políticas que permitam satisfazer os seus interesses concretos tal como definidos democraticamente pela própria comunidade (65).

64. VJ MUNSLOW, Barry Mwanabiqwa: the revolution and its origins, Longman, Londres, 1983.

65. VJ DUNNISON, Basil "The revolution of people's power: notes on Mwanabiqwa, 1973" in Monthly Review, Jul-Ago/80, pp 81 e ZUDESECK, Lars Development and democracy: notes related to a study of people's power in Mwanabiqwa, pp 10, AFD, Uppsala (S), 1984

A necessidade de mobilizar as massas camponesas para o apoio activo à luta armada trouxe consigo a dupla necessidade dos combatentes da PRELIMO apreenderem quais os interesses daquelas e de procurar satisfazê-los fazendo-os reflectirem-se nos objectivos a prosseguir pela luta. Simultaneamente, procurava-se envolver as populações nessa tarefa pois que os fracos recursos disponíveis e as condições da luta não permitiam um "apport" significativo de recursos vindos do exterior.

Inicialmente mais o resultado de uma necessidade táctica de ter o apoio das populações no esforço de guerra e de engrossar as fileiras de combatentes (maioritariamente camponeses) que de uma concepção estratégica plena e conscientemente assumida, a crescente preocupação em dar voz às populações e a conversão desta preocupação em conceito estratégico da ideologia e da *praxis* da PRELIMO deu-se devido à conjunção e articulação dialéctica de vários factores.

Destes destaques os principais: o prolongamento da luta armada e das condições, com ela relacionadas, do relativo isolamento dos vários núcleos (cívicos e militares) ligados à Frente, a necessidade de ela assegurar um grau importante de autodeterminação das populações enquanto base essencial da sua legitimação perante elas --- marcando assim a diferença entre ela e um poder colonial que a negava sistematicamente ---, a alteração da composição social da organização com o crescente peso dos camponeses, o progressivo processo de radicalização ideológica de uma parte importante dos militantes e dirigentes durante a luta armada e a alteração, a favor deles, da correlação de forças no seio da PRELIMO.

Método fundamental da ligação entre combatentes e população era a realização de reuniões alargadas a toda a população, homens e mulheres, onde os problemas enfrentados pela comunidade eram discutidos e onde se procuravam as soluções adequadas e as formas de as concretizar (66). Este tipo de reuniões tinha paralelo em reuniões semelhantes que são hábito comum na vida das comunidades camponesas africanas mas têm um elemento mais democrático do que estas --- incluindo o direito de as mulheres usarem da palavra.

66. Vé NEGRÃO, J.A. op. cit., pp 9-11

No período antecedente ao II Congresso, terá sido este, 'grosso modo', o modelo fundamental do exercício do poder popular já que era muito limitada a institucionalização da participação da população ao nível das bases através do seu enquadramento em órgãos próprios formalmente constituídos.

Devido às condições existentes faltam as informações que permitam uma análise rigorosa do conteúdo exacto do poder popular tal como era exercido nessas 'zonas libertadas'. Não é possível, por isso, determinar com exactidão aproximada em que medida aquelas reuniões representavam, na praxis, uma verdadeira acção de "poder popular" em que as opiniões 'de baixo' foram determinantes na definição das linhas de acção política ou se, pelo contrário, elas não foram muito mais que veículos de transmissão de orientações 'de cima para baixo', de mobilização política das populações e/ou de uma manifestação da tão conhecida capacidade de adaptação dos camponeses à presença de entidades (apesar de tudo) estranhas às suas comunidades e dotadas de um efectivo poder que se assemelhava ao poder de Estado.

Porém, a crescente ênfase que a organização, empurrada pelas necessidades e em resultado da articulação camponeses-combatentes, colocou na luta contra os sectores sociais que no seu seio procuraram explorar em benefício próprio a população das zonas libertadas, a luta pela emancipação da mulher (constituição do Destacamento Feminino, concessão do direito de palavra nas reuniões da população, etc.) (67) e o desenvolvimento da prestação de serviços sociais à população são alguns dos indícios de que, de facto, o conteúdo do poder popular obedeceu, grosso modo, à definição que dele foi dada sem que seja possível, no entanto, definir com rigor aproximado em que medida ele estava (e ficou duradouramente) internalizado quer pela população quer pelos combatentes da FRELIMO.

67. Ver MACIEL, S. A libertação da mulher é uma necessidade da população, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. FRELIMO, (Maputo), sd

No II Congresso procurou-se organizar melhor aquela participação popular enquadrando-a em "comités populares" cuja criação deveria ser promovida pela FRELIMO. Estes comités eram eleitos pela população para sua organização ao nível das bases (68).

A verdade, porém, é que o grau de estruturação deste poder popular em instituições próprias nunca foi muito grande nem ganhou qualquer autonomia significativa face à presença determinante da própria Frente. Assim, e como se reconhece em investigações do CEA/UEM, apesar da defesa que dele se fazia, "mesmo no fim da luta (...) o poder popular (...) não chegou a ser uma característica inerente à FRELIMO" (69).

Simultaneamente, a crescente complexidade e alargamento do âmbito de actividade desta resultante da sua cada vez maior implantação no terreno obrigou a um desdobrar da sua actividade político-administrativa por várias estruturas de base regional (Província, Distrito, etc.) correspondentes à sua organização central. A esta estrutura há que juntar a de natureza predominantemente militar mas intimamente articulada com aquela (70).

Na sequência da agudização da luta interna à FRELIMO e do assassinato de Eduardo Mondlane esta articulação é ainda mais aprofundada com uma forte centralização de poderes e sua submissão ao Departamento de Defesa (71).

Paralelamente a uma participação popular efectiva mas pouco estruturada em instituições próprias, desenvolveu-se uma organização da própria Frente cada vez mais complexa e centralizada, exigindo um aumento do número de quadros e, principalmente após o II Congresso, pretendendo assumir cada vez mais o papel de força dinamizadora de uma transformação social, cujos

68. Vé Documentos..., p. 99

69. Vé CEA/UEM à situação nas antizas..., op. cit., p. 9.

70. Vé Ibidem, p. 98

71. Vé Ibidem, p. 134/5

contornos ainda pareciam mal definidos mas que apontavam genericamente para o "fim da exploração do homem pelo homem" e para o "poder popular" que a colocava mais perto do exercício da função de partido único (72) que da função de frente que ela era no início.

Este crescente desequilíbrio entre as estruturas organizativas do poder popular ao nível da população, por um lado, e da FRELIMO, por outro, em favor desta última é de extrema importância pelo desequilíbrio que introduz nas relações entre Frente e população. Esta, de facto, ficou em posição de inferioridade quanto à capacidade de influenciar quer a orientação daquela quer o processo global de organização social.

Consequência disto é que a prática do poder popular estava bastante dependente da consciência política quer dos camponeses quer dos quadros relativamente às vantagens da sua prática efectiva. Ora era nítido que tal consciência nem sempre correspondia aos desejos da direcção da Frente e à ênfase que ela colocava no poder popular (73), o que constituiu uma circunstância limitativa do seu verdadeiro exercício.

Por outro lado há que ter em consideração que qualquer organização do tipo da FRELIMO --- quanto ao objectivo, formas de luta e estruturação interna --- está sempre sujeita a desenvolver no seu seio o germen de um "comandismo" sobre a sociedade que se reflecte na praxis adoptada nas relações com a população. Disto são exemplo as atitudes de desrespeito de alguns comandantes de guerrilha para com elementos da população --- particularmente com as mulheres (74) --- e as manifestações de militarismo traduzidas no desprezo de alguns responsáveis militares em relação ao trabalho político e de organização das populações as quais eram, por vezes, encaradas apenas como meio de transporte de material e fornecedoras de comida (75).

72. Com uma cada vez maior diversidade político-ideológica interna e com uma crescente influência de um vector militar.

73. Vd inúmeras referências neste sentido espalhadas pelos documentos da FRELIMO e textos dos seus principais dirigentes nomeadamente MACHEL, S. Estabelecer o poder popular para servir as massas, FRELIMO, (Maputo), sd

74. Vd SEBASTIÃO, J.G. op. cit., pg 19 e Oficina de História CSM/TEM op. cit., pg 7/8

75. Vd MACHEL, S. Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas intensificando a ofensiva ideológica e organizacional no seio dos combatentes e massas, FRELIMO, (Maputo), 1978, (Escrito em 1973), pg 19

É ainda um certo pendor para este "comandismo" que, a par de ditames relacionados com a natureza e objectivo da luta desenvolvida, transparece em declarações de Eduardo Mondlane em 1967 --- ainda que nelas haja que descontar o efeito 'mobilização' que, em parte, era o seu objectivo:

"Não é necessário ser-se membro da FRELIMO para que exista o dever de obedecer às suas decisões. No contexto actual, a FRELIMO, porque encarnou a vontade histórica do povo e a realiza na prática da luta que dirige, SURGE COMO A VONTADE DA PÁTRIA. O SEU SENTIDO, QUE NÃO PODE SER POSTO EM CAUSA PORQUE SE EXERCE SOBRE PONTOS QUE NÃO SE DISCUTEM: A INDEPENDÊNCIA, UNIDADE E LIBERTAÇÃO DA PÁTRIA. Por conseguinte basta ser-se moçambicano para ter o dever patriótico de obedecer à FRELIMO." (76) (Maiúsculas no original; sublinhados meus - AS)

A opção pelo poder popular no domínio político, tal como a opção pelas formas colectivas no domínio económico, corresponde a uma ruptura total com a organização social do período colonial, quer a de raiz capitalista quer a que tem raízes no modo de produção pré-capitalista. Ora, no entender da FRELIMO a ruptura, que se pretendia completa e duradoura, não se podia resumir à luta política e entre as classes exploradoras e as exploradas nos domínios político e económico. Para Samora Machel ela tinha de ser também e principalmente uma

"luta contra o nosso inimigo comum nas nossas próprias mentalidades --- a ideologia capitalista imposta pelo colonialismo e a ideologia feudal herdada da tradição (...)" (77)

As partes sublinhadas nesta citação demonstram que a luta não era meramente anti-capitalista: em causa estava também a "sociedade feudal tradicional" (78) que se assumia explicitamente dever ser destruída. Esta vai ser uma das linhas de força fundamentais da ideologia da FRELIMO que, como veremos, irá caracterizar a sua ideologia e a sua actividade após a independência.

76. Vd. MONDLANE, E. entrevista in BEAGANCA, A. et al. op. cit., pg 150

77. Vd. MACHEL, S. Moçambique: sewing ..., op. cit., pg 15

78. No quadro deste trabalho é dispendioso discutir aqui a qualificação de 'feudal' que Machel atribui à sociedade 'tradicional'. O essencial é sublinhar a luta contra essa sociedade que ele assina.

Porque as condições da luta faziam com que as suas capacidades de actuação nos domínios económico e técnico fossem muito limitadas ("contar com as nossas próprias forças") a *praxis* da FRELIMO privilegiou a luta política e ideológica.

Foi nessa luta levada a cabo nas condições concretas em que a FRELIMO as desenvolveu que se foi moldando a ideologia da Frente. Esta, ainda que sofrendo as influências do marxismo-leninismo, das experiências revolucionárias de outros países (79) e das demais influências a que esteve sujeita não é, pois, uma mera cópia da de outro processo histórico ou uma emanação linear da teoria marxista-leninista. Ela é, antes e como dificilmente deixaria de ser, uma criação original onde sobressaem

"a estreita associação com a população em todas as situações, o princípio da independência e *self-reliance* e a prioridade das soluções políticas sobre as soluções técnicas." (80)

Fundamental é ainda a ênfase colocada nas soluções colectivas sobre as individuais --- nomeadamente ao nível da produção --- como forma de eliminar a exploração do homem pelo homem.

Enfim, a luta pela construção da sociedade nova que a ideologia da FRELIMO deixa transparecer a partir do II Congresso e principalmente a partir das lutas políticas internas de 1969-70 é indissociável da luta pela criação do Homem Novo (81).

Esta luta corresponde à procura de uma verdadeira Revolução Cultural porque exige uma transformação profunda das mentalidades até então dominadas quer pelos princípios da sociedade capitalista quer pelos da sociedade tradicional (82). Ora, no entender da FRELIMO, cabe aos quadros o papel fundamental no desenvolvimento dessa luta (83). Torna-se portanto

79. Vd *Idem O processo...*, op. cit., pp 37

80. Vd MFFNS, Peter "Liberation ideology and national development strategy in Mozambique" in *SOAPE*, nº 22, Out-Dez/1981, pp 48

81. Vd NASCHET, S. *Pazem da escola uma base para o novo homem e poder*, FRELIMO, (Maputo), 1974 (escrito anteriormente)

82. Vd *Idem Estabelecer...*, op. cit., pp 31

83. Vd *Idem*, pp 33

necessário aprofundar a análise das problemáticas da criação do Homem Novo e, articulada com ela, do locus dos quadros no conjunto da evolução política e ideológica da FRELIMO.

### VI.3.5 --- Os quadros, a revolução cultural e a evolução política e ideológica da FRELIMO

A luta político-ideológica que se desenvolveu no seio da Frente no período de 1966 a 1970 reflectiu-se igualmente nas suas relações com os moçambicanos que prosseguiam estudos quer na Tanzânia quer em outros países, nomeadamente ocidentais.

Central aos confrontos que se estabeleceram foi a manifestação de tendências elitistas no seio dos estudantes e o combate que lhes foi movido pela direcção da organização. Tais tendências resultaram e foram fomentadas quer pela situação de privilégio que a própria situação de estudante representava num país em que 97% da sua população africana era analfabeta quer pela actuação deliberada de alguns dos intervenientes no processo.

Os estudantes de nível secundário que se encontravam na Tanzânia concentravam-se no Instituto Moçambicano, uma escola orientada desde 1963 pela FRELIMO em Dar-es-Salaam.

Em 1967, na época em que começavam a agudizar-se as contradições internas à Frente, o padre católico Mateus Gwenjere abandonou a sua Missão na região do vale do Zambeze e, com um numeroso grupo de alunos seus por ele mobilizados com a promessa de prosseguimento dos estudos com bolsas angariadas pela FRELIMO, fugiu para Dar-es-Salaam. Pouco depois tornou-se docente do Instituto Moçambicano.

A dificuldade da FRELIMO em dar satisfação aos anseios dos estudantes relativamente às bolsas para estudo no estrangeiro constituiu a causa imediata da crise que Gwenjere desencadeou no Instituto. Simultaneamente, uma parte dos estudantes que no estrangeiro prosseguia os seus estudos pôs também em causa a orientação da Frente sobre a necessidade de interromper os estudos.

Confrontados com aquela orientação e com a sua reafirmação através de um documento de Eduardo Mondlane de 1967 (84), os estudantes filiados na UNEMO (85) que estudavam nos EUA discordaram da política adoptada e muitos deles não obedeceram à orientação dada permanecendo no estrangeiro. Para eles a sua missão fundamental era a de se prepararem para as tarefas que os esperavam no Moçambique independente, ornando-se dispensável a sua colaboração directa na luta armada, a qual entendiam ser missão dos combatentes (86).

Assim, sob a capa da discordância face a uma medida concreta, se manifestava uma posição mais fundamental de aspiração a um papel privilegiado na estrutura social pós-Independência e, concomitantemente, de afastamento face a uma orientação cada vez mais radical da FRELIMO.

Isto correspondia a uma tomada de posição na luta interna que se desenvolvia em 1967-68 no seio da Frente, sendo muitos os que adoptaram as posições defendidas pelo então vice-presidente Uria Simango (87). Os confrontos descritos saldaram-se pela saída de cerca de 80% dos 140 alunos do Instituto Moçambicano e pela saída da FRELIMO de uma parte importante dos seus estudantes no estrangeiro (88).

Estes confrontos reflectem bem as dificuldades que existem no enquadramento de um sector social como o dos quadros num processo de transformação radical das relações sociais consubstanciada na luta pela independência e pela procura de um crescente controlo do poder pelos produtores directos.

84. Vê MONDLANE, E. "Documento Branco" in BRAGANÇA, A. et al., op. cit., pg 177

85. A União Nacional dos Estudantes de Moçambique, nascida em 1961, reunia os estudantes moçambicanos que estudavam no estrangeiro. Veia mais tarde (a partir de 1965) a aproximar-se da Frente nas a situação dos seus membros dificultava o controle desta sobre eles.

86. Vê UNEMO "Moçambique precisa de quadros" in BRAGANÇA, A. et al., op. cit., pgs 184 e seqs

87. Vê HANLON, G. op. cit., pg 33

88. Vê HUNSLOW, B. Moçambique, op. cit., pg 107

Consciente dessas dificuldades, a linha político-ideológica que gradualmente foi assegurando o controlo da FRELIMO e do processo histórico por ela liderado desde cedo procurou assegurar a articulação entre quadros e produtores directos: as normas sobre interrupção de estudos e a obrigatoriedade da formação político-militar dos quadros políticos são dois exemplos que demonstram que essa preocupação existia desde cedo --- desde 1966, pelo menos.

O alargamento da luta a novas regiões, o aprofundamento da transformação ideológica da Frente e o crescente papel dinamizador da transformação social nas regiões que ela controlava que ela pretendeu assumir a partir do seu II Congresso tornaram cada vez mais necessário o aumento do número de quadros aos quais se pretendeu dar uma formação conforme a evolução ideológica da organização.

Este aumento assumiu enorme importância no trabalho da Frente já que se entendia que

"A contradição principal que surge entre nós na fase presente é entre as exigências da situação e a nossa capacidade.

A luta, a instalação do poder popular desenvolvem-se mais rapidamente do que a consciência e a capacidade dos quadros, sobre quem pesa a tarefa de orientar, canalizar e dinamizar o processo geral. (...)

Então onde se encontra a causa da contradição? Como resolver a contradição para passarmos a uma fase superior? A resposta está nos quadros que são o factor decisivo na aplicação da linha e na vida dos estudantes." (89) [sublinhado meu - AS]

Esta transcrição permite-nos realçar duas questões fundamentais que a perpassam: a da definição da contradição principal existente naquela época no seio da própria Frente (90), por um lado, e a do tipo de quadros que são necessários ao processo em curso e as questões correlatas do seu "suicídio de classe" e da revolução cultural em que se insere, por outro.

89. Vê MACHEL, S. Estabelecer..., p. 28

90. Note-se que não se trata da "contradição principal" no seio da formação social moçambicana que não é aqui abordada.

Durante a crise e nas condições concretas de Moçambique em que era dado como adquirido que o principal ónus da luta de libertação era suportado pelo campesinato dá-se uma crescente consciencialização de que essa luta nacional não era separável da questão social fundamental: quem deveria beneficiar dessa luta de libertação uma vez atingida a independência? (91)

A crescente ênfase que foi colocada na questão social esteve na origem daquilo a que a PRELIMO, ao assumir o poder após a independência, designou por passagem da fase de "Revolução Democrática Nacional" em que existia uma aliança 'frentista' entre vários grupos sociais com o objectivo de conseguir a independência à da "Revolução Democrática Popular" em que se assumia que os principais beneficiários dessa independência deveria ser um grupo dessa aliança, os produtores directos, em particular os operários e os camponeses. Isto, porém e naquele período pós- II Congresso,

"não [era ainda] uma transição da luta nacional para a luta social mas uma transição para a determinação da relação entre ambas a um nível superior. (...)

(...) em Moçambique o período desde 1970 até à Independência foi ainda determinado pela contradição que opunha o povo ao colonialismo português. Assim, a contradição nacional ainda era, tal como o tinha sido antes de 1970, a contradição principal". (92)

Em relação ao segundo grupo de questões realce-se para já um aspecto só aparentemente marginal: é o de que esta concepção, ao assumir a centralidade do papel dos quadros na dinâmica da revolução, coloca-se numa posição que tem alguns pontos de contacto com a posição assumida em comunicado da UNEMO em 1968 e que se saldou pelo abandono da PRELIMO por um número significativo de quadros. A divergência, crucial, existente quanto ao tipo de quadros e seu posicionamento ideológico não consegue ofuscar esta proximidade de posições quanto à importância da sua função social.

91. Vd MEYNS, P. op. cit., pp 56

92. Vd MEYNS, P. op. cit., pp 59

Daqui se conclui que a questão dos quadros, tal como nos demais processos de transformação social em direcção ao socialismo dirigidos pelos próprios quadros ou em que lhes é atribuído um papel decisivo na dinamização dessa transformação, foi uma questão fundamental no processo de evolução da FRELIMO (93).

A atribuição aos quadros de uma função tão fundamental tem subjacente a concepção de que eles, individualmente ou enquanto grupo social, são capazes de cometer, *ad eternum*, o "suicídio de classe" que Amílcar Cabral proclamava ser essencial mas não estar assegurado (94). Com este "suicídio" eles abdicariam da sua transformação numa 'pequena burguesia' (95) de raiz burocrática e detentora do poder derivado do controlo dos mecanismos de regulação social, nomeadamente do Aparelho de Estado.

Ao mesmo tempo que se atribuía aos quadros um papel central na estratégia definida reconhecia-se que a sua consciência política e as suas capacidades de intervenção social se tinham desenvolvido mais lentamente que a evolução social. O lançamento em 1973 da "ofensiva ideológica e organizacional no seio das massas" e documentos elaborados no seu contexto aí estão para o demonstrar (96).

Neste momento está-se, portanto, numa situação em que existe e se reconhece a existência de um 'gap' significativo entre a ideologia da FRELIMO tal como definida pela sua direcção e a grande maioria dos "combatentes e massas" envolvidas na luta armada pela libertação nacional.

Por outro lado, a luta pela correcta formação dos quadros e pelo exercício das suas funções de acordo com a ideologia defendida pela FRELIMO é inseparável da luta mais geral em que ela se enquadra e que pretende atingir

93. Vé NACHEL, S. Estabelecimento, p. 23

94. Vé, nesta mesma linha de interpretação, MEYNS, P. op. cit., p. 53

95. Vé o que se disse a propósito deste grupo social quer na Introdução quer no Capítulo IV.

96. Vé NACHEL, S. Impereabilizem-nos... e também Estabelecimento...

toda a sociedade: a da criação do Homem Novo (97), com uma mentalidade nova e de acordo com a nova base material (colectiva) que se pretende dar à sociedade.

Esta mentalidade deve privilegiar, por isso, os valores colectivos, banir as "ideias", hábitos e gostos "decadentes" (98) que caracterizam a sociedade colonial-capitalista, promover a crítica e a auto-crítica, etc.

Enfim e ainda segundo a Frente, ela deve dar origem a um Homem com um comportamento individual e social próximo do de um asceta. Nesta visão é perceptível uma componente religiosa a que não são estranhas quer a formação inicial de vários dos principais dirigentes da Frente em escolas de missões, nomeadamente protestantes, quer a influência do processo chinês.

Esta tarefa exige, reconhece-se,

"um trabalho árduo de educação da consciência, não só porque a modificação da mentalidade não surge automaticamente com a transformação da infraestrutura, mas também porque a nova mentalidade opõe-se activamente a enorme e pesada herança que transportamos conosco." (99)

Por isso, e uma vez que "não é em dez ou vinte anos que se liquidam os pesos mortos duma herança milenária".

"este combate político terá que prosseguir durante dezenas de anos até que realmente a mentalidade nova ganhe a quase totalidade da sociedade (...)." (100)

Na nova lógica social que a FRELIHO pretende implantar deve merecer especial atenção, por exemplo, quanto contrarie as tradições das populações: as novas orientações devem ser introduzidas progressivamente e só depois de se ter procedido a uma profunda mobilização popular (101).

97. Vd Idem, Fazer da escola..., pg 11

98. Vd Idem, Estabelecer..., pg 31

99. Vd Idem, Fazer da escola..., pg 11

100. Vd Idem, Estabelecer..., pg 31

Não proceder assim e ceder perante o "espírito de vitória"

"leva-nos a desprezar taticamente o inimigo, conduz-nos ao aventureirismo. cedo ou tarde o espírito de vitória far-nos-á pagar em sacrifícios, far-nos-á pagar caramente em baixas pesadas e inúteis os erros que cometemos." (102)

#### VI.4 --- As opções no domínio económico

Com a política 'no posto de comando' quer quanto às preocupações dos seus dirigentes quer quanto à prática do período da luta armada, as preocupações com o domínio económico passaram necessariamente para segundo plano. É assim que é difícil encontrar nos textos oriundos da FRELIMO naquele período tomadas de posição que forneçam pistas sobre o que seriam as opções da organização nessa área. Estas são dedutíveis quase só da praxis prosseguida nas "zonas libertadas" quanto à ênfase nas formas colectivas de organização, em particular as cooperativas de produção agrícola mas que, como vimos, não terão sido encaradas pelas populações como uma estratégia a prosseguir no Moçambique independente em resultado das opções político-ideológicas da Frente.

Mas se as tomadas de posição sobre o que poderia ser a estratégia de desenvolvimento a adoptar no pós-independência são escassas, a verdade é que elas existiram e permitem fazer alguma luz sobre as opções que neste domínio se começavam a perfilar no seio da Frente. É o caso das posições manifestadas na 'Mensagem de Ano Novo do Comité Central aos militantes da FRELIMO', de 1968, e atribuída a Eduardo Mondlane (103).

Nela, na sequência de declarações de Mondlane de que "a tendência [dentro da FRELIMO] era cada vez mais na direcção do socialismo marxista-leninista" (104), se afirmava que

101. *Idem*, pp 18

102. *Idem*, pp 30

103. *Idem* MORDLANE, Eduardo *Lutar por Moçambique*, op. cit., pp 243-251.

104. Citação de *The struggle for Mozambique* transcrita em *SOERO, Bertil Moçambique: a livre opção*, STAS, Janszla, 1987, pp 17.

"para evitar a concentração de riqueza e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central." (105)

A esta opção por uma economia fortemente centralizada há que juntar a opção relativa à estratégia em relação à prioridade relativa entre os sectores agrícola e industrial. Neste domínio a opção vai de uma forma relativamente clara para uma priorização do desenvolvimento industrial e, em particular, das chamadas 'indústrias pesadas' numa lógica que segue de perto a estratégia que caracteriza o 'modelo soviético' de raiz estalinista:

"Haverá que desenvolver a agricultura e criar numerosas pequenas indústrias transformadoras (...). Contudo, não creio que estas medidas tenham precedência sobre planos de extracção mineral e criação de indústria pesada. Estas serão lentas ao princípio, pela necessidade de planificação de modo a que os lucros sejam bem distribuídos (...) mas não serão preteridas por teorias sobre a primazia do desenvolvimento agrícola." (106)

Estavam lançadas as bases das opções que viriam a desenvolver-se após a independência do país.

Um aspecto mais há, porém, a salientar nas posições expressas por Mondlane: o da mais absoluta recusa de qualquer tipo de diferenciação social. Esta recusa é mais tarde reafirmada por Samora Machel quando proclama que a mobilização das populações para o trabalho colectivo em detrimento do individual procura impedir "que a produção individual ou familiar degenera em propriedade exploradora originando classes de novos exploradores" (107).

Esta recusa da diferenciação social é, pois, outra das marcas características da ideologia da Frente no período em análise e encontra-se escudada teóricamente na interpretação mais simplista do marxismo e,

105. Vd MONDLANE, E. op. cit., pg 250.

106. Vd *Ibidem*, pg 251.

107. Vd MACHEL, Samora Estabelecer o poder popular para servir as massas, PRELIMÓ, Maputo, 1974, pg 34. Este texto foi escrito antes do '25 de Abril'.

principalmente, das primeiras fases da transição para o socialismo mas que tem sido, de facto, a que mais divulgação tem tido no quadro da defesa das concepções do 'socialismo real' inspirado no 'modelo soviético'.

#### VI.5 --- Resumo e conclusões

A história da FRELIMO no domínio da sua evolução político-ideológica foi muito condicionada pela forma como a organização surgiu mas a influência determinante foi, sem dúvida, a que resultou de não ter sido possível levar por diante a luta de libertação nos moldes de uma luta armada prolongada, desenvolvida nas zonas rurais, sem que se mobilizassem os camponeses o que, por sua vez, só foi possível tentando fazer deles os principais beneficiários dessa luta.

A crise profunda que a transformação da natureza inicial da luta --- de "luta armada nacional" em "revolução democrática popular" --- provocou no seio da Frente veio a resultar no crescente domínio da sua evolução pela linha político-ideológica que denotava mais influências do marxismo-leninismo enquanto teoria e enquanto praxis assumida noutros pontos do globo. Foi esta linha que se preocupou em assegurar, pouco depois do início da luta armada e nas "zonas libertadas" por ela, um papel determinante da evolução social ao "poder popular" exercido pela população, à socialização dos meios de produção, enfim, à promoção dos valores colectivos e de uma nova mentalidade em que o colectivo se sobreponha ao individual. Procurava-se, assim, lançar as bases de uma "sociedade nova" após a Independência onde fossem eliminadas a exploração do homem pelo homem características da formação social do período colonial e os defeitos comportamentais a ele inerentes quer elas tivessem origem no MPC quer no modo de produção não-capitalista.

Porém e decorrendo principalmente quer da necessidade de aumentar o seu controlo interno sobre a evolução da Frente quer de natureza também militar da luta desenvolvida quer, ainda, do crescente papel dinamizador da evolução social que a FRELIMO quis assumir após o seu II Congresso, foram aumentando as tendências à centralização no seu seio e à colocação de uma

grande ênfase no papel dos quadros como dinamizadores sociais. Isto corresponde à progressiva transformação da Frente numa organização do tipo partido marxista-leninista quando a luta desenvolvida era ainda principalmente anti-colonial (108) e não social.

Paralelamente a esta evolução surgiram e foram gradualmente aumentando dois 'gaps'. O primeiro, entre um discurso ideológico da direcção da Frente crescentemente mais elaborado, homogéneo e radicalizado, por um lado, e a situação real que se vivia nas zonas libertadas (níveis de implementação do "poder popular" e de consciencialização e transformação das capacidades dos quadros e das populações que, apesar dos progressos alcançados na transformação da sua estrutura social, sentiam dificuldades em acompanhar aquela evolução ideológica).

O outro, entre a crescente centralização no interior da FRELIMO e a ênfase no papel dos quadros, por um lado, e a incapacidade de a incipiente organização das populações desenvolverem mecanismos de controlo quer da evolução social quer da própria Frelimo enquanto emanação que pretendia ser de todo o povo.

Estes 'gaps' não são reflectidos na avaliação que a FRELIMO faz da situação concreta no final do período colonial e que, numa leitura voluntarista da realidade, sobrevaloriza a profundidade das transformações verificadas em tão pouco tempo nas zonas libertadas.

De facto e em relação a este período a FRELIMO tomou para si uma representação da realidade que faz supor uma transformação significativa do *status quo* herdado das influências das sociedades "colonial capitalista" e "tradicional-feudal". Assim, dando cobertura àquela acusação de voluntarismo, ela entendia que nessa época final do período colonial a "descolonização mental" conseguida nas zonas libertadas tinha conseguido uma situação em que

"as iniciativas das massas estão em pleno movimento, os homens possuem uma maneira muito nítida de ver os problemas e uma capacidade surpreendente de os resolver". (109).

108. Mais do que verdadeiramente nacionalista dado que era difícil falar-se então, tal como o é hoje, na existência de uma 'nação moçambicana'.

109. Vê MACHEL, S. em entrevista à revista Afrique-Asie reproduzida em Discursos do Presidente Samira Machel (III), CSEIME, (Maputo), pg 53

## Em contrapartida

"A falta dessa descolonização mental (...) é o principal problema que se constata nas zonas que foram libertadas de um dia para o outro" (110).

Enfim, a evolução do discurso político-ideológico da FRELIMO durante o período da luta de libertação foi, sem dúvida e como demonstrámos ao longo deste capítulo, no sentido de incentivar a crescente assumpção do poder social por parte dos produtores directos. Porém, as condições objectivas da sua evolução (origens, composição social, transformação em agente social e ideológico activo, etc.) e a própria natureza contraditória de qualquer processo histórico, actuaram no sentido de simultaneamente se irem instalando no seu seio os embriões de duas contradições fundamentais e interligadas: a tendência ao "comandismo" de cima para baixo, por um lado, e a tendência à sobrevalorização do papel dos quadros no seio da organização social, por outro, sem que se tivessem desenvolvido suficientemente, na praxis social, esquemas de controlo 'de baixo para cima' como parecia ser a ambição última do 'poder popular' defendido no discurso da Frente.

Manifestação daquele "comandismo" são, ainda, as opções que começavam a ganhar forma no domínio económico e que se filiavam nitidamente no 'modelo soviético' quando na esfera política pareciam predominar as influências do 'modelo chinês'. A contradição decorrente da discordância entre modelos político e económico só poderia ser resolvida na praxis social. Mas isso só era possível após a independência do país.

---

110. *Id ibidem*



CAPÍTULO VII --- OS PRIMEIROS TEMPOS: DO '25 DE ABRIL'  
AO III CONGRESSO DA FRELIMO

Com o "25 de Abril de 1974" e a disposição do novo poder político português de procurar resolver rapidamente a questão colonial, a situação político-social em Moçambique alterou-se significativamente. Começou então e, principalmente, com a assinatura dos acordos de Lusaka (1) em 7 de Setembro desse ano, um período bem marcado no processo global da evolução da formação social moçambicana e que vai durar até ao III Congresso da FRELIMO, em Fevereiro de 1977. Nele foi especialmente marcante a modificação das condições de reprodução e acumulação. O objectivo deste capítulo é o de estudar o processo social moçambicano entre aquelas duas datas.

Assim, depois de estudarmos as primeiras transformações político-sociais verificadas (ponto VII.1), procuraremos identificar (ponto VII.2) os traços fundamentais quer da evolução conjuntural no período quer da intervenção das autoridades políticas e económicas para controlarem uma situação caracterizada principalmente por uma contínua degradação da situação económica. Estes esforços para controlar a situação serão vistos no quadro do (incipiente) debate que então se desenvolveu sobre a estratégia de desenvolvimento e transição para o socialismo a prosseguir (ponto VII.3).

---

1. Nele Portugal reconheceu a Moçambique o direito à independência sob o governo da FRELIMO e se estabeleceu um período de transição para a transferência de poderes. Durante esse período, o poder de Estado foi exercido por um Governo de Transição maioritariamente constituído por militantes da Frente ou por outras personalidades por ela indicadas.

A principal hipótese cuja validade procuraremos investigar é a de que os mecanismos de acumulação e de reprodução herdados do período colonial foram postos em causa desde o início da assumpção do poder pela FRELIMO por acções deliberadas das novas autoridades políticas e económicas sem que tivesse sido previamente feita uma avaliação adequada das consequências que daí adviriam e sem que estivessem disponíveis nem os necessários mecanismos alternativos nem, tão pouco, a capacidade para os edificar. Isto é especialmente verdade para o sector rural, quer na perspectiva macroeconómica quer sob o ponto de vista mais microeconómico das unidades familiares de produção. Estas últimas, aliás, viram a situação no domínio da sua reprodução social e física especialmente posta em causa por uma política que visou assumidamente a luta contra aquilo que a FRELIMO designava por manifestações da "ideologia rural feudal".

Hipótese que se prende com esta é a de que o recurso à "acumulação externa" --- entendida aqui como o apoio económico maciço por parte dos países integrados no CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), em particular da URSS --- que surgia aos olhos dos dirigentes moçambicanos como a alternativa principal (a longo mas também no curto/médio prazos) aos mecanismos herdados do período colonial, não se constituiu como alternativa àqueles mecanismos de acumulação. Isto ficou a dever-se principalmente à indisponibilidade que para o efeito revelou a União Soviética e que tem como razões fundamentais quer a percepção que ela tinha sobre os seus interesses geoestratégicos a nível mundial e na região, quer a dificuldade que o sistema de planeamento central tem em absorver as produções de países do chamado Terceiro Mundo --- em que o cumprimento de prazos, quantidades e qualidades dos produtos fornecidos não é fácil --- quer, ainda, as divergências a vários níveis entre soviéticos e moçambicanos.

Destas, salientemos duas: por um lado, a que se refere à concepção sobre o processo de transição para o socialismo em países subdesenvolvidos --- Moçambique seria para os soviéticos um 'país subdesenvolvido de orientação socialista' enquanto que para os moçambicanos era um 'país socialista subdesenvolvido', diferença que é muito mais do que meramente semântica; por

outro, a relativa ao diferente posicionamento de ambos no chamado conflito ideológico sino-soviético, com Moçambique a recusar, apesar das pressões soviéticas, o alinhamento explícito pelas concepções da URSS (2).

Hipótese ainda é o ter sido neste período, principalmente durante o ano de 1976, que surgiram as primeiras manifestações do processo de lenta constituição de um grupo social apoiado principalmente no 'complexo político-burocrático' (3) que progressivamente veio a assegurar, no fundamental mas só mais nitidamente no período posterior ao III Congresso, a condução do processo social moçambicano. O seu aparecimento e as suas características foram resultado quer da luta social que se desenvolveu durante aquele período, quer da herança ideológica da FRELIMO --- principalmente o 'comandismo' que nela estava latente desde o tempo da luta armada --- quer, ainda, da sua falta de experiência em lidar com lutas sociais envolvendo grupos sociais fundamentalmente urbanos --- nomeadamente os que tinham estado de uma forma ou de outra envolvidos com o funcionamento do Aparelho de Estado colonial. Isto ocorreu em contradição com o discurso e de parte da acção da direcção superior da Frente --- particularmente do seu Presidente --- e apesar das manifestações de alguma resistência de que foi alvo a política prosseguida, em particular a política para com as comunidades rurais.

Uma das nossas hipóteses é a de que as razões fundamentais para não terem existido neste período manifestações significativas de confrontação directa entre este grupo em gestação e os demais grupos sociais devem ser procuradas no carácter incipiente da estruturação dos vários grupos sociais, no elevado nível de mobilização política das populações suscitado pela independência, na natureza difusa que a referida resistência tende geralmente a ter nas sociedades rurais e em particular em África e, por fim mas interligado com este, no facto de, apesar do discurso e da 'praxis' sobre o 'poder popular', não terem surgido com a força social necessária para esse efeito os

2. Sobre o enquadramento externo em que se processou esta primeira fase do processo social em Moçambique após a independência e em particular o quadro das relações Moçambique-Leste, vd a Introdução a esta Parte B.

3. Designação que em nós abrange não só o aparelho de Estado administrativo mas também o ligado ao controlo da produção (empresas públicas agrícolas, industriais ou de comercialização), os aparelho partidário da FRELIMO e as Forças Armadas.

mecanismos de controlo social 'de baixo para cima' que o pudessem fazer. Pelo contrário, como procuraremos demonstrar, os mecanismos que surgiram acabaram por ser utilizados fundamentalmente, ainda no final deste período mas principalmente depois do III Congresso, como correias de transmissão da estruturação social que se queria impôr de 'cima para baixo'.

### VII.1 - Primeiras transformações político-sociais

As transformações na natureza do poder na Metrópole colonial resultantes do "25 de Abril" repercutiram-se na súbita redução da pressão política, económica e ideológica nas colónias, nomeadamente a que se exercia sobre a sua força de trabalho e que tinha desempenhado um papel central na economia política do 'sistema colonial português'.

A 'descompressão' social a que então se assistiu possibilitou e traduziu-se no aparecimento de manifestações de revolta contra o sistema colonial: alguns 'cantineiros' foram vítimas (por vezes mortais) da acção dos camponeses. Estes, em muitos casos, foram adandonando a cultura do algodão que, ainda que juridicamente já não fosse obrigatória desde há muito, ainda o era na prática para muitos, tal era a pressão de algumas autoridades coloniais para que fosse realizada. Mais notadas terão sido, no entanto, as manifestações de rua e algumas greves que foram desencadeadas nas cidades, nomeadamente a longa greve dos estivadores do porto de Lourenço Marques (4).

4. Vd. para além da imprensa moçambicana e portuguesa da época, SOGGS, Tony "Mozambique: the politics of liberation" in CARTER, G.N. e O'NEARA, P. (eds) Southern Africa: the continuing crisis, Macmillan, Londres, 1979, pg 62; HENRIKSEN, T. Mozambique, a History, Rex Collings, Londres, 1978, pg 229 e também OLIVEIRA, Bernardino Aqui Portugal Moçambique, edição do autor, Riba de Ave/Panajião, 1978, pg 289 e seqs. Este último é certamente um dos relatos mais vivos dos primeiros tempos do pós-'25 de Abril' em Moçambique.

Simultaneamente, a FRELIMO intensificou as suas acções contra o Exército português. Ao fazê-lo, o seu objectivo era pressionar o acelerar das negociações com o governo colonial e de as encaminhar não para um processo de descolonização com participação de vários partidos políticos (5) mas para a simples discussão dos mecanismos de transmissão do poder para si na qualidade, que reivindicava, de ser a única legítima representante de todo o povo moçambicano. Especialmente visadas pela acção da Frente foram as regiões de maior implantação da comunidade branca no centro do país: Zambézia e, em menor grau, também Manica e Sofala.

Como resultado da intensificação das lutas sociais e militares, logo em meados de 1974 começou a assistir-se a um aumento do êxodo (6), ainda muito limitado, da comunidade não-africana (7). A grande maioria desta, porém, adoptou uma manifesta atitude de expectativa --- e não raro de esperanças --- face às perspectivas que se abriam de um Moçambique independente. Disso é sinónimo a sua continuação no país.

Este sentimento de simpatia não era, de modo algum, comum a todos os membros daquela comunidade. Os mais jovens, nomeadamente os estudantes universitários, nascidos na sua maioria em Moçambique e com poucos ou nenhuns contactos com Portugal, foram os que viram com mais entusiasmo a nova situação e as perspectivas que ela trazia consigo de um poder dominado em exclusivo pela FRELIMO e de uma sociedade definida como a-racial, mais justa, mais igualitária, mais participada e mais auto-determinada e não exo-determinada.

5. Bra esta, no essencial, a principal linha de força que enformava as posições 'spicolistas' com forte presença na nova região política da Metrópole.

6. Recorde-se que desde o início da década de 70 que se vinha assistindo, em parte devido à crise económica que então se viveu em Moçambique, a uma saída de portugueses superior ao número dos que entravam.

7. Daqui por diante utilizaremos como equivalentes desta -- as expressões 'brancos', 'comunidade branca', 'colonos', e 'comunidade portuguesa'. Trata-se de uma solução que representa uma cedência da linguagem científica, mais precisa, à linguagem comum numa tentativa de evitar a repetição, necessariamente fastidiosa, de uma mesma expressão para representar um dado universo de pessoas que incluía, além de europeus ou seus descendentes, muitos indianos e chineses.

Outros houve, porém, que não aceitaram de bom grado a perspectiva de a Frente assumir, em exclusivo, o poder. Alguns, aliados por vezes a sectores que se tinham separado da FRELIMO ou que nunca se tinham revisto na sua luta, optaram por tentar reunir forças para a defrontar ou, pelo menos, para a obrigar a partilhar o poder.

Manifestação evidente de que uma parte dos colonos não aceitava de bom grado passar a desempenhar um papel subalterno na formação social moçambicana foi o facto de, no próprio dia (7 de Setembro de 1974) em que em Lusaka foi assinado o acordo entre Portugal e a FRELIMO em que aquele reconhecia o direito à independência de Moçambique sob a égide desta, se ter dado em Lourenço Marques uma movimentação de uma facção de colonos descontentes com os termos do acordo celebrado e que ficaria conhecida por o '7 de Setembro'. A acção mais espectacular então desenvolvida foi a ocupação da sede da emissora Rádio Clube de Moçambique (8).

Através desta movimentação procurou-se, sem êxito, provocar o levantamento em massa da comunidade branca e, simultaneamente, suscitar e justificar a intervenção dos sectores mais conservadores no seio do novo poder político da Metrópole no sentido de se modificarem substancialmente os termos do acordo celebrado em Lusaka. O objectivo era o de impôr uma solução que garantisse melhor a continuação da situação de relativo privilégio desses sectores sociais e, por arrastamento, do conjunto da comunidade branca no seio da formação social moçambicana pós-Independência.

Dominado pelas autoridades portuguesas com a colaboração da FRELIMO, este 'Movimento' provocou, no entanto, forte agitação em Lourenço Marques: as manifestações de protesto da população negra dos subúrbios contra a acção dos colonos não se fizeram esperar. Reprimidos com dureza, os confrontos que se desencadearam saldaram-se em cerca de cem mortos --- na sua grande maioria africanos (9).

8. Vé GLIVEIRA, Bernardino Aqui Portugal Moçambique, op. cit., pp 289 e seqs.

9. Vé HENRIKSEN, T., op. cit., pp 224

Cerca de um mês e meio mais tarde, nos finais de Outubro, deram-se novos incidentes em Lourenço Marques envolvendo, desta vez, uma companhia de 'comandos' do Exército Português. A agitação que se lhe seguiu causou mais cerca de meia centena de mortos (10).

Entretanto, começavam a fazer-se sentir um pouco por todo o país as primeiras manifestações do fenómeno a que já se assistira aquando das independências da maioria dos demais países africanos: o de alguns grupos sociais verem esta como uma oportunidade de lançarem em proveito próprio um movimento de "africanização" (11) das estruturas económicas e administrativas existentes. Note-se, porém, que principalmente nas suas conotações mais racistas, um tal movimento estava à margem dos ideais proclamados pela FRELIMO e que, pelo menos enquanto política oficial, esta não veio de facto adoptá-lo na sua praxis social.

O grupo nela mais interessado era o dos africanos que, devido principalmente ao nível de instrução atingido, desenvolviam a sua actividade no seio do aparelho de Estado colonial ou no do aparelho produtivo e de comercialização do sector mais moderno da economia. Este grupo vê nesta africanização a possibilidade de rapidamente ocupar lugares na hierarquia administrativa, de enquadramento da produção e de comércio (12) muito mais elevados do que aquele a que a sua formação lhes permitia aspirar e/ou cujo acesso lhes tinha sido vedado até então pela própria natureza do colonialismo e da respectiva organização social.

Também no seio do campesinato havia grupos que aspiravam a beneficiar da retirada dos colonos, fossem eles agricultores ou 'cantineiros'. Estavam nestas condições principalmente os que tinham uma base produtiva mais importante e que aspiravam a estender a sua actividade às terras geralmente mais férteis que até então estavam na posse dos colonos. De qualquer forma, a

10. Vd *Ibidem*, pp 225

11. Entenda-se com esta expressão a ocupação por africanos negros de empregos ou outras actividades até então ocupadas por não-negros, normalmente cidadãos da ex-potência colonial.

12. Vd MACHEL, *Como Produzir é um acto de resistência*. FRELIMO, [Maputo], ed [Outubro/1976], pg 25

generalidade dos camponeses esperava obter benefícios da eventual retirada dos colonos: menor pressão sobre a sua força de trabalho e, genericamente, sobre a sua organização socio-económica, fim da relação de exploração de que se sentiam vítimas nas trocas efectuadas com o mercado através, nomeadamente, dos 'cantineiros' e das empresas concessionárias da comercialização do algodão, uma melhoria no estatuto social ao esbater-se mais acentuadamente a diferença entre colonizador e colonizado.

Todos, enfim, nas cidades ou nos campos, esperavam vêr melhorada a sua situação social quanto mais não fosse pela via do acesso a uma dignidade de cidadão de que o colonialismo os privara.

Desta convergência de interesses surgiu uma prática de intensa reestruturação social da formação social moçambicana com o 'branco' --- ou, talvez melhor o 'branco português', o que na prática era quase o mesmo --- a ser cada vez mais encarado como sinónimo de 'colonialista explorador' a necessitar de, no quadro da luta contra as sequelas do colonialismo, ser afastado das funções que desempenhava.

Esta situação de forte agitação social, em que o conteúdo das lutas sociais tinha cada vez mais componentes de racismo, constituiu um sinal de alarme para muitos colonos levando-os a intensificarem a saída de Moçambique ainda durante a vigência do Governo de Transição, o qual tomara posse a 20 de Setembro de 1974. Calcula-se que entre aquela época e Abril do ano seguinte tenham abandonado o país cerca de 50 mil colonos, i.e. cerca de 20% do total (13).

Uma tal percentagem, relativamente moderada face às alterações em curso e, principalmente, às que se anteviam no horizonte, não corresponde à imagem de fuga maciça e mais ou menos precipitada que por vezes se tem do processo de êxodo dos colonos de Moçambique e significa, por outro lado, que muitos continuavam decididos a permanecer no país tranquilizados com os apelos do Governo de Transição para não o abandonarem e dispostos a abdicar de uma parte dos privilégios (mais visíveis nuns casos do que noutros) que lhes advinham da sua condição de 'cidadãos de 1ª', oriundos da potência colonial.

13. Vd HENRIKSEN, 2., op. cit., pg 226

Entretanto, como instrumento fundamental do novo poder político face à visível derrocada do sistema político-administrativo colonial e como tentativa de enquadramento da acção dispersa de muitos moçambicanos, foram criados no final de 1974, durante o período do Governo de Transição, os Grupos Dinamizadores (GD).

Constituídos em geral por pequenos núcleos de simpatizantes e/ou de recém-convertidos às teses da FRELIMO, sem contacto com ela anterior à independência e com uma informação muito genérica e, por vezes, deficiente sobre os seus princípios, os GD tinham como objectivo fundamental, para além dos citados atrás, o de mobilizar a população para aderir aos princípios e ao poder da FRELIMO.

A sua constituição e rápida proliferação resultou de um misto de orientação emanada das novas autoridades e de auto-organização de parte da população segundo o princípio do 'poder popular' que se queria desenvolver. Porém, só um estudo cuidadoso da composição social dos seus membros e, principalmente, dos seus dirigentes permitirá determinar quais os grupos sociais que neles se encontravam mais representados e quais os verdadeiros interesses que ajudaram a promover.

A base da organização dos GD eram os locais de trabalho e de residência. As suas funções foram aumentando à medida que o aparelho político e económico colonial foi entrando em crise devido, em parte, à saída dos colonos e à medida que se tornava evidente que eles eram a única estrutura político-social não comprometida explicitamente com o poder colonial e que se pretendia inspirada nos princípios da FRELIMO.

Isto sucedeu num quadro em que se declarava explicitamente querer dismantelar não só por corresponderem a uma forma de exercício do poder que se queria destruir mas também por estar dominada por membros de uma 'pequena burguesia burocrática' que se queria controlar a fim de não constituir obstáculo às transformações sociais que se perspectivavam (14).

14. Vd designadamente o discurso de Sãora Machel na sua tomada de posse como Presidente da República em BEIS, J. e KOTJNE, A.P. (orgs) Actas e documentos da história da Frelimo, Imprensa Nacional, sl, 1975, pg 304.

Graças a eles a Frente conseguiu de uma forma expedita e sem ter de passar exclusivamente pelas estruturas do Estado colonial, alargar a sua presença a todo o território nacional, em especial às zonas onde até então não conseguira estender a sua influência e para cuja cobertura não dispunha de pessoal em número e qualidade suficientes e que correspondiam à maioria das regiões e às mais populosas.

Esta solução sugere que na época, pelo menos nestes primeiros tempos, não se descortinaram outras alternativas <sup>(15)</sup> para manter o aparelho administrativo e produtivo em funcionamento mas também que, face ao "espírito de vitória" e de voluntarismo que lhe esteve associado, se partiu do duplo pressuposto, mais implícito do que explícito, de que os GD estavam, todos eles, sintonizados com o espírito da Frente e de que neles não se faziam sentir os interesses dos vários grupos sociais presentes na sociedade.

Tais pressupostos devem ser considerados como profundamente irrealistas: o primeiro, porque a 'socialização política' ensaiada pela FRELIMO desde o início do período de transição não tinha ainda tido tempo de produzir resultados sólidos em todas as regiões do país; o segundo, porque a motivação de muitos dos que integraram os GD eram, forçosamente, ditados por outros critérios, nomeadamente o dos seus interesses pessoais e dos grupos a que pertenciam e que estavam numa fase de profunda reformulação e revisão das suas articulações. Isto é verdade mesmo naquelas circunstâncias, como a que se vivia então, de um espírito de grande comunhão do ideal da liberdade e da independência (re)encontrada que parecia fazer do 'povo' uma massa homogênea que 'unida jamais seria vencida' <sup>(16)</sup>.

15. É de facto elas não seriam muitas no quadro político-social que se vivia.

16. Como teremos a oportunidade de verificar ao longo do texto ex mais do que uma vez a FRELIMO vai adoptar posições que têm por detrás este mesmo pressuposto e que, para uma organização que se reivindica do marxismo, não deixa de ser de admirar. Digamos que, para quem se reivindicava de marxismo, ela foi muito pouco dialéctica. Terá sido esse um dos seus principais erros teóricos, facilitando os erros da sua prática política.

As funções dos GD nos locais de residência iam desde a organização do policiamento ao julgamento de pequenos delitos. Nos locais de trabalho eles procuraram evitar eventuais acções de sabotagem por parte dos patrões e, principalmente, manter em funcionamento as unidades produtivas quando estas eram abandonadas na sequência da retirada dos antigos proprietários.

Assim, os GD desempenharam desde o seu aparecimento e durante os anos de 1975 e 1976 um papel importante na luta pela manutenção em funcionamento de parte importante do aparelho produtivo e dos postos de trabalho ao mesmo tempo que, quando a sua base de organização era a área de residência, asseguraram o fundamental da vida política (e, parcialmente, administrativa e judiciária) da sua zona de influência. Por tudo isto muitos deles tiveram uma acção importante no amortecer das consequências do abandono das empresas pelos antigos proprietários, pessoal de enquadramento e de gestão e da parcial desagregação do sistema administrativo colonial.

Apesar do papel globalmente positivo que os GD desempenharam face às circunstâncias e aos objectivos da sua acção (17), muitos foram os que se viram infiltrados por elementos que, ignorando os princípios da FRELIMO e as suas orientações numa época em que esta ainda lutava pela institucionalização e alargamento do seu poder, procuraram utilizar em benefício próprio a sua actividade (18):

"Como os ambiciosos pensavam que os Grupos Dinamizadores assumiriam a gerência das empresas, eles procuraram infiltrar-se nos GD.

Essa foi a nossa experiência no Governo de Transição. Uma autêntica corrida para os GD! Houve casos de empresas [em] que se formaram três, quatro, GD, que faziam verdadeiras campanhas eleitorais junto das massas trabalhadoras. (...)

Cada um deles fazia promessas falsas aos trabalhadores e acusava os rivais dos piores crimes. Cada um deles procurava mostrar maior agressividade contra a gerência e dizia-se que estes é que eram os nacionalistas (...)." (19)

17. É inegável que eles desempenharam, de facto, um papel importante na manutenção em funcionamento de muitas empresas e serviços à sociedade (desde a segurança policial à administração da justiça nos casos mais simples) e no evitar de muitas acções de sabotagem económica.

18. Vê "Plenário Nacional de Mocimboa" (Primeira Reunião Nacional dos Comités Distritais) (7erº/75) in 3375, J. e MUDANG, A. (eds) Datas e documentos da História da Frelimo, Imprensa Nacional, [Maputo], 1975, pg 293

Naturalmente que estas atitudes, até pela dimensão que Samora Machel delas deixa antever, não podem ser encaradas como simples manifestação de ambições individuais e, eventualmente, perfeitamente localizadas e isoladas. Pelo contrário, elas devem ser vistas no contexto da intensa luta de classes que se desenrolava e em que estava em causa uma modificação profunda dos estruturas sociais.

Esta incluía duas dimensões fundamentais: por um lado, o movimento de determinados grupos sociais no sentido de se constituírem quer como novos grupos dirigentes em substituição dos colonos quer como principais beneficiários, no domínio económico, da transferência do poder --- o que era, só por si, uma boa razão para tentar provocar a saída do país de um número significativo, senão da quase totalidade, dos colonos; por outro, um processo de gestação de novos grupos e, eventualmente, de quase completo desaparecimento de outros ou, pelo menos, de profunda modificação das suas características.

O que fica dito deve, porém, ser relativizado face a um pano de fundo da organização social que, tal como salientámos no capítulo V e como resulta das análises teóricas do capítulo IV, se caracterizava principalmente por um 'aspecto inacabado' das classes sociais: i.e., um tal processo não deve ser visto como uma manifestação da luta entre classes sociais já perfeitamente estruturadas e com formas e mecanismos próprios de intervenção no processo social mas sim como manifestações, ainda que por enquanto principalmente como simples somatório de acções algo desconexas, de interesses de grupos sociais em fase de estruturação e de re-colocamento no quadro social em mutação.

Também nas regiões rurais a movimentação social foi intensa nesta época. Numas regiões mais do que noutras, fizeram-se tentativas para ocupar terras abandonadas pelos colonos: foi o caso do vale do Limpopo (20), da

19. Vd MACHEL, S. Produzir ..., op. cit., pp 25

20. Vd p.ex. HERNÁNDEZ, Kenneth Land Struggles and social differentiation in Southern Mozambique -- a case study of Chokwe, Limpopo 1950-1967, SIAS, Uppsala, 1968, pg 44.

Angónia, enfim, um pouco por todo o lado. Fenómenos menos generalizados, ocorreram também alguns ataques a 'cantinas' e a 'cantineiros', tendo alguns deles morrido.

Em várias destas tentativas de ocupação de terras para uso dos agregados familiares africanos foi possível identificar a intervenção das estruturas sociais e de poder da sociedade 'tradicional', nomeadamente dos 'chefes da terra' (21). Estes assumiram assim, a coberto de uma intervenção na sua área específica de poder, um papel importante na liderança das respectivas comunidades após o afastamento dos régulos imposto pela FRELIMO no quadro da sua luta contra as estruturas daquilo que ela designava como a "sociedade tradicional feudal".

Paralelamente deram-se tentativas de abandono dos 'aldeamentos' que, principalmente nas províncias do Norte do país (22), tinham sido promovidos pelas autoridades militares portuguesas na tentativa de subtrair as populações à influência da FRELIMO. As populações procuravam assim, uma vez terminada a situação de guerra que as tinha feito abandonar as antigas zonas de habitação e de agricultura, reconstituir a forma anterior de habitat (sempre mais disperso) e de organização económica e, com elas, dar de novo livre curso à sua organização social tradicional, fugirem à falta de terras de qualidade e, conseqüentemente, adaptarem-se aos recursos técnicos disponíveis e às condicionantes ecológicas envolventes.

Toda esta movimentação ao nível das comunidades rurais retrata não só a evidente vitalidade que as formas não-capitalistas, tradicionais, de organização societal continuavam a ter neste final do período colonial (23) mesmo nas zonas onde tinha sido maior a presença da FRELIMO durante o tempo da luta pela independência como também, pelo menos parcialmente, a procura de uma

21. Vê GEFFRAN, Christian e PEDERSEN, Mogens Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito de Bratla: processo de socialização do campo e diferenciação social, polic. Maputo, Março/1985.

22. Vê CEA/UM A situação nas antigas zonas libertadas de cabo Delgado, CEA/UM, Maputo, 1983.

23. Vê o que ficou dito sobre este tema no Capítulo V.

fuga às pressões a que até então tinha estado sujeita a força de trabalho dos camponeses. A quebra de 61% da produção comercializada de algodão verificada em 1975 (em relação a 1974) é disso uma prova (24), a que há que juntar declarações dos próprios camponeses de que, após anos de cultura forçada do algodão, "era preciso descansar um pouco" (25).

A luta contra a ocupação de terras e contra o abandono dos 'aldeamentos' foi conduzida pela FRELIMO de uma forma sistemática e com manifesto sucesso a que não foi estranha a intervenção de uma certa dose de 'viva persuasão' senão mesmo de alguma coacção (26). De facto, para alcançar os seus objectivos, a Frente recorreu fundamentalmente à mobilização política (27) das populações --- quem se atreve a ir contra a corrente num momento de euforia como o que se vivia?!... --- mas não deixou de em várias ocasiões, utilizar a força para os alcançar. Registe-se, no entanto, que este uso da coacção esteve globalmente muito longe da dimensão que quase nessa mesma época tal fenómeno conhecia na vizinha Tanzânia (28) onde, após alguns anos de tentativa de, por meios pacíficos, convencer os camponeses a instalarem-se em aldeias 'ujamaa', se vinha assistindo, de uma forma mais intensa em 1973/74, a uma campanha de transferência forçada para aquelas aldeias que levou perto de 7 milhões de camponeses a mudarem de residência no espaço de um ano (29).

24. Vd Direcção Nacional de Estatística/CNP Informação Económica, 1975-86, [Maputo], 1985, pg 84

25. Vd HABERMAYER, K. "Algodão: das concentrações à produção colectiva" in Estudos Moçambicanos, 2, 1981, pg 42

26. Sobre a utilização de alguns elementos de coacção vd, p. ex., CEA/UFM A situação das antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, op. cit.

27. Registe-se a resposta de alguns camponeses quando inquiridos sobre o porquê da sua instalação em Aldeias Comuns: "A Revolução disse para eu ir e por isso eu fui!". Vd ROSSCH, Otto Socialism and rural development in Mozambique, [Ph.D. Thesis], Ottawa, 1986, pg 94.

28. País onde estiveram instaladas quer a sede da Frente quer a sua principal base de reataguarda e onde, naturalmente, os seus membros estiveram sujeitos às influências do processo social tanzaniense.

29. A literatura sobre o processo 'ujamaa' na Tanzânia é muito extensa. Para informações quantitativas precisas sobre o desenrolar do processo vd, p.ex., KASCARENHAE, Adolpho "After villagization -- what?" in MWANGASU, P.V. et PRATT, C. (eds) Towards socialism in Tanzania, Univ. Toronto Press, Toronto, 1979, pg 145-166 de onde foi retirada a informação aqui apresentada.

Entretanto, o processo de retirada de parte dos colonos continuava quer devido ao fim próximo do período colonial quer sob o impulso da evolução político-social que então se verificava.

A viagem de Samora Machel desde Mueda, no Norte do País, até à capital durante o mês que antecedeu a proclamação oficial da independência, a 25 de Junho de 1975, foi um ponto importante na criação de um ambiente que conduziu a uma intensificação daquela retirada.

Os discursos então proferidos manifestam naturalmente a euforia da vitória numa luta tão importante como a da conquista da Independência <sup>(30)</sup>. Está bem patente neles o convencimento de que a lógica de progressiva radicalização que a FRELIMO havia conhecido nos 5-6 anos anteriores e a intensificação da luta armada após o '25 de Abril' era, para os dirigentes da Frente, o verdadeiro responsável por ter sido possível chegar aos acordos de Lusaka no que eles representavam de mais importante para Moçambique e para a Frente: a independência sob o poder único da FRELIMO <sup>(31)</sup>. Daqui a um "espírito de vitória" --- traduzido nomeadamente num nítido triunfalismo manifestado, por exemplo, na alegação de que a Frente tinha ganho militarmente a guerra contra o exército português --- e ao convencimento de que 'o sonho é possível' vai (foi) um muito curto passo que, apesar dos avisos de Samora Machel <sup>(32)</sup>, foi dado --- incluindo pelo próprio Samora, como o demonstram muitos dos seus discursos ao longo da 'viagem do Rovuma ao Maputo' em Maio/Junho de 1975.

Nesta época, a trave mestra das concepções da Frente sobre a evolução futura era a de que com a Independência terminava a fase da Revolução Democrática Nacional e começava a da Revolução Democrática Popular <sup>(33)</sup>. Este salto qualitativo do processo histórico tal como postulado pela Frente, representava a passagem da prioridade à luta pela Independência no quadro de uma ampla aliança de forças nacionalistas para a prioridade à luta pela imple-

30. Vd REIS, J. e NOTURNE, A. (orgs) Notas ..., op. cit., pp 291-430

31. Vd *Ibidem*, pp 297

32. Vd MACHEL, Samora Fazer da escola via base para o povo tomar o poder, Frelimo, Maputo, 1974

33. Vd MACHEL, S. Relatório do Comité Central ao 3º Congresso da Frelimo, Ed. "Orante!", Lisboa, 1973, pp 58.

mentação a nível nacional e como opção política fundamental do 'Poder Popular' com conseqüente aumento e radicalização da luta de classes e saída daquela aliança dos grupos sociais que tendencialmente seriam prejudicados por uma forma de organização social que se queria quase diametralmente oposta à até então vigente (34).

A fixação de um tal objectivo corresponde a priorização da luta política e social sobre as preocupações de carácter económico. Esta opção estratégica significa o prolongamento e o acerbamento, sem adaptação às novas condicionantes internas e externas resultantes do acesso à independência, de uma linha de pensamento que caracterizara a segunda metade do período de luta armada.

Esta priorização da luta política, em que se aceitava como um custo necessário as suas conseqüências negativas no domínio económico, teve por detrás de si não só aquela 'experiência da luta armada' --- sistematicamente invocada como guia para a acção e, em parte, como atestado de uma competência específica legitimadora da acção desenvolvida --- mas também outros elementos.

Destes destacamos aqui os seguintes:

- i) um generalizado desconhecimento dos mecanismos de funcionamento dos sistemas económico-sociais em geral e do moçambicano em particular;
- ii) uma preocupação em marcar a diferença entre um poder colonial, opressivo, e o de um movimento que se assumia como de libertação face a essa opressão;
- iii) os efeitos de um triunfalismo --- compreensível no contexto da época mas mau conselheiro --- que fazia parecerem possíveis todos os sonhos (mesmo os mais voluntaristas) de reorganização societal (35) no sentido da

34. Note-se que esta aliança tinha já sido parcialmente desfeita com a cisão que se deu em torno do II Congresso. Ali saíram da Frente aqueles sectores que viam a luta pela independência apenas como uma luta política, sem o contorno social que a linha vitoriosa no Congresso lhe atribuía de luta contra as estruturas sociais colonial-capitalistas e 'tradicionais feudais'. Vd a este propósito o capítulo anterior. Para uma síntese próxima das teses de FRELING vide SAOL, John "The context: colonialism and revolution" in SAOL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Press, Nova Iorque, 1985, pgs 35-74.

35. Moçambique estaria então a atravessar o que Gordon WHITE, a partir da análise de vários casos de procura da implementação do socialismo, considera ser a primeira fase desse processo: a do 'voluntarismo revolucionário'. A esta fase sucedem-se, segundo o autor, a de 'voluntarismo burocrático' e a de 'reformas e socialismo de mercado'. Vd WHITE, Gordon "Revolutionary socialist development in the Third World: an overview" in WHITE, Gordon et al. (eds) Revolutionary socialist development in the Third World,

criação de uma sociedade mais justa, em que os homens fossem mais iguais uns aos outros sem cuidar da raça a que pertenciam; e, por fim mas não por último,

iv) os efeitos da própria luta social que entretanto se ia desenvolvendo.

Um dos efeitos da combinação de todos estes factores foi o de que pareceu ser possível e, até, desejável à luz da ideologia dominante da FRELIMO e em nome da revolução social que se pretendia levar a cabo, destruir rapidamente as estruturas económicas, políticas e sociais coloniais deixando para uma segunda fase, para o decurso do processo, o aparecimento de estruturas alternativas e dos mecanismos da sua regulação. Os custos de um tal procedimento ou não eram analisados ou eram subavaliados face aos benefícios que se esperava colher.

Neste quadro entendia-se que as tarefas que se colocavam após a ascensão ao poder exigiam uma maior unidade ideológica em torno de princípios socialistas e de uma radicalização da luta de classes (36). Se aquela primeira punha na ordem do dia a questão fundamental da transformação da Frente em Partido --- que só viria a concretizar-se formalmente com o III Congresso mas que a Frente já era, em boa parte, desde 1968-70 --- esta última punha em causa, só por si e de uma forma muito directa, a posição da comunidade não-africana no seio da nova sociedade em construção.

Por outro lado, naqueles discursos do Presidente da FRELIMO fez-se uma sistemática invocação dos malefícios do colonialismo sem cuidar de distinguir cuidadosamente e de uma forma conseqüente este enquanto sistema (37).

---

Wheatstreak Books, Brighton (UK), 1983, pp 31.

36. Vd discurso de Sauro Machel em Lichinga (antiga Vila Cabral) em 1 de Junho de 1975 in BZIS, J. e NUIUANE, S., op. cit., pp 392

37. É que as forças mais coercivas estavam então muito mais atenuadas do que quando os principais dirigentes da FRELIMO tinham saído do país no início dos anos 60 fazendo com que estes estivessem, apesar dos canais de informação de que dispunham, algo desfasados da realidade do momento.

da inerente existência, enquanto um dos seus efeitos, de uma comunidade de colonos relativamente (mas também desigualmente) privilegiada no contexto de uma formação social subdesenvolvida como a moçambicana (38).

A isto há que acrescentar o facto de algumas das declarações então proferidas serem um verdadeiro libelo acusatório contra a comunidade branca e um convite indisfarçado à sua partida:

"Todos os portugueses em Moçambique são estrangeiros, são ocupantes do nosso território, a terra deles é Portugal. (...) O português ocupou Moçambique com o objectivo essencial de pilhar as nossas riquezas, roubar as riquezas de Moçambique, oprimir o Povo Moçambicano, fazer de todo o moçambicano moleque, criado, servidor dele e nada mais." (39) [sublinhado meu, AS]

É evidente aqui a falta de vontade política em reter a maioria da comunidade agora estrangeira sendo nítida aqui a influência, ao mais alto nível do poder político em ascensão, das lutas sociais que então decorriam e em que a 'africanização' (40) de todas as estruturas nacionais era uma das principais pedras de toque. Com tal tipo de atitudes aquelas lutas viam-se legitimadas e incentivadas.

Assinale-se, no entanto, que, contraditoriamente, estas afirmações não estavam nem em sintonia com a política que o Governo de Transição liderado pela própria FRELIMO vinha desenvolvendo no sentido de evitar a retirada maciça dos colonos nem com anteriores tomadas de posição da própria Frente, designadamente no texto do acordo de Lusaka e nas declarações que se lhe seguiram.

38. Mas ex que a maioria vivia uma vida não muito diferente da que gozaria numa sociedade como a portuguesa naquela mesma época.

39. Vé MACHEL, E. ex Inhambane em 17 de Junho de 1975 in BOTS, J. e NUIVANE, A., op. cit., pg 428

40. Sublinhe-se aqui mais uma vez que as falares de 'africanização' nos referimos ao movimento social, principalmente ao de certos grupos sociais, e não a uma eventual política oficial mais ou menos declarada para proceder à atribuição de certos lugares ex função da cor da pele já que esta, de facto, nunca existiu.

Para esta dessintonia terá contribuído quer as diferentes posições em que, face ao processo social, se encontravam Governo e Partido <sup>(41)</sup> quer personalidade específica dos intervenientes, nomeadamente a idiossincrasia própria de Samora Machel.

A realidade é que tal dessintonia se resolveu no sentido mais radical, bem ao geito das opções gerais que a FRELIMO vinha adoptando voluntária e explicitamente e igualmente numa manifestação do "espírito de vitória" que se vivia. Tal facto deriva quer da convergência entre esta posição e os interesses sociais que se movimentavam na época quer da importância que uma tomada de posição do líder máximo da Frente tinha no quadro de uma estrutura em que o 'comandismo' de 'cima para baixo' se fazia sentir significativamente como um dos aspectos caracterizadores da FRELIMO <sup>(42)</sup>.

A solução prática para que se caminhou na resolução da questão da existência de uma larga comunidade branca tinha como pressuposto e foi legitimada com uma análise da composição e das características sociais desta comunidade que via nela uma massa relativamente homogénea de exploradores que se opunha à massa de explorados que eram os moçambicanos em geral.

Esta interpretação via em cada colono um servidor do colonialismo, uma 'ponta de lança' dirigida do exterior ao coração da revolução, um burguês portador de valores e de um comportamento social condenáveis à luz da ideologia do novo poder porque derivados e perpetuadores, mesmo que involuntários, do colonial-capitalismo que se queria eliminar.

Enfim, a comunidade dos colonos era entendida no seu conjunto, enquanto grupo social autónomo com interesses próprios, como sendo, quase por definição, incapaz de aceitar a nova ordem político-social que se pretendia erigir rapidamente. Mais, entendeu-se que a sua permanência, só por si e pelas contrapartidas económicas e sociais que implicaria --- a fim de, pelo menos, ela não hostilizar o processo de transformação económica e social ---, bloquearia o processo de revolução social que se pretendia lançar <sup>(43)</sup>.

41. Ainda que este controlasse aquele, o contacto mais directo com as consequências práticas da saída da comunidade portuguesa dava ao Governo uma perspectiva mais pragmática da situação enquanto que o Partido se envolvia mais directamente com o processo social e as pressões que iam surgindo para uma verdadeira expulsão dos colonos.

42. Vê o capítulo anterior.

Esta concepção não era, como dissemos, a concepção tradicional da Frente ou, pelo menos, a que esta sempre tinha feito constar do seu discurso. cremos que foi sob pressão da evolução da situação social que a FRELIMO se orientou, numa como que 'fuga em frente', no sentido de alinhar decididamente com as forças que empurravam os colonos para fora do país.

Tal actuação da Frente só foi possível, no entanto, face às condições concretas existentes no seu interior de que destacamos o aspecto pouco 'cimentado' da sua ideologia e a efectiva falta de experiência da condução do processo social e da gestão macroeconómica do país. A demonstrá-lo está a progressiva transformação na lógica interna que ressalta das declarações de Samora Machel ao longo da viagem 'do Rovuma ao Maputo'.

cremos, de facto, que a distância que existe entre os primeiros discursos após a chegada a Moçambique --- em Mueda, a 24/5/1975 ---, onde ainda se nota uma preocupação em distinguir entre colonialismo e a existência de colonos, e o discurso em Inhambane citado atrás, é sensivelmente a distância que existe entre o comandante de guerrilha recém retornado ao seu país, ainda na fase inicial de tomar o pulso à sociedade após a assinatura do acordo de Lusaka e imbuído do espírito anti-racista de que sempre se reivindicara a FRELIMO, e o dirigente que percorreu o país de lés a lés e sentiu directamente e no dia a dia a influência das lutas sociais que se desenrolavam por todo o território nacional deixando-se, em parte, influenciar por elas de uma forma em que a idiossincrasia própria de Samora Machel é uma parte importante da explicação.

Podemos, pois, concluir que se não é possível afirmar que o êxodo maciço da comunidade estrangeira foi um objectivo expressamente declarado do novo poder político a verdade é que ele se tornou num objectivo por ele implicitamente aceite e prosseguido de facto não sem alguma ambiguidade. Para isso contribuiu essencialmente uma maior elaboração por parte da FRELIMO do

43. Vd vd declarações de Jorge Cabaco, ex-Ministro da Informação da RPP em EARLON, Joseph Mozambique: the revolution under fire, Ted Books, Londres, 1984, pg 88/9. Conversas per nim nactidos coz outros responsáveis moçabicanos corroboran integralmente esta interpretação.

seu pensamento acerca das consequências para o futuro do processo social que (na sua opinião) adviriam da manutenção da comunidade portuguesa. cremos, porém, que para o evoluir do pensamento da Frente sobre este tema contribuiu significativamente a influência que sobre ela exerceram as lutas sociais então em curso, nomeadamente as que, com origem nos grupos sociais que se preparavam para beneficiar da saída dos colonos, resultaram em pressões psicológicas --- e físicas... --- muito fortes para que eles o fizessem.

Isto é verdade independentemente do facto de a FRELIMO ter, desde o início, lutado contra aqueles grupos sociais moçambicanos para evitar que a uma burguesia (colona e externa) se sucedesse outra (interna) --- luta essa exemplificada, por exemplo, pela que se desenvolveu contra a ocupação privada de terras abandonadas pelos colonos (44). Isto é ainda verdade independentemente do facto de aqueles grupos sociais actuarem de forma difusa e não organizada por a sua estruturação ser ainda incipiente e estar em plena fase de transformação (45). cremos, porém, que a ausência daquela organização não significa a inexistência dos grupos sociais mas apenas que as suas manifestações, aparentemente um simples somatório de iniciativas individuais, não têm a força social que a coordenação dessas iniciativas através de organizações político-sociais próprias lhe dá.

A nacionalização sem indemnização, seis meses após a Independência (em Fev<sup>o</sup>/76), dos prédios urbanos de rendimento e dos que se encontravam desocupados devido à partida dos portugueses (46), constituiu o último grande ataque frontal à comunidade de colonos apesar de ter sido tomada num momento em que a maioria deles já tinha saído do país e de tal medida ter surgido, por

44. Esta luta desenvolveu-se em todo o país. Para o caso específico do Vale do Limpopo vide, nomeadamente, COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL DO LIMPOPO Relatório por ocasião da III Reunião do Conselho Agrário Nacional, 5-10 Junho de 1976.

45. Vd o capítulo V sobre a história colonial e também quanto se disse no capítulo IV sobre o aspecto "inacabado" da estruturação social em África.

46. A qual, em muitos casos, foi encarada por estes apenas como temporária, até que os ânimos acalrassem e o ambiente social melhorasse

isso, principalmente como uma simples apropriação pelo Estado de um património habitacional que estava em grande parte abandonado de facto enquanto a maioria da população negra continuava a viver no 'caniço'.

Creemos, no entanto, que aquela decisão contribuiu decididamente para tornar irreversível uma situação de abandono do país pelos ex-colonos uma vez que fez com que, atingidos directamente naquele que era um dos principais elos da sua ligação a Moçambique (47), muitos foram os que viram nessa medida o último sinal para o seu não regresso ou para a sua partida definitiva. Esta ideia era reforçada com o facto de ela se vir juntar a outras que se lhes dirigiam implícita ou explicitamente como foram a nacionalização da terra (no próprio dia da Independência) e dos sectores sociais (educação, saúde) bem como a proibição do exercício de profissões liberais (um mês depois, em 24 de Julho de 1975).

A par da necessidade de dar um conteúdo concreto ao princípio de que "a Independência política ficará vazia se (...) não trazer consigo benefícios directos às massas" (48) pondo à disposição de muitos moçambicanos habitações urbanas no 'cimento', a nacionalização dos prédios urbanos de rendimento possibilitava, segundo o que era propalado, destruir o que se considerava ser uma importante base económica da burguesia colonial (49).

Face à progressiva transformação das condições económicas, políticas, sociais e psicológicas da sua vida e derivadas das alterações da legislação e do processo social, a comunidade branca foi abandonando o país, tendo a maioria saído não muito antes da independência (50). De facto,

47. E que, por isso mesmo, era por eles encarado como uma importante 'pedra de toque' das intenções da Frente em relação à sua permanência ou não no país.

48. Vd MACHEL, Samora "Independência significa benefícios para as massas exploradas" in A nossa luta é uma revolução. Nacionalizações - Moçambique, CIDAC, [Lisboa], [1976], pg 47

49. Vd *Ibidem*, pg 59

50. Embora não se pretenda aqui estabelecer aqui uma relação de causa e efeito entre um facto e outro registre-se, a título de curiosidade, que se foi relatado que os discursos de Samora Machel na viagem 'do Rovuma ao Maputo' e, principalmente, o da Beira e os que se lhe seguiram, ficaram conhecidos na época por 'os discursos de 'embarca caixotes'', numa referência clara aos enormes caixotes de madeira em que os colonos expediam os seus bens para Portugal.

calcula-se que dos cerca de 250 mil portugueses existentes em Moçambique no início de 1974 não restassem, em Junho de 1975, mais que cerca de 50 mil. Destes, muitos vieram a sair após terminado o seu primeiro contrato como cooperantes que, numa última tentativa para se manterem no país, assinaram com as novas autoridades.

Sob o impulso de uma prática político-social que os punha directamente em causa no seu conjunto, o êxodo dos colonos atingiu todas as suas camadas sociais --- que estava longe de ser homogénea. Assim, foram atingidos não só os representantes da reduzida grande burguesia residente mas também os da "pequena-burguesia" (agrícola, industrial e comercial), os técnicos e operários das mais variadas profissões e sectores produtivos e o vastíssimo grupo dos funcionários administrativos públicos ou privados.

Ora, seria de esperar (51) que noutras circunstâncias políticas e psico-sociais uma parte mais significativa destes grupos sociais menos directamente comprometidos com os mecanismos mais repressivos da exploração colonial --- incluindo muitos dos operários especializados e funcionários dos serviços (públicos ou privados) e pequenos e médios comerciantes e agricultores espalhados um pouco por todo o país --- tivesse optado, designadamente por falta de uma base económica própria na Metrópole colonial, por se manterem em Moçambique.

Na saída mais ou menos rápida e desordenada que se seguiu à agitação social pré-independência e às transformações que o novo poder foi introduzindo e num ambiente de grande tensão psico-social como o que se vivia, tudo quanto existia e fosse susceptível de ser transportado --- recheios de habitações, automóveis, tractores, electrodomésticos, etc --- era bom para levar para fora do país. Até mesmo uma parte do gado bovino de muitas explorações agropecuárias foi encaminhada para os países vizinhos.

51. Pensamos, de facto, que a evolução mais natural do processo seria a que se aponta a seguir. A razoabilidade desta hipótese foi confirmada a posteriori pelo processo social no Zimbábue onde a grande maioria dos membros da comunidade branca permaneceu no país após a independência com maioria governamental negra em 1980. Especialmente importante para a vida económica do país foi a permanência de um número muito significativo dos 'farmers' que já no período colonial constituíam um esteio importantíssimo da economia do país e da sua capacidade de exportação.

Pretendendo maximizar os valores a transferir para o estrangeiro e em alguns casos com um manifesto espírito de 'revanche' face à situação criada, surgiram nítidas manifestações de sabotagem económica: exportações cujo pagamento foi recebido no estrangeiro como forma de transferir recursos para o exterior, sobrefacturação de importações e subfacturação de exportações, importações pagas mas em que os bens nunca chegaram ao país, abate indiscriminado de gado e destruição de equipamentos, sonegação de documentação sobre funcionamento de equipamentos e sobre processos de fabrico, etc.

Durante este período inicial do exercício do poder pela FRELIMO as realidades principais a salientar nos níveis político e social são, por um lado, a saída dos colonos e a modificação dos comportamentos dos vários sectores sociais e, por outro, a procura da institucionalização e alargamento do novo poder político.

Este é um período em que os grupos sociais não tiveram ainda tempo para tomar *de facto* e de uma forma inequívoca um poder político que lhes é ainda substancialmente 'exterior' e que é incarnado pela estrutura da FRELIMO que se consolidou no período final da luta armada.

Partindo de uma ideologia gerada ao longo desta luta em que são muito fortes --- nomeadamente no discurso do seu Presidente --- as manifestações de uma influência das concepções do 'modelo chinês', a acção da Frente neste período inicial vai ser pautada por muitas características deste modelo.

Foi o tempo da prioridade à luta política e ideológica, da procura de uma rápida expansão e institucionalização do "poder popular democrático" (52), da ênfase nas Aldeias Comuns, nas cooperativas e nas machambas colectivas (53) como formas de organização das populações e da sua produção

52. Vd "Mensagem lida na cerimónia da tomada de posse do Governo de Transição de Moçambique efectuada em 20 de Setembro de 1974" in RZIS, J. e MUIZANG, A. op. cit., pp 202-R

53. Embora na prática a diferença entre explorações agrícolas de cooperativas e machambas colectivas não fosse, muitas vezes, perfeitamente clara, a verdade é que a preocupação classificatória das autoridades levou-as a distinguir entre cooperativas, pré-cooperativas e machambas colectivas. Helena DOLNY, com base em documentação do Ministério da Agricultura da RPN, sintetiza assim a caracterização de cada uma delas: "a machamba colectiva devia ser uma iniciativa de produção ao nível da célula ou aldeia. A participação seria tendencialmente irregular, voluntária e basicamente não objecto de planificação. Os lucros não se destinavam a ser distribuídos mas a serem reinvestidos em algo que beneficiasse a comunidade no seu todo. Na pré-cooperativa, a produção a

(colectiva), do incitamento à luta pela destruição rápida e completa do Aparelho de Estado colonial enquanto encarnação de um sistema político-social repressivo e controlador das populações.

A combinação que então se verifica entre a máxima priorização da luta política com o completo menosprezo das suas consequências económicas reflecte, afinal, um ambiente político-social caracterizado por um grande voluntarismo. Este manifestou-se numa actuação política não levava em conta as consequências negativas da luta política na economia e no pressuposto da existência de uma forte e mais ou menos generalizada consciência proletária por parte da generalidade dos produtores directos que faz deles um grupo social capaz de auto-reformular rapidamente o seu comportamento social até aí influenciado pelos modos de produção capitalista e não-capitalista pré-coloniais. Neste sentido, o voluntarismo da PRELIMO tendia a, apesar de um discurso que enfatiza a luta de classes, proceder a uma deficiente análise de classes da sociedade e, em consequência, das forças e comportamentos relativos de cada uma delas.

Este voluntarismo caracterizava-se ainda, por um lado, por fazer da mobilização política das populações condição necessária e suficiente para ultrapassar as dificuldades sentidas até então e promover os novos valores sociais colectivos que o poder tentava impôr<sup>54</sup> e, por outro, por fixar metas económicas impossíveis de atingir face às alterações estruturais em curso.

-----  
 produção devia ser organizada entre um número definido de participantes que partilhariam entre si os lucros obtidos. No entanto, sob o ponto de vista organizativo ela não teria nem contabilidade organizada nem um planeamento adequado e a sua chefia era informal. A cooperativa correspondia a um nível mais elevado de organização de produção do que a pré-cooperativa quer em termos de planeamento quer de contabilidade, etc. Devia ter uma direcção eleita e corpos administrativos próprios". Vê DOLBY, Helena "The challenge of agriculture" in SAOL, John A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., Nova Iorque, 1995, pp 227. No mesmo sentido vê as definições que constam da Recomendação do Conselho Consultivo do GOCDA sobre critérios de classificação das experiências de produção colectiva adoptada em Agosto de 1980. Seguindo a prática oral corrente, utilizaremos normalmente a expressão 'machamba colectiva' para designar o espaço físico em que é praticada a produção colectiva e não apenas no sentido restrito da definição que aqui fica. Segue que nos referirmos a estas tal facto será devidamente assinalado.

54. Vê nomeadamente o conjunto de discursos que o ex-Presidente Sácora Machel proferiu ao longo da sua viagem de Revuea ao Maputo no mês anterior à independência

No quadro da euforia colectiva que a subida da FRELIMO ao poder trouxe consigo e que aquele voluntarismo, simultaneamente sua causa e consequência, ajudou a manter durante os primeiros tempos, as diversas forças sociais procuraram defender os seus interesses adoptando uma forma de o fazer não só adaptada às suas próprias condições como também às do ambiente político-social envolvente. Este é muito condicionado por um poder instituído que lhes é ainda exterior mesmo que queira reflectir principalmente os interesses de uma determinada classe social tal como perspectivados por esse poder.

É neste contexto que há que localizar a actuação dos vários grupos sociais, incluindo o daquele que se encontra à partida em melhores condições para tentar assumir um maior controlo da evolução do processo social através do controlo do Aparelho de Estado.

## VII.2 - A luta pelo controlo da situação

### VII.2.1 - Alterações estruturais e evolução da conjuntura

A independência política, a retirada da grande maioria dos membros da comunidade portuguesa e o início de um processo de transformação social específico em que esteve em causa a modificação da composição dos vários grupos sociais em presença e das relações entre eles foram as principais transformações estruturais que se deram em Moçambique no início do período pós-independência.

A acompanhar este processo de transformação das estruturas existentes --- processo esse que nesta fase inicial teve um carácter assumida e essencialmente destrutivo e, por isso, não tanto estruturador mas principalmente desestruturador --- dá-se, como seu resultado, uma acentuada quebra na conjuntura económica, especialmente nos sectores onde a importância do capital e da mão-de-obra estrangeira era maior: a indústria e os serviços, incluindo o

comércio interno e externo. Esta desorganização dos circuitos de comércio motivada quer pela saída de uma parte dos colonos quer por uma natural reacção do capital, provocou falhas sistemáticas do abastecimento das empresas em matérias primas e material de manutenção dos equipamentos que comprometeram significativamente os níveis de produção.

Denunciada desde os primeiros tempos após o "25 de Abril" pela profunda queda no sector da construção civil (55), ela vai-se traduzir em quebras generalizadas da produção e da produtividade nos mais diversos sectores de actividade económica.

A agravar a situação de muitas empresas afectadas pela crise dá-se, em resultado das lutas sociais desencadeadas naquela época pelos trabalhadores africanos, um significativo aumento dos salários e dos demais custos de produção das empresas o que afectou significativamente a rentabilidade destas numa atitude que a alguns, nomeadamente a própria FRELIMO, interpretam como sendo um verdadeiro 'presente envenenado' ao novo poder (56).

Um tal sentido global da evolução da conjuntura era, aliás, um fenómeno esperado face ao comportamento de outras sociedades em situações de instabilidade social incluindo o próprio Portugal da época. Na medida em que correspondeu a uma modificação das estruturas coloniais, ele foi, até, um fenómeno desejado (57). O que nele é de realçar é, no entanto, a dimensão que assumiu logo desde o seu início.

De facto, se a análise da variação dos valores da produção na indústria transformadora moçambicana e de alguns dos seus subsectores entre os primeiros semestres de 1973 e de 1974 permite concluir que imediatamente antes do "25 de Abril" se estava numa fase de significativo crescimento dos níveis de produção e, portanto, de recuperação da fase de baixa conjuntura --- com abrandamento dos ritmos de crescimento da produção --- que se tinha atraves-

55. Queda que já começara alguns anos antes com a quebra da conjuntura que se seguiu à crise financeira do início dos anos 70 como se retratou no capítulo V.

56. Vd Comissão Nacional do Plano Informação Económica, (Maputo), 1984, pp 20.

57. Vd MACHEL, Saxera Discursos do Presidente da República Popular de Moçambique, Saxera Moisés Machel - III, CEBIMO, Maputo, 1976, pp 52

sado no período de 1972/73, a análise dos dados estatísticos para os anos 1973, 1974 e 1975 confirma uma quebra significativa na produção industrial logo em 1974 (5ª) como se pode constatar nos quadros seguintes:

QUADRO VII-1  
Percentagem de variação do PIB

| sector            | 1970/71 | 1971/72 | 1972/73 |
|-------------------|---------|---------|---------|
| PRIMÁRIO          | 13,6    | 11,2    | 1,8     |
| agricultura       | 14,7    | 12,8    | -0,9    |
| SECUNDÁRIO        | 6,4     | 13,4    | -2,3    |
| ind. transformad. | 7,2     | 13,9    | -3,5    |
| TERCIÁRIO         | 14,2    | 28,2    | -9,5    |
| PIB total         | 10,2    | 17,6    | -3,9    |

SOURCE: RODRIGUES, Rui N.C. Uma breve análise estrutural e conjuntural da economia moçambicana, policp., Maputo, 1975, quadros II e III

QUADRO VII-2  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL E CONSTRUÇÃO  
(preços constantes de 1980; milhões de contos)

|                     | 1973 | 1974       | 1975       |
|---------------------|------|------------|------------|
| produção industrial | 42,1 | 34,6 (-18) | 26,4 (-24) |
| construção          | 14,5 | 8,0 (-45)  | 4,0 (-50)  |

SOURCE: CNP/DNE Informação Estatística, 1975-1984, Maputo, 1985, pg 88

NOTA: (...) - percentagem de variação em relação ao ano anterior

Esta tendência veio a verificar-se também na produção agrícola embora nesta, dadas as suas características específicas, só se tenha feito sentir mais fortemente na campanha agrícola 1974/75 e, por isso, na produção agrícola do ano de 1975.

5B. Segundo os dados publicados em RODRIGUES, Rui N.C. Uma breve análise estrutural e conjuntural da economia moçambicana, policp., Maputo, 1975, quadro VIII, a produção industrial terá conhecido, a preços correntes, um crescimento de cerca de 24% entre o primeiro semestre de 1973 e igual período de 1974. Por outro lado, o índice de preços ao consumidor, em Maputo, conheceu um acréscimo de 28,2 % entre os meses de Junho/73 e Junho/74. Assim sendo, pode-se situar o início da quebra, em valores reais, do produto industrial ainda no primeiro semestre de 1974.

QUADRO VII-3  
 VARIACÕES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 1973/75  
 (preços constantes de 1973)

|                          |       |
|--------------------------|-------|
| Produto Total            | -13 % |
| Produção de subsistência | +12 % |
| Produção mercantil       | -43 % |
| da qual                  |       |
| dos camponeses           | -60 % |
| das plantações           | -16 % |
| dos colonos              | -54 % |

Fonte: WEVES, Marc Camponeses e economia rural em Moçambique, CEA/ONN, 1978, pg 29

Um tal comportamento da conjuntura económica foi, como vimos, fruto das modificações em curso na estrutura económica, social e política do país. Este facto inviabilizava só por si e à partida qualquer política económica que encarasse a situação como meramente conjuntural ou, pelo menos, como susceptível de ser levada de volta à situação de 1973. No entanto foi este o propósito que oficialmente foi apresentado como a meta a atingir numa primeira fase, ainda em 1977 (59).

Por outro lado, a quebra dos mecanismos político-administrativos coloniais de controlo da força de trabalho, sendo também ela uma profunda modificação estrutural da formação social moçambicana, apontava igualmente no mesmo sentido: a retoma da actividade económica até aos níveis de 1973 não era uma mera questão de regulação conjuntural e tornava-se impossível, quer quanto ao seu nível quer quanto à sua composição, face às transformações em curso. A fixação de tal objectivo, de tão grosseiro que é, não poderá, porém, ser explicado apenas como um simples 'erro de orientação' da política económica. Os fundamentos desse 'erro' terão que ser encontrados simultaneamente quer no imaginário colectivo da população, principalmente a urbana, quer na necessidade de a própria Frente ir ao encontro desse imaginário a fim de se legitimar perante ela e de a mobilizar para as tarefas da reconstrução económica ao mesmo tempo que --- até como parte daquele esforço --- procurava satisfazer as necessidades em empregos e em produtos sentidos pela população.

59. Vd o Relatório ao III Congresso e as Directivas económico-sociais apresentadas nesse Congresso

Face ao processo de desestruturação da formação social moçambicana tal como saída do período colonial, um crescimento sustentado da produção só era possível com novas estruturas económicas e sociais. Ora, o processo de construção destas e o seu funcionamento a um nível e ritmo satisfatórios só são possíveis no médio/longo prazo. Na época, porém, o que se tornava necessário era definir quais os objectivos de curto prazo e hierarquizá-los.

A situação conjuntural não se caracterizava, porém, apenas por uma quebra da produção e da produtividade. Paralelamente e como é natural dada a complementaridade entre produção e emprego, deu-se um rápido crescimento dos níveis do desemprego e do subemprego que punham em causa a situação socio-económica de uma vasta camada de assalariados urbanos e rurais. Com ela a nova situação político-social era posta à prova já que estes grupos sociais, não tendo participado senão de uma forma relativamente marginal na luta armada, viam a independência política não só como forma de dignificar a posição do negro no contexto social global mas também como um passo fundamental para a melhoria concreta das suas condições de vida e de redução da pressão sobre a sua força de trabalho. As lutas pelos aumentos salariais e as quebras de produtividade são disso indicadores.

Confrontado com a realidade, o novo poder político via-se na necessidade de demonstrar a sua capacidade para controlar a situação e assegurar a melhoria das condições de vida da população. Isto passava pelo controlo do nível do emprego, pelo que a manutenção do maior número possível de postos de trabalho se tornou no objectivo hierarquicamente superior desta fase. Ao assegurá-lo procurava-se simultaneamente limitar a queda da produção o que, ao manterem-se as unidades produtivas em funcionamento, evitava também a rápida degradação do aparelho produtivo --- o que a acontecer poria em causa parte importante do esforço de recuperação que se pretendia iniciar.

Uma tal opção significou para as autoridades económicas acorrer a todas as frentes de produção, sem um critério de selecção, numa atitude que correspondia a uma actuação essencialmente 'defensiva', imposta pela conjuntura económica, social e política e sem ser enquadrada numa estratégia de médio/longo prazo --- a qual ainda não estava elaborada naquela época (60).

O controlo efectivo da queda da produção vai-se mostrar muito difícil, nomeadamente da produção industrial. Nesta a quebra prolonga-se até 1976 e na maioria dos sectores e ramos em 1977 são ainda negativas muitas das taxas de variação da produção. A continuação da (quase) completa paralização do sector da construção civil após a nacionalização dos prédios urbanos de rendimento agrava ainda mais a situação.

Na produção agrícola que era comercializada verifica-se igualmente uma acentuada queda.

### VII.2.2 - A intervenção nos sectores não agrícolas

A intervenção das autoridades económicas na luta pela manutenção dos postos de trabalho e da produção foi dificultada pela ruptura dos circuitos de abastecimento de matérias primas e outros inputs (incluindo peças sobressalentes e *know how*), pelo elevado grau de desconhecimento que elas tinham sobre a estrutura do sistema económico-social do país, pela situação político-social que então se vivia, pela fragilidade dos instrumentos de política económica disponíveis e pela evidente escassez de meios humanos minimamente preparados para colaborar nessa intervenção.

Assim, a primeira fase daquela luta, ainda durante o período do Governo de Transição, é deixada, na maioria dos casos, ao cuidado dos Grupos Dinamizadores. Isto significa que na falta dos meios político-administrativos e económicos que tinham permitido ao MPC, na sua fase colonial, manter o sistema em funcionamento, se optava agora pelo recurso a instituições políticas 'de base' que se esperava desempenhassem a sua função recorrendo significativamente a incentivos de carácter político --- à 'mobilização política' --- para assegurar a colaboração dos trabalhadores. Dados os condicionalismos

80. Vê MACHEL, *Saxera Produzir ...*, op. cit., pg 16. Esta opção parte de um pressuposto errado: o de que é possível sustentar uma determinada conjuntura económica, produto de uma determinada estrutura económico-social, quando esta está em profunda rutura e os agentes económicos procuram redefinir o seu comportamento.

da época --- nomeadamente o entusiasmo pós-independência --- aquela e esta mantiveram-se sempre bastante altas durante toda a fase que estamos a analisar.

A solução adoptada mostrou-se, no entanto, bastante frágil nos seus efeitos. Isto está bem patente na continuação da queda dos níveis de produção. Esta, afinal, era inevitável na maioria dos casos devido, para além dos factores já apontados, à falta generalizada de capacidade de organização e de controlo da produção que caracterizava os trabalhadores moçambicanos e que era fruto da função que desempenhavam na divisão social do trabalho característica do capitalismo colonial e do correlato fraco nível de instrução geral e técnica --- a qual era um (quase) monopólio da comunidade portuguesa.

As insuficiências da gestão organizada pela maioria dos GD e a contínua degradação da situação económica e financeira de muitas das empresas levou a que, quer ao longo de 1975 quer de 1976, fosse aumentando gradual mas persistentemente o número de empresas em que o Estado se viu obrigado a intervir <sup>(61)</sup>. Esta crescente intervenção estatal materializou-se através da nomeação de comissões administrativas que procuraram assegurar a continuação da laboração, do emprego e do pagamento dos salários aos trabalhadores mesmo numa situação generalizada de queda da produção e da produtividade e de falta de meios (matérias primas, peças sobressalentes, capacidade técnica para proceder a reparações, etc.) para assegurar a ocupação da capacidade produtiva a um nível economicamente rentável <sup>(62)</sup>.

Dadas as circunstâncias em que se deu essa intervenção, é legítimo afirmar que no primeiro período após a tomada de posse do Governo de Transição --- período cujo limite superior é difícil de indicar mas que deve ser situado genericamente na segunda metade de 1976, algures em torno da época da aprovação do Programa de Emergência adoptado na sequência do encerramento da fronteira com a então Rodésia <sup>(63)</sup> --- o intervencionismo estatal na produção foi um fenómeno que foi mais imposto ao Aparelho de Estado pela situação

61. A primeira legislação sobre intervenção do Estado nas empresas foi publicada em Fevereiro de 1975.

62. Vd WUYTS, Marc A questão da subutilização da capacidade produtiva na economia moçambicana actual, CEA/OEN, polic, Maputo, 1980

económica global do que o resultado de uma atitude deste em obediência a ditames ideológicos ou de opção sobre a estratégia económica de desenvolvimento. Esta, de facto, ainda não estava perfeitamente definida naquela época e as únicas orientações genéricas que poderiam dar uma ideia do que havia a fazer --- em que se incluía o controlo estatal da produção --- era a ideologia marxista-leninista de que a Frente se reivindicava e as declarações de Mondlane antes da sua morte (64).

A constatação destes factos não deve, porém, fazer-nos eliminar liminarmente a hipótese de outros factores terem contribuído igualmente, embora num grau difícil de quantificar, para o aumento daquele intervencionismo: será o caso da apetência intrínseca do Aparelho de Estado (i.e., dos grupos sociais que nele se movimentam) em intervir na economia bem como do aumento da capacidade de intervenção desse mesmo Aparelho à medida que o tempo passava. Àquela apetência não será estranha quer a influência da tradição intervencionista herdada do tempo colonial, quer a apetência em alargar o seu controlo sobre o excedente económico (invocando normalmente a necessidade de melhor gerir a economia e de acelerar o ritmo de crescimento) quer, ainda, as primeiras manifestações de um intervencionismo inspirado ideologicamente no 'modelo soviético'.

Apontando para um sentido diferente do que agora fica escrito, foi possível coligir informações (65) de que nesta época pré-III Congresso que estamos a analisar terá havido até uma preocupação do grupo que intervinha de uma forma mais directa nas decisões tomadas ao mais alto nível no domínio económico em evitar um excessivo alargamento do âmbito de intervenção do Aparelho de Estado devido à consciência das dificuldades organizacionais deste. Este facto, que constitui sem dúvida um elemento importante para

63. Vd Programa de emergência, Setembro/1976. Nele se procuraram delinear pela primeira vez e de uma forma consistente os principais objectivos da acção do Estado na economia. Tratou-se da primeira manifestação exterior da crescente capacidade intervencionista do Estado na economia em obediência a um 'princípio de planeamento' que, ainda que o Programa não fosse, explicitamente, um plano (vd pg 3), se via instalando como alternativa ao 'princípio do mercado' que entrara em ruptura com o final do colonialismo.

64. Vd capítulo VI, pg 44, as suas declarações sobre o que deveria ser uma estratégia de desenvolvimento.

65. Informações orais colhidas junto de um ex-membro do staff da Comissão Nacional do Plano.

relativizar a importância efectiva da manifestação em Moçambique daquela "apetência intrínseca" não invalida, quanto a nós, que se reconheça a sua influência, ainda que difícil de quantificar. Essa influência parece-nos ser tanto mais provável quanto é certo que as características ideológicas presentes no caso moçambicano --- a dos intervencionismos colonial e marxista --- e a situação socialmente 'fluida' como a descrita são terrenos especialmente propícios à manifestação de tal tendência.

Este relativizar da importância deste elemento surge num quadro em que, como já salientámos, o aumento da intervenção estatal teve como causa imediata principalmente decisões de natureza política ditadas pela necessidade de assegurar a continuação da laboração das empresas ligadas ao comércio externo, do sector industrial e o controlo político das cidades através do assegurar do seu abastecimento nos mais diversos bens essenciais e do emprego de parte dos seus habitantes (66).

Não se pense, contudo, que esta crescente intervenção do Estado na economia foi apenas emanção dos factores referidos. Na realidade no mesmo sentido ia também o interesse dos próprios trabalhadores que, face à completa ruptura financeira da esmagadora maioria das empresas, viram na intervenção directa do Estado --- e, com, ele da banca pública --- a única fonte possível de financiamento da produção e, principalmente, dos seus salários.

No final de 1976 havia cerca de 300 empresas (67) intervencionadas pelo Estado ao abrigo da legislação publicada ainda no tempo do Governo de Transição quando, devido ao abandono das empresas pelos colonos portugueses, se tornou necessário proceder às primeiras intervenções.

66. Esta orientação foi-nos confirmada por fontes ligadas à definição e execução da política económica e é visível a partir da análise da evolução do processo de intervenção na economia; mesmo que a contraposto de alguns sectores ela teve de ser feita para assegurar a manutenção dos níveis de produção referidos.

67. Vd NAYLON, Joseph Moçambique: the revolution under fire, Ted Books, Londres, 1984, pg 48

## VII.2.3 - A evolução da situação no sector agrícola

À semelhança do que aconteceu nas zonas urbanas as zonas rurais também vão ser profundamente afectadas pelas transformações sociais, económicas e políticas que se sucederam à Independência.

Reagindo à nova situação criada com o quase completo desaparecimento das formas de pressão sobre a sua força de trabalho e a sua organização socio-económica, a sociedade rural vai dar sinais de um grande dinamismo social ao mesmo tempo que a crise económica a atinge também.

A quebra dos circuitos de comercialização determinada pela saída do país de muitos dos 'cantineiros' que a asseguravam e a concomitante quebra da disponibilidade de bens para compra --- bens esses a que as comunidades rurais se tinham habituado e que já lhes eram quase indispensáveis quer fossem de consumo quer de produção --- afectou profundamente a capacidade dos camponeses venderem a sua produção e adquirirem em troca os produtos de que necessitavam.

O resultado é uma queda significativa da produção comercializada pelos camponeses. Marc Wuyts avalia em cerca de 60% a quebra verificada entre 1973 e 1975 (68) mas dados mais recentes apontam para uma descida que, ainda que muito importante, terá sido menor que a que foi por ele sugerida. De facto, para aquele período, as taxas de variação da comercialização da castanha de cajú, do milho e do feijão --- três produtos que são comercializados quase só pelo sector familiar e que representam uma parte muito importante do produto por eles comercializado --- foram, respectivamente, de -18%, -21% e -25% (69).

68. Vd WUYTS, Marc Camponeses e economia rural em Moçambique, CEA/CEK, 1978, pg 29

69. Vd Direcção Nacional de Estatística Informação Económica, 1975-84, CNP/REP, Maputo, 1985, pg 84. A discrepância entre estes números será devida fundamentalmente ao facto de se referirem a universos diferentes mas, de tão grande que é, sugere a velha questão da fiabilidade das estatísticas em países do Terceiro Mundo, especialmente quando se refere à produção do sector familiar, nomeadamente à produção que é autocosumida. A este propósito veja-se, por exemplo, as discrepâncias que em relação a esta última existe entre as estimativas oficiais moçambicanas (22 milhões de cortos) e as estimativas de uma missão do Banco Mundial (14 milhões de cortos). Vd WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington-DC, Maio/1988, pg 27.

Esta descida do nível de comercialização de produtos agrícolas, além de resultado da decomposição dos circuitos de comercialização, traduz também dois outros fenómenos interligados: por um lado, uma adaptação àquele facto através de um maior autoconsumo de bens até então comercializados --- Wuyts avalia em 12 % o aumento da produção utilizada para subsistência (70); por outro, esta queda corresponde a uma atitude deliberada por parte dos camponeses de abandonarem ou de reduzirem significativamente a produção de culturas exclusivamente de rendimento como era, por exemplo, o caso do algodão --- o qual viu a sua produção baixar cerca de 65% entre 1974 e 1976.

Este facto traduz, para além de uma adaptação dos camponeses a uma situação de quebra dos circuitos de escoamento da sua produção e de abastecimento nos bens de que necessitavam, um novo comportamento social de adaptação à redução da pressão que o colonialismo exercia sobre a força de trabalho e a produção camponesa. A partir de então e face a tal redução, o principal incentivo para os camponeses comercializarem a sua produção era a disponibilidade no mercado de produtos para troca pela sua produção e/ou a mobilização política. Ora esta última é quase sempre de curta duração pelo que o factor essencial é aquela disponibilidade de bens de consumo --- o que, não sendo o caso em Moçambique naquela época, se traduziu na tendência à queda da comercialização de produtos pelos camponeses e/ou a redução da produção de produtos para comercialização e/ou pela tendência a aumentar a sua orientação para o mercado paralelo (71), onde os produtos por eles requeridos estavam disponíveis ainda que em volumes limitados e a preços muito superiores aos do mercado oficial.

Simultaneamente com esta quebra do produto comercializado, mas sem que os seus determinantes se confundam, dá-se uma descida muito importante das produções comercializadas pelos agricultores colonos (-54%) e uma quebra menos nítida (-16%) na produção comercializada pelas plantações que foi, assim, o subsector de organização da produção agrária de natureza capitalista menos afectado pelas transformações ocorridas entretanto.

70. Vd WUYTS, N. Camponeses..., op. cit., pg 29

71. O 'mercado negro', também conhecido por 'candonga'.

Dado que a produção comercializada corresponde nestes dois últimos casos à maioria (senão à totalidade) das respectivas produções, esta evolução corresponde a uma quebra importante da produção total daqueles sectores levando a uma quebra de -13% no total da produção agrícola no período 1973/75. Embora não haja dados para a produção agrícola total em 1976, a informação disponível sobre a produção comercializada deixa antever que se tenha dado uma nova queda da produção global do sector agrícola (72).

Ora, dada a importância do factor trabalho nesta produção, é possível deduzir que também nas zonas rurais o problema do desemprego passou a ser importante ao longo da campanha agrícola 1974/75. Daí uma maior disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho mineiro na RAS que, devido a uma maior procura de mineiros de Moçambique (115 mil contra uma média anterior de cerca de 75 mil), veio a aumentar significativamente contribuindo para diminuir o impacto sobre as comunidades rurais do sul do país da queda do emprego quer no campo quer na cidade de Maputo.

Em paralelo com estas transformações do nível da produção e do emprego assistiu-se a um duplo movimento que, com diferentes graus de intensidade, afectou muitas regiões do país: as tentativas de abandono dos 'aldeamentos' e de ocupação de terras abandonadas por colonos.

Sé em relação aos sectores não-agrícolas as suas características específicas e a inexperiência da FRELIMO nestes domínios contribuíram para uma política por parte do novo poder que o colocou em parte a reboque da situação que se lhe deparou, em relação ao sector agrícola não foi assim.

A FRELIMO vai invocar a sua 'experiência das zonas libertadas' e os seus princípios ideológicos que privilegiam a organização social colectiva para justificar a atitude de luta activa contra a movimentação social espontânea que surgiu no campo.

A luta contra o desmantelamento dos 'aldeamentos' (73) e pela extensão a todo o país do habitat concentrado é fundamentada na necessidade de

72. Vd DNE/CNP Informação estatística, 1975/84, [Maputo], 1985, quadro 8.1.

73. Vd, por exemplo, CEA/UBN A situação nas antigas..., op. cit., pp 19.

"aglomerar em povoações as populações dispersas o que [permitirá] uma assistência mais eficiente por parte do governo a fim de solucionar problemas de saúde, educação, abastecimento de água e luz, comunicações e outras que possam beneficiar as nossas populações." (74)

Assim, uma forma de organização das populações que tinha surgido exclusivamente devido à guerra era, apesar desta ter terminado e de ser de uma natureza completamente diferente do habitat tradicional, promovida a peça fundamental da estratégia de desenvolvimento rural. Esta última começava assim, através desta orientação, a desenhar-se. As influências do processo tanzaniano eram evidentes.

Paralelamente entende-se que o trabalho colectivo, princípio ideológico chave nas concepções da FRELIMO, deve ser

"incentivado e assegurado em todos os níveis pela criação de cooperativas. A cooperativa é uma das melhores formas de defender os interesses do povo contra a exploração." (75) [sublinhado meu -AS]

A cooperativa surge, pois, como o vector estrutural fundamental da organização colectiva da produção agrícola o que está de acordo com os princípios ideológicos da FRELIMO defendidos antes da Independência. Porém, a crescente importância do desemprego no campo e as suas repercussões na capacidade de reprodução de vastas camadas do campesinato e no fluxo do campo para a cidade que a nova situação intensificara vai levar à que se encare como um dos instrumentos a utilizar no combate a esse desemprego a

74. Vd "Plenário Nacional de Mocimboa", op. cit., pg 325. Os objectivos deste Plenário, presidido por Joaquim Chissato enquanto Primeiro-Ministro do Governo de Transição, eram os de proceder à "reorganização das estruturas, à implantação do Poder Popular Democrático dentro da disciplina da FRELIMO" (pg 282/3)

75. Vd Zbidem

"criação de cooperativas e [de] granjas estatais devidamente apoiadas por parques de máquinas associadas à técnica, etc." (76)  
[sublinhados meus - AS]

Esta orientação, que neste momento surge ainda apenas como uma recomendação ao Governo de Transição e não como uma decisão deste, surge no preciso momento em que, em Fevereiro de 1975, surgiu o instrumento legal que permitia a constituição de comissões administrativas para gerirem as empresas industriais e de serviços abandonadas pelos colonos.

Assim, ela surge como a extensão natural às zonas rurais da filosofia subjacente àquela legislação: a dificuldade em, de um momento para o outro, deixar as tarefas de organização do processo produtivo ao cuidado dos produtores directos até então mantidos afastados pelo capitalismo colonial do conhecimento e controlo do processo global de produção do sector mais moderno da economia levava a uma resposta que via no crescimento da intervenção do Estado no controlo da produção a forma de manter em funcionamento o referido aparelho produtivo.

A feição de solução fundamentalmente conjuntural --- ou, pelo menos, não entendida como um vector importante da solução estrutural --- que as 'granjas estatais' têm neste período resulta evidente, mais uma vez, do facto de não só não serem sequer referidas no Primeiro Seminário Nacional de Agricultura realizado em Marrupa (Niassa) em Maio/Junho de 1975 (i.e., cerca de três meses depois do Plenário de Mocuba e já com a participação de Samora machel) como também de não ser conhecida qualquer medida que, naquela época, as tivesse promovido de facto.

Neste Seminário privilegiou-se, mais uma vez, a organização autónoma dos camponeses pretendendo-se que eles se organizassem em formas de produção que se caracterizavam como sendo "um regime colectivo e popular": ajuda mútua, cooperativas e 'sociedades comunais' (77) --- sendo esta a primeira vez em que estas últimas, as futuras 'aldeias comunais', são referidas como instrumento de desenvolvimento rural.

76. Vê Ibiçex, pg 324

77. Vê PRELIM Primeiro Seminário Nacional de Agricultura - Comunicação final e conclusões, Marrupa, 29/5 a 4/6/75, pg 7

Neste quadro, a função da Frente era a de manter um alto nível de mobilização política para a produção colectiva por parte dos camponeses. Ao Estado, por outro lado, caberia a responsabilidade de assegurar todos os serviços complementares à produção no processo conjunto de circulação das mercadorias: comercialização, transporte e armazenamento (78). A sua intervenção directa na produção era elemento menor na estratégia.

Esta orientação é reforçada ao mais alto nível quando a 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO reunida em Fevereiro de 1976 aprova a 'Resolução sobre Aldeias Comunais' fazendo delas a base do desenvolvimento rural nas suas perspectivas política, económica e social (79).

Resultado desta orientação é o facto de até ao início de 1976 não se ter verificado uma intervenção significativa do Estado na produção agrícola através, nomeadamente, do controlo das machambas que os colonos iam abandonando. Pelo contrário,

"a primeira medida tomada pelo Partido para o aproveitamento racional das machambas abandonadas pelos estrangeiros foi a entrega desses terrenos às populações organizadas colectivamente (pré-cooperativas)." (80)

Esta política de privilegiar a organização colectiva da produção e limitar o acesso individual à terra vai entrar em conflito com os interesses de um vasto grupo de camponeses que procuravam aproveitar o abandono das terras pelos colonos para alargarem a sua base produtiva.

Esta movimentação vai ser interpretada pela FRELIMO como a tentativa de afirmação social de uma camada de "camponeses ricos" (81). Estes, na opinião das estruturas daquela,

78. Vd *Ibidem*, pgs 11 e segs

79. Vd 'Resolução sobre Aldeias Comunais' in Documentos da 8ª Sessão do Comité Central da Frelimo, Maputo, 1976

80. Vd Relatório da Unidade de Produção do Baixo Limpopo por ocasião da I Reunião Nacional do Sector Estatal Agrário, Fevº/79, polic. pg 5

81. Vd *Ibidem*

"viam [naquelas] medidas a derrocada dos seus sonhos e [manobraram] junto das populações para que estas exigissem a distribuição individual das terras.

[Esta] é a razão porque na campanha 1975/76 muitas machambas ficaram incultas e o Partido e o Governo (...) somaram diariamente muitas dezenas de questões ligadas com as machambas." (82)

Temos, pois, que é no quadro de uma luta contra aqueles "camponeses ricos", contra uma "pequena burguesia nacional" rural em formação (83), que deve ser entendida a orientação da FRELIMO de que as machambas abandonadas e as terras não ocupadas não devem ser repartidas e entregues à exploração individual mas sim exploradas colectivamente (84).

A recusa da entrega das terras para exploração individual atingiu, inclusivé, os descendentes dos antigos ocupantes das terras que tinham sido delas expulsos durante o período colonial, medida esta que afectou particularmente as estruturas do poder tradicional mas que não deixou de afectar igualmente muitos outros camponeses que viam nessa recuperação de terras, algumas delas da melhor qualidade, uma forma de consolidarem a sua base económica.

Esta preocupação em lutar contra a constituição de uma burguesia rural, contra um processo de eventual 'kulakização' do campo, entronca em preocupação semelhante no tempo da luta político-ideológica que se desenvolveu no seio da FRELIMO a partir de 1966 mas também nas concepções marxistas que eram a base da sua ideologia.

Aquela luta irá converter-se num dos 'leitmotiv' para toda a actuação da Frente no domínio da política de desenvolvimento rural: a de evitar aquilo que se considerava ser o aparecimento de um grupo de 'camponeses

82. Vd *Ibídem*. Vd também, no mesmo sentido, o Relatório do Complexo Agro-Industrial do Limpopo, 23 (CAIL) por ocasião da III Reunião do Conselho Agrário Nacional reunido ex 5-10/6/1979.

83. Vd Direcção Provincial de Agricultura de Gaza Organização das empresas estatais no ex-colonato do Limpopo, p.10, 16/3/76

84. Vd FRELIMO Primeiro Seminário Nacional de Agricultura, op. cit., p. 5. Vd também Direcção Provincial de Agricultura de Gaza organização das empresas ..., op. cit.

ricos' tornou-se quase numa verdadeira obsessão da acção da FRELIMO levando à eliminação de qualquer apoio ao desenvolvimento de uma base produtiva individual de todos os camponeses.

Este posicionamento, que além da cobertura teórica que lhe é dada pelas posições de um número significativo de autores marxistas tem paralelo na política agrícola prosseguida na URSS (85), traduz a influência que já naquela época se fazia sentir, mesmo que apenas de uma forma inconsciente, de uma visão dualista sobre a organização das comunidades rurais: a de que os camponeses, quer enquanto produtores individuais quer enquanto consumidores, eram (quase) autosuficientes, dispensando por isso qualquer apoio, conseguindo sobreviver num ambiente de crise da economia monetária. Assim, a principal tarefa a desempenhar pelas estruturas do poder em relação a eles acabava por ser a de os mobilizar (politicamente) para as formas colectivas de produção tendo em atenção que estas, segundo se pressupunha, tinham um nível de produtividade superior à da produção camponesa devido à possibilidade que se lhes abria de utilizarem meios técnicos melhores do que a enxada e a catana, predominantes na agricultura camponesa.

A agravar a situação económica e social vivida no campo em 1975, a campanha agrícola de 1975/76 vai caracterizar-se por uma intensificação da retirada dos colonos, agora com a agravante de tal ocorrer em plena campanha agrícola e por isso afectar ainda mais a produção.

Por outro lado, a luta que se desenvolveu então no campo entre uma parte do campesinato e o novo poder quanto ao controlo das terras abandonadas é responsável pela não utilização para produção de muitas delas (86). Os camponeses exerciam assim uma represália e pressão sobre a FRELIMO de modo a tentar obrigá-la a rever a sua posição.

85. Vé os capítulos I e II, respectivamente.

86. Vé os relatórios do CAEL às reuniões do sector agrário referenciadas atrás

A curto prazo é o poder instituído quem vai ganhar a 'batalha': as terras não foram distribuídas pela população e vão servir de base material à constituição das explorações estatais agrícolas e das cooperativas e pré-cooperativas de produção reunindo várias famílias de camponeses. Porém, não era possível então dizer quem é que, no longo prazo, iria ganhar a 'guerra'.

A continuação da crise de produção na agricultura que derivou destes factos levou a que a intervenção do Estado na produção agrária se intensificasse durante esta campanha através da constituição de empresas estatais agrárias, nomeadamente a partir de Fevereiro/Março de 1976 (87). O principal objectivo era o de assegurar as colheitas de muitas terras abandonadas a meio da campanha agrícola pelos colonos procurando reduzir o impacto que esta saída teria na queda da produção e no conseqüente abastecimento interno, nomeadamente das cidades (88).

Ela, no entanto, prosseguiu e em 1976 os níveis de comercialização de produtos agrícolas apresentaram os índices mais baixos até aí conhecidos e as perspectivas de evolução não eram as mais favoráveis.

#### VII.2.4 -- *As linhas tendenciais da reestruturação social em 1975-1976*

Este processo da crescente intervenção estatal na economia deve ser visto no quadro da reorganização da formação social moçambicana. Aspecto fundamental dessa reorganização foi o (quase) completo desaparecimento da burguesia colonial em resultado da saída da comunidade branca e que produziu um vazio na estrutura de classes da formação social moçambicana que continuava a ser dominada pelo modo de produção capitalista. Nestas condições estava

87. Vd Ministério da Agricultura I Reunião do Conselho Agrário Nacional -- Sumário das discussões e Conclusões, Setembro de 1976, polic, pg 10

88. A alternativa, recorde-se, seria um aumento significativo das importações alimentares o que exerceria uma grande pressão sobre as disponibilidades sobre o exterior que se pretendiam utilizar principalmente para assegurar os primeiros passos da reestruturação económica do país.

aberta a luta pela sucessão nas funções de orientação global da evolução social que até então tinham sido desempenhadas pela burguesia (agora) estrangeira.

Dada a ideologia do novo poder, em que o papel do Estado era muito enfatizado, o exercício efectivo de tais funções teria de passar pelo Aparelho de Estado.

Dá-se aqui, pelo menos no curto prazo, uma convergência de interesses no que diz respeito à ênfase crescente no papel deste Aparelho: por um lado, os grupos sociais que giravam em torno dele procuraram, ainda que com as reticências colocadas atrás (89), ocupá-lo a fim de se colocarem numa posição que lhes permitisse reproduzirem-se enquanto grupo social autónomo ---designadamente através de uma política de alargamento do emprego garantido directa ou indirectamente pelo Estado quer no sector administrativo quer no sector produtivo; por outro, os trabalhadores, ao empurrarem-no para a esfera da produção através da reivindicação da intervenção estatal no assegurar da sobrevivência (financeira) das empresas procuravam, acima de tudo, diminuir a sua parte dos custos a suportar pelas mudanças ocorridas.

Esta convergência de interesses e particularmente o aumento da importância do Aparelho de Estado deve ser vista contra o pano de fundo das características da própria FRELIMO naquela época: por um lado, a de um movimento sem experiência das lutas sociais urbanas (90) e, por outro, a de uma estrutura organizativa dispondo de um número reduzidíssimo de membros em condições de assegurarem o essencial da condução dos negócios públicos.

Este facto obrigou-a a abrir o seu campo de recrutamento de novos militantes e de colaboradores a grupos sociais com os quais até então quase não tivera relações e que se tinham formado, no essencial, à sombra do poder colonial. Estavam neste caso, por exemplo, os que haviam servido o Aparelho de Estado colonial e um grupo importante de estudantes universitários ou de recém licenciados, na sua maioria de origem europeia.

89. Vd nomeadamente as referências ao aspecto ainda fluido dos grupos sociais.

90. Noten-se as inúmeras manifestações de repúdio pela forma de viver citadino e tocando muitas vezes a reia de um moralismo bacoca constantes dos discursos do Presidente Samora Machel ao longo, nomeadamente, da sua viagem de Kovuna ao Naputo que precedeu a declaração oficial de independência em 25 de Junho de 1975.

Este último grupo, onde eram importantes as influências ideológicas do marxismo de matriz estalinista veiculado, nomeadamente, pelas suas ligações (nalguns casos anteriores à independência) com o Partido Comunista Português, virá a desempenhar um papel fundamental na orientação da acção da Frente no domínio económico (91).

As transformações verificadas no domínio macro-social não tiveram correspondência na alteração das relações sociais de produção ao nível da empresa.

Caracterizadas no período colonial por uma total falta de controlo dos meios de produção e do processo produtivo por parte dos produtores directos, por um lado, e por uma disciplina de trabalho imposta com recurso a meios político-administrativos importantes, por outro, a independência trouxe consigo uma redução significativa da pressão que tal disciplina impunha.

Uma ideologia oficial que defendia o poder popular e a organização autónoma dos trabalhadores, por um lado, e a movimentação inicial visando o controlo de muitas empresas abandonadas por parte dos GD, por outro, pareciam apontar no sentido de uma alteração significativa também ao nível do controlo dos meios de produção e do processo produtivo.

Porém, a natureza capitalista deste último e das relações de produção que a caracterizavam (92), o aproveitamento de alguns Grupos Dinamizadores como instrumento de afirmação dos interesses de um grupo social em ascensão (93), a falta de experiência de uma *praxis* social de sentido autogestionário, a fraqueza do grau de organização e de consciencialização político-ideológica da classe operária e o seu baixo nível de instrução técnico-organizativa vão constituir fortes condicionantes à assumpção, por esta, do controlo dos meios de produção e do processo produtivo ao nível da empresa (94).

91. Sobre este aspecto vê-se o que se diz no ponto VII.3 infra.

92. Tal natureza derivava, nomeadamente, da organização técnica do trabalho, à qual não tinha ainda sofrido qualquer mudança em relação ao recém terminado período colonial.

93. Vé MACHRI, *Senora Produzir* ..., op. cit.

Apesar disto verificam-se passos importantes no sentido de assegurar esse controlo: a existência de GD e a realização frequente de reuniões de operários são alguns deles.

Porém, para que estes embríões do controlo do processo social pelos produtores directos se tornassem em verdadeiros instrumentos deste, era necessário que tivessem tempo para ganharem raízes suficientes que os tornasse irreversíveis. Isto exigia, tal como exige sempre que se procure levar a cabo a transição para o socialismo, quer uma orientação inequívoca nesse sentido dos grupos dirigentes do processo (95) --- o que pressupõe um grau elevado de 'suicídio de classe' por parte desse grupo, facto que não pode ser, de forma alguma, considerado como assegurado --- quer uma evolução da luta de classes no curto/médio prazo --- nomeadamente o comportamento dos grupos sociais que giram em torno do Aparelho de Estado --- que a permita. Ora a verdade é que aquela consolidação não se verificou devido não só à não verificação daqueles pressupostos mas também devido à fragilidade dos grupos sociais de produtores directos.

Esta fragilidade é posta à prova quando, com a nomeação das primeiras comissões administrativas para as empresas, começam a surgir conflitos entre os trabalhadores e os seus órgãos representativos, por um lado, e muitas dessas comissões (96).

Esses conflitos foram manifestações de uma luta de classes que dava os seus primeiros passos entre os trabalhadores --- que tentavam impôr uma nova disciplina do trabalho e um grau importante de participação directa no controlo do processo produtivo --- e um grupo social que, utilizando o Aparelho de Estado como instrumento principal do seu poder, começava a surgir e a tentar impôr uma visão produtivista da organização social. O sublinhado

94. Sobre este aspecto vd, nomeadamente, a síntese que F.-W. REINER faz do texto de SCHROER, Herbert Preline und Industriearbeiter in postkolonialen Konflikten: Sur Politik der mosambikanischen Befreiungskfront seit ihrer Machtübernahme, Saarbrücken, Verlag Breitenbach, 1983 em REINER, F.-W. 'Obras em língua alemã sobre a África de expressão oficial portuguesa: a «colheita» dos primeiros anos oitenta' in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 2, Jun-Dez, 1984, pp 192-194.

95. É isto, por exemplo, que faz EGGERO chamar a atenção para a importância do comportamento da liderança no desenvolvimento do processo social, Vd EGGERO, B. op. cit., pp 42-43.

96. Vd SKETCHLEY, P. Problems in the Transformation of social relations in [...] Mozambique, dact., Maputo, 1981, pp 6/7

quer aqui exprimir exactamente a noção de que não estamos perante um grupo já perfeitamente definido, mais ou menos organizado, mas sim perante um grupo que dá os primeiros passos na sua constituição enquanto tal.

Consciente do perigo que representava para a transformação social que pretendia impôr à sociedade, a direcção superior do Partido e do Estado procurou, por diversas formas, contrariar esta tendência. Instrumentos privilegiados desta acção foram a luta contra a africanização do Aparelho de Estado com base na côr da pele, as acções como a "ofensiva política e organizacional generalizada na frente da produção" (lançada em Fevereiro de 1976) (97) em que se visava pôr a descoberto insuficiências e incapacidades de organização da produção e do sistema social no seu conjunto e a relativa frequência da transferência de quadros de umas estruturas para outras a fim de impedir a consolidação de interesses adquiridos. Note-se, no entanto, que esta mobilidade não nos parece ser instrumento suficiente para evitar a consolidação de tais interesses já que não impede o desenvolvimento de um interesse genérico de grupo na consolidação e ampliação da presença do Aparelho de Estado quer no sector administrativo quer no da produção.

*VII.2.5 -- A ruptura dos mecanismos coloniais de reprodução;  
a aceleração do processo de intervenção estatal na produção*

A continuação da queda da produção e do emprego ao longo de 1975 e 1976 demonstrou a limitada capacidade para as fazer estancar por parte de um modelo de intervenção na estruturação social que, com largas responsabilidades na situação económico-social existente, não tinha conseguido substituir os instrumentos de regulação social pré-existentes que ajudara a destruir sem cuidar dos efeitos que tal opção acarretaria ao disfuncionamento e incapacidade de regulação da sociedade e, em particular, da economia.

97. Aquilo que era uma nítida manifestação da influência das teses marxistas sobre a necessidade de, através de sucessivas "revoluções culturais", pôr sistematicamente a causa os interesses da 'burguesia de Estado'.

De facto, a ênfase na mobilização dos produtores directos para a organização colectiva da produção com recurso a incentivos essencialmente de natureza política mostrou-se, apesar de ter conseguido levar à constituição de alguns milhares de machambas exploradas colectivamente e de ter conseguido manter em funcionamento muitas empresas não-agrícolas, incapaz de produzir efeitos relevantes na inversão da tendência à estabilização da produção em níveis muito abaixo da capacidade produtiva instalada. A continuação desta tendência surgia, no ano de 1976, como uma grave ameaça à estabilidade, a prazo, do novo poder político apesar de o grau de assentimento demonstrado pelas populações em relação à acção da FRELIMO continuar a ser ainda bastante elevado.

Exemplo da crise económica que se instalara, os três principais produtos de exportação em 1973 --- o algodão-fibra, a amêndoa de cajú e o açúcar --- que representavam em conjunto cerca de 50% das exportações de Moçambique, tinham sofrido uma queda de produção que oscilou entre os 23% para o açúcar e os 57% para o algodão. Este facto reflectia-se na capacidade de exportação: as receitas da exportação dos três produtos tiveram uma queda de 1/3 entre 1973 e 1975, menos que o previsível a partir da queda em volume (menos 2/3) graças ao quase triplicar do preço do açúcar no mercado internacional que fez o preço por tonelada deste produto exportada por Moçambique subir dos 3,1 contos em 1973 para os 9,9 e os 11,3 contos nos anos seguintes. Se as receitas fossem avaliadas aos preços de 1973, a queda dos volumes de exportação traduzir-se-ia numa redução em 52% daquelas receitas. A diminuição das receitas que se verificou era suficiente para financiar metade das importações de equipamento ocorridas em 1975 (98).

Por outro lado, a queda da comercialização agrária afectava significativamente as populações urbanas, dependentes das produções comercializadas pelos camponeses. Ora estes haviam reduzido em mais de 20% a comercialização do milho e do arroz (99), elementos importantes da alimentação das cidades.

98. Vd Informação Estatística, 1975-84, op. cit.

99. Vd CHP/DNE Informação ..., 1975-84, op. cit., pg 84.

Simultaneamente a esta evolução da produção deram-se em 1976 dois factos novos que alteraram completamente o quadro externo em que até aí se movia a economia moçambicana. O primeiro ocorreu em Março de 1976 quando a RPM, invocando a recomendação da ONU para estabelecer sanções contra o regime de maioria branca de Ian Smith, decidiu encerrar a sua fronteira com a então Rodésia. Este facto implicou, devido ao corte do trânsito ferroviário e da utilização dos portos de Moçambique por aquela ex-colónia inglesa, a perda de uma importante fonte de divisas para Moçambique que até à independência do Zimbabué, em 1980, se terá cifrado em mais de 16 milhões de contos moçambicanos --- sensivelmente o suficiente para pagar todas as importações de mercadorias do ano de 1978 <sup>(100)</sup>.

O segundo facto foi a descida significativa que então se deu no número de mineiros moçambicanos trabalhando na África do Sul. Depois de durante o período 1971-73 este número rondar, em média, os cerca de 73-75 mil e de ter subido até aos cerca de 115 mil em 1975 --- contribuindo para absorver parte do desemprego no sul de Moçambique ---, em Junho de 1976 o número de mineiros tinha descido para cerca de 79 mil, menos 1/3 do que no ano anterior e sensivelmente igual à média de 1971-73. A quebra continuou até ao fim do ano, ocasião em que só havia cerca de 44 mil mineiros moçambicanos na RAS --- cerca de 1/3 dos existentes um ano antes <sup>(101)</sup>.

Este fenómeno repercutiu-se muito desfavoravelmente na situação económica de Moçambique quer ao nível macroeconómico quer ao nível das unidades de produção familiar das zonas rurais, em especial do sul do país.

Na verdade, uma tão grande diminuição do número de mineiros acarretou uma descida importantíssima do montante das transferências que se faziam para Moçambique ao abrigo dos acordos existentes desde o tempo colonial apesar de se ter verificado um aumento do nível salarial na RAS. Dado, porém, o des-

100. Vd Informação Estatística, 1975-84, op. cit., pg 96

101. Vd FIRST, Push Black Gold, op. cit., pg 33. Estes cortes na contratação de mineiros moçambicanos foram feitos no quadro da reestruturação tecnológica das minas nas tiveram também uma importante quota parte de acção deliberada contra a economia moçambicana no quadro do confronto entre os dois vizinhos do sul da África.

fasamento temporal entre o início dos contratos e a transferência de rendimentos, estes efeitos, já previsíveis em 1976, só se sentiram em 1977. Neste ano, depois de terem sido de 19,1, 33,2 e 40,5 milhões de rands em 1974, 1975 e 1976 (102) respectivamente, as transferências desceram para os 26,7 milhões de rands --- representando uma quebra de 34% entre 1976 e 1977 (103). Em 1978 voltaram a descer para 24,1 milhões de rands, menos 40% que em 1976, o ano em que elas foram maiores. Dava-se assim, de uma forma anunciada, uma redução significativa das disponibilidades sobre o exterior que não deixaria de ter fortes consequências sobre a situação económica do país.

A título de comparação diga-se que o valor da quebra registada entre 1976 e 1977, cerca de 518 mil contos moçambicanos (104), corresponde a cerca de metade do valor das importações alimentares de 1977 e sensivelmente ao valor conjunto das exportações de açúcar e de algodão (dois dos principais produtos de exportação de Moçambique) naquele ano.

Mas se esta era a situação previsível para um futuro próximo a verdade é que a realidade daquela época era mais favorável. De facto, as reservas do país em ouro e divisas seriam, no início de 1977 --- i.e., na época da realização do III Congresso (105) --- graças em grande parte às receitas provenientes da África do Sul ao abrigo dos acordos já referidos (106),

102. As taxas anuais de variação foram as seguintes: 1973-74 = +75%; 1974-75 = + 73% e 1975-76 = +22%. A taxa média anual de câmbio do Rand face ao escudo português nos anos respectivos os valores para aqueles anos correspondiam a cerca de 1,4 milhões de contos (1976) e 1,1 milhões de contos (1977).

103. Sobre a problemática das receitas moçambicanas obtidas ao abrigo do acordo existente com a RAS desde o período colonial ver o quadro junto e que deve ser visto como um prolongamento de análise desta problemática levada a cabo por LEITE, Joana Pereira in "La reproduction du réseau impérial portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d'or Mozambique/Portugal", pontos 3.2.3 de Idem, La formation économique coloniale au Mozambique, Thèse de Doctorat, EHESS, Paris, 1989, pgs 699 e seguintes (incluindo anexo estatístico). Agradece-se à autora a disponibilização da maioria dos dados utilizados nos cálculos por nós efectuados para o período posterior à independência de Moçambique e que constam de mapa próprio do Anexo Estatístico.

104. A taxa de câmbio utilizada nos cálculos foi a de 31/12/1977: 37,53 Escudos moçambicanos/Rand.

105. Como salientaremos adiante é muito provável que esta desafiada situação financeira externa tenha contribuído para criar a ideia de que 'o sonho era possível', i.e., que era possível lançar uma estratégia de rápido crescimento económico com um acento técnico importante no crescimento das forças produtivas industriais e/ou fortemente mecanizadas, como era o caso da agricultura mecanizada e extensiva.

106. Foi possível saber junto de um antigo alto funcionário do Banco de Moçambique que Moçambique terá recebido no período que inclui os anos de 1974, 1975 e 1976 cerca de 92,8 milhões de rands equivalentes, à taxa de câmbio oficial do ouro na época (OS

de cerca de 12,5 milhões de contos correspondentes a cerca de 4,5 milhões em divisas e à avaliação, a preços do mercado livre de Lisboa (câmbio médio de 1977), de 35 toneladas de ouro. Este valor representava uma taxa de cobertura das importações de 1977 por estas reservas de cerca de 115% (107), correspondentes a cerca de 13,8 meses de importações (108).

Note-se que daquele valor já está deduzido o correspondente ao das importações do primeiro semestre de 1977 as quais, por exigência dos fornecedores, já se encontravam pagas (109). Isto torna aquele valor ainda mais significativo fazendo aquelas reservas assegurarem, só por si e *grossa modo*, as importações que se fizessem até meados do terceiro trimestre de 1978. Isto correspondia a uma situação financeira extremamente confortável e que garantia uma margem de manobra significativa à política macroeconómica, nomeadamente a relativa às relações económicas externas.

Além daquele tipo de implicações, uma tão importante queda do volume de mineiros na RAS trouxe consigo um agravamento da situação ao nível do emprego que se reflectiu em todo o Sul de Moçambique e que levou ao engrossar do grupo dos desempregados nas cidades e ao aumento da pressão no sentido de serem criados postos de trabalho alternativos no campo. Estes destinaram-se iam quer a absorver a mão de obra agora disponível quer a evitar que esta fosse engrossar o volume de desempregados nas cidades.

Por outro lado, ao nível das unidades familiares, o desaparecimento de uma tão importante fonte de recursos monetários representava a ameaça de quebra da capacidade delas assegurarem a sua própria reprodução já que esta estava parcialmente dependente daquela ao nível do abastecimento em

-----  
\$42,22/onça), a cerca de 90 toneladas de ouro.

107. A título de comparação, note-se que para Portugal ela era então de cerca de 32%. Este valor significa que as reservas de Portugal lhe permitiam assegurar o financiamento das suas importações durante cerca de 4 meses. Ver Relatórios do Banco de Portugal para as gerências de 1976 e 1977.

108. Segundo os World Development Report, nos países de baixo rendimento da África Sub-Sahariana as reservas brutas internacionais em meses de importação eram 2,2, 1,9 e 2,2 em 1981, 1984 e 1985 respectivamente.

109. Informação colhida pela SR2 Profª Joana Pereira Leite junto de um antigo alto funcionário do Banco de Moçambique e que esta gentilmente me transmitiu, a que se agradece.

bens de produção e ao nível do abastecimento em bens que, apesar de alguns deles se poderem designar como principalmente 'de conforto', tinham já entrado nos hábitos de consumo das populações rurais.

Temos, pois, que quer ao nível macroeconómico quer ao nível das unidades de produção --- fossem elas do sector moderno fossem do sector familiar 'tradicional' --- neste ano de 1976 continuaram ou entraram em ruptura os mecanismos de acumulação que Moçambique tinha herdado do período colonial sem que se antevisses quais os mecanismos alternativos de acumulação com que, principalmente no curto-médio prazo, o novo poder contava assegurar o desenvolvimento do país.

Tudo se passou de uma forma que permite concluir que em relação à política de acumulação neste primeiro ano de independência se terá simultaneamente subvalorizado substancialmente a importância da articulação com a RAS e com a Rodésia ao mesmo tempo que se terá sobrevalorizado capacidade de aceder futuramente a recursos externos provenientes do 'bloco de Leste'. Paralelamente parece ter-se sobrevalorizado também a capacidade de renovação das disponibilidades líquidas sobre o exterior que existiam e que era posta em causa nomeadamente pela subvalorização referida e, concomitantemente, a duração daqueles recursos. Subvalorização terá existido igualmente quanto à dependência de uma parte muito significativa do campesinato em relação ao circuito monetarizado da economia.

Foi o jogo conjunto destas subavaliações e sobreavaliações em conjunto com uma interpretação da realidade geopolítica da região sul da África que via o país como encurralado entre dois 'bastiões brancos' que tudo fariam para destruir o novo poder instituído que levou Moçambique a tomar uma atitude frontalmente hostil em relação à Rodésia e, através desta atitude (embora mais por palavras do que por actos), em relação à África do Sul. Ora a situação geoestratégica da região e as capacidades relativas dos vários intervenientes aconselhavam uma atitude menos conflitual com a RAS que permitisse assegurar melhor uma transformação gradual dos mecanismos de acumulação herdados do período colonial.

A importante quebra verificada nos mecanismos propiciadores de recursos potencialmente acumuláveis com origem no exterior --- e que tinham constituído até então a fonte mais importante desses recursos --- tornava a reprodução da formação social moçambicana muito mais dependente da sua capacidade para gerar internamente os recursos necessários e/ou de procurar noutras fontes externas tais recursos --- sobretudo se se visava não a reprodução simples da economia mas sim um ritmo apreciável do seu desenvolvimento, incluindo a transformação das suas estruturas produtivas e sociais.

Face à dificuldade que já se começava a sentir em ter acesso a estas últimas na dimensão requerida pelo processo, a nova situação criada tornava ainda mais urgente a tarefa de sustentar a queda da produção e, invertendo a tendência, assegurar o rápido crescimento desta. Ora, face à evolução conjuntural que se vinha dando tornava-se evidente que o modelo de intervenção que até então tinha enquadrado a acção do Estado e do Partido não permitia alcançar aquela rápida subida da produção.

Isto levou à elaboração de um Programa de Emergência (Setembro de 1976) (110) destinado a fazer frente à situação. Mais importante, porém, que as medidas concretas nele previstas é, no entanto, o próprio facto de ele ter sido elaborado. Na verdade foi nessa ocasião que pela primeira vez o aparelho de Estado se debruçou mais cuidadosamente e de uma forma sistemática no estudo da realidade macroeconómica nacional e teve de, ainda que embrionariamente, formular um programa minimamente articulado de intervenção na economia e que incluía a definição dos objectivos a atingir e dos instrumentos a utilizar.

Isto significou a introdução, pela primeira vez e de facto, do 'princípio da planificação' na intervenção estatal na economia.

Entretanto e a fim de melhor poder responder às novas tarefas do Estado no domínio da agricultura, procedeu-se a uma reformulação das estruturas do Ministério da Agricultura em Abril de 1976. A forma que ela assumiu é um bom exemplo da ênfase na produção colectiva em machambas estatais que vinha tomando cada vez mais um lugar predominante na orientação da política agrícola.

-----  
110. Vd Plano de Emergência, op. cit.

De facto, a principal inovação introduzida foi a criação de uma Direcção Nacional para a Organização da Produção Colectiva (DINOPROC) com dois sectores: um tinha sob sua responsabilidade as machambas estatais e o outro era o responsável pelo acompanhamento da produção cooperativa. Muito significativamente, ao primeiro foram afectados catorze especialistas agrícolas e economistas enquanto que ao segundo foram afectados apenas três especialistas, todos eles da área da organização política e da preparação de material de propaganda (111).

Isto ilustra bem, para além da ênfase referida, o entendimento que se vinha instalando sobre o que deveria ser o vector fundamental do trabalho junto dos camponeses: mais do que de apoios materiais --- que não se justificariam face ao entendimento dualista que se vinha simultaneamente instalando sobre a forma de organização da produção camponesa e das suas articulações com a economia monetária (112) --- os camponeses precisavam era de serem mobilizados (politicamente) para a produção colectiva (113).

É neste quadro de crescente intervenção estatal na economia de uma forma mais directa (empresas estatais) ou menos directa (sistema de planeamento), que surge em Outubro de 1976 um discurso de Samora Machel integrado na 'primeira campanha da Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente da Produção' (114) que havia sido lançada em Fevereiro de 1976 na VII Sessão do C.C. da FRELIMO.

Tal campanha transformou o aumento da produção na tarefa prioritária e o aumento da produtividade no "termómetro da consciência política" dos trabalhadores para realizar o progresso e o desenvolvimento económico (115). Esta íntima ligação entre aumento da produção e da produ-

111. Vd DOLBY, Helena The challenge of agriculture, op. cit., pg 225.

112. Vd atrás, pág. 37.

113. Vd SAKI, J. The content, op. cit., pg 117.

114. Vd MACHEL, Samora Produzir é um acto de militância, op. cit.

115. Vd *Ibidem*, pg 8/9

tividade com o desenvolvimento económico, quase reduzindo este àquelas, traduz já a influência das concepções (produtivistas) do mero crescimento económico como meta fundamental a prosseguir.

A análise da situação que aí é feita manifesta nítida estranheza pelo facto de então, numa época em que "o Poder pertence à aliança operário-camponesa [e em que, portanto,] produzir é um acto de militância" (116), se continuar a assistir a uma queda significativa da produção e da produtividade. Uma tal constatação corresponde a assumir como pressuposto uma determinada natureza de classe do poder o qual seria, por definição e no caso moçambicano, um poder ao serviço das classes trabalhadoras. Falha-se assim a questão central de qualquer análise de uma formação social: a da natureza de classe do Poder e as suas relações com as classes sociais e as relações entre estas.

Por outro lado, ao explicar "males" como a queda da produção, a indisciplina, as reivindicações, o racismo e a ambição (117) pelo "facto de ainda não termos assumido verdadeiramente a consciência da nossa classe" (118) está-se a tornar patente um erro de avaliação que a Frente tinha cometido em relação àquele grau de consciência de classe dos trabalhadores e, concomitantemente, quanto ao grau em que as próprias classes sociais estavam consolidadas.

Não compreendendo estes factos as soluções apresentadas para ultrapassar a situação só parcialmente poderiam responder-lhe fazendo, inclusivamente, parte do próprio problema ao constituírem elementos importantes da intervenção nessa luta entre interesses sociais diferentes e, em vários sentidos, conflituais.

116. Vd Ibidem, pg 8. Sublinhado meu, AS.

117. Trata-se de subtítulos do texto em análise.

118. Vd Ibidem, pg 27.

Assim, à falta de consciência de classe que se proclamava como caracterizando a generalidade da população havia que responder, segundo o poder instituído, com o aumento da organização dos trabalhadores enquadrando-os em organizações de massas. Por exemplo, à falta de organização na produção havia que responder com a

"planificação, a programação das tarefas, a definição de metas a atingir e o estabelecimento de prazos a cumprir na realização das tarefas." (119)

Isto significava, por sua vez, que se tornava necessário

"em cada empresa, (...) definir o objectivo semanal, o objectivo mensal, semestral." (120)

Tudo isto só seria possível com um elevado grau de disciplina imposta, se necessário, com o recurso

"medidas administrativas, diremos: violentas e coercivas. Primeiro há as multas, há as suspensões, há toda uma série de medidas administrativas. (...) [Aos renitentes] vamos puni-los, castigá-los e expulsá-los das nossas fábricas, vamos instalá-los em centros de reeducação." (121)

Resultado lógico desta interpretação da realidade e dos objectivos propostos foi o aumento significativo da intervenção do aparelho burocrático na estruturação da formação social em transformação pelo que, quaisquer que fossem as intenções do discurso e das medidas adoptadas, a verdade é que elas constituíram uma contribuição significativa para o arsenal dos instrumentos à disposição deste.

---

119. Vd Ibidem, pg 28

120. Vd Ibidem, pg 29

121. Vd Ibidem, pg 31

Este é o momento em que ao nível do discurso do Poder é mais evidente uma mudança da ênfase na organização autónoma dos trabalhadores para a ênfase numa maior intervenção estatal na organização da produção através do desenvolvimento de um sistema de planeamento relativamente rígido, com a consequente fixação de metas também elas rígidas.

Uma tal mudança de ênfase não corresponde, no entanto, a um salto brusco e sem raízes no passado: o 'comandismo de cima para baixo' já detectado atrás e o combate às tentativas de ocupação de terras aí estão para o demonstrar. Por outro lado, ela não tem, necessariamente, que arrastar consigo o completo desaparecimento da preocupação em desenvolver uma organização autónoma dos produtores directos. De facto, como em qualquer outro processo histórico, a evolução real da formação social moçambicana não é um processo unilinear: ela é, antes, o fruto de uma articulação complexa entre várias linhas de evolução cujo resultado final é, em última análise, o produto, também ele complexo, da luta dos vários grupos sociais pela defesa dos seus interesses.

Assim, para compreender esta mudança de ênfase é necessário relembrar que, apesar de até então se ter dado uma importante ênfase à autonomia dos trabalhadores na sua organização, se vinha constituindo lentamente, desde o início de 1975 e ao abrigo do processo de intervenção nas empresas, um grupo social com características próprias e que lhe davam uma certa especificidade no seio da formação social moçambicana.

Trata-se do grupo daqueles que, beneficiando geralmente de uma instrução superior à média, se viram rapidamente envolvidos no grupo social que girava em torno do 'complexo político-burocrático', o qual estava em fase de constituição e no qual incluímos, para além dos membros do Aparelho de Estado com funções que lhes davam algum poder, a camada dos que nas empresas por ele intervencionadas asseguravam a sua gestão e os que controlavam, nos mais diversos escalões, as Forças Armadas.

Este grupo, muito diversificado na sua composição e na disponibilidade para cometerem o 'suicídio de classe' de que falava Amílcar Cabral, ocupou as funções sociais até então desempenhadas por uma parte da comunidade de colonos. Tais funções continuavam a ser as características do capitalismo.

Por isso, quer tenham lutado para, na defesa dos seus interesses, ocupar tais funções e constituírem-se gradualmente numa classe social autónoma quer estivessem imbuidos de um espírito de 'suicídio de classe' em prol das classes mais exploradas (122), a verdade é que ao ocuparem aquelas funções foram-nas assumindo gradualmente naquilo que elas, devido à sua natureza intrínseca, encerravam em si de mais fundamental: o controlo da evolução social, sempre invocadamente a favor dos mas quase sempre apesar dos e por vezes mesmo contra os trabalhadores directos.

Temos, pois, que a crescente ênfase na intervenção estatal na produção tem a sua origem nos interesses de um grupo social em progressiva constituição como classe autónoma --- não só em si mas também para si --- no quadro da formação social moçambicana. Ora estes grupos sociais têm tendência a gerar e/ou adoptar ideologias e formas de intervenção na realidade por elas inspiradas que permitam fundamentar *a posteriori* a sua actuação. Foi isso que, a coberto das pretensas necessidades 'objectivas' do desenvolvimento entendido cada vez mais de acordo com o 'modelo estalinista' dos países comumente designados como socialistas, em particular a URSS, , aconteceu também nessa época em Moçambique ao assumirem-se formas de organização da produção copiadas de outros processos históricos ao institucionalizarem-se tais formas a partir do III Congresso.

Não sendo crível que ele tenha sido o ponto de partida das concepções então adoptadas, parece-nos evidente que o embrião destas tinha surgido no período imediatamente anterior, i.e., ao longo de 1976 e, principalmente, durante a segunda metade desse ano.

O lento afirmar destas posições --- em que não estiveram ausentes nem o peso da herança da prática colonial de utilização do Aparelho de Estado nem o da influência da procura de uma simples 'modernização' do sistema produtivo (123) --- não se fez, no entanto, sem alguma luta no seio do próprio

122. Espírito esse que terá estado, eventualmente, presente ex *mitos* dos intervenientes quando individualmente considerados.

123. No sentido aqui adiantado em último lugar vejam-se as concepções defendidas por Herbert SCHROER e sintetizadas em WEINER, F.-W. "Obras em língua alemã...", *op. cit.*, pp 192-194. Citeamos WEINER: "O conjunto das suas pesquisas (...) parecem-lhe justificar a hipótese de que Moçambique estaria a encenar-se [então] para um cenário onde a FRELIMO, assumindo o papel de elite

Aparelho de Estado e da FRELIMO entre várias concepções alternativas do que deveriam ser as características principais da sociedade a construir e dos primeiros passos para a concretizar. Um pouco à semelhança do que acontecera na URSS e noutros processos de procura da transição para o socialismo, seria possível identificar nesta época, em Moçambique, duas grandes linhas de orientação, uma delas mais próxima do 'modelo soviético' e outra do 'modelo chinês' (124).

VII.3 - O debate sobre a estratégia de desenvolvimento:  
primeiras opções, transformações sociais  
e luta de classes

As condições em que se desenvolveu a luta armada de libertação nacional levaram a que quando a FRELIMO atingiu o poder a sua experiência teórica e prática no domínio económico fosse reduzida. Reconhecer este facto não significa, porém, que não existiam quaisquer opções neste domínio; elas, de facto, já existiam mas não estavam explicitadas.

De facto, o quadro em que até então se tinha desenvolvido a sua actuação era o de pequenas comunidades com elevado grau de autosuficiência a um muito baixo nível de necessidades e hábitos de consumo e sem quaisquer articulações significativas com o espaço exterior --- regional, nacional ou internacional.

-----  
modernizadora», se encontraria, em aliança objectiva com uma classe burocrática de Estado, a exercer uma dominação sobre as classes «camponesas» e operária [...].»

124. Devido ao ambiente algo fechado e hermético que caracterizava a organização interna da Frente e toda a estrutura político-administrativa superior por ela instalada, é difícil documentar o que se segue. Entrevistas com vários participantes no confronto de ideias que então se estabeleceram permitem-nos, no entanto, formular as afirmações aqui constantes e as que se seguem e que constituem interpretação do desenrolar do processo social naquela época.

A ascensão ao poder trouxe consigo uma mudança radical no quadro de operação a que ela estava habituada. Estava-se a partir de então face à necessidade de gerir um espaço económico-social muito mais vasto e muito mais complexo nas suas articulações internas e externas.

Bastante desarmada de uma prática e de um enquadramento conceptual próprio para a intervenção em espaços económicos tão vastos e complexos como são os espaços nacional e internacional e carecendo de recursos humanos (em quantidade e em qualidade) qualificados para tais tarefas, a FRELIMO não podia oferecer às estruturas encarregues da intervenção no domínio económico senão um quadro de referência limitado para as ajudar a delinear uma estratégia para o efeito.

Única mas importante excepção era o quadro ideológico genérico que se tinha tornado central na FRELIMO após o II Congresso, em 1968, e algumas declarações, muito gerais, de Eduardo Mondlane. Este quadro apontava para a construção de uma "sociedade nova", "sem exploração do homem pelo homem", em que os "planos de extracção mineral e criação de indústria pesada", ainda que "lentos ao princípio", "[terão] precedência" sobre o "[desenvolvimento] da agricultura e a [criação de] numerosas pequenas indústrias transformadoras" (125). Todos estes elementos faziam antever uma sociedade que se aproximava, em várias dimensões, do "socialismo real" que caracterizava a Europa de Leste mais do que do caracterizador do modelo maoísta.

Face à falta de um referencial mais concreto que fosse fruto da experiência passada da Frente e tendo em consideração o papel de líderes do movimento socialista mundial e o apoio dado por aqueles dois países à luta da FRELIMO pela independência, o referencial de muitas das opções tomadas foi constituído basicamente pelas experiências históricas da URSS e da China, nomeadamente pelas características que as unem.

Destas últimas há que salientar a existência de um amplo sector industrial estatizado, o envolvimento da maioria da população rural em formas colectivas de produção, a procura de um certo 'de-linkage' face à economia capitalista mundial com concomitante transferência das relações externas do

125. Vd MONDLANE, Eduardo op. cit., pg 251.

domínio privilegiado dos países capitalistas para o do 'sistema socialista mundial', a progressiva substituição dos mecanismos de mercado pela planificação da economia, etc. Característica essencial do modelo soviético mais que do modelo chinês, deste referencial fazia ainda parte a presença de um vasto sector estatizado de produção agrícola. Instrumento político essencial da orientação da formação social moçambicana neste sentido era a constituição do Partido Único de natureza leninista, reivindicando a posição de vanguarda na luta pela transformação social.

Porém, face às diversas combinações possíveis entre estes elementos, o processo histórico concreto de cada país em determinado período é o resultado quer da luta entre os grupos sociais em presença na defesa dos seus interesses quer de factores como a(s) linha(s) ideológica(s) por que se optou e o contexto internacional. Este último têm mesmo, nos tempos modernos, em que é grande a interdependência entre os países e são muito importantes os interesses geoestratégicos em jogo, um papel fundamental e, por vezes, decisivo (126). É, no entanto, ao nível daquela luta entre os diversos grupos sociais que se deve procurar parte das explicações para a configuração de um processo histórico concreto quanto mais não seja porque esses são os elementos que, estando mais sob o controlo dos agentes sociais internos, devem adaptar-se ao contexto externo o qual, no caso dos países que tentam a transição para o socialismo, é por regra hostil --- e não apenas indiferente ou 'neutro'.

O processo real e a estratégia de transformação que ele traduz resultam, pois, da articulação de múltiplos factores onde cabe normalmente um papel central às estratégias adoptadas pelos vários grupos sociais em presença e que eles vão tentar impôr aos demais.

No entanto, nem todos os grupos sociais estão, em determinado período, em condições de influenciarem a evolução de uma formação social, nomeadamente devido às diferentes condições em que se encontram quanto ao acesso às fontes do poder e do seu exercício.

-----  
126. Este papel tem sido, mesmo, muito mais decisivo do que uma análise superficial permite constatar. Basta recordarmos que todos os casos em que se procurou construir uma sociedade socialista foram objecto de uma forte reacção por parte do sistema capitalista mundial. Tal reacção incluiu não só a violência física --- que o digam a própria experiência soviética e, mais recentemente, Moçambique e a Nicarágua --- quer outras formas de reacção como sejam o boicote económico e/ou tecnológico.

Tem, por isso, especial relevância determinar a(s) estratégia(s) subjacente(s) à actuação daquele grupo social que se apresenta à partida em melhores condições para e que mais activamente procura exercer o poder de determinar a evolução social. Paralelamente, importa verificar quais as transformações dessa estratégia que as demais condições que influenciam a evolução social --- principalmente a actuação dos demais grupos sociais e os factores externos --- obrigam a introduzir nessa(s) estratégia(s).

Ora, um elemento fundamental do período em análise foi o progressivo aumento quantitativo e de importância relativa de um grupo social já relativamente privilegiado no período colonial devido, nomeadamente, ao nível de instrução atingido e/ou ao lugar que ocupava no processo social, nomeadamente nos aparelhos produtivo e de Estado. Note-se que esta crescente importância relativa adveio-lhe das funções sociais que passou a desempenhar no processo produtivo ou no complexo político-burocrático após a saída da maioria dos colonos.

O próprio Samora Machel se referiu à importância deste grupo social na análise de classes a que procedeu no final de 1976:

"Dizemos que [presentemente] as classes exploradoras em Moçambique apresentam-se sobre [sic] duas formas. A primeira forma: vestígios de classes feudais, com pouca força económica e política, sobretudo após a abolição do regulado, mas ainda com uma força ideológica e cultural importante nas zonas rurais. (...) Em segundo lugar, a burguesia que se manifesta sob duas faces: burguesia colonial em vias de extinção devido ao abandono do país pelos seus representantes; burguesia interna, muito fraca do ponto de vista económico mas com uma forte presença no Aparelho de Estado e nas empresas (...). A sua presença [aí], a sua dominação cultural e ideológica e a sua aliança com o imperialismo de que é representante interna, tornam esta classe muito perigosa." (127) [sublinhados meus - AS]

Para além da importância de que se reveste por revelar a análise que o dirigente máximo da Frente fazia sobre parte das classes sociais então existentes em Moçambique, esta transcrição levanta, em associação com o que se estava a passar no domínio da lenta configuração de uma estratégia económica e política tal como identificada atrás, uma questão essencial: é que apesar do

127. Vd Tempo, nº 325, 26/12/1976, pg 54.

reconhecimento da 'perigosidade' da "burguesia interna" e do seu grande domínio sobre o Aparelho de Estado, a estratégia que estava em progressiva implementação tendia a reforçar o papel daquele mesmo Aparelho. Ora, em tais condições não é de admirar que o resultado fosse o reforço do papel dessa mesma burguesia. Parece, pois, que não se retiraram as devidas consequências daquela análise e/ou se sobreavaliou a capacidade de a Frente e/ou os outros grupos sociais, particularmente os dos produtores directos, controlarem aquela "burguesia interna". Isto para além da subavaliação que quanto a nós constitui a interpretação de Machel sobre a real força do grupo que ele identifica como sendo constituído apenas por "vestígios de classes feudais" (128).

Note-se que em relação ao papel do Aparelho de Estado e dos grupos sociais que lhe andam associados, Moçambique conheceu uma evolução que não se distinguiu significativamente da que se verificou em outros países africanos quando atingiram a independência (129). Isto torna-se ainda mais nítido naqueles casos em que o poder instituído, pela sua base ideológica, adopta uma política em que privilegia a intervenção estatal na economia. Países como a Tanzânia --- após a adopção da estratégia de socialismo 'ujamaa' em 1967 --- que se reivindicam da transição para o socialismo são parte do exemplo (130).

Por isso, sendo o Aparelho de Estado e não o controlo individual dos meios de produção o principal instrumento de controlo social ideológica e politicamente aceite, os grupos sociais que aspiravam a aumentar o seu poder de determinação da evolução social tiveram de adoptar uma prática social con-

128. Vd a este respeito quanto se disse no Capítulo V sobre a história colonial, nomeadamente sobre a situação nos anos finais do período colonial.

129. Vd quanto se disse em relação a este tema no Capítulo IV. Duas obras recentes são especialmente importantes para a análise do tema do Estado em África: TERRAY, Emmanuel (dir) L'État contemporain en Afrique, L'Harmattan, Paris, 1987 e BÉYART, Jean-François L'État en Afrique, Fayard, Paris, 1969.

130. Sobre o processo económico-social da Tanzânia vidé, entre outros, SHIVJI, Isha Class struggles in Tanzania, Heineman, Londres, 1976; RAIKES, Phillip State and agriculture in Tanzania, polic, CDA Project Paper A.70.1, CDR, Copenhaga, 1978; HYDEN, Goran Beyond Ujamaa in Tanzania, Heineman, Londres, 1980; PRETHOLD, Michaela von Ujamaa villages in Tanzania, Heineman, Londres, 1979; e também CLIFFE, L. e SAUL, J. (eds) Socialism in Tanzania, 2 vols, East African Publishing House, Dar es Salaam, 1973.

forme com os princípios ideológicos mais valorizados. Este foi outro motivo que contribuiu para uma crescente apetência pela utilização daquele Aparelho como instrumento do controlo social.

Para aumentar ainda mais a sua importância no controlo social e, com ela, agravar a apetência pela sua utilização como instrumento da luta de classes, estava o facto de ele surgir nas condições de crise social generalizada que então se vivia, como o elemento (apesar da instabilidade geral) mais estável da regulação social então existente.

Por conjugação de todas estas razões este grupo social estava dependente do efectivo alargamento da intervenção do Estado na economia para assegurar a sua reprodução social. Por isso e para isso ele vai adoptar uma ideologia e uma estratégia de transformação social que lho permita fazer. Num quadro político-ideológico no seio do socialismo marxista caracterizado principalmente pela oposição entre os modelos 'soviético' e 'chinês' de transição para o socialismo, é em relação a estes dois modelos que se vão referenciar muitas das opções tomadas.

Tendo como pontos de referência estratégias diferentes, é possível identificar duas formulações obedecendo a configurações diversas do modelo de transição para o socialismo --- e que tinham subjacente diferentes caracterizações deste enquanto forma de organização social.

Uma, influenciada principalmente pelo 'modelo chinês' e encontrando um suporte muito forte na ideologia e na 'praxis' da FRELIMO durante a luta armada e, em parte, do seu discurso pós-independência, sublinha principalmente os aspectos da organização da produção colectiva sob a forma cooperativa ou similar: campos colectivos, ré-cooperativas, juda mútua (131). Paralelamente assume a defesa das Aldeias Comuns como forma fundamental de organização político-social e administrativa das populações rurais.

Incentivada de início pela conotação com a 'experiência das zonas libertadas' ou, melhor, com uma certa 'imagem' dessa experiência que a Frente alimentou, esta formulação vai, no entanto, perder influência ao longo do ano de 1976. Isto deve-se, por um lado, ao facto de aos sucessos obtidos no

131. Vd FRELIMO Primeiro Seminário Nacional de Agricultura -- Comunicado final e recomendações, Marrupa, 29/ a 4/6/1975, pg 7

domínio político e social --- com passos importantes para a institucionalização do Poder Popular como foram a constituição dos Grupos Dinamizadores e das reuniões alargadas das populações e da implementação da produção colectiva através do aparecimento de milhares e milhares de campos colectivos de cultura --- não terem correspondido ganhos significativos no controlo de uma situação económica que continuava a degradar-se sob pressão das transformações estruturais.

Por outro lado, esta estratégia dava ao grupo social em crescente desenvolvimento e que se ia concentrando em torno do Aparelho de Estado um poder de determinação social e uma base de reprodução muito menores que a estratégia que surgia como alternativa, a que se inspirava no "modelo soviético". Não admira, pois, que esta última viesse a impôr-se progressivamente como verdadeira alternativa a uma estratégia cuja eficácia no controlo da situação económica era questionável num momento em que factores externos --- encerramento da fronteira com a Rodésia e forte redução da emigração para a África do sul --- exerciam pressões maiores para a melhoria do seu controlo.

Foi, aliás, a necessidade de fazer frente às inevitáveis consequências do encerramento das fronteiras com a Rodésia que levou à primeira tentativa de obter um conhecimento mais profundo da estrutura económica herdada do período colonial e transformada pelas alterações pós-Independência. Esta tentativa materializou-se no Programa de Emergência (132).

Sob pressão das necessidades conjunturais, sob a influência dos interesses ligados à sua própria reprodução social e poder de determinação da evolução da formação social e, de alguma forma, impulsionados pelo êxito relativo que foi a demonstração da sua capacidade de elaboração do Plano, a maioria dos membros do grupo social em progressiva constituição e transformação de grupo em si em grupo para si, foi adoptando na prática a estratégia de desenvolvimento económico-social que melhor satisfazia os seus interesses de médio/longo prazo: a que seguia mais de perto o 'modelo soviético'.

132. Vd a referência que se lhe faz na pg 30. Dessevidado a partir de finais de 1976, foi esta a primeira vez que se procurou introduzir um elemento de substituição parcial dos mecanismos de mercado --- que se encontravam em crise --- por um 'princípio do planeamento' que se inspirava fortemente nos princípios de planeamento das economias socialistas.

Esta veio a consubstanciar-se na estratégia que foi definida no III Congresso da FRELIMO (Fev<sup>o</sup>/77), mas viu as suas linhas fundamentais demarcadas ao longo do ano de 1976 tendo culminado com os trabalhos preparatórios do Congresso. Estes constituíram um dos poucos momentos em que houve algum debate, de qualquer forma sempre pouco intenso, sobre as orientações a prosseguir. Este debate, limitado às estruturas do poder central, marcou um momento decisivo do confronto entre as duas concepções de estratégia de desenvolvimento económico-social e de transição para o socialismo. De facto, as "pluricotomias" da estratégia mantiveram-se mas as teses económicas aprovadas no III Congresso são muito mais o produto da linha de inspiração "soviética" do que o da de inspiração "chinesa".

Manifestação e acelerador da intensa luta social que se estabeleceu entre os membros das correntes ideológicas que então se defrontaram e da crescente influência das teses de inspiração soviética, foi o peso crescente que no Aparelho de Estado, principalmente no que mais directamente controlava o sector económico, foi ganhando um grupo de membros do Partido com relações ideológicas mais intensas com a URSS e a RDA e com representantes de certas forças políticas portuguesas. Muitos desses novos quadros da Frente eram jovens finalistas da universidade ou de formação universitária recente, com uma relação com ela iniciada apenas após a Independência e tinham origem na 'pequena burguesia' de raiz metropolitana que acabava de sair do país deixando atrás de si (parte dos) bens e (alguns) filhos (133). Reconheça-se, no entanto, que os traços fundamentais da estratégia económica prosseguida neste período resultaram mais de opções que surgiam no quadro e no seguimento da evolução ideológica da Frelimo antes da independência devido às ligações privilegiadas da Frente com os países do 'socialismo real' do que da acção deste grupo; este não teve, pois, uma intervenção decisiva na sua formulação inicial e, principalmente, na sua adopção mas sim na sua aplicação e aprofundamento.

133. Está por fazer a história das intensas lutas sociais e ideológicas que se desenvolveram entre estes grupos e que resultou, em muitos casos, num abandono do país. Seria um interessante de psicologia social analisar o que movia estes jovens, normalmente na primeira metade dos seus vinte anos e numa posição que os colocou como virtuais verdadeiros governantes, na prática, de um país em nascimento.

Devido à história concreta da FRELIMO estas duas linhas ideológicas fundamentais vão-se repercutir de uma forma especial no seio das suas estruturas: se é verdade que a clivagem existente entre elas passou por entre as pessoas, levando à constituição de grupos, de tendências, mais ou menos estáveis e permanentes que se confrontavam, também é verdade que uma parte dessa clivagem se deu dentro das pessoas. Isto levou-as à adopção de um 'discurso' nem sempre concordante com uma 'praxis' muito mais influenciada directamente pelos interesses de classe que estavam em causa enquanto que aquele derivava fundamentalmente da ideologia da Frente no tempo da luta armada.

#### VII.4 - Resumo e Conclusões

No imediato pós-"25 de Abril de 1974" e, mais particularmente, depois da tomada de posse do Governo de Transição, deu-se em Moçambique um conjunto de transformações políticas e sociais. Como resultado das opções do novo poder e sob pressão dos vários grupos sociais africanos desencadeou-se então um processo de profunda reestruturação, a vários níveis, da formação social moçambicana tendo como resultado mais saliente na época e mais importante para o futuro do país (134) a saída maciça da comunidade originária da ex-metrópole colonial.

No domínio económico, o principal aspecto a salientar é o facto de os mecanismos de acumulação herdados do período colonial terem sido postos em causa pela acção das novas autoridades sem que tivesse havido uma substituição por novos mecanismos, nomeadamente por uma acumulação externa com origem nos países de 'socialismo real' como era esperança daquelas.

-----  
134. Com a excepção óbvia do acordo de Lusaka que assegurou a independência do país.

Fruto da saída dos colonos e da quase ruptura dos mecanismos de acumulação daí resultantes, desencadeou-se uma crise de produção de dimensão significativa em que desempenhou um papel muito importante a ruptura dos circuitos comerciais provocada por aquela saída.

No domínio político-social, há a salientar vários aspectos.

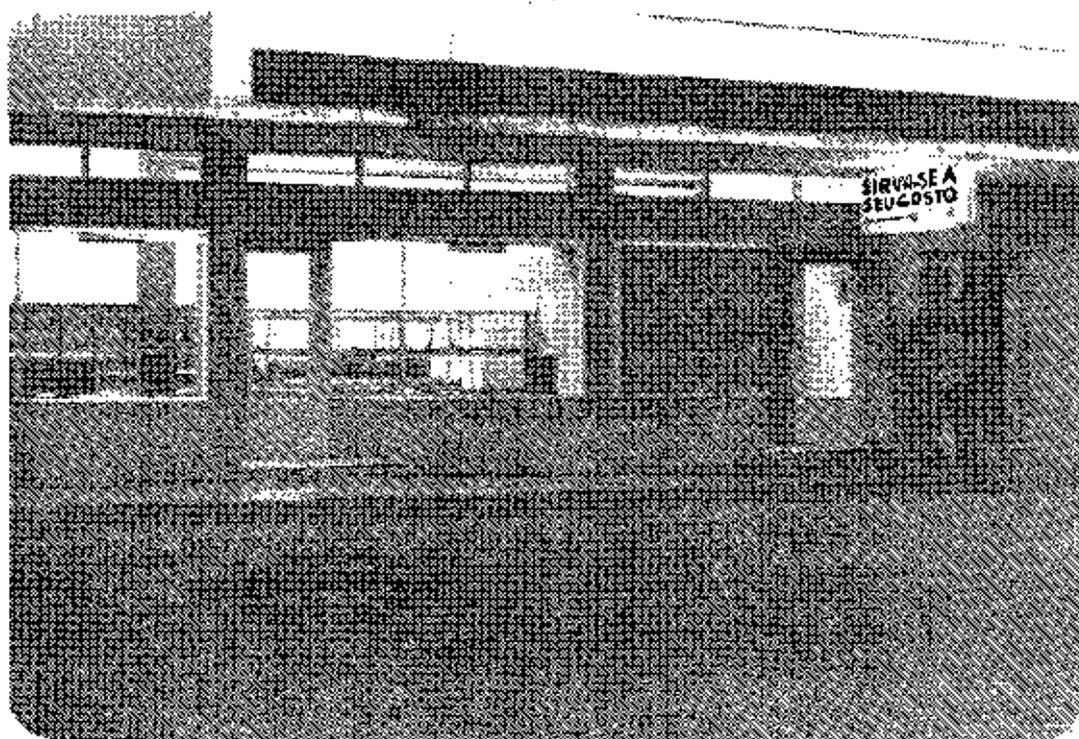
Por um lado, refira-se o grande dinamismo apresentado por todos os grupos sociais em presença quer na cidade quer nas zonas rurais.

Nestas últimas, por exemplo, são de salientar três grandes movimentos. Por um lado, a constituição de um sem número de explorações colectivas ditada principalmente por motivos de natureza política e que se vieram a mostrar, na maior parte dos casos, sem base suficiente para se manterem. Em segundo lugar, a tentativa das populações de abandonar os antigos aldeamentos construídos no tempo colonial com objectivos de defesa (135). Por fim, a tentativa de uma parte dos camponeses para se apropriarem de muitas das terras abandonadas pelos ex-colonos --- tentativa na maior parte dos casos gorada por a ela se terem oposto as novas autoridades com receio de serem constituída no campo uma burguesia rural que se opusesse aos seus desígnios de transformação das estruturas sociais e produtivas no sentido da colectivização da produção.

Este confronto deve ser visto no quadro de um outro aspecto que caracterizou este período anterior à realização do III Congresso da Frente: o de, num quadro social em que os grupos sociais em presença tinham ainda um 'aspecto inacabado' ao mesmo tempo que toda a estrutura social estava em mutação, se verificarem os primeiros passos no sentido de o grupo social que mais directamente se ligava ao Aparelho de Estado aproveitar essa ligação para se constituir, lentamente e num movimento que se veio a consolidar apenas durante o período seguinte, num grupo com autonomia própria e com um controlo privilegiado sobre a formação social moçambicana.

-----  
135. Se falamos aqui apenas em 'tentativa' é porque, na maioria dos casos, as novas autoridades, utilizando vários meios de pressão política e administrativa, conseguiram impedir que as populações abandonassem esses aldeamentos. Foi o que sucedeu em Cabo Delgado. Só aquela actuação justifica que, ao contrário do que sucedia na maioria das outras províncias do país, mais de 90% da população estivesse aí em Aldeias Comuns. Reconhece-se, no entanto, que apesar de tais pressões houve, nalguns locais, quem abandonasse, de facto, as Aldeias.

Do convite no letreiro,  
à palavra de ordem na parede  
e às prateleiras vazias na loja...





CAPITULO VIII - O ENTRE-CONGRESSOS: ASCENSAO E  
QUEDA DE UMA ESTRATEGIA

Depois de ter dado os seus primeiros passos principalmente durante o ano de 1976, foi no período entre os III e IV Congressos da FRELIMO --- que agora analisamos --- que se consolidou o poder nascente da 'burguesia' de Estado.

Esta, tomando como base o seu domínio sobre o 'complexo político-burocrático', exerceu o essencial do controlo do processo social moçambicano através da implementação de uma estratégia económica fortemente influenciada pelo modelo soviético de raiz estalinista e de uma estratégia política que, apesar de um 'discurso' de forte inspiração maoista que apontava num sentido contrário, esteve no essencial subordinada à prossecução daquela estratégia económica, impedindo o desenvolver de mecanismos de controlo social pela generalidade da população. O objectivo deste capítulo é o de estudar o processo de lenta consolidação desta estratégia (ponto VIII.1) --- as suas linhas fundamentais (ponto VIII.1.1) e as relativas à agricultura (ponto VIII.1.2) --- e aquele que surgiu como a sua manifestação mais evidente (1), quase a outrance, o Plano Prospectivo Indicativo (ponto VIII.2).

Hipótese que procuraremos demonstrar é a de que para além da procura da definição de uma base económica que lhe permitisse assegurar a sua reprodução (2) e o controlo sobre o processo social, parte da justificação para aquele comportamento por parte da 'burguesia' de Estado passa pela satis-

-----  
1. Se nos fosse permitido o evidente juízo de valor implícito na expressão citamos mesmo "a manifestação mais delirantemente evidente".

2. Incluída nesta a sua consolidação enquanto grupo social, sem alguma autonomia dado o facto de ela ser, no início deste período, ainda um grupo em constituição nos termos referidos no capítulo anterior.

fação das necessidades de centralização do poder resultante da adopção de uma lógica orientada principalmente para a constituição do Estado-Nação e a 'modernização' do país, entendida esta mais como mero crescimento das forças produtivas e do que como uma efectiva construção do socialismo (3). Isto ocorreu num ambiente económico-social caracterizado pelo aumento da importância relativa das fontes internas de acumulação devido à crise dos mecanismos coloniais mais ligados ao exterior e à não concretização da disponibilidade de recursos significativos com origem no bloco dos países de "socialismo real" como era pressuposto nas formulações sobre a estratégia económica a prosseguir.

A opção de apresentar neste capítulo principalmente quanto diz respeito à política prosseguida deixando para o capítulo seguinte a apresentação do fundamental das suas consequências sobre as comunidades rurais tem o risco de não permitir salientar devidamente as eventuais interrelações entre ambas, i.e., as modificações da política que tenham sido ditadas por aquelas consequências.

Este risco vai-se mostrar sem grande importância no caso moçambicano já que, como procuraremos demonstrar no capítulo seguinte, uma das características principais do processo em análise foi exactamente a quase total ausência --- pelo menos em relação aos traços fundamentais da estratégia e até ao IV Congresso --- de reflexos daquelas consequências nas orientações da política económica (e não só) prosseguida. Isto constitui uma manifestação

evidente de deficiente aplicação dos princípios da dialéctica marxista que se dizia seguir e cujas causas têm de ser procuradas quer na luta pela consolidação da "classe-Estado" que temos referido quer numa conjugação de elementos vários entre os quais salientamos a ignorância dos princípios do marxismo, a influência da ideologia estalinista e, *last but not least*, a predominância de um voluntarismo (4) que se traduziu na definição de orientações eminentemente fundamentadas em opções políticas e ideológicas e às quais se pretendia conformar a realidade.

A reunião do III Congresso da FRELIMO (3-7 de Fevereiro de 1977) vai dar-se num momento em que a formação social moçambicana se encontra em profunda reformulação das suas estruturas e em que os vários sectores sociais procuram reajustar o seu comportamento face à nova situação.

Sob o ponto de vista da política interna, a realidade fundamental a realçar é o prosseguimento do desenvolvimento de estruturas organizativas que no discurso do poder surgiam como especialmente vocacionadas para o aumento da participação popular na vida das comunidades de base (Grupos Dinamizadores, Células do Partido, Conselhos de Produção, etc.). No entanto, no esforço de criação destas estruturas está presente também, numa lógica que tem parte das suas raízes no modelo político estalinista e na influência do dirigismo do Estado colonial, a preocupação em encontrar mecanismos que servissem para o enquadramento e controlo das populações por parte dos órgãos superiores de decisão do Estado e do Partido. Esta evolução corresponde, afinal, ao progressivo aumento da capacidade de controlo da formação social por parte do Aparelho de Estado e da FRELIMO.

No domínio económico, a vertente a salientar é o desenvolvimento de uma profunda crise de todo o sistema económico e social traduzido particularmente numa crise quer da acumulação, quer da produção quer ainda da circulação/distribuição. Esta crise levou ao desemprego muitos milhares de trabalhadores assalariados --- principalmente nas cidades mas também no campo

1. 38ª, evidentemente, não era o entendimento da ideologia *ex rigore* que, tal como na matriz de que descendeia, tendia a estabelecer uma equivalência entre desenvolvimento das forças produtivas e construção do socialismo.

--- e ameaçou o emprego de muitos outros. Simultaneamente ela vai afectar o regular abastecimento das populações das cidades em bens alimentares e do campo na maior parte dos produtos de que ele carecia. Ao mesmo tempo põe em causa o abastecimento dos mais variados *inputs* à indústria e à agricultura.

Em resultado desta situação o aumento das importações alimentares --- da média de 1,2 milhões de contos no biénio 1976-1977 passou-se à média de 2,6 [+126%] no biénio 1978-1979 --- para fazer face a esta crise de abastecimento assume aspectos impressionantes:

"Para termos uma ideia da importância do consumo das nossas cidades diremos que as divisas gastas anualmente para alimentar as populações concentradas nas três maiores cidades do País --- Maputo, Beira e Nampula --- equivalem, respectivamente, a 10000 tractores, a 1200 camiões e a 1300 'jeeps'." (5)

Este aspecto vem juntar-se à quebra das receitas de exportação por quebra da produção das culturas a ela destinadas e à redução das receitas em invisíveis correntes resultantes do fecho da fronteira com a Rodésia e à diminuição dos fluxos migratórios para aquele país e para a RAS (6)..

Em resposta a esta crise económica multifacetada, a política económica vai erigir como objectivo fundamental a recuperação dos níveis de produção pré-independência. O intuito principal desta orientação era duplo: por um lado, tentar evitar uma crise social e política interna desenvolvida principalmente a partir das cidades e que pudesse pôr em causa o próprio regime e, por outro e simultaneamente, evitar situações de ruptura nas relações económicas externas que se repercutiriam internamente. Mas havia ainda uma outra intenção política nesta opção: o de mobilizar a população em

4. A autonomização do elemento voluntarismo não deve fazer esquecer que ele próprio é, em parte, um dos componentes da ideologia estalinista.

4. 4. A autonomização do elemento voluntarismo não deve fazer esquecer que ele próprio é, em parte, um dos componentes da ideologia estalinista.

5. Ver Relatório do Comité Político Permanente à IV Sessão do Comité Central do FRELIMO, Doc. Inf. nº 16, Série A, CEDIMO, (Maputo), 14/8/76. Note-se um certo 'tom' que parece transparecer quer da afirmação quer dos exemplos tomados para termo de comparação: o consumo [das grandes cidades] aparece aqui quase como um custo a que, mais ou menos infelizmente, não é possível fugir mas que tem efeitos negativos sobre o esforço de investimento em grandes meios mecânicos que, pela sua tecnologia, só são

torno de um objectivo fácilmente assimilado por todos e cuja realização efectiva permitiria demonstrar que o povo moçambicano era capaz de, por si só, assegurar o funcionamento do sistema económico.

Fundamental na prossecução desta política era o aproveitar ao máximo a estrutura produtiva herdada do período colonial fazendo aumentar rapidamente o grau de utilização da capacidade produtiva instalada.

Dado que existe uma relação estreita entre o nível e o padrão de produção de uma formação social e a sua estrutura social, esta opção encerrava em si o risco de com ela se contribuir para a continuação da reprodução da estrutura social colonial.

Ora, a situação caracterizava-se por uma profunda reestruturação da composição da formação social moçambicana e dos comportamentos dos vários grupos sociais. Tal reestruturação era impulsionada pelo fim do poder colonial e das várias formas de controlo social que lhe andaram associadas e por um novo poder que incentivava o desenvolvimento do "poder popular".

Neste domínio é de salientar o crescente papel que passaram a ter no seio da formação social grupos que, concentrando-se gradualmente em torno do Aparelho de Estado mercê da sua posição já de si privilegiada no período colonial, procuraram utilizá-lo como instrumento da sua progressiva constituição e consolidação como vector social autónomo, com interesses próprios, enfim, como uma "classe-Estado" perfeitamente diferenciada no seio da estrutura da sociedade.

Foram estes grupos que, não possuindo base económica própria e adaptando-se rapidamente aos ditames da ideologia do novo poder, estiveram por detrás de uma crescente ênfase no alargamento da actividade do Estado ao sector produtivo e numa visão produtivista, de mero crescimento das forças produtivas materiais (i.e., os equipamentos e a técnica neles incluída e por eles exigida em seu complemento), do desenvolvimento económico.

Quanto ao enquadramento externo da RPM na época há que recordar dois fenómenos essenciais. Por um lado, as relações conflituais em que Moçambique se envolveu no quadro da África Austral (7) sem que tivesse sido tomada

--- e só eram ... --- susceptíveis de utilização nas grandes ranchas estatais que, assim, viam destruídos os seus meios produtivos.

em devida consideração a função essencial que a região desempenhava na geração de recursos potencialmente acumuláveis quer ao nível da economia nacional quer ao nível do campesinato --- no Sul do País mas também no Centro (8).

Por outro lado, naquela época não se tinha verificado ainda qualquer manifestação sensível --- no domínio do comércio externo e da ajuda económica --- de que a RPM estivesse já ou pudesse vir a beneficiar do apoio significativo dos seus "aliados naturais" (9), os países socialistas, no processo de edificação material da nova sociedade.

### VIII.1 - Caracterização geral da estratégia

#### VIII.1.1 --- As linhas fundamentais

Com o seu III Congresso, o primeiro realizado após a Independência, a FRELIMO procurou clarificar as suas opções quanto ao modelo político a adoptar e a estratégia económica a prosseguir. A clarificação ideológica fundamental então adoptada foi a da opção pelo socialismo de raiz marxista como meta a prosseguir no domínio da organização social. Os contornos deste não eram, no entanto, precisados.

Ora, para que a transição para o socialismo assim definido fosse possível, entendia-se que era essencial a criação de um Partido de inspiração marxista-leninista que a dinamizasse e que orientasse o processo de transformação social materializando, ao nível político, a aliança operário-camponesa que havia que assegurar no domínio social (10). Daí a transformação da FRELIMO em Partido.

6. Vé United Nations/General Assembly report of the Economic and Social Council: Assistance to Mozambique, doc 34/377 de 16/8/1979, pp 7

7. Com a Rodésia de maioria branca e com a República da África do Sul.

8. Neste mesmo sentido da subavaliação pelas autoridades de Moçambique sobre a capacidade de duração do regime de Ian Smith e dos custos para o país do boicote à Rodésia vé EGFRG, Bertil Mozambique -- a dream undone: the political economy of democracy, 1975-1984, STAS, Uppsala, 1987, pp 74.

Por outro lado, havia que, uma vez controlado o primeiro embate da crise económica associada ao final do período colonial, formular uma estratégia económica a seguir no processo de construção do socialismo.

Manifestando uma grande continuidade face à orientação principal a dar à estratégia de desenvolvimento proclamada logo na data da tomada de posse do Governo de Transição (11), o III Congresso da FRELIMO reafirmou que

"Tomando a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e a edificação da indústria pesada como factor decisivo, rompemos [sic] definitivamente com a miséria, com a dependência e construiremos uma economia avançada, ao serviço do Povo." (12)

Esta estratégia é encarada como enformadora de um desenvolvimento económico-social que deve ter por objectivo fundamental

"a edificação da base material, técnica e científica para a passagem ao Socialismo." (13)

Ao definir desta forma o objectivo fundamental do desenvolvimento económico e social está-se, ainda que se reconheça a necessidade de transformação das relações sociais de produção (14), a enfatizar, pelo menos numa primeira fase, o crescimento das forças produtivas como o passo essencial para a alteração das estruturas sociais. Relega-se assim para segundo plano a transformação das relações de produção e a articulação dialéctica entre ela e aquele crescimento privilegiando-se uma dinâmica que pressupõe que o crescimento das forças produtivas trará consigo, como que mecánicamente, a modificação das relações de produção de capitalistas em socialistas.

Isto está de acordo com a tendência que se vinha progressivamente instalando no seio dos sectores políticos e sociais dirigentes de, sob influência de uma interpretação economicista do marxismo, privilegiar uma

9. Vd REIS, J. e MUYOANE, A. Datas e documentos da História da Frelimo, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1975, pg 404

10. Vd Relatório ao III Congresso, Edições 'Avante!', Lisboa, [1978], pg 16.

11. Vd MACHEL, Samora à luta contra o subdesenvolvimento, Partido FRELIMO, (Maputo), 1983, pg 16

12. Vd Relatório ao III Congresso, op. cit., pg 75

visão produtivista desse processo. A esta não eram estranhos nem a baixa conjuntura económica que então se atravessava nem os interesses das classes sociais --- nomeadamente os daqueles sectores --- que se defrontavam na formação social. A ela não eram estranhos ainda a influência das concepções soviéticas sobre o desenvolvimento em países 'de orientação socialista' veiculadas através do apoio concedido a Moçambique pelos países de leste à instituição do processo de planeamento e à constituição do sector estatal agrícola (15).

De realçar na formulação genérica da estratégia tal como surge neste momento é a ênfase que nela é dada à indústria pesada. É ela, por exemplo, que

"constitui o factor decisivo da nossa independência total [e que] permite a ruptura com a integração no sistema imperialista." (16)

Tal ruptura é um dos objectivos prosseguidos pela estratégia global de desenvolvimento (17) e deveria ser simultânea com uma transferência do essencial das relações económicas externas para o sistema de trocas internacionais entre países socialistas em detrimento do mercado mundial capitalista.

Simultaneamente só ela permitirá a concretização de outra aspiração:

"a industrialização da agricultura [e] o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas." (18)

13. Vê Ibidem, pp 117

14. Vê Ibidem, pp 75

15. Note-se que as concepções sobre o 'desenvolvimento não-capitalista' condicionam declaradamente o tipo de ajuda externa concedida pelo 'bloco de Leste', em particular a URSS. Porém, ao contrário do que se possa pensar, a ajuda económica proporcionada pelos países do Oeste também incentivava a constituição de tal sector ao preferir financiar 'grandes projectos' que em Moçambique, na época, eram e dificilmente poderiam deixar de ser empresas estatais. Neste sentido pode-se dizer que a opção moçambicana terá sido, pelo menos em parte, influenciada pelo tipo de ajuda externa que recebeu.

16. Vê Ibidem

Note-se que esta chamada de atenção para o papel central da indústria pesada, manifestação máxima da lógica do crescimento das forças produtivas que se vinha impondo (19), não constava das orientações sobre a estratégia de desenvolvimento a prosseguir definidas no início da subida da FRELIMO ao poder --- embora anos antes Eduardo Mondlane tivesse remetido para ela (20). Esta ênfase é-lhe, pois, fundamentalmente posterior e resultado do debate interno que se desenvolveu desde então e tinha por detrás de si quer a evolução entretanto verificada no processo real quer a influência de concepções teóricas veiculadas quer por conselheiros económicos de Leste --- da URSS mas também da RDA --- quer, principalmente, por membros da Frente que mais se identificavam com as concepções soviéticas de transição para o socialismo.

Embora não se limitasse a eles e incluísse também alguns dos principais fundadores da FRELIMO, um núcleo importante daqueles membros era constituído por um grupo de estudantes universitários e recém licenciados de origem europeia que se tinha formado, ainda no final do período colonial, em torno da Associação Académica de Moçambique.

Tudo isto significa que, partindo de uma formulação de estratégia onde é nítida --- nomeadamente na expressão que a sintetiza ---, a influência do "modelo (maoísta) chinês" do início dos anos 60, se lhe introduziram modificações que constituem um elemento de ambiguidade ao enfatizar uma componente que encontra as suas raízes fundamentais no "modelo soviético".

Esta ambiguidade junta-se à que existe na própria formulação original chinesa. De facto, tal como Eckstein (21) salienta, esta fórmula tanto pode justificar uma sua implementação privilegiando a agricultura como privilegiando a indústria.

17. *Idiém*, pg 129

18. *Vd Directives Économiques et Sociales, CEFIMO, Doc Inf B/II, Maputo, 1978, pg 12*

19. Tal como o era no "modelo soviético" que lhe servia de fonte principal de inspiração.

As Directivas Económicas e Sociais aprovadas no III Congresso procuram desfazer a ambiguidade latente ao estabelecerem <sup>(22)</sup> que a sua implementação se fará em duas fases sucessivas.

Na primeira o esforço maior recairia sobre a agricultura enquanto principal fonte do excedente económico que permitiria a acumulação necessária ao desenvolvimento.

Sob a influência das concepções do desenvolvimento equilibrado e da sua versão chinesa do "caminhar sobre duas pernas", nesta primeira fase procurar-se-ia, simultaneamente, promover um desenvolvimento industrial com base na indústria ligeira articulado com o desenvolvimento agrícola. Isso seria feito através

i) da transformação industrial de matérias primas agrícolas. Esta visaria principalmente a produção de bens destinados a satisfazerem as necessidades fundamentais da população (tecidos-vestuário, sapatos, sabão, combustíveis domésticos, etc.). Marginalmente procurar-se-ia, através do tratamento industrial de algumas matérias primas, aumentar o valor incorporado nas exportações nacionais <sup>(23)</sup>, e

ii) do fornecimento pela indústria aos vários sectores e ramos de *inputs* que lhes são necessários para o aumento das suas produção e produtividade. Atenção especial devia ser dada à agricultura através do fornecimento de instrumentos de produção de tecnologia elementar (enxadas, sacos, catanas, etc.) e de produtos químicos (fertilizantes, insecticidas, etc.) <sup>(24)</sup>.

Na segunda fase, tornada possível e necessária com o nível de crescimento económico entretanto proporcionado pela primeira, o acento tónico centrar-se-ia no desenvolvimento da indústria pesada, designadamente de

20. Vd MONDLANE, Eduardo Lutar nos Kocambicos, op. cit., pg 251.

21. Vd ECKSTEIN, Alexander China's economic revolution, Cambridge U.P., Cambridge, 1977, pg 12

22. Vd Directives..., op. cit., pg 11/2

produção de bens de produção tecnologicamente mais evoluídos. Eram eles que permitiriam o crescimento generalizado das forças produtivas e em particular, a industrialização da agricultura, apontada como objectivo a atingir (25).

O privilegiar da agricultura como fonte principal do excedente acumulável surge aos olhos dos decisores como inevitável face à entrada em crise das fontes externas de recursos acumuláveis herdadas do período colonial --- receitas do sistema ferro-portuário, remessas dos emigrantes e pagamentos em ouro que lhe andavam associadas e receitas da exportação --- e face à fraqueza estrutural e à crise (que se entendia como principalmente de natureza) conjuntural de produção do sector industrial.

Porém, ela tem igualmente raízes profundas quer na lógica do "contar com as próprias forças" que a FRELIMO aprofundara durante a Luta Armada quer na lógica, em parte associada à anterior, de ruptura (26) das relações económicas com os países capitalistas e que a Frente absorvera das outras experiências históricas de transição para o socialismo (27).

Assim face à estrutura e à conjuntura económica e social da formação social moçambicana, só a agricultura enquanto fonte nacional --- e, por isso, mais fácil de controlar e menos dependente de influências externas --- e enquanto sector dominante quanto ao volume da população activa que envolvia estava em condições de desempenhar a tarefa de fonte principal do excedente económico potencialmente acumulável.

Por outro lado entende-se que

"a construção do socialismo exige a direcção centralizada e planificada da economia pelo Estado (...)." (28)

23. Vd *Ibiden*, pg 14

24. Vd *Ibiden*, pg 11/2

25. Vd 12

26. Vd nota 7

27. Para uma análise comparativa das estratégias de desenvolvimento em vários países do Terceiro Mundo --- designadamente Moçambique e o Vietnã --- vd SPOOR, Max Socialist economic strategies in the Third World, policy, Institute of Social Studies,

Esta é qualificada como sendo um dos traços fundamentais daquele pois entende-se que é ela que permite realizar uma afectação de recursos em função das necessidades da generalidade da população e não já das necessidades de reprodução do capital privado que caracteriza o capitalismo (29).

A lógica da direcção central e da planificação da economia vai ser transposta para o domínio do controlo directo da produção e da propriedade dos meios de produção a fim de pôr ao alcance do Estado instrumentos efectivos de direcção da economia. Para tanto,

"o sector estatal de produção deve tornar-se dominante e determinante (...) [pois] as empresas estatais são o instrumento indispensável do desenvolvimento planificado, harmonioso, seguro e independente do País." (30) [sublinhado meu - AS]

A criação de empresas estatais torna-se num objectivo prioritário devendo elas abranger todos os sectores estratégicos da economia (31).

Enfim, competiria ao sector estatal de produção --- o mais genuinamente socialista segundo as concepções ideológicas predominantes --- enquanto motor privilegiado do desenvolvimento e, por isso, ponto focal onde se deveria concentrar a acumulação que se pretendia rápida, desenvolver as forças produtivas, elas próprias potenciadoras, por sua vez, da acumulação.

Este aumento das forças produtivas era equiparado, principalmente no curto prazo, ao aumento da sua componente material, i.é., o aumento do grau de mecanização da produção e de utilização de outros *inputs* onde as modernas tecnologias eram importantes.

Estamos aqui perante um momento muito importante na estratégia de desenvolvimento: o que o III Congresso faz é ratificar e lançar as bases para o acelerar da prioridade à intervenção directa do Estado na produção que, em detrimento de uma ênfase inicial no sector cooperativo, se vinha impondo na praxis da Política Económica moçambicana.

-----  
The Hague, 1982

28. Vé Relatório ao III Congresso, op. cit., p. 117

29. Vé Directives ..., op. cit., p. 11

Esta opção repercute-se na afectação de recursos e nesse seu instrumento fundamental que é a política fiscal. Assim, esta

"canalizará para o Estado grande parte dos excedentes de produção assegurando a sua aplicação nos sectores socioeconómicos prioritários." (32)

A subalternização do papel das cooperativas que resulta destas orientações não impede que continue a ver-se nelas um instrumento importante para a socialização da produção já que elas são a outra forma colectiva da produção.

Elas são mesmo reconhecidas como a principal forma a utilizar para a socialização da produção de artesãos e pequenos proprietários (33) e, principalmente, da esmagadora maioria de camponeses que havia que agrupar em Aldeias Comuns (AC) (34), comunidades rurais de habitat concentrado tendo por base económica a produção colectiva (cooperativa ou estatal). Este agrupar era entendido como um requisito essencial para que aquela passagem às formas colectivas de produção fosse possível.

A importância que se atribuía a este sector cooperativo como forma de envolver na produção colectiva a população rural (principalmente esta) era tal que se propunha, com alguma contradição com o que se afirmara em relação ao sector estatal de produção, torná-las dominantes no campo (35).

O desenvolvimento da produção cooperativa e das formas concentradas de habitat que eram as Aldeias Comuns constituía a alternativa à organização familiar da produção que ainda envolvia a quase totalidade da população rural. Este sector familiar de produção assume, por isso, na economia da estratégia um papel meramente residual e transitório, suporte das populações só enquanto não se completa a colectivização da produção. Esta é

30. Vd Relatório ..., op. cit., pg 118

31. Vd Ibidem

32. Vd Ibidem, pg 119

33. Vd Ibidem, pg 121

uma das características essenciais da estratégia então definida e tem por detrás de si uma interpretação da realidade económica e social dos campos digna do dualismo: os camponeses tinham ligações relativamente marginais com o mercado e estavam pouco dependentes deste para assegurar a sua sobrevivência.

Também residual mas aparentemente menos transitório é o papel reservado ao sector privado, capitalista, da economia. A sua actividade é admitida mas sob condição de se limitar aos sectores não estratégicos e de se subordinar por completo à orientação do Estado (36).

Esta atitude, conjugada com as políticas de acumulação, de crédito e fiscal que se propõem encaminhar os recursos acumuláveis prioritariamente para o Estado, não esconde o desejo de limitar a capacidade e as condições de reprodução deste sector conduzindo a prazo à sua completa subalternização e, quiçá, ao seu progressivo desaparecimento.

#### VIII.1.2 --- O projecto agrícola do III Congresso

Desempenhando a agricultura um papel central na primeira fase do desenvolvimento é nela que se vão reflectir em primeiro lugar os efeitos das opções gerais tomadas.

A estratégia para este sector agora definida é, tal como a estratégia global, o resultado de um processo longo que, iniciado nas "zonas libertadas", veio a ser acelerado e a conhecer novos desenvolvimentos após a independência.

Coluna vertebral do desenvolvimento no campo (37), o desenvolvimento das Aldeias Comuns vai ser ratificado neste III Congresso como sendo a

34. Vd *Ibidem*, pp 123/4

35. Vd *Directives...*, op. cit., pp 13.

"opção estratégica de socialização das zonas rurais [porque] é nelas que, através da produção colectiva (...) [se consegue] um rápido crescimento da consciência revolucionária e de classe [dos trabalhadores] (...) e [se] torna possível atingir com relativa rapidez a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades de saúde, educação e cultura, grande[s] objectivo[s] imediato[s] de cada Aldeia Comunal." (38)

Note-se, porém, que a AC não é em si uma forma de organização de produção, antes sendo principalmente uma forma de organização política e social que pode ter como base produtiva quer uma cooperativa --- que segundo a lógica subjacente deverá abranger toda a população da AC --- quer uma machamba estatal --- sendo dúbia, neste caso, qual a relação de controlo da AC em relação à machamba estatal: quem controla quem?

Por outro lado, é de realçar que a lógica subjacente à concepção de AC é produto da aplicação do princípio de "contar com as próprias forças" desenvolvido durante a luta armada mas manifesta, simultaneamente, a influência do pressuposto de que os camponeses, organizados ou não em AC, conseguem atingir níveis de produção que os torna relativamente autosuficientes. Ora se eles eram de facto autosuficientes em relação à maioria da sua alimentação, já o mesmo não se passava relativamente a parte dela, a muitos bens de consumo não-alimentar e, principalmente, aos bens de produção, todos eles produtos de que estão dependentes para a sua vida do dia-a-dia e para a sua reprodução.

Note-se que um outro pressuposto que está presente é o de que a produção colectiva tem necessariamente uma maior produtividade que a produção familiar --- o que se é tendencialmente correcto não o é necessariamente a não ser que a ela corresponda um efectivo salto qualitativo sob o ponto de vista técnico e organizacional o que nem sempre acontece na realidade. Pressuposto é, também, o de que os camponeses podem e/ou estão dispostos a suportar os maiores custos de produção que aquela acarreta devido às maiores exigências tecnológicas que normalmente tem (meios mecânicos, adubos, etc.).

36. Vd Relatório..., op. cit., p. 120

Naquele mesmo sentido e manifestando igualmente a influência da-quele pressuposto jogam as linhas mestras definidas para a distribuição dos resultados da produção colectiva (39). De facto, nelas existia uma nítida subalternização da função distribuição de rendimentos pelos cooperativistas como pagamento do seu trabalho. Na primeira linha para a aplicação do excedente obtido estavam a amortização de empréstimos contraídos junto da banca (pública), o pagamento de impostos e a acumulação da própria cooperativa (40); tudo se passa como se os camponeses não tivessem necessidades de dinheiro e/ou as pudessem satisfazer apenas com a produção familiar e/ou tivessem tempo de trabalho disponível e susceptível de ser aumentado através do trabalho colectivo.

Porém e de uma forma contraproducente, uma tal escala de prioridades na aplicação do excedente tem como resultado o de tender a manter a dependência dos camponeses quer face à agricultura familiar --- afinal a que lhes proporciona as subsistências do dia-a-dia --- quer face a outras fontes de rendimento monetário. Assim sendo, dificilmente uma tal política não resultará num conflito maior ou menor entre o tempo de trabalho a aplicar na machamba familiar e na angariação de recursos monetários e o tempo a dedicar à produção colectiva.

Mas se em relação às populações rurais a satisfação das suas necessidades --- nomeadamente de abastecimento e as de carácter social como a educação, saúde, etc. --- se acreditava passar pela promoção das AC a continuação da crise de produção alimentar para abastecimento das cidades e os crescentes gastos em divisas para a importação de alimentos vão obrigar a definir como objectivos prioritários da estratégia de desenvolvimento rural!

37. Vd Documentos da 8ª Sessão do Comité Central da Frelimo, OCP-Frelimo, Maputo, 1976, pg 81

38. Vd Relatório..., op. cit., pg 124

"a satisfação das necessidades alimentares do país e a produção de excedentes para abastecimento das grandes cidades" (41) [sublinhado meu, AS]

Prioridade das prioridades, estes objectivos a prosseguir não deveriam, no entanto, deixar esquecer outros que lhe eram parcialmente complementares: o abastecimento da indústria transformadora com as matérias primas necessárias à manutenção da sua laboração e do emprego que proporcionavam e a produção agrária para exportação a fim de aumentar as disponibilidades de divisas (42).

A par destes objectivos, cuja importância estava muito ligada à situação conjuntural mas que tinham também forte componente estrutural, outros havia de natureza fundamentalmente estrutural que condicionavam as opções a tomar.

Um deles era o que se prendia com a acumulação. Afectados significativamente os mecanismos que a haviam possibilitado no período colonial, a dependência face aos mecanismos de raiz fundamentalmente interna assumia uma importância decisiva. Era o caso da produção agrícola, já que o sector industrial era limitado e, por isso, base insuficiente do processo de transformação social.

Ora, o aumento da acumulação só era possível se aumentasse o excedente efectivo. Este ou, pelo menos, a sua componente monetarizada só poderia realizar-se, por sua vez, se houvesse um aumento significativo da produção trocada no mercado, o que só poderia resultar de um aumento da produção global e da produtividade. Tudo isto, entendia-se, só era possível num tipo de agricultura a que, na sequência das posições mais tradicionais no marxismo em relação à agricultura (43) se atribuía o qualificativo de "científica" e que se caracterizava principalmente por ser altamente mecanizada e grande consumidora de inputs químicos, sementes melhoradas, etc.

39. Vd Documentos da 92 Sessão ..., op. cit., pg 92/3

40. Vd Estatuto-tipo das cooperativas de consumo e de produção ex Mocambique, Doc Inf 2 I B Noq, nº 4, 5/11/1976, pg 37

41. Vd Ideo, pg Relatório ..., op. cit., pg 125

Por sua vez, impor este tipo de agricultura mecanizada em áreas relativamente extensas implicava, tal como já tinha acontecido na URSS aquando da aplicação ao campo da estratégia estalinista, a necessidade de concentração de terras nas áreas onde elas estivessem divididas. Esta exigência combinou-se com a necessidade de rendibilizar a utilização dos poucos recursos humanos tecnicamente preparados para incentivar o alargamento da dimensão das explorações agrícolas: tudo se conjugou, reforçando-se mutuamente, no sentido de um alargamento significativo da escala de operação das unidades de produção.

A solução para prosseguir tais objectivos que surgiu como mais evidente aos decisores foi a de procurar retomar a produção em quebra através da rápida reposição em funcionamento das explorações agrícolas abandonadas pelos ex-colonos que no período colonial tinham sido a base quer da produção de excedentes alimentares para abastecer as cidades quer de parte da produção para exportação. Acreditava-se, pois, que este sector mais moderno da produção agrícola, com uma capacidade produtiva que naquele período permitira a Moçambique ser praticamente auto-suficiente em relação às principais produções alimentares, era facilmente recuperável para a plena produção.

Não admira que um dos instrumentos privilegiados desta política tivesse sido, em obediência ao princípio genérico de dar primazia ao sector estatal de produção tomado como 'equivalente geral' do socialismo, o

"desenvolvimento do sector estatal agrícola de modo a torná-lo dominante e determinante" (44).

até porque, sob o ponto de vista técnico-económico, se considerava que

"as empresas estatais são a forma mais rápida de responder às necessidades alimentares do país pela dimensão das áreas que abrangem, pela organização racional dos recursos humanos e materiais e pela disponibilidade imediata de meios de produção mecânicos." (45)  
[sublinhado meu - AS]

42. Vd Ibidem

43. Cfr origem em Kautsky e em Lênina, por exemplo.

Uma tal opção corresponde a uma ratificação da praxis da política económica que vinha sendo seguida e, até, a um acentuar significativo da ênfase na participação directa do Estado na produção. De facto no início de 1977 e correspondendo a um movimento que se tinha acentuado principalmente com o final da campanha agrícola de 1975/76 o sector estatal agrícola ocupava já cerca de 60.000 hectares de terras cultivadas (46).

Ao permitir um maior controlo sobre a produção nacional por parte do Estado, esta política teria também, assim se esperava, outras vantagens, algumas delas não explicitadas na formulação da estratégia mas que são determinantes da opção tomada.

Assim, ao encurtar significativamente o circuito de captação pelo Estado do excedente produzido na economia, ela permitiria, pelo menos potencialmente, aumentar o volume do excedente controlado por este. Além disso e em articulação com tal facto, a produção sob controlo estatal directo permitiria reduzir a dependência do Estado --- i.e., dos grupos sociais que o controlam --- face à produção familiar camponesa que no caso de Moçambique era ainda relativamente pouco monetarizada (47) e, por isso, incapaz de produzir a curto/médio prazo um excedente apreciável susceptível de ser transferido para o Estado, excluída que estava à partida e por motivos políticos e sociais a reposição dos mecanismos extra-económicos utilizados no período colonial, por via fiscal e/ou dos preços e/ou da pressão sobre a força de trabalho assalariada.

De qualquer modo é manifesta a descrença com que se olhava a capacidade dos camponeses para, enquanto produtores autónomos, acompanharem e/ou estarem na primeira fila dos que poderiam contribuir para a acumulação nacional e para a satisfação das necessidades alimentares do país ainda que se entendesse que eles eram relativamente autosuficientes --- e não só no domínio alimentar:

44. Vd Directives..., op. cit., pg 18

45. Vd Relatório..., 124

46. Vd Ibidem, pg 69

"o isolamento e dispersão dos camponeses e o atraso tecnológico provocado pela opressão colonial determinaram que a capacidade produtiva do campesinato esteja longe de satisfazer as necessidades alimentares fundamentais do País." (48)

A influência da já referida desconfiança com que as concepções marxistas sempre viram o campesinato é por demais evidente.

Paralelamente à crescente penetração estatal na produção agrícola deveria, no entanto, prosseguir o rápido desenvolvimento das cooperativas de produção agro-pecuária, a outra forma de organização colectiva da produção entendida como fundamental para a socialização da agricultura através do envolvimento da maioria dos camponeses (49).

De realçar, porém, que se a ênfase que o Relatório ao III Congresso coloca na promoção das Aldeias Comunitárias deixa transparecer algum espaço para um desenvolvimento balanceado entre machambas estatais e cooperativas ou, até, um privilegiar do desenvolvimento destas últimas, o quadro global que esse mesmo Relatório traça em relação à importância do sector estatal de produção --- e do sector agrícola em particular --- jogam em sentido oposto. Há, nitidamente, em toda esta formulação uma boa dose de ambiguidade.

Porém, naquele sentido de privilegiar o sector produtivo estatal jogam também e de uma forma ainda mais explícita do que no Relatório as orientações traçadas nas Directivas Económicas e Sociais então também aprovadas. Nelas o potencial conflito quanto à afectação de recursos que já se adivinhava entre machambas estatais (que se queriam "dominantes e determinantes") e cooperativas (que teriam de se tornar "dominantes"). (50) era resolvido antecipadamente de uma forma inequívoca: na linha da política de canalização dos excedentes para o Estado definida genericamente devia-se proceder à

47. O termo de comparação são as modernas sociedades industriais, capitalistas ou não. Esta fraca monetarização não significa que as unidades familiares de produção e de consumo pudessem dispensar o acesso ao dinheiro a fim de satisfazerem uma parte das suas necessidades.

48. Vd Ibídem, pg 123

49. Vd Ibídem, pg 125

"concentração de recursos técnicos nas unidades de produção do Estado de maneira a obter aí um rápido desenvolvimento das forças produtivas (...)." (51)

No quadro da estratégia, este tipo de desenvolvimento era, aliás, também essencial sob o ponto de vista político. De facto considerava-se que as empresas estatais eram, devido à grande concentração de recursos tecnicamente superiores e de assalariados, a grande escola de desenvolvimento de uma consciência proletária por parte da classe operária que esta no momento manifestamente não tinha (52).

Tudo isto porque a consolidação do poder político que se pretendia viesse a ser exercido pela aliança operário-camponesa, exigia como condição o crescimento do número de operários (incluindo os agrícolas) e da sua consciência enquanto classe dominante do processo. Ora isto era visto como só sendo possível, no quadro da ideologia que se vinha tornando dominante, através do desenvolvimento de um sector estatal moderno, nomeadamente no sector de produção agrícola.

Consequência disto é que se assume como pressuposto a necessidade de caminhar no sentido de uma proletarianização efectiva de uma parte significativa, senão a quase totalidade, do campesinato --- ainda que a não sujeição ao capital privado e a referência à sua participação nas decisões sejam elementos de uma sua distinção face aos proletários sob o capitalismo.

Por outro lado, saliente-se que as empresas estatais agrícolas eram encaradas simultaneamente como autênticos polos de desenvolvimento e difusão junto dos camponeses da sua área de influência de novas técnicas/tecnologias agrárias através de estágios desses camponeses e da prestação de apoio técnico e material ao sector cooperativo --- principalmente este.

Toda esta ênfase no sector estatal significa que as cooperativas de produção eram subalternizadas nesta afectação de recursos. O seu desenvolvimento, ainda que devesse contar com um apoio do Estado e do Partido substancializado em "infraestruturas de apoio técnico e material" (53) e em

50. Vd SERRA, A.M. de Almeida "Desenvolvimento e transição para o socialismo em Moçambique --- algumas notas de uma viagem de estudo a Moçambique" in Estudos de Economia, vol. II, nº4, Jul-Set 1962.

51. Vd Directives..., op. cit., p. 18

mobilização política dos camponeses para a sua participação na produção cooperativa, deveria contar principalmente com as suas próprias forças, com os resultados da sua própria produção. A ênfase que tinha sido colocada nos primeiros tempos após a Independência na cooperativização do campo era agora subalternizada em benefício da maior penetração directa do Estado na produção.

Era evidente que continuava a existir alguma ambiguidade quanto à importância relativa a dar a ambos os sectores.

A ratificação e aceleração do processo de estatização da produção agrícola que resulta das decisões do III Congresso afecta não só o sector cooperativo como também os demais sectores: o familiar e o privado.

O carácter residual e transitório de ambos já referenciado atrás relativamente à sua globalidade manifesta-se ainda mais claramente neste sector agrícola. Significativo é, por exemplo, que o sector privado não mereça sequer uma referência explícita quer no Relatório quer nas Directivas quando se definem a política e as medidas concretas a adoptar para o desenvolvimento da agricultura nesta fase de transição (54).

Enfim, toda a lógica global da estratégia agrícola aponta para uma política em que ao sector privado serão impostas condições de funcionamento que limitarão as suas capacidades de reprodução, conduzindo ao seu progressivo definhamento. De momento ele é apenas tolerado.

Situação relativamente semelhante é aquela que se coloca ao sector familiar.

De facto toda a estratégia aponta para o objectivo de transferir as populações que têm como principal base económica a produção familiar para o sector cooperativo agrícola (a maioria) ou para o sector estatal agrário, enquanto operários agrícolas. Note-se, no entanto, que a lógica de grande mecanização que se queria impôr neste estava algo em contradição com o objectivo

52. Vê Relatório..., op. cit., pg 118

53. Vê Directives..., op. cit., pg 19

54. Vê Ibidem, pg 19-26 e também Relatório..., 123-6

de provocar a proletarização de uma parte dos camponeses já que ela implicava uma capacidade relativamente reduzida de absorção de mão-de-obra por parte do sector estatal agrário (55). Esta contradição é, no entanto, mais aparente que real já que dado o tipo de agricultura que se prevê vir a estabelecer-se nas machambas estatais e os enormes recursos necessários à completa mecanização da produção implicavam que esta começasse apenas por algumas fases do processo de produção, mantendo-se outras com elevadas necessidades de mão-de-obra --- sazonal na sua maioria, pelo menos enquanto não fosse possível diversificar as culturas.

Parcelas ainda menores do campesinato constituiriam a mão-de-obra industrial a fixar no campo através da criação nas Aldeias Comuns de complexos agro-industriais (56) ou a transferir posteriormente para a cidade em resultado da progressiva aceleração da industrialização do país ao longo da primeira fase e principalmente da segunda.

Impedir a transferência de parte dos elementos deste sector familiar para o sector privado é, neste domínio, o principal objectivo da política agrícola. Na sua definição são nítidas as influências quer do combate político e ideológico travado em torno do II Congresso (1968) quer da concepção de que na luta pela implantação do socialismo havia que impedir, desde a primeira hora e fazendo tábua-rasa da estrutura socio-económica existente, o desenvolvimento de quaisquer formas de produção assentes numa "exploração do homem pelo homem" que se considerava ser todo o trabalho assalariado por conta de qualquer entidade privada e, principalmente, o desenvolvimento/consolidação de uma burguesia rural que corresponderia a um movimento de constituição/consolidação de uma burguesia rural nacional que se temia viesse a constituir um travão ao processo de transição para o socialismo.

Tudo isto significa que existe entre os sectores estatal agrícola, cooperativo, familiar e industrial uma teia complexa de articulações no domínio da absorção da mão-de-obra que representa uma pouco explicitada (na estratégia) complementaridade entre todos eles mas principalmente entre os

55. Vd Directivas ..., pp 19

56. Vd Relatório ... pp 179

três primeiros --- sendo que a relação entre o sector familiar e o cooperativo se aproxima mesmo da aplicação a este domínio do princípio dos vasos comunicantes.

A feição residual e transitória que o sector familiar assume na economia da estratégia significa, se analisada esta numa perspectiva de articulação dos modos de produção, que o objectivo da política prosseguida era a completa desestruturação e posterior completo desaparecimento de todas as manifestações económicas (e ideológicas) do(s) modo(s) de produção não-capitalistas. É nítido, no entanto, que em toda esta formulação é completamente subalternizada a inevitável reacção deste àquelas tentativas visando a sua dissolução. Como em relação a vários outros aspectos, a dialéctica não passava de figura de retórica.

Recorde-se que a produção familiar, em que a componente de autoconsumo é muito elevada, é a principal base de manutenção/reprodução e da autonomia relativa dos camponeses e, mais genericamente, do modo de produção pré-capitalista mesmo que este já não consiga por si só satisfazer todas as necessidades das populações --- nomeadamente quanto a bens de produção e de consumo, alimentar ou não, duradouro ou não --- e, como tal e a seguirmos a opinião de Meillassoux, já não existia enquanto modo de produção, ficando apenas as comunidades domésticas como seus vestígios.

Ora, ao apontar como essenciais os objectivos de concentrar os camponeses em Aldeias Comuns e de generalizar a produção colectiva no campo está-se a desencadear um ataque frontal contra o complexo 'habitat-forma de produção' que caracteriza o Modo de Produção não-capitalista e lhe serve de suporte material.

O mesmo entendimento resulta da definição como um dos objectivos da fase da Democracia Popular então iniciada o de, agora principalmente ao nível político-ideológico,

"[proceder] à liquidação definitiva dos vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista que permanecem ao nível da mentalidade e do comportamento" (57) {sublinhado meu, AS}

57. Vd Ibidem, pg 75

## VIII.1.3 --- Das debilidades da estratégia

A avaliação de uma estratégia de desenvolvimento é sobretudo o resultado da análise *a posteriori* dos seus resultados na transformação da formação social a que é aplicada. Porém, uma sua primeira análise é possível *a priori* a dois níveis diferentes.

O primeiro é o da sua lógica interna, i.e. o da articulação e compatibilização dos seus elementos entre si independentemente da sua relação com a formação social sobre que vai actuar. Ponto mais importante a este nível será o de avaliar a congruência entre fins, objectivos e meios. Isto, numa estratégia que se quer promotora da transição para o socialismo, conduz inevitavelmente a julgamentos em que as preferências ideológicas (em primeiro lugar sobre a própria concepção de socialismo) têm um papel importante. De facto uma das principais análises a que pode e deve ser sujeita uma estratégia é a de saber se os meios propostos se ajustam aos objectivos e, principalmente, aos fins proclamados --- neste caso os da construção do socialismo.

O carácter marcadamente ideológico de tal análise e o potencial desmentido a que inevitavelmente estaria sujeita por confronto com a *praxis* efectiva de aplicação da estratégia impõem reservas ao interesse de efectuar uma avaliação deste tipo. Isto, porém, não invalida que se reconheça (*a priori*) que a aplicação em outras formações sociais (URSS, nomeadamente, mas também, em parte, a Tanzânia pós-1967) de estratégias aparentadas com a que foi agora definida, deu origem a transformações dessas formações que as distanciam; umas mais que outras, do modelo de "poder popular" proclamado pela FRELIMO. Deste reconhecimento resulta o de que dificilmente ela conduziria ao socialismo tal como o deixámos definido no Capítulo I. Porém, só a análise da *praxis* que nos propomos efectuar poderá confirmar ou não a tendência detectada.

O distanciamento entre a sua componente eminentemente política e a sua componente económica é sem dúvida a "fractura" principal a assinalar a priori à estratégia aprovada no III Congresso. Podendo ser eventualmente transformada com a *praxis*, só os resultados desta poderão fundamentar um juízo definitivo.

O segundo nível a que nos referimos apela mais directamente à confrontação da estratégia com a realidade que ela vai tentar transformar: ele remete para os pontos em que potencialmente serão mais nítidas as dificuldades que essa mesma realidade, nomeadamente os grupos sociais que a compõem, colocará à sua transformação por via da estratégia. Isto levanta a questão paralela e de importância fundamental em Política Económica da adequação entre a realidade ('objectiva' <sup>58</sup>) e a sua percepção (subjectiva/ideológica) pelos decisores e sua repercussão na formulação da estratégia e da política económicas --- i.e., a questão do diagnóstico da situação.

Neste ponto interessa-nos apenas identificar de uma forma não exaustiva alguns dos pontos que a priori se podem classificar como mais fracos na articulação realidade/estratégia e por isso susceptíveis de darem origem a dificuldades na *praxis*, i.e., na sua concretização e na produção de resultados conformes com os fins e objectivos prosseguidos.

O principal desafio que se coloca a uma estratégia de desenvolvimento e transição socialista é, não confundindo instrumentos com objectivos, compatibilizar a utilização de um instrumento como o sector produtivo estatal (p.ex.) com o objectivo da transformação a prazo da estrutura da formação social, nomeadamente das relações de produção e da estrutura de produção.

Em relação a esta última o objectivo deverá ser, como salienta Clive Thomas <sup>59</sup>, transformá-la de modo a adequá-la progressivamente às necessidades da população e não simplesmente às da procura presente ou futura

58. As aspas querem aqui significar que em ciências sociais a total objectividade não existe, sendo a realidade interpretada sempre à luz das concepções teóricas e políticas do analista.

59. Vd THOMAS, Clive op. cit. e, para uma sua síntese, o ponto III.2 desta tese.

manifestada nos mercados interno ou externo (60). Quanto às relações de produção, o objectivo será o de aumentar o controlo do processo social pelos produtores directos.

No contexto moçambicano a transformação da estrutura da produção exige uma importante clarificação: qual o 'ponto de equilíbrio' a estabelecer entre os sectores estatal, cooperativo e familiar (principalmente estes) que torna possível uma dinâmica de transformação sem rupturas sociais e económicas (61) que comprometam, a médio-longo prazo, o próprio projecto de transformação da formação social e que permite, simultaneamente, fazer face à profunda crise de produção existente no momento levando à recuperação da conjuntura.

Ora, duas das primeiras dificuldades que resultam da análise a priori da estratégia definida, é a existência de uma margem de ambiguidade na definição do equilíbrio a estabelecer e, principalmente, a inexistência de uma política clara, pela afirmativa, em relação a esse vastíssimo sector que é o sector familiar. Na estratégia tudo se passa como se a passagem dos produtores deste sector para o sector cooperativo (principalmente este) fosse tarefa relativamente fácil e, nessa medida, rápida de concretizar através do recurso intenso à mobilização política (62). Isto era encarado como sendo possível porque se pressupunha que a penetração colonial tinha levado à completa desestruturação, por todo o país, do modo de produção não-capitalista do qual não restariam senão "vestígios" (63) ao nível ideológico e, naquilo que é uma manifestação de uma visão dualista da realidade, uma massa de camponeses "relegados à produção de subsistência" (64).

60. Embora se reconheça que deverá haver uma convergência entre necessidades e procura e que um problema fundamental e politicamente complexo seja o de determinar quais são aquelas necessidades.

61. Evidentemente que o próprio processo de transição para o socialismo é um processo de profunda ruptura social e económica com a estrutura anterior. O que está em causa aqui é, pois, o determinar o ponto até ao qual é possível avançar sem comprometer irremediavelmente, quer devido à reacção dos grupos sociais internos quer à das forças exteriores, a transformação social no sentido do socialismo.

62. Vd *Ibidem*, pg 126. Recorde-se que isto surge na linha do que já tinha sido a prática do passado quando, p.ex., se constituiu no Ministério da Agricultura um Serviço de Cooperativas cujos únicos quadros qualificados eram três elementos com formação na área da sociologia política e da propaganda.

63. Vd *Ibidem*, pg 75

64. Vd *Ibidem*, pg 61

Isto constituía uma grosseira simplificação de uma realidade que deveria ser interpretada como estando ainda muito enformada pelo(s) modo(s) de produção não-capitalista(s) (65). Por outro lado menosprezavam-se os ensinamentos que era possível colher, neste domínio da socialização da produção e da transformação do sector familiar, de outros processos como, p. ex., o da vizinha Tanzânia. Nesta, recorde-se, as estruturas superiores da FRELIMO, aí sediadas durante a luta armada, tinham podido acompanhar de perto a praxis do socialismo *ujamaa* (66). Ora um dos ensinamentos que resulta deste processo mas que parece ter sido esquecido na formulação da estratégia moçambicana é a extrema dificuldade desta transferência de populações --- que levou à política de aldealização forçada em 1974 e à quebra significativa da produção agrícola nos anos imediatos (67).

Quanto à referida margem de ambiguidade ainda existente na definição da importância relativa entre estatização da produção e a sua socialização pela via cooperativa, se é verdade que ela permite uma "maleabilização" da aplicação da estratégia, não é menos verdade que, face a ela, o equilíbrio efectivo a definir-se estará ainda mais dependente do jogo das forças sociais em presença. Tal equilíbrio dependerá nomeadamente da importância que venha a adquirir no controlo da formação social a "classe Estado" que tem surgido em todos os processos históricos em que ao Aparelho de Estado tem sido atribuído um papel importante, voire determinante, não só ao nível político-administrativo mas também (e principalmente) ao nível da produção. Casos como o da URSS e da Tanzânia apontavam nesse sentido. E nem se diga que tal fenómeno era completamente desconhecido nas análises dos decisores máximos em Moçambique: é que já desde a época da Independência se alertava para os perigos do "inimigo interno" (68) e, mais tarde, da "burguesia interna".

65. Vd o Capítulo V desta tese e também FIALHO, José (1989), op. cit.

66. A bibliografia sobre este processo é extensa. Consultem-se, a título de exemplo, SHIVJI, GREEN e BAIKES

67. Um sinal de nitido menosprezo com que em Moçambique foi acompanhado o processo tanzaniano é a afirmação feita por um alto dirigente moçambicano em conversa com o autor de que "Moçambique não é a Tanzânia e Samira Nachel não é Nyerere. Nós somos marxistas e eles não."

68. Vd Datas e documentos..., op. cit., pg 458



Ora, apesar disto, a verdade é que a estratégia que se propõe no III Congresso não tem por detrás de si uma análise cuidada da estrutura de classes da formação social moçambicana e, principalmente, da enorme diversidade de interesses em presença. Por exemplo, é manifesta a ausência de reflexão sobre a influência que o modo de produção pré-capitalista exercia ainda sobre o comportamento dos agentes sociais, principalmente sobre o camponato (69), numa manifestação de deficiente absorção e aplicação dos princípios do materialismo dialéctico invocado --- mas pouco aplicado.

O momento em que se vai mais longe na análise da estrutura de classes (70) tem por objectivo fundamental a simples identificação das classes que, porque compostas por

"todos aqueles que honestamente desejam a justiça [e por isso] são pelo socialismo" (71),

constituem a potencial base (alargada a quase todas as classes) de apoio à estratégia de transição para o socialismo.

Visa-se aqui exclusivamente um objectivo político: a explicitação dos pontos que se acreditava serem a base da convergência das classes numa vasta aliança liderada pela aliança operário-camponesa. Ao fazê-lo subalternizam-se as forças desintegradoras existentes no seio dessa vastíssima aliança de classes corporizadas, por exemplo, quer por aqueles que pretendem melhorar a sua base económica aumentando a sua área agrícola --- através da tomada de posse de terras abandonadas pelos colonos, p. ex. --- quer pelas influências, nos vários níveis do social, do(s) modo(s) de produção não-capitalista(s).

69. Esta 'desatenção' em relação ao papel do(s) modo(s) de produção não-capitalistas atinge quer os vários níveis das estruturas de direcção do Estado e do partido quer mesmo aqueles que, como por exemplo algumas camadas intelectuais, teriam obrigação de ser sensíveis a esta questão. Está neste caso o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane onde, por pressão da sua directora científica na época, Ruth First, sempre se desprezou a contribuição que a antropologia poderia dar para a compreensão da formação social moçambicana. Sinal evidente desta é a recusa explícita em contratar antropólogos para o Centro. Sinais evidentes disto constam ainda do prefácio da tese de doutoramento de Christian Geffray referida na bibliografia.

70. Vê Relatório ..., op. cit., pp 75-78.

71. Vê Ibidem, pp 79

Além desta subalternização também não se faz uma previsão das transformações da estrutura de classes da formação social --- bem como das suas consequências --- que resultariam previsivelmente da aplicação da estratégia. Sujeita, evidentemente, a confirmação ou infirmação pela *praxis* moçambicana, experiências históricas como as da vizinha Tanzânia e da URSS permitiam prever algumas das principais e potenciais consequências. Após um juízo de valor sobre elas, seria mais fácil introduzir as correcções julgadas necessárias na estratégia formulada.

Neste domínio é de realçar a intenção manifestada de fazer participar os trabalhadores, através dos seus representantes, na direcção das empresas do sector estatal. Esta participação teria que se defrontar, no terreno da *praxis* social, com uma organização da produção com origem no capitalismo e, por isso, com tendência a reproduzir as relações capitalistas de produção, por um lado, e, pelo menos em relação aos assalariados rurais, a estrutura de prestação sazonal de trabalho até então predominante, por outro. Ora quer umas quer outras --- e nomeadamente esta última por ter como consequência um grande contingente de mão-de-obra pouco estável --- tem como consequência dificultar o desenvolvimento da participação dos produtores directos na gestão das unidades produtivas.

Em suma, parece-nos que uma das fraquezas iniciais da estratégia definida é o de não assentar numa análise cuidada nem da estrutura social sobre que iria incidir nem das transformações nesta estrutura que potencialmente e com grande probabilidade a sua aplicação trazia consigo. Isto limita fortemente e *a priori* a capacidade de controlo da evolução da estrutura de classes da formação social.

Para além destas importantes limitações da estratégia outras lhe podem ser apontadas.

Recorde-se que apesar da margem de ambiguidade que lhe detectámos, toda a sua lógica aponta para dar prioridade ao crescimento do sector agrícola directamente controlado pelo Estado e construído a partir da recuperação das unidades de produção do sector mais moderno da produção agrícola no período colonial. Ora, ao tomar uma tal opção está-se simultaneamente a herdar o grosso das características (nomeadamente das condições de reprodução) que

caracterizavam aquele sector no período colonial o que constitui em si uma porta aberta à sua perpetuação quando o objectivo apontado, no quadro da transição para o socialismo, é o da sua transformação de acordo com os princípios deste.

Duas daquelas características são o padrão de culturas agrícolas e o "pacote tecnológico". A eles se encontra intimamente ligado o carácter sazonal de parte importante do trabalho efectuado e que constituiu sempre causa de grande preocupação por parte das autoridades políticas e económicas.

Relativamente ao padrão de culturas não se esboça na estratégia qualquer movimento que vise a maior adaptação da produção deste sector à satisfação das necessidades e/ou dos hábitos de consumo alimentar da generalidade da população, a população rural. Pelo contrário e tal como salienta RAIKES (72), toma-se por adquirido um padrão de consumo característico dos colonos e das áreas urbanas por eles habitadas maioritariamente e procura-se, adiantando como justificação a necessidade de melhorar a dieta alimentar das populações, perpetuá-lo senão alargar a sua penetração.

Tal opção, que denota quer a influência de um enviesamento em favor das cidades --- que resulta do próprio padrão de consumo da maioria dos decisores --- quer a da concepção de que os camponeses eram autosuficientes, é influenciada ainda pela opção por recuperar rapidamente a produção para exportação e para abastecimento da indústria nacional bem como pela convicção de que tal padrão era insusceptível de ser modificado --- pelo menos no curto/médio prazo (73).

Todas estas opções prefiguram mais a reposição do sector moderno tal como existia antes da Independência --- senão, mesmo, o agravamento das suas características devido à opção pela monocultura que as acompanhou --- do que a sua modificação de acordo com os interesses e as necessidades de consumo da esmagadora maioria da população, o campesinato, bem como de acordo com as necessidades de modificação das relações de produção.

72. Vd RAIKES, P. 'Food policy and production in Mozambique since Independence' in BOAPE, Nº 29, Jul/1984, pg 98.

73. Vd Relatório,... op. cit., pg 125

Além disso, dado que aquele sector constituía uma totalidade com as suas diversas características, a opção por um tal padrão de produção prefigurava em si as opções tecnológicas e de forma de organização da produção (recurso ao trabalho sazonal, nomeadamente) que a caracterizavam (74).

O 'pacote tecnológico' no período colonial incluía um recurso moderado a equipamentos mecânicos e a *inputs* químicos (adubos, pesticidas, etc.) possível no quadro de um baixo nível salarial e da existência, pelo menos no vale do Limpopo, de um número significativo de pequenas e médias explorações agrícolas em que uma parcela importante da força de trabalho utilizada era a dos próprios colonos --- complementada muitas vezes por mão-de-obra assalariada permanente ou sazonal.

A opção tecnológica agora definida visava, porém, intensificar a utilização de forças produtivas materiais. Por isso àquele "pacote" há que adicionar agora a forte ênfase que é colocada na intensificação e na extensificação da produção agrícola através do aumento ao recurso a *inputs* químicos e a equipamentos que são a tradução material da política traçada de crescimento das forças produtivas.

Porém, como salienta Enrique Portillo,

"o problema real não era tanto o acesso a recursos técnicos mas a sua selecção (...), a sua afectação e a sua utilização, o que requer pessoal qualificado a vários níveis." (75)

Ora a realidade é que após a saída dos colonos em 1975, Moçambique tinha perdido a esmagadora maioria do pessoal que estava preparado para tais tarefas.

Assim sendo, se é certo que o esforço que imediatamente começou a ser feito pelo novo poder na área da educação dos jovens se mostrava essencial, a verdade é que só a médio/longo prazo é que tal esforço (mesmo o de

74. Vd RAIKES, P., op. cit., pg 98

75. Vd PORTILLO, Enrique The present day crisis of Mozambican agriculture and its origins, polic., Uppsala University, 1985, pg 36

*learning by doing* então incentivado (76)) poderia dar resultados palpáveis. De momento era manifesto o desajustamento entre os (quase)objectivos propostos e os meios ao dispôr.

Este reparo é igualmente válido para o factor organização. Esta é um elemento tanto mais importante na produção quanto maiores e mais complexos forem os meios técnicos disponíveis, as unidades produtivas e de uma forma geral, a estrutura produtiva nacional (existente ou perspectivada). Ao apostar na criação de um sector estatal constituído por machambas estatais de elevada dimensão média e com um volume importante de recursos ao seu dispôr estava-se a criar um sector em que o elemento organização é ainda mais fundamental do que nas empresas de média dimensão --- onde, evidentemente, é igualmente importante num ambiente económico-social caracterizado por uma grande falta de instrução e de experiência dos seus membros.

De facto, a implantação de estruturas modernas de produção como as machambas estatais só produz efeitos de crescimento substancial da produção e da produtividade quando a ela corresponderem formas também modernas de organização do trabalho, com elevados níveis de cumprimento de uma disciplina de funcionamento imposta pela grande necessidade de articulação entre os vários contributos para a produção. Isto exige uma gama diversificada de pessoal preparado cultural e tecnicamente para assegurar o funcionamento correcto da unidade produtiva e a sua integração na economia nacional. Ora, na realidade a que se applicava esta estratégia nenhum destes pressupostos existia. Faltava assim uma das condições para que as machambas estatais e a economia nacional, em geral, tivessem um funcionamento equilibrado.

Por tudo isto, uma aposta forte na intensificação das forças produtivas --- leia-se equipamentos e outros *inputs* materiais de tecnologia muito acima da média nacional --- corria o risco de não se traduzir, na realidade, em efeitos significativos sobre o nível de produção.

76. Face à necessidade urgente que havia de dispôr de pessoal com um mínimo de preparação técnica para desempenhar várias funções, muitos locais de trabalho tornaram-se verdadeiros centros de *learning by doing*, muitas vezes com moçambicanos a serem acompanhados a sua formação pelos inúmeros cooperantes estrangeiros que se encontravam a trabalhar em Moçambique.

A opção de intensificar a mecanização da produção está, por outro lado, em contradição com a necessidade de solucionar o problema do desemprego pois com ela a absorção deste tornava-se mais difícil.

Tudo se passava como se o objectivo fosse o de libertar emprego no campo e não, como a realidade sugeria que devia ser, o de absorver no campo --- e até e se possível, reconduzir ao campo --- parte do emprego que a crise da economia colonial tinha gerado quer nas cidades quer nas zonas rurais e que se traduziu no aumento do fluxo humano campo-cidade (77).

Esta opção de intensificação da mecanização era ainda especialmente desadaptada devido à sua elevada componente importada. De facto, numa época em que as exportações estavam em quebra (78) e em que os custos da energia (importada) estavam em rápido crescimento devido à subida do custo do petróleo (79), optar pelo crescimento de forças produtivas totalmente importadas e altamente consumidoras de uma fonte de energia cada vez mais cara era uma política que não deixaria de se reflectir negativamente na estrutura produtiva nacional (80). Por exemplo, obrigava a que apesar da tão proclamada procura do 'delinkage' face ao comércio internacional com os países capitalistas, aumentasse a necessidade de extroversão da economia a fim de, através da obtenção de divisas fortes, financiar as importações de energia e de equipamentos, uma parte significativa dos quais provinha de economias de mercado. Isto em vez de aumentar o nível de autocentramento da economia empurrava-a para uma crescente dependência do exterior, resultado perverso da opção estratégica tomada.

77. Vd WUYTS, Marc "The mechanization of present-day agriculture in Mozambique" in Development and Change, vol.12, 1981.

78. Os valores das exportações foram os seguintes: 1973= 5,5 milhões de contos, 1975= 5 milhões e 1976= 4,5 milhões (o valor de 1974, 7,6 milhões, está influenciado pelas circunstâncias especiais, de natureza política, que rodearam aquele ano).

79. Os valores da rubrica 'crude e derivados' das importações são os seguintes: 1973= 719 mil contos, 1974= 1,1 milhões de contos, 1975= 1,6 milhões e 1976= 1,7 milhões.

80. Vd RAIKES, P., op. cit., pg 102

Isto é verdade --- embora talvez de uma forma mais matizada --- mesmo que se tenha em consideração que um pressuposto da estratégia era que ela fosse financiada principalmente com créditos a longo prazo concedidos pelos países do bloco socialista (<sup>81</sup>) o que, pelas razões que já explicámos, não se veio a verificar. Isto é ainda verdade mesmo que se tome em consideração o elevado nível de disponibilidades financeiras sobre o exterior que existiam naquela época (<sup>82</sup>) e que cremos, ainda que tal seja difícil de comprovar, que terá influenciado parcialmente as opções tomadas neste domínio.

Por outro lado, a estratégia tinha ainda que se defrontar com outras fortes condicionantes que limitavam à partida a sua capacidade de produzir os resultados esperados. Refiram-se aqui a falta de um sistema de comercialização eficaz, as dificuldades de comunicação e de transporte entre as várias partes do território nacional e a falta de um aparelho estatístico que permitisse um acompanhamento da evolução da realidade (<sup>83</sup>).

Com a saída da maioria dos "cantineiros" espalhados um pouco por todo o país, tinha ficado destruído aquele que tinha sido até então o principal sistema de comércio nas zonas rurais e que permitia quer a compra, armazenamento e transporte da parte mais significativa dos excedentes de produção dos camponeses quer o abastecimento destes em bens que se tinham tornado essenciais ao seu dia-a-dia e à sua reprodução social.

Ora, sendo certo que o estabelecimento de um sistema eficaz de comercialização é um pré-requisito essencial --- ou, pelo menos, um requisito simultâneo --- ao desenvolvimento da agricultura em qualquer país, a verdade é

81. É uma simultânea transferência parcial de fluxos de comércio externo para o bloco socialista em condições (preços de exportação e condições de pagamento das importações) mais favoráveis que as normalmente praticadas nas trocas internacionais com os países capitalistas. Tais condições mais favoráveis são característica comum das trocas entre o 'mercado internacional socialista' e os países do Terceiro Mundo.

82. Vd o que ficou dito no capítulo anterior a propósito das reservas moçambicanas em ouro e divisas conseguidas, em boa parte, à sombra do acordo colonial sobre pagamentos diferidos aos mineiros moçambicanos na RAS.

83. Vd no mesmo sentido PAO/PKED Strategy review and project formulation for the agricultural, forestry and fisheries sectors --- Mozambique, FAO, Roma, 1991, pg 9

que Moçambique não tinha conseguido, apesar dos esforços desenvolvidos com a criação das 'Lojas do Povo', lançar um sistema de comercialização alternativo aos "cantineiros" e/ou recuperar o pré-existente.

Por outro lado, um sistema económico centralmente planificado como o definido pela estratégia exige como requisitos para o seu funcionamento satisfatório a facilidade de comunicação entre os órgãos centrais de planeamento e os agentes (administrativos ou de produção) encarregues localmente de executar o plano. Ora também aqui as dificuldades eram muitas em todo o território de Moçambique, tornando difícil a gestão eficaz das unidades de produção. A rede de transportes era limitada e, nomeadamente o sistema ferroviário, estava mais orientada para as ligações com os países vizinhos do que entre as diferentes regiões do país. Aquela e o sistema de comunicações no seu conjunto não eram, pois, de molde a facilitar o contacto entre os agentes locais e um poder central transformado em fonte primeira das decisões. A contradição era evidente.

*Last but not least*, o planeamento da economia e a sua gestão corrente exige um apurado sistema de recolha e tratamento de informações estatísticas que entrara em ruptura na época da Independência e que não tinha sido possível até então recuperar. O deficiente conhecimento da realidade que tal facto implicava teria de se reflectir na forma como era controlada a economia e, através dela, no desempenho da economia.

VIII.2. --- Do III Congresso ao Plano Prospectivo Indicativo (PPI):  
em busca de uma política económica

VIII.2.1 --- O alargamento da base de  
intervenção na economia

Ratificada e reforçada no III Congresso, a política de crescente intervenção estatal na economia vai conhecer uma grande aceleração a partir de então.

Paralelamente com o aumento do sector produtivo estatal lançam-se e procuram consolidar-se os mecanismos de controlo central da economia.

No sector industrial não há, porém, grande pressa naquela intervenção. Esta "nacionalização relutante" (84) da indústria é inicialmente limitada apenas a um sector estratégico: a refinação de petróleo é nacionalizada em 1977. Por outro lado, também as indústrias intervencionadas eram poucas nessa época.

QUADRO VIII-1

SECTOR INDUSTRIAL

Percentagens relativas à propriedade  
jurídica no sector

| Sectores                      | 1977 | 1982 |
|-------------------------------|------|------|
| Estado                        | 1    | 25   |
| "intervencionadas"            | 5    | 37   |
| Mistas (Estado +<br>privadas) | 9    | 11   |
| Privado                       | 85   | 27   |

Fonte: HANLON, Joseph ; op.cit; pg 76 (85)

84. Vd HANLON, Joseph Mozambique: the revolution under fire, 2ed Books, Londres, 1984, pg 75

85.

Não está claro qual o critério aqui usado e que é cruzado com o da propriedade: produção?, pessoal empregue?. Crê-se que se refere somente ao número absoluto de empresas o que condiciona o interesse da industrialização.

A este fenómeno não é estranha a consciência das limitadas capacidades de Moçambique assegurar por si só o funcionamento de um sector que durante o período colonial ganhara um desenvolvimento apreciável para o quadro africano e que estava, por mecanismos financeiros, tecnológicos e de importação de *inputs* vários (equipamentos e matérias primas), grandemente articulado --- e por isso dependente --- com o estrangeiro. Aliás, refira-se que a mudança de regime político, se tinha afectado significativamente a capacidade produtiva da maioria das empresas industriais de maior dimensão e levado à prática de acções qualificadas de sabotagem económica, não tinha dado origem a um abandono total dessas empresas por parte do capital privado estrangeiro.

Não havia, pois, um vazio total a preencher. Assim sendo, a recuperação da produção neste sector e, até, o seu desenvolvimento --- que se procurava incentivar --- estava dependente de capitais estrangeiros que não interessava afugentar com nacionalizações. Fizeram-se até várias tentativas para atrair capital privado estrangeiro. Um exemplo de tais tentativas é a negociação do acordo com a General Tyre que permitiu o lançamento da produção de pneus em 1979 (86).

A lógica subjacente a tal *praxis* apontava mais para a constituição de um sector industrial de propriedade mista Estado/capital privado estrangeiro do que para uma nacionalização total do sector como se poderia deduzir das medidas defendidas no III Congresso. Tudo se passava como se a um discurso radical de uma parte da FRELIMO menos envolvida com o controlo do aparelho produtivo --- designadamente o próprio Samora Machel --- se opusesse um conjunto de dirigentes mais empenhados neste controlo que procuravam, apesar da sua orientação básica no domínio estratégico mas em obediência a um certo pragmatismo, manter pontes com o sistema económico mundial de forma a assegurar uma gestão tanto quanto possível equilibrada da economia num quadro de profunda crise do sistema económico em vigor.

---

86. Vd *Ibides*, pg 77

A nacionalização ou a intervenção no sector industrial só vai, assim, ser intensificada por motivos que se prendem com acções de posterior abandono ou, principalmente, de administração dolosa para os interesses de Moçambique, em geral (fuga de divisas, p.ex), ou dos seus trabalhadores, em particular (mortes nas minas de carvão por falta de segurança, p.ex). É assim que em 1978 o Estado intervem nas minas de Moatize e na Companhia de Navegação, em 1979 na fábrica de cimento, na Vidreira e nas demais minas e bastante mais tarde, já em 1980 e 1981, no sector das bebidas e da transformação do cajú (87).

Mas se em relação ao sector industrial é possível falar de "nacionalização relutante" e alargada no tempo, em relação a sectores estratégicos como o dos seguros e o da banca, o movimento de intervenção foi bastante mais rápido --- tal como o tinha sido no caso da refinação de petróleo. De facto é ainda durante o ano de 1977 que estes sectores estratégicos para o controlo da economia em geral e das relações com o exterior em particular, são nacionalizados. No sector bancário, porém, autorizou-se a manutenção de um banco privado de capital português e sul-africano --- mas sem possibilidade de transaccionar divisas.

Temos, pois, que se é verdade que o que se desejava como estratégia de desenvolvimento era, *grosso modo*, prefigurado no 'modelo soviético', também é verdade que numa primeira fase a sua aplicação se limitou aos sectores fundamentais para o controlo do aparelho produtivo como a banca e o comércio externo e um ou outro sector industrial chave como o da refinação de petróleo. Só posteriormente, face às manifestações de sabotagem económica e às pressões dos próprios trabalhadores, é que se deu a nacionalização de outros sectores industriais (88).

87. Vd *Ibidem*, pg 75-77

88. Nesse percurso histórico há úteis pontos de contacto entre a fase inicial do processo moçambicano e os primeiros tempos do processo histórico pós-revolução de Outubro na União Soviética. Vd no Anexo respectivo a evolução de tal processo no tempo de Léningo.

Em obediência à lógica da estratégia definida foi, porém, no sector da produção agrícola que se verificou uma mais rápida penetração do controlo directo pelo Estado.

Se no início de 1977 o sector estatal agrícola ocupava cerca de 60 mil hectares, em 1978 atingiam-se os 100 mil ha.

Simultaneamente foram-se lançando as pedras-base do controlo central da economia, nomeadamente no domínio do planeamento económico, incluindo a afectação de recursos (89). É assim que em obediência ao determinado no III Congresso surge em Maio/78 a Comissão Nacional do Plano que passa a ser o órgão central de planeamento e de controlo de cúpula da economia.

Característica fundamental da sua actividade é que ela actuava através de um processo que privilegiava a tomada de decisões e de fixação dos objectivos e metas a atingir 'de cima para baixo' e que, articulando-se com eles, se estende por quantos organismos estatais intervêm na produção e na comercialização (90).

Tal processo assenta nos princípios de actuação de órgãos similares dos países do 'bloco de Leste' --- alguns deles com técnicos seus trabalhando como consultores na CNP --- e consiste fundamentalmente de uma tentativa de conciliação, através de um processo de consultas mútuas entre os organismos de planeamento dos vários ministérios --- i.e., sempre ao nível da cúpula do aparelho burocrático ---, dos planos sectoriais apresentados por cada um deles.

Mas o que marca mais decididamente a filosofia do planeamento levado a cabo é, adicionado a este facto, o de ele ser baseado em princípios em que não havia lugar à tomada em consideração das possibilidades efectivas da sua concretização: estava-se no domínio quase absoluto do exercício de um '*wishful thinking*' em que o plano, estabelecido com a ajuda de normas técnicas

89. Vê MUYTS, Marc "Money, planning and rural transformation in Mozambique", in The Journal of Development Studies, vol.22, nº 1, Oct/1985.

90. Vê POSTILLO, S. The present day crisis..., op. cit., pg 17/8

rígidas e válidas para todo o país, previa que se se pudessem dispôr dos vários *inputs* indicados e nas quantidades necessárias se produziriam as quantidades estimadas. Assim, bastava que aqueles recursos não estivessem efectivamente disponíveis na forma, na quantidade, no tempo e no local previstos para comprometer a execução integral do plano. Ora, dadas as condições objectivas do funcionamento da economia, falhas nestes domínios seriam tendencialmente a realidade mais vulgar mas isso não era reflectido cabalmente no processo de planeamento e nas opções quanto a metas a que ele conduzia devido à interpretação essencialmente burocrática que se fazia do processo de planeamento.

Esta interpretação traduzia-se numa quase completa ausência de *feedback* e conseqüente correcção dos planos entre os escalões superiores e inferiores das estruturas envolvidas no processo de elaboração e de execução dos planos --- incluindo as unidades encarregues da execução no terreno. A conseqüência mais visível era o sistemático desajustamento entre os níveis planeados e reais da produção.

Se a actividade da CNP abrangia todo o sector económico estatal o mesmo não acontecia em relação aos demais sectores, principalmente no domínio da produção.

De facto, no sector cooperativo nem todas as cooperativas estavam incluídas nos planos estatais centrais (PEC's) controlados superiormente pela CNP e as centenas de machambas colectivas sem estatuto de cooperativas que existem também neles não estavam incluídas.

Por outro lado, o sector privado só parcialmente estava abrangido. Se a sua cobertura era praticamente total na indústria já na agricultura e no comércio isso não acontecia embora naquela as unidades de produção mais significativas estivessem integradas no plano estatal central. A sua inserção no plano fazia-se principalmente pela via do fornecimento de *inputs* que são necessários ao seu processo produtivo.

Quanto ao sector familiar, a sua natureza não facilitava a sua submissão a esquemas de planeamento da produção. Assim, ele só era enquadrado no esquema geral de controlo da economia de uma forma indirecta como era o escoamento da sua produção excedentária (principalmente das culturas comerciais

como o cajú, o algodão e o milho) e o fornecimento, em troca, de vários bens de consumo e de produção. O problema é que os preços a que eram compradas as produções aos camponeses eram baixos e que aqueles bens de troca não existiam senão em pequenas quantidades, irregularmente e nem sempre no tipo desejado pelos camponeses (91).

### VIII.2.2 --- Em busca de uma política agrícola

Reforçadas no III Congresso as ênfases na criação de um sector estatal agrícola "dominante e determinante" e na procura de acelerar do crescimento das forças produtivas, os esforços da política agrícola vão-se orientar nesse duplo sentido. É assim que o então Ministro da Agricultura, Joaquim de Carvalho declara na abertura do II Conselho Agrário, cerca de dois meses depois do Congresso, que

"O Governo da RPM, consciente da necessidade de fortalecimento do sector estatal decidiu lançar um vasto programa de fortalecimento deste sector, procurando dotá-lo com os meios materiais e humanos necessários o que implica a aquisição de maquinaria." (92)

Por outro lado, documento sobre cooperativas e sua organização debatido neste Conselho prevê que

"a organização concreta do trabalho no seio das cooperativas, o seu controlo, pelas estruturas do Estado é o único meio de se saber a real viabilidade económica das cooperativas (...).

A correcta organização do trabalho nas cooperativas traduz-se na existência de normas de trabalho ou, por outras palavras, na existência de tarefas concretas a cumprir (...) [que] embora devam

91. Vd elementos sobre a política de preços e de comercialização agrária na ponta seguinte.

92. Vd jornal Notícias, 28/4/1977. Terá sido este um dos factos que melhor traduziram então o espírito de relativa abundância resultante das grandes disponibilidades financeiras de que o país dispunha na época e que foram referidas atrás.

ser sujeitas à aprovação dos camponeses e inclusivé à sua comparticipação, a iniciativa do seu aparecimento não pode partir deles porque não estão preparados para isso". (93) [sublinhadas no original - AS]

Daqui transparecem uma manifesta desconfiança em relação à capacidade de os camponeses participarem de *motu próprio* na cooperativização da produção agrícola e, principalmente e ao abrigo de tal desconfiança, uma evidente intenção de submeter cooperativas e cooperativistas a forte controlo por parte do Aparelho de Estado, nomeadamente através do sistema de planificação da produção. Daqui à situação de 'trabalhadores ao domicílio' por conta do Estado a distância não é muita.

Tudo isto traduz uma posição com paralelo no marxismo mais ortodoxo, nomeadamente no próprio Marx e na política agrícola do estalinismo.

Estas orientações não são, porém, aceites de uma forma pacífica e sem qualquer oposição. Se este facto já se manifestara nos textos do III Congresso sob a forma de uma certa ambiguidade quanto ao peso a dar no processo de transformação social --- nomeadamente do mundo rural --- aos sectores estatal e cooperativo, as reticências a uma crescente ênfase na estatização da economia e a uma tendência ao controlo das cooperativas pelo Estado manifestam-se agora também nos jornais.

Assim, em comentário ao "Papel da agricultura na edificação do socialismo" que se prefigurava no discurso do Ministro da Agricultura, diz-se nas páginas do jornal Notícias de Maputo no próprio dia em que foram publicadas aquelas declarações, que

"O Ministro da Agricultura (...) é uma estrutura de apoio. Ele não é dono das forças produtivas e não pode, por isso, impôr a produção disto ou daquilo."

E logo adiante acrescenta-se que é

---

93. Vd II Conselho Agrário As cooperativas, Maputo, 27/4/77, pg 7/8

"da mobilização das massas camponesas para a formação de cooperativas e Aldeias Comunaís (...) em conjugação com o apoio técnico dos trabalhadores do Ministério da Agricultura (...) nascerá o sucesso para as tarefas que recaem sobre o sector agrário." (94)

Correspondendo à orientação traçada pelo ministro é, porém, intensificado o esforço de expansão do sector agrícola estatizado e do seu equipamento em meios mecânicos. Região a que é dedicada especial atenção é o vale do rio Limpopo, definido no III Congresso como devendo transformar-se no "celeiro do país". A ocorrência, no início de 1977, de grandes cheias na região destruiu parte importante das culturas e das infraestruturas mas, obrigando a uma atenção especial para a sua recuperação, dava simultaneamente o motivo necessário para uma intervenção em força.

Assim e por exemplo, se na campanha de 1976/77 a Unidade de Produção do Chokwe (Gaza) era constituída por cerca de 5000 ha de terras dispersas que tinham sido abandonadas pelos colonos, durante o ano de 1977 esta área triplicou, passando a constituir a unidade de produção (Complexo Agro-Industrial do Limpopo - CAIL) com maior contiguidade geográfica. Tendência semelhante se registou na região do Baixo Limpopo onde a área sob controlo directo do Estado também triplicou de 1976/77 para 1977/78, atingindo os cerca de 5500 ha (95). Enfim, ao nível nacional o sector estatal também se expandiu muito, passando a ocupar cerca de 100 000 ha no total.

Por outro lado, durante o ano de 1977 adquiriram-se cerca de 1200 tractores, dos quais 1000 foram distribuídos pelas empresas estatais agrícolas e os restantes 200 aos parques de máquinas do Ministério da Agricultura para serem alugados aos vários sectores de propriedade mas com prioridade para as machambas estatais (96).

94. Vd jornal Notícias, 28/4/77

95. Vd relatórios do Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL) ao 1º Secretário Nacional do Sector Estatal Agrário, Fevereiro de 1979

96. Vd Ministério da Agricultura/ II Conselho Consultivo Alargado do Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODCA) Documento Final, Maputo, 15/8/80, pg 7

Calcula-se que a compra de maquinaria agrícola e demais *inputs* necessários para a preparação da campanha agrícola de 1977/78 no sector estatal tenha correspondido a um investimento de cerca de 2,5 milhões de contos (cerca de 75 milhões de dólares/USA ao câmbio da época), o que equivale, só por si, a cerca de metade do valor global das exportações daquele ano. De notar que a maior parte destes gastos foram em divisas.

Entretanto, algo diferente se passava em relação aos demais sectores de propriedade. Os sectores cooperativo e privado não receberam quase nenhum equipamento o que se em relação ao segundo é compreensível no quadro da estratégia já não o é tanto em relação às cooperativas. Para estas a solução adoptada foi a de procurar fornecer-lhes trabalho-máquina e assistência técnica através das machambas estatais e da MECANAGRO, a empresa estatal que controlava directamente a maior parte do parque de máquinas. Isto, porém, só muito deficientemente foi conseguido (97).

Diferente também foi a situação para o sector familiar. Em contraste com o esforço de investimento em máquinas no sector estatal e de que não colheu qualquer benefício (directo ou indirecto), 1977 e 1978 viram prolongar-se a crise iniciada em 1975 relativamente ao abastecimento em instrumentos de produção manuais: enxadas, catanas, machados, etc.

Assim, em 1977 e 1978 p.ex., a média anual de enxadas disponíveis no mercado terá rondado as 400-500 mil unidades, o que representava naquela época apenas cerca de 15-20% das necessidades. Panorama semelhante era o relativo aos demais instrumentos de produção mais utilizados pelos camponeses: as catanas satisfizeram 30-40% das necessidades e os machados não representaram mais que uns magros 8% (98).

97. *Id.*, Algunas sugestões de accões para o desenvolvimento cooperativo agrário, polic, 1980, pg 2.

98. *Ve* SOGGE, David Hammer and hoe: local industries under state socialism in Mozambique, tese de Master of Philosophy, Institute of Social Studies, Haia (NL), 1985, pg 170

Além disso, é significativo que o sector familiar não tenha recebido em 1977 nenhum crédito agrícola enquanto que o sector estatal absorveu cerca de 85% do total de crédito autorizado.

Enfim, tudo isto demonstra a concentração no sector estatal da esmagadora maioria do esforço de investimento na agricultura que então se fez.

Mesmo considerando que uma parte importante deste investimento inicial se destinava a repor equipamentos entretanto tornados inoperacionais ou que tinham saído de Moçambique levados pelos colonos, a verdade é que se estava perante uma intensificação significativa da mecanização da produção e, neste sentido, de crescimento das forças produtivas: o parque de tractores tendia a aumentar rapidamente, a sua potência média era agora superior e, principalmente, apareciam em quantidades importantes as grandes auto-combinadas desconhecidas no período colonial quer devido ao baixo custo da mão-de-obra quer devido à moderada dimensão média das explorações de cariz capitalista nas zonas e nas culturas onde poderiam ser utilizadas (vale do Limpopo e arroz e trigo).

A concentração de terras associada ao processo de estatização das explorações --- processo que tinha levado e continuava a levar à expulsão de muitos agricultores moçambicanos das terras que ocupavam --- estava em estreita relação dialéctica com esta intensificação do crescimento das forças produtivas: este exigia a concentração das terras e esta trazia como resultado a necessidade de se recorrer a métodos de agricultura mais mecanizados já que a agricultura extensiva não é compatível com a utilização em todas as tarefas de meios manuais ou, mesmo, da tracção animal.

Por outro lado, tudo era colocado ao serviço da recuperação da produção segundo um padrão de culturas que no essencial copiava o do período colonial.

Assim, por exemplo, os planos de produção da campanha de 1977/78 no sector estatal do Vale do Limpopo previam para a cultura do arroz áreas correspondentes a 80-90% da terra a cultivar sendo a maioria das restantes culturas também características principalmente do padrão de produção e de consumo colonial e urbano: trigo, tomate, batata, etc. (29).

Aqueles números traduzem, além disso, a manutenção (e até aumento) da prática da monocultura. Esta foi a tendência verificada também noutros locais onde o sector estatal se desenvolveu. Por exemplo no Complexo Agro-Industrial da Angónia (CAIA), província de Tete, adoptou-se

"a decisão de vocacionar o sector agrário [estatal] nesta área essencialmente para a produção do milho, suprimindo a diversidade da produção nos sectores pecuário e hortícola que caracterizava as empresas dos colonos (...)." (100)

No Norte do país o sector estatal procurou recuperar a produção do algodão --- também aqui em regime de monocultura --- como forma de combater a quebra da produção deste produto essencial na exportação de Moçambique.

Também no sector cooperativo a política adoptada favoreceu a continuação e, até, o reforço (através da monocultura) do padrão colonial de culturas agrícolas. Este foi o resultado de se ter privilegiado a constituição de cooperativas tendo por base produtiva antigas machambas de colonos entretanto abandonadas e que poderiam agora retomar a produção (101).

Enfim, o padrão de apoio pelo Estado aos vários sectores de propriedade deixava bem claro que a política prosseguida ia no mesmo sentido da salientada por ROESCH (1984) para o Vale do Limpopo:

"A intenção do plano era clara: restabelecer os níveis coloniais de produção no Vale do Limpopo quase exclusivamente através das formas de produção recentemente organizadas, especialmente o sector estatal, sem assentar na capacidade produtiva do sector camponês." (102)

99. Vd nota 11

100. Vd CEA/UEM Organizar os trabalhadores das machambas estatais: o caso do CAIA (Complexo Agro-Industrial da Angónia), CEA/UEM, Maputo, 1983, pg 5

101. Vd CEA/UEM O desemprego e a sua ligação com o campo, CEA/UEM, Maputo, 1979, pg 29

102. Vd ROESCH, Otto "Peasants and collective agriculture in Mozambique" in BARKER, Jonathan (ed) Politics of agriculture in Tropical Africa, Sage, Beverly Hills/CA/USA, 1984, pg 364

Isto verificava-se apesar da importância fundamental deste último sector na satisfação das necessidades alimentares da população. Recorde-se aqui que em 1970 a produção camponesa representava cerca de 70% da produção agrícola total --- incluindo cerca de 1/3 da produção comercializada --- e que mesmo após a Independência as vendas no mercado pelo sector familiar continuavam a representar uma parcela muito importante das vendas de produtos agrícolas: 100% do cajú, cerca de 55% do algodão-carçoço, 53% do milho, 92% do feijão e quase 100 do amendoim (103).

Significativo deste contexto de menosprezo do papel do sector familiar na produção agrícola são declarações do então Ministro da Agricultura, Joaquim Carvalho, em que são bem patentes as influências do dualismo já identificadas atrás:

"Esta situação [de baixa produtividade] explica que ao falarmos do sector familiar identificamo-lo a uma agricultura de subsistência, para autoconsumo, distorcida, incapaz de contribuir para uma dieta alimentar equilibrada." (104)

Creemos que para além dos factores de natureza mais estrutural referidos que contribuíram decisivamente para a ênfase no sector estatal nas decisões do III Congresso outros factores há, de natureza mais conjuntural, que justificaram a aceleração da afectação de recursos a favor deste sector que foi prosseguida pela *praxis* da Política Económica.

Desses factores o mais importante foi a ocorrência das cheias nos vales do Limpopo e do Incomati em 1977.

-----  
103. Vd Ministério das Finanças /BPM Relatório sobre a situação actual do desenvolvimento agrícola e propostas de alteração à política de crédito, polic., Maputo, Setembro/1978, pg 19

104. Vd Notícias de Maputo, 7/6/1978, pg 4.

Afectando significativamente a produção --- já de si em crise --- e provocando a destruição de muitas habitações (105), estas cheias proporcionaram um motivo para a aceleração do processo de transformação das estruturas económicas e sociais na região num quadro económico e organizativo global de grande fragilidade.

O efeito principal da mobilização de esforços a que então se procedeu deu-se no domínio do realojamento das populações em Aldeias Comuns erigidas em zonas ao abrigo das cheias.

Esta movimentação facilitou a simultânea reorganização da produção levando à rápida extensão do sector estatal segundo as linhas já definidas atrás e que se concretizaram, no domínio formal e organizativo, na constituição do CAIL e da UPBL (106).

Por outro lado e em articulação dialética com os factores estruturantes e de aceleração do processo, a *praxis* da Política Económica no domínio agrícola prosseguida neste período corresponde também a uma determinada interpretação do que deveria ser a dinâmica do processo de transformação económico-social. Esta interpretação aparece subjacente ao discurso que o então Ministro da Agricultura, Joaquim Carvalho, proferiu na abertura do III Conselho Agrário no início de Junho de 1978 e constitui uma tentativa de ultrapassar a ambiguidade da definição da política agrícola tal como resultava das orientações do III Congresso.

Nele se reafirma a necessidade de promover uma política de socialização da produção através do desenvolvimento dos dois sectores de produção colectiva. Dados, porém, os condicionalismos estruturais e conjunturais que rodeiam cada um deles, eles deverão desenvolver-se segundo ritmos diferentes e segundo linhas que, sendo também elas diferentes, serão complementares de modo a que um dos sectores --- o estatal --- possa vir a servir de apoio ao desenvolvimento do outro --- o cooperativo.

105. Vé Comissão Nacional do Plano Informação económica, Jan/84, pg 42. Os prejuízos causados pelas cheias foram avaliados em cerca de 33 milhões de dólares americanos.

106. Vé ROESCH, O., op. cit., pg 303/4

Para ele o sector estatal é aquele cujo desenvolvimento e consolidação se deve fazer mais rapidamente quer por razões económicas quer por razões políticas.

Estas decorriam do facto de as machambas estatais serem, pelas suas características --- concentração de grandes massas de assalariados e de forças produtivas materiais importantes --- um instrumento importante quer do crescimento da classe operária quer da melhoria da sua consciência de classe e por isso, da sua capacidade de intervenção na luta de classes e de determinação do processo social (107). Ora isto era tanto mais importante quanto se entendia como subjacente a todo o processo político-social moçambicano a necessidade de ser o operariado, e não o campesinato, a força dirigente da construção da sociedade socialista.

Sob o ponto de vista económico o rápido desenvolvimento do sector estatal justificava-se quer pela reconhecida necessidade de recuperar rapidamente a produção quer porque era este o sector que poderia contribuir mais rapidamente para aumentar a acumulação interna (108).

Por outro lado, esta tática seria essencial até para permitir o desenvolvimento do sector cooperativo. Seria o apoio do sector estatal ao sector cooperativo traduzido em apoio técnico-material, em formação dos camponeses e, até, em comercialização das suas produções que permitiria o seu florescimento. Esta seria, aliás, uma das razões para promover a criação de uma malha de unidades de produção estatais estrategicamente disseminadas por todo o país.

As razões políticas e económicas que justificavam a prioridade absoluta, num primeiro tempo, ao sector estatal não podiam ser satisfeitas pelo necessariamente mais lento desenvolvimento do sector cooperativo já que

"a socialização da agricultura deve obedecer aos princípios ensinados por Lénine no seu plano cooperativo, nomeadamente a adesão voluntária dos camponeses às cooperativas e o gradualismo na colectivização da propriedade e do trabalho." (109)

107. Vd jornal Notícias, 7/6/78

108. Vd Ibidem

109. Vd Ibidem

Aliás, já em Outubro de 1976, aquando do I Seminário Nacional de Cooperativas, Joaquim Carvalho, ao mesmo tempo que defendia que o Estado devia reservar as suas possibilidades para actuar nos sectores-chave da economia, reconhecia que o desenvolvimento do movimento cooperativo seria um processo lento, fruto de uma luta prolongada, em que apesar de o Estado dever apoiar um tal desenvolvimento este deveria ser fundamentalmente o resultado da progressiva mobilização dos camponeses para a produção colectiva (110).

Com vista a tornar possível aquela socialização da agricultura familiar defendia-se no discurso do III Conselho Agrário uma actuação que transformasse aquela agricultura familiar quer pela via da produção quer pela da comercialização.

Ao nível da produção havia que promover a progressiva substituição das machambas familiares isoladas por machambas agrupadas em blocos (111). Estes ao permitirem agregar numa área contígua blocos de terra pertencentes a diversos produtores mas ocupados com uma mesma cultura, permitiriam não só a melhoria da produtividade ao possibilitarem a introdução de inputs tecnologicamente superiores e potencialmente mais produtivos do que os usuais na produção familiar como também abriam as portas a uma mais íntima e permanente cooperação entre os camponeses. Isto constituiria uma primeira fase da socialização da agricultura familiar.

Estas transformações no domínio da produção do sector familiar só teriam viabilidade se fosse possível, simultaneamente, acompanhá-las por uma eficaz rede de comercialização dos seus produtos e de abastecimento dos camponeses em produtos de primeira necessidade vendidos a preços justos, subentendendo-se neste domínio uma melhoria dos termos de troca internos a favor dos camponeses (112).

110. Vd *Ibidem*

111. Vd I Seminário Nacional de Cooperativas, Doc Inf nº 44, COT Banco de Moçambique, 9/11/1976, pg 19

112. Vd Notícias, 7/6/79

Desta política assim definida, a face mais evidente foi sem dúvida a ênfase no sector produtivo estatal. Ora esta orientação, que como vimos não foi aceite sem alguma contestação, sofreu um rude golpe com a forma como decorreu a colheita de arroz no Complexo Agro-Industrial do Limpopo em 1978.

De facto, devido àquilo a que alguns designaram por "erros de planificação" (113),

"todo o processo se atrasou (...) resultando que o equipamento não fosse o suficiente para a ceifa e a participação das populações não fosse também em número suficiente." (114)

A situação existente e as justificações adiantadas eram tanto mais incompreensíveis quanto era sabido o enorme esforço de investimento em maquinaria que se tinha realizado na região nos últimos anos e que tinha levado à utilização de equipamentos adequados à colheita mecânica quando no período colonial toda a colheita era feita manualmente.

QUADRO VIII-2

EQUIPAMENTO DO C.A.I.L.

| Tipo de máquinas | 1976 | 1977 | 1978 |
|------------------|------|------|------|
| tractores        | 98   | 193  | 193  |
| auto-combinadas  | -    | 49   | 133  |

Fonte: SSRLI Programa de desenvolvimento acelerado da Região do Limpopo e Encornaci; policop; s.d.(1981?)

113. Vd Relatório do CAIL ao 1º Seminário do Sector Estatal Agrário, op. cit., pg 11. Sublinhado meu.

114. Vd Ibidem

Face à eminência de uma colheita catastrófica decidiu-se recorrer à massiça mobilização política quer da população da região quer de populações de zonas mais afastadas, incluindo da cidade de Maputo, para colaborarem na ceifa.

Para avaliar do esforço efectuado e dos custos (transportes, alojamento, alimentação, etc.) que tiveram que ser suportados refira-se que se avaliou em cerca de 30 mil as pessoas que foram movimentadas por este processo, cerca do triplo do normalmente necessário. De facto,

"30 mil pessoas se devidamente enquadradas e organizadas e com experiência em operações de ceifa teriam realizado em 25 dias de trabalho útil cerca de 35 mil hectares." (115)

Consequência imediata do enorme desperdício de energias e dos elevados custos que houve que suportar para garantir a colheita, foi a condenação veemente pela IV Sessão do Comité Central da FRELIMO (Agosto/1978) da política económica que tinha conduzido a tal resultado. No seu rescaldo, o Ministro da Agricultura foi demitido do seu cargo e expulso do Partido (116).

Porém e paralelamente, a demissão em causa tinha também um significado político inegável: a condenação de uma Política Económica que se traduzira naquilo que se considerava ser a

"permanente recusa a implementar a prioridade definida pelos órgãos dirigentes em relação às Aldeias Comunsais." (117)

Isto, que traduzia segundo a resolução do C.C. uma concepção errada do desenvolvimento e uma falta de confiança nas capacidades dos camponeses, entrava em conflito com um vector da estratégia definida no III Congresso que

115. Quando a área a ceifar era apenas de cerca de 15 mil. Vd *ibidem*

116. Vd IV SESSÃO DO C.C. DA FRELIMO Resolução sobre casos disciplinares, Doc Inf CEDIMO Serie A nº 17, pg 9.

117. Vd *ibidem*

era publicamente reafirmada: o da importância do processo de socialização do campo através da constituição de Aldeias Comunais e de apoio ao movimento cooperativo como sua base fundamental de produção.

A necessidade de dinamizar este apoio tinha estado na origem da criação, em Março de 1978, da Comissão Nacional das Aldeias Comunais (CNAC) e viria a estar na base da criação, já em 1979, do Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODCA) (118).

Simultaneamente e com uma ênfase que tinha estado ausente nas decisões do III Congresso, chama-se agora a atenção para a necessidade de

"reforçar também o apoio à produção agrícola familiar, que ocupa ainda um lugar preponderante na economia." (119)

A procura deste reforço traduz, entre outras, uma preocupação especial com a quebra que continuava a verificar-se na comercialização pelos camponeses dos seus produtos agrícolas por isso pôr em causa quer o abastecimento alimentar das cidades, quer o fornecimento de matérias primas à indústria quer, ainda e principalmente, as receitas em divisas necessárias ao financiamento do desenvolvimento devido à quebra da comercialização dos produtos de exportação (120).

A preocupação com aquela quebra da comercialização e a consciência de que ela se relacionava intimamente quer com a ruptura dos circuitos comerciais após a independência quer com a incapacidade de, mesmo através proliferação das Lojas do Povo, providenciar um satisfatório abastecimento das populações nas zonas rurais, levava já à constituição de uma Comissão Nacional de Abastecimento que, no entanto, não conseguiu melhorar a situação.

De facto, e devido designadamente à quebra daqueles circuitos comerciais e dos meios de transporte, a maior parte dos produtos destinados ao abastecimento das populações rurais não chegava até elas: as principais

118. Note-se a visão intervencionista que, significativamente, o próprio nome escolhido para o organismo encerra: as cooperativas seriam (pelo menos aparentemente) organizadas e desenvolvidas pelo Aparelho de Estado.

119. Vd *Idea*, Comunicação final, *Idea*, pg 7

120. Vd MACHBL, Saare A luta contra o subdesenvolvimento, op. cit., pg 49.

beneficiárias desta situação eram as populações urbanas e aqueles que, de uma forma ou de outra e tanto na cidade como no campo, estavam de algum modo ligados ao Aparelho de Estado e ao sector estatal de produção e de distribuição. P.ex., calcula-se que em 1982 e 1983 a percentagem de produtos para abastecimento rural que chegou de facto aos camponeses representou apenas 1/5 do total previsto; os restantes 4/5 foram distribuídos por agentes do Estado e do sector estatizado (121).

Por outro lado, a crescente preocupação com a manutenção das produções destinadas ao comércio externo --- e nas quais o sector familiar de produção tinha uma quota-parte muito importante como era o caso do cajú e do algodão --- está bem patente na criação, em 1979, das Secretarias de Estado do Cajú e do Algodão (Outubro/79).

Estas tinham como objectivo imediato o de promoverem o desenvolvimento daquelas produções e o aumento do seu controlo pelo Aparelho de Estado. Objectivo mais profundo era o de procurar aumentar a renda 'diferencial' de que o sector estatal beneficiava face à grande diferença entre o preço de exportação e o preço pago ao produtor: em relação ao cajú, por exemplo e em relação aos anos 1977-79, este preço terá correspondido apenas a cerca de 1/5 da receita de cada quilo de cajú exportado --- já descontada a quebra (cerca de 80%) que resulta da transformação da castanha em amêndoas:

-----  
121. Vé PERCILLI, E. op. cit., p. 51

QUADRO VIII-3

Comparação entre preço ao produtor e receita de exportação do cajú (MT/kg)

|                           | 1977 | 1978 | 1979 | média 77-79 |
|---------------------------|------|------|------|-------------|
| (1) preço ao produtor     | 3.5  | 3.5  | 3.5  | 3.5         |
| (2) receita da exportação | 17.3 | 15.6 | 16.9 | 16.6        |
| (3) (1) / (2) %           | 20.2 | 22.4 | 20.7 | 21.0        |

Fontes: Preços ao produtor: WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington, Dc, Maio/1988, pg 50;

receitas de exportação: CNP/DRE Informação estatística 1975-1986, Maputo, 1986, pg 69 (122).

Isto traduz da parte do sector estatal um aumento da ênfase nos rendimentos 'diferenciais' da comercialização (123) de produtos de exportação como fonte de excedente inversível mais, talvez, do que dos rendimentos da produção em si já que neste tipo de produções, com excepção do algodão e do açúcar, o seu papel nesta era reduzido.

Isto sucedia numa época em que se agudizava a crise das demais fontes potenciais de acumulação, incluindo a que resultava do pagamento diferido de parte dos salários dos mineiros moçambicanos na RAS. Assim, à

122. Nota sobre os cálculos: Os valores aqui apresentados devem ser entendidos a título fundamentalmente indicativo. O valor da 'receita de exportação' foi calculado dividindo o valor da exportação da amêndoa de cajú pela toneladas exportada. Considerando, no entanto, que na transformação da castanha (o que é produzido pelos camponeses) em amêndoa há uma quebra de 80% no peso (i.e., cada 100 kgs de castanha dão origem apenas a 20 kgs de amêndoa), dividiu-se o valor do kg de amêndoa exportado por 5 (cinco) para determinar o preço de cada kg de castanha que é exportado. Note-se também que nas comparações efectuadas não se entra em consideração com os custos da transformação da castanha em amêndoa nem com os de comercialização quer a montante quer a jusante do processo de transformação.

123. Como veremos adiante, esta ênfase no circuito de comercialização mais do que no de produção foi o resultado de múltiplas circunstâncias e influências. Refiram-se aqui apenas às a título ilustrativo: a impossibilidade prática de as empresas estatais e demais empresas do sector estatal de produção serem rentáveis dadas as condições objectivas em que trabalhavam (dificuldade de abastecimento de inputs, deficiências de gestão, política de preços na produção, etc.) e uma certa influência do espírito de 'cantineira' e de comerciante, em geral, que vinha do período colonial. Como veremos também, esta ênfase na comercialização foi também seguida pelo sector privado que, através dela, veio a constituir-se no principal beneficiário, via mercado negro nas mãos, da estratégia de desenvolvimento que foi prosseguida no período em análise.

medida que a crise das fontes coloniais de excedente aumentava, aumentava também a dependência do Estado face às fontes internas, nomeadamente o sector agrícola e dentro dele, o sector de produção camponesa para exportação.

### VIII.2.3 -- Divergências quanto à estratégia a prosseguir

A política económica seguida não foi o fruto de uma linha única de orientação no seio da Frente. Pelo contrário, na sequência das divergências que se tinham tornado mais nítidas durante o ano de 1976, continuaram a defrontar-se (124) concepções várias quanto à linha estratégica a seguir. A divergência fundamental continuava a ser em relação à atitude a tomar face aos sectores familiar e cooperativo, por um lado, e ao sector estatal de produção agrícola, por outro.

A necessidade de reforçar o apoio ao sector familiar era enfatizada por uns principalmente como uma forma de assegurar a sua contribuição para o comércio externo do país (125). Outros, porém, enfatizavam-na principalmente como forma de reforçar económica e politicamente o movimento cooperativo através de uma prévia melhoria das condições de produção e de vida dos camponeses que permitisse libertar parte do seu tempo de trabalho de modo a que eles se pudessem dedicar mais intensamente à produção colectiva.

Esta linha de pensamento, em que se notava alguma influência das concepções maoistas sobre o desenvolvimento e a transição para o socialismo, era a que enfatizava também a organização autónoma dos produtores directos e vai-se manifestar com grande intensidade no rescaldo das modificações introduzidas na direcção da política agrícola (126).

124. Ainda que menos explicitamente e ainda que de uma forma que, como já salientado, passava mais por dentro dos vários intervenientes do que entre grupos mais ou menos organizados.

125. Em exportações e em redução das necessidades de importação de bens alimentares e matérias primas

126. Vd, entre outros, Ministério das Finanças /EPN Relatório sobre a situação ..., op. cit.; DOLNY, Belesa e SENNA, Bonice Brave análise sobre a produção colectiva e a actuação do Serviço de Cooperativas [do Min. Agricultura], dactilg., (Maputo), Out/1978; e Relatório do grupo de trabalho para a elaboração de propostas de actuação relativas a questões ligadas à produção agrícola, polít., (Maputo), Dez/1978

De facto, a experiência colhida até então permitia deduzir a existência de um conflito entre a produção familiar e outras actividades (produção artesanal, trabalho assalariado, etc.) quanto à utilização do tempo de trabalho dos camponeses.

Este conflito, mais agudizado nos períodos de "pico" do trabalho agrícola (sementeira e colheitas), era patente na grande maioria --- mas não na totalidade --- das famílias camponesas mas tornava-se especialmente nítido naquelas que tinham menor capacidade produtiva em mão-de-obra e/ou instrumentos de trabalho. Ora, eram estas que constituíam o principal grupo social a que se dirigia o processo de cooperativização da produção agrícola familiar.

Note-se que esta concepção da necessidade da melhoria prévia das condições de produção familiar tem como pressuposto o reconhecimento de que as famílias camponesas, na sua grande maioria, não dispõem de uma margem significativa de capacidade produtiva não utilizada --- nomeadamente de mão-de-obra, o seu principal factor de produção --- que seria mobilizável para a produção cooperativa. Isto vai em sentido contrário ao pressuposto que tinha estado subjacente à definição da estratégia que estava em aplicação de que os camponeses tinham, na sua grande maioria, tempo de trabalho disponível que lhes permitia passarem à produção cooperativa (127).

Recorde-se que uma luta pelo tempo de trabalho do camponês se tinha desenrolado igualmente no período colonial. Durante este, porém, o MPC teve à sua disposição instrumentos --- imposto, chibalo, culturas forçadas --- que agora não eram susceptíveis de utilização. Esta nova realidade deixava os camponeses muito mais livres para regularem a afectação do seu tempo de trabalho em função dos seus interesses. Reverso da medalha, obrigava o novo poder a utilizar instrumentos mais marcadamente económicos --- como o escoamento dos produtos dos camponeses, o abastecimento destes com os bens por eles requeridos e os termos de troca internos (128) --- em complemento dos instrumentos

127. Esta exige, devido ao seu padrão de agricultura (padrão de culturas agrícolas, tecnologia utilizada, etc) muito mais horas de trabalho que a produção familiar para que seja eficiente. Vd *Ibídem*, pp 3

128. Vd NACEBL, *Sancra*, op. cit., pp 49

mais marcadamente políticos --- como era a mobilização política, o instrumento em que mais se confiava --- cuja efectividade e duração dos efeitos não são normalmente muito grandes.

Por outro lado e tal como no período colonial, a par de um elemento económico existe neste conflito pelo tempo de trabalho do camponês um elemento político-social importante que passava pela questão do seu controlo bem como do controlo do (sobre)produto com ele obtido. O que estava em causa aqui era um vector de luta (de classes) pelo controlo do processo social.

Por um lado, ao passar da agricultura familiar para a agricultura cooperativa o camponês estava a abdicar de uma parte importante da sua autonomia --- nomeadamente da autonomia da determinação da utilização do produto do seu trabalho, a qual sempre fora totalmente dele apesar de sujeito a condicionantes mais ou menos fortes --- em benefício de um órgão colectivo cujo controlo teria que partilhar com os demais membros da comunidade; por outro, devido ao papel crescente que vinha assumindo na regulação da economia, ele teria agora que partilhar o controlo do seu processo social com um Aparelho de Estado --- i.e., com o grupo social que o dominava --- que tinha uma visão em que eram evidentes as manifestações, por vezes excessivas, de dirigismo e de centralização dos poderes (129).

Enfim, é nítido que se à relativa ambiguidade existente na definição da estratégia agrícola pelo III Congresso respondeu o Ministro Joaquim Carvalho --- e, com ele, toda uma linha de pensamento --- com uma *praxis* de Política Económica que se traduziu na priorização absoluta do sector estatal e a subalternização dos sectores cooperativo, familiar e privado, a linha ideológica que naquela estratégia enfatizava especialmente o apoio aos sectores cooperativo e familiar continuava a ser capaz de, pelo menos, tentar impôr uma revisão da *praxis* da política até então prosseguida na agricultura e fazê-lo reflectir nas orientações dos órgãos máximos do Estado e do Partido.

129. Vd. *Íd.*. Vd. também e a título ilustrativo da visão intervencionista sobre as cooperativas perfilhada por uma parte do Aparelho de Estado, II Conselho Agrário às cooperativas, op. cit.

Isto demonstra que sob a capa de uma (aparentemente) mesma estratégia aprovada no III Congresso continuavam a defrontar-se concepções diferenciadas sobre qual a tática a seguir e nomeadamente, sobre a via para a transformação da agricultura familiar no quadro da transição para o socialismo.

Significativo é, também, que após uma tentativa de aplicação da "teoria dos blocos" na província de Cabo Delgado durante 1978, o governo provincial de então tenha, em Fevereiro de 1979, proibido a continuação da experiência condenando-a como sendo

"reacionária e baseada na falsa premissa de que os camponeses africanos são individualistas por natureza e por isso não estão preparados para começar uma transformação socialista do campo."  
(130)

Isto, considerava o governo provincial, não era verdade uma vez que os camponeses já teriam demonstrado o seu apoio massiço ao programa de cooperativização imediata da produção agrícola familiar (131). A contradizê-lo estava, no entanto, a realidade: na época existiam na província apenas 19 cooperativas e que em todo o país, durante a campanha de 1978/79 existiam sómente 300 cooperativas envolvendo cerca de 30 mil cooperativistas, isto é, cerca de 0,6% da população activa na agricultura.

Esta atitude para com a "teoria dos blocos" demonstra que prosseguia a tensão existente no interior dos escalões superiores de decisão entre duas linhas de pensamento e de acção em matéria de política agrícola. A demissão do Ministro da Agricultura não contribuíra decisivamente, afinal, para uma clarificação das opções no sentido de uma maior e efectiva ênfase na melhoria do sector familiar. A ambiguidade, que Joaquim Carvalho procurara resolver em determinado sentido, prosseguia.

130. Vd HANLON, J. op. cit., pg 109

131. Vd *Ibidem*

Isto mesmo aparece como evidente na continuação da orientação de privilegiar a execução de grandes projectos de desenvolvimento, necessariamente envolvendo o Estado e a mobilização de elevados recursos humanos e financeiros para o sector estatal de produção (132).

A confirmação desta orientação é feita ainda em Agosto de 1978, quase simultaneamente com a condenação da política até aí prosseguida pelo ex-Ministro da Agricultura e apesar de se reconhecer, pela voz do presidente da FRELIMO,

"a escassez de recursos materiais e financeiros, a carência de quadros políticos e tecnicamente preparados e à nossa inexperiência (...). (133)

Isto significa, numa perspectiva de política económica, que a um certo diagnóstico da situação --- mesmo que incompleto, superficial --- não corresponderam as adaptações nas orientações para que ele apontava, nomeadamente a redução da ênfase num tipo de desenvolvimento que era extremamente exigente em recursos materiais, financeiros e humanos reconhecidamente escassos.

Mais, um ano depois e apesar de a situação quanto aos recursos disponíveis não ter melhorado significativamente e ter até piorado em alguns casos --- como no das divisas (134) ---, adopta-se para a década de 1980/90 um conjunto de metas que significam uma transformação radical e excepcionalmente acelerada da formação social moçambicana.

-----  
132. Vê MACHEL, S., op. cit., pp 52

133. Vê *Ibidem*

134. Vê ONU Report of the Economic and Social Council --- Assistance to Mozambique, doc P/34/377, 1975, pg 7.

## VIII.2.4 -- O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)

No discurso de encerramento da 5ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros Alargado, em 4 de Agosto de 1979, o Presidente Samora Machel fixa para aquela que deveria ser a "década da vitória sobre o subdesenvolvimento" objectivos como os de

"chegar a 1990 com uma indústria desenvolvida, com a indústria de base a funcionar, com a agricultura relativamente mecanizada, (...) com o complemento [sic] da cooperativização do sector familiar, a urbanização (...). A próxima década deverá completar o processo das Aldeias Comuns (...). (135) [Sublinhados meus, AS]

Note-se que mais ou menos na época em que o movimento de preparação do Plano Prospectivo Indicativo é lançado as cooperativas envolviam apenas cerca de 0,6% da população activa e que nas Aldeias Comuns, cuja distribuição pelo território nacional era extremamente dispar, vivia apenas cerca de 8% da população --- com percentagens que iam dos cerca de 80% em Cabo Delgado até aos 0,04% na Zambézia (136). Os objectivos, recorde-se, eram agora os de cooperativizar e aldealizar virtualmente toda a população rural.

Em conjunto com este processo de profunda transformação cujo objecto fundamental era o sector de produção familiar, apostava-se igualmente, agora com uma ênfase renovada, numa política de realização dos que eram comumente designados como "grandes projectos" de natureza agrícola ou agro-pecuária ---

-----  
135. Vd MACHEL, S. *A luta contra ...*, op. cit., pg 84/5. Tal como em relação a outros aspectos, está por fazer a história do Plano Prospectivo e Indicativo. Informações que foi possível recolher junto de intervenientes próximos do processo apontam para que a ideia do seu lançamento tenha partido quase exclusivamente --- senão mesmo exclusivamente --- de Samora Machel tendo em consideração o facto de no momento daquele discurso já saber que estava perto a paz e a independência do Zimbábue. Segundo aquelas informações, a quase totalidade dos restantes assistentes à reunião referida foram colhidos de surpresa pela tónica do discurso e os que mais directamente lidavam com as áreas económicas terão mesmo sentido uma grande perplexidade perante as linhas de orientação então traçadas. Questionar a sua correcção não foi, porém, possível num contexto político que não via com bons olhos atitudes de reticência e propostas do presidente da Frente.

136. Vd Direcção Nacional de Habitação (DNP) Aldeias Comuns --- Relatório da situação a nível nacional, Maputo, Dezº/1977, quadro 1.

na estrutura da Comissão Nacional do Plano havia mesmo um Sector de Grandes Projectos --- e que passavam, em vários casos, pela construção de grandes e onerosos sistemas de irrigação (137).

Em qualquer caso, todos assentavam numa agricultura em larga escala com recurso a importantes meios mecânicos de trabalho e, de uma maneira geral, ao uso de métodos capital intensivos e altamente dispendiosos em divisas.

A título de exemplo refira-se que o estudo de viabilidade e ante-projecto do que se previa vir a ser o Complexo Agro-Industrial do Lumane, a juzante do CAI Limpopo, previa um investimento total de cerca de 530 milhões de dólares --- aproximadamente o valor de toda a produção agrícola de 1981 --- de que quase 60% seriam em divisas --- o que corresponderia a cerca de 90% do valor total das exportações de Moçambique em 1981 (138).

Declarando-se a intenção de prosseguir um desenvolvimento equilibrado e coordenado entre a agricultura e a indústria, o tipo de desenvolvimento agrícola por que se optava impunha às suas leis ao tipo de desenvolvimento industrial a promover. Daí a necessidade que se apontava de, por um lado, desenvolver as indústrias metalúrgica e metalomecânica e, por outro, desenvolver a indústria química a fim de elas produzirem os *inputs* necessários (tractores, camiões, adubos, etc.) ao desenvolvimento agrícola que se perfilhava na estratégia. Por outro lado, tornava-se necessário assegurar simultaneamente o aumento significativo da produção da indústria ligeira para que com a sua produção se satisfizessem as crescentes necessidades de abastecimento da população (139).

137. Vd KACHEL, S., op. cit., pg 85/6. Vd também ASSEMBLEIA POPULAR (8ª Sessão) Linhas fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo, Maputo, Set/1981, pg 18.

138. Informações contidas no estudo de viabilidade do referido projecto a cargo de uma empresa brasileira (GEOTÉCNICA). Consulta efectuada na ex-Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Acelerado do Limpopo e Incomati (SERLI). Cite-se o referido relatório: "Vale ressaltar que a parcela de inversão a ser financiada em moeda estrangeira, qual seja cerca de US\$ 303 milhões, representa cerca de 57% do total do investimento no montante de US\$ 532 milhões".

139. Vd *Ibidem*, pg 86/7

Repare-se que não aparece como evidente nestas orientações uma indicação clara de uma hierarquia de objectivos: tudo surge como se, devido às interconexões que se estabelecem entre os vários sectores e subsectores, fosse desejável e possível prosseguir todos os objectivos simultaneamente. Este era um problema com que se tinham defrontado também os vários interventores no 'debate dos anos 20' e que Estaline resolvera à força ao optar decididamente pela priorização da indústria pesada e pela colectivização forçada da agricultura (140). A falta de uma orientação clara sobre a prioridade a adoptar tenderia a Política Económica --- i.e. o(s) grupo(s) social(-is) que a controlava(m) --- a responder com uma praxis que tenderia a privilegiar os seus interesses e/ou que mais estivesse ao alcance da sua capacidade de execução.

Aquelas orientações vão-se reflectir quer na formulação, dois anos mais tarde (1981), do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) para a década de 80 quer na condução da Política Económica. Neste domínio é significativo que ainda em Out./1979 se tenha criado, na directa dependência da Presidência da República, uma Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Acelerado do Limpopo e do Incomáti (SERLI) com o objectivo central de coordenar o rápido desenvolvimento do sector estatal agrário na região abrangida pelos vales daqueles dois rios do Sul de Moçambique. A área a abranger em 1990 era de cerca de 300 mil hectares, equivalentes a cerca de 1,5 vezes a área utilizada em todo o país, em 1970, e pelo sector moderno às culturas temporárias (141).

O facto de o PPI não ter sido publicado na íntegra dificulta a sua apreciação mas sabe-se que as suas linhas fundamentais se desenvolviam segundo três eixos principais e interdependentes: socialização do campo quer através do desenvolvimento de "poderoso e eficaz sector estatal (...) na agricultura" e da "cooperativização do campo que incluirá mais de 10 milhões de pessoas", industrialização do país através nomeadamente do "lançamento da indústria pesada" e formação da força de trabalho (142).

140. Vê o Capítulo II

141. Vê CABALLERO, Lorenzo et al. Mozambique --- food and agriculture sector, International Rural Development Centre/ Swedish University of Agricultural Sciences, Uppsala (S), 1984, pgs 63 e 90

Em relação a este último eixo, a sua importância no quadro da estratégia é tal que se reconhece que

"a formação de quadros em quantidade e qualidade surge como condição sem a qual a vitória do PPI fica seriamente comprometida." (143)

As estimativas apontavam para a necessidade de, só para o sector agrário (agricultura, pecuária e silvicultura), formar durante a década de 80 e simultaneamente com a aplicação da estratégia cerca de 120 mil quadros técnicos dos mais diversos níveis. Isto significa, em relação ao número dos quadros dos níveis básico (6 anos de escolaridade) e superiores, multiplicar por quase 90 os elementos disponíveis em 1980 --- de cerca de 450 passariam a ser quase 40 mil ---, o que dá bem ideia do esforço que era requerido e que surgia como complemento ao investimento material que se defendia.

A escassez dos elementos disponíveis no início do processo, a reconhecida escassez de meios materiais e financeiros que teriam que ser atribuídos às tarefas da formação (nomeadamente mas não exclusivamente ao sistema formal do ensino) e o facto de o processo de formação ser, por natureza, longo tornavam à partida extremamente difícil a prossecução simultânea das metas fixadas. Ora, como se reconhecia, o comprometimento da realização das metas neste domínio teria efeitos negativos sobre a realização das demais metas e, concomitantemente, da própria estratégia. Porém e no que constitui uma verdadeira característica tipificadora do processo de planeamento moçambicano, o reconhecimento da existência de fortes 'contraintes' à prossecução dos objectivos fixados não afectava praticamente em nada a definição qualitativa e, talvez principalmente, quantitativa destes.

Tudo se passava de uma forma que se pode classificar como mecanicista, em que se esperava que a determinados *inputs* --- cuja efectiva disponibilidade na forma, no tempo e no local definidos nunca eram postos em causa --- correspondessem, necessariamente, determinados *outputs* segundo

142. Vd ASSEMBLEIA POPULAR Linhas fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo, 3ª Sessão da AP, Outubro 1981, policop., pg 3.

143. Vd NACHEL, S., *op. cit.*, pg 106

regras 'técnicas' a que se atribuía uma rigidez e uma (relativa) infabilidade que faziam delas verdadeiras leis 'científicas', 'objectivas'. A influência da prática do planeamento no 'Leste' é também aqui evidente assim como o é a das influências ideológicas do 'marxismo' economicista que estão na base daquelas.

Quanto aos dois primeiros eixos, eles surgem na sequência das orientações traçadas por Samora Machel dois anos antes e que remontam ao III Congresso. Assim, em relação à socialização do campo, previa-se que ela significasse "a transformação de milhões de camponeses (...) num forte cam-pesinato socialista" ao mesmo tempo que se estimava que, com um acréscimo médio da área cultivada por agricultor de cerca de 30% se conseguissem, graças à passagem à agricultura colectiva e à introdução de meios tecnológicos renovados que ela permitiria, níveis de produtividade quase triplos dos da agricultura familiar.

Quanto aos "grandes projectos" do sector estatal agrícola --- que incluíam, entre outros, o alargamento para cerca de 300 mil ha da área irrigada na região do Limpopo-Incomáti e o projecto dos '400 mil hectares' no Niassa e em Cabo Delgado a lançar em colaboração com a Roménia ---, eles ocupariam em 1990 uma área cultivada de cerca de 1 milhão de hectares e "representa[ria]m 75% do investimento e da produção agrícola comercializada no sector estatal" (144).

De realçar é o facto de estas opções surgirem num quadro caracterizado pelo facto de o sector estatal agrário, com as características que lhe tinham sido imprimidas, ter funcionado até então e de um modo generalizado com prejuízos muito elevados. Por exemplo o CAIL, o maior dos "grandes projec-tos" então já existentes e cujo modelo básico se previa generalizar, teve em 1980/81 um prejuízo de cerca de 400 mil contos e a sua dívida acumulada à banca ultrapassava então um milhão de contos --- equivalentes, respectiva-mente, a cerca de 9% e de 23% das receitas dos impostos directos arrecadadas pelo Estado naquele ano. Estimativas apontavam para o CAIL custos de produção 1,3 (em 1979/80) e 2,8 (em 1980/81) vezes superiores ao valor da produção

144. As citações que aqui ficam foram retiradas de ASSEMBLEIA POPULAR Linhas fundamentais..., op. cit.

avaliada aos preços oficiais de venda (145). Estes valores serão muito aumentados se se tomar em consideração a amortização dos equipamentos, o que não era feito.

Por outro lado, na Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL) a situação financeira era relatada como segue (em mil contos):

|                | <u>campanha 1976/77</u> | <u>campanha 1977/78</u> | <u>campanha 1978/79</u> |
|----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| despesas       | 14,3                    | 86,7                    | 21,2                    |
| receitas       | 1,9                     | 6,8                     | 1,4 (146)               |
| financiamentos | 23                      | 78,6                    | 189,2                   |

Para além de ser globalmente deficitário --- quando o que se pretendia era que fosse uma fonte importante de recursos acumuláveis --- o sector estatal agrário caracterizava-se então da seguinte forma: manutenção e, até, aprofundamento das características básicas da produção no período colonial --- nomeadamente quanto ao padrão de culturas (monocultura) e à intensa utilização de mão-de-obra sazonal ---, grande alargamento da escala de produção e concomitante opção tecnológica pela intensificação da mecanização, planeamento centralizado em função das metas de produção e de área cultivada e sem tomar em consideração as *constraints* --- p.ex. quanto aos custos de produção --- que as condicionam.

Note-se ainda que dado o padrão de desenvolvimento adoptado nas machambas estatais, parte muito importante dos prejuízos neste sector era em divisas e resultava da importação de maquinaria, peças sobressalentes, adubos, pesticidas, etc. As machambas estatais tornaram-se, assim, num sorvedouro de divisas que não tiveram, neste sector, um rendimento que compensasse o facto de não terem sido utilizadas para noutros. De salientar que uma parte importante dessas divisas era proveniente das receitas obtidas com a exportação de

145. Vd Programa de desenvolvimento acelerado da região do Limpopo e Incomati, polic., 51 (Maputo), sd. No mesmo sentido vérd RAJES, P. "Food policy...", op. cit., pg 101/2

146. Note-se o facto de à data do relatório (Fev/79) as receitas não corresponderem ao total já que a maioria das colheitas estava por fazer.

produtos do sector familiar (cajú e algodão, principalmente). Este, no entanto, não beneficiou em nada dessas receitas que, pelo contrário, foram encaminhadas quase sistematicamente para o sector estatal de produção através da importação de equipamentos e outros insumos que lhe foram entregues e que ele malbaratava na sua utilização.

As opções referidas surgem igualmente num contexto ideológico muito preciso e que é uma das razões principais para as opções feitas: entendido o socialismo principalmente como obra do proletariado genericamente definido --- i.e., abrangendo não só os operários industriais mas também qualquer assalariado, nomeadamente os assalariados rurais ---, para assegurar a sua edificação e torná-la irreversível era necessário aumentar o grupo dos proletarizados. Ora isso implicava ao nível das comunidades rurais quer o acelerar do desaparecimento da posse individual da terra --- nomeadamente no quadro da forma 'tradicional' de organização da produção --- quer o aumento do número de proletários rurais. Estes surgiriam principalmente do 'desenvolvimento das forças produtivas' no sector estatizado de produção agrícola e da simultânea "estabilização da força de trabalho", i.e., da luta pela transformação dos trabalhadores sazonais em trabalhadores permanentes assalariados nas machambas estatais.

A situação deficitária das empresas estatais de produção agrícola não deve ser vista isolada da estratégia de acumulação prosseguida. De facto, sendo os preços praticados por essas empresas fixados administrativamente e dado que a um prejuízo num determinado sector poderá corresponder um lucro noutra, tal poderá corresponder a uma política deliberada de concentrar nos sectores que surjem como rentáveis os recursos acumuláveis. Estão neste caso, muitas vezes, quer as empresas de comercialização externa, quer as de comércio interno por grosso quer, ainda, o conjunto do sector financeiro da economia, com a banca em primeiro lugar. Por outro lado, déficits significativos em determinados sectores em resultado da política de preços seguida podem significar igualmente lucros acrescidos nos sectores que tomam aqueles produtos

vendidos com prejuízo como seus *inputs* directos ou, como é o caso dos bens alimentares, no input "indirecto" que é a força de trabalho através de salários (assim artificialmente) mais baixos.

O que ficou dito atrás sobre a apropriação pelas empresas estatais de comercialização externa de uma "renda diferencial" permite formular a hipótese de que foram estas, provavelmente em conjunto com algumas das suas congéneres de comercialização interna, que, com o sistema bancário, registaram resultados de exploração positivos. Temos, pois, que terá sido principalmente no circuito comercial-financeiro que se concentrou o essencial dos recursos acumuláveis pelo Estado e resultantes da estratégia económica prosseguida. Não existem, porém, dados publicados sobre as contas das empresas que permitam confirmar inequivocamente esta hipótese.

Absorvidos 3/4 do investimento previsto para o sector agrícola pelo sector estatal, os restantes 25% do investimento neste sector destinaram-se a fomentar a formação de cooperativas que deveriam constituir a base económica fundamental dos cerca de 10 milhões de habitantes das zonas rurais (a quase totalidade) que não seriam absorvidos como operários agrícolas no sector estatal (75% do investimento estatal mas apenas 10% da mão-de-obra agrícola no final da década) ou no sector industrial a desenvolver.

Este objectivo e estas metas representavam, em termos quantitativos, fazer passar o número de membros das cooperativas agrícolas de produção dos cerca de 32 mil em 1980 para 5,5 milhões em 1990.

Isto seria feito em duas fases: no final da primeira em 1985, deveria haver cerca de 1,5 milhões de cooperativistas e na segunda, uma aceleração do processo permitiria a cooperativização de mais 4 milhões de membros das cooperativas em 5 anos. Assim se concluiria, no final da década de 80, a cooperativização do sector familiar (147).

Isto significava, na prática, um ataque frontal e profundo a este sector que, apesar de ter a sua importância reconhecida nas deliberações da IV Sessão do C.C. em 1978, se via agora condenado ao rápido desaparecimento (148)

147. Vd CABALLERO et al., op. cit., pp 54 e Ministério da Agricultura (GADCA) Contribuição para o programa de cooperativização do campo, Maputo, 1982, pp 19

148. 10 anos para mudar a base produtiva de 10 milhões de mozambiques, sendo cerca de 70% no 2º quinquénio da década de 80.

por ser considerado a base económica de um tipo de camponês que se queria ver desaparecer definitivamente sob o pretexto de assegurar a transformação socialista da formação social ao mesmo tempo que se alterava a base económica do país. Tratava-se de um camponês que era definido como

"vive[ndo] sob o peso do obscurantismo, da ignorância, junto dos vestígios da sociedade feudal...), habituado a uma subsistência familiar." (149)

Esta herança, que numa renovada manifestação de desconfiança política e ideológica se atribuía à generalidade dos camponeses, não era, no entanto e apesar dos nitidamente fracos resultados conseguidos até então --- 32 mil cooperativistas em 5 anos ---, considerada como *contrainte* importante da capacidade de concretização da meta fixada apesar de se reconhecer que nesse (historicamente curtíssimo) período de dez anos o camponês sofreria uma profunda transformação cultural e veria modificadas completamente as relações de produção que o envolviam até então (150).

Note-se que a meta fixada pelo PPI quanto ao número de membros das cooperativas no final da década de 80 é o quintuplo da que o Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODCA) do Ministério da Agricultura propusera ao seu II Conselho Consultivo Alargado em Agosto de 1980, um ano antes, para esse mesmo período. Tal meta --- "organizar cooperativamente um milhão de camponeses" (151) --- levava-o a afirmar, reconhecendo quão ambiciosa ela era e apontando para uma evolução que privilegiava a auto-organização dos camponeses, que

149. Vd KACHET, S., op. cit., pg 105

150. Vd *Ibidem*

151. Vd II Conselho Consultivo Alargado do GODCA Estratégia de acção para o desenvolvimento cooperativo agrário. Proposta do GODCA ao seu Conselho Consultivo, (Maputo), Agosto/1980, pg 4

"um crescimento desta ordem de grandeza [de 32 mil para um milhão de cooperativistas], dadas as limitações do Aparelho de Estado, só poderá ser obtido se os próprios camponeses cooperativistas assumirem a responsabilidade de dirigir e controlar eles próprios, esse processo de crescimento alargado." (192)

**QUADRO VIII-4: METAS A PROSEGUIR PELO PROGRAMA DE COOPERATIVIZAÇÃO DO CAMPO (1980-1990) DO P.P.I.**

|   | 1980<br>(=100) | 1985           | 1990             | 1990<br>(real) |
|---|----------------|----------------|------------------|----------------|
| Produção Bruta                                  |                |                |                  |                |
| Agrária (milhões contos)                        | 0,1            | 11,9           | 86,6             |                |
| Produtividade Bruta por Cooperativista (contos) | 1,4            | 7,2            | 14,7             |                |
| Produção Agrícola Bruta por Há (contos)         | 4,0            | 7,7            | 11,0             |                |
| Numero de cooperativistas (mil)                 | 70             | 1500           | 5500             | 32             |
| área cooperativizada (mil Ha)                   | 50             | 1400           | (6000)*          | 13             |
| área por cooperativa (Ha)                       | 0,7            | 1,1            | 1,3              | 0,4            |
| População rural em AC com base em coop's        |                | 3060-<br>-3270 | 11200-<br>-12270 |                |

FONTE: Ministério da Agricultura Contribuição para o programa de cooperativização do campo; Maputo; 1982; pg. 18

\* resulta da correcção do quadro que serviu de base a este. 6000=5500 cooperativistas x 1,3 Ha/cooperativista para 1990.

Enfim os objectivos e metas fixadas no PPI no domínio da transformação do sector agrícola em geral eram, no mínimo e dadas as condições concretas da formação social moçambicana na época, extremamente ambiciosas, mesmo pouco realistas quer porque manifestamente não adaptadas aos meios (humanos, materiais e financeiros) disponíveis quer por não considerarem como condicionante fundamental da possibilidade da sua prossecução e realização a luta quer entre os interesses sociais em presença quer entre os que se viriam a afirmar ao longo da transformação social cujas linhas mestras se propunha.

De facto, é evidente que, apesar de se reconhecer "o peso do obscurantismo, da ignorância, (...) dos vestígios da sociedade feudal" (153) na determinação do comportamento dos camponeses, não se tomam em consideração as influências que estes mesmos factores e os interesses sociais nela presentes (154) farão reflectir sobre o processo social. Neste sentido, estamos perante uma atitude que nada tem que ver com o materialismo dialético marxista que se invocava como ideologia enformadora da acção político-social do Aparelho de Estado.

*VIII.2.5 -- Linhas fundamentais da política industrial;  
a política de acumulação*

Quanto à industrialização a tónica retomava sem diferenças significativas a que tinha sido dada no III Congresso da PRELIM e reforçada nas orientações para a formulação do PPI dadas em 1979. A necessidade de assegurar um bom ritmo global de crescimento médio anual --- previam-se taxas de médias anuais de crescimento do PNB e do PNB *per capita* de 17% e 10%, respectivamente --- e de ir construindo uma economia nacional sectorialmente interdependente e menos dependente do exterior obrigava a ritmos rápidos de crescimento.

Assim, previa-se para o ano de 1981, o primeiro ano em que as grandes opções do PPI se reflectiram no Plano Estatal Cental (PEC), taxas de crescimento de 36% na indústria e 42% nos transportes. Para a década previa-se para o sector da construção uma taxa média anual de 40%. Note-se que se no imediato existia capacidade produtiva instalada mas não utilizada que permitiria, eventualmente e quanto a este aspecto, assegurar estas taxas desde que fossem asseguradas as demais condições materiais e organizativas para o fazer, a médio e longo prazo tal não acontecia. Dada a estrutura da produção industrial o problema principal que se poria no curto prazo seria o da

153. Vd nota 113

154. E que são definidos quer no seio do MP Linhageiro que enforna aquela sociedade dita feudal, quer na zona da sua articulação com o MP Capitalista quer, por fim, no próprio MPC.

existência de disponibilidades financeiras --- nomeadamente em divisas --- para assegurar estes objectivos, por um lado, e a existência de capacidade organizativa para assegurar o processo da produção, por outro.

Por outro lado, a estratégia obrigava também ao desenvolvimento quer de uma indústria pesada especialmente vocacionada para a substituição de importações de equipamentos para a agricultura e os transportes (tractores, camiões) <sup>(155)</sup> quer de uma indústria ligeira que, aproveitando matérias primas nacionais (têxteis, calçado, agro-alimentares) permitisse a satisfação de necessidades da população como as de se vestir e calçar.

A inexistência de capacidade técnica e financeira nacional para levar por diante tal política industrial seria colmatada nesta fase pela importação maciça de equipamentos a serem financiados, em boa parte, por recurso a fontes do exterior. De facto, o capital estrangeiro seria, nomeadamente pela constituição de *joint ventures* com capitais privados ocidentais mas também com o amplo recurso à ajuda económica dos países socialistas industrializados, segundo se esperava, o responsável pelo financiamento de cerca de 40% da totalidade dos investimentos previstos para a década <sup>(156)</sup>.

São conhecidos, no entanto, alguns dos limites que hoje em dia se reconhecem a este tipo de soluções de financiamento da acumulação de países em desenvolvimento como é o caso de Moçambique.

De facto, e para além das inevitáveis consequências políticas na ordem externa e na ordem interna que advem de tal dependência face a recursos externos, é hoje manifesto que a eles não correspondem os benefícios esperados pelos PVD devido, nomeadamente, à dificuldade de as estruturas socio-económicas, tecnológicas e culturais do país receptor absorverem o impacto externo e tornarem-no rendível. Em contrapartida, e inevitavelmente, a dívida do PVD sobe.

-----  
155. Mas cujas escala de produção necessária e desejada pelo "pensar grande" dominante, por um lado, e pela necessidade de obtenção de divisas para a sua amortização, por outro, obrigava a pensar também na exportação para os países vizinhos.

156. Vd CABALLERO, L. et al., op. cit., pg 62 e também SCOGGE, D., op. cit., pg 115-119

Mesmo a ajuda nas condições em que normalmente é prestada não escapa à crítica de desajustamento em relação às características estruturais da formação social.

Ora, também no caso de Moçambique ao tipo de afectação dos recursos que foi adoptado não é estranha a estrutura de ajuda/financiamento externos a que, face à fraqueza do excedente inversível interno, as autoridades de Política Económica recorreram. Assim, uma opção principalmente determinada por factores político-ideológicos internos à formação social moçambicana, foi reforçada na *praxis* pela estrutura dos financiamentos e da ajuda conseguida no exterior. Por outras palavras, se tivessem sido outras as opções de afectação de recursos uma parte significativa dos que do exterior foram transferidos para Moçambique não teriam surgido já que estes, provenientes do "Leste" ou do "Oeste" mas principalmente os primeiros, tendem a surgir só no caso de estarem de acordo com as concepções de desenvolvimento perfilhadas pelos dadores/financiadores.

Assim, a reconhecida opção dos países de "Leste" em financiarem preferencial e/ou exclusivamente investimentos que se enquadrem genericamente na lógica de desenvolvimento "não-capitalista" e de "orientação socialista" que eles defendem para países com as características da RPM --- i.e., que promovam o alargamento do sector estatal de produção agrícola (agricultura em grandes machambas estatais) e mineira --- está bem patente na estrutura da ajuda desses países à RPM e influenciou, ainda que não de uma forma determinante, a estrutura real de aplicação de recursos.

Este modelo de financiamento da acumulação através do amplo recurso a meios externos traduz ainda quer o limitado nível de excedente inversível que os mecanismos internos estavam *de facto* a produzir quer a consciência por parte dos decisores da política económica de que o enorme volume de recursos --- quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista de acesso e uso da tecnologia --- exigidos por uma tal estratégia não estavam, devido à estrutura da formação social moçambicana, ao alcance desses mecanismos internos. Estes passavam principalmente, devido ao limitado sector industrial existente, pelo sector agrícola --- quer o camponês quer o já dominado pelo Estado.

Assim, seriam estes dois sectores de propriedade a ter que suportar o (ainda assim) enorme esforço de acumulação a realizar e que, pela sua elevada componente em divisas, exercia especial pressão sobre os subsectores produtores de bens de exportação.

Isto é, esta estratégia, nomeadamente devido ao peso que nela tinha quer a industrialização --- e designadamente aquele padrão específico de desenvolvimento industrial --- quer a mecanização da agricultura, trazia em si a necessidade de um reforço da integração económica de Moçambique no mercado internacional mesmo no curto/médio prazo.

Pressuposto das opções tomadas era o de que tal integração seria feita crescentemente no espaço económico mundial socialista em detrimento do mercado mundial capitalista (157). A concretização de tal 'transferência' de espaços económicos estava, porém, dependente da reacção da URSS e seus aliados. Ora esta veio a mostrar-se negativa ao recusar a integração do país no Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME-COMECON) (158). A manter-se a estratégia, a alternativa era a sujeição às leis do mercado mundial capitalista, as quais tendem a expandir-se para a ordem interna quando o que se pretendia era reduzir os efeitos desta integração internacional.

Por outro lado, a menor disponibilidade de recursos com origem no exterior aumentava a dependência em relação às fontes internas de acumulação, em particular em relação à agricultura e aos produtores de bens de exportação. Estes, recorde-se, eram produzidos pelos camponeses quer directamente (p.ex., cajú, algodão) quer através do seu trabalho (permanente ou sazonal) nas machambas estatais (por ex. algodão, chá, copra).

157. Vd ASSEMBLEIA POPULAR Linhas Fundamentais..., op. cit., pg 28.

158. Em relação a este aspecto e das motivações que poderão ter estado na sua base, veja-se o que disse na Introdução a esta Parte A sobre o quadro internacional que rodeou o processo social moçambicano no período em análise.

## VIII.3 - Resumo e Conclusões

A política económica e, particularmente, a política agrícola no período analisado por nós (1974-1984/5) não se esgotou com a aprovação e tentativa de implementação do Plano Prospectivo Indicativo. Ele surge, no entanto, como o retrato acabado de uma estratégia que vinha ganhando formas desde a independência e que tinha parte das suas raízes ideológicas na visão economicista do marxismo e dos contornos da sociedade socialista.

Porém, tal como as estratégias semelhantes adoptadas nos países do 'Leste', as razões fundamentais da sua adopção devem ser procuradas no interesse que a 'burguesia' de Estado tinha na sua implementação por ser através dela que podia consolidar a sua existência e reprodução através do alargamento, sempre crescente, do sector estatal de produção, aquele que está mais directamente sob o seu controlo.

A própria evolução, diríamos 'em crescendo', das orientações da política económica no período que termina em 1982 (159), quando era nítida a dificuldade dos indicadores económicos reais acompanharem o que era planeado, é um sinal, ainda que ténue, de que existiam deficiências na formulação daquelas orientações e, principalmente, de que a reacção da formação social à aplicação de tais medidas não era tomada em devida conta na sua (eventual) reformulação.

A necessidade desta reformulação e os primeiros passos evidentes da sua concretização só vieram a ser dados no IV Congresso da FRELIMO, em Abril de 1983, quando foram aprovadas medidas que traduzem uma maior atenção à contribuição que os sectores familiar e privado da economia podem dar ao desenvolvimento económico.

Esta reformulação da política económica até então prosseguida teve como causa imediata a crise económica e social gerada em torno do aumento das acções da RENAMO mas resultou, simultaneamente, de um processo de auto-

159. I.e., no imediato pós-aprovação do PPI, em 1981, e no início da crise económica motivada pela degradação das condições de segurança internas devido à agressão da RENAMO com o respaldo da SAS

avaliação dos resultados até então obtidos em resultado da aplicação da estratégia adoptada no III Congresso e seu reforço pelo PPI. É sobre estes resultados no que concerne às comunidades rurais e suas consequências sobre a reformulação da política económica que nos debruçaremos no capítulo seguinte. Isto será feito recorrendo principalmente à análise do processo de constituição das Aldeias Comuns e das cooperativas e sua evolução.



## CAPITULO IX --- ESTRATÉGIA MACROECONÓMICA E PROCESSO SOCIAL NAS COMUNIDADES

### RURALS: ALDEIAS COMUNAIS E COOPERATIVAS NO PROCESSO

#### DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Definidas no capítulo precedente as linhas mestras da política económica prosseguida pela FRELIMO no período que medeia entre a independência de Moçambique e o seu IV Congresso, procuraremos neste determinar quais os seus efeitos em dois domínios fundamentais do processo de transformação das sociedades rurais: o da constituição de Aldeias Comunais (AC) e de cooperativas.

Preocupação central que deriva da lógica de Economia Política em que nos colocamos é a de verificar quais foram as forças sociais em presença neste processo e, principalmente, quais foram as linhas fundamentais das suas acções/reacções mútuas ao longo dele. Isto inclui determinar quais os seus efeitos sobre a reprodução quer dos vários grupos sociais quer da formação social moçambicana no seu conjunto.

Neste último domínio a nossa tese central é a de que a política de constituição de Aldeias Comunais e de cooperativização da produção agrícola familiar teve fortes responsabilidades --- embora não seja, de forma alguma, a única nem, tão pouco, a principal responsável --- no processo de degradação da base reprodutiva de uma parte dos camponeses e, de uma forma mais geral, no desencadear de um processo de reacção/adaptação da parte destes --- particularmente de alguns dos seus estratos sociais --- que contribuiu fortemente para a degradação da situação social no país e, com ela, para a da sua situação económica.

Tese adicional é a de que a acção do Estado --- leia-se 'do(s) grupo(s) social(-is) que o controlava(m)' --- teve como objectivo quebrar as condições de reprodução da sociedade 'tradicional' sem que se mostrasse capaz

de, simultaneamente, fornecer uma alternativa eficaz às necessidades reprodutivas dos camponeses que eram satisfeitas no quadro desta --- e de que as necessidades ideológicas não eram as menores.

Tese complementar destas é que aquela reacção/adaptação era de esperar e só conduziu àqueles efeitos porque da parte do poder instituído não houve, devido às opções ideológicas que lhe estavam na base, uma adaptação atempada das orientações prosseguidas às indicações de que o processo de transformação rural estava a deparar com dificuldades que só eram superáveis através de uma política que tivesse em maior atenção as condições económicas, políticas e sociais das comunidades rurais.

Aquela prática do Aparelho de Estado, em parte obnubilada por detrás de um discurso que enfatizava o 'poder popular', não deve, no entanto, ser vista como o eixo central da política agrícola. Esta, de acordo com os ditames ideológicos que a fundamentavam e que já foram identificados noutros capítulos, era muito mais uma política pela constituição de um forte sector estatal agrário do que contra a forma 'tradicional' de organização social --- até devido à dificuldade em esta se deixar destruir --- mas a verdade é que todas as medidas mais importantes que foram adoptadas eram convergentes com o objectivo genérico de, a médio prazo (1) eliminar esta.

Note-se, no entanto, que estas teses não devem ser vistas como um subalternizar da importância da interferência da RAS via RENAMO no processo social moçambicano. Foi esta, de facto, que se tornou desastrosa para a sobrevivência de muitos elementos da população moçambicana provocando a fome e a morte que se tem conhecido nos últimos anos. Esta interferência deve, porém, ser vista como uma causa imediata integrada num quadro mais geral de causalidades mais profundas em que há que destacar a desadaptação entre a estratégia política, social e económica implementada e as aspirações das comunidades camponesas --- particularmente de certos dos seus estratos, é certo ---, por um lado, e a situação geoestratégica da região, por outro.

1. É sempre difícil, em questões desta natureza, definir o que são o curto, o médio e o longo prazos. Recordemos, no entanto, que o Plano Prospectivo Indicativo apontava para completar a socialização do campo em 10 anos.

IX.1 --- O conceito de Aldeia Comunal: definição e problemática

IX.1.1 - A concepção moçambicana de Aldeia Comunal

IX.1.1.1 - O aparecimento do conceito:  
do conceito ao modelo

A documentação programática mais importante produzida pela FRELIMO durante o período colonial (2) não refere em momento algum o conceito de 'Aldeia Comunal'. De igual modo, também os textos de autores (3) que escreveram sobre a acção da Frente durante aquele período não lhe fazem referência.

É só a meio do período do Governo de Transição, nas conclusões do Plenário Nacional de Mocuba (Zambézia) realizado em Fevereiro de 1975, que surge a primeira referência explícita de que a política da Frente se orientaria no sentido de "aglomerar em povoações as populações dispersas que [permitisse] uma assistência mais eficiente por parte do governo, a fim de solucionar problemas de saúde, educação, abastecimento de água e luz, comunicações e outras" (4).

É ainda durante este período que o "Comunicado final e recomendações" do Primeiro Seminário Nacional de Agricultura, realizado pela FRELIMO em Marrupa (Niassa) entre 29/5 e 4/6/1975 já com a presença de Samora Machel, aponta como uma das prioridades no domínio da transformação do mundo rural a mobilização do campesinato para se envolver em formas colectivas de produção e de vida que iam desde os simples esquemas de ajuda mútua (5) até à formação de

2. Vd Dossier FRELIMO - 1º e 2º Congressos (Documentos), Associação Académica de Moçambique, [Lourenço Marques], [1974], pelisp. e REIS, J. e MUCIDANE, A.P. (eds) Datas e documentos da História da Frelimo, (2ª edição), Imprensa Nacional [de Moçambique], [Lourenço Marques], 1975. Esta texto será referenciado futuramente apenas por Datas...

3. uno, por exemplo, SANTI, J. e, claro, o próprio MURPHY, E.

4. Vd REIS, João e MUCIDANE, Arando Datas e documentos da História da FRELIMO, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1975, pg 325.

5. Referência que nos parece nitidamente inspirada e na linha do praticado sob diversas formas na sociedade "tradicional".

cooperativas de produção e, num estágio superior de organização, de "sociedades comunais", expoente máximo da "nova forma de vida que se preconiza".

Porém, é preciso esperar pelo discurso de Samora Machel na sua tomada de posse como Presidente da República Popular de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, para detectar uma referência bem mais marcada à organização de aldeias comunais como objectivo da estratégia de desenvolvimento e da política que a concretiza:

"Quem visita todo o nosso País pode constatar o grande problema que põe a grande dispersão das populações e a dificuldade para o Governo de organizar em tais condições os serviços sociais, educacionais, sanitários, em suma, de melhorar as condições de vida destas populações. Por isso, sob a direcção da FRELIMO, as populações dispersas nas zonas rurais vão ser estruturadas (6) em sociedades revolucionárias, em última análise aldeias comunais onde as populações viverão organizadamente, desenvolvendo colectivamente a produção, fundindo as suas tradições, promovendo o intercâmbio dos seus conhecimentos". (7) [sublinhado meu - AS]

Esta declaração surge na sequência de decisões tomadas pelo Comité Central da FRELIMO numa reunião realizada dias antes no Tofo/Inhambane. Nela se traçaram as grandes linhas mestras da estrutura organizativa e dos objectivos da RPM no domínio da organização política e social.

Como parte integrante desta reformulação profunda das bases em que assentava a sociedade colonial, considerava-se que

"a organização das sociedades comunais deve constituir uma prioridade na nossa acção tanto ao nível do Partido como do Estado." (8)

À imprecisão da linguagem --- fala-se aqui de "sociedades comunais" e mais atrás falara-se de "sociedades revolucionárias", em última análise autênticas "aldeias comunais" ---, corresponde uma ainda maior

6. Note-se o sentido imperativo da expressão utilizada.

7. Vê Detas..., op. cit., pg 507

8. Vê MACHEL, Samora 'Discurso da tomada de posse como Presidente da República Popular de Moçambique' transcrito em Detas..., op. cit., pg 509

imprecisão do modelo que, aliás, não aparece descrito nem em traços largos. Na verdade, se se aponta nitidamente para uma forma de organização social que privilegia o colectivo em detrimento do individual, não se adianta muito sobre as formas de organização económica possíveis e suas articulações, sobre a organização político-administrativa, sobre as características físicas das novas formas de organização do espaço, etc.

Tais imprecisões vão ser reduzidas, mas não eliminadas, oito meses mais tarde, em Fevereiro de 1976, quando a 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO aprova a Resolução sobre Aldeias Comuns, principal documento programático em relação a esta área da política de desenvolvimento rural (9).

#### IX.1.1.2 - Objectivos

Do ponto de vista ideológico, o objectivo fundamental a atingir ao constituírem-se Aldeias Comuns é o desenvolvimento do "princípio da vida colectiva", a ele se devendo subordinar a organização do trabalho e a realização das tarefas e actividades diárias na AC. A concretização daquele princípio deverá ter em consideração que

"a AC deverá ser sempre o produto das contribuições e do trabalho dos seus membros, orientados pelo princípio de contar com as suas próprias forças." (10)

Assim, "o povo organizado [libertará] a sua imensa iniciativa criadora" e, graças "ao esforço colectivo de produção das massas camponesas", as Aldeias Comuns tornar-se-ão na "coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo" [sublinhado meu - A.S.] (11). Com o aumento destas

9. Vd "Resolução sobre Aldeias Comuns" in Documentos da 8ª sessão do Comité Central da Frelimo, DTP-FRELIMO, [Maputo], [1976], pgs 77-97

10. Vd Resolução ..., op. cit., pg 86

11. Vd declarações de Senora Machel na inauguração da Escola do Partido (26/10/1975) in Discursos de Senora Machel (1), CBI Banco de Moçambique (Doc. Info. nº38, de 12/10/1976). Repare-se no sublinhado: ele reflecte a filiação ideológica do processo de transformação das estruturas económicas e sociais em que a aldealização se insere.

cumprir-se-á um dos objectivos fundamentais da constituição das AC no quadro da estratégia de desenvolvimento de Moçambique.

Este crescimento material, porém, é visto como só tendo sentido se orientado para "melhorar as condições de vida do povo" e para que "o povo não [continue] a viver disperso como animais na floresta".

Assim, outro objectivo muito importante das AC é o de, através de uma política de promoção da concentração das populações --- e, por isso, contrariando o habitat disperso predominante em todas as zonas rurais do país ---, facilitar o acesso destas àquele tipo de serviços que só a um conjunto alargado de habitantes é possível fornecer de uma forma mais económica: cuidados de saúde, escolarização, abastecimento de água, etc.

Os limitados recursos financeiros e humanos de que dispõe o Estado apontam para a opção proclamada de uma grande autonomia de cada comunidade, de cada AC, devendo ela, como se disse atrás, ser principalmente o fruto do esforço dos próprios aldeões, "orientados pelo princípio de contar com as suas próprias forças" (12). Caminhar-se-ia, então, para a concretização, na *praxis*, do princípio da "autogestão popular" adoptada nos documentos do II Congresso.

Porém, além destes objectivos genéricos (13) há outros mais concretos: são eles, principalmente, a auto-suficiência alimentar --- quer graças à produção colectiva quer à produção familiar ---, a geração pela produção colectiva de um excedente económico comercializável tendo em vista o financiamento da realização de certos investimentos sociais (a escola, o posto médico, etc.), o desenvolvimento cultural das populações e a dinamização da participação destas na gestão da comunidade.

Assim, constitui objectivo da AC responder a todo aquele conjunto de necessidades humanas que só numa forma de habitat concentrado é economicamente viável satisfazer, desde o abastecimento de água à assistência médica, passando pelo apoio técnico à melhoria das condições de produção e pela escolarização.

12. Vd "Resolução...", op. cit., pp 86

13. Que se prenda com a opção pela edificação de uma sociedade em que os valores colectivos se sobrepõem aos individuais e em que se pretende promover um desenvolvimento comunitário que torne as comunidades locais senão autosuficientes pelo menos capazes de uma vida económica, social e política com elevado grau de independência face ao exterior e, por isso, sob o seu próprio controlo.

Um outro objectivo que se pretende atingir com a constituição de Aldeias Comuns é o da fixação das populações rurais nas suas áreas de origem de modo a evitar que, tal como em tantos países do Terceiro Mundo, se verifique uma fuga do campo para a cidade.

Com a AC procura-se fornecer uma alternativa àquela que é apresentada explícita ou implicitamente como o símbolo de todos os malefícios sociais: a cidade. Esta, de facto, é apresentada como sendo cheia de vícios, macrocéfala, povoada de desempregados e de pessoas envolvidas num "sector informal" que abrange desde actividades lícitas a outras mais à margem das leis (prostituição, candonga, etc.) (14).

Note-se que destes objectivos sobressaem principalmente os de ordem social mais que os de ordem eminentemente económica como seria o desenvolvimento da produção fundamentalmente com fins de acumulação e de reprodução alargada. Esta preocupação, porém, não estava ausente por ser condição para que o processo fosse autosustentado.

Os objectivos das Aldeias Comuns não se limitam, no entanto, a este tipo de objectivos na área do económico e do social. Há-os também, como se salientou logo de início, de ordem político-ideológica. Samora Machel atribui-lhes mesmo um peso muito importante:

"politicamente --- e esta constitui a característica essencial da Aldeia Comunal --- ela é o instrumento para a materialização do Poder dos trabalhadores ao nível das instituições administrativas, das [várias] estruturas (...), em suma, de todos os sectores da vida social" (15) [sublinhado meu - A.S.]

Isto é, um dos principais objectivos proclamados neste imediato pós-independência é o de transformar as estruturas de poder de modo que o exercício e o controlo deste estejam o mais perto possível dos produtores

14. Note-se que o inerente apelo ao regresso ao campo de uma parte dos que habitam nas cidades surge integrado num discurso ideológico de FRELIMO em que são nítidas as influências quer da vida no campo durante a luta armada quer de um moralismo muito próprio à frente desde o seu início e a que não é estranha a educação em missões protestantes de uma parte dos seus dirigentes. Vê várias referências à forma de vida nas cidades nos discursos de Samora Machel ao longo da sua 'viagem de Revolta ao Kaputo' nas vésperas da independência in REISS, J. e NUIKANE, A. Datas e documentos..., op. cit.

15. Vd 'Discurso na abertura da Escola do Partido' in Discursos..., op. cit., pg 92

directos. Inerente a esta evolução era a diminuição significativa dos poderes de que gozavam as estruturas tradicionais de poder. Aliás, acusadas genericamente de conluio com o poder colonial, estas tinham sido 'decapitadas' (pelo menos na lei) com a decisão de retirar todos os poderes aos régulos.

Esta atitude da Frente em relação ao poder tradicional constituiu uma profunda transformação em relação à organização político-ideológica do período colonial e tornou-se numa das pedras de toque das estratégias adaptativas dos camponeses face ao poder instituído e da oposição que ela vai defrontar mais intensamente nos meios rurais a partir do início dos anos 80.

Estes são alguns dos objectivos explícitos das AC. Em relação à maioria deles é difícil não manifestar um acordo de princípio limitado apenas (?) pela percepção de que a transformação que se visa introduzir no modo de vida dos camponeses é tão profunda que há que rezear, à partida, pela capacidade de eles se integrarem sem custos excessivos no novo modelo de organização do seu habitat.

Mas de rezear são ainda os perigos que podem resultar de uma utilização do instrumento 'aldealização' para prosseguir objectivos que normalmente não serão explicitados em qualquer discurso e que não deixam de ser fundamentais. O principal será o de facilitar o controlo do Aparelho de Estado sobre as populações e a actividade económica destas. De facto, só numa forma de habitat mais concentrado que a predominante --- altamente disperso --- é possível pensar, p. ex., em lançar impostos e cobrá-los, controlar efectivamente os fluxos comerciais, enfim, controlar os mecanismos de produção e controlo do excedente económico e da acumulação.

De notar que este objectivo está em conflito permanente (pelo menos potencialmente) com o da participação popular no controlo do processo social. Daí que um dos aspectos que há que estudar em relação à praxis que foi seguida é o da determinação da importância relativa destes dois objectivos. Esta é, por sua vez, função da relação de forças entre os grupos sociais existentes. Será essa uma das preocupações da parte 2 deste capítulo.

Quanto ao controlo político, a sua promoção enquanto objectivo da AC resulta da própria definição desta como unidade politico-administrativa onde se inserem um conjunto de instituições que, pela sua natureza, têm por objectivo aquele controlo: Assembleia do Povo, célula do Partido, tribunais populares, etc.

#### IX.1.1.3 - Os grupos sociais objectivo da política de promoção de AC

Qualquer processo de transformação social tem explícita ou implicitamente um ou mais grupos sociais como objectivo. No caso do processo de constituição das AC eles são definidos na Resolução sobre Aldeias Comuns aprovada na 8ª Sessão do CC da PRELIMO como sendo privilegiadamente o dos camponeses pobres e o dos assalariados rurais:

"Considerando os objectivos políticos, económicos e sociais da AC, nela só poderão participar os camponeses pobres, os operários e os trabalhadores explorados." (16)

Tais grupos --- cujos contornos não são, porém, definidos (17) --- constituem uma parte significativa da população do País, nomeadamente da população rural que não se esgota, de forma alguma, naqueles dois grupos mencionados. Grupo importante é também o dos que a tradição marxista vinda desde Marx mas principalmente desde Lênine e Kautsky define como "camponeses médios".

16. Vé Documentos da Quinta Sessão ..., op. cit., pg 89

17. É crítica, no entanto e pelo menos na nomenclatura utilizada, a influência das concepções tradicionais do marxismo e que já tinham servido de base às análises de Lênine e de Kautsky sobre o campesinato soviético. Nesta concepções referem-se paralelamente e para além dos operários agrícolas, os camponeses pobres, médios e ricos. O critério de caracterização e delimitação de uns e outros não é, porém, muito claro, deixando enormes 'coisas cinzentas' entre eles.

Estes, contrariamente aos membros dos outros grupos sociais tidos como sendo o principal objectivo da constituição das AC, utilizam algum trabalho assalariado no cultivo das suas terras, possuem alguns instrumentos de produção não-manuais (principalmente charruas mas também, num ou noutro caso, tractores) e possuem terra em quantidade e qualidade razoável. São os principais agentes da pequena produção mercantil e, como tal, encontram-se numa posição que, se o meio social envolvente o permitir, os farão optar decididamente, na totalidade ou em parte, por um desenvolvimento de cariz capitalista.

Foi tendo em consideração estas características que, para evitar o desenvolvimento de uma burguesia no campo, se pretendeu atrair esse grupo às AC, associando-os ao desenvolvimento em benefício dos estratos mais pobres da sociedade e à transformação das estruturas sociais com base no "princípio da vida colectiva" (18).

Porém, para evitar que tal estrato as dominasse devido ao seu controlo de terra de melhor qualidade e, principalmente, de alguns meios de produção não-manuais, exigiu-se que os que a elas aderissem "aceit[ass]em juntá-los aos meios de todos em benefício da AC" (19). Essa adesão, tal como a dos demais camponeses, é vista como sendo absolutamente voluntária, confiando-se (principalmente) na mobilização política (20), na obtenção de bons resultados com a produção colectiva e a promessa de acesso a certos bens sociais (saúde, educação, etc.) para levar à adesão da maioria da população.

18. Isto mesmo tinha sido advogado por Lênine no processo de socialização do campo na URSS. Face à pouca receptividade dos camponeses médios em relação à sua integração no processo, Estaline resolveu o problema de uma forma radical: pela força, incluindo a morte e a deportação de muitos desses camponeses.

19. Vd Resolução sobre Aldeias Comuns, *ob.cit.*; p. 89.

20. Vd o que se disse nos capítulos anteriores sobre o assunto. Vd ROESCH, Otto Socialism and rural development..., *op. cit.*, p. 94

## IX.1.1.4 - A organização da produção numa AC

Aquela produção colectiva poderia revestir quer a forma de cooperativas quer de empresas agrícolas estatais (machambas estatais). É do seu produto que preferentemente serão retirados os fundos para o financiamento da vida colectiva da Aldeia: investimentos sociais (a escola, o posto sanitário) mas também investimentos económicos de utilidade colectiva (os acessos rodoviários e pequenas barragens, p.ex.) e alguns encargos correntes (pagamento do professor, do enfermeiro, etc.).

O facto de se admitirem aquelas duas formas de organização colectiva da produção das AC sugere dois comentários. Um, é o de que ao admitir-se esta dualidade se sublinha o facto de que uma Aldeia Comunal não é, em si mesma, uma forma de organização da produção, mas sim uma forma de organização socio-política tendo por base económica, principalmente naquilo que é característico da vivência em comunidade, a produção colectiva.

Outro, é o de que ao admitir-se como base possível desta uma machamba estatal, parece estar a ir-se num sentido "contra-natura" face ao conceito de AC tal como explicitado atrás. Na realidade, tudo nele aponta para uma base produtiva de natureza cooperativa, forma mais apropriada à autogestão popular de que se falava desde o II Congresso da FRELIMO. Uma prova deste desfazamento entre a concepção de AC e a admissibilidade da forma 'machamba estatal' como base de produção é o facto de não ter sido possível definir um tipo de articulação entre ambas que permitisse dizer-se que a AC era, de facto, "o instrumento para a materialização do poder dos trabalhadores" sobre a machamba estatal (21).

A par da base de produção organizada colectivamente e num reconhecimento da importância da agricultura familiar na reprodução social dos camponeses, previa-se que estes dispusessem de uma parcela de terra para cultivar

21. Sobre a natureza 'contra-natura' da articulação entre AC e machamba estatal e sobre a prática real no domínio dessa articulação é significativo que em documentos do CER/UEA se fale em 'Aldeias Comuns sob controlo da UPBL (a machamba estatal 'Unidade de Produção do Baixo Limpopo')' a propósito da necessidade de planificar a actividade desta tendo em conta a população activa disponível nas AC da sua região de influência.

com o recurso exclusivo à mão-de-obra familiar. No entanto, a dimensão fixada para tal parcela --- que não devia exceder 0,5 *ha* em regadio ou 1 *ha* em sequeiro --- diz bem do carácter marginal que se atribui à produção familiar no quadro das AC e, conseqüentemente e de uma forma mais geral, no quadro da estratégia de desenvolvimento e transformação socialista da RPM.

Uma tal opção quanto à dimensão das machambas familiares é ainda significativa a três outros níveis. Por um lado, o da transformação de uma agricultura com um certo grau de mobilidade espacial, itinerante (22), numa agricultura sedentária e que por isso exige uma modificação substancial das técnicas de produção, de conservação das características agronómicas do solo e dos hábitos de trabalho até então disponíveis aos camponeses.

Por outro, o da colocação destes na dependência da produção colectiva e, através da articulação desta com o meio que lhe é exterior --- nomeadamente o Aparelho de Estado ---, na dependência de outros grupos sociais e do Estado em particular.

Por fim, visa-se simultaneamente cortar cerce as tendências ao desenvolvimento de um capitalismo agrário que, no quadro ideológico que transcorre da política prosseguida, se crê ser inerente à pequena produção camponesa (23).

22. Que necessita, por isso, de áreas mais vastas para cultura e pousio.

23. Vé quanto foi dito a propósito nos dois capítulos precedentes.

IX.1.1.5 - O conceito de AC e algumas consequências no domínio do seu planeamento físico (24)

De quanto ficou dito é fácil deduzir que uma AC é uma realidade extremamente complexa em que os aspectos sociais se imbrincam nos políticos e nos económicos. Todos, por sua vez, se relacionam com aspectos (só aparentemente apenas) físicos como sejam, por exemplo, os da localização, dimensão e disposição no terreno da AC e das habitações e outras construções que a constituem.

Quanto à escolha do local de implantação da Aldeia, é de realçar que ela pode, se mal efectuada --- má qualidade dos solos, má orientação em relação aos ventos, mau posicionamento em relação às linhas de água, etc. --, pôr em causa a sua sobrevivência por dificultar aos seus habitantes a obtenção de colheitas suficientes (25).

Directamente relacionada com a questão do planeamento físico está ainda a da dimensão da AC. Segundo as orientações oficiais "nenhuma aldeia deverá ser constituída por bairros completos, quer dizer 2000 a 3000 habitantes" cujos centros distarão entre si cerca de 800 metros.

Pensa-se, porém que "uma aldeia de 5 bairros, quer dizer 1250 famílias ou 6000 pessoas terá grandes vantagens porque possibilitará no futuro o estabelecimento de uma escola de nível secundário, um hospital-maternidade e um centro comunal desenvolvido" (26). Assim, é aquela a meta a atingir em ter-

24. Da bibliografia sobre AC três se destacam pelo cuidado com que analisa esta dimensão mais 'física' do processo: RAPOSO, Isabel Transformation de l'habitat rural, tese de DEA, Paris, 1986 e CASAS, Adolfo Os processos de socialização rural em Moçambique -- les villages communaux, Thèse de Doctorat, [Beiras e Paris], 1986 e ARAÚJO, Manuel O sistema das Aldeias Comuns em Moçambique -- transformações na organização do espaço residencial e produtivo, tese de doutoramento em Geografia Humana na Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

25. Vd. vd. 2 - Informação geral s/ as AC: Projecto CE2/1-80; CNAC/Ministério da Saúde; Abril 81; Maputo; pg 59

26. Vd. o discurso do Ministro das Obras Públicas e Habitação, Júlio Carrilho, proferido na Beira em 20/9/1975 (policop)

mos de dimensão humana.

A opção por ela baseia-se na necessidade de maximizar a rentabilidade da utilização de um conjunto de equipamentos sociais --- cujos custos de implantação e de funcionamento são elevados --- através da redução ao mínimo possível das distâncias entre a habitação e o local de implantação desses equipamentos colectivos.

A dimensão humana tem, evidentemente, consequências ao nível da dimensão física não só da AC como espaço habitacional organizado mas também ao nível do espaço alargado, incluindo as áreas destinadas àquela que se entende ser a principal actividade económica da Aldeia: a produção agrícola, nomeadamente a levada a cabo na machamba colectiva. Como principal determinante da dimensão deste espaço alargado definiu-se o tempo gasto na deslocação entre a AC e o local da produção (27).

Assim, as machambas mais afastadas, não deveriam estar a mais de cerca de 5 kms de distância do centro da AC, correspondendo a 2 horas diárias (1 em cada sentido) gastas improdutivamente em viagens para e da machamba mais afastada. Isto é, entendia-se que o espaço alargado da AC deveria corresponder a um círculo com um raio de 5 km com o centro no da AC a que corresponde uma área total de cerca de 8000 ha (80 km<sup>2</sup>) e uma área média de 6,3 ha/família. Isto corresponde a quase o quádruplo da densidade populacional média do país e ao dobro do da província de Nampula, a de maior densidade. Estes números, só por si, dão uma ideia do enorme aumento da carga populacional sobre o território de implantação das AC com consequente pressão sobre os recursos naturais e suas capacidades de regeneração.

Naquele espaço alargado deveriam estar disponíveis, para além das machambas a cultivar colectiva ou individualmente (28), recursos como a água, a lenha, pastagens, etc., de modo a que os habitantes da AC reduzissem ao mínimo os tempos (aparentemente) improdutivos gastos na sua obtenção.

27. Critério alternativo e que nos parece ser mais apropriado dadas as condições ecológicas e tecnológicas envolvidas poderia ter sido o da dimensão humana e uma certa área por pessoa ou família definida tendo em conta as condições ecológicas da região.

28. Estas, recorde-se, não deveriam ultrapassar as cerca de 0,5 a 1 ha.

Outros aspectos importantes e que não são socialmente neutros --- eles vão ser alguns dos que mais directamente vão ser confrontados directamente com a organização 'tradicional' do espaço --- são a dimensão dos talhões e a forma específica da distribuição das habitações e equipamentos colectivos no terreno.

Neste último aspecto, a uma só aparente desorganização do espaço (tendencialmente redondo mas com limites mal definidos devido, nomeadamente, ao tipo disperso do habitat) que caracteriza os 'muti' dos camponeses (29) vai opôr-se, nas AC, um espaço dividido em talhões rectangulares, com limites bem definidos, separados por ruas direitas e perpendiculares entre si que reproduzem o traçado das zonas modernas de qualquer cidade --- como o da própria capital do país (30).

Quanto à dimensão dos talhões, CASAL (31) refere que eles, ao serem limitados a uma dimensão padrão de 30X40 metros cada, são entre 2 a 5 vezes menores que o espaço disponível no local de residência no habitat tradicional. A fixação de uma tal dimensão representa uma pressão significativa para a nuclearização das famílias alargadas, o que é mais uma demonstração da procura da decomposição (forçada) do modo de vida 'tradicional'. Neste domínio específico o padrão de referência era, nitidamente (também aqui), a organização familiar característica das sociedades modernas ocidentais em que impera a moral cristã (32).

29. Sobre a(s) lógica(s) que preside(m) à organização do espaço no 'muti' tradicional ver CASAL, A. op. cit., pp 339-439 bem como FIALHO, José Antropologia económica dos Fheura..., op. cit.

30. Repare-se que até nesta perspectiva se está perante um decidido ataque da cultura urbana sobre a cultura rural ou da 'cidade' sobre o 'campo' numa lógica que parece dar razão às linhas fundamentais das análises sobre o 'urban bias' de Michael LIPSON (Why poor people stay poor, Harvard UP, Cambridge/Mass./USA, 1977) e outros.

31. Vd CASAL, Adolfo Le processus..., op. cit., pg 446.

32. Esta é uma das muitas manifestações de uma moral oficial que face aos padrões mais recentes das sociedades-referência é susceptível de ser considerada como conservadora. O que não deixa de ser um aspecto interessante de análise numa ideologia que, no domínio da organização social era tida como extremamente avançada.

O carácter multidimensional do conceito de AC e o objectivo 'transição para o socialismo' de que pretende ser um instrumento obriga a que, pelo menos em teoria e para além daqueles que surgem como determinantes da opção tomada, vários outros factores devam --- ou, melhor, devessem --- ser tomados em consideração na definição da dimensão da AC.

Uns são de ordem política e prendem-se, normalmente, com a necessidade de encontrar uma dimensão que facilite a efectiva participação dos aldeões na gestão e controlo não só da administração da AC mas do próprio processo produtivo da unidade económica de produção que serve de base económica a esta. Não estando ela isolada do todo regional e nacional, ter-se-á que ter em conta igualmente a necessidade de encontrar uma dimensão que esteja de acordo com o tipo de relações que se pretenda estabelecer entre os níveis local, por um lado, e regional e nacional, por outro.

Outro tipo de factores a (que se devia) tomar em consideração é de natureza ecológica: a não introdução de rupturas no ecossistema. Assim, p.ex., é preciso que a relação entre dimensão humana e recursos localmente disponíveis seja de tal forma que não haja lugar a uma sobre-exploração dos terrenos agrícolas, das florestas e matos, etc., com um seu esgotamento a médio prazo que ponha em risco de sobrevivência a comunidade. Isto acontecerá forçosamente se não se tiver em consideração que

"o problema fundamental que, no campo agrário, apresentam as AC é o da conservação da fertilidade do solo face a um sistema de produção necessariamente contínuo no mesmo terreno." (33)

Note-se, porém, que o critério adoptado para a definição da área de implantação da AC e que foi definido atrás está em contradição com este tipo de preocupações. Sendo aquele critério o mais fácil de executar porque eminentemente físico, está aqui um primeiro ponto de potencial contradição e de problemas no processo de constituição das AC.

33. Vd Estudo e projecto de criação AC no Niassa: Nsaulina, Mataca, N'Kapala e Chissimó; relatório dactilografado; Jan. 1976; pg 1-2

Aquele sistema de produção contínuo constitui uma modificação radical em relação ao sistema de cultivo tradicional de pousios longos e obrigará, por isso, a uma modificação das técnicas agrícolas, o que é um processo lento e dificilmente compatível com a atribuição de 1 ha de sequeiro para cada família aldeã cultivar e com a definição de uma área única para a machamba colectiva sem que se preveja a área para se fazerem pousios. Estes são, pois, outros pontos de eventual conflito na constituição de AC.

Para além destes factores políticos e ecológicos, há outros de carácter económico. Cite-se, p.ex., a necessidade de, pretendendo-se constituir comunidades com elevado grau de autonomia, tal implicar a necessidade de se atingir uma dimensão que permita o desenvolvimento de várias actividades produtivas, complementares da agricultura ou não, como oficinas de conservação e reparação de equipamentos mecânicos, oficinas de artefactos vários, etc.

A simples enumeração destes factores que influenciam a definição da dimensão da AC deixa antever alguns pontos suplementares de potencial conflito.

Assim, a rendibilização dos investimentos sociais e a necessidade de assegurar uma dimensão que justifique a existência de certas actividades económicas complementares da agricultura, se jogam ambas no sentido de uma maior dimensão humana, estão em conflito potencial com os interesses da promoção da participação popular na gestão e controlo directos do processo produtivo e do processo social no seu conjunto. De facto, esta, embora não incompatível com ela, parece ser mais fácil com uma dimensão humana mais reduzida do que as cerca de 1200 famílias/6000 pessoas para que aponta o modelo de AC (34).

Há também a conflitualidade entre, por um lado, a necessidade de reduzir ao mínimo o tempo improdutivo gasto nas deslocações e a necessidade de evitar uma pressão populacional que ponha em causa o ecossistema em que se insere a AC e, por outro, a preocupação de rendibilização dos investimentos

34. Ver CNAC/PAO As 'AC' no desenvolvimento económico de Moçambique, pag. 39. Note-se que numa tal população deverão existir cerca de 2500-3000 adultos, os potenciais participantes do processo de participação directa.

sociais. De facto, se esta última aponta, como já vimos, para um alargamento da dimensão humana, aquelas duas necessidades exigem núcleos habitacionais mais pequenos, em que a pressão sobre a terra e os demais recursos é menor e onde as populações estão mais perto deles.

Tais conflitos só são resolúveis à luz de uma hierarquização dos objectivos e interesses a prosseguir. A opção moçambicana, pelo menos quanto à concepção do processo de aldealização, foi a de privilegiar a dimensão que torna mais rendíveis os investimentos sociais o que dá consistência há hipótese por nós formulada atrás de que preocupações de carácter mais estritamente económico como é o caso da acumulação eram secundárias em relação às de carácter social e político. As consequências daquela opção serão estudadas adiante, quando se analisar o que tem sido a *praxis* de constituição de AC.

Neste ponto apresentaram-se as principais características definidoras da concepção e, principalmente, do modelo de AC adoptado em Moçambique. Saliu-se que se trata de um conceito complexo, multidimensional, que tem uma vertente socio-política muito importante que tem profundas consequências ao nível do planeamento físico.

Mas pelo menos duas perguntas ficam no ar, qualquer delas relativa à originalidade do conceito e do modelo. Uma, relaciona-se com as influências que a praxis da FRELIMO antes da independência e a sua ideologia exerceram na formulação do conceito; outra, diz respeito às (sempre possíveis) influências de outros processos semelhantes na configuração da concepção e modelo moçambicanos de AC.

Nos próximos pontos deste capítulo tentaremos responder sucessivamente a cada uma destas questões.

IX.1.2 --- A 'praxis' e a ideologia como fontes do  
conceito e do modelo de AC

Na estruturação do conceito de AC e do modelo a que ele dá lugar desempenharam papel fundamental dois factores relacionados com a vida da FRELIMO no período que precedeu a independência de Moçambique: o primeiro tem que ver com a sua *praxis* durante a luta de libertação nacional nas chamadas "zonas libertadas"; o segundo está relacionado com a ideologia da Frente e com o projecto político, social e económico que ela enforma.

A situação de guerra em que se vivia e o tipo de confrontação entre os contendores --- uma guerra de guerrilha conduzida por um deles contra o outro, ambos procurando assegurar o controlo do maior espaço e do maior volume de população possíveis --- levaram a que as autoridades coloniais promovessem, sob inspiração da acção americana no Vietnam (do Sul), a concentração das populações em "aldeamentos". Ao mesmo tempo e sob a égide da FRELIMO, surgiam pequenos aglomerados nos quais é possível antever, pelo menos na sua dimensão ideológica de "contar com as suas próprias forças", um embrião daquilo que viriam a ser as Aldeias Comunsis (35).

O agrupamento de populações levado a cabo por influência directa da Frente durante a luta armada esteve intimamente ligado com as necessidades e as características dessa mesma luta. Foi, por isso, um movimento de dimensão relativamente limitada em volume de população envolvida e não deixou vestígios documentais suficientes e com a credibilidade necessária para que possam servir de base a um estudo. Esses agrupamentos tinham elevada mobilidade e uma grande precaridade de instalações físicas devido à necessidade de evitar ataques do inimigo e, em boa parte por isso, não se consolidaram como AC no período pós-independência tendo desaparecido a maioria delas.

35.

Para além da experiência da luta armada de libertação nacional também a ideologia base da FRELIMO exerceu forte influência na elaboração do conceito --- e do modelo --- de AC e na estratégia de desenvolvimento assente nela. De facto, consideradas como "instrumento eficaz para o triunfo e consolidação da Revolução [socialista] Moçambicana" (36), as AC não podem deixar de reflectir o projecto global de sociedade a erigir em Moçambique tal como proclamado no discurso oficial.

Sendo tal projecto o de uma autêntica sociedade dos produtores associados em que estes deverão exercer um controlo efectivo sobre "todos os aspectos de vida social" no quadro daquilo que se pretendia que viesse a ser um "sistema de autogestão popular" (37), entendia-se que a AC era o principal "instrumento para a materialização do Poder dos trabalhadores ao nível (...) de todos os aspectos da vida social" (38).

Ora, numa sociedade como a africana em geral e a moçambicana em particular, onde a dispersão das populações é a forma mais comum de habitat, o exercício daquele poder de trabalhadores só se torna possível com a criação de aglomerados populacionais de uma dimensão humana que o viabilize. É isto que Samora Machel queria dizer ao afirmar que

"Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder." (39)

Demonstra-se assim que o conjunto das concepções ideológicas da FRELIMO, nomeadamente quanto ao exercício do poder, apontam para a criação de Aldeias Comuns.

-----  
Vd o que se disse sobre este tema no capítulo 6. (36. Vd Resolução sobre Aldeias Comuns, op. cit., pp 61

37. Vd "Decisões do II Congresso da FRELIMO" in Documentos FRELIMO (1) -- 1º e 2º Congressos. Documentos, op. cit.

38. Vd discurso de Samora Machel na inauguração da Escola do Partido

39. Vd Ideia

### IX.1.3 - As influências externas

Paralelamente à derivada da forma como esteve organizada a luta armada pela independência e da ideologia da FRELIMO, a concepção moçambicana de Aldeia Comunal denota a influência de duas experiências de organização dos populares: a da Tanzânia e a da China.

#### IX.1.3.1 - A influência das aldeias 'ujamaa' da Tanzânia

Após cerca de cinco anos de independência e de uma estratégia de desenvolvimento de cariz capitalista, a Declaração de Arusha de Janeiro de 1967 introduziu uma profunda modificação na orientação do desenvolvimento da Tanzânia. O objectivo passa então a ser o da construção do socialismo entendido como

"uma sociedade na qual todos os membros têm direitos e oportunidades iguais, na qual todos podem viver em paz com os seus vizinhos sem sofrer ou impôr a injustiça, sem serem explorados e sem explorarem e na qual todos têm um nível crescente de bem estar material básico antes que qualquer pessoa viva no luxo." (40)

Um aspecto, no entanto, é bem característico desta nova estratégia: o de que

"[ela re-]toma o nosso sistema tradicional, corrige as suas limitações e adapta para o servir aquilo que podemos aprender das sociedades tecnologicamente desenvolvidas de outros continentes." (41)  
[sublinhado nosso - AS]

O sistema tradicional tomado como base de estruturação da nova estratégia é visto como assentando em três princípios fundamentais e que vão estar na base da nova política:

40. Vd NYERERE, J. Socialism and rural development, Dar-es-Salaam, Ministry of Information and Tourism, 1967, p.94

41. Vd ídem

1) cada membro da família 'ujamaa' tradicional sabe qual é o seu lugar e quais os seus direitos reconhecendo simultaneamente o lugar e direitos dos outros membros; o grupo garante em conjunto o mínimo necessário à sobrevivência de cada membro, sob o risco de pôr em causa a sobrevivência de todos;

2) na unidade familiar 'ujamaa' todos os seus bens básicos são apropriados em comum e partilhados entre todos os seus membros. Por outro lado, quer no seio da família extensa quer no da tribo, o nível económico de uma pessoa não se poderia afastar muito do das outras pessoas pois que se tal acontecesse isso significaria que esse enriquecimento teria sido obtido à custa de outros membros da comunidade; e, finalmente,

3) toda a gente tinha a obrigação de trabalhar (42).

Como se pode verificar, o 'socialismo tanzaniano' procura colocar-se simultaneamente na linha do 'socialismo africano' da década de 60 e na de evolução das estruturas tradicionais da sociedade africana mas tenta introduzir nestas as alterações que a evolução das necessidades do homem e dos conhecimentos técnico-científicos e a linha ideológica referida aconselham e permitem sem romper com, sem desestruturar completamente, aquela forma de viver tradicional.

Instrumento fundamental de uma tal política de modernização das estruturas tradicionais (43) foi a organização da produção sob a forma cooperativa e a dinamização da entreaajuda alargada às mais variadas actividades:

"Isto significa que a agricultura será feita por grupos de pessoas que vivem como uma comunidade e trabalham como uma comunidade. Viverão em conjunto numa aldeia, cultivarão em grupo, comercializarão em conjunto e tomarão a seu cargo a prestação de serviços locais e a satisfação das pequenas necessidades locais como uma comunidade. A sua comunidade será o grupo familiar tradicional ou qualquer outro grupo vivendo de acordo com os princípios 'ujamaa' e suficientemente grande para utilizar métodos modernos e satisfazer as necessidades do homem do século XX." (44)

42. Vd Idem, pp 1-2

43. Mas aproveitando-as ao máximo, paralelamente recuperando a prática tradicional de entreaajuda nos mais diversos trabalhos, principalmente agrícolas.

44. Vd Idem, pp 13-14

Desta experiência 'ujamaa' da Tanzânia o que é que vai ser retido pelo conceito de Aldeia Comunal? Que influências vão ser transmitidas?

É sabido que a grande maioria dos dirigentes máximos da FRELIMO puderam acompanhar de muito perto a evolução da política tanzaniana de "socialismo 'ujamaa'" pois que o quartel-general da Frente e as suas bases no exterior se localizavam naquele país. Tiveram, pois, a possibilidade de seguir de perto a aplicação da estratégia definida (a qual conheceu uma fase de aldealização forçada das populações na época em que Moçambique se tornou independente) e para formularem os seus próprios pontos de vista.

Assim, são de salientar as seguintes principais semelhanças e diferenças entre o conceito de AC e o de aldeia 'ujamaa':

(1) a diferente formação ideológica da FRELIMO e da TANU (45) --- com aquela aceitando como válida a análise marxista da existência de classes e sua conseqüente luta mesmo nas condições de desenvolvimento da África, o que era negado por esta --- não podia deixar de reflectir-se, p.ex., numa recusa da FRELIMO em tomar como base da sua estratégia a sociedade 'tradicional' africana e os seus valores já que esta teria as suas próprias classes sociais --- nomeadamente as que nelas detinham o poder como eram os régulos, chefes de terra, etc. --- que interessava eliminar;

(2) em boa medida como resultado de (1), o que vai ser retido da experiência da Tanzânia é, principalmente, a dimensão física da organização das populações em aldeias e a dimensão social da sua organização numa base colectiva (cooperativa) quer de trabalho --- cooperativa de produção --- quer mesmo de vida, com uma acentuada visão comunitarista da organização económica, social e política.

45. A Tanzania African National Union, o partido que, fundado por Nyerere ainda durante a luta pela Independência do país, liderou esta e liderava o processo político tanzaniano.

Mas nem só da Tanzânia e das suas aldeias 'ujamaa' são perceptíveis as influências no processo moçambicano. Como dissemos, também a estratégia chinesa de organização de comunas exerceu, tal como já tinha exercido sobre a opção tanzaniana, influência sobre a opção moçambicana de reorganização do mundo rural com base nas Aldeias Comunsais.

#### IX.1.3.2 - A influência das comunas chinesas

Elemento essencial do processo de transformação rural na China pós-"Grande Salto em Frente" (1958) enquanto instrumento fundamental da mobilização de trabalho e da sua afectação às várias actividades a desenvolver, as comunas chinesas visavam uma pluralidade de objectivos (46).

Instrumento de descentralização dos poderes centrais, eram uma unidade com administração própria, com a sua milícia armada, a sua unidade-base da organização política-partidária. Para além destas funções de carácter político-administrativo, tinham também funções de carácter económico já que eram chamadas a planear e controlar o uso da terra e de algumas unidades industriais bem como os recursos locais em trabalho e em capital, etc.

A comuna chinesa era, portanto, uma unidade que na sua concepção básica visava integrar os seus habitantes --- 20-30 mil e mais --- num estilo de vida em que se desse uma articulação entre vida económica (organizada principalmente sob a forma de cooperativas) e vida social e política permitindo-se e incentivando-se a participação das populações na organização da vida colectiva através das brigadas de produção e das suas equipas de produção (47).

Desta concepção das comunas o conceito de AC vai herdar principalmente esta visão integradora de vários níveis de organização da vida colectiva, apontando para a criação de múltiplas unidades de habitação e vida

46. Vd o ponto correspondente do capítulo III.

47. Vd a parte pertinente do Capítulo III desta tese

(económica, social e política) em comum, com elevado grau de autonomia ('self-reliance', "contar com as próprias forças") ao nível local. A forma de organização económica básica é, como nas comunas, a cooperativa.

#### *IX.1.4 - A Aldeia Comunal: um instrumento adequado aos seus fins?*

##### *Uma primeira análise crítica*

Uma análise crítica efectuada neste ponto do estudo não pode senão visar os contornos do conceito e do modelo concreto que se quiz implantar e não a forma como foi feita a sua implementação e, menos ainda, os resultados práticos com ela obtidos.

Assim, a perspectiva de análise deve incidir aqui apenas sobre a eventual adequação entre instrumento e objectivos (enunciados ou não) e a adequabilidade entre estes e a realidade concreta que é a formação social (bem determinada) a que se dirigem. Evidentemente que ao entrarmos neste terreno entramos na área, extremamente 'escorregadia', das concepções e opções políticas.

Apesar disso, cremos, no entanto, que é possível reconhecer que o objectivo de um ritmo mais acelerado de satisfação das necessidades (materiais mas não só) referentes ao conforto da vida --- melhores condições de habitação, segurança alimentar, assistência médica, educação, p.ex. --- é muito facilitado se for possível concentrar as populações em espaços mais restritos do que aquelas em que vivem no habitat tradicional.

A grande restrição a defrontar é a da necessidade, ditada pela concepção de socialismo (democrático) definida no primeiro capítulo, de tal processo de concentração das populações ser feito de acordo com a maioria delas e/ou, pelo menos, a um ritmo que não faça dele um processo centrípeta da maioria das populações que ponha em causa, até e por vezes, a sua própria capacidade de reprodução, colocando-as numa dependência quase total face ao poder de Estado instituído --- i.e., de grupos sociais que lhe são exteriores/estranhos.

Ora, esta é uma situação que as populações rurais tenderão a recusar dada a apetência deste em, como forma de aumentar o poder dos grupos sociais que o dominam, aumentar sucessivamente esse controlo, tornando-o tendencialmente exclusivo, através, nomeadamente, do alargamento do chamado sector moderno da economia, i.e., o sector monetarizado e conseqüente 'morte a prazo' do chamado sector tradicional em que vivem. Esta recusa será tanto mais forte quanto maior fôr a dificuldade de a nova organização social, política e, principalmente, económica em satisfazer as necessidades das populações o que, para Estados que na sua maioria estão ainda numa fase de construção, é um fenómeno corrente.

Outra restrição importante, relativa mais ao modelo concreto do que ao conceito em si, refere-se à relação entre a AC e o meio ecológico envolvente. Ora, parece-nos evidente que, não sendo estranha a tal relação a capacidade tecnológica à disposição das populações rurais --- nomeadamente no domínio das práticas agrícolas e da renovação e conservação dos recursos naturais ---, o modelo concreto e o 'timing' para a sua concretização não estavam, à partida, de acordo quer com as reais capacidades das populações quer com a capacidade do poder instituído as colocar à disposição daquelas.

O resultado conjugado destes dois elementos dificilmente deixaria de ser --- como veio a ser --- uma implementação incompleta do modelo, primeiro passo para a produção de efeitos negativos sobre a capacidade de reprodução das populações rurais. Daí à sua desconfiança, primeiro, e à sua recusa, depois, em relação ao processo de aldealização vai um passo.

## IX.2 - O processo de constituição das AC: primórdios e evolução

Como vimos no ponto IX.1.1.3, uma AC não é, em si uma forma de organização da produção mas sim, principalmente, uma forma de organização socio-política que deve ter como suporte económico uma das duas formas de organização colectiva da produção que são admitidas --- uma cooperativa ou uma

machamba estatal (48). Mais, pretende-se que estas formas de organização colectiva assumam progressivamente um carácter dominante como base económica da AC em detrimento da produção individual dos camponeses.

Uma simples análise preliminar permitirá concluir que os problemas que se colocam ao desenvolvimento das cooperativas de produção (agrícola) e das machambas estatais em Moçambique são iguais para todas, independentemente de estarem ou não ligadas a Aldeias Comuns. Há, no entanto, problemas que resultam principalmente da articulação entre aquelas formas e as Aldeias Comuns. É deles que trataremos aqui.

#### IX.2.1 --- As origens das AC. A evolução quantitativa da aldealização

Verificámos ao longo do ponto IX.1.1.1 que as origens do conceito de Aldeia Comunal são hexitantes. Tomando uma forma mais ou menos imprecisa em 1975 --- é o tempo das "sociedades revolucionárias", "autênticas sociedades comunais" ---, só vão assumir a plenitude da sua importância no quadro da estratégia de transformação de Moçambique durante a 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, em Fevereiro de 1976, com a Resolução sobre Aldeias Comuns.

A este tipo de evolução inicial do conceito e do seu modelo, vai corresponder uma evolução inicial do processo de constituição e consolidação de AC também ela hexitante.

É principalmente nas áreas onde se tinha desenvolvido a guerra de libertação que a FRELIMO vai, em primeiro lugar, incentivar a sua constituição aproveitando a dinâmica política da fase de transição da luta armada para a independência.

48. Importante e mesmo imprescindível na 'praxis' --- pelo menos (?) durante um (muito ou menos longo) período de transição --- mas secundária ao nível do conceito de AC é a produção camponesa levada a cabo nas suas machambas familiares.

Embora já tivesse havido referências a elas no início de 1975, a primeira movimentação mais significativa no sentido da constituição de AC foi lançada imediatamente antes da independência num seminário que decorreu em Marrupa, no Niassa, em Maio daquele ano. O processo teve, no entanto, um início relativamente lento e com uma dinâmica muito desigual nas várias regiões do país sendo que só em 1976 é que é possível encontrar em Cabo Delgado, a província com maior índice de aldealização, um número já importante de aldeias.

Assim, por exemplo, refira-se que as 101 AC estudadas em 1981 no quadro do projecto CSP/1.80 (49) apresentavam as seguintes datas de origem:

QUADRO IX-1

| ano de<br>constituição | Cabo<br>Delgado | Nampula | TOTAL |
|------------------------|-----------------|---------|-------|
| 1974                   | 2               | --      | 2     |
| 1975                   | 9               | --      | 9     |
| 1976                   | 32              | 4       | 36    |
| 1977                   | 10              | 24      | 34    |
| 1978                   | 3               | 9       | 12    |
| 1979                   | 2               | 5       | 7     |

Fonte: Relatório do CSP/1.80, vol. 2, p. 25

Este quadro, ainda que com elementos só de alguns dos distritos de duas províncias do Norte de Moçambique, permite-nos confirmar que:

- i) a fase principal da constituição de AC foi o período 1976-1977;

49. Referência completa do texto de divulgação dos resultados desta investigação que se desenvolveu nos actuais distritos de Mocimboa do Vale, Cuito e Namuso, da Província de Cabo Delgado e de Mecuburi e Ribaué, da Província de Nampula: Ministério da Saúde / Comissão Nacional das Aldeias Comuns Projecto CSP/1.80 [Cuidados de Saúde Primários: -- vol 2: Informação geral sobre Aldeias Comuns, Min.Saúde/CNAC, (Maputo), Abril de 1981

ii) até então e depois desse período, a dinâmica de constituição de AC sofreu uma quebra significativa, só alterada já depois de 1984/85 por razões de estratégia militar face às acções da Renamo (50);

iii) as diversas províncias apresentam dinâmicas diferentes --- pelo menos diferenciadas no tempo --- de constituição de AC.

Infelizmente não dispomos e cremos não existir nenhum quadro semelhante a este com uma análise a nível nacional para a mesma época. Porém, da análise da bibliografia consultada pode-se concluir da possibilidade de estender ao nível nacional o que se disse para as AC do projecto CSP/1.80.

De tal análise resulta que:

- o grande impulso para a constituição de aldeias foi dado com a Resolução sobre AC da 8ª Sessão do Comité Central da Frente (Fev.1976), com as cheias de 1976 e 1977 e com o programa aprovado no III Congresso (51). Como resultado, a parte mais significativa das AC teve a sua origem nos anos daqueles acontecimentos, 1976 e 1977;

- o impacto do processo de constituição das AC não é uniforme em todo o país. Isto está bem patente no quadro abaixo que faz o ponto da situação em meados de 1978. Por ele se vê bem que, naquela época, era a província de Cabo Delgado que se apresentava com uma maior taxa de aldealização --- já que a quase totalidade da sua população se encontrava concentrada em AC --- enquanto que uma província tão populosa como a Zambézia não tinha mais que cerca de 0,4% da sua população a viver em AC. Enfiw, para além do caso limite de Cabo Delgado, só o Niassa e Gaza tinham uma parcela de população em AC digna de registo, sendo que a situação no resto do país retratava um muito fraco desenvolvimento do processo (52).

50. As mesmas, afinal, que tinham levado a administração portuguesa a, durante a luta com a FRELIMO, proceder à concentração das populações das zonas mais afectadas pela luta de libertação, particularmente Cabo Delgado.

51. Vd, entre outras fontes, Ministério das Finanças da RPN Relatório ... política de crédito, Maputo, Setembro de 1976 e vários números do jornal Notícias, de Maputo.

52. Informações posteriores confirmam que foram estas as províncias em que o processo de "aldealização" das populações foi mais longe. Vd, por exemplo, 1ª Reunião Nacional sobre Aldeias Comunitárias -- Resolução sobre questões político administrativas, policop, Março de 1980; e GBDCA/Ministério da Agricultura da RPN Contribuição para o programa de cooperativização do campo, Maputo, 1982.

QUADRO IX-2: Aldeias Comuns -- Situação em meados de 1978

| provincia    | nº de AC   | % do TOTAL nacional de AC | nº de famílias nas AC (mil) (a) | nº de pessoas em AC (mil) (b) | % da população da Provincia nas AC (c) |
|--------------|------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------------|--|
| Cabo Delgado | 586        | 68,3                      | 160                             | 800                           | 86,4                                   |
| Niassa       | 40         | 4,6                       | 14,5                            | 72                            | 15,5                                   |
| Nampula      | 80         | 9,3                       | 10                              | 50                            | 2,1                                    |
| Tete         | 26         | 3,0                       | 5                               | 25                            | 3,2                                    |
| Zambézia     | 13         | 1,5                       | 2                               | 10                            | 0,4                                    |
| Sofala       | 13         | 1,5                       | 2                               | 10                            | 0,9                                    |
| Manica       | 9          | 1,0                       | 0,9                             | 4,5                           | 0,8                                    |
| Inhambane    | 5          | 0,5                       | 0,5                             | 2,5                           | 0,3                                    |
| Gaza         | 80         | 9,3                       | 36                              | 180                           | 19,2                                   |
| Maputo       | 5          | 0,5                       | 0,8                             | 40                            | 3,5                                    |
| <b>TOTAL</b> | <b>857</b> | <b>100,0</b>              | <b>250</b>                      | <b>1250</b>                   | <b>10,6</b>                            |

Notas: (a) - tendo em conta a unidade 'bairro' com 250 famílias; (b) - com base em 5 elementos por família; (c) - cálculo nosso  
 FONTE: CNAC O processo de desenvolvimento das Aldeias Comuns. Análise da situação., CNAC, [Maputo], Junho/78

Tão grandes variações na implantação de AC encontram parte da sua explicação na origem destas.

Um fenómeno que esteve na base da constituição da grande maioria das AC foi a intensa mobilização política que, principalmente no período 1976-77 mas também depois, as estruturas político-administrativas do Estado moçambicano e da FRELIMO desenvolveram nesse sentido. É bem conhecida de todos a exclamação de vários administradores de distritos e de localidades: "O que vai dizer de mim o Governador [da Provincia] se não lhe apresentar nenhuma Aldeia Comunal?".

Tal mobilização só em raríssimos casos terá atingido o limite da coerção física (53), o que constitui uma diferença significativa em relação ao

53. Note-se que tais casos, efectivamente muito raros, foram sempre objecto de violenta crítica por parte das autoridades centrais e os seus mentores objecto de punição. Foi o caso, por exemplo, do que se passou em ex Outubro/Novembro de 1981 ex Nôvula/Nampula, quando o administrador foi punido por ter asadado deixar abaixo galhetas de vários habitantes e arrancar as suas culturas alimentares para os obrigar a ir viver para a Aldeia Comunal. Posteriormente ao período analisado e no quadro da estratégia militar e política de combate aos chamados "bandidos armados" as acções de "aldealização" compulsiva aumentaram significativamente de número. Sobre esta última fase de "aldealização" vé algumas interações em ARKUDJ, Manuel O sistema..., op. cit.

processo ocorrido na vizinha Tanzânia quando, em 1974, milhões de camponeses foram obrigados a transferir as suas residências para as aldeias 'ujamaa' após um período em que o esforço de constituição destas por simples mobilização política dos camponeses se mostrou incapaz de produzir os efeitos esperados pelas autoridades (54).

Esta mobilização política que, como se disse, esteve sempre presente na origem de praticamente todas as AC, foi em muitos casos suficiente para desencadear o processo. Assim, na área do CSP/1.80, cerca de 95% das AC tiveram como única razão da sua constituição tal factor (55).

Porém, os diferentes resultados do processo de aldealização nas diversas províncias leva-nos a concluir que tal mobilização não terá sido aplicada com igual intensidade nas diferentes regiões do país. Tal facto poderá ser o resultado de uma tática deliberada e/ou uma consequência da situação *de facto* que nelas se vivia. A verdade é que ambos os casos se verificaram simultaneamente. De facto, paralelamente à opção pela constituição de AC, optou-se por desenvolver um esforço mais intenso nas províncias que tinham sido afectadas pela guerra e em que a população já tinha sido, na sua grande maioria, concentrada em "aldeamentos" por iniciativa das autoridades políticas e militares portuguesas.

Beneficiando do capital político conseguido durante a luta armada, fez-se um maior esforço na aldealização das populações de Niassa e Cabo Delgado. Elemento fundamental desse processo foi a mobilização já referida mas o processo assentou principalmente no simples rebaptizar e na introdução de modificações na organização interna dos antigos "aldeamentos", na conversão em AC de parte dos aglomerados populacionais surgidos durante a guerra sob a influência da Frente e na mobilização política dos antigos refugiados nos países vizinhos --- principalmente na Tanzânia, onde tinham tido experiência directa das aldeias 'ujamaa' --- para constituírem novas Aldeias.

54. Sobre este processo, ver nomeadamente de entre uma vastíssima bibliografia EREYHOLD, Michaela von Ujamaa villages in Tanzania -- analysis of a social experiment, Heineman, Londres, 1979

55. Vd Projecto CSP/1.80, op. cit., pg 25, Quadro 1

Se no Norte do país a sua constituição teve origem nos factores apontados e se iniciou mais cedo, no Sul o processo foi mais tardio e menos profundo e ficou-se a dever principalmente a um factor natural: as 'calamidades naturais', i.e., as cheias de 1977, principalmente a do rio Limpopo, em Gaza, que afectaram grande parte do vale daquele rio.

Até então o processo de criação de aldeias no Sul (Gaza, Inhambane e Maputo) tinha sido reduzidíssimo, facto a que não é estranho esse outro que foi o isolamento da região Sul em relação ao processo de luta armada. Como se pode verificar pelo quadro apresentado atrás, tão tarde como 1978, em Inhambane e em Maputo não havia senão 5 AC em cada província, envolvendo cerca de 0,3% da população de Inhambane e de 3,5% da de Maputo.

Foi Gaza que sofreu um processo mais rápido e profundo de concentração das populações em AC devido ao facto de ter sido esta a província mais afectada pelas cheias dos rios Incomati e Limpopo --- principalmente este.

Para realojamento das populações foi definido o princípio de que ele deveria ser feito em AC na "serra", i.e., nas zonas mais elevadas fora dos vales, ao abrigo de novas cheias. Surgiu assim, num período de tempo muito curto e quase em cima do momento em que, no III Congresso, se tinha definido a constituição de AC como via de aprofundar a socialização do campo, um elevado número de novas aldeias. Nelas se concentraram vários milhares de habitantes, ultrapassando muitas delas a dimensão óptima que estava prevista de cerca de 1250 famílias e perto de 6000 habitantes. De facto, era possível encontrar ao longo do rio Limpopo aldeias originadas nesta época com uma dimensão que ultrapassava as 10 mil pessoas e, até, em um ou dois casos, as cerca de 18 mil pessoas.

A forma que tomou este movimento em Gaza, bem como as suas amplitudes e rapidez, fazem antever que aqui será mais difícil determinar onde acabou a simples mobilização política e onde começou a coerção para que as populações se transferissem para as AC.

Uma última origem possível destas foi a sua constituição a partir de um núcleo de camponeses que se haviam lançado na produção colectiva sob a forma de uma machamba colectiva ou de uma cooperativa agrícola de produção.

Este processo não foi a forma mais comum de constituição das AC mas é entendido como sendo o que melhor corresponde ao seu conceito e o que permite passar do habitat disperso ao concentrado com mais facilidade. Razão para isso é o facto de a machamba explorada colectivamente desempenhar o papel de pólo aglutinador da residência concentrada dos camponeses ao mesmo tempo que serve de base económica para o início da vida da comunidade.

A informação estatística disponível sobre a origem das AC existentes em 1982 (56) aponta para uma maioria de aldeias constituídas quer devido à mobilização política (39% do total nacional), quer por transformação dos antigos "aldeamentos" (29,2%) quer, ainda, na sequência de calamidades naturais (22,7%). As aldeias constituídas desde o tempo da luta armada não ultrapassavam os 6% e as de repatriados 3%.

O panorama a nível provincial era, no entanto, muito diferente entre as várias províncias. Naturalmente, a esmagadora maioria das aldeias que eram produto de transformação de antigos "aldeamentos" do tempo colonial situavam-se na parte norte de Cabo Delgado (76%). Ai se situam também mais de 80% das 79 aldeias que são oficialmente (57) dadas como tendo aquela origem. As aldeias cuja base humana são os "regressados" situam-se, na sua maioria, em Nampula (20 num total de 41) e, em número muito menor (8) em Cabo Delgado. Por fim, a grande maioria das AC que tiveram a sua origem em calamidades naturais --- cheias --- encontra-se na província de Gaza e de Sofala (58).

56. Confrontem-se estes dados com os relativos aos do projecto CSP/1.30 referidos na pág. 23 supra.

57. O termo justifica-se aqui porque as estatísticas existentes são da Comissão Nacional das Aldeias Comuns, o organismo público criado na sequência das decisões do III Congresso da Frente encarregue de acompanhar o processo de 'aldealização'. Esta informação é, no entanto, de difícil confirmação e recolhemos em vários depoimentos orais indicações que podem pôr em causa a real existência de um (apesar de tudo) tão grande número de AC com esta origem. Significativo neste aspecto é o facto de no seu artigo escrito em 1983 ["As Aldeias Comuns..." in *Finisterra*, Lisboa, XVIII (36), pgs 370-371] Manuel ARAÚJO, com base em documentação da CNAC de 1978, não distinguir este tipo de aldeias o que já é feito na sua tese de 1988, em que utiliza informações daquela Comissão datadas de 1982.

58. Todas estas informações foram colhidas em CASAL, Adolfo op. cit., pg 509.

Quanto ao total de AC que existem e à importância relativa da população "aldealizada", as informações estatísticas disponíveis são variadas mas nem sempre coincidentes.

Como exemplo de discrepâncias entre números apresentados por entidades diferentes mas numa mesma época apresentam-se os fornecidos pela Comissão Nacional das Aldeias Comuns (CNAC) no seu relatório O processo de desenvolvimento das AC. Análise da situação. Propostas de actuação de Junho de 1978 e o relatório coordenado pelo Ministério das Finanças com o título Relatório...[sobre] política de crédito, de Setembro de 1978: naquele aponta-se para 857 aldeias envolvendo cerca de 1,25 milhões de pessoas; neste adianta-se, embora com cautela, que se "presume que existam [na época] cerca de 1500 [AC]" (59) sem que se adiante um cálculo para a população que nelas residia.

Dois anos depois, dados da 1ª Reunião Nacional de AC, de Março/80, indicam que existiam então 1059 Aldeias Comuns (mais duzentas que as apontadas pela CNAC dois anos antes), não sendo adiantado qual a população envolvida. Estimativas de 1982/83 apontam para um número de perto de 1400 aldeias que incluiriam cerca de 2,2 milhões de habitantes, ou seja, perto de 20% da população rural do país naquela época (contra 1,1 milhões e 12% em 1978):

---

59. O conhecimento das características e do trabalho de base que apoiou a elaboração dos referidos relatórios bem como dados referentes a períodos subsequentes levaram-nos a optar pela informação estatística do primeiro relatório citado a qual, apesar dos eventuais erros que contenha, nos parece aproximar-se mais da realidade. Os eventuais erros poderão afectar principalmente o cálculo do número de famílias e, principalmente, o do número de pessoas em AC's. De facto, qualquer destes números nos parece baseado em pressupostos que não nos parecem completamente realistas e que conduzem a uma sobrevalorização dos valores apresentados. Esta não deverá, no entanto, ultrapassar os cerca de 15% e resulta de uma igual sobrevalorização da dimensão média da dimensão das famílias. Na verdade, em cabo Delgado e Naapua, p.ex., a média do agregado familiar é de 4,3 pessoas por família

QUADRO IX-3 - Aldeias Comuns -- Situação em 1982/83

| provincia    | nº de AC | % do TOTAL nacional de AC | nº de pessoas em AC (mil) | % da população rural da Provincia nas AC |
|--------------|----------|---------------------------|---------------------------|--|
| Cabo Delgado | 543      | 39,9                      | 816                       | 87,3                                     |
| Niassa       | 63       | 4,6                       | 163                       | 32,0                                     |
| Nampula      | 260      | 19,1                      | 154                       | 7,0                                      |
| Tete         | 41       | 3,0                       | 138                       | 17,3                                     |
| Zambézia     | 39       | 2,9                       | 49                        | 2,0                                      |
| Sofala       | 88       | 6,5                       | 10                        | 12,6                                     |
| Manica       | 111      | 8,1                       | 143                       | 25,4                                     |
| Inhambane    | 47       | 3,5                       | 73                        | 7,0                                      |
| Gaza         | 123      | 9,0                       | 513                       | 50,9                                     |
| Maputo       | 47       | 3,5                       | 46                        | 8,5                                      |
| TOTAL        | 1362     | 100,0                     | 2203                      | 20,0                                     |

Fonte: ARAÚJO, Manuel O sistema..., op. cit., p. 208

### IX.2.2 --- Questões de localização, dimensão e estrutura física das Aldeias Comuns

#### IX.2.2.1 - A localização das AC

Questão essencial à vida de uma Aldeia é, como se salientou no ponto IX.1.1.5, a da escolha do local da sua implantação (60). Este deve ser de tal forma que lhe possibilite desenvolver-se plenamente sob o ponto de vista económico.

60. A questão da sua localização é vista aqui apenas na sua dimensão física e particularmente da disponibilidade de recursos em quantidade e qualidade suficientes para suportar a nova forma de habitat. Mais adiante faremos referência a uma outra dimensão deste vector 'localização': a que se refere à linhagem ou sector de linhagem em que a AC se implanta e as consequências de tal facto sobre a diferenciação social no seio das aldeias.

Na forma de habitat disperso o critério principal de localização da residência é o da proximidade aos recursos naturais mais importantes para a vida do dia-a-dia: terra de boa qualidade agrícola, água, lenha para aquecimento, materiais de construção das casas de pau-a-pique. As estradas desempenham também um papel importante naquelas regiões onde existem mas naquelas (a maioria) onde o sistema rodoviário é incipiente ou é inexistente elas desempenham, naturalmente, um papel muito limitado ou mesmo nulo como determinantes da localização da habitação.

Com a instalação de AC pretendia-se, além de prosseguir outros objectivos, conciliar, por um lado, a concentração da população em zonas de fácil acesso com, por outro, a disponibilidade de recursos naturais em quantidades que não pusessem em risco a sua existência.

Isto, porém, só é possível de realizar com um cuidadoso estudo prévio das potencialidades de cada região e com um planeamento rigoroso da implantação de novas AC tendo em conta quer as necessidades de organização espacial das aldeias, quer as referentes à sua base produtiva quer, ainda, as respeitantes à sua articulação com o todo regional e nacional.

O que se verificou, porém, é que se deu mais atenção aos aspectos relacionados com a estrutura física da AC do que com os demais e, por isso, são vulgares os casos de deficiente localização destas quando o critério de avaliação é outro. Isto mesmo foi reconhecido desde cedo (1978) pela entidade que supervisionava o processo:

"as aldeias foram concebidas essencialmente em função de preocupações sociais e urbanísticas não por erro de análise mas por falta de meios e de uma estratégia para realizar ao mesmo ritmo que o habitat a planificação física da base produtiva da Aldeia; daí os problemas [existentes] que não só limitam a capacidade produtiva da aldeia como ainda impedem muitas vezes o seu desenvolvimento futuro." (61)

61. Vê CNAC O processo de desenvolvimento das AC's. Análise da situação. Propostas de actuação; policp.; 1978

Esses problemas são da mais variada ordem. Por um lado, o do isolamento em que se encontra um pouco por todo o país um número significativo de Aldeias Comunitárias. É ele que as impede ou, pelo menos, dificulta a sua entrada nos circuitos de troca com o exterior (a região, o país, o mundo) de modo a poderem comercializar os excedentes da sua produção (principalmente agrícola), a receberem os produtos necessários e não produzidos na aldeia e de, p.ex., receberem o apoio necessário à melhoria quantitativa e qualitativa da produção. Como exemplo cite-se o caso das aldeias inquiridas no Projecto CSP/1.80: 23% do total eram inacessíveis a viaturas durante as chuvas. Este fenómeno, dadas as condições das vias de comunicação em muitas das regiões do país, é relativamente comum em todo o Moçambique. Nós próprios tivemos a oportunidade de o confirmar na nossa investigação de campo na região de Sabié/Moamba/Maputo em Novembro de 1981.

Tal isolamento é tanto mais prejudicial ao desenvolvimento das AC quanto é certo que um dos objectivos centrais da sua constituição é a produção de excedentes (agrícolas, principalmente, e outros) que permitam, por troca com outros bens não produzidos na aldeia, satisfazer as necessidades individuais ou colectivas dos seus habitantes. Assim sendo, ele constitui um poderoso desincentivo à produção de excedentes e, por isso, à consolidação das aldeias (62). Foi tendo em consideração este aspecto que em Cabo Delgado se definiu como um dos critérios fundamentais para a definição da sua localização o da proximidade em relação às estradas (63).

Outro dos problemas que se colocaram foi o da implantação das AC em zonas de solos pouco férteis ou com características agronómicas inadequadas à tecnologia disponível. De facto, são várias as aldeias em que os camponeses se queixavam da má qualidade dos solos que as circundam quer por terem baixos níveis de fertilidade --- e, por isso, só serem aproveitáveis com alguma vantagem para culturas alimentares de fraco valor alimentar (como a mandioca e a

62. Vd, a título de exemplo, o mapa 1.13 - Meios de transporte e vias de acesso da pg 19 de CSP/1.80 (vol 2, tomo 1), op. cit., a nossa experiência pessoal na zona de Sabié/Moamba/ Maputo confirma isto mesmo

63. Vd CASAL, Adolfo op. cit., pg 498.

mapira) e de pouco valor comercial --- quer por serem demasiado "pesados" e, por isso, dificilmente cultiváveis com os fráacos recursos técnicos ao seu dispôr como eram as enxadas e as catanas (64).

A adicionar a estas situações há ainda que salientar que no planeamento da implantação das AC e na definição das áreas destinadas à agricultura colectiva e às machambas individuais nunca se tomou em consideração a necessidade, determinada pelo nível de desenvolvimento tecnológico da agricultura camponesa, de prever áreas para a prática de pousios. Disto resultou que ao fim de um número limitado de anos de cultivo ininterrupto do mesmo terreno --- quer na machamba colectiva quer nas individuais --- a fertilidade do solo começou, em vários casos, a baixar. Como veremos noutro local a estratégia camponesa para fazer face a estas situações incluiu a manutenção sob exploração das antigas machambas familiares.

Quanto à machamba sob exploração colectiva, a sua normalmente maior dimensão --- função da capacidade dos camponeses em abrirem machambas (65) --- fez com que ela fosse reduzindo a sua produtividade sem que, muitas vezes, fosse possível abrir outras. Este fenómeno, que pôs em causa a sobrevivência da AC como tal ao pôr em causa a sua base económica, começou a assumir um aspecto cada vez mais importante à medida que decorreram os anos sobre a intensificação do programa de constituição de aldeias.

Outro problema que se levantou com frequência foi o da implantação de AC em zonas de recursos em água, lenha (66) e/ou materiais de construção de dimensão insuficiente para suportar a concentração populacional que a sua presença implica. Ora, embora tenha sido possível implantar a grande maioria delas em regiões onde o acesso aos recursos naturais essenciais à produção e à reprodução familiares estava assegurado --- pelo menos para os primeiros anos

64. Vd, por exemplo, os relatórios de CSP/1.80 já citados e FILHO, José Alguns dados sobre a antropologia em Moçambique, 1º Seminário sobre Antropologia, Maputo, 1982.

65. Que depende, por sua vez, da disponibilidade de mão-de-obra da cooperativa na época propícia a tal tarefa.

66. Note-se que para a maioria da população rural de África a verdadeira face da 'crise de energia' de que os ocidentais tanto falam é a da crescente escassez de lenha e não a do aumento do preço do petróleo.

da existência da AC, enquanto a concentração das populações não provocou alguma escassez de recursos ---, existiam muitas outras em que isso não acontecia.

Isto ficou a dever-se quer ao facto de em África não ser fácil encontrar locais que reúnam todos estes recursos em quantidade suficiente para suportarem uma forma de habitat concentrado sem que isso implique um rápido desgaste do seu stock, quer ao facto de no momento da escolha do local da implantação da AC não ter sido tomada em devida conta esta dimensão do problema (67).

As questões levantadas até aqui quanto à localização das AC de Mocambique são todas elas de carácter "micro", i.e., dizem respeito exclusivamente às condições da sua implantação tomadas individualmente, sem atender às condições "macro" de inserção na região e no todo nacional.

Ora, uma característica que rodeou o processo de implantação das AC foi precisamente, a de ela não ter sido feita com base num plano regional e nacionalmente articulado de ocupação da terra mas somente em função das condições estritamente locais.

Tendo, porém, em consideração o que se disse sobre os factores de má localização de muitas AC pode-se acrescentar que esta avaliação das condições locais não foi, em vários casos, correctamente efectuada. Tal ficou a dever-se, entre outros motivos, ao deficiente conhecimento que as estruturas político-administrativas tinham dessas condições e também ao facto de não se ter procurado colmatar parte desse desconhecimento com o recurso aos conhecimentos tradicionais dos camponeses através de um seu maior envolvimento no processo de selecção das zonas de implantação.

Isto é verdade apesar de a maioria das AC estarem implantadas em regiões escolhidas pelos próprios habitantes. Em muitos casos, porém, estes, habituados à escolha de terrenos para implantação de unidades familiares, não foram alertados para a diferença de escala que constitui a passagem do habitat

67. Vd. entre outras fontes bibliográficas, os relatórios do projecto CSP/1.20 já citados. Referindo-se a este como a outras dimensões do processo de planeamento da implantação das AC, CASAL considera-o, justamente, como caracterizado por um muito elevado nível de improvisação. Vd CASAL, *Adalfo Le processus...*, op. cit., pg 473

disperso para o habitat concentrado e, por isso, não tiveram devidamente em atenção o factor 'volume de recursos disponíveis'. Outro factor que terá influenciado a escolha dos terrenos por parte dos aldeões foi a preocupação em não entrar em colisão com a ocupação das terras definida com base nos direitos tradicionais sobre ela. Isto deixava uma margem de manobra reduzida para a sua escolha.

#### IX.2.2.2 - A dimensão das Aldeias Comuns

##### IX.2.2.2.1 - A dimensão humana; organização em bairros

No ponto IX.1.1.5 uma das questões levantadas foi a da dimensão (física e humana) que o modelo definido de AC encerrava. Ai constatámos que havia vários critérios que poderiam ser tomados como base para a definição dessa dimensão mas que aquele que na praxis do planeamento assumia papel dominante era o de rendibilização dos investimentos em equipamentos sociais efectuados. Esta pressupunha a organização de Aldeias com entre 2500 e 6 mil habitantes organizados em bairros (2 a 5) a curta distância (cerca de 200 metros) entre si.

Apesar destas orientações a realidade era, em geral, bem diferente.

A dimensão humana das AC variou ao longo dos anos entre extremos que vão desde os cerca de 150 habitantes até aos cerca de vinte mil. Em 1980, na área do Projecto CSP/1.80, por exemplo, "o número de pessoas por aldeia era muito variável, indo de 150 a 3150 habitantes" (68).

Nas Aldeias Comuns do vale do Limpopo a dimensão humana era normalmente muito maior sendo comum terem mais de 5 mil habitantes; localizava-se aí a única que em 1980 parecia ter mais de 15 mil: a AC "3 de Fevereiro" (ex-"Heróis Moçambicanos"), em Novunguene, Xai-Xai, tinha já em Março de 1980

68. Vd Projecto CSP/1.80 (vol.2; taxa 1), p. 31

cinco bairros onde habitavam 18.126 pessoas (69). Em 1983 teria 20 mil habitantes, número que era também, sensivelmente, o da AC 'Julius Nyerere', igualmente no distrito de Gaza (70).

A dimensão humana média das AC ao nível nacional era, no final dos anos 70, de cerca de 1400 habitantes por Aldeia. Era esta também a dimensão média das 101 AC de Nampula e Cabo Delgado abrangidas pelo Projecto CSP/1.80. Ora, uma tal dimensão humana corresponde a pouco mais de metade daquela que se entendia dever ser o mínimo ( $\pm$  2.500).

A situação não se modificou muito nos primeiros anos da década de 80 já que em 1982/83 essa dimensão era de cerca de 1600 habitantes com médias provinciais que variavam entre as cerca de 600 (em Nampula) e as quase 4000 (em Gaza) (71);

QUADRO IX-4: Dimensão média das Aldeias Comuns

| Província    | população média |
|--------------|-----------------|
| Cabo Delgado | 1502            |
| Niassa       | 2590            |
| Nampula      | 593             |
| Zambézia     | 1262            |
| Tete         | 2829            |
| Manica       | 1293            |
| Sofala       | 1206            |
| Inhambane    | 734             |
| Gaza         | 3889            |
| Maputo       | 987             |
| PAÍS TOTAL   | 1617            |

69. Vd Dados referentes à AC "3 de Fevereiro" (ex-"Herdas Mocimboa"), folheto distribuído aquando da realização, naquela AC, da 1ª Reunião Nacional de Aldeias Comuns

70. Vd ARAÚJO, Manoel O sistema..., op. cit., pg 283.

71. Vd ARAÚJO, Manoel O sistema..., op. cit., pg 227.

Aqueles valores para a dimensão média nacional correspondem, segundo o princípio de 1 bairro para cada 250 famílias e cerca de 1250 pessoas, a uma Aldeia com um só bairro --- ainda que maior que a norma.

Forém, segundo os dados conhecidos, a classe modal na organização de AC em bairros é a que inclui as Aldeias com 3 bairros --- tal como em Nampula e Cabo Delgado ---, sendo também muito frequente a existência apenas de dois.

Isto significa que a média de bairros por AC a nível nacional era naquela época (início dos anos 80), muito provavelmente, de cerca de 3 (72), significativamente acima da média 1,2 que a dimensão humana justificaria segundo os princípios por que se orienta o processo de aldealização em Moçambique. Isto significa que, de acordo com os resultados da investigação empírica disponível, a média de famílias por bairro se situava muito abaixo das 250 consideradas como óptimo, devendo situar-se entre 120 e 150 --- 123 em Cabo Delgado e Nampula.

Que significado terão estas diferenças entre o previsto no modelo de AC e a realidade? Sintetizemos primeiro no quadro seguinte tais diferenças para o caso de Cabo Delgado e de Nampula e para uma estimativa da média nacional (73):

72. Ela era de 2,8 na área do projecto CSP/1.80.

73. Tendo em consideração que na província de Cabo Delgado e na de Nampula se concentravam, à data da realização do Projecto CSP/1.80, cerca de 60% e 10%, respectivamente, do total de AC do país e que os dados recolhidos para aquele projecto são relativamente representativos da situação naquelas províncias --- eles representam uma amostra de cerca de 15% do total das AC da região, abrangendo zonas ecológicas diferenciadas ---, consideramos que a situação daquelas duas províncias é muito representativa do todo nacional --- apesar da diversidade de situações que nele é possível detectar. Por isso, por serem os dados que merecem mais confiança e por serem os que estão mais facilmente disponíveis fazemos uma utilização intensiva dos dados recolhidos para aquele projecto.

QUADRO IX-5: Diferenças entre plano e realidade na dimensão das AC

|                      | modelo<br>de AC    | Cabo Delgado e Namputa |            | média<br>nacional<br>(*) |
|----------------------|--------------------|------------------------|------------|--------------------------|
|                      |                    | com Chiúre             | sem Chiúre |                          |
| nº de bairros/ AC    | 2-5<br>(média:3,5) | 2,8                    | 2,8        | ± 3                      |
| nº de famílias/ AC   | 500-1250           | 340                    | 233        | ±320                     |
| nº habitantes/ AC    | 2000-6000          | ±1400                  | 937        | ±1500                    |
| nº famílias/ bairro  | 250                | 123                    | 82         | ±120                     |
| nº habitantes/bairro | ±1200              | ±500                   | ±330       | ±500                     |

Nota: (\*) Estimativas mínimas. Sendo algo grosseiras apesar de baseadas em informação empírica bastante ampla, não têm outro propósito que não o de dispor de uma informação sobre a ordem de grandeza aproximada para o nível nacional das variáveis em análise. Assim, mesmo admitindo uma margem de erro não desprezível, considera-se que ela não afecta a validade das conclusões a que se chega.

Repare-se na significativa diferença de escala existente entre as dimensões humanas no modelo proposto de AC e as dimensões que resultaram na *praxis*: esta corresponde, para as AC inquiridas, a cerca de 40% daquela em relação ao número de habitantes por aldeia. Ao nível nacional tal proporção, recorde-se, era de cerca de 55%.

Tal diferença tem duas ordens de razões principais. Por um lado, o facto de estarmos perante os resultados de uma primeira fase de um processo que, dadas as suas características, não podia deixar de ser moroso.

Por outro, a de que a dimensão humana efectivamente existente é o resultado de uma relação dialéctica entre o campesinato e o aparelho político-administrativo. Isto é especialmente evidente se tomarmos em consideração que as maiores AC são as de Gaza, as quais surgiram devido a uma forte pressão política exercida pelo 'complexo político-burocrático' que, após as cheias de 1977, não deixou outra alternativa aos camponeses que não fosse a transferência para as AC.

Se na nossa análise nos abstrairmos destas AC de Gaza --- efectivamente um caso 'anormal' --- a sua dimensão efectiva é mais ou menos fruto da conjugação de interesses e de pressões e resistências entre o aparelho de Estado e os camponeses. Assim sendo, é possível afirmar-se que, embora aceitando uma modificação na forma do habitat tradicional, o campesinato em geral, quer o que se transferiu para as AC quer o que não o fez, desenvolveu uma estratégia que conduziu a uma forma de habitat concentrado mas a uma escala mais ao alcance das suas reais capacidades de controlo. Factor mais importante terá sido, no entanto, não esta necessidade de manter uma escala susceptível de ser por ele controlada mas a disponibilidade local em recursos naturais e a tecnologia agrícola adoptada --- para além, evidentemente, do principal factor: a desconfiança dos camponeses face ao habitat concentrado e eventuais benefícios (74).

Conjuntamente com esta estratégia de definição da dimensão humana, foram desenvolvidas outras estratégias com o mesmo objectivo genérico e, principalmente, com o de encontrar uma forma de articulação com o poder do 'complexo político-burocrático' que poderíamos sintetizar com a frase "receber o máximo e dar o mínimo" --- mantendo simultaneamente o máximo de equilíbrio possível com a natureza. Este "dar o mínimo" deve ser entendido numa forma ampla, incluindo a cedência do poder de determinação das várias dimensões do processo social quer ao nível mais macro-regional da comunidade quer ao nível mais micro-social das famílias alargadas e nucleares.

Teremos oportunidade mais adiante de aprofundar o seu estudo. Limitemo-nos aqui apenas a enumerar algumas delas: a manutenção da dupla habitação e das antigas machambas; a tentativa de manutenção, no habitat aldeão, das relações sociais e familiares tradicionais ligadas ao habitat disperso; a

74. Realce-se que o modelo de urbanização que as AC tentam implementar não é o único possível nem, tão pouco, o único existente nos países que pretendem encetar a transição para o socialismo. O modelo de urbanização ligado à constituição dos 'sovkhozes' e dos 'kolkhozes' na URSS prevê não um núcleo central único concentrando todos os habitantes como é o caso do modelo de AC mas sim um núcleo relativamente mais reduzido e abrangente principalmente os habitantes envolvidos em actividades terciárias e de pequena indústria enquanto que em secções satélite, geograficamente bem distintas do núcleo central, se concentram as populações com ligação mais directa ao trabalho agrícola. Neste modelo o factor fundamental é a proximidade às áreas de produção agrícola e não a proximidade aos equipamentos colectivos que, no entanto, estariam disponíveis no núcleo central. Vd LE COZ, Jean Les reformes agraires, PUF, Paris, 1974, pg 291

transferência da habitação principal para o seio da AC mas sem participação na produção colectiva; a participação de um só membro do agregado familiar (normalmente a mulher) na produção colectiva; o acesso à cooperativa de consumo sem participação na cooperativa de produção.

Enfim, é de salientar que a dimensão humana que resulta da conjugação entre modelo defendido de AC e realidade que resultou da sua implementação exigem, devido à maior carga populacional sobre a terra que implica, uma concomitante revolução nas técnicas de produção agrícola e de renovação da fertilidade do solo. Ora essa revolução não foi feita, continuando os camponeses das AC a produzir com os mesmos instrumentos de produção (catanas, enxadas e, só em zonas restritas, a charrua e quase só nas machambas familiares) com que trabalham na forma de habitat disperso.

A não consumação desta transformação técnica (75) não podia deixar de se traduzir numa fraca produtividade do trabalho colectivo e devia obrigar à revisão dos elementos quantitativos que andam associadas ao modelo de AC tal como definido pelo 'complexo político-administrativo' e, quiçá, ao repensar de algumas das suas características mais fundamentais.

#### IX.2.2.2.2 - Aspectos da dimensão física

Por dimensão física da AC entenda-se aqui a área por ela utilizável para os mais diversos fins: agricultura (colectiva ou individual), pecuária (incluindo as pastagens), implantação das áreas habitacionais,

75. Esclareça-se aqui que a sua não concretização se ficou a dever a múltiplos factores e aconteceu apesar de alguns esforços das autoridades moçambicanas para que ela se desse através de uma orientação genérica que cometa às machambas estatais a tarefa de apoiar com trabalho de tractores as tarefas das cooperativas e do esforço, desenvolvido mais intensamente a partir de 1981, de incrementar o uso da tracção animal nos trabalhos agrícolas das cooperativas. Aquelles factores incluem a escassez de recursos mecânicos que estavam disponíveis para as próprias machambas estatais e dados de natureza antropológica como sejam o facto de os bois serem vistos pelas populações rurais mais como um stock de riqueza do que como um factor de produção e de ele ser um bem essencialmente da esfera masculina quando a amicria das cooperativistas do Sul do país, onde há mais bois, sarem mulheres e, por isso, com nenhum controlo sobre os animais e com restrições importantes ao seu uso.

florestas e reservas de lenha, etc.. Relacionada com a problemática da dimensão física está a da estruturação do espaço. Por isso, também dela se falará aqui.

Noutro local salientou-se já que o modelo de AC previa que a sua área de utilização regular deveria corresponder, na sua dimensão máxima, a um círculo centrado no centro da AC e com um raio de 5 Km. Cerca de 7500 ha no total (76). Tendo em consideração que a máxima dimensão humana prevista para uma AC era de cerca de 1250 famílias isto significava que a carga humana que se admitia para cada AC era de cerca de 6 ha/família.

O ordenamento físico previsto para a AC caracterizava-se, fundamentalmente, por ser constituído por um núcleo habitacional repartido por 2 a 5 bairros próximos uns dos outros, por uma área destinada à agricultura colectiva e por uma outra em que se marcariam as machambas familiares. O restante era destinado a zonas para apanha de lenha, para pastagens --- nas zonas de gado bovino ---, para colecta de frutos e raízes, para caça, etc.

A área destinada à agricultura e atribuída a cada família deveria ser, segundo as normas estabelecidas administrativamente, de 1 ha ou de 0,5 ha conforme se tratasse de área de sequeiro ou de regadio. Embora nos documentos principais emitidos sobre o assunto não se dissesse qual a área a ser destinada à agricultura colectiva, esta era calculada com base numa média de 0,7 - 0,8 ha por família. Assim a área média total que se previa viesse a ser agricultada por cada família nuclear (uma única geração) rondava os 1,7-2 ha.

Se tivermos em consideração que a área média cultivada por uma família alargada (2 ou 3 gerações vivendo conjuntamente) com enxada e catana era sensivelmente idêntica ou, numa boa parte dos casos, menos ainda, tem-se uma primeira ideia do esforço que se pretendia viesse a ser desenvolvido pelos camponeses. Factor que justificaria aquele aumento de área era o de se prever uma melhoria tecnológica (introdução de meios mecânicos como os tractores em certas fases do trabalho agrícola) nas AC.

Adicionando a esta constatação essa outra de que enquanto no habitat disperso a apropriação da produção era sempre individual --- ainda que sujeita a várias 'constraints' sociais no que tocava à sua aplicação ---

76. É este modelo que, na prática, é defendido também por ARAÚJO, Manuel op. cit., pg 441.

enquanto que agora uma parte dela, a ideológica e politicamente mais valorizada pelo complexo político-burocrático, se destinava a apropriação colectiva, temos uma ideia do enorme 'salto' (cultural, económico, etc) que a adesão às AC implicava para os camponeses.

Por outro lado, o processo também não era fácil de acompanhar por aquele 'complexo' já que implicava a necessidade de encontrar estímulos que produzissem nos camponeses os desejados efeitos de aumento do grau de aldeia-lização e da produção colectiva --- e, esperava-se, de aumento do excedente comercializável.

Este 'salto', esta mudança radical nas condições de vida e de produção vai ser evitado --- pelo menos parcialmente --- pelos camponeses através de estratégias múltiplas.

Uma delas, a que maior influência tem sobre a dimensão e ordenamento físico, é a de definição de uma área para a agricultura colectiva muito menor do que o estabelecido nas normas oficiais.

Para o caso da área do Projecto CSP/1.80 verificavam-se em 1980 os seguintes valores:

QUADRO IX-6: Área sob cultivo (Projecto CSP/1.80)

|  | Mecúfi<br>(15 AC) | Chiúre<br>(31 AC) | Namuno<br>(13 AC) | Mecuburi<br>(25 AC) | Ribaué<br>(17 AC) | TOTAL<br>(101) |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|----------------|
| AC c/coop.<br>agric.<br>hectares<br>cultivd. | 13<br>76          | 4<br>78           | 1<br>9            | 1<br>100            | 5<br>79           | 24<br>342      |
| ha/coop.<br>ha/coope-<br>tivista             | 5,8<br>0,1        | 19,5<br>0,3       | (9)<br>?          | (100)<br>(2,8)      | 15,8<br>0,3       | 14,2<br>0,3    |

Se a cada família da AC correspondessem 0,7 has para produção colectiva como diz a norma estabelecida, para uma média de 340 famílias por AC, teríamos uma área média para a prática da agricultura colectiva da ordem dos 230 ha em cada aldeia. Ora, o valor efectivo encontrado (14,2 ha/cooperativa) corresponde apenas a cerca de 6% desta área.

Ainda sobre este problema refiram-se alguns números que retratam a situação no conjunto do sector cooperativo --- e não apenas nas que se encontram ligadas a AC (77) --- nas campanhas agrícolas de 1978/79 a 1980/81:

77. Dada a não existência de diferenças significativas entre cooperativas das e fora das AC, é possível utilizar os números que segeem como indicadores da situação no sector produtivo cooperativo das AC. NGAOJO, N. op. cit., pg 367 utiliza os mesmo dados que aqui utilizamos mas não chama a atenção para a questão levantada. A fonte original é Ministério da Agricultura Contribuição para o programa de cooperativização do campo, Min.Agric., Maputo, 1982, quadro nº1.

QUADRO IX-7: SECTOR COOPERATIVO, 1978/79 - 1980/81

|                     | 1978/79 | 1979/80 | 1980/81 |
|---------------------|---------|---------|---------|
| (1) nº cooperativas | 300     | 327     | 351     |
| (2) nº membros      | 30000   | 32000   | 34469   |
| (3) áreas planeadas | 24257   | 25859   | 26234   |
| (4) áreas colhidas  | 13160   | 13369   | 13208   |
| (5) produção (tons) | 11217   | 10430   | 6451    |
| (2)/(1)             | 100     | 98      | 98      |
| (3)/(2) (has)       | 0.81    | 0.81    | 0.76    |
| (4)/(2) (has)       | 0.44    | 0.42    | 0.38    |
| (4)/(3) %           | 54      | 52      | 50      |
| (5)/(2) (tons)      | 0.374   | 0.326   | 0.187   |

Fonte: SANTOS, José Hipólito dos Cooperativização e desenvolvimento rural em Moçambique, (Relatório sobre o Projecto C01 de apoio ao desenvolvimento cooperativo), SEIIS, Lisboa, 1984, pg 16.

Outro exemplo, este relativo a uma AC do vale do Limpopo: dos mais de 18000 habitantes --- cerca de 10 mil adultos em cerca de 4 mil famílias --- da AC "3 de Fevereiro" (ex-"Heróis Moçambicanos") em Março de 1980, apenas 1800 alegadamente participavam na cooperativa agrícola de produção. Esta ocupava uma machamba com cerca de 300 ha dos quais estavam então sob exploração efectiva apenas 37.5 ha quando, se a norma de 0,7 ha por cooperativista fosse cumprida, ela deveria ser de cerca de 1200 ha. Assim, a machamba colectiva tinha uma área (nominal) de 0,16 ha/cooperativista mas de facto só se explorava uma área correspondente a 0,02 ha/cooperativista.

Este caso, talvez um caso limite no panorama geral, é no entanto, representativo de um fenómeno detectável um pouco por todo o país: o de que a dimensão da área absoluta total destinada à produção colectiva era, em média, muito reduzida. Isto é desmentido para as "aldeias-gigante" do vale do Limpopo mas nelas a relação ha/cooperativista era extremamente baixa, ficando muito abaixo da média de 0,7-0,8 ha/família 'aldealizada' (78) que a norma administrativa estabelecia.

78. Segundo o modelo de AC todas as famílias nucleares residentes na aldeia deveriam participar na produção colectiva.

Neste ponto interessou-nos somente constatar que não existe correspondência entre normas do modelo de AC e áreas efectivas. A explicação para tal desfasamento procurá-la-emos no ponto IX.2.4, quando abordarmos a organização económica das AC.

Em relação à área destinada à agricultura familiar a informação empírica disponível, bastante incompleta neste campo, não permite ter uma ideia precisa da realidade. De facto, as informações são extremamente parcelares neste domínio e apontam para áreas médias por machamba que tanto podem ser de cerca de 0,25 ha como na AC "Munguine", na Manhica/Maputo, como de 4,4 ha na AC "III Congresso" no Monapo/Nampula (79).

Outro aspecto que há que realçar aqui é o facto de em muitas AC as distâncias da habitação às machambas familiares serem importantes --- muitas vezes mais de 3 km --- e terem tendência a aumentar devido à necessidade de se deixarem terras em pousio e, por isso, de se começarem a desbravar terrenos que ficavam cada vez mais longe da AC (80).

Esta situação, conjuntamente com o facto de a grande maioria dos aldeões continuarem a explorar as suas anteriores machambas, conduz ao aumento do tempo gasto em viagens --- a pé --- de uma machamba para outra e, consequentemente, a uma forte pressão sobre o tempo de trabalho produtivo; tudo isto resulta numa tendência à quebra de produtividade do trabalho e da produção global o que, para uma agricultura cujo nível de produção, para um volume muito importante de camponeses, não se afasta muito do nível de sobrevivência, constitui uma ameaça permanente às condições de reprodução do camponato quer numa perspectiva meramente física quer numa perspectiva de estatuto social. A situação só não era mais grave porque a maioria dos camponeses nunca abandonou as antigas terras de cultivo. A fome que tem atingido Moçambique desde os anos 81/82 encontra nesta pressão sobre as condições de reprodução parte da sua explicação.

79. Vd. ARAGÃO, M. op. cit., p. 381. Os números apresentados são apenas exemplificativos e não querem, de forma alguma, representar eventuais limites mínimos ou máximos daquela área.

80. Vd. Idem

Outro aspecto da problemática da implantação das AC é o da real dimensão e ordenamento físico do espaço habitacional da AC.

Já tivemos oportunidade de salientar que a sua dimensão física --- incluindo a dos seus bairros --- se situa, na grande maioria dos casos, a níveis significativamente abaixo do que as normas estabelecem.

Quanto ao espaço habitacional, a maioria delas tinham devidamente demarcado o núcleo central da Aldeia onde se localizavam ou viriam a localizar a generalidade dos edifícios de equipamento social. Porém, normalmente, as construções estão espalhadas por essa área sem critério aparente, não formando um conjunto contíguo ou, pelo menos, não apresentando a sua implantação uma lógica perceptível.

Quanto à área de implantação das habitações dizem as normas que ela deve ser dividida em talhões rectangulares que permitam a instalação da habitação e espaços complementares (celeiro, latrina, cozinha, etc.) e deixem ainda um espaço suficiente para uma pequena horta; a forma rectangular destina-se a dar à AC uma disposição geométrica que facilite as comunicações internas e, p.ex., o abastecimento domiciliário de água quando a tal se chegar.

Ora o que se verifica é que muitas das AC não têm seguido, na sua instalação, o critério da demarcação de talhões. De facto, há muitas que têm tomado o aspecto de um habitat (aparentemente <sup>(81)</sup>) desordenado o que dificulta, nomeadamente, a definição dos espaços destinados às vias públicas.

Servindo-nos mais uma vez do exemplo do Projecto CSP/1.80, registe-se que cerca de 40% das AC da região não tinham talhões demarcados. Quando tomada a nível nacional, porém e face às informações empíricas obtidas esta parece ser uma percentagem demasiado elevada sendo impossível, porém, uma maior concretização.

Por outro lado, apesar da existência de uma orientação quanto à dimensão dos talhões demarcados que aconselha a dimensão 30X40 metros, a verdade é que, no terreno, ela variava bastante de província para província e, até, dentro da mesma província.

81. Como veremos posteriormente, a falta de ordem é, de facto, apenas aparente. O que se passa é que a ordem a que obedecem é mais a que resulta das ditames da cultura 'tradicional' que da cultura que o espaço ordenado geometricamente veicula.

Dados referentes a Dezembro de 1977 calculam que numa amostra de cerca de 200 AC espalhadas pelo país, cerca de 52% tinham demarcado talhões com uma área variando entre os 600 e os 1020 m<sup>2</sup> para cada família (82).

Uma retrospectiva do que foi dito neste ponto permite confirmar que também aqui existem profundas diferenças entre normas e processo real. Procuraremos demonstrar adiante que a explicação genérica para este facto é a de que, uma vez que a escala e a forma consagradas no modelo não se ajustavam com as condições concretas da situação no campo na RPM, os vários grupos sociais que se definem no seio do campesinato e este no seu conjunto reagiram de modo a, através de estratégias várias, adaptarem aquelas forma e escala aos seus interesses. Este desajustamento verifica-se sob vários pontos de vista como o ecológico, o tecnológico, o das necessidades da produção agrícola, o social, o ideológico, etc. Daí que o processo real tenha evoluído no sentido identificado atrás.

Foi a consciência da evolução --- negativa em muitos aspectos --- que o processo de constituição de AC estava a tomar que levou a que aparecessem propostas alternativas às normas iniciais. Tais propostas tinham por objectivo o de, a partir das lições da prática, fornecer um quadro alternativo de evolução das aldeias. É possível identificar duas linhas alternativas destas propostas (83).

Uma pretendia que a via a seguir deveria ser muito próxima da evolução do fenómeno de urbanização característico das regiões do globo e de épocas históricas em que não se verificou um planeamento do fenómeno. Isto é, o Estado deveria assumir a responsabilidade de, tomando como base um ou outro núcleo habitacional já existente ou, excepcionalmente, um núcleo a criar de raiz, incentivar a aglomeração dos habitantes da região através do fornecimento, nesse núcleo central, de um conjunto de serviços que atraíssem os camponeses para a sua órbita: escola, armazém de compra e venda de produtos

82. Vd DNR Aldeias Comuns -- Relatório da situação a nível nacional, [Maputo], Dezembro de 1977, pg 3. Vd também CASSE, A. op. cit., pg 538.

83. Vd FRIEDMAN, John Tópicos para uma discussão de uma política de desenvolvimento rural, policop., [Maputo], 1978.

agricolas ou para a agricultura, lojas, posto sanitário, etc. A existência desses serviços atrairia, a médio e longo prazos, as populações que passariam a instalar-se em torno desse núcleo central.

Nesta hipótese cabe ao Estado não só um papel de dinamizador político mas, fundamentalmente, de responsável directo pelo lançamento das primeiras infraestruturas sem as quais nada se poderia esperar quanto à captação dos camponeses para o núcleo urbanizado.

A outra proposta parte de uma lógica próxima da que está presente no conceito --- que não no modelo que se tentou implementar --- de AC pois atribui um papel muito importante à iniciativa das populações, à sua capacidade de, apoiadas pelas estruturas político-administrativas, construir e assumir a parte mais significativa das infraestruturas e de assumir a responsabilidade do seu funcionamento.

Se esta proposta respeita este aspecto da lógica da AC, já quanto a outros aspectos as diferenças são mais importantes.

Assim reconhece-se que a dimensão proposta para as AC --- 2,5 a 6 mil habitantes --- é exagerada tendo em consideração quer o equilíbrio ecológico, quer os fracos recursos tecnológicos disponíveis, quer as necessidades próprias da produção agrícola (84) quer a necessidade de melhorar a participação dos camponeses na gestão da produção colectiva através de uma diminuição da dimensão do grupo de trabalho, etc.

Esta proposta defende, por tudo isto, uma estrutura organizativa do espaço urbano no meio rural que está muito próxima da que foi indicada como sendo a dos 'sovkhozes' e 'kolkhozes':

1) um núcleo central de maior dimensão humana e física (85), onde se concentrariam os serviços e oficinas/fábricas de apoio à produção agro-pecuária;

84. Entre as quais se destaca a necessidade de os camponeses estarem o mais perto possível dos terrenos a cultivar.

85. Segundo o modelo dos sovkhozes e dos kolkhozes este núcleo central deveria ter 600 a 3000 habitantes (contra 2000 a 5000 no modelo de AC), o que, sendo cerca de metade --- pelo menos em relação ao ponto médio assim é ---, se aproxima da estimativa feita sobre a dimensão média nacional das AC (cerca de 1400 habitantes).

2) um conjunto de bairros-satélites de menor dimensão (<sup>86</sup>) afastados alguns quilómetros (cerca de 2-3 kms) daquele núcleo central e dispendo apenas dos meios essenciais em termos de equipamento colectivo (p.ex., uma escola primária). A concretização desta proposta permitiria a redução da pressão demográfica sobre a terra por alargamento significativo da área útil da AC. Tal diminuição é expressa com a indicação de que a área a prever para cada família deveria passar para 10 ha --- em contraposição aos 6 ha propostos no modelo de AC, representando um aumento de cerca de 70%.

Qualquer destas duas propostas se diferencia de uma terceira surgida logo em 1978 num relatório elaborado a pedido do Governo de Moçambique por técnicos da FAO (<sup>87</sup>).

Nele se propõe a criação de Aldeias com cerca de 250 famílias numa área utilizável de 7500 ha. Embora, à semelhança da concepção "oficial" de AC, se preveja um núcleo único de habitação com os serviços de apoio colectivo necessários, a relação área/família passa dos 6 para os 30 ha/família. Uma tal diferença deixa, evidentemente, de ser meramente quantitativa para corresponder a uma concepção qualitativamente diferente.

De facto, esta proposta de drástica redução da dimensão humana das AC --- de 1250 famílias para 250, i.e., uma redução de cerca de 80% (!) --- surge coordenada com uma outra: a constituição de uma unidade denominada "zona de desenvolvimento", unidade base do planeamento e promoção do desenvolvimento rural, abrangendo de 30 a 50 mil habitantes distribuídos por uma área de 60 a 100 mil ha.

Esta proposta de pequenas aldeias de 250 famílias pretende apoiar-se em outras experiências de desenvolvimento rural as quais demonstraram que unidades de maior dimensão se tornam difíceis de controlar pelos próprios habitantes pois a coesão social diminui significativamente.

86. Ainda segundo o modelo tomado como referência eles teriam cerca de 200 habitantes.

87. Este relatório, conhecido por Lazarev XI, tem por título As "AC" no desenvolvimento económico de Moçambique.

Reconhecendo-se a impossibilidade económico-financeira de instalar um centro com equipamento social tão completo como o que prevê o modelo 'oficial' de AC, considera esta proposta que se poderia optar pela instalação desse equipamento numa aldeia-centro que servisse um conjunto de aldeias-satélites. Aquela, admitindo-se que viesse a atingir uma dimensão superior à destas, não deveria no entanto ultrapassar em muito aquela dimensão. Se tal Aldeia Comunitária viesse a ser instalada, os seus bairros deveriam ser dotados de grande autonomia.

Note-se que a dimensão média que as Aldeias Comunitárias tomaram ao longo do seu processo de evolução se situa acima do proposto nesta alternativa. Porém, a diferença é bem menor do que a que separa esta e a realidade, por um lado, do modelo de Aldeia Comunitária que se procurou implementar, por outro.

A aproximação entre esta última proposta e a realidade indica que o caminho que resultou da articulação campesinato/aparelho político administrativo parece ser o que está mais de acordo com as lições da experiência de outras paragens. Acreditamos, por isso, que a via sugerida pela proposta da FAO era uma alternativa credível ao modelo original de AC. De facto, além dos elementos já indicados, parece que ela assegura melhor um dos objectivos centrais que identificámos como sendo os do socialismo: a generalização da participação dos produtores na definição e na gestão das vias de desenvolvimento.

Porém, questão em aberto continuará a ser a de como proceder à sua implementação não evitando choques --- inevitáveis quando há duas lógicas de vida em presença em que uma se perfila como alternativa e substitutiva da outra --- entre as lógicas do habitat disperso e da organização mais tradicional da sociedade que nele impera, por um lado, e a lógica do habitat concentrado e de uma organização mais moderna da sociedade, por outro, mas evitando que eles assumam proporções que ponham em causa a capacidade de reprodução e sobrevivência das populações rurais.

## IX.2.2.3 - As construções das AC

A fim de melhor compreender a lógica interna que presidiu ao processo de constituição das AC um outro aspecto importante é, além dos da sua localização, dimensão e ordenamento interno, o das construções que a compõem. Sabida que é a preferência que ao nível dos conceito e modelo de AC têm as actividades colectivas sobre as individuais e a inerente preocupação de desenvolver os mecanismos e os meios da crescente colectivização da vida da comunidade, há que verificar se a praxis da sua implantação segue a norma estabelecida.

Neste sentido o que há que determinar é que tipo de construções se privilegiou na edificação da aldeia e, dentro das construções colectivas, quais as que foram primeiro (e como, com que materiais, i.e., com que durabilidade previsível) edificadas; as de fim político-administrativo ou as de fim económico e/ou social? A resposta a estas questões e a determinação das causas da praxis constatada podem ser importantes para estudar qual a representação que campesinato e 'complexo político-burocrático' (88) se fazem da aldeia comunal. Tal estudo pode, pois, fornecer elementos sobre a articulação entre os dois principais intervenientes no processo: os camponeses --- ou, melhor, os vários grupos sociais que se definem no seu seio --- e aquele 'complexo'.

Construções colectivas e construções individuais distinguem-se normalmente em dois aspectos: o tipo de material empregue e/ou a dimensão das construções.

Esta última, regra geral e como seria de esperar, é maior nas construções colectivas que nas individuais.

Quanto ao tipo de material empregue verifica-se que normalmente se recorre aos recursos naturais da região para todo o tipo de construções (casas de 'pau-a-pique' com ou sem revestimento de adobe). As construções colectivas,

88. Como procuramos demonstrar, mais este que aquela já que o processo estava sujeita a grande controlo da sua parte tendo o campesinato uma posição relativamente passiva em relação à orientação e condução do processo de aldealização.

porém, são feitas normalmente com materiais e de uma forma que lhes aumenta a duração de vida, sendo muitos os casos em que se recorre a materiais estranhos à região (p.ex; chapas de "Lusalite" e de zinco, cimento, etc.), enquanto que as individuais são construções em que se utilizam apenas os materiais tradicionais (paus e adobe) pelo que são de menor durabilidade, exigindo maior esforço de conservação.

A grande maioria das construções colectivas são feitas recorrendo quase exclusivamente ao trabalho gratuito dos camponeses. Isto exige um enorme investimento inicial em trabalho --- além do investimento em materiais de construção --- que tem que ser somado ao dispendido na machamba colectiva. O tipo de materiais utilizados e o facto de as técnicas utilizadas serem normalmente as mesmas ou próximas das utilizadas na construção individual faz com que as exigências em trabalho para conservação destes equipamentos colectivos sejam também grandes, embora menores que nas construções individuais.

Tudo somado (construção e conservação dos equipamentos colectivos) estamos perante edificações que exigem uma apreciável (principalmente na fase de inicial da implantação da aldeia) contribuição em trabalho por parte dos camponeses. Dada a pressão que já existe sobre eles em relação à utilização do tempo de trabalho, não admira que se verifique uma de duas (ou ambas) as seguintes situações:

i) há muitas aldeias em que o número de construções colectivas é relativamente reduzido face ao número de construções que deveria existir face à concepção de AC;

QUADRO IX-8: Projecto CSP/1.80 -- Equipamento social

|                             | Cabo<br>Delgado | Nampula | TOTAL |
|-----------------------------|-----------------|---------|-------|
| Nº total                    | 201             | 204     | 405   |
| (média p/ AC                | 3,4             | 4,9     | 4)    |
| Total em<br>tijolo ou adobe | 37              | 57      | 94    |
| (média                      | 0,6             | 1,4     | =0,9) |

Fonte: Projecto CSP/1.80, vol 2, tomo 1, pg 47

Os números que aqui ficam traduzem o aspecto algo inacabado que as AC não poderiam deixar de ter nos primeiros anos --- trata-se de dados de 1980 --- da sua implantação.

ii) nalguns casos, a dificuldade em destinar tempo de trabalho à conservação das construções colectivas faz com que estas se apresentem degradadas. À medida que os anos forem passando, esta dificuldade tenderá a traduzir-se num aumento das situações de degradação. Dada a pouca idade de muitas das construções existentes na época, este problema não era premente na primeira metade dos anos 80.

Informação com interesse sob o ponto de vista do estudo da representação que camponeses e "estruturas" se fazem das AC e do ponto de vista da relação entre aqueles e estas é a respeitante ao tipo de construções colectivas construídas tendo em consideração o fim a que se destinam:

QUADRO IX-9: Projecto CSP/1.80 - Equipamento social (nº)

|                          | Cabo Delgado<br>(59 AC) | Nampula<br>(42 AC) | TOTAL<br>(101 AC) |
|--------------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|
| Sedes do Partido         | 55                      | 42                 | 97                |
| Postos de saúde          | 13                      | 19                 | 32                |
| Escolas                  | 57                      | 42                 | 99                |
| Centros de alfabetização | 50                      | 25                 | 75                |
| Creches                  | -                       | 18                 | 18                |
| Cooperativas de consumo  | 1                       | 35                 | 36                |
| Lojas privadas           | 21                      | 3                  | 24                |
| Armazéns                 | 1                       | 20                 | 21                |

Fonte: Relatório CSP/1.80, vol 2, tomo 1, pg 44

Este quadro permite-nos ilustrar situações que se repetem um pouco por todo o país:

a) duas das preocupações fundamentais são a construção da sede do Partido na AC e a construção de instalações para as actividades de ensino; já em relação à construção de armazéns, só cerca de 1/5 das AC --- na sua quase totalidade em Nampula --- é que os tem.

A informação disponível de várias fontes diz-nos ainda que as construções de melhor qualidade --- adobe, cimento, telhado de zinco, etc --- são as sedes do Partido em detrimento das instalações de interesse económico como os armazéns. Isto é tanto mais significativo quanto é conhecido que a má qualidade da armazenagem é responsável por quebras no produto comercializado em relação ao produto colhido que podem atingir os 50%.

b) outras construções cuja edificação se faz logo que possível são as destinadas à assistência sanitária e às cooperativas de consumo, duas das preocupações fundamentais das populações e que são justificação fundamental para a sua permanência na aldeia;

c) há um outro tipo de construções que existe em muitas das AC e que não aparece referenciada no quadro: são as casas de hóspedes. Ora o que se verifica é que estas têm uma taxa de utilização reduzidíssima constituindo, por isso, um investimento em trabalho e outros recursos de fraca utilidade. Daí que a sua construção só seja compreensível no quadro de uma articulação da AC com as "estruturas" do Aparelho de Estado em que estas são vistas como uma

visita frequente da Aldeia, controlando a sua evolução, e, simultaneamente, como algo que lhes é exterior e em relação ao qual há toda uma aparência, um 'faz de conta', e um certo 'ritual' a manter entre quem recebe e está em baixo na escala social (os camponeses) e quem é recebido e está em cima (as "estruturas").

Esta questão permite-nos chamar a atenção para um outro aspecto importante das construções colectivas com excepção da cooperativa de consumo: a da sua relativamente fraca taxa de utilização. A isto se prende o facto de todas elas se destinarem a uma aplicação única e não diversificada. Daí um esforço dispendido na construção de instalações que depois são pouco utilizadas, tudo se saldando em desinteresse dos aldeões pelas construções colectivas e pelo aspecto de abandono de muitas delas. Tudo isto constitui um poderoso desincentivo à vida colectiva. Outro importante desincentivo que, pelo menos a prazo, se mostrou como sendo um custo importante do processo, foi a elevada quantidade de trabalho voluntário exigida aos aldeões que, dada a pressão psicológica que era exercida para que fosse efectuada, para alguns tinha uma natureza que tocava a do trabalho forçado do tempo colonial.

### *IX.2.3 --- A organização económica das AC; problemas de articulação entre diferentes formas de produção.*

Já foi salientado por diversas vezes que a principal actividade económica de uma Aldeia Comunal deveria ser a produção agro-pecuária de natureza colectiva virada para o mercado ou, melhor, para a produção de excedentes. Em obediência ao princípio de um desenvolvimento comunitário assente cada vez mais no princípio "contar com as próprias forças", deveriam, porém, desenvolver-se outras actividades complementares daquelas: a reparação --- e, até, a eventual produção --- de equipamentos agrícolas, a produção de bens artesanais que, numa perspectiva de crescente especialização e divisão de trabalho, vão deixando de ser produzidas por todos para passarem a ser a tarefa principal de alguns (cesteiros, oleiros, alfaiates), etc.

Mas a actividade económica das AC não se limita às tarefas de produção: ligadas a esta estão as de troca e comercialização dos excedentes, de aquisição e comercialização dos produtos não produzidos no seio da comunidade e de distribuição dos resultados da produção colectiva.

Por outro lado, embora seja objectivo fundamental da constituição de AC a promoção das formas colectivas de apropriação e controlo da actividade económica, haverá sempre lugar para formas individuais e familiares de organização desta. A coexistência de formas colectivas --- cooperativas umas, estatizadas outras --- com as formas familiares coloca o problema da determinação das formas concretas de articulação entre elas.

O objectivo central deste ponto é o de tentar responder a um conjunto vasto de questões que se podem levantar no âmbito da problemática geral atrás definida como são, por exemplo, as de saber que tipo de actividades de produção se realizam de facto no seio das AC, qual a importância relativa que elas assumem na sua economia e como se articulam entre si. Interesse tem também determinar qual a importância relativa e qual o tipo de actividades económicas que estão organizadas sob a forma colectiva e sob a forma familiar.

A natureza das questões que se colocam é tal que, nalgumas delas pelo menos, é difícil destringir o que é relação característica da forma de organização "Aldeia Comunal", do que é característico das relações com e no seio do campesinato organizado ou não em AC. Isto acontece, por exemplo, com a organização da produção agro-pecuária sob a forma cooperativa.

De facto, qualquer análise preliminar salientará que a grande maioria das questões que se levantam a propósito das cooperativas são comuns quer às que se encontram integradas numa AC quer às que não estão --- a maioria. Tentaremos, neste ponto, restringir-nos o mais possível àqueles aspectos que se reportam à articulação cooperativa/aldeia comunal.

### IX.2.3.1 - O objecto de estudo: alguns elementos para a sua definição

Tentaremos neste ponto fornecer alguns elementos que nos permitam definir quantitativamente, de uma forma aproximada, qual o objecto de estudo: a produção nas Aldeias Comuns, mais concretamente as formas da sua organização.

Quanto à forma familiar, ela encontra-se em todas as AC constituídas já que uma das primeiras preocupações é a de demarcar os terrenos para uma machamba para cada família. Isto é feito independentemente do facto de, na esmagadora maioria dos casos, os aldeões manterem em produção as machambas que possuíam no antigo local de residência, facto que é um dos elementos mais importantes da articulação entre velha e nova forma de habitat e de produção.

Já relativamente à organização da produção sob a forma colectiva, o panorama é bem diferente. De facto, há um número muito grande de AC que não tem produção colectiva organizada:

"O exemplo mais flagrante desta situação encontra-se em Cabo Delgado. Nesta província encontram-se situadas cerca de 50% das Aldeias existentes (cerca de 500); contudo só existem 21 cooperativas." (89)

Esta situação já havia sido denunciada em finais de 1978 quando um grupo de trabalho envolvendo vários representantes de organismos oficiais apresentou um relatório com propostas de actuação no domínio da produção agrícola. Aí se diz que

"para as aproximadamente 1500 formas de produzir ou viver colectivamente existentes no país, há apenas mais ou menos 150 cooperativas seleccionadas como tal. Destas, apenas 1/4 estão integradas fisicamente em Aldeias Comuns (...)." (90)

89. Vd Ministério da Agricultura da RPM, Contribuição para o programa de cooperativização do campo, Maputo, 1982, p. 49

90. vd. Relatório do grupo de trabalho para a elaboração de propostas de actuação relativas a questões ligadas à produção agrícola; s.l.; 7/12/1978

A situação aqui ilustrada não sofre alteração significativa se em vez das "cooperativas seleccionadas como tal" tomarmos em linha de conta também as chamadas 'machambas colectivas', em que o grau de organização é normalmente inferior (91) ao das cooperativas e sobre as quais a informação disponível é ainda mais limitada e precária.

Ilustremos a situação uma vez mais com o que se passava na Província de Cabo Delgado em finais de 1977:

"...na Província de Cabo Delgado existem 300 aldeias com machamba colectiva e 13 cooperativas de produção já organizadas " (92)

para um total de Aldeias Comuns que se previa ser de cerca de 600 (93).

Além das AC com machambas colectivas ou com cooperativas como formas de produção colectiva, haveria que adicionar as cujo suporte económico são as machambas estatais. As (muito) poucas AC nestas condições situam-se no Vale do Limpopo e tal articulação pode classificar-se como sendo inexistente ou, a existir, funcionando em sentido contrário: são as AC que, como grandes concentrações de mão-de-obra disponível que são, constituem um autêntico suporte das machambas estatais e não o inverso, como pressupõe o conceito de AC (94).

Enfim, podemos concluir que era ainda muito importante --- rondando, talvez, os 50% --- o número de Aldeias Comuns que não dispunham de um dos elementos fundamentais para a sua caracterização como tal: a produção colectiva. Isto dá uma ideia das enormes dificuldades que se defrontaram ao longo do processo de aldealização já que o elemento fundamental do desenvolvimento do processo --- a produção colectiva para financiamento da acumulação social --- não existia em muitas das AC.

91. Pelo menos na teoria, já que na prática é possível encontrar muitas cooperativas que não são mais que verdadeiras machambas colectivas e vice-versa

92. (vd. Direcção Nacional de habitação, Aldeias Comuns --- relatório da situação a nível nacional, Maputo, Dez./1977, pg 3

93. Vd *Idem*, pg 1

94. Vd adiante o ponto IX.2.4.3.1

Estes elementos são ainda significativos a outro nível: é que o campesinato continua a ver na agricultura familiar a forma de organização da produção que melhor permite assegurar a sua reprodução social e, por isso, é nela que continua a investir a maior parte do seu tempo de trabalho. Tudo se passa como se, habituado secularmente a controlar a utilização do produto do seu trabalho, o camponês não parecesse disposto a abdicar de tal controlo em favor do controlo social, colectivo, sobre o produto da terra colectiva e/ou, face às necessidades em tempo de trabalho da agricultura familiar, não dispusesse de tempo para o investir na produção colectiva, preferindo outras aplicações. As semelhanças com o campesinato de tantas outras regiões do globo parecem evidentes.

#### IX.2.3.2 --- A produção agro-pecuária nas AC: conteúdo e formas de organização.

##### A articulação entre formas de produção

Conteúdo --- i.e., produtos cultivados --- e formas de organização da produção agrícola não são realidades distintas. Não o são hoje e já não o eram no período colonial, quando as culturas das plantações divergiam das da agricultura familiar, com aquelas voltadas essencialmente para as produções comercializáveis para exportação (copra, chá, etc.) e estas dedicando-se principalmente às culturas alimentares (mandioca, sorgo, milho, feijão, etc.).

No período em análise atribuiu-se em Moçambique às formas de organização colectiva da produção nas AC a função fundamental de constituírem a sua base de acumulação. Isto é, definiu-se que o objectivo central da produção agrícola colectiva era a produção de excedentes agrícolas comercializáveis que, satisfazendo simultaneamente as necessidades do país --- nomeadamente das cidades --- em alimentos, em matérias-primas para a indústria e em produtos para exportação, permitissem obter os fundos necessários à instalação na AC de equipamentos sociais (escola, creche, sede do Partido,

etc), ao financiamento de actividades de interesse colectivo (instalação de cooperativas de consumo, arranjo dos acessos rodoviários à AC, educação, etc.) e outras actividades da área da acumulação da comunidade enquanto tal.

Esta orientação não poderia deixar de ter consequências no domínio da definição dos produtos a cultivar e do destino a dar-lhes, por um lado, e da aplicação dos fundos obtidos com a venda das produções, por outro.

Interessa-nos, neste momento, somente quanto respeita ao primeiro aspecto. A resposta à segunda problemática fica para outro local (ponto IX.4.3).

Para atender aos objectivos que lhe são apontados pelo "complexo político-administrativo", a produção das cooperativas ligadas a AC deveria ser fundamentalmente de produtos comercializáveis, produtos estes que variam de região para região do país em função das aptidões agrícolas e da "história agrícola" de cada uma. A análise empírica confirma esta orientação genérica mas deixa antever que existem igualmente, ainda que em proporções limitadas, produções orientadas para a satisfação de necessidades alimentares das populações naquilo que se poderá considerar como o estabelecimento de uma reserva de segurança alimentar para uso em comum.

Dados da DPA de Nampula para a campanha agrícola 1980/81, para o total do sector cooperativo --- e não apenas para o das aldeias comuns ---, permitem construir o seguinte quadro:

QUADRO IX-10: Áreas planeadas e realizadas; Nampula/1980-81

| Culturas mais<br>representativas<br>(1) | Área (ha)   |            |             |                       |           |
|---|-------------|------------|-------------|-----------------------|-----------|
|   | planeada    | realizada  |             | taxa de               |           |
|   | (2)         | (3)        | (3)         | utilização<br>(3)/(2) |           |
|   |             | %          | %           | %                     |           |
| algodão                                 | 3000        | 65         | 1237        | 61                    | 41        |
| tabaco                                  | 260         | 6          | 80          | 4                     | 31        |
| milho                                   | 560         | 12         | 111         | 6                     | 20        |
| arroz                                   | 360         | 8          | 255         | 13                    | 71        |
| girassol                                | 460         | 10         | 333         | 17                    | 72        |
| <i>TOTAL</i>                            | <i>4640</i> | <i>100</i> | <i>2016</i> | <i>100</i>            | <i>43</i> |

No entanto, estando a maioria das cooperativas de Nampula associadas a AC, podemos tomar este quadro como representativo para a análise. Dele podemos concluir que as culturas cujo destino principal é a comercialização --- algodão, tabaco e girassol --- representam cerca de 80% das áreas planeada e realizada, sendo os restantes 20% destinados a culturas alimentares que serão, também elas, parcialmente comercializadas.

Por outro lado nota-se que a principal cultura de rendimento é o algodão. Este facto deve-se não só às condições ecológicas da região e à sua história agrícola mas também ao esforço desenvolvido pelo Estado nesse sentido. De facto, face à quebra de interesse por esta cultura e conseqüente queda da produção que se seguiu à independência, este tem procurado fomentar a cultura algodoeira para aumentar a produção exportável e convertível em divisas financiadoras de futuras importações. A existência de uma Secretaria de Estado do Algodão é disso prova evidente. No mesmo sentido apontam declarações do governador de Nampula ao afirmar:

"Produzir algodão e castanha de caju não é favor, é ordem do Estado. O Governador [o próprio discursante - AS] não pede favor, dá ordem para todos produzirem algodão (...)." (95)

De notar que a principal cultura alimentar da região, a mandioca, se encontra ausente dos planos de cultura das cooperativas, reservando-a os camponeses para as suas próprias machambas familiares e não se interessando o Estado pela sua introdução nas formas colectivas de produção onde poderiam, eventualmente, constituir uma reserva alimentar para utilização comum em caso de necessidade.

Na área do projecto CSP/1.80 também

"é raro encontrar cooperativas ou machambas colectivas que se dediquem à produção de uma só cultura (...) [verificando-se que] regra geral as cooperativas ou machambas colectivas não se limitam às culturas de rendimento praticando também as de subsistência." (96)

No sul do país, o padrão alimentar das populações, resultado de hábitos seculares ou influenciado pelo padrão alimentar dos colonos --- trata-se da área de influência de Maputo --- fez de duas culturas alimentares as principais culturas de rendimento: o arroz e o milho.

A fertilidade das terras e o acesso à irrigação nos vales do Limpopo e do Incomati, por um lado, e a proximidade de um mercado consumidor da dimensão da capital do país, por outro, condicionam também o padrão de culturas. Assim, paralelamente àqueles cereais encontramos outras culturas como o girassol, o tomate, a batata, as hortícolas e o amendoim.

Temos, pois, que no Norte existe uma relativa especialização da produção colectiva em culturas de rendimento não alimentares, principalmente o algodão --- destinado fundamentalmente ao mercado externo --- embora se cultivem também, mas em muito menor proporção, produtos alimentares. A agricultura familiar, por outro lado, tem um padrão de culturas que privilegia as

95. As declarações transcritas foram proferidas já em finais de 1986 mas não fazem mais do que traduzir expressamente um estado de espírito já patente muito tempo antes. Vê revista Tempo, 19/10/1986, pg 13.

96. Vê Relatório CSP/1.80, t.1, v.2, pg 63.

produções alimentares (mandioca, mapira) mas em que também desempenha papel importante, pelo menos em certas regiões de Nampula, o algodão como cultura de rendimento.

No sul de Moçambique, por outro lado, o padrão de culturas das cooperativas assenta principalmente no milho e no arroz, duas culturas alimentares básicas da população da região. Estas culturas, principalmente o milho, repetem-se na agricultura familiar como das mais importantes comercializando os camponeses os seus excedentes quando estes existem e/ou quando necessitam de realizar dinheiro para satisfação de outras necessidades.

Verifica-se, pois, que o padrão de culturas praticado nas cooperativas está, de facto, dominado pela perspectiva que lhe é dada pelo "complexo político-administrativo" mas que, muito provavelmente, é a mesma que os camponeses adoptariam: a produção de bens comercializáveis. Segundo a concepção de AC, os lucros assim obtidos seriam destinados a financiarem a acumulação social.

#### IX.2.3.3 - Questões de articulação das formas de organização da produção: produção familiar versus produção colectiva?

No quadro do habitat disperso a produção familiar é ainda hoje a base da reprodução social do campesinato, a fonte fundamental da sua sobrevivência física e da sua subsistência enquanto grupo social relativamente autónomo.

A passagem do habitat disperso para o habitat concentrado das Aldeias Comuns não pode deixar de provocar o aparecimento de um processo de adaptação à nova situação. Tal processo será ainda mais profundo nos casos em que, como resulta da concepção de AC, tal mudança na forma de habitat for acompanhada da introdução de formas colectivas de organização da produção.

O objectivo deste ponto é exactamente o de estudar as características desse processo, i.e., estudar como se articulam a produção familiar e a produção colectiva no quadro das Aldeias Comunsais.

Esta última forma de produção pode estar organizada sob a forma cooperativa ou sob a forma de machamba estatal. Pretende-se, pois, verificar como é que na realidade se dão estas duas articulações possíveis no quadro da AC: produção familiar-produção cooperativa e produção familiar-produção estatizada.

Porém, uma análise da realidade permite verificar que além daquelas duas situações há uma outra que ocorre com frequência: a de AC com produção cooperativa mas cuja proximidade a machambas estatais gera uma articulação triangular produção familiar - produção cooperativa - machamba estatal. Estão nesta situação muitas das AC dos vales do Limpopo e do Incomati, no Sul, e na zona algodoeira da província de Nampula. Procuraremos cobrir estas diferentes realidades.

#### IX.2.3.3.1 - A articulação entre a produção familiar e a produção cooperativa; a influência da presença de machambas estatais.

Existe um número significativo de AC que, contrariamente ao que pressupõe o conceito de AC, não dispõem de produção colectiva. No entanto, das que a têm só uma parcela menor é que o faz sob a forma de uma cooperativa minimamente estruturada, possuindo as restantes machambas colectivas. Porém, não sendo, por vezes, muito significativas as diferenças entre aquelas e estas no domínio da organização da produção e sendo os problemas enfrentados por umas e outras basicamente os mesmos, entenda-se quanto se segue como respeitando a todas estas situações.

A articulação em questão não difere muito da forma como se articulam produção familiar e produção colectiva quando esta não está integrada no quadro de uma Aldeia Comunal. Por isso, quanto se disse então é válido agora. Recordemos os seguintes pontos principais:

i) parte muito significativa dos cooperativistas, principalmente no sul do país, é constituída por mulheres, muitas delas vivendo sózinhas e sem possibilidade de acesso a outro trabalho remunerado;

ii) uma vez que em África o grosso do trabalho doméstico --- incluindo a cultura das subsistências --- é tarefa da mulher, aquele padrão de participação provoca um conflito no domínio da utilização do tempo de trabalho entre a agricultura familiar (e o trabalho doméstico em geral) e a participação no trabalho colectivo. Tal conflito existe igualmente mesmo quando, como no Norte, a participação é vista mais numa perspectiva familiar --- o que é necessário é que um membro da família faça parte e trabalhe na cooperativa;

iii) aquele padrão de participação é ainda significativo de uma divisão sexual do trabalho que atribui ao homem o trabalho assalariado (nas mechambas estatais e privadas, nas cidades, etc) e à mulher o trabalho não assalariado, nomeadamente a responsabilidade do trabalho nas cooperativas numa tripla perspectiva: angariação de um complemento de rendimento (monetário a maioria das vezes) para a família ou para seu uso exclusivo; satisfação pela família nuclear da "obrigação social" de participar no trabalho colectivo; e, através deste, diversificar as fontes de sobrevivência e de reprodução e melhoria da vida da família ao ter acesso aos benefícios da vida em AC: acesso à cooperativa de consumo, escolarização, assistência estatal em momentos de ruptura alimentar, maior apoio da comunidade nos casos de dificuldade em assegurar a sobrevivência e reprodução familiar (caso das viúvas e mulheres sózinhas) (97).

iv) nas cooperativas pratica-se um padrão de culturas que é concorrencial, em termos de necessidades de mão-de-obra ao longo do calendário agrícola, com a agricultura familiar, agravando o conflito no domínio da utilização do trabalho derivado de boa parte desta mão-de-obra ser feminina, a mesma que tem a seu cargo a agricultura familiar;

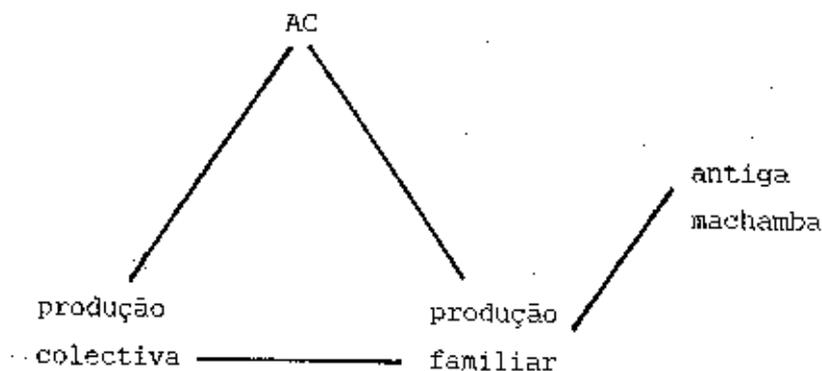
v) "*last but not least*", os camponeses não estão dispostos a dedicar mais tempo ao trabalho colectivo, no qual nem a forma de organização da produção nem os resultados da produção estão inteiramente sob o seu controlo, enquanto as suas subsistência física e reprodução social estiverem, dadas as

97. Vd ROSSCH, *Os Socialismo and rural development...*, op. cit., pp 123-124.

condições ecológicas e tecnológicas actuais da produção familiar, tão dependentes quanto estão deste tipo de produção. Nesta, contrariamente ao que sucede na produção colectiva, organização da produção e utilização do produto estão inteiramente sob o seu controlo --- ainda que sujeito a restrições que resultam do quadro da teia de interesses sociais com origem na forma 'tradicional' de organização social.

Porém, para além destas condições de articulação entre produção familiar e produção cooperativa, outras há que estão mais relacionadas com a vivência em Aldeia Comunal.

A principal diz respeito, por um lado, à distância que separa a AC da machamba colectiva e das machambas de produção familiar definidas na área da Aldeia e, por outro, a distância entre estes locais no seu conjunto e o anterior local de residência, onde a maioria dos aldeões continua a cultivar as suas antigas machambas.



As áreas de produção (colectiva e familiar) definidas na zona de implantação da AC estão, na maioria dos casos, a distâncias do local da habitação na AC que se podem considerar relativamente curtas (cerca de meia hora de caminho ou eventualmente menos).

Porém, não são raros os casos em que tal distância excede os cerca de 5 km (mais de uma hora de caminho) (98). Nestes casos o tempo improdutivo gasto nas viagens atinge uma dimensão tal que entra em conflito com o objetivo de aumento da produção e da produtividade que se pretende alcançar com a socialização da produção. Este conflito vai reflectir-se em primeiro lugar, na organização do tempo de trabalho disponível para o trabalho colectivo.

Esta influência joga no mesmo sentido da pressão que é motivada pela distância (normalmente maior que as anteriores) que separa a AC do antigo local de residência. Ai há machambas e árvores (no caso dos cajueiros) em plena produção em que os aldeões investiram muito tempo de trabalho (e algum dinheiro) e que são essenciais à sobrevivência autónoma da família --- principalmente na fase de transição do habitat disperso para a AC. Ai há, enfim, todo um espaço alargado que inclui não só as machambas de culturas alimentares e de rendimento como também as árvores de fruto (p.ex. os cajueiros), os terrenos de pastagem para o gado, o mato onde se caça, a árvore junto da qual se veneram os antepassados, o local onde estão enterrados os mortos, etc.

Ora, a concentração das populações em AC vai afastá-las desses recursos e desses locais de especial significado no contexto da cultura 'tradicional' e contribuir para, com o seu abandono ou, pelo menos, com a substancial redução do tempo de permanência neles, reduzir as fontes de rendimento e de recursos das populações e reduzir o potencial produtivo de alguns desses recursos.

É o que se passa, p.ex., com os cajueiros: o afastamento dos donos para as AC fez com que as árvores ficassem sem cuidados --- sem serem limpas --- e trouxeram uma baixa significativa da produção comercialização da castanha de cajú (99). Isto fez-se sentir no nível de rendimento dos camponeses e na capacidade exportadora (e angariadora de divisas) do país (100), chegando-

98. Vê ARROJO, Manuel: O sistema..., op. cit., pg 381.

99. Os valores da comercialização agrária deste produto são os seguintes (em milhares de toneladas): 1973=196, 1980=88, 1981=93, 1982=57, 1983=18, 1984=25 e 1985=30.

100. A preços correntes, a exportação de amêndoa de cajú conheceu os seguintes valores:

1980: volume= 15,6 mil tons; valor= 2102 mil contos; preço médio= 134,7 contos/ton.

1981: " = 12,2 " " ; " = 1890 " " ; " " = 154,9 " " "

1982: " = 16,1 " " ; " = 1547 " " ; " " = 96,6 " " "

(consulte na página seguinte)

se à situação de Moçambique, outrora o principal exportador mundial de catanha de cajú, a ter de importar da Tanzânia para assegurar a laboração das suas fábricas e o cumprimento de contratos de exportação.

Como resultado desta pressão sobre o tempo de trabalho verifica-se que quanto maiores são as distâncias a percorrer maior é a tendência dos camponeses a organizarem o seu trabalho nos diversos locais de modo a reduzirem ao mínimo possível o tempo improdutivo gasto nas deslocações.

Esta situação pode ser exemplificada com dados de duas AC de Belane, distrito de Vilanculos, Província de Inhambane:

QUADRO IX-11: Distância às machambas familiares e organização do trabalho colectivo

|                    | distância às machambas familiares (média) | idem, distância máxima | ciclo de trabalho colectivo agrícola  |
|--------------------|---|------------------------|---|
| AC "Josina Machel" | 12,6 kms                                  | 26 kms                 | - organização em 3 brigadas<br>- cada uma trabalha 1 semana e pára 3  |
| AC "25 de Junho"   | 2,5 kms                                   | 5 kms                  | - não há brigadas<br>- trabalhem todos apenas às 3ª e 5ª feiras<br>- Sábado: trabalhem todos nas construções colectivas |

Fonte: INE/MOPH Contribuições para o estado ..., p. 109-113

Como se pode verificar, houve a preocupação de na AC "Josina Machel", onde as distâncias são maiores, organizar o tempo de trabalho colectivo de forma a que permitisse aos camponeses reduzir ao mínimo o tempo de

|       |         |             |               |
|-------|---------|-------------|---------------|
| 1983: | ' = 5,8 | ' ; ' = 647 | ' ; ' = 111,6 |
| 1984: | ' = 4,1 | ' ; ' = 550 | ' ; ' = 158,5 |
| 1985: | ' = 3,1 | ' ; ' = 499 | ' ; ' = 161   |

deslocações: assim, eles mantêm-se a viver na AC durante a semana em que trabalham na machamba colectiva e transferem-se para a sua antiga residência perto das machambas familiares durante o período de 2 semanas em que não prestam trabalho colectivo.

Já na AC "25 de Junho", em que a distância às machambas familiares é relativamente reduzida, a organização de trabalho colectivo e nas machambas familiares é compatibilizado com a residência permanente na AC.

A semelhança do que se passa com estas duas AC, a forma organizativa do trabalho colectivo varia de aldeia para aldeia em todo o Moçambique. De uma maneira geral, repete-se por todo o lado a divisão dos membros por brigadas de trabalho --- 2 ou 3, na maioria dos casos.

Esta forma de organização da mão de obra disponível para o trabalho colectivo permite, de uma forma geral, reduzir a 2-3 dias por semana tal trabalho, ficando os restantes dias disponíveis para as actividades próprias ao "modo de vida camponês": a produção familiar, as visitas sociais, o trabalho doméstico, etc.

Não se pense, contudo, que apesar de existir esta organização em brigadas com dias da semana bem definidos para o trabalho colectivo a disciplina e organização do trabalho permitem uma maximização do seu aproveitamento. Na verdade o que acontece é que apesar de na maioria dos casos se definir que o horário de trabalho colectivo é de cerca de 6 horas/dia, o tempo efectivo de trabalho não ultrapassa, ao longo da maior parte do ano agrícola, as cerca de 3-4 horas/dia de trabalho efectivo (101) --- muitas vezes apenas 2-3 dias na semana devido à existência de 2-3 brigadas --- o que, adicionado à enorme taxa de absentismo que normalmente se verifica (102), reduz o trabalho

101. Número que pode observar directamente quer na região de Sabúe/Moamba/Maputo quer na de Namialo/Mecouta/Mangochi e que se foi relatado em conversas com cooperativistas, nomeadamente responsáveis da produção.

102. Facto relatado por inúmeras fontes orais e escritas e que está bem patente nas relações relativas à distribuição de rendimentos de algumas cooperativas como a da AC "Vigilância"/Kalenqane/Noamba/Maputo:

AC "VIGILANCIA"/KALENQANE/NOAMBA/MAPUTO

Distribuição de rendimentos da campanha 1980/81 -- Quadro resumo

|                     | s30 | 31-60   | 61-90   | 91-120  | 121-150  |
|---------------------|-----|---------|---------|---------|----------|
| nº de jornadas      | 6   | 11      | 12      | 17      | 12       |
| nº de membros       | 6   | 11      | 12      | 17      | 12       |
| valor recebido (MT) | 0   | 248-480 | 481-720 | 721-960 | 961-1200 |

(continua na página seguinte)

colectivo efectivo a uma pequena parcela do trabalho potencialmente disponível. Este só tem uma taxa de concretização mais elevada nas épocas das sementeiras e das colheitas.

QUADRO IX-12: Horas de trabalho semanal por cooperativista (\*)

| Província | nº coop.<br>estudadas | nº horas/semana<br>média |
|-----------|-----------------------|--------------------------|
| Niassa    | 14                    | 22,2                     |
| Nampula   | 8                     | 16,25                    |
| Tete      | 6                     | 17,5                     |
| Gaza      | 5                     | 29,0                     |
| Maputo    | 10                    | 15,0                     |
| TOTAL     | 43                    | 19,55                    |

Fonte: SANTOS, José Nipólito dos Cooperativização e desenvolvimento rural...  
op. cit., pg 54

Nota (\*): A fonte não refere se se trata de observações da realidade ou de horários estabelecidos mas não necessariamente cumpridos.

Estas, porém, só são normalmente levadas a cabo quando processo semelhante nas machambas familiares já está perto do seu termo. Isto é, dada a sobreposição das épocas de maior necessidade de mão-de-obra entre a agricultura familiar e a agricultura colectiva --- resultado de um padrão de culturas muito semelhante (caso do Sul do País) e/ou muito exigente em mão-de-obra ao longo do ano agrícola (caso do algodão no Norte) (103) ---, os camponeses optam por dar mais tempo de trabalho àquela forma de organização da produção cujo processo e cujos resultados estão mais directamente sob o seu controlo

Fonte: dados colhidos por mim a partir da folha de registo de presenças.

Notas: média aritmética de jornas = 26; idem, valor = 630 MT; MT 8,00/jorna  
trabalhadores que trabalharam mais que a média = 29; idem, menos = 26.

103. Relembre-se aqui o que foi salientado atrás sobre os padrões de culturas: quer no sul, com o milho e o arroz, principalmente, quer no norte, com o algodão, existe um grau apreciável de repetição de culturas nas machambas individuais e nas machambas colectivas facto para que contribui, entre outros factores, o facto de serem aquelas as culturas em relação às quais os camponeses têm maior experiência de trabalho.

dedicando ao trabalho colectivo aquele tempo que aparentemente lhes sobra da agricultura familiar e das demais obrigações relacionadas com a sua reprodução social.

Uma consequência deste diferente padrão de afectação do tempo de trabalho é que as culturas realizadas nos campos colectivos são feitas quase sempre com atraso em relação à época óptima de cultura, acarretando isso quebras significativas da produtividade por hectare (ainda que a forma de cultivar tenha sido a mesma) e da produção global. Esta é uma das razões pelas quais a produtividade da terra do sector cooperativo é inferior à do próprio sector familiar apesar de algumas fases de trabalho agrícola nas cooperativas (a fase de preparação da terra) beneficiarem, nalgumas delas, de apoio em tractores.

QUADRO IX-13: PRODUTIVIDADES POR SECTOR

| PRODUTOS | SECTOR COOPERATIVO |                   | SECTOR FAMILIAR   |
|----------|--------------------|-------------------|-------------------|
|          | 1978/79<br>ton/ha  | 1979/80<br>ton/ha | 1968/70<br>ton/ha |
| milho    | 0.47               | 0.48              | 0.94              |
| amendoim | 0.28               | 0.27              | 0.46              |
| feijão   | 0.23               | 0.17              | 0.59              |
| algodão  | 0.35               | 0.46              |                   |

Fonte: GODCA Projecto de acções de cooperativização para 1982, poliep, Maputo, 17/8/1981;  
WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington, 1988, pg 154

Fraca produtividade da terra adicionada a fraca capitação de terra colectiva por cooperativista --- cerca de 0,3 ha/cooperativista na zona de CSP/1.80 com uma média nacional da área colhida por cooperativista de 0,38 ha (104) ---, traduzem-se em fracos rendimentos per capita: durante as campanhas agrícolas 1979/80, 1980/81 e 1981/82 eram vulgares pagamentos aos cooperativistas de cerca de 10-12 MT/jorna no Sul e de cerca de 5 MT/jorna no

104. Vd Min. Agric. Contribuição p/o progresso de cooperativização do campo

Norte quando o salário por jorna pago aos trabalhadores das machambas estatais era de cerca de MT 62,50 (195).

Tão baixos rendimentos resultam em descrédito da produção colectiva e fraca participação dos cooperativistas no trabalho colectivo e no ciclo vicioso da fraca participação-fracos rendimentos.

Outro factor que provoca esta fraca participação na produção colectiva, principalmente dos homens mas crescentemente também de mulheres, é a existência de machambas estatais na área das Aldeias Comuns.

O padrão de culturas das machambas estatais, em que a monocultura impera, conduz a um padrão de necessidades de mão-de-obra semelhante ao característico do período colonial: o trabalho sazonal. Assim, a fim de poderem assegurar o cumprimento do plano que lhes foi definido pelas estruturas centrais, as machambas estatais vêm-se obrigadas a, na época das sementeiras e na das colheitas, fazer apelo a um grande volume de mão-de-obra disponível na região.

Pagando muito mais do que é de esperar do rendimento das cooperativas --- por vezes mais do décuplo --- e efectuando o pagamento à quinzena, p.ex, enquanto as cooperativas só distribuíam rendimento uma vez por ano, não lhes era difícil encontrar quem quisesse nelas trabalhar.

Estes trabalhadores assalariados eram conseguidos à custa da participação dos aldeões nos trabalhos colectivos da sua cooperativa e de uma pressão sobre o trabalho destinado às machambas familiares.

Estas sofrem, assim, a concorrência do trabalho cooperativo e do trabalho assalariado.

105. Informações colhidas na investigação de campo junto de cooperativas das regiões de Sabié/Noarba/Maputo e Maxialo/Macocota/Marpula.

Por isso a pressão sobre o tempo de trabalho dos aldeões é relativamente grande: trabalho na machamba familiar (embora boa parte deste seja feito pelas mulheres, nos períodos mais exigentes de mão-de-obra (196) o homem desempenha um papel fundamental), trabalho assalariado, participação nas actividades colectivas da Aldeia Comunal, etc.

Daqui resulta que, face às condições ecológicas e tecnológicas que determinam fracas produtividades, haja dificuldades em satisfazer cabalmente qualquer destas solicitações.

Por isso se assiste a uma quebra da rendibilidade da terra das machambas familiares --- a que não é estranha a crescente dificuldade em abrir novas machambas face ao aumento das distâncias e à grande pressão sobre o tempo de trabalho disponível ---, a uma elevada taxa de absentismo ao trabalho colectivo e às actividades colectivas das AC e a uma grande dificuldade das machambas estatais garantirem, na época oportuna, a mão-de-obra necessária ao cumprimento dos seus planos de produção. Daqui deriva uma pressão no sentido da crescente mecanização dos trabalhos agrícolas nas cooperativas (bem como nas machambas estatais) numa lógica produtiva que segue de perto a lógica das plantações capitalistas.

A articulação entre a produção familiar, por um lado, e a produção colectiva e a vivência em AC, por outro, tem ainda outras facetas. Uma das principais é a dificuldade da integração nas AC --- e, por conseguinte, na participação na produção colectiva que lhe está ligada ---, de toda uma vasta gama de camponeses que dispõem de gado bovino. Este problema faz-se sentir principalmente no Sul do País, região onde o número de cabeças de gado é maior --- o resto do País está quase todo afectado pela mosca tsé-tsé --- e onde existem camponeses dispostos de manadas de, por vezes, várias dezenas e até centenas de animais.

Poder-se-á dizer que as AC não se destinam a este último tipo de camponeses, porque mais abastados e porque "naturalmente" contra o processo de socialização do campo. Porém há que não esquecer que mesmo para os proprietários de poucos animais, a concentração territorial cria o problema da defi-

196. Preparação dos terrenos, sementeira e colheitas.

nição de um espaço para a sua estabulação --- prática ainda por cima pouco comum entre os camponeses --- e, principalmente, o problema da disponibilidade de recursos naturais para a sua alimentação (pasto e, principalmente água numa zona de características ecológicas pouco propícias à sua concentração). Daí que haja uma forte resistência dos camponeses proprietários de gado à sua aldealização.

Este dado é, aparentemente, desmentido em algumas AC do vale do Limpopo. Estas, porém, surgiram na sequência das cheias e aos camponeses, na maioria esmagadora, não foi deixada alternativa senão a integração em AC. Apesar disto, alguns elementos disponíveis (107) apontam para percentagens de camponeses com bois nas AC que variam dos cerca de 20% aos cerca de 45%, sendo a média de cabeças de gado por família com gado apenas de cerca de 3 o que, manifestamente, não permite classificá-los como camponeses ricos.

#### IX.2.3.3.2 - A articulação entre as machambas estatais e as Aldeias Comuns no domínio da produção

Principalmente na Província de Gaza, são numerosas as AC que se situam na área de implantação de machambas estatais --- no vale do Limpopo as principais unidades estatais de produção agro-pecuária eram à época o Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL) e a Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL).

Uma característica comum à maior parte destas AC é uma dimensão humana que excede largamente a média nacional, com algumas delas com mais de 10 mil habitantes. Outra é a pequenez da dimensão física da área de cultivo colectivo tendo em consideração a dimensão humana das mesmas.

107. Ver CASAL, Adolfo V. Relatório ...

Note-se, no entanto, que apesar de tal dimensão humana o número de membros das cooperativas de produção das AC é aqui ainda menor proporcionalmente) do que é habitual encontrar nas demais AC. Só um exemplo: a AC "O.U.A" de Nhacutse, Gaza, tinha em AGO/SET-1979 cerca de 5.200 habitantes a que deveriam corresponder cerca de 3.000 pessoas em idade activa. Porém, a sua cooperativa de produção tinha somente 70 (setenta) sócios dos quais 79% eram mulheres (108).

Estes dados colocam a questão de saber se é o tipo de articulação existente entre as AC da região e as machambas estatais que os justifica. Como funciona, de facto, essa articulação?

Segundo o conceito de AC as machambas estatais constituem uma das duas formas de organização da produção agro-pecuária que podem servir de suporte à vida da AC mas tal facto parece-nos, à partida, à revelia da lógica interna do referido conceito. Isto não deixará de se reflectir na forma concreta de articulação entre ambas.

De facto, o que se verifica é que a relação de dependência ou, melhor, a relação de poder não funciona da AC para a machamba estatal para que aponta aquele conceito mas, ao invés, da machamba estatal sobre a AC. E isto porque, não existindo uma definição legal dos mecanismos de articulação entre ambas, incluindo os de exercício de controlo da AC sobre a machamba estatal, é esta, baseada no seu poder económico real quando em confronto com o da AC, que controla de facto as condições de produção na região.

Assim, são as machambas estatais que, autonomamente ou, pelo menos sem qualquer dependência intitucional ou outra em relação à AC, fixam, por um lado, o padrão de culturas e as condições tecnológicas da produção --- que resultam num dado padrão sazonal e uma dada quantidade de mão-de-obra a absorver, na sua maioria, sazonalmente --- e, por outro e no quadro da lógica de funcionamento que as enforma, as próprias condições e relações de produção --- traduzidas na manutenção e, até, alargamento do salariato.

108. 74 OBA/VEN Problemas de transformação rural na província de Gaza: I..., OBA/UN, Maputo, 1979, pg 27.

Assim --- e este parece-nos ser um resultado conscientemente procurado --- se contribui para a crescente monetarização da economia e para o aumento do número de camponeses dependentes (para a sua reprodução social) do salaríato. Assim se contribui para o crescimento de um 'proletariado rural' (109), o que parece ser procurado como forma de aumentar a consciência política (proletária) dos camponeses numa linha que encontra as suas raízes teóricas no próprio Marx mas especialmente em Kautsky e nas concepções estalinistas sobre o campesinato.

Tudo se passa, afinal, inversamente ao que parece estar por detrás do conceito de AC: a auto-gestão popular. Estamos, isso sim e quando muito, no domínio da promoção de um capitalismo de Estado entendido como fase de transição para a sociedade socialista. Mas capitalismo e, enquanto tal, a diferença em relação a outros capitalisms, terceiro mundistas ou não, não é senão de grau.

Da promoção deste capitalismo de Estado faz parte o desenvolvimento alargado do número de machambas estatais. Estas surgiram principalmente como resultado da estatização de um conjunto de machambas exploradas por colonos que, durante o período que rodeou a independência, as abandonaram.

Com o argumento da grande escassez de quadros disponíveis para a direcção das machambas estatais optou-se por uma política de constituição de grandes unidades agrícolas em que dimensões da ordem dos 7-8 mil ha são vulgares e onde se atingem, por vezes, os mais de 15 mil ha (caso do CAIL, em Gaza, p.ex.).

Isto, porém, só foi possível mediante apropriação de muitas terras que eram cultivadas por agricultores moçambicanos e que se encontravam ao lado das machambas de colonos. A necessidade, inerente ao conceito de machamba estatal de dispôr de uma grande área agrícola e de ter, preferentemente, uma

109. As aspas justificam-se porque o assalariamento é condição necessária mas não, de forma nenhuma, suficiente para que os assalariados possam ser considerados proletários. Sabera não fazemos da existência de consciência de classe em si e para si uma condição sine qua non da proletarianização, consideramos que terá que haver uma menor dependência de formas de produção e de meios culturais pré-capitalistas do que a que existe na maioria da África Negra e em Moçambique para que se possa falar de proletarianização.

grande continuidade física dos seus terrenos --- sem constituir uma manta de retalhos" de machambas de média dimensão fisicamente separadas obrigou à expropriação de muitos agricultores moçambicanos.

Isto passou-se no CAIL --- onde só cerca de 1/3 da área que veio a ser integrada na empresa era, no período colonial, ocupada por colonos portugueses ---, na UPBL, no CAIA (Angónia) enfim, um pouco por todo o lado em que foi necessário reunir machambas abandonadas por colonos numa mesma machamba estatal. Embora pela negativa, esta não pode deixar de ser considerada como uma forma de articulação entre a produção familiar, nomeadamente a dos aldeões, e as machambas estatais.

Uma tal forma de "articulação" não pode deixar de ter consequências. É assim que é perfeitamente detectável (110) a existência de uma oposição dos camponeses das regiões afectadas ao funcionamento das machambas estatais, vistas como a face visível de um inimigo --- o Estado --- que, ao ocupar as terras afectou quer os camponeses mais desafogados ao tirar-lhes a possibilidade de consolidarem as suas aspirações ao exercício de uma agricultura capitalista, quer os camponeses mais pobres, ao impedir-lhes o acesso a terras de melhor qualidade.

Esta actuação cega do Estado, baseada numa falsa interpretação de que os únicos camponeses afectados seriam os que tinham como aspiração tornarem-se 'kulaks' já que os demais teriam sempre a possibilidade de optarem pelas AC e pela produção colectiva, conseguiu unir contra si as várias camadas do campesinato. Tal reacção é o resultado de a produção colectiva, dada a fraqueza dos rendimentos que proporciona, não ser alternativa à agricultura familiar e também de os camponeses verificarem que muitas das terras que lhes foram subtraídas não estarem a ser utilizadas na produção estatizada.

Esta é mais uma contradição entre camponeses e Estado --- representado pelas machambas estatais --- resultado da opção tomada quanto à política a desenvolver em relação ao campo, quer quanto à produção quer quanto às relações com os camponeses. De facto, parece não restarem dúvidas quanto ao que está em causa: o que o Estado pretendia era,

110. Sobre este aspecto ver os trabalhos de Kenneth Herxle sobre a região do Chokwe referenciados na bibliografia.

1) por um lado, maximizar a produção agro-pecuária partindo do pressuposto de que as grandes áreas com elevada concentração de meios de produção teriam de ser forçosamente não só mais produtivas como também mais rentáveis no balanço custos-produção; e,

2) simultaneamente, alterar de uma forma radical a situação social no campo limitando a capacidade de subsistência da produção familiar --- entendida como a base económica da sociedade tradicional-feudal que havia que abater em benefício da sociedade moderna que se pretendia socialista --- e favorecendo a transformação dos camponeses em proletários rurais, forma de provocar a alteração do comportamento político do campesinato, encaminhando-o para o socialismo.

#### IX.2.3.4 - A produção colectiva não agrícola das AC; as cooperativas polivalentes

As enormes dificuldades com que se debate a produção agrícola colectiva apesar da sua definição como central ao processo de aldealização não deixam antever uma situação muito propícia ao aparecimento de formas colectivas noutras áreas da produção.

De facto assim acontece.

A procura de um desenvolvimento autocentrado que enforma o conceito de AC sugere a organização da produção colectiva de variadíssimos bens no seio destas. Tal produção, no entanto, teria sempre que defrontar-se com fortes limitações não só de carácter tecnológico e de disponibilidade de matérias primas como também, como vimos para a produção colectiva agrícola, de carácter social.

É a conjugação destas limitações que conduz a que seja raríssimo encontrar actividades não-agrícolas desenvolvidas colectivamente apesar de se encontrar em várias AC artesãos aptos a desenvolvê-las e a elas recorrendo como fonte complementar de rendimento monetário (111).

111. Vd. ESP/1.80, vol. 2, tomo 1, pg 73

O principal tipo de actividades não agrícolas que se encontra organizado colectivamente é a exploração pecuária, nela se incluindo desde a criação de pombos à de gado bovino, passando pela de porcos, coelhos e galinhas (as "pequenas espécies" como vulgarmente eram designadas).

A criação destas, incentivada principalmente a partir de 1980 como forma de melhorar a dieta alimentar, não teve, no entanto, grande difusão. Assim, se foi possível encontrá-la numa AC de Sabié e noutra em Meconta (AC "25 de Setembro"), no relatório do CSP/1.80 diz-se que nas 101 AC inquiridas não foram encontradas criações colectivas de pequenas espécies.

Mais ainda do que o que se passa com a criação de animais de forma colectiva, a produção artesanal dos mais variados produtos é facto muito raro. De facto, todo este tipo de produção, que atinge valores por vezes significativos como fonte de rendimento monetário das famílias camponesas, é normalmente realizada sob a forma individual e como tal é comercializada.

Assim, neste domínio em que a pressão do "complexo politico-administrativo" é mais reduzida (112), não se verificou qualquer movimento no sentido da sua colectivização da produção. Isto parece-nos significar que, na ausência de uma forte pressão institucional nesse sentido, o campesinato prefere manter a autonomia do controlo da sua produção a desenvolver uma actividade (colectiva) cujo controlo tem dificuldade em fazer porque lhe faltam os instrumentos para tal (conhecimentos de gestão e contabilidade, aprovisionamento em matérias primas, etc) e porque o obriga a repartir o produto do seu trabalho, que ele está habituado a controlar totalmente.

A quase total inexistência da produção colectiva não-agrícola tira qualquer conteúdo concreto à questão das cooperativas polivalentes. Estas constituem um conceito pouco claro no discurso oficial mas que vem na linha da constituição das sociedades comunais que seriam as AC.

112. Se ela fosse maior, tal facto seria perfeitamente compreensível face ao quadro global dos objectivos de socialização tão ampla quanto possível que se pretende atingir com o processo de aldeitização.

Assim, em vez de se constituírem várias cooperativas numa mesma Aldeia cada uma delas com uma actividade específica --- uma cooperativa agrícola, uma outra dedicada à produção pecuária, outra ainda para a produção de determinado bem artesanal, etc. ---, em cada AC deveria constituir-se uma só cooperativa polivalente que se dedicaria às várias actividades que entendessem possível e desejável levar a cabo. Ela abrangeria toda a população, afectando a mão-de-obra disponível ao longo do ano em conformidade com as necessidades do desenvolvimento do conjunto da cooperativa polivalente, i.e., da própria AC. Evitar-se-ia assim a concorrência entre diferentes aplicações de mão-de-obra, melhorando-se o planeamento da produção e abria-se a porta, pelo menos em parte, ao fugir a um dos aspectos condenados pelo pensamento socialista: uma especialização dos produtores directos a níveis que significam alienação intelectual.

A previsível dificuldade em concretizar tal projecto reflectiu-se no processo prático: embora existindo um ou outro caso de coexistência de várias cooperativas numa mesma AC, não se conhecem casos de funcionamento de cooperativas polivalentes (113).

#### IX.2.3.5 - A distribuição dos rendimentos da produção colectiva: os critérios e a realidade

Na Resolução sobre as Aldeias Comuns aprovada na 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, em Fev./76, dizia-se que os resultados da produção colectiva das AC deveriam ser destinados a

"- assegurar a satisfação das necessidades alimentares dos membros das Aldeias Comuns;

113. Sobre este ponto vide nomeadamente CNAC e processo de desenvolvimento das AC. Análise Sit. Prop. oct., CNAC, Junho 78, pp 11-12

- assegurar as reservas essenciais para garantir e melhorar a capacidade de produção nas campanhas seguintes;
- financiar os serviços sociais da aldeia;
- pagar as despesas que [el]a eventualmente tenha contraído (empréstimos, etc)." (114)

Uma vez asseguradas estas "despesas correntes" o excedente eventualmente conseguido seria destinado à distribuição pelos aldeões após a constituição de uma reserva de 20% do excedente para fazer face à aquisição de instrumentos de produção, a situações provocadas por calamidades naturais e a despesas que visassem a elevação do nível político, social e cultural dos aldeões.

A distribuição do remanescente dos fundos pelos aldeões deveria, por sua vez, obedecer ao princípio socialista de

"de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho." (115)

Uma observação da realidade permite-nos, no entanto, verificar quão distante ela estava dos princípios propostos.

Quanto a assegurar a satisfação das necessidades alimentares, vimos já que estas o são quase exclusivamente pela agricultura familiar já que a produção colectiva

i) tem sido orientada fundamentalmente para as culturas de rendimento, não representando as culturas alimentares, em média, mais do que cerca de 80% (vd ponto IX.2.4.2) da área planeada:

---

114. Vd Documentos da 8ª Sessão do CC, pg 92

115. Vd Ideia, pg 92

ii) tem níveis de rendimento por ha tão baixos --- por vezes abaixo dos níveis de produtividade da agricultura familiar --- que a produção global é de reduzida dimensão e, principalmente, de pouco significado quando confrontada com o número de trabalhadores (cooperativistas) envolvidos na produção;

iii) como resultado de i) e de ii), os níveis absolutos de autoconsumo são relativamente baixos embora, por vezes, se encontrem taxas elevadas.

A agravar esta situação é de salientar que um dos problemas que as cooperativas defrontam é o da dificuldade de assegurarem a armazenagem dos produtos. De facto, à falta generalizada de instalações apropriadas para o efeito e devido às dificuldades de escoamento, parte muito significativa da produção colhida é destruída pelos animais (ratos, macacos, etc.) ou apodrece devido às más condições atmosféricas. Estas quebras devem somar-se às que resultam da não colheita de parte da produção do campo colectivo devido à dificuldade em, na época apropriada, assegurar a disponibilidade de mão de obra necessária.

Tudo isto, como se disse, se reflecte em baixas produções e em níveis de rendimento monetário igualmente baixos. Isto vai reflectir-se na prática, relativamente corrente, do não pagamento dos vários custos de produção: máquinas tomadas de aluguer aos parques de máquinas ou às machambas estatais; sementes; etc. A consequência é o amontoar de dívidas junto das instituições de crédito.

Assim, cooperativas que não teriam rendibilidade face à comparação entre custos de funcionamento (elevados) e receitas (quantas vezes provenientes de venda de produtos a preços inferiores ao custo real), vêm-se detentoras de algumas disponibilidades monetárias que os aldeões, por vezes, não utilizam. Quando o fazem, procuram utilizá-lo em seu proveito individual, distribuindo-as (o que sucede na maioria dos casos), ou colectivo, acumulando com o objectivo de adquirirem bens de produção (um tractor, uma moagem, etc) para a AC mas que também possam ser utilizados pelos produtores familiares ou de financiarem um ou outro investimento social --- que, no entanto, esperam que lhes seja fornecido gratuitamente pelo Estado --- ou de adquirirem produtos para a cooperativa de consumo.

Quando se fazem distribuições de rendimento entre os membros da cooperativa, procura-se seguir o princípio emanado do "complexo político administrativo" que manda distribuir a cada um segundo o seu trabalho.

A leitura que os camponeses e as autoridades fazem deste princípio é, no entanto, a mais rudimentar possível: o "segundo o seu trabalho" é reduzido ao "segundo o número de jornas trabalhado". Não há, em caso algum, preocupação nem com o carácter produtivo ou improdutivo do trabalho desenvolvido, nem com a qualidade deste nem, tão pouco, se a duração da jornada de trabalho é igual para todos.

Os aldeões limitam-se a, em cada dia que desenvolvem um trabalho colectivo, tomar nota de tal facto. No momento da distribuição, geralmente uma vez por ano, contam-se o número de presenças no trabalho colectivo e é em função deles que se faz a distribuição.

Esta prática tem uma consequência inesperada em alguns casos: determinadas actividades, algumas delas muito pouco produtivas, exigem pouco trabalho mas dão origem a um trabalho diário ao longo de todo o ano. Em contrapartida, a actividade agrícola por excelência, aquela que normalmente gera a maioria os rendimentos colectivos e exige mais esforço físico, porque limitada ao ciclo de produção do ano agrícola ou por outros motivos dá origem a um menor número de jornas de trabalho dos que a ela se dedicam e, por isso, a um volume de rendimentos anuais mais reduzido.

Um exemplo disto passava-se na AC "25 de Setembro"/Meconta/Nampula, uma das apresentadas como Aldeia modelo pelas autoridades da região. Aí, segundo dados por mim recolhidos em Janeiro de 1982, 4 pastores tomavam a seu cargo os 27 bois propriedade colectiva da AC; 2 mulheres tomavam conta dos 3 porcos existentes e 4 mulheres e 2 homens cuidavam dos 7 pombos e 31 coelhos. Todos estes membros da cooperativa, porque tinham que alimentar os animais diariamente, surgiam nos registos da cooperativa como sendo os que mais trabalhavam e como tal eram pagos: eram dos que mais recebiam por serem os que apresentavam mais jornas de trabalho registadas. Havia ainda um padeiro e alguns outros trabalhadores que não exercem a sua actividade principal na machamba colectiva (tractoristas, trabalhadores da saúde, etc) que estavam em circunstâncias semelhantes (116).

Considerando estes trabalhadores como 'improdutivos' (117), os 41 trabalhadores nessas condições (cerca de 18% do total de 235 membros), dado que trabalham em média cerca de 300 dias por ano cada um, receberam cerca de 33% do rendimento total distribuído aos aldeões em 1981 (118).

Este é, quanto a nós, um forte desincentivo ao trabalho produtivo na machamba e cria as condições para o aparecimento de posições antagónicas no seio dos cooperativistas. Seria necessário rever o método de distribuição tornando-o mais ajustado à realidade e procurando incentivar o trabalho mais directamente produtivo.

Esse novo critério deveria ter em consideração não só a diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo como também as diferenças de qualidade e de duração do trabalho desenvolvido. Os camponeses apercebem-se da necessidade deste critério mais "fino" e as suas opiniões deverão estar na base da sua reformulação.

#### *IX.2.4 - Aspectos político-administrativos da organização das Aldeias Comuns*

##### *IX.2.4.1 - A organização do poder político-administrativo nas AC*

---

116. Era o caso, por exemplo, do tractorista, o cooperativista que apresentava maior número de jornas (360) no ano pois o tractor era utilizado quer para actividades agrícolas quer sempre que era necessário um meio de transporte.

117. As aspas justificam-se aqui porque de facto eles não são totalmente improdutivos, nomeadamente o tractorista.

118. Teria interesse recolher informações sobre as eventuais ligações destes membros com posições mais vantajosas no contexto global com as estruturas de poder tradicional ou do poder político-administrativo instituído a fim de verificar se estas posições 'de favor' teriam origem em alguma dessas situações; no mesmo sentido, teria tido interesse determinar se eles pertenciam ao grupo dos ocupantes originais das terras ou se provinham de repêtes ex rebot. Infelizmente, não foi possível recolher tais elementos.

Após um período relativamente longo de uma certa imprecisão da estrutura político-administrativa das AC a 1ª Reunião Nacional de Aldeias Comuns reunida em Março de 1980 adoptou uma resolução sobre a "organização dos órgãos de direcção das AC" --- título do Doc. 1.2/1.RNAC/80 --- que é a que se encontrava em vigor no período em análise e que tentava colher a experiência passada.

Nessa organização estão previstos (119) os seguintes órgãos político-administrativos:

- 1 - Comité do Partido
- 2 - Assembleia de Localidade
- 3 - Conselho Executivo da Assembleia da Localidade
- 4 - Tribunal Popular da Localidade
- 5 - Organizações Democráticas de Massas
- 6 - Milícias Populares e Grupos de Vigilância Popular

Dispensamo-nos de fazer uma descrição completa das funções de cada órgão --- que nos parecem, na maioria dos casos, evidentes face à sua designação --- para sublinharmos somente um ou outro ponto de maior interesse para o nosso estudo:

a) A Assembleia de Localidade é o órgão máximo do poder de Estado ao nível da AC. É fruto de eleições abertas a todos os seus habitantes; todos eles são potenciais candidatos para os diversos órgãos que ela elege. Neste sentido, poderão ser consideradas "eleições livres e democráticas" como o faz o Doc. 1.2/1.RNAC/80.

b) A liberdade de escolha referida em a) encontra, no entanto algumas restrições:

---

119. Vé Documento 1.2/1.RNAC/80, AC "3 de Fevereiro" (Gaza), Março de 1980 com o título Organização dos órgãos de direcção das AC's, 95 8

i) o Presidente da Assembleia e do Conselho Executivo que dela emana é proposto pelo Partido, o qual indigita o 1º Secretário da Célula do Partido na localidade; verifica-se assim um imbricar entre órgãos do Partido e do Estado que faz com que os camponeses se refiram indiferentemente à 'FRELIMO', ao 'Estado' ou ao 'governo' (120);

ii) o secretário do Grupo Dinamizador deve ser obrigatoriamente membro do Partido FRELIMO.

Estas restrições destinam-se a assegurar o controlo político da Aldeia pelos órgãos do Estado e do Partido e, face ao entendimento ocidental da democracia representativa, constituem uma forte limitação ao exercício do poder democrático pelas populações que parecia querer institucionalizar-se pela regra de qualquer membro da AC ser potencial candidato a membro da sua Assembleia de Localidade.

c) o Grupo Dinamizador "é o órgão colectivo de direcção social que enquadra e organiza os aldeões na prática da vida colectiva com vista à liquidação dos velhos valores da sociedade tradicional-feudal e colonial-capitalista e à implantação de novas relações sociais nas zonas rurais" (sublinhado meu, AS).

Estamos, portanto, perante um instrumento fundamental da luta pela liquidação total das tradições camponesas que, "no exercício das [suas] funções (...) recebe orientações do comité do Partido FRELIMO e executa as decisões da Assembleia de Localidade e do seu Conselho Executivo" (121). Esta missão atribuída ao Grupo Dinamizador demonstra, mais uma vez, a preocupação já salientada em outras ocasiões de eliminar rapidamente os vestígios da organização 'tradicional' das populações que vai estar no centro da luta social que se desenrolou nos campos moçambicanos e que vai, em parte, conduzir à situação de guerra interna.

120. Vd KOESCH, Otto Socialism..., op. cit., pg 221.

121. Vd o Anexo III de PRANAC Organização dos órgãos de direcção das Aldeias Comuns, Doc. 1.2/1980/AC/80, Março/80

d) A célula do Partido FRELIMO tem um papel fundamental na organização da vida da AC já que os órgãos com funções mais executivas têm como seus Presidente ou Secretários indivíduos que são obrigatoriamente membros do Partido.

e) os membros dos órgãos e titulares dos diversos cargos nas AC são aldeões a que, através de um processo (pelo menos formalmente) democrático ou apenas com algumas restrições (não despidiendas, aliás) a essa democracia, são confiadas determinadas funções. Não se está, portanto, perante um quadro de funcionários públicos mas sim perante um grupo de responsáveis --- em maior ou menor grau --- pelo funcionamento da AC. Assim sendo, face a uma tão grande margem de possível intervenção dos camponeses, poder-se-á dizer que, pelo menos formalmente, estamos perante a concretização do poder popular defendida pela FRELIMO em vários dos seus documentos.

Algumas das questões que se levantam, porém, são as de saber qual o poder efectivo desses responsáveis quer face aos camponeses quer face ao Aparelho de Estado, como é que os três intervenientes da articulação camponeses /responsáveis/Aparelho de Estado se representam a posição dos responsáveis, que tipo de articulação existe entre este aparelho político-administrativo aldeão e o poder político tradicional enfim, se àquele poder popular formal corresponde um poder efectivo.

Procuraremos responder a estas questões no ponto seguinte (IX.2.5.2).

f) A única ligação hierárquica explícita entre estes órgãos político-administrativos aldeões e o "complexo político-administrativo" extra-AC é a ligação da Célula do Partido aos órgãos locais, regionais e nacionais da FRELIMO. De facto, as AC sendo órgãos socio-económicos não são órgãos administrativos. A sua passagem a essa situação seria uma fase posterior mas que não pôde ser implementada nas actuais condições político-militares dado que exigiria um aturado trabalho de campo de delimitação das áreas de influência de cada AC.

Tal tarefa seria necessária aos olhos das autoridades político-administrativas já que um dos objectivos que se pretendia atingir com esta medida era a destruição "final" dos regulados, devendo aquela delimitação ser de forma a assegurar este objectivo através do completo romper das possíveis coincidências entre umas e outros.

Uma questão que se pode levantar quanto a esta articulação com o Aparelho de Estado é a de saber se apesar da não existência de ligação hierárquica formal, tal ligação existe informalmente e como, através de que mecanismos, se exerce.

No ponto seguinte tentaremos adiantar alguns elementos em relação a este aspecto.

#### IX.2.4.2 - Questões de exercício do poder nas AC

Uma das preocupações centrais do nosso estudo tem sido o de procurar determinar qual o tipo de articulação entre o "complexo político-administrativo" e os camponeses de Moçambique. Também aqui será essa a nossa preocupação central.

A generalização subjacente à designação 'camponeses' parece-nos ser aqui possível --- apesar de reconhecermos a existência no seu seio de vários estratos sociais --- se atendermos ao facto de que a grande maioria dos que vivem em AC pertencer ao grupo dos que, vivendo numa situação de quase reprodução simples, se encontram em níveis de rendimento e em situação social que os aproxima muito uns dos outros. As maiores diferenças sociais verificam-se entre camponeses que vivem normalmente fora das AC.

A pertinência desta investigação em relação a este ponto de poder político nas AC torna-se ainda mais evidente quando recordamos que, a propósito dos Grupos Dinamizadores, se dizia na 1ª RNAC que eles são

"...o órgão colectivo de direcção social que enquadra e organiza os aldeões na prática da vida e produção colectiva com vista à liquidação dos velhos valores da sociedade tradicional-feudal e colonial-capitalista e à implantação de novas relações sociais nas zonas rurais." [sublinhado meu - AS]

Parecem, portanto, restar poucas dúvidas quanto ao verdadeiro objectivo que o "complexo político-administrativo" se propõe usando como instrumento para tal, entre outros, os Grupos Dinamizadores: a "liquidação", a destruição "dos velhos valores da sociedade" camponesa tal como ela emergia no momento da independência da RPM.

O processo real a que vamos assistir é, portanto, o resultado da luta entre o poder estabelecido e as estruturas tradicionais de poder político-social.

Nesta luta a acção vai competir ao poder estabelecido enquanto que a re-acção, a resistência mais ou menos passiva --- ela passou a ser "menos passiva" quando se desencadearam os ataques da RENAMO --- como é tradicional em África, vai ser das formas tradicionais.

Porém, o "complexo político-burocrático" controlado pelas estruturas centrais parte de uma posição de relativa fraqueza que lhe advém de

i) ser poder, um poder que sucedeu historicamente a um poder colonial que encontrara várias formas para controlar a força de trabalho camponesa. Desta situação de "herdeiro" de um poder colonial com aquelas características resultou uma incapacidade de recorrer a certas formas historicamente experimentadas de controlo político e económico da sociedade rural;

ii) ser um aparelho quer quantitativa quer qualitativamente fraco, incapaz de exercer um efectivo controlo sobre a globalidade da formação socio-económica moçambicana (122).

122. Estas fraquezas são percebidas pelas estruturas centrais mas, quanto a nós, não se repercutiram na formulação da estratégia de desenvolvimento e transição socialista mas tão só, parcelarmente, na tática adoptada. É esse, de facto, o significado da opção por machambas estatais de grande dimensão (à escala africana mas não só) prolongando a "economia de plantação" do período colonial e da opção por uma elevada concentração de poderes, ao nível distrital, nos administradores.

iii) ter de utilizar "estruturas de direcção (...) [das Aldeias Comuns] e estruturas de direcção aos restantes níveis, em particular da área distrital" que não têm "conseguido encontrar as atitudes políticas mais adequadas para assumir a sua tarefa" uma vez que os elementos que as constituem ainda transportam consigo o peso da influência das sociedades tradicional e colonial-capitalista. Estas influências traduzem-se na manutenção de "determinadas práticas que contrariam o processo revolucionário e que muitas vezes sofrem alterações formais sem que, no entanto, se tenha transformado a atitude mental que lhes está subjacente, ou seja, o seu conteúdo" (123).

O processo real a que vamos assistir vai ser o resultado da procura do fortalecimento, da afirmação de um espaço próprio alargado no quadro dos vários poderes presentes na sociedade, por parte do "complexo político-administrativo" e da sua relação dialéctica com os outros poderes e contrapoderes.

O domínio onde esta relação deve ser estudada em primeiro lugar é o da produção já que é nela, no seu controlo e no controlo das forças produtivas, que se definem as classes.

Ora a realidade a que assistimos no mundo rural na RPM é relativamente diferenciada. Vejamos o que se passa ao nível das diversas formas principais de organização da produção:

#### 1 - Produção familiar

Nesta forma de organização as forças de produção --- os meios de produção e os camponeses --- estão totalmente sob o controlo dos camponeses, sendo o nível de domínio directo do Estado sobre eles muito reduzido. Isto deve-se

123. Vd. I. ENAC, Doc. 1.3/1. ENAC/80 'Questões sociais e culturais' pp 41.

- i) por um lado, ao facto de a terra disponível ser abundante na maior parte do país e, por isso, ser fácil o acesso a ela dos camponeses ao mesmo tempo que ao Estado lhe é quase impossível exercer o controlo sobre ela; e
- ii) por outro, ao facto de os instrumentos de produção serem de uma tecnologia muito simples e de aquisição e manutenção (em circunstâncias normais) ao alcance dos camponeses.

É em boa parte devido à extrema dificuldade que o Estado sente em controlar uma economia e uma sociedade baseadas nesta forma de produção familiar --- deduzindo daí uma incapacidade 'natural' para ela se transformar e/ou desenvolver (leia-se "modernizar") --- que o "complexo político-administrativo" procurou destruir tal tipo de economia e de sociedade não lhe dedicando nenhuma parcela significativa do esforço económico-financeiro. Assim se procurava empurrá-la para formas de organização em que tal controlo fosse mais fácil como são a produção cooperativa e a produção em machambas estatais.

Por sua vez, o campesinato embora sujeito aos ataques do "complexo político-administrativo" procurou preservar ao máximo a autonomia face ao Estado que lhe advém do controlo da terra, dos instrumentos de trabalho e da sua própria força de trabalho. Daí a relutância que muitos opõem à sua inserção em AC, a manutenção do controlo das antigas machambas familiares e a nítida opção de um maior investimento de trabalho nestas e nas que lhes são demarcadas na área da AC em detrimento da produção cooperativa.

## 2 - Produção cooperativa

É nesta forma de organização da produção que, dado o seu fundamento ideológico de auto-organização e auto-gestão camponesa, será mais interessante verificar que tipo de relações se estabelecem entre os

camponeses e o "complexo político-administrativo". Relembremos que este, pelo menos no seu discurso, defende esta forma de organização como a que mais interessa desenvolver de modo a tornar-se dominante no campo.

Dado o seu carácter colectivo, até socialista, ponto importante para determinar as relações de poder entre os camponeses e o "complexo político-administrativo" no seu seio é o de saber quem controla o processo de planificação da produção e a produção em si mesma.

Quanto ao primeiro, toda a informação disponível, incluindo o nosso próprio trabalho de campo, aponta para o seu controlo efectivo por parte das estruturas do "complexo político-administrativo", nomeadamente as estruturas administrativas provinciais, distritais e locais ligadas à agricultura (DPA e DDA).

Poderíamos apresentar inúmeros exemplos de que assim é. Assim, das entrevistas por mim efectuadas aos camponeses quer na área de Sabié/Moamba/Maputo quer na região de Namialo/Meconta/Nampula decorre que a grande maioria deles, incluindo alguns "responsáveis", desconhece completamente quer quanto se produziu em anos anteriores quer qual o plano de produção para o ano agrícola em curso. A resposta quase invariável que se obtinha quando se faziam perguntas sobre este tema era a de que "O Distrito [leia-se a "Direcção Distrital de Agricultura" (DDA) - A.S.] é que sabe". Este desconhecimento dos camponeses em relação a elementos tão importantes é sinónimo evidente do divórcio entre estes e a produção colectiva, por um lado, e entre eles e o "aparelho político-administrativo", por outro.

Por outro lado e confirmando o que fica dito, das entrevistas feitas a funcionários de organismos estatais ligados à agricultura naquelas duas regiões referidas, resulta igualmente claro que são eles que, procurando interpretar as orientações superiores, definem o plano de produção das cooperativas sem interferência significativa nem dos camponeses nem das estruturas aldeãs. Desta forma de actuar resulta que existe normalmente um grande desfasamento entre os dados históricos da produção das cooperativas (sejam de AC ou não) e os planos definidos, havendo uma sistemática sobrevalorização destes em relação àqueles.

Refira-se também que a comparação entre os números das áreas planeadas e as efectivamente semeadas e/ou colhidas permite constatar um fosso significativo entre elas, resultado de um planeamento burocratizado que é feito sem ouvir os camponeses e sem determinar quais são as suas reais capacidades e disponibilidades para o trabalho colectivo (124).

No que diz respeito ao controlo efectivo do processo e dos resultados da produção da cooperativa a situação é mais complexa. De facto, a produção agrícola é decomponível em várias fases: lavragem, gradagem, sementeira, tratamento da terra ao longo do período de produção e colheita e, numa perspectiva mais alargada, fornecimento de inputs e escoamento da produção. Ora o que se verifica é que o poder relativo do "complexo político-administrativo" e dos camponeses é variável de fase para fase.

Assim, dada a opção pela cultura extensiva --- só possível recorrendo a meios técnicos estranhos à economia camponesa como são os tractores ---, o controlo de fases como a derruba, a lavragem e a gradagem é relativamente fácil para aquele "complexo" já que é ele que detem, quer através da MECANAGRO quer das machambas estatais, aqueles meios técnicos. Isto manifesta-se na facilidade em encontrar situações em que a área preparada para a agricultura está significativamente perto da área planificada ---- duas "fases" mais controladas pelos serviços administrativos do que pelos camponeses --- mas que está muito acima da área que era efectivamente agricultada (semeada, tratada e colhida).

Esta última está, de facto, sujeita a um controlo maior por parte dos camponeses do que do "aparelho administrativo" embora este se esforce por, através de pressões de vária ordem --- nomeadamente a pressão política ---, controlar ele próprio estas fases da produção agrícola que escapam à sua influência mais directa. É esse, afinal, o significado que tem a actividade de um conjunto de funcionários que, na tradição dos "enquadradores" da plantação algodoeira --- que continuam a existir ---,

124. Dados estatísticos sobre este fenómeno são publicados em anexo.

procuram incentivar e controlar o trabalho nas fases referidas através da palavra de ordem de que "é preciso cumprir o plano!" porque senão "lá em baixo, em Maputo, não gostam de nós".

Por fim, quer as fases de fornecimento de inputs quer a de escoamento de certos outputs são objecto de uma "apropriação" por parte do aparelho político-administrativo que lhe advem do controlo que exerce sobre a importação, a exportação e o comércio por grosso --- além de que era ele, também, que detinha uma maior disponibilidade de meios de transporte e de armazenagem. Assim, através do monopólio do comércio de importação e distribuição interna dos inputs necessários à produção agrícola de grande e média dimensão --- já que a produção de pequenas dimensões, familiar, usa uma muito pequena quantidade de inputs importados ou produzidos na cidade ---, o aparelho de Estado detem o controlo de um dos elementos principais do controlo da produção, dos custos de produção e do excedente económico produzido pelo sector.

Por outro lado, através da obrigatoriedade legal de as cooperativas venderem os seus produtos às estruturas estatais apropriadas --- as quais fixam os preços ---, estas dispõem de outro elemento fundamental de controlo do excedente deste sector.

Estamos, portanto, perante uma situação complexa em que a combinação do poder relativo de camponeses e Estado é variável de fase para fase do processo de produção.

Se parte das "condições de produção" e do "escoamento da produção" --- logo, do excedente económico --- está sujeito a uma forte intervenção estatal e conseqüente controlo, já a produção 'tout-courr' e as decisões finais de compra e de venda dos inputs e da produção estão sob a alçada quase total dos camponeses (125). Estes ficam, assim, com a possibilidade (126) de entrarem ou saírem do mercado oficial sempre que

125. Em relação aos inputs esta afirmação deve ser vista com algumas restrições já que, por vezes e no quadro do seu controlo sobre o processo de planeamento, as autoridades distritais de agricultura fazem chegar às cooperativas --- quantas vezes fora de prazo --- produtos que os camponeses não encomendaram, que terão dificuldade em devolver se neles não estiverem interessados e que, assim, acabam por utilizar e ... pagar.

126. Trata-se apenas de uma possibilidade que nem sempre é concretizada.

as condições de produção não lhes trouxeram proveito. É o que muitos têm feito, quer a nível das cooperativas --- reduzindo a sua participação no trabalho colectivo --- quer a nível da produção familiar --- retirando-se gradualmente daquele mercado.

Esta fuga ao mercado oficial não significa, no entanto, fuga nem ao mercado 'tout court' nem à troca. Por isso durante todo o período em análise e apesar das perseguições policiais aumentou significativamente a 'candonga' e a troca directa dos mais variados produtos já que o mercado (monetário) controlado pelas estruturas político-administrativas joga permanentemente em prejuízo do camponês --- ao qual fornece papel papel-moeda pouco útil para adquirir os bens que ele precisa mas que não existem no mercado oficial. A moeda, deixando de desempenhar a sua função de troca e de equivalente de valor, deixa de ter utilidade e toda a gente se queria ver livre dela.

### 3 - Produção estatizada

Poder-se-á dizer, à primeira vista, que nesta forma de organização colectiva da produção o controlo pertence, em última análise, ao Estado, ao "complexo político-administrativo".

De facto assim é mas não podemos esquecer dois pontos que devem ser referidos:

i) se o controlo desta forma é, inegavelmente, quase totalmente daquele 'complexo', os camponeses não deixam de impôr certos limites a esse poder e à capacidade de ele se traduzir num controlo absoluto sobre todas as circunstâncias, todas as fases, da produção. Esses limites resultam principalmente da necessidade de as empresas agrícolas estatais disporem quer permanente quer sazonalmente de importantes volumes de mão de obra para a produção agrícola --- principalmente para as sementeiras e para as colheitas.

Ora como existe um conflito na aplicação de tempo de trabalho entre o trabalho assalariado e o trabalho na machamba familiar nas referidas épocas de sementeira e de colheita, as machambas estatais têm que actuar de modo a poderem dispôr, quando necessitam, da mão-de-obra indispensável para as operações culturais. Isto nem sempre é fácil e exige uma articulação entre poder político-administrativo e poder camponês sob o risco de estes não fornecerem o trabalho necessário ao bom rendimento da empresa. Houve casos em que a necessidade de as machambas estatais assegurarem a mão-de-obra que lhes era necessária em determinadas épocas exigiu, inclusivé, diligências junto de membros das estruturas de poder da sociedade 'tradicional' (127) .

- ii) a articulação entre machamba estatal e Aldeia Comunal que resulta da concepção destas exige que aquelas sejam colocadas sob a alçada destas já que são uma das suas bases produtivas colectivas. Ora na realidade o que se passa é exactamente o inverso, com as AC a não terem qualquer papel no controlo das machambas estatais e, pelo contrário, a serem estas a condicionarem significativamente as AC da sua área de influência de tal forma que estas se convertem por vezes em autênticos dormitórios de trabalhadores daquelas, na tradição das plantações coloniais que recorriam a este método para fixarem na sua área de influência a mão-de-obra de que necessitavam para as suas actividades.

A relação entre os poderes do "complexo político-administrativo" e os poderes camponeses que se estabelecem no domínio da produção repercute-se inevitavelmente noutros domínios.

Assim, a relação de grande autonomia camponesa que resulta da análise da produção vai-se transpôr para os domínios político e ideológico. Em espaço próprio já abordámos a questão ao nível do ideológico. Vejamos aqui alguns elementos sobre o nível político.

127. Informação oral de Fernando Jorge Cardoso. Agradecemos-lhe o ter-nos facultado esta informação.

Um primeiro ponto a salientar é o da pobreza da literatura sobre este ponto. Esta pobreza é, afinal, o reflexo da pobreza da própria investigação sobre o tema (128). Daí a dificuldade de se tirarem conclusões mais ou menos definitivas já que a nossa investigação sobre o tema se restringiu à consulta da literatura existente (que só marginalmente toca o assunto) e às nossas próprias (limitadas) observações.

Retomando as questões colocadas no início deste ponto, a questão central a responder é se ao aparente grande desenvolvimento do poder popular (129) corresponde um real desenvolvimento desse poder. Ou, o que é quase o mesmo, se a inexistência de uma ligação hierárquica formal da AC com o Aparelho de Estado (enquanto aparelho administrativo) é ou não "substituída" por uma ligação informal de facto que altera completamente a relação de forças entre a AC e aquele aparelho.

A vigente concepção centralizadora do poder (130), a experiência de vida militar de muitos membros das estruturas, a concepção, tão própria da sociedade tradicional, de que o poder dos homens se mede pelo número de outros homens que se tem sob o seu controlo, a dificuldade em, devido aos problemas de comunicações entre as diversas partes do país, se estabelecer uma comunicação fácil com os órgãos centrais, a indefinição dos poderes das estruturas de direcção das AC e da sua articulação com os órgãos superiores, enfim, a luta pela definição de um espaço próprio de exercício do poder pelo 'complexo político-burocrático' e de, através dele, este 'complexo' se constituir numa classe autónoma, tudo isto, enfim, contribuiu para que os mecanismos de democracia de baixo para cima fossem sendo "abafados" pela transmissão de orientações --- entendidas (quase) sempre como ordens --- de cima para baixo.

128. O que, por sua vez, é um dos frutos da visão extremamente idealizadora que o 'complexo político-burocrático', se faz da realidade moçambicana

129. Que advença de facto de todas as estruturas aldeãs serem ocupadas pelos próprios aldeões e por eles eleitos ainda que com uma ou outra, embora muito importante, restrição.

130. Que como vimos nos capítulos anteriores deve muito quer às concepções de organização partidária do tipo 'centralismo democrático' quer à herança do Estado autoritário do período colonial.

A opção do "complexo político-administrativo" de basear a promoção dos valores da "sociedade nova" na mobilização política dos camponeses deixou a porta aberta para, face às deficiências de preparação das estruturas intermédias e inferiores da hierarquia, a pouco convincente "conversão" súbita aos valores defendidos pela FRELIMO --- aí estão as Campanhas de Estruturação do Partido e Organizacional a demonstrá-lo --- de muitos dos quadros das diversas estruturas e a apetência para a constituição em classe por parte dessas estruturas, se assistir não a uma verdadeira mobilização mas sim à transmissão de orientações que eram percebidas pelas estruturas inferiores como autênticas ordens vindas de cima que era necessário fazer cumprir nas bases, i.e., pelos camponeses:

" [C.G.]: - Então v. pediu a Ualala [um chefe de linhagem do distrito de Namapa/Nampula - A.S.] e aos seus dependentes (...) para virem construir a sua casa [na aldeia comunal]?"

I.M. [ex-secretário de AC]: - É verdade. Foi isso mesmo. Eu disse que todos, o cabo, o régulo, o sobrinho do régulo (131), todos tinham de ir viver na aldeia. Era a ordem do sr. Governador." (132)

Este tipo de funcionamento do aparelho político administrativo é de alguma forma inerente à sua própria natureza mas surgiu em Moçambique, tal como em África de uma maneira geral, associada ao estabelecimento das condições da manutenção e da promoção dos vários escalões de membros do 'complexo' na estrutura do poder --- afinal e apesar de tudo, a estrutura político-social que em África aparece como sendo uma das mais estáveis e capaz de assegurar uma melhoria estável do nível e do padrão de vida dos seus membros.

Neste sentido, são conhecidos os esforços desencadeados pelos administradores das Localidades e dos Distritos para promoverem a concentração das populações em AC, "medida" do seu êxito nas funções e chave para um

131. Recorde-se que sendo a sociedade macua de natureza matrilinear, o sobrinho do régulo era o seu potencial sucessor. Daí a sua importância e a referência que lhe é feita.

132. Vd GEFFRAY, Christian [referido no diálogo como C.G.] *Erati en Guerre*, Christian Geffray, Agosto/1989, pg.19.

"salto" na hierarquia. É, também, conhecido o papel que, p.ex., as Direcções Distritais de Agricultura desempenharam na planificação, por elas próprias, da produção agrícola das cooperativas (de AC ou não) sem que existisse um verdadeiro trabalho de auscultação e ponderação das capacidades camponesas. É, ainda, igualmente conhecido o papel --- já referido noutra local --- que as estruturas mais diversas atribuem ao Plano como entidade mítica que há que cumprir para que "lá em Maputo fiquem contentes connosco" (133).

A esta estratégia do "complexo político-administrativo" responderam os camponeses com estratégias --- como a da dupla residência e da manutenção das antigas machambas familiares --- que procuram diminuir o nível de dependência face ao poder político que, de facto, não controlam e que lhes é, por isso, exterior.

Duas das questões que se levantam a este propósito são, por um lado, a da articulação triangular "responsáveis aldeões/camponeses/estruturas político-administrativas" e, por outro, a da articulação entre o novo poder e o poder tradicional. Estas questões interligam-se dado que são os responsáveis aldeões que, na prática e na maior parte das vezes, se defrontam directamente com as estruturas do poder tradicional --- quando, apesar dos esforços da Frelimo para o evitar, não fazem, directa ou indirectamente, parte delas.

Foi Christian GEEFRAY quem, em vários estudos sobre a região do Erati/Nampula (134), foi mais longe no estudo destas articulações. As suas investigações, de que as primeiras remontam a 1984 --- i.e., quase no final do período por nós analisado ---, permitiram fazer luz sobre um vector até então quase integralmente desconhecido (135).

133. Expressão que sintetiza bem o que foi dito e que foi muitas vezes ouvida por mim a um responsável pelo contacto com os camponeses produtores de algodão numa empresa estatal algodoeira

134. Para a identificação dos vários textos deste autor, remetamos o leitor para a bibliografia geral desta dissertação.

135. A este desconhecimento não é estranho a atitude genericamente anti-anthropologia que até então reinara no país e, particularmente, na sua principal estrutura de investigação na área das ciências sociais, o Centro de Estudos Africanos. A principal responsável por tal atitude foi a sua directora científica, Ruth First, a qual se tinha oposto, já em 1977, a que antropólogos incluíssem o quadro de investigadores do Centro.

Um problema, porém, se levanta quanto à sua utilização aqui: referentes apenas a uma região do país e, no essencial, levada a cabo depois de um processo de aldealização forçada das populações por imposição do exército moçambicano no quadro da tentativa de controlo da acção da RENAMO na região, não há informações de igual valia científica que permitam, sem restrições, generalizar as suas conclusões quer ao conjunto do país quer ao período anterior.

O facto de a investigação ter recaído principalmente num período após a concentração forçada das populações é fundamental porque determinante, em boa parte, dos seus resultados. De facto, o próprio autor reconhece que, ao contrário do que ele conclui para o período analisado,

"antes de Março de 1984 [época em que foi levada a cabo a aldealização forçada - A.S.], o processo de edificação das aldeias comunais não tinha posto seriamente em causa o sistema agrário, pois a grande maioria dos camponeses que formalmente pertenciam a uma aldeia comunal continuavam a viver e a produzir nos territórios dos MI-TTETHETHE de origem." (136)

Se a sua conclusão principal é a de que o processo de aldealização forçada foi o grande responsável pelo agravamento das desigualdades sociais em favor dos membros das estruturas do poder tradicional e pela ruptura do processo de reprodução do campesinato na região, outra das suas conclusões, que funciona como verdadeira 'pré-condição' para a produção de tais resultados, é a de que em várias das aldeias comunais da zona as estruturas de poder político e económico implementadas sob orientação da FRELIMO e do Estado foram, pelo menos após os primeiros anos de independência e de 'abaixo' (137), tomadas por representantes do poder 'tradicional', designadamente os chefes de segmento (os HUMU-chefes de segmento) e de sub-segmento de linhagem (os MI-JEIO). É isto que se deduz da sua descrição da história das quatro aldeias estudadas.

136. Vê GEFPRAY, Christian e PEDERSEN, Noções Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no Distrito do Brati: processo de socialização do campo e diferenciação social, policia, Maputo, Março de 1985, pg 32.

137. Vê adiante o significado deste termo.

Destas, a mais antiga, cuja história remonta ao tempo do governo de transição, é aquela em que esta 'regra' está sujeita a restrições (138) já que o primeiro grupo a ocupá-la era proveniente de vários MI-TTETTTE. Por isso o problema da articulação com as estruturas tradicionais de poder da região não se colocou da mesma forma, tendo alguns 'militantes' (139) ocupado posições de relevo nas estruturas internas da aldeia.

A verdade, porém, é que a inclusão na aldeia, no ano seguinte à sua constituição, de um grupo proveniente do MU-TTETTTE onde a aldeia se instalou, deu origem ao aparecimento de um conflito --- que perdurava ainda na época em que foi feita a investigação de campo --- entre o grupo inicial e o segundo grupo em que é nítida a influência da problemática da articulação entre as novas estruturas de poder e as do poder tradicional. Disso é exemplo nítido o facto de, nas eleições de 1977 para a Assembleia Popular da aldeia, a grande maioria dos eleitos pela população serem ou MA-HUMU (chefes de linhagem) ou MI-JEIO (chefes de segmento), isto é, notáveis linhageiros (140), o que levou a administração do Distrito a anular as eleições e a proibir a eleição daqueles elementos das estruturas do poder tradicional.

A esta atitude das autoridades político-administrativas responderam os camponeses com a eleição de "pessoas analfabetas, reservadas, não sabendo como se expressar, 'que não iam chatear ninguém'" numa manifesta atitude de "esterelizar, no embrião, a nova instituição" (141).

Uma descrição mais viva do que se passou em algumas AC desta região no campo desta articulação entre poder 'tradicional' e novo poder e das suas consequências no domínio político e social é feita por uma entrevistada

-----  
138. Estas restrições devem ser entendidas no mesmo sentido que em inglês se diz que uma certa afirmação deve ser 'qualified'.

139. Os autores referem-se a este grupo como sendo constituído por elementos não comprometidos com as estruturas de poder da região por não serem delas originários e por terem uma forte motivação política, seguindo as teses da PRELINO.

140. Vd op. cit., pg 15

141. Vd Ibidem

de GEFFRAY --- uma deã de uma linhagem nobre ou, na designação usual dos portugueses no período colonial, uma rainha --- em trabalho publicado em meados de 1989:

"Esta guerra [a que decorre das acções da RENAMO - AS] que nos aflige hoje foi provocada pelos 'abaixo' (142). Não podíamos fazer nada: não podíamos [praticar os ritos] e não podíamos ir a nenhum lugar de culto dos nossos antepassados porque tínhamos medo. Quando nos surpreendiam a [praticar os cultos] éramos presos.

Foi por isso que deixámos de [praticar os ritos]; para deixar os patrões (a FRELIMO) fazerem o que queriam, para deixar os *akunha* (143) fazer o que eles queriam." (144)

A entrevistada situa nesta prática da proibição da prática dos cultos rituais tradicionais a origem do contencioso entre as autoridades da Frente e os representantes do poder tradicional e responsável pela passagem para o campo da RENAMO de alguns dos membros deste poder.

Como salientámos, não dispomos de informações válidas sobre o que neste domínio se passou no resto do país mas admitimos como hipótese de trabalho que, no que concerne às formas de articulação das estruturas de poder tradicional com a nova organização político-social e de produção, o que se passava naquela época na maior parte das zonas rurais de Moçambique não divergia suficientemente (145) das descrições e análises daquele autor ao ponto de pôr em causa a extensão ao resto do país das suas análises e conclusões.

142. Segundo nota do próprio Geffray, a entrevistada refere-se aqui às expressões do tipo 'Abaixo o imperialismo! Abaixo o feudalismo! Abaixo o obscurantismo!' com que os representantes da FRELIMO sempre terminavam as suas intervenções junto das populações.

143. Nota do próprio GEFFRAY: "Akunha significa literalmente 'branco' (a cor) e designava anteriormente os europeus. Por extensão, o termo designa hoje toda a pessoa bem vestida, rica, ou provida de uma autoridade estranha à sociedade local, qualquer que seja a cor da sua pele. Trata-se aqui das novas autoridades políticas da FRELIMO.

144. Vd. GEFFRAY, Christian Erafi em guerra, relatório efectuado no quadro do Ministério da Cultura [de Moçambique], C. Geffray, Agosto 1989, pp 7-8.

145. Salvo as necessárias adaptações resultantes das diferenças entre a organização matrilinear do Norte do país em contraposição à organização patrilinear do Sul.

Estamos, no entanto, atentos aos limites com que, particularmente em África, se devem olhar as generalizações e aos que resultam de a maioria das Aldeias surgidas no período por nós analisado terem, tendencialmente, uma história mais próxima da da aldeia mais antiga por eles estudada (146): numa primeira fase tal poder foi exercido principalmente por 'militantes' --- até porque as autoridades 'tradicionais' assumiram uma atitude defensiva face à onda de 'abaixo' dos primeiros anos pós-independência --- e só mais tarde é que os representantes do poder 'trdicional' começaram a surgir mais frontalmente nos órgãos das AC.

Por tudo quanto fica dito, o que se disser deve ser entendido como tendo um carácter provisório, 'tentativo', não definitivo.

Naquela articulação triangular o elemento aparentemente mais forte é, sem dúvida, o "complexo político-administrativo". Este, servindo-se do facto de ser poder (147) e de haver condições (já identificadas atrás) para uma larga intervenção na vida camponesa, exerce uma forte pressão sobre os camponeses tentando, ao impôr-se-lhes, reduzir simultaneamente o seu grau de autonomia.

Não podendo estar presente em todos os locais, o "complexo" vai actuar não só directamente mas também através do grupo dos "responsáveis".

Estes não se encontram em condições para levar tão longe quanto o desejaria o "complexo" a sua função de destruição da "sociedade tradicional-feudal e colonial-capitalista". Isto deve-se quer ao facto de não fazerem parte do corpo administrativo e de não deterem, por isso, qualquer poder real significativo quer ao facto de serem eles mesmos camponeses, com os seus interesses próprios que estão por vezes em contradição com os que lhes compete defender enquanto responsáveis/representantes do poder e da ideologia do poder de Estado.

146. I.e., terem uma história em que foi importante o papel desempenhado por 'militantes' como os referidos atrás.

147. Poder que surge aos olhos dos demais agentes sociais como libertador do domínio colonial, ainda por cima.

Neste domínio recorde-se, p.ex., a sua inserção no complexo de relações típicas da sociedade tradicional tão bem exemplificado por GEFFRAY e PEDERSEN quando referem a atitude de progressiva recusa dos "militantes" em participarem nas lutas sociais internas às comunidades rurais devido ao seu receio de serem vítimas de feitiçaria. O resultado, como salientam aqueles autores, foi o de que

"qualquer que tenha sido, nas (duas) aldeias em que este tipo de personalidades intervieram, a relação de força, esta evoluiu nitidamente e de forma durável, nestes últimos meses a favor das famílias e dos seus notáveis chefes de terra." (148)

Os autores referem-se explicitamente ao período posterior à aldealização forçada mas, porque acreditamos que fenómenos desse tipo não surgem de um momento para o outro, cremos ser possível afirmar que é possível entender esta conclusão ao conjunto do período que nos ocupa. Porém, temos consciência de que nos primeiros anos do processo de constituição de aldeias comuns o ambiente político-social era de forma a limitar significativamente a capacidade e a vontade das estruturas do poder tradicional em assumirem mais explicitamente o objectivo do controlo das estruturas nascentes sob a orientação da FRELIMO. Isto é, sem dúvida, razão para pensar que estamos perante um fenómeno com uma intensidade variável --- porque em crescendo --- ao longo do tempo.

A par destas funções face ao "complexo", os "responsáveis" são igualmente envolvidos pelos camponeses na sua estratégia de manutenção da sua autonomia face ao Estado e de, simultaneamente, retirar dele o máximo de benefícios sem em nada lhe retribuir ou, no máximo, retribuindo-lhe com o mínimo possível.

De facto, uma forma de os camponeses reduzirem aquela dependência é a de deixarem aos responsáveis a tarefa de manter as relações com o "aparelho". Reduzem, assim, os pontos de contacto com este deixando a um núcleo reduzido a responsabilidade de os assegurar. Assim se compreende o

148. Vd op. cit., pp 25.

crecente desinteresse pela participação nas reuniões colectivas promovidas pelos "responsáveis", ausência essa só desmentida quando surge a "ameaça" da presença do Administrador da Localidade ou de outra autoridade do aparelho político-administrativo.

Com excepção dos estudos de Geffray e Pedersen, o tipo de articulação entre o novo poder e o poder tradicional é matéria de investigação muito pouco estudada em Moçambique pelo que são difíceis as generalizações. No entanto, com base naquelas investigações parece-nos possível adiantar alguns elementos respeitantes a essa articulação.

Ao acabar com os regulados, o novo poder pretendeu não só acabar com um grupo social em que muitos dos seus elementos estavam comprometidos com a exploração colonial de que tinham beneficiado graças aos poderes administrativos que detinham mas igualmente eliminar todo o poder destes desenvolvido no quadro da sociedade tradicional. Porém, se o primeiro foi efectivamente eliminado e substituído parcialmente pelo do Administrador da Localidade, os restantes poderes dos régulos, os mais ligados à estrutura tradicional da sociedade, não desapareceram completamente. De facto, nem faria muito sentido que assim fosse já que, como temos verificado, muita daquela estrutura se mantém senão intacta, pelo menos fortemente presente na forma de organização da sociedade actual.

As investigações quer de GEEFRAY quer de ROESCH vieram confirmar que essas estruturas continuavam bem vivas no período em análise, ainda que agora os principais beneficiários fossem não os régulos mas sim os chefes de segmento e de sub-segmento das linhagens enquanto detentores do controlo da terra tradicionalmente ocupada pelos seus grupos familiares. Esta 'democratização' ou 'descentralização' do poder tradicional terá sido um dos resultados inesperados da acção da Frente.

Esta pautou-se por um comportamento que dá razão a GEEFRAY quando afirma que

"os agentes e especialistas 'desenvolvedores' do Estado não podem vêr as populações rurais como outra coisa que não uma colecção aritmética de individuos des-socializados fora da história; tudo deve passar-se no seu espírito como se os camponeses subsistissem

uns sem os outros, em total independência uns dos outros e tivessem, curiosamente, esperado pela FRELIMO para se organizarem socialmente." (149)

Quanto a nós, este comportamento denota ainda que, estranhamente, a concepção que está presente por detrás da acção dos agentes 'desenvolvedores' mas, principalmente, dos que delinearão a estratégia de transformação rural é de natureza dualista, onde se podem descortinar os traços essenciais das concepções já atrás identificadas em SZENTES (150) ou, até mesmo em MAO quando este se refere ao campesinato como sendo "um quadro em branco onde se pode escrever o mais lindo poema" [sublinhado meu - A.S.]. O marxismo e a análise dialéctica do processo histórico está (quase) totalmente ausente.

149. Vd GEFFRAY, C. Erati en guerra, op. cit., pg 48

150. Vd o Capítulo IV, página 16.

*IX.2.5 - As AC e a transformação das relações  
sociais no campo*

As AC são uma peça fundamental da estratégia de transformação das comunidades rurais da RPM assumindo-se como alternativa à organização social existente naquele meio no final do período colonial.

Assim sendo, a sua implementação vai ter impacto sobre o conjunto das relações sociais --- incluindo das de produção --- que caracterizam a sociedade rural de Moçambique. O objectivo deste ponto é explicitar a evolução verificada no domínio destas relações como fruto da política de aldealização prosseguida pelo complexo político-administrativo e da relação dialéctica desta com as estruturas existentes no início de tal política.

A análise das relações sociais que não as de produção vai ser limitada aqui à análise da relação social fundamental (a família) e, nesta, à das transformações principais e mais evidentes na sua estrutura --- dimensão humana e alteração relativa de poderes no seu seio.

O estudo do impacto da aldealização nas relações sociais de produção a fazer neste ponto terá por base fundamental quanto se disse em IX.2.4 sobre a organização económica das AC bem como o que resulta do estudo das transformações da organização da produção no meio rural da RPM.

Pretende-se aqui somente, explicitar qual o sentido fundamental da evolução verificada nas relações sociais de produção.

Por fim, abordar-se-ão alguns dos efeitos que o processo de constituição das AC pretendia ter e/ou teve sobre elementos do nível ideológico.

IX.2.5.1 - O processo de aldealização e a  
reestruturação da organização familiar

A constituição das AC não significa somente uma modificação profunda da forma de habitat do tipo disperso para o tipo concentrado. Ao fazer a organização do espaço habitacional da AC sob a forma de talhões e ao atribuir cada um destes ao chefe de talhão enquanto cabeça de casal da família nuclear, o "complexo político-administrativo" provocou deliberadamente a transformação da organização familiar tradicional, a família alargada.

A procura de uma tal situação está bem patente nas limitações impostas à distribuição de talhões dentro da AC: famílias poligâmicas que viviam num mesmo grupo de habitações viram-se desarticuladas com a separação das mulheres por bairros diferentes; filhos casados que residiam habitualmente com os ascendentes viram ser-lhes atribuídos talhões em zonas afastadas do talhão dos pais; etc.

Com estas medidas, o processo de desagregação da família alargada em famílias nucleares conheceu uma aceleração muito grande. Tal processo está ilustrado no seguinte quadro:

ATENÇÃO: o processador de texto utilizado remeteu automaticamente as notas de pé-de-página com número superior a 150 para o final do presente capítulo. Vd. pgs 698 e 699.

QUADRO IX-14: Dimensão média da família

| <u>Projecto CSP/1.80</u>         |                 |                 | <u>Aldeias de Gaza</u>           |                 |                 |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|-----------------|
| <u>Dimensão média da família</u> |                 |                 | <u>Dimensão média da família</u> |                 |                 |
|                                  | <u>habitat</u>  | <u>Aldeias</u>  |                                  | <u>habitat</u>  | <u>Aldeias</u>  |
|                                  | <u>disperso</u> | <u>Comunsis</u> |                                  | <u>disperso</u> | <u>Comunsis</u> |
| Cabo Delgado                     | 8,5             | 4,37            | AC 'Carlos Frestes'              | ±10             | 4-5             |
| Nampola                          | 4,8             | 4,38            | AC '1º de Maio'                  | ±11             | ±5 *            |
| TOTAL                            | 6,7             | 4,4             |                                  |                 |                 |

\* Nesta aldeia '1º de Maio', 100 famílias alargadas deram origem a 248 famílias nucleares

Elucidativos deste processo são também os números indicados por ROESCH (151) como sendo os das dimensões médias nos talhões das aldeias comuns no Baixo Limpopo e no habitat disperso. Naqueles, a dimensão era de 4,4 pessoas por talhão enquanto que neste excediam sempre os 10 indivíduos, chegando a ter mais de 35.

Este processo de desagregação da família alargada constitui uma mudança muito mais profunda, mais ampla e mais rápida que as introduzidas no quadro da articulação colonial entre o Estado e os camponeses.

De facto, o Estado colonial nunca procurou actuar frontalmente contra as formas de organização interna da sociedade rural moçambicana tradicional a não ser naquilo que ela colidia mais directamente com o seu poder político-administrativo. Ao procurar integrar os régulos no seu sistema político-administrativo o Estado colonial mostrou o seu interesse em manter-lhes o seu estatuto de privilégio face aos demais "indígenas". Foi ele que, ao permitir-lhes, nomeadamente, um certo grau de controlo sobre a força de

trabalho da população sob a sua alçada, lhes possibilitou retirar vantagens económicas por vezes não dispiciendas através, por exemplo, de contribuições em trabalho e, não poucas vezes, em dinheiro.

Por isso, se o Estado colonial 'atacou' --- i.e., procurou formas de o enquadrar em seu proveito --- o poder político desses chefes "integrando-os" no sistema colonial, procurou simultaneamente não afectar demasiado, pelo menos de uma forma directa, a restante organização social tradicional. Só assim se compreende que se tenha chegado ao momento da independência com a família alargada como base da organização social na grande maioria do país.

As excepções a esta regra localizavam-se só naquelas áreas onde, por influência indirecta da introdução da economia monetária, tal desagregação tinha já começado lentamente ainda no período colonial. O quadro anterior relativo à zona do CSP/1.80 é disso elucidativo: os distritos da Província de Nampula apresentam para o habitat disperso valores muito próximos dos do habitat concentrado em AC. Tal deve-se à maior penetração da economia (moderna) colonial --- cultivo de algodão mas também do tabaco, etc. --- nesta Província.

Também no Sul de Moçambique, na região próxima de Maputo e sob a influência desta proximidade, se assistia já no período colonial a um processo de desagregação familiar.

Portanto, o que de fundamental há a assinalar é que, com a independência e através da aldealização, este processo foi muito acelerado e generalizado (<sup>152</sup>) através de uma actuação directa e deliberada do "complexo político-administrativo" como o demonstram os dados para a província de Cabo Delgado.

Esta subdivisão da família alargada (cerca de 50% das famílias mudaram de chefe o que diz bem da dimensão da transformação verificada) fez-se através da atribuição de um talhão a cada filho casado ou mulher polígama. Estes passaram, então, a constituírem novos centros familiares gozando de uma maior autonomia face ao chefe da família alargada.

Isto veio a resultar num complexo de estratégias desenvolvidas pelos vários grupos sociais no sentido de preservar os direitos adquiridos no quadro da sociedade tradicional, uns, ou alargar os novos direitos alcançados no quadro da habitação na AC, outros.

Assim, vai-se assistir a uma transferência parcial de poderes dos pais para os filhos casados e dos maridos para as mulheres dos homens poligâmicos. Porém, ela não é feita sem fortes resistências do grupo dos que vêm o seu poder atingido (normalmente os mais velhos) que procuram, na medida do possível, manter o seu controlo último sobre as novas famílias nucleares criadas a partir da família alargada que por eles era controlada.

Esta confrontação de interesses em presença permite mais facilmente identificar os grupos que mais interesse têm no prosseguimento e na consolidação do processo de aldealização: os homens mais jovens, nomeadamente os homens casados que vêm assim alargar-se o seu estatuto social, e as mulheres, nomeadamente as mulheres dos polígamos (que vêm assim criado um certo espaço de autonomia face ao marido e às esposas mais velhas deste) mas também as mulheres em geral (quer porque a sua importância relativa na família nuclear cresce, quer porque, na ausência, muito frequente no Sul, do marido a trabalhar na cidade ou no "Joni", assume um papel de (quase) chefe de família nuclear).

Não admira, pois, que sejam estes grupos que se mostrem mais interessados na vida em Aldeia Comunal mesmo que não se interessem muito pelas actividades colectivas da mesma.

Mas, como se disse, estas transformações não se fazem sem resistências por parte dos mais velhos, que continuam a ter um papel importantíssimo no controlo da família alargada apesar desta estar agora espacialmente dispersa. Este controlo, de que uma das manifestações é a permanência do casamento com lobolo apesar da luta acesa que as estruturas político-administrativas lhe movem, continuou a verificar-se durante o período da análise.

É a luta pela sua manutenção que faz com que algumas aldeias não se tenham organizado em talhões apesar de eles terem sido marcados. É ainda ela que faz com que apesar das pressões em sentido contrário desenvolvidas

pelo "complexo político-administrativo", seja nítida na disposição espacial dos vários membros das famílias alargadas a preocupação em se disporem no terreno o mais próximo possível do seu chefe (153). É, por fim, ela ainda que faz com que os mais velhos continuem a ser quem controla as machambas da família junto do antigo local de residência, quem desempenha papel central no processo de aquisição de conhecimentos práticos vários e quem está no centro da ligação com os antepassados.

Por tudo isto

"Seria errado afirmar que a estrutura familiar tradicional e o seu funcionamento, assim como as suas implicações no comportamento social dos indivíduos, tenha deixado de existir a partir da nuclearização sofrida ao nível habitacional" [pois] "existem sintomas que deixam antever uma certa readaptação da família antiga às novas formas de habitação ao nível de persistência do poder dos mais velhos, controlo das mulheres e da riqueza". (154)

Esta readaptação às novas circunstâncias do habitat concentrado, esta permanência das estruturas organizativas da família alargada como elo de ligação entre as novas famílias nucleares é tornada possível e viável pela manutenção das estruturas económicas que lhe serviam de suporte. É verdade que a transferência para a AC obrigou à divisão da família alargada por diferentes espaços mas não conduziu, na maioria dos casos, ao abandono das antigas machambas familiares existentes antes da aldealização.

Assim se a base económica do funcionamento da família alargada se mantém, isto é,

"se a machamba familiar permanece idêntica na maioria dos casos, parece legítimo supor que a produção, a distribuição [e] o consumo permanecem [subordinadas] às mesmas leis de controlo por parte dos mais velhos. É o caso daquelas famílias que conseguiram reconstruir-se nos mesmos moldes da estrutura antiga". (155)

Esta luta entre tradição e modernidade não pode, no entanto deixar de se traduzir num conjunto de transformações que

"nem são descontínuas nem repentinas: (...) inserem-se num processo global integrador/desintegrador 'da terra e dos homens', da produção e da ideologia (...)". (156)

É esta integração-desintegração a que a grande maioria dos camponeses, mesmo os que se encontram instalados em AC, procura fugir através do desenvolvimento de um conjunto de estratégias várias.

Uma, a mais radical, é a pura e simples não participação no processo de aldealização, recusando-se a abandonar as suas terras, as suas árvores, os locais onde estão sepultados os seus antepassados. De facto, como entender de outro modo o facto de ao fim de 10 anos de intensa mobilização política, as AC de Moçambique não abrangerem, no final do período analisado, mais que uns escassos cerca de 15% da população rural? Como entender, ainda, o abandono de muitas AC por uma (ainda que pequena) parcela dos aldeões?

Outra estratégia é a manutenção de várias características das estruturas da família tradicional no seio da AC, algumas das quais já por nós foram salientadas.

Com reflexos principalmente no domínio económico (pressão sobre a afectação do tempo de trabalho, tendência à quebra da produção) mas também com consequências no domínio das relações sociais (instabilidade das relações derivadas da instabilidade da residência), saliente-se ainda uma outra estratégia: a da dupla residência, uma na AC e outra no antigo local de habitação.

Porém, apesar destas limitações, é manifesto que a aldealização trouxe consigo uma aceleração, uma intensificação das relações sociais entre os aldeões (157). Esta intensificação verificou-se fundamentalmente entre as mulheres, aquelas que estão mais tempo presentes na área da AC --- enquanto que uma boa parte dos homens passa muito do seu tempo fora da AC, nomeadamente devido ao trabalho assalariado ---, as que mais participam no trabalho colectivo, as que mais procuram o convívio em torno das instalações da cooperativa de consumo --- ao que ajuda a necessidade de periodicamente 'bichar' (i.e., ir para a bicha) a fim de obter alguns dos poucos produtos que por ela são distribuídos.

O mesmo sentimento de simpatia para com a vida nas AC é partilhado pelos jovens já que lhes confere uma maior possibilidade de obter educação e de reduzirem a pressão que sobre eles exerce a organização familiar 'tradicional' (158).

Por esta razão --- além de por outras --- se pode dizer que dois dos grupos sociais que mais terão visto modificar-se o seu modo de vida face ao que lhe proporcionava a sociedade tradicional foram os jovens e as mulheres.

Se estes foram os grupos que mais simpatia manifestavam pela vivência nas aldeias, os restantes aldeões também tinham uma simpatia, bem mais moderada, pela sua nova condição. Esta era (tendencialmente) directamente proporcional à maior ou menor facilidade que essa situação lhes dava de acederem a serviços de saúde e de educação para os filhos e inversamente proporcional à pressão que sobre eles era exercida para participarem nas actividades de produção colectiva e para cumprirem as normas do modelo de organização espacial da aldeia.

#### IX.2.5.2 - Transformação das relações sociais de produção

No campo das relações de produção e das suas alterações --- afinal o domínio em relação ao qual deve ser feito o fundamental da avaliação de um processo histórico que se apresenta como pretendendo assegurar a transformação das relações sociais vigentes em relações socialistas da forma como as definimos no início ---, a análise da situação deve ter em consideração as alterações que se deram no campo da organização da produção mas não deve esquecer o facto de que a simples transformação das relações de propriedade, ainda que importante, não é suficiente para tipificar o essencial das suas características e das eventuais transformações que tenham sofrido.

Quanto às relações de propriedade, o que de fundamental há a salientar é o facto de ao grande declínio do número de explorações de colonos e (ainda que em menor número) de empresas capitalistas do tipo plantação, sucedeu o aparecimento das empresas estatais de produção agrícola e o de um número significativo de cooperativas agrícolas (ou de machambas colectivas).

Quanto a estas últimas, de quanto foi dito é possível deduzir que --- e este é um aspecto sem dúvida importante mas apesar de tudo algo 'limitado' --- se é verdade que nelas não está presente a dimensão essencialmente capitalista da completa separação entre detentores e não-detentores dos meios de produção (159) e consequente exploração directa do trabalho dos camponeses por parte de um capitalista, a verdade é que a maioria deles também não tinha qualquer controlo sobre os meios e os planos da produção da cooperativa nem via esta como algo de importante na modificação da sua forma de vida e do seu lugar no processo social. Pelo contrário, não eram poucos os que viam o trabalho colectivo como uma espécie de tributo a pagar ao Partido/Estado numa forma que se aproximava das contribuições em trabalho prestadas aos régulos até ao final do período colonial.

Temos, pois, que quer devido à reduzida dimensão do movimento cooperativista quer às suas características, é possível afirmar que este não contribuiu, praticamente em nada, para a modificação das relações sociais de produção existentes no final do período colonial e sua transformação em relações de carácter socialista.

Quanto às machambas estatais o principal aspecto a salientar é o de que elas, independentemente de estarem ou não próximas de aldeias comunais (160), tinham um tipo de organização interna que as aproximava significativamente do modelo da empresa capitalista: uma organização hierárquica em cujo topo da pirâmide se situava o administrador da empresa (161) e em que a 'massa' que constituía a base tinha um estatuto em tudo semelhante ao dos assalariados nas empresas capitalistas, particularmente nas plantações.

A diferença fundamental entre estas empresas e as correspondentes empresas capitalistas estava, pois, apenas no titular do direito de propriedade e que detinha o poder fundamental de orientação da utilização dos meios de produção e da definição do que e como produzir; nas empresas estatais agrícolas estas tarefas estavam a cargo do "complexo político-burocrático". Era este que, devido ao grande peso que aquelas empresas tinham na economia do sector moderno de Moçambique e na economia do país em geral, detinha o essen-

cial do controlo destes com exclusão da intervenção dos outros grupos sociais, nomeadamente os camponeses, particularmente aqueles que desenvolviam um trabalho assalariado nestas empresas (162).

Estes só pontualmente eram chamados a pronunciar-se sobre a vida da empresa, quando se realizavam reuniões em que se debatia o plano de produção da mesma. No entanto, a tradicional falta de preparação dos camponeses constituía um limite importante da sua capacidade de intervenção no processo de planeamento da empresa pelo que ela não era suficientemente importante para pôr em causa o que se disse sobre a proximidade do estatuto dos trabalhadores rurais das empresas estatais com os que trabalhavam no sector privado.

Trabalhadores rurais e, de um modo geral, o sector 'tradicional' em que estavam envolvidos, surgiam, numa perspectiva que faz lembrar quer LEWIS quer SZENTES mas também uma boa parte da visão tradicional marxista sobre o campesinato, fundamentalmente como sujeitos económicos e sociais que a breve prazo deveriam desaparecer por inserção rápida no sector moderno da economia, por um lado, e sem uma organização económica, social e política actual que merecesse especial atenção.

#### IX.2.5.3 - O ataque à "formação ideológica" camponesa: acções e reacções

Uma formação social concreta é o produto da interacção de vários modos de organização social que se encontram presentes numa dada época histórica nessa formação social.

Por outro lado, considerando que cada um desses modos de organização social tem três níveis de estruturação --- o económico, o político e o ideológico ---, que existe uma estreita interligação entre eles e que qualquer actuação tendente a modificar, rápida ou lentamente, a forma concreta de articulação desses modos de organização traz consigo a alteração da

importância relativa da presença dos diversos níveis e, dentro destes, entre os elementos das diversas formas de organização social. Dir-se-á, portanto, que há uma modificação na vertical e também na horizontal.

Exemplifiquemos:

A 'modernização' de uma formação social como a 'tradicional' onde o nível ideológico desempenha um papel (quase que) determinante passa por uma diminuição da importância relativa daquele nível e por um aumento de peso do nível económico.

Por outro lado, a par daquela modificação do peso relativo dos vários níveis, verifica-se igualmente, no seio do próprio nível ideológico, uma redução da importância dos elementos 'tradicionalistas' e uma subida dos valores ideológicos 'modernos'.

Sendo o processo de aldealização, manifestamente, um processo de 'modernização', a sua promoção não pode deixar de trazer consequências no domínio do ideológico, tentando as formas 'modernas' destruir a ideologia 'tradicional'. Assumindo o "complexo político-administrativo" a defesa e o comando do processo de 'modernização' e sendo os camponeses, de uma maneira geral, os portadores e defensores dos valores 'tradicionalistas', a luta entre o moderno e o tradicional que a aldealização pressupõe torna-se numa luta entre grupos sociais bem diferenciados, portadores de interesses diferentes. Daí que não seja de estranhar que no quadro deste processo de transformação da sociedade se verifique um ataque à 'formação ideológica camponesa' por parte do "complexo político-administrativo" e que, as acções deste correspondam às reacções daquela.

Não cabe no quadro desta tese uma análise aprofundada desta luta ideológica mas é importante salientar alguns pontos de fricção entre tradição e modernidade, entre a ideologia 'moderna' e a ideologia 'tradicional'.

Fixemo-nos em questões como a prática do lobolo (corrente nas sociedades patrilineares do Sul de Moçambique), a feitiçaria (em que incluímos quer a feitiçaria contra presumíveis inimigos quer as práticas ligadas às condições ecológicas como são as cerimónias para pedir chuva) e a poligamia.

Tem sido uma constante da actuação das forças da 'modernidade' tentar acabar com o pagamento do lobolo.

Basta, porém, consultar um jornal diário da época ou alguns relatórios que abordam o assunto para verificar que o único casamento que continua a ser socialmente sancionado como válido continua a ser o que inclui o pagamento do lobolo.

Assim, nas AC, onde a presença do "complexo político-administrativo" é mais forte, o número de casamentos conhecidos oficialmente é relativamente reduzido enquanto que se continuam a praticar casamentos ao abrigo das leis da sociedade tradicional.

Outra das práticas da sociedade tradicional que se tem procurado limitar tem sido a feitiçaria e a dos rituais de chuva. A tentativa desta limitação chegou mesmo à proibição da sua realização, a qual se tem procurado assegurar nas Aldeias Comuns (163).

Também aqui, no entanto, os camponeses, principalmente os que têm uma função de líderes sociais no quadro da sociedade 'tradicional' como são os ex-régulos, os chefes da terra e, de uma maneira geral, os mais velhos, têm procurado estratégias que lhes permitam continuar as suas práticas tradicionais. Assim, tirando partido da dupla residência --- a da AC e a anterior --- têm mantido algumas das suas práticas de feitiçaria e de rituais (164).

Procuram, assim e numa manifesta atitude, tão humana, da procura da segurança da reprodução física e social assegurar uma ponte com o passado que permitiu às gerações anteriores sobreviverem e reduzir o grau de desestruturação da organização social 'tradicional' que a política de aldealização, se levada às últimas consequências, pressupõe. Ao mesmo tempo, no caso dos chefes, tais estratégias contribuem para continuar a assegurar uma certa liderança social que a nova organização social tende a pôr em causa.

Note-se que a prática e, principalmente, o medo de ser objecto de feitiçaria continua a desempenhar um papel extremamente importante no condicionamento do comportamento dos agentes sociais, mesmo o daqueles que, devido às suas ligações políticas e ideológicas --- os "militantes" afectos à FRELIMO ---, parece que estariam mais imunes a tal influência (165).

Também a poligamia tem sido objecto de acesa luta num quadro ideológico em que, como já salientámos por diversas vezes, é muito forte, não sem alguma admiração face a teses sociais tão progressistas como as do discurso da Frente, uma moral extremamente conservadora influenciada pelas concepções cristãs (166). Dessa luta é elemento importante a atribuição de um talhão autónomo ao do marido às 2ª e demais esposas em locais diferentes da AC. Procura-se assim reduzir a dependência das mulheres em relação ao marido polígamo e, com o afastamento assim provocado, tentar reduzir os elos de ligação existentes em tal tipo de casamento.

Embora se constate nalguns relatórios que esta prática de atribuição de um talhão distanciado às mulheres do polígamo tem provocado, de facto, a ruptura de vários matrimónios constituídos nesta base --- o que tem provocado um crescendo de "milandos" por causa das mulheres pelas quais havia sido pago lobolo ---, não se encontram elementos que permitam deduzir com precisão os contornos da evolução em curso.

É notório, porém, que a proliferação de litígios ("milandos") relacionados com quebras de casamentos polígamos (167) em AC significa que a prática fomentada pelas autoridades introduziu mais um elemento de instabilidade social.

Por outro lado, essa mesma proliferação de litígios significa que há resistência por parte dos homens atingidos face a tal prática e que, apesar de quanto se disse, os camponeses têm lutado por manter a antiga articulação caracterizada por tal tipo de casamento, 'dando a volta ao problema' aproveitando-se da distribuição de um talhão a cada mulher de polígamo para o integrar na economia global da família contribuindo, assim, para alargar a sua base económica.

Esta referência à luta contra a poligamia, dadas as raízes económicas destas, é um bom exemplo da articulação já conhecida entre os diversos níveis (o económico e o ideológico, neste caso).

Exemplo desta articulação é também a luta pela implementação do "princípio da vida colectiva", central em toda a luta pela transição para o socialismo e que levanta, mormente, a questão da "consciência social" dos indivíduos, da utilização de incentivos morais e/ou materiais, etc.

Elemento fundamental do princípio da vida colectiva em aldeia comunal é o da prestação de trabalho que vai ser investido nas formas colectivas "cooperativa de produção agrícola", "investimentos sociais", etc.

Isto é, parte importante do esforço físico individual de cada aldeão vai ser investido de forma a produzir um produto cuja apropriação, cujo controlo, não será exclusivamente seu mas sim, na melhor (?) das hipóteses, de um colectivo cujos traços de união entre as partes são não já os laços de sangue e a comunidade de antepassados como o era na sociedade tradicional mas tão somente a comunidade de habitação --- e por vezes nem isso, nos casos das cooperativas não pertencentes a AC. Na pior (?) das hipóteses tal poder será exercido efectivamente --- ou como tal será representado pelos camponeses --- pelo "complexo político-administrativo" que eles vêm como lhes sendo exterior.

Ora, uma das características da apropriação dos produtos e do controlo da sua utilização na sociedade camponesa anterior às alterações introduzidas com o novo regime era o da apropriação e controlo individual ou familiar do produto, ainda que este tivesse sido obtido através de um trabalho em que as formas (também elas colectivas mas com um estatuto completamente diferente) de ajuda mútua desempenhassem, por vezes, um papel importante e além disto, a sua utilização, i.e. o seu consumo, fosse igualmente alargado, por vezes, a segmentos do grupo dos aliados --- normalmente membros da família extensa --- com quem havia uma relação que obrigava à assistência mútua em caso de necessidade.

Com a aldealização e a promoção dos novos valores tudo se modifica.

Uma primeira modificação a referir é a da subversão completa do vector dimensão, do vector escala, de referência: do habitat disperso passa-se ao concentrado, com concentrações populacionais de, por vezes, vários milhares de habitantes o que coloca problemas de uma escala e de uma característica que a maioria das populações não está habituada a resolver.

Uma outra modificação fundamental que se introduz ao passar do habitat disperso para o concentrado com produção colectiva é que há um forte ataque à forma tradicional de organização social com base na pertença de cada

pessoa a um conjunto variado de grupos que têm por base de união entre os seus membros elementos diferentes; é assim que é possível distinguir o grupo residencial, as linhagens, os grupos de produção, os grupos de idade, etc. (168).

A constituição das AC pretende, no limite, destruir toda esta malha de grupos deversificados e substituí-los por um único: o da comunidade de residência que é, simultaneamente, o da comunidade de produção, distribuição e reprodução colectiva --- já que a reprodução individual continua a ser feita no quadro da família, mas agora família nuclear e não família alargada.

Ponto importante também a salientar é o relativo ao estatuto de autonomia do campesinato face ao Estado e seus Aparelhos, autonomia essa que se baseia na facilidade de acesso à terra e, devido à sua simplicidade, aos instrumentos de produção necessários para a trabalhar.

No período colonial, tal autonomia era confirmada, "ad contrarium", pela pressão que o Estado colonial se via obrigado a utilizar sobre os camponeses com o recurso a instrumentos como o trabalho forçado ("chibalo") e as culturas obrigatórias. No período pós-independência, à falta de instrumentos de pressão física, tal autonomia reflectiu-se, nomeadamente, numa fuga dos mercados oficiais.

Neste sentido e embora noutra contexto, a reintrodução de penas físicas (chicotadas) no quadro legal moçambicano, não é mais do que o sinal evidente da fraqueza (e não da força!) do Aparelho político-administrativo para controlar efectivamente o processo de transformação da RPM. O mesmo serve como comentário a acções do tipo 'Operação Produção' em que, sob o pretexto de diminuir os efeitos do fluxo campo-cidade sobre a cidade de Maputo, em 1984 se deslocaram para fora da capital --- e não só --- alguns milhares de indivíduos que foram colocados, na sua maioria, no Niassa ou noutros locais sem que existissem condições para os abrigar, alimentar condignamente e fornecer instrumentos de trabalho.

No quadro das AC, dado o enquadramento político-administrativo nelas existente, a pressão sobre os camponeses exercida por via da "mobilização política" torna-se maior e mais presente. Tal como em processos

históricos semelhantes, porém, tal mobilização tem efeitos limitados no tempo e, assim, já era possível no início de 1982 ouvir um "responsável" de uma AC da Província de Nampula dizer que "o povo já não vai com política" (169).

Para responder às actuações do "complexo político-administrativo" que visava aumentar o controlo sobre camadas cada vez mais largas da população, os camponeses "votaram com os pés" na defesa da sua autonomia quer abandonando definitivamente as AC (170) quer reduzindo ao mínimo a sua participação nas actividades colectivas como a construção de infraestruturas sociais e económicas, participação na produção colectiva, etc.

De qualquer forma terá interesse salientar aqui que a participação na produção colectiva é, principalmente no Sul mas também no resto do país, tarefa atribuída principalmente às mulheres na divisão de trabalho efectuado no seio da família. Ao homem, como antigamente, está reservada a procura de trabalho assalariado e por isso, não sendo o trabalho na cooperativa considerado como tal (171) a participação masculina é reduzida.

Por isso o trabalho colectivo é considerado como sendo de 2ª categoria, pouco mais que gratuito, mas sempre representado como trabalho assalariado mal pago e, por isso, deixado às mulheres que, assim, cumprem três funções no seio da divisão familiar do trabalho: asseguram a participação nas tarefas colectivas, vistas quantas vezes, qual imposto, como uma nova modalidade de trabalho na machamba do régulo ou como o trabalho forçado do tempo colonial; asseguram o direito à recepção de algum dinheiro suplementar quando a cooperativa distribui parte dos rendimentos; asseguram, através da permanência mais tempo na área da AC e da sua participação na cooperativa de produção e/ou na cooperativa de consumo, o acesso privilegiado aos bens comercializados através da cooperativa de consumo ou distribuídos pelo Estado a título de apoio em zonas atingidas por situações de ruptura ecológica (cheias, secas).

## IX.3 - Resumo e Conclusões

Ao abordarmos a problemática da constituição das aldeias comunais em Moçambique o nosso objectivo central foi o de, com uma das vertentes principais da política de transformação das sociedades rurais empreendida pelo 'complexo político-burocrático', ilustrar o processo de luta contra a organização 'tradicional' da sociedade que ele desencadeou desde a independência e o concomitante processo de reacção por parte do campesinato --- mormente do grupo social dirigente no quadro daquela organização 'tradicional' e quer para defesa dos seus interesses quer em representação dos da generalidade da sociedade rural afectada que foi na sua capacidade de reprodução física e social pela política de aldealização.

O longo percurso de análise do processo de constituição de aldeias comunais que agora concluímos levou-nos do estudo do conceito e suas origens até à análise do modelo de ordenação do espaço físico que foi prosseguido bem como da descrição do processo de aldealização à tentativa de compreensão dos mecanismos sociais que ele desencadeou e das suas consequências.

Desencadeado logo em 1975 e tentando tirar o máximo proveito do natural entusiasmo popular que acompanhou este acontecimento, o processo de aldealização assentou sobretudo na mobilização política das populações mas nunca conseguiu assumir a dimensão massiva que as autoridades moçambicanas visaram: a população total envolvida nunca chegou a ultrapassar os cerca de 18-20% a nível nacional, com níveis muito díspares entre as diversas províncias --- Cabo Delgado = ±90% e Zambézia = ±2%.

Na maior parte dos casos o processo caracterizou-se por uma enorme improvisação que levou a que muitos aspectos, nomeadamente os de carácter ecológico, que se colocam na passagem do habitat disperso para o habitat con-

centrado fossem subvalorizados --- o que a prazo constituiu um forte limite à capacidade de desenvolvimento autosuficiente e, mesmo, de sobrevivência física e social das populações envolvidas.

A preferência pela mobilização política é sinal quer da fraqueza dos recursos disponíveis para suportar tal processo --- fazer um discurso é fácil, colocar produtos para a troca ao alcance dos camponeses é que é mais difícil --- quer de uma concepção sobre a forma de vida dos camponeses eivada das teses dualistas pois via neles indivíduos com capacidade quer para aumentarem significativamente o seu tempo de trabalho quer para se reproduzirem física e socialmente sem grande dependência do resto da sociedade ou, pelo menos, mesmo em condições em que o acesso a um conjunto de bens de produção e de conforto era mais que limitado.

Enfim, parece-nos ter demonstrado que o objectivo central do processo era a liquidação da organização societal 'tradicional-feudal' nas suas várias dimensões económica, política e ideológica e que às acções do 'complexo político-burocrático' no sentido de prosseguir tal objectivo reagiram os camponeses, em geral, e os grupos sociais mais importantes da 'sociedade tradicional', em particular, através de estratégias várias que trouxeram como resultado uma transformação/adaptação do processo de aldealização de forma a reduzirem ao mínimo a sua dependência daquele 'complexo'.

Um dos efeitos desta combinação de acções e reacções e da degradação da situação económica no campo resultante da intervenção da África do Sul (172) foi, algo paradoxalmente, um reforço das estruturas do poder 'tradicional' que se queriam destruir, reforço esse a que não é estranho o facto de, na situação de crise criada em parte pelas deficiências do processo de aldealização, as populações recorrerem às autoridades tradicionais como forma de assegurarem os (re)equilíbrios societais e ecológicos.

Este facto parece remeter para a questão de saber se, como pretendia Goran Hyden no seu estudo sobre a Tanzânia do período do socialismo ujamaa, não será verdade que na relação entre o sector 'tradicional' e o sector moderno o determinante do resultado final da articulação entre os dois

modos de produção acaba por ser o modo 'pré'-capitalista e não o modo capitalista --- ou, nos casos em estudo (Tanzânia no caso de Hyden, Moçambique no nosso), o processo de transição para o socialismo.

Os ensinamentos da história dos últimos 150 anos (pelo menos) não nos permitem concordar com Hyden seu entendimento quanto a tal determinância mas acreditamos que, apesar de o próprio modo 'pré'-capitalista não sair 'ileso' do processo de articulação, ele tenderá a ser ainda durante muitos anos --- contrariamente ao que pareciam pensar os decisores da estratégia económica moçambicana no período em análise --- um elemento fundamental do processo de transformação social quer quanto ao seu sentido quer, principalmente, quanto ao seu ritmo. Este facto constitui talvez um dos maiores desafios à formulação das estratégias e das políticas de transformação económica e social na África dos nossos dias e do início do próximo século.

151. Vd ROESCH, Otto Socialism and rural development in Mozambique, [tese de Ph.D.], Ottawa, 1986, pg 130.

151. 151. Vd ROESCH, Otto Socialism and rural development in Mozambique, [tese de Ph.D.], Ottawa, 1986, pg 130.

151. 151. 151. Vd ROESCH, Otto Socialism and rural development in Mozambique, [tese de Ph.D.], Ottawa, 1986, pg 130.

152. Esta "generalização" tem como limite o facto de o próprio fenómeno de aldeização das populações não ser generalizado, antes abrangendo apenas cerca de 15% da população. Isto não invalida, porém, o facto de tal nuclearização ser intrínseco ao conceito e ao processo de constituição de Aldeias Comuns e, como tal, ser um foco importante de potenciais {e reais} tensões entre a sociedade 'tradicional' e a sociedade 'moderna' de que a Aldeia era uma esagação e um agente privilegiado.

153. Vd ROESCH, Otto *idem*, pg 127

154. Vd Casal, Adolfo Relatório de situação de sete AC nas províncias de Maputo e Gaza, (Maputo), 1978 {dactilografado}, pg 145

155. Vd CASAL, A. *op.cit.*, pg 147/8)

156. Vd. CSP/1.80; vol.2; tomo 2 pg 64)

157. Vd ROESCH, O. *op. cit.*, pg 130

158. Vd ROESCH, Otto Socialism..., *op. cit.*, pg 141

159. Com o inerente poder de determinação de que produzir e como o fazer.

160. Recorde-se aqui o que foi dito mais atrás sobre a problemática da articulação entre formas diferentes da organização da produção (ponto IX.2.4.3). Quanto aqui fica dito sobre a problemática das relações de produção nas empresas estatais fica-se a dever fundamentalmente ao resultado de conversas com um ex-dirigente de uma empresa estatal e com um economista agrário soviético em serviço junto da Direcção Provincial de Agricultura de Nampula em janeiro de 1982.

161. Referimo-nos aqui apenas aos membros da pirâmide que controlavam os locais e mais directamente a empresa. Num perspectiva mais vasta haveria que incluir nela e o ministro da tutela, e qual exercia os seus poderes com o apoio das estruturas de planeamento nacional, regional e local.

162. Note-se que não usamos aqui propositadamente a designação 'proletários' ou 'camponeses e proletários' --- como chamou FIRST aos mineiros moçambicanos na RAS. De facto, partilhámos com outros a concepção de que estes trabalhadores rurais e os próprios mineiros estavam (estão) ainda muito influenciados pelas concepções ideológicas da sociedade 'tradicional'. Vd. p.ex., FIALHO, José Antropologia económica..., op. cit. e ROESCH, Otto Socialismo..., op. cit., pp 201-202, onde ele salienta que embora os principais proponentes da ideologia tradicional fossem, como seria de esperar, os chefes, os velhos e os curandeiros, ela tinha uma enorme ressonância junto da maioria da população.

163. José FIALHO reportou-me oralmente um conjunto de informações sobre este tema recolhidas na zona de Chibuto/Gaza. No mesmo sentido vd ROESCH, Otto Socialismo..., op. cit., pp 147 e 201 e seguintes.

164. É, aliás, esta uma das razões porque continua a existir a dupla residência.

165. vd ROESCH, O. op. cit., pp 217.

166. Estas concepções eram especialmente assumidas pelo Presidente Samora Machel e abrangiam outros domínios como o do funcionamento interno da família nuclear e o da educação dos filhos. São conhecidas as suas posições sobre o processo de libertação da mulher que o levaram a presidir e participar activamente no Congresso da Mulher Moçambicana e que conduziram a que as teses então aprovadas ficassem significativamente àqum do conteúdo de um número significativo das teses em discussão e das intervenções efectuadas. Refira-se ainda o comentário de pessoa amiga ao ouvir o discurso de abertura do ano lectivo de 1982 pronunciado pelo Presidente: 'Parecia o Salazar!'

167. Evidentemente, não se formulam aqui quaisquer juízos de valor sobre o casamento poliâmico em si.

168. vd. DUPRIEZ, Hughes Peasants d'Afrique Noire op. cit., pgs 27-40.

169. Depoimento recolhido em visita à Aldeia Comunal 'Samora Machel', Mecenta/Nampula, em Janeiro/1982.

170. Este movimento, que em 1982-83 ainda era de reduzida amplitude mas já digno de referência, foi interrompido em algumas regiões pela política de aldeatização forçada imposta na sequência do aumento da acção da RENAMO.

171. Na verdade muitas das cooperativas não distribuem os fracos rendimentos que têm ou, se o fazem, é de montantes na maioria das vezes irrisórios (12,50 MT, 5,00 MT, 2,50 MT) quando comparadas com os salários pagos aos assalariados agrícolas (62,50MT).

172. Ela própria facilitada ao nível local pela degradação da situação social para que contribuiu o projecto/processo de aldeatização das populações.



CAPÍTULO X --- PARA UM BALANÇO DO PROCESSO:  
LINHAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO ECONÓMICO E SOCIAL  
MOÇAMBICANO, 1975-1985

Nos capítulos anteriores, em particular no último, demonstrámos que o processo económico e social moçambicano se caracterizou fundamentalmente por uma manifesta degradação do ambiente político-social nas zonas rurais. Papel fundamental nesta degradação teve o processo de acção-reacção que, em torno da estratégia e da política de transformação das comunidades rurais prosseguida, se estabeleceu entre os vários grupos sociais definidos no seio do campesinato e o "complexo político-burocrático".

Esta política, que nos seus traços fundamentais não se distingue significativamente da que noutros países africanos --- quer elas se reivindicassem ou não da transição para o socialismo --- foram levadas a cabo, visou, no limite, a 'morte a prazo' destas comunidades ou, pelo menos, a rápida desestruturação das suas formas específicas de organização social, económica e política com simultânea subordinação a uma lógica que lhe era imposta do exterior e que punha fim à sua relativa independência face aos demais grupos sociais, em particular ao que se move em torno do Aparelho de Estado.

A reacção dos camponeses, também aqui não muito diferente da ocorrida noutras paragens, foi no sentido de tentar preservar um certo grau de tal independência e do seu modo de vida já que a alternativa que lhes era colocada pela Frente não surgia suficientemente consistente com os seus próprios objectivos --- nomeadamente o de assegurar, em primeira instância e com relativa segurança, a sua sobrevivência física e a sua reprodução social (1).

Foi esta ruptura da aliança entre camponeses e FRELIMO estabelecida ao longo da luta pela independência (2) e representada pela acção desta

1. Note-se que nesta defesa se envolveram, em regra, a maioria dos grupos sociais que se definem nas comunidades rurais e não apenas aqueles que, como foi o caso dos principais agentes do poder 'tradicional', foram mais frontalmente confrontados pela acção do poder central. Estes, embora tenham sido em vários casos os mais activos resistentes (passivos ou activos), actuaram muitas vezes em representação não só dos seus próprios interesses mas também dos da maioria dos membros das comunidades que lideravam.

2. Aliança que tem que ser 'qualificada' (no sentido do termo inglês 'qualified') para dar cobertura à evidente dificuldade que a FRELIMO encontrou durante a luta armada pela independência em implantar-se em certas regiões do país, designadamente na região lacua. Este tema do posicionamento dos vários grupos sociais e dos vários grupos étnicos face à acção da Frente durante os anos da

contra a forma tradicional de organização social e política daqueles que, a nosso ver, constitui a principal causa interna da evolução da formação social moçambicana após a independência, particularmente nos anos posteriores a 1980, quando os entusiasmos iniciais pós-independência começaram a esfriar.

Note-se, porém, que nos referimos aqui à "causa interna". De facto, talvez mais importante ainda do que esta para o evoluir do processo social moçambicano terão sido algumas das causas externas, nomeadamente a estratégia de relações económicas e políticas internacionais --- por exemplo o contar com a acumulação externa a ser fornecida pelos 'países irmãos' socialistas e o tipo de relações com a África do Sul --- e a evolução da situação económica e financeira internacional. Se esta está quase completamente fora do alcance da influência moçambicana, as duas primeiras resultaram, no fundamental, das opções próprias dos dirigentes do país pelo que se pode dizer que em boa parte constituíram também causas internas.

Referência especial como condicionantes do processo merecem também, naturalmente, as condições climáticas adversas (secas e cheias) que o país teve de enfrentar durante a maior parte do início dos anos 80.

O objectivo central deste capítulo é o de apresentar um conjunto de conclusões que se podem retirar do estudo realizado. Ao fazê-lo procuraremos simultaneamente identificar os traços essenciais da evolução do processo social moçambicano no período imediatamente posterior ao por nós estudado e relacioná-la com os fenómenos por nós salientados (3).

-----  
luta pela independência precisa de ser estudado sem a carga ideológica que normalmente se lhe põe ao referir uma adesão 'do Rovuma ao Maputo' das massas populares.

3. Que, recorde-se mais uma vez, é a que decorre desde a independência (1975) até ao rescaldo do IV Congresso, cerca de 1984/85, quando começaram a ser modificadas algumas das características básicas da estratégia de desenvolvimento anterior e que por nós analisada

O caminho percorrido levou-nos à identificação, como elemento principal tipificador do socialismo, da generalização do controlo dos meios de produção ao conjunto dos membros das comunidades, com especial ênfase para todos quantos participam no processo de produção. É a esta generalização do controlo sobre os meios de produção que apelidamos de "socialização do controlo" (4) e que distingue o socialismo de um capitalismo em que tal controlo é apenas exercido por um núcleo reduzido de indivíduos (5).

Dela resultaram também duas outras conclusões: primeiro, a de que não existe um modelo único para a estratégia da transição para um socialismo assim entendido; e, segundo, a de que há um elevado risco de, durante fases declaradamente dedicadas a uma transição, se constituir um grupo social com grande autonomia que, devido ao seu controlo do Estado, tenderá a assegurar principalmente no interesse da sua própria reprodução social, o fundamental do controlo do processo social.

As principais vítimas (6) desta tendência à concentração do poder tendem a ser os camponeses já que, envolvidos ainda mais ou menos profundamente numa forma de organização social não-capitalista, são o objecto privilegiado dos esforços de transformação capitalista do sistema económico e so-

4. A escolha do termo "socialização" não será a mais feliz por se prestar a confusão com o significado que normalmente se lhe dá em ciências sociais, em particular em sociologia: incorporação do indivíduo na sociedade, especialmente no que isso significa de interiorização dos valores, dos padrões de interacção, etc, da sociedade. Pensamos, porém, que a expressão "socialização do controlo", além de se diferenciar do termo "socialização" utilizado isoladamente, é a expressão sintética que melhor expressa a ideia de generalização do controlo ao conjunto dos membros da sociedade.

5. Evidentemente, esta não é a única característica que os distingue pois se fosse assim não haveria a possibilidade de, por sua vez, distinguir o capitalismo dos modos de produção historicamente pré-capitalistas como são o modo de produção feudal ou o escravagismo. Porém, para efeitos da nossa investigação é esta a característica que nos parece essencial sublinhar para podermos avaliar o percurso percorrido. Relembre-se, mais uma vez, que para nós o controlo não implica necessariamente a propriedade jurídica.

6. O termo "vítimas" poderá parecer, numa primeira abordagem, demasiado duro. Pensamos, porém, que ele se justifica aqui pelo facto de eles verem o seu modo de vida significativamente alterado mesmo que contra a vontade de muitos deles e pelo facto de, como veremos, no decurso do processo se verem tendencialmente despojados de uma parte significativa da sua autonomia face às demais classes sociais --- independentemente do juízo de valor que se faça sobre a eventual necessidade/inevitabilidade da maioria das transformações que o seu modo de vida irá sentir no decurso do processo --- bem como (e talvez principalmente) da mais-valia que produzem com o sobre-trabalho a que são obrigados como uma das consequências do seu afastamento do controlo dos meios de produção. Além disso, foram eles as principais vítimas sob o ponto de vista físico de todo o processo: foram eles os deslocados, os afectados e os mortos, às centenas de milhares!

cial. Tais esforços são principalmente conduzidos pelos 'desenvolvedores' inseridos no Aparelho de Estado e membros da classe social em formação com base no seu controlo e/ou na pertença a ele.

Da análise das experiências históricas de outros países resultam duas lições que queremos aqui salientar. Por um lado, a de que é extremamente difícil (7) conseguir assegurar, em formações sociais com um fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas --- e, particularmente, dos recursos humanos (8) ---, um real processo de transição 'não-burocrática' para o socialismo. Quanto a nós, isto deve-se ao facto de ser difícil, até mesmo à luz do próprio marxismo, que um grupo social cometa o 'suicídio de classe' que para tal parece ser necessário e a que se referia Amílcar Cabral.

Por outro lado, relacionado com este aspecto (9), há a lição de que o maior esforço a desenvolver na fase de transição deverá ser no domínio da construção do quadro institucional que assegure uma efectiva generalização do controlo do processo social, incluindo a participação efectiva e não apenas nominal do campesinato (10). Isto parece ser necessário para evitar a sua marginalização e consequente 'descolar' relativamente ao processo de transformação social, colocando-o contra ele. Pressuposto do que foi dito é o de que um dos objectivos a prosseguir deve ser o de que tal processo seja feito com ele --- apesar de se reconhecer que sempre existirão grupos que lhe serão marginais --- e não apenas apesar dele ou até contra ele.

Dizer isto não é considerar como uniforme o conjunto do campesinato nem fácil tal tarefa. De facto ela afigura-se tanto mais difícil quanto é certo que, como pudemos demonstrar no capítulo IV, o campesinato africano, à

7. Serão mesmo impossível, termo que evitamos por se coadunar pouco com as ciências sociais.

8. Quer de um 'savoir faire' no domínio dos meios físicos de produção --- porque quem não sabe ou não tem as capacidades para saber fica dependente de quem sabe --- quer no campo da gestão macrosocial.

9. Note-se que temos consciência de que o que ficou dito atrás quase torna dispendioso ou pelo menos sem sentido prático o que se segue.

10. Neste sentido, a democracia parlamentar pode ser considerada uma condição necessária mas não suficiente.

semelhança mas também diferentemente dos de outras formações sociais em que se tentou a transição para o socialismo, está numa fase do seu processo histórico em que o nível de desenvolvimento das forças produtivas das suas comunidades e a ideologia que se lhe encontra associada impõem regras específicas ao comportamento dos agentes sociais.

Por exemplo, as concepções de tempo <sup>(11)</sup> e de espaço ou, pelo menos, a importância relativa que lhes é dada nestas comunidades, são significativamente diferentes das vigentes nas formações sociais mais industrializadas. Uma das razões para tal poderá ser a escassez de meios de transporte e as (por vezes) grandes distâncias que há que percorrer. Poderíamos ilustrar estas diferentes concepções com uma imagem: em África a mais pequena unidade de tempo é a hora enquanto que nas sociedades industrializadas do Ocidente é o segundo.

Ora, quanto a nós, esta diferente concepção (ou importância relativa) torna particularmente difícil, *a priori*, a aplicação de instrumentos de acção económica como o planeamento e a direcção centralizada da economia <sup>(12)</sup> pois estes pressupõem uma determinância em todo o processo económico dos elementos espaço e, principalmente, tempo. Este facto é essencial pois remete desde logo para um sistema de planeamento dotado de uma grande maleabilidade e que, o limite, pode conduzir à conclusão de que na actual fase do processo histórico daqueles países é inevitável um papel importante --- determinante? --- dos mecanismos alternativos de afectação de recursos: os mecanismos de mercado.

Por outro lado, a debilidade dos mecanismos que permitem assegurar a reprodução social tem também grande importância na caracterização deste comportamento já que, por exemplo, conduz a uma hierarquia específica dos fins do processo social que coloca aquela em primeiro lugar em detrimento, eventual-

11. Sobre esta questão vd, por exemplo, MUGON, Philippe "L'économie du développement, le temps et l'histoire" in *Revue économique*, vol. 42, nº 2, Mars/1991, pp 339-364. Para uma perspectiva menos científica da questão mas certamente mais viva veja-se o texto "O Papalagui nunca tem tempo" in SIEDMANN, Erich (recolha de) *O Papalagui -- discursos de Iuiavii, chefe de tribo de Tiavéa, nos mares do Sul*, Edições Antígona, Lisboa, 1987.

12. Reconhecer este facto não significa que consideremos que ambos são necessários à tipificação de uma sociedade como 'em transição para o socialismo'. Consideramos, no entanto, que a presença de um esquema de planeamento (ou outra forma de direcção macroeconómica) descentralizado é um instrumento importante para um melhor aproveitamento de recursos que são escassos.

mente, da prossecução dos objectivos "socialização do controlo do processo social" e "fim de um tipo 'pré-moderno' de relações interpessoais e entre grupos sociais".

Estas relações caracterizam-se por colocarem o acento tónico num tipo de dependência entre indivíduos e, principalmente, entre grupos sociais --- de que o mais pequeno será a família nuclear --- que, pelo seu carácter pontualmente redistributivo e muito personalizado, pode tornar-se peça fundamental da sobrevivência das famílias em momentos de ruptura dos circuitos normais de abastecimento alimentar não sendo, por isso, frontalmente contestado pela maioria dos grupos sociais dependentes.

Note-se, porém, que pensamos que é preciso distinguir estas relações caracterizadas pela dependência de uns em relação a outros --- e que pode ser a base e uma situação de exploração de uns por outros --- das relações interpessoais em que tal dependência é eliminada ou fortemente minorada.

Creemos mesmo que, tal como decorre de trabalho recente de Tariq BANURI (13), um dos esforços fundamentais que a(s) teoria(s) do desenvolvimento tem (têm) de realizar é o de encontrar formas de desenvolvimento que aproveitem/respeitem a grande importância que as relações interpessoais têm nas sociedades ditas em vias de desenvolvimento e a cujo deperhecimento, em troca do crescimento, elas se têm oposto --- justificando em parte a inviabilidade de muitos esforços de 'modernização'. Note-se que é o depercimento destas mesmas relações um dos pontos fundamentais de crítica que nas sociedades ditas desenvolvidas se faz ao processo de 'modernização' que nelas ocorreu sob o capitalismo.

13. Vd BANURI, Tariq "Modernization and its discontents: a cultural perspective on the theories of development" in MARGLIN, Frédérique e MARGLIN, Stephen (eds) Dominating knowledge: development, culture and resistance, Clarendon Press, Oxford, 1990, pp. 73-101.

Tudo isto tem, inevitavelmente, consequências nomeadamente quanto ao ritmo de transformação social (14); é, aliás, este último e não o da transformação das estruturas económicas que, quanto a nós, deve estar no cerne das preocupações dos agentes sociais, particularmente do Estado enquanto agente de política económica e social.

Foi com estes elementos principais (15) que procurámos analisar o nosso objecto de estudo: a política agrária prosseguida em Moçambique desde a independência até 1985 e as suas consequências no domínio do processo económico e social das comunidades rurais.

Partindo do facto de o processo histórico num dado período ser o fruto quer das acções dos vários grupos sociais durante esse período quer das estruturas económicas e sociais existentes na sua fase inicial procurámos, primeiro, determinar os traços fundamentais destas --- i.e., qual a situação social, económica e política do país no final do período colonial. Vertente essencial desta situação foi a existência de uma luta armada visando a independência na qual se foram definindo os contornos essenciais das concepções desse agente social fundamental do período analisado que foi a FRELIMO.

Questão prévia à nossa análise foi, no entanto, a referência ao quadro económico e estratégico mundial e regional em que se inseriu o processo social moçambicano. Tal referência é cada vez mais necessária para enquadrar a análise dos processos nacionais já que a crescente internacionalização das economias e a fase de confronto mais ou menos agudo entre sistemas económico-sociais a que se assistiu até recentemente constituem uma forte restrição à liberdade de escolha da orientação da estratégia de transformação económica e social dos países ou, melhor, dos grupos dirigentes destes.

14. Repare-se que nos referimos ao ritmo de transformação do conjunto do sistema social e não apenas ao seu vector económico.

15. Muitos outros são referidos ao longo do corpo desta dissertação mas não é possível fazer aqui uma sua enumeração exaustiva.

Isto é especialmente verdade para os que, como o demonstram os casos de Moçambique, Angola e Nicarágua por exemplo, pretenderam prosseguir a via da transição para o socialismo. Dá-se assim uma interferência na luta social interna que tende a modificar, quase sempre radicalmente, o quadro interno em que ela se desenrola e a condicionar a sua evolução --- quadro este que foi, no entanto, aquele sobre o qual recaiu o fundamental da nossa atenção.

Foi desta análise que concluímos não só pela existência desta restrição como também da forma específica da sua ocorrência no caso moçambicano e suas consequências: uma inserção dependente (16) no sistema económico regional que tem como pólo dominante a República da África do Sul e para a qual não foi possível encontrar alternativa satisfatória em termos de contribuição para a acumulação do país. Aquela que se afigurava como tal aos olhos dos decisores de política económica --- a acumulação externa oriunda principalmente do bloco de Leste e particularmente a URSS --- não veio a sê-lo; como demonstrámos, tal deve-se a uma opção deliberada da URSS que se fica a dever principalmente à sua interpretação dos seus interesses geoestratégicos globais; causas importantes são também o esforço financeiro que isso implicaria e dificuldades inerentes às dificuldades de articulação dos sistemas de direcção central com países com estágio de desenvolvimento muito menor.

Do estudo do período colonial foi possível detectar dois elementos essenciais: primeiro, que os mecanismos de acumulação do país estavam, no fundamental, dependentes da inserção internacional da economia moçambicana, nomeadamente da sua inserção dependente na região austral da África; segundo, que da estrutura social do país faziam parte, além de outros, dois grupos sociais cuja evolução pós-independência se vai mostrar fundamental para o

---

16. "Dependente" no sentido que lhe é dado pelas teorias da dependência desde Andre Gunder Frank. Vê, do autor referido, "Le développement du sous-développement" in Idem Le développement du sous-développement: l'Amérique latine, Maspero, Paris, 1972, pgs 19-32.

desenrolar do processo social: o dos camponeses (17) e dos ex-residentes de origem europeia (18).

Uma das características dos primeiros que se vai mostrar fundamental no pós-independência é o facto de, na sua grande maioria --- incluindo muitos dos que alguns autores vieram a designar por "proletários e camponeses" (19) ---, se encontrarem numa fase da sua evolução histórica que faz deles, no seu conjunto, e dos grupos sociais que no seu seio se definem, grupos 'em transição' de um modo de organização social não-capitalista, 'tradicional', para uma em que os traços fundamentais são definidos pelo MPC mas em que a presença das manifestações daquele é ainda uma importante determinante do seu comportamento social. É este "campepinato não capturado" totalmente pelo MPC e pela classe social que nele detém o controlo do processo social que, à semelhança dos de outras regiões de África, desenvolveu esforços para manter o grau de independência que o domínio sobre os seus meios de produção lhe concedem.

Tal independência passa, como no caso da generalidade dos campeonatos do resto do mundo, pelo desejo de controlarem os seus meios de produção, principalmente a terra mas também a sua própria força de trabalho. Por isso um dos principais objectivos que o campeonato prosseguia no período colonial era o de ter acesso à terra --- designadamente a de melhor qualidade, a qual lhe tinha sido retirada pelo processo de colonização. A história do seu envolvimento nos colonatos agrícolas e em muitas cooperativas de produção durante o período colonial aí está para o demonstrar. No mesmo sentido, o seu apoio à luta de libertação nas zonas em que ela foi mais intensa deve-se em

17. Já foi salientado em momento oportuno que esta designação genérica não significa desconhecimento ou subvalorização das importantes diferenciações sociais no seu seio.

18. Também neste caso a utilização do plural não significa ignorância das (por vezes) importantes diferenças sociais existentes no seu seio mas apenas que, face à evolução deste grupo após a independência --- o seu quase completo desaparecimento --- não faz grande diferença tratá-lo aqui como um todo.

19. Sublinhado meu, A.S.. Expressão retirada do subtítulo de FIRST, Ruth Black gold - The Mozambican worker, proletarian and peasant, op. cit.

boa parte ao desejo de, com a vitória desta, ver não só terminados os dias da sua humilhação enquanto povo subjugado, como também de ver chegado o dia em que poderia recuperar as terras que, na sua lógica, lhe pertenciam.

Quanto aos ex-residentes de origem europeia, que podemos classificar, no seu conjunto, como sendo o grupo social que no período colonial controlava o essencial do processo económico (monetarizado) da formação social moçambicana, o aspecto principal a salientar é o de que a sua saída maciça após a independência criou um vazio na estrutura social. Tal vazio, fruto do agudizar da luta entre grupos sociais, contribuiu para radicalizar a luta entre estes para o preenchimento da função dirigente da estrutura social emergente.

Mas, como dissemos, o processo social pós-independência é também o resultado da "formação ideológica" (20) da FRELIMO e das transformações que ela sofreu ao longo do tempo desde o momento em que surgiu. O nosso estudo da evolução da Frente durante o período da luta pela independência levou-nos a concluir que nela já existia então, o embrião de um 'comandismo' que veio a caracterizar a sua acção após a ascensão ao poder. Razões fundamentais para tal foram quer a natureza militar da luta desenvolvida e progressiva submissão das estruturas da Frente ao controlo dos militares quer a crescente influência nesta das concepções tipificadoras do 'socialismo real' canalizadas, nomeadamente, pelas ligações preferenciais de vários militantes --- e da organização em geral --- com os países em que aquelas concepções dominavam.

Foi sobre uma realidade caracterizada nos últimos anos do período colonial da forma como o fizemos que a FRELIMO, sob as influências referidas, veio a actuar após a independência. Mas ela não foi o único agente social que então se manifestou; pelo contrário, à independência seguiu-se um agitado período de profundas transformações das estruturas sociais que a Frente procurou condicionar com a sua acção encaminhando-as naquilo que ela designava como sendo o socialismo.

20. Esta expressão tem o sentido já explicitado no Capítulo VI e resulta da adopção de uma expressão de BETTELHEIM no seu estudo da "formação ideológica" bolchevique em As lutas de classes na URSS, op. cit.

Recorrendo à descrição relativamente pormenorizada do processo social que decorreu durante o período 1975-1985 --- em que privilegiámos a estratégia e a política adoptadas para com as comunidades rurais ---, demonstrámos que não foi esse, no entanto, o verdadeiro caminho percorrido.

Esta reflexão tem como pressuposto uma determinada concepção de socialismo. Esta, que pela nossa parte deixámos explicitada logo no primeiro capítulo, nunca foi verdadeiramente enunciada pela FRELIMO. Na sua acção pudemos, porém, identificar duas linhas de pensamento sobre o que seria o seu conteúdo. Tais linhas estiveram quase sempre em tensão entre si: uma, predominante na esfera política, enfatizava o poder popular e nessa medida aproximava-se bastante do que nós próprios definimos como conteúdo do socialismo; a outra emanava essencialmente da estratégia económica prosseguida e reproduzia, pelo menos nos seus traços mais tipificadores, a que está subjacente à estratégia económica, social e política presente na estratégia estalinista de construção do socialismo bem como no próprio entendimento do conteúdo deste que lhe está na base.

Com o decorrer dos anos, como demonstrámos, foi esta que acabou por ser a determinante da evolução seguida pelo processo social.

O resultado, à semelhança do que sucedeu nos demais países que adoptaram tal concepção --- os chamados países "de socialismo real" ---, foi a progressiva constituição em torno do Estado <sup>(21)</sup> de um grupo social novo e cada vez mais claramente definido que dominou os mecanismos de geração do excedente económico, a acumulação e, principalmente, o uso do excedente económico efectivo --- e, conseqüentemente, dos contornos do processo social. Esta vertente da reestruturação social, ue consiste na constituição deste grupo social, foi feita, como nos demais casos históricos em que tal estratégia foi adoptada, principalmente à custa do campesinato. Isto fica a dever-se ao facto de a reprodução alargada daquele grupo estar intimamente ligada --- mas não totalmente dependente da --- à 'modernização' do sector

21. Fazemos aqui uma interpretação extensiva deste pois nele incluímos o aparelho administrativo, o sector público produtivo, o aparelho do partido único e as Forças Armadas. A expressão tem aqui, portanto, o mesmo sentido que demos atrás ao conceito de 'complexo político-burocrático'.

agrícola e conseqüente transformação (o mais rápida possível, no entender dos defensores de tal concepção) das relações sociais dominantes no campo de pré(não)-capitalistas em socialistas.

Face importante dessa tentativa de transformação social a expensas do campesinato foi a política adoptada pelo 'complexo político-burocrático' em relação à utilização da terra deixada vaga pelos colonos: ao contrário do que era o manifesto desejo dos camponeses --- o enorme volume de "milandos" relativos à terra que as autoridades locais tiveram que resolver no período imediatamente a seguir à independência demonstra-o à saciedade ---, essas terras não foram distribuídas pelos que se julgavam com direito a ela segundo as regras da comunidade tradicional mas sim, na sua esmagadora maioria, reservadas à constituição de machambas estatais ou colectivas ou de cooperativas.

Foi esta, a par do ataque à organização política tradicional e à sua 'formação ideológica' que, quanto a nós, constituiu a maior ruptura que se deu na 'frente' social que alimentara a luta armada de libertação nacional e em que participaram principalmente os camponeses e uma camada urbana com características pequeno-burguesas em que os intelectuais e os mais instruídos tinham um peso importante: os primeiros queriam ver terminada a exploração a que a sua força de trabalho era sujeita sem contrapartidas significativas --- por exemplo, no domínio da educação e da melhoria geral das suas condições de vida; estes queriam acabar com um estado de coisas que punha em causa as suas aspirações de ascensão social (22).

Foi tal ruptura que, a par das evidentes dificuldades em obter resultados satisfatórios com a estratégia de colectivização adoptada --- a que não é estranho a manifesta dificuldade em obter, da parte dos 'países irmãos' de 'socialismo real', o apoio material e financeiro julgado necessário ---,

22. Neste sentido estamos de acordo com HERMELÉ, Kenneth "Structural adjustment & political alliances in Angola, Guinea-Bissau & Mozambique" in HERMELÉ, K. et al. At the cross-roads: political alliances and structural adjustment, AKUF, Uppsala, 1989, pgs 5-15. Porém, cremos que o autor não vai suficientemente longe ao limitar-se a constatar que por parte das camadas dirigentes de pós-independência houve uma deficiente interpretação do conteúdo social da luta armada: durante ela "os camponeses tinham dado os primeiros passos no sentido da propriedade colectiva das terras e uma distribuição equitativa dos produtos". Em nosso ver não se trata de um 'simples' 'erro de interpretação' como (quase) parece resultar das afirmações de Hermelé; no nosso entendimento o que se passou foi, mais uma vez na história, a aplicação de concepções pré-estabelecidas à realidade e a conseqüente distorção desta para 'caber' naquela interpretação.

esteve na origem da crescente insatisfação do campesinato face à FRELIMO. Tal insatisfação foi em parte assumida por uma parcela das autoridades tradicionais que, ao defrontarem a FRELIMO, passaram a surgir quer como defensores dos seus próprios interesses postos em causa por ela quer como representantes dos interesses das populações sobre que exerciam influência. Ora, da insatisfação de muitos nasceu a revolta de uns quantos e a miséria de quase todos a que se assiste actualmente...

Isto não significa que vejamos na presente luta dos "bandidos armados" da RENAMO uma manifestação pura de 'banditismo social' que Moçambique conheceu nas primeiras décadas deste século. Parece-nos, porém, uma atitude 'ligeira' afastar *à priori* a hipótese de em tal luta existirem, aqui e além, alguns traços desse tipo especial de banditismo.

Esta evolução foi por nós demonstrada nos capítulos VII e VIII. O capítulo IX surge na economia do texto como uma prova mais cuidada quanto ao sentido global que tomou a política adoptada pela nova 'classe em construção' que era a 'burguesia' de Estado em relação às comunidades camponesas. Aí demonstrámos também que estas, longe de constituírem sujeitos históricos passivos, responderam àquela acção de uma forma --- que tal como é uso em África foi na maior parte dos casos mais passiva do que activa --- que visou defender a autonomia que lhes restava quanto ao controlo do seu processo de evolução histórica quer como objectivo em si mesmo quer como instrumento fundamental da garantia da sua sobrevivência face a outras classes sociais, nomeadamente as que controlam o poder de Estado.

Se o sentido global da evolução do processo social foi este, a sua concretização no domínio essencialmente económico foi um reflexo das opções daquela 'burguesia' de Estado que, na defesa dos seus interesses (23), optou

23. Ainda que aos olhos dos seus principais actores ela não se apresentasse necessariamente com esta intenção, antes surgindo como o resultado 'natural' da opção pelo socialismo. Ora, o conteúdo deste surto foi verdadeiramente discutido, assumindo-se quase como um pressuposto que ele equivalia a um alargamento do sector estatal, nomeadamente no domínio da produção. Tal pressuposto, porém, tem uma só leitura sob o ponto de vista ideológico: servindo objectivamente os interesses de reprodução da nova classe dominante em formação, ele não pode ser interpretado senão como uma opção, mesmo que inconsciente --- apesar de toda uma literatura crítica que chamava a atenção para os riscos que comportava --- pela estratégia que nelhor assegurava a reprodução alargada dessa classe em constituição.

por uma estratégia que, ao assentar sobretudo no papel do Estado e no dos seus quadros, era a que surgia como melhor assegurando, a prazo, a reprodução do grupo social em formação. Neste sentido, a diferença entre o processo moçambicano e outros processos ocorridos em África --- e não só --- em que não se reivindicava qualquer espécie de "transição para o socialismo", é quase nenhuma, sendo o comportamento desta 'burguesia' de Estado o elemento unificador.

Peça importante dessa estratégia era o crescente alargamento do sector monetarizado da economia de forma a poder aumentar-se o excedente económico susceptível de controlo pelo 'complexo político-burocrático'. Tal alargamento passava, necessariamente, pela modernização com simultânea destruição do sector produtivo familiar e, com ele, da base económica do 'modo de vida tradicional'.

Patente nesta opção e principalmente na forma como ela foi levada a cabo --- de que demos uma ilustração viva para o caso da política de constituição das aldeias comunais --- está uma leitura das articulações externas das comunidades rurais em que é muito forte a presença de elementos do dualismo, eles próprios presentes nas concepções teóricas dos 'pais fundadores' do marxismo sobre a agricultura. De facto, ainda que distinguindo-se do dualismo por reconhecer a existência de grupos sociais autónomos no seio destas comunidades (24), a acção de transformação surgia como se os demais grupos sociais que se definem no campo --- incluindo a maioria dos camponeses --- estivessem quase completamente abertos a, sem reacções de maior, trocar a certeza dos mecanismos tradicionais, mais pessoais, de produção e de reprodução da comunidade pela incerteza dos novos mecanismos propostos pelo grupo que agora detinha o poder, mecanismos, estes mais impessoais, insusceptíveis de serem objecto de estratégias que visassem assegurar, principalmente em épocas de ruptura, a reprodução das famílias.

A evolução verificada em Moçambique e o papel do Estado nesse processo são um bom exemplo de que

24. Contra os quais, aliás, se dirigia o fundamental da luta pela transformação social ao erigir como objectivo a luta contra o que era designada por 'feudalismo' nelas existente.

"em contraste com os períodos anteriores, o legado da economia do desenvolvimento dos anos 80 será o de documentar a incorrecta formulação das políticas. O pressuposto dos mercados imperfeitos foi substituído pela suposta inevitabilidade dos Estados imperfeitos." (25)

Ressalvando o facto de que as políticas económicas não podem simplesmente ser qualificadas de "perfeitas" ou "imperfeitas" mas sim, como fazemos neste texto, serem vistas contra o pano de fundo dos interesses dos grupos sociais que as determinam, a citação anterior permite-nos salientar que este "Estado imperfeito" se torna parte do problema do desenvolvimento ao mesmo tempo que está condenado a ser também parte importante da sua solução (26). Daí que verdadeiros progressos na economia do desenvolvimento do futuro só serão possíveis no quadro do aprofundamento das articulações entre as diversas ciências sociais e humanas, particularmente a economia, a ciência política, a sociologia e a antropologia.

Lição que há que retirar também da estratégia económica (e social) utilizada é a de que uma ênfase desmesurada na industrialização e/ou no desenvolvimento agrícola virado quase exclusivamente para as explorações 'modernas' tende a provocar um enviesamento desfavorável à agricultura, em geral, e à agricultura camponesa, em particular. Ora, a experiência histórica (27) é bastante clara quanto aos resultados deste enviesamento: uma degradação rápida da

25. Vd SHAPIRO, Helen e TAYLOR, Lance "The State and industrial strategy" in *World Development*, vol 12, nº 6, 1984, pp 896. Mais adiante os autores acrescentam:

"Quando os economistas finalmente descobriam o Estado, acharam-no demasiado exigente e tentaram afastá-lo dos seus raciocínios. Na nova síntese neoclássica, as ciências política e económica estão de novo divorciadas. Mas o Estado não pode ser descartado tão facilmente."

26. Vd Ider, pg 861. Aqui os autores recordam que "históricamente, nenhum país entrou na senda do crescimento económico moderado sem a intervenção do Estado". De notar que hoje em dia, depois da primeira onda de privatizações no âmbito dos processos de ajustamento estrutural, se questiona o princípio da quase total retirada do Estado do sector produtivo devido ao facto de não existirem verdadeiras alternativas à sua acção. Vd neste sentido uma recente tomada de posição pelo ministro das finanças de Moçambique, Abdul Nagid Osman, e transcrita em *Le Courrier ACP-CEE*, nº 124, pgs 20-22.

27. Para uma sua síntese vd BAO, J. Mohan e CAPALBERO, J.N. "Agricultural performance and development strategy: retrospect and prospect" in *World Development*, vol 12, nº 6, 1984, pp 899-913. Vd igualmente LIFTON, Michael *Why poor people stay poor*, op. cit.

situação das comunidades rurais e da agricultura que resulta num agravamento da situação macroeconómica global do país devido às interrelações entre o sector agrícola e os demais sectores produtivos.

Note-se que neste como noutros domínios, o resultado global do processo de desenvolvimento económico de Moçambique após a independência não se afasta significativamente de um padrão relativamente comum em África o que levanta desde já a hipótese de, também por aqui, o 'socialismo' moçambicano não se distinguir significativamente do 'capitalismo' dos restantes países africanos.

Isto é fruto, nomeadamente, da adopção de uma estratégia económica que, ainda que inspirando-se na prática dos países de 'socialismo real', não diverge significativamente das concepções que marcaram as teorias do desenvolvimento nas décadas de 50 e de 60. Nesta época, teóricos e práticos do desenvolvimento oriundos dos países já então mais industrializados do mundo capitalista apostavam no planeamento (28) enquadrando um processo de crescimento económico dos países menos desenvolvidos

"ligado principalmente à acumulação de capital para investimento na indústria e a criação de grandes explorações comerciais agrícolas para alimentar uma crescente força de trabalho urbana e gerar rendimentos pela exportação." (29)

Uma vez que em meados da década de 70 uma tal perspectiva sobre o desenvolvimento já estava em crise há algum tempo, é possível afirmar que também neste domínio se poderá dizer que as opções moçambicanas estavam já algo em declínio quando, quase acriticamente, foram adoptadas.

28. Vd a nota 'Recordando...' in Finanças e Desenvolvimento, Junho/1990, pg 17 em que se transcreve uma parte de um texto de Albert Waterston publicado nesta mesma revista em Março de 1965. Nele se diz a certa altura:

"Desde cerca de 1950 o Banco Mundial tem desempenhado um papel importante no lançamento ou aceleração do planeamento organizado do desenvolvimento nacional de vários países. (...) A difusão do planeamento do desenvolvimento foi também estimulada pelos países do Ocidente que fornecem empréstimos e doações. (...) Os EUA ocuparam uma firme posição em defesa do planeamento do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos."

29. Vd COMEN, J. Integrated Rural Development: the Ethiopian experience and the debate, SIAS, Uppsala, 1987, pg41.

Torna-se, pois, necessário delinear uma estratégia económica que dê mais atenção ao sector agrícola e em particular ao desenvolvimento (auto-sustentado) do sector de produção camponesa, principal produtor das subsistências da grande maioria da população (30). Tal estratégia está, por maioria de razões, mais ao alcance de uma sociedade em que os princípios do socialismo tal como o definimos têm um papel importante na orientação global do processo económico.

As alterações de orientação da política económica anunciadas aquando do IV Congresso da FRELIMO, em 1983, apontavam neste sentido de uma maior ênfase na agricultura das famílias camponesas (31). Infelizmente, porém, elas surgiram numa época em que a degradação da situação económica e social interna relacionada com a acção desestabilizadora da República da África do Sul --- directamente ou via RENAMO --- já era tal que dificultaram a efectiva implementação de tal orientação devido, entre outras causas, às dificuldades em abastecimento em *inputs* vários de muitos dos camponeses espalhados por todo o país.

É preciso, no entanto, ter consciência que tais dificuldades não estão apenas relacionadas com aquela acção desestabilizadora: elas prendem-se também com a natural demora de um aparelho de Estado habituado a proceder segundo determinados ditames em modificar as suas regras de actuação. A forma por vezes violenta que foi utilizada para concentrar as populações em aldeias comunais sob o pretexto das necessidades de defesa aí está para o demonstrar. Declarações como "produzir algodão e castanha de cajú não é favor, é uma ordem do Estado" (32) fazem também parte da demonstração.

30. Uma contribuição importante para o delinear de tal estratégia pode ser vista em BAO, J. Moisés e CABRILERO, J.M. "Agricultural performance and development strategy: retrospect and prospect", *op. cit.*

31. Ver Partido FRELIMO Relatório do Comité Central ao IV Congresso, Coleção 4º Congresso, Maputo, em especial o capítulo III (as principais linhas do desenvolvimento), pgs 63-68 e Idem, Directivas económicas e sociais, *idem*, pgs 25 e seguintes.

32. Declarações do Governador de Maputo, Gaspar Dzimba, transcritas em Tempo, 19/10/1986, pg 13. O discurso citado é uma autêntica 'pérola' do tipo de discurso de aitos dos responsáveis locais e, nomeadamente nas orientações que transmite, em nada fica a dever (antes pelo contrário) às posições e às acções mais retrógradas e controladoras de tempo de trabalho dos camponeses no período colonial.

Uma outra demonstração de que o Estado não estava ainda preparado para reduzir significativamente o seu papel na economia é o quadro genérico em que esta maior ênfase na economia camponesa aparece. Este é ilustrado pela afirmação de que

"são válidas as 'Linhas Gerais de Orientação' definidas nas Directivas Económicas e Sociais do III Congresso (...) [e] os objectivos estabelecidos no Plano Prospectivo Indicativo embora as exigências presentes (...) nos levem a adoptar ritmos de crescimento menores e a adiar a realização de parte dos novos investimentos." (33)

Ele é demonstrado ainda pela tarefa que se impõe a política económica em relação ao sector produtivo estatal:

"ele deve ser consolidado e reestruturado de modo a ultrapassar as actuais dificuldades (...) e passar a determinar e a dominar o processo económico." [sublinhados meus - A.S.] (34)

As citações feitas demonstram que naquela época ainda não tinha sido compreendida toda a extensão da situação económica e social a que se tinha chegado e as consequências que dela deveriam advir para a reformulação da política prosseguida até então. Tudo se passava como se se pensasse que se estava numa fase de simples 'parar para reconstituir forças' --- ou de 'um passo atrás, dois passos em frente' --- a fim de prosseguir o caminho anterior.

Isto indica, pelo menos aparentemente, que não se tinha gerado ainda a consciência de que, apesar dos resultados económicos satisfatórios traduzidos num aumento da produção até 1981, este estava errado em muitas das suas vertentes mais essenciais --- nomeadamente na tendência a considerar como válida a expressão 'estatização = socialismo' --- e que era difícil, senão impossível, conciliar um processo de abertura em direcção à produção camponesa com um processo de consolidação do sector estatizado de produção agrícola: não sendo necessariamente antagónicos, parece-nos evidente que a lógica que leva a enfatizar um é, intrinsecamente, dificilmente conciliável, senão mesmo con-

33. Vd. FERLINO Directivas económicas e Sociais, FERLINO (coleção 'IV Congresso'), MAPUTO, Maio de 1983, pg 5.

34. Vd. Iden, pg 27

trária, com a que leva a enfatizar o outro. Para além disso, cedo ou tarde a escassez de recursos acabaria por impôr a sua lei obrigando a opções mais claras .

Admitimos, porém, que a consciência de que o processo estava condenado já estava presente em muitas mentes; porém, razões como as necessidades de legitimação da FRELIMO face à população e de preservar a unidade interna da Frente impediam que essa consciência fosse assumida pública e inequivocamente.

Para terminar, uma última palavra sobre o enquadramento desta dissertação no contexto dos debates teóricos sobre o socialismo e sobre a problemática da transição para ele no quadro africano ou, de uma forma mais genérica, em formações sociais em que é fraco o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e humanas.

Procurámos demonstrar, principalmente ao longo do capítulo inicial, que se torna necessário um esforço para, agora que parece definitivamente enterrado o estalinismo, retomar o debate sobre o conteúdo do socialismo distinguindo perfeitamente o fim das vias que são as estratégias e sujeitando estas àquele e não o contrário como parece ter acontecido até agora.

Tal debate não poderá deixar de ter em consideração as contribuições dos 'pais fundadores' do marxismo mas não deve olhá-las como aquisições inquestionáveis do socialismo, designadamente do de inspiração marxista; ele deve também ter em atenção os contributos de autores que se afastaram do estalinismo e só terá a ganhar se fizer um esforço significativo de releitura dos textos que Lênine escreveu nos últimos dois anos da sua vida. Principalmente, é importante que tenha a humildade suficiente para retirar da prática as lições que ela contém, mesmo que isso implique reformular algumas ideias feitas sobre o percurso para o socialismo e, no limite, ponha em causa a viabilidade da sua construção no futuro histórico próximo nas sociedades com fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas por nelas ser difícil a generalização do poder de controlo do processo social que, quanto a nós, constitui o cerne do socialismo. É este, aliás, o nosso entendimento.

Nesta perspectiva, devem ser estudadas as hipóteses que as novas tecnologias de informação colocam à generalização daquele poder de controlo social: por exemplo, é possível que um dia o processo de consulta de opiniões

e de votação seja extremamente simplificado de tal forma que não exija da parte de cada cidadão muito mais que o carregar em dois ou três botões de um computador. Nessa altura estaremos a um passo da socialização do controlo do processo social.

Temos, pois, que se fôr levado a cabo o esforço de renovação do pensamento socialista --- principalmente o de raiz marxista marxista mas não só ---, há-de ser possível retomar mais tarde o caminho da utopia, dê ela pelo nome de "socialismo" ou não. Não o foi na era dos 'maquinismos' como pensava Marx mas talvez o seja na era dos automatismos que será o século XXI (ou o XXII ?). Há-de...





A N E X O 1



## A N E X O 1

### MOÇAMBIQUE: O QUADRO GEOGRÁFICO E ECONÓMICO GERAL

#### Situação geográfica, superfície e fronteiras

Situado na costa oriental de África, sensivelmente a meio da sua metade sul, Moçambique ocupa uma faixa litoral de largura variável que se estende por cerca de 1900 kms --- a mesma que separa Lisboa de Amsterdão ou Roma --- medidos desde a foz do Rio Rovuma, a Norte, até à Ponta do Ouro, a Sul.

A sua área, cerca de 800 mil kms<sup>2</sup>, é quase 10 vezes a de Portugal e sensivelmente idêntica ao conjunto formado pela França e pela ex-República Federal Alemã.

Tendo fronteiras terrestres com seis países --- Tanzânia a Norte, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Suazilândia e República da África do Sul (RAS) a Oeste e a RAS a Sul ---, Moçambique tem a Leste uma costa marítima banhada pelo Oceano Índico com cerca de 2500 kms.

#### Características morfológicas: orografia e hidrografia

Desenvolvendo-se principalmente em latitude --- o diferencial entre os extremos norte e sul é de mais de 16° ---, Moçambique ocupa a faixa litoral do rebordo leste da África Austral caracterizado por um planalto central que está separado por regiões escarpadas de uma superfície costeira que aqui atinge a sua maior largura. Assim, cerca de 44% do território moçambicano --- a grande maioria dos quais situados na metade sul --- é ocupada por esta planície litoral (0-200 metros).

Da restante superfície do país, uma área equivalente à ocupada pela planície é constituída por zonas planálticas cujas altitudes variam entre os 200 e os 1000 metros e o restante (cerca de 13%) são regiões de altitude superior aos 1000 metros. Temos, pois, que Moçambique apresenta de uma forma geral um aspecto relativamente plano --- quer de planície (no Sul) quer de planalto (no Centro e Norte) --- entrecortado por regiões fronteiriças de relevo mais acentuado.

Estas últimas são cinco:

- 1) o sistema Maniamba-Amaramba, junto ao Lago Niassa;
- 2) o sistema Chire-Namúli, na Zambézia;
- 3) o planalto acidentado da Marávia-Angónia, junto das fronteiras com a Zâmbia e o Malawi, na província de Tete;
- 4) a escarpa de Manica, na fronteira desta província com o Zimbabwe; e
- 5) a cadeia dos Montes Libombos, a Sul, ao longo da fronteira Oeste com a África do Sul.

A disposição do relevo, descendo com relativa suavidade desde as zonas mais montanhosas junto à fronteira até ao litoral, reflecte-se na hidrografia do país.

Assim, os rios mais importantes correm de oeste para leste desaguardo no Oceano Índico e dando origem a cinco bacias hidrográficas mais importantes:

- 1) a do Rovuma-Lugenda, na região mais setentrional do país;
- 2) a do Lúrio, rio que um pouco mais a sul dos anteriores separa as províncias de Cabo Delgado e do Niassa da de Nampula;
- 3) a do Zambeze, sensivelmente a meio do país e que é a mais importante de todas;
- 4) a do rio Save, rio que separa as províncias de Manica e de Sofala das de Gaza e de Inhambane; e, por fim,
- 5) a do Limpopo, no Sul do país.

### Clima. Clima e agricultura

A disposição do relevo moçambicano exerce influência também sobre o clima. Na verdade, o facto de o relevo descer com suavidade em direcção à costa torna quase todo o território do país sujeito à influência quer das depressões equatoriais e anticiclones tropicais quer da corrente quente do Canal de Moçambique.

Por tudo isto pode-se dizer que existe uma certa homogeneidade climática em todo o território sendo o clima predominante o tropical.

Note-se, porém, que se em quase toda a metade norte do país e na faixa litoral sul há uma estação das chuvas mais prolongada que a estação seca --- clima tropical chuvoso --- já em boa parte do sul do país (excepção feita à faixa litoral, relativamente estreita) a estação seca é bastante maior que a das chuvas --- clima tropical seco. Nas regiões montanhosas o clima é tropical de altitude, com temperaturas mais amenas mas com bastante mais chuva.

A época das chuvas coincide com o período mais quente do ano, entre Outubro/Novembro e Março/Abril.

Quanto ao regime pluviométrico há que salientar vários aspectos. Um deles diz respeito à quantidade absoluta de precipitação: ela oscila entre os cerca de 400 mm ou menos nas zonas fronteiriças da província de Gaza e os mais de 1400 mm nas zonas de altitude do Centro e do Norte do país. A maior parte das regiões recebe, no entanto, entre 600 e 1200 mm por ano, sendo a metade Norte mais chuvosa que a metade Sul. A título de comparação refira-se que Lisboa tem uma pluviosidade média anual de cerca de 950 mm.

Saliente-se, no entanto, um outro aspecto relativo ao regime pluviométrico. É que se nos climas temperados a distribuição da precipitação total ao longo do ano é relativamente equilibrada, na África em geral e em Moçambique em particular a precipitação tende a concentrar-se num número reduzido de meses e até, por vezes, de dias. Assim, é normal que uma precipitação significativa em termos absolutos se verifique de uma forma relativamente concentrada, em períodos curtos, sendo escassa ao longo da maior parte do ano<sup>(1)</sup>.

1. VÊ ASSVEDO, Ario Lobo de O clima de Moçambique e a agricultura -- In: Lourenço Marques: estudo de alguns factores climáticos, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais; s.l., 1947, pg 222

Um tal regime pluviométrico é essencialmente propício à ocorrência, com alguma frequência, de secas e de cheias que se fazem sentir um pouco por todo o país. O fenómeno é tão comum que, por exemplo, desde a independência de Moçambique, só em muito poucos anos é que o país não sentiu, ora numa região ora noutra, os flagelos da seca e das cheias com os inerentes prejuízos para a agricultura e para o conjunto da economia e, claro, para a vida das populações.

Por outro lado, as temperaturas médias mensais são normalmente elevadas: a de Maputo é de 23,4° e as de Lichinga (a mais baixa das capitais provinciais) e de Tete (a mais elevada) são, respectivamente, 18,7° e 26,4°. Assim, a evaporação tende a ser significativa o que se reflecte nas necessidades de reposição de água no solo, na produtividade deste --- as elevadas temperaturas não são favoráveis à acumulação de grandes quantidades de matéria orgânica no solo --, enfim, à sua erosão.

### Vegetação

A vegetação espontânea de Moçambique é constituída maioritariamente pela floresta aberta (cerca de 400 mil kms<sup>2</sup>) e pela savana (cerca de 150 mil kms<sup>2</sup>) que em conjunto ocupam perto de 2/3 da superfície do país.

### Solos e subsolo

Há em Moçambique "um predomínio de solos pobres, magros e esqueléticos" (2) que não são favoráveis a uma agricultura com bons rendimentos. Isto não impede a existência de regiões com solos ricos, nomeadamente nas planícies dos vales dos rios do Sul do país.

Quanto ao subsolo, investigações recentes têm permitido revelar jazidas minerais que, ainda que não colocando o país a par das vizinhas África do Sul e Zâmbia quanto à riqueza do seu subsolo, permitem desfazer parcialmente a ideia de pobreza acentuada que transpira dos estudos coloniais. De facto, estão hoje identificados importantes reservas de carvão e ferro e também de apatite, bauxite e muitos outros minerais (3).

### População

O 1º Recenseamento Geral da População, realizado em 1980, revelou a existência de uma população de cerca de 12 milhões de habitantes distribuídos da seguinte forma pelas 10 províncias em que se divide administrativamente o país:

2. Vd BRITO, Raquel Seiro de op. cit., pg 24

3. Vd CNP/EPN Informação estatística, 1975-1984, op. cit., pg 7-8

## POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

| Províncias   | População<br>(mil hab.) | Densidade<br>populacional<br>(hab./km <sup>2</sup> ) | % da população<br>total |
|--------------|-------------------------|--|-------------------------|
| Zambézia     | 2500                    | 23,8   | 20,6                    |
| Nampula      | 2403                    | 29,4   | 19,8                    |
| Maputo (*)   | 1247                    | 47,3   | 10,3                    |
| Sofala       | 1065                    | 15,7   | 8,8                     |
| Inhambane    | 998                     | 14,5   | 8,2                     |
| Gaza         | 991                     | 13,1   | 8,2                     |
| Cabo Delgado | 940                     | 11,4   | 7,7                     |
| Tete         | 831                     | 8,3  | 6,9                     |
| Manica       | 641                     | 10,4   | 5,3                     |
| Niassa       | 514                     | 4,0  | 4,2                     |
| TOTAL        | 12130                   | 15,2   | 100,0                   |

Nota (\*): Província de Maputo excepto cidade: 492 mil habitantes e 19,1 hab/km<sup>2</sup>; Cidade de Maputo: 755 mil habitantes

Fonte: RFP/ Conselho Coordenador do Recenseamento 1º Recenseamento Geral da População -- Informação pública, [Maputo], 1983, p. 6

Com base nestes números e nas taxas de crescimento populacional realizaram-se projecções que previam, para 1/8/1989, uma população total de cerca de 15,3 milhões de habitantes e uma densidade populacional de cerca de 18,5 hab/km<sup>2</sup>.

As províncias mais populosas e mais densamente povoadas são as da Zambézia (20,5%) e de Nampula (19,7%). Seguem-se-lhes, com percentagens relativamente semelhantes, as de Sofala (8,7%), Inhambane (8,2%), Gaza (8%) e Cabo Delgado (7,8%). A cidade de Maputo, oficialmente com cerca de 800 mil habitantes, tem cerca de 5%.

A população urbana, na qual se destaca a da cidade de Maputo e, em muito menor escala, as da Beira e de Nampula, representava em 1980 13% da população total contra 23% no Zimbabue e 43% na Zâmbia. A maioria da população de Moçambique (cerca de 87% em 1980) vive, por isso, em zonas rurais.

A situação de guerra que se tem vivido em Moçambique desde há quase uma década deu origem a grandes movimentações da população, a qual busca fugir aos efeitos dessa guerra. Isto resultou numa saída do país de cerca de um milhão de habitantes, dos quais cerca de 600 mil para o Malawi.

Também internamente as deslocações têm sido muito intensas, com uma parte importante da população a concentrar-se junto das principais povoações ou em campos de refugiados onde esperam poder ter mais fácil acesso quer à segurança quer aos apoios que são canalizados pelos esquemas internacionais de ajuda.

Um pouco mais de 60% dos moçambicanos tem menos de 25 anos de idade e em cada 100, 43 tem menos de 15 anos. Isto é reflexo de uma taxa de crescimento natural muito elevada: 2,6% no período 1985/90. Este indicador, que representa o saldo aritmético das taxas de natalidade (4,7%) e de mortalidade (2,1%), terá entrado recentemente numa fase de estabilização depois de em 1955 ter sido de 1,5% e em 1965 e 1975 ter alcançado, respectivamente, os valores de 2% e 2,4% (4). A título comparativo recordem-se as taxas de crescimento populacional de alguns conjuntos de países (1980/87):

|   |      |
|---|------|
| - países de baixo rendimento<br>(excepto China e Índia) | 2,8% |
| - países de rendimento médio                            | 2,2% |
| - África Sub-Sahariana                                  | 3,2% |
| - países industrializados<br>(economias de mercado)     | 0,6% |

Registe-se, por outro lado, que a população em idade activa (15-64 anos) representava, em 1980, 53% do total (63% em Portugal) e encontrava-se distribuída do seguinte modo:

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| agricultura:                  | 85% |
| indústria e construção civil: | 7%  |
| serviços:                     | 8%  |

Por fim, refira-se que etnicamente a população se divide em vários grupos dos quais o principal é o dos Makwa-Lomwe, com cerca de 40% da população, concentrado principalmente nas províncias de Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa. No Sul do país predominam os Tonga e no Centro os Shona.

#### Indicadores económicos (5)

O World Development Report de 1982 atribui a Moçambique um Produto Nacional per capita de US \$230, apenas cerca de 10% do de Portugal (US \$2370). Porém, o relatório de 1991 apresenta para o PNB per capita de 1989 o valor de US \$80, o mais baixo de todo o mundo. Naquele mesmo ano os valores correspondentes para o Zimbabwe, a Zâmbia e Portugal eram, respectivamente, 650, 390 e 4250 US\$.

A evolução verificada para Moçambique traduz bem, ainda que com um indicador susceptível de algumas críticas, a degradação das condições de vida ocorrida em Moçambique nos últimos anos em consequência das calamidades naturais (seca e cheias) e, principalmente, da guerra que dilacera o país.

4. Vd. INE/CNE Informação Estatística 1989, INE/DNE, Maputo, 1990, p. 22.

5. Para uma apresentação mais completa de informação económica sobre Moçambique para o período 1975-1990 veja-se SERRA, A. M. de Almeida Moçambique: a evolução económica no período 1975-1990, CEEA-ISEG (Working Paper nº ), Lisboa, 1991.

Procurando ultrapassar algumas das críticas justamente feitas ao PNB *per capita* enquanto indicador do nível de desenvolvimento económico e, principalmente, social de um país, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu um Índice de Desenvolvimento Humano com dados sobre o valor do PIB, da esperança de vida à nascença e da taxa de alfabetização dos adultos. Numa escala que vai de 0 a 1, o valor encontrado para Moçambique (1988) é de 0,155, ocupando o 15º lugar numa ordenação segundo o valor crescente do índice. A título comparativo refira-se que o valor mais baixo do conjunto dos 160 países estudados é a Serra Leoa (0,048) e o mais elevado o do Japão (0,993). Portugal tem um índice de 0,879 e, em 36º lugar numa listagem decrescente, encontra-se entre a Coreia do Sul e Singapura.

Uma avaliação (6) do PIB de Moçambique a preços correntes atribuíra-lhe, para 1973 e 1975, os valores de 38,4 e 38,7 milhões de contos (moçambicanos).

Estatísticas posteriores apontam para um valor do PIB em 1980, a preços correntes, de 79,5 milhões de contos. O Produto Social Global (agregado da contabilidade do produto material utilizada em Moçambique) a preços de 1980 foi avaliado, para 1975, em 71,4 milhões de contos e para 1981 (o ano de valor máximo) em 84,1 milhões, tendo baixado para 58,2 em 1984. Em 1985 o PSG terá sido de 53,6 milhões de contos. Isto representa uma quebra de 18,5% no período que decorreu entre 1975 e 1984 e de quase 31% no período 1981-84 com uma quebra entre 1975 e 1985 de cerca de 25%.

A produção nacional repartia-se em 1975, por sectores, da seguinte forma: agricultura = 25%; indústria = 20% e serviços = 55% (7).

Se a análise fôr conduzida segundo a contabilidade do produto material teremos os seguintes valores para os vários sectores e em percentagem do PSG:

| ano  | agricul-<br>tura | indústria | constru-<br>ção | trans-<br>portes<br>e com. | comércio<br>e outros |
|------|------------------|-----------|-----------------|----------------------------|----------------------|
| 1975 | 35               | 39        | 6               | 13                         | 8                    |
| 1980 | 38               | 40        | 6               | 10                         | 7                    |
| 1984 | 42               | 31        | 8               | 9                          | 10                   |

Fonte: CNP/DBE Informação Estatística, 1986, (Maputo), Abril/1987, pg 9

6. Vê NOCEA, Z. Pereira de et al. Estimativa da Produção Interna Bruta de Moçambique, 1970-1973-1975, Curso de Economia da UEN, Maputo, 1978, pg 12

7. Vê Idem

A agricultura é, pois, em relação à produção, um sector fundamental --- o mais importante, mesmo, se dividirmos o sector dos serviços nos seus vários subsectores --- da economia moçambicana sendo mesmo o principal quanto ao volume da população que envolve.

### Indicadores sociais

Segundo o World Development Report 1982 (WDR) a esperança de vida à nascença para os indivíduos nascidos em 1980 era de 47 anos, valor este que poderemos confrontar com os 49 previstos para a Zâmbia, os 55 para o Zimbabwe e os 71 para Portugal. Para 1989, o relatório correspondente de 1991 informa que os valores são, respectivamente, 49 (Moçambique), 54, 64 e 75.

Quanto a assistência sanitária, em Moçambique havia, em 1977, 35820 habitantes por médico enquanto que na Zâmbia o valor correspondente era de 10410, no Zimbabwe 7030 e em Portugal 700. Em 1984 (WDR de 1989) o valor de Moçambique era de 37950 habitantes por médico enquanto que (WDR de 1991) na Zâmbia era de 7150, no Zimbabwe 6700 e em Portugal 410.

A oferta de calorias por dia e *per capita* era, em 1988, de 1632, o valor mais baixo de todo o Mundo e que representava 81% do correspondente valor médio para toda a África Sub-Sahariana, 48% do valor para Portugal e do do conjunto dos países industrializados de economia de mercado e menos de 3/4 do *intake* considerado mínimo pela FAO para a África tropical (2240 calorias/homem/dia).

No domínio da educação e para 1985 a taxa de analfabetismo da população com 7 e mais anos de idade era de 62% (Zâmbia=24%; Zimbabwe=26%). Para 1980 a percentagem da população que detinha um grau de ensino completo era de apenas 5,1 %, correspondendo 80% destes ao primeiro dos graus de ensino (4ª classe). Neste domínio é significativo que da população total cerca de 16% sejam alfabetizados sem grau de ensino e graças às campanhas de alfabetização organizadas após a independência.

### NOTA FINAL

Informação estatística mais pormenorizada sobre a evolução da situação económica de Moçambique desde a independência, pode ser vista em SERRA, A.M. de Almeida Moçambique, 1975-1990: uma síntese da evolução económica, (Documento de Trabalho nº 20), CESA/ISEG, Lisboa, 1991.



A N E X O 2

NOTA: a má qualidade da reprodução do texto que se segue --  
- de que pedimos desculpa --- deve-se às deficientes  
condições em que se encontra a cópia a que tivemos acesso.  
Ela obrigou, inclusivé, a reescrever parte do documento.  
Dado o seu interesse, resolvemos, no entanto, reproduzi-lo  
tal como está.



## 2 - COMO LANÇAR AS BASES DO DESENVOLVIMENTO

### 2.1 - LEI FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO

O estágio de desenvolvimento atingido hoje é o resultado dum processo milenário vivido pela humanidade. A satisfação de necessidades foi o elemento motor que levou os povos a desenvolver as forças produtivas da forma a aumentar a produção.

A força de trabalho sendo o elemento determinante e fundamental de todo o processo de produção, foi à medida em que o homem foi conseguindo criar um excedente da produção alimentar, que êle pôde libertar uma certa quantidade de força de trabalho para outros sectores que viriam a reflectir-se, mais tarde, no aumento da produção dos próprios produtos alimentares.

De facto, quando o homem se lança no aproveitamento dos minérios e a criar instrumentos metálicos, êle vai com um novo meio de aumentar a produção agrícola. Se a sedentarização dos homens desmarca a passagem da colheita à fase de produção, o aparecimento dos primeiros instrumentos de trabalho evoluídos marca a passagem da fase caracterizada pelo aumento da produção através do aumento quantitativo do trabalho à fase caracterizada pelo aumento da produção através o aspecto qualitativo do trabalho, utilizando instrumentos mais produtivos.

Criando-se assim cada vez mais maior excedente, mais força de trabalho é desviada da produção agrícola e material em geral, para outros sectores. A economia e os vários ramos da actividade humana vão-se diversificando e influenciando mutuamente. Este processo de influência mútua vai provocar uma acumulação progressiva determinando o desenvolvimento social dos povos. É isto a despeito de que em cada sistema, as classes dominantes tenham esbanjado em consumo improdutivo, grande parte do produto criado pelo trabalho humano.

Quer dizer ao longo de todo o processo evolutivo, o valor criado (quantidade de trabalho dispendido) foi-se distribuindo em duas partes essenciais: uma que era consumida e outra que era destinada a desenvolver as forças produtivas. O desenvolvimento destas tinha 2 aspectos fundamentais: um era de caracter quantitativo: o aumento da capacidade de produção, pelo aumento da quantidade de instrumentos de trabalho; outro era de caracter qualitativo: aumento da capacidade produtiva através o aumento do nível de produtividade dos próprios instrumentos de trabalho.

Isto é, quando se passa da produção agrícola com enxadas, à produção agrícola com tractores há uma diferença fundamental (qualitativa) do nível de produtividade: aumento da quantidade produzida através a modificação da qualidade dos meios de produção. Verifica-se, pois, que o excedente

O desenvolvimento das forças produtivas tem um efeito duplo: de um lado, aumentar a quantidade da produção pelo aumento da quantidade dos instrumentos de trabalho e, doutro lado, pelo aumento do nível de produtividade dos próprios instrumentos de trabalho e da própria força de trabalho. Quer dizer a acumulação dos conhecimentos técnicos e científicos tem sido um dos elementos determinantes na evolução e progressão das próprias forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas, que são o motor do processo de desenvolvimento da produção se dá através uma acumulação de conhecimentos técnicos e científicos (valorização da força de trabalho, elemento determinante das forças produtivas), que provoca a melhoria da capacidade produtiva dos instrumentos de trabalho.

É esta foi pois o processo que o homem viveu desde o seu aparecimento até hoje, esta é a mecânica que vai continuar a determinar e a impulsionar o desenvolvimento socialista no futuro.

A base do desenvolvimento da produção económica é pois o desenvolvimento das forças produtivas.

XX

O nível de conhecimentos técnicos e científicos atingido hoje pela humanidade permitem já a criação de forças produtivas a nível qualitativo e quantitativo capazes de resolver os problemas fundamentais que afligem a grande maioria da Humanidade, particularmente na satisfação das necessidades mais prementes. Contudo a maioria da humanidade continua a ser vítima da fome. Isto resulta como sabemos, do facto de que os elementos fundamentais que determinam o nível das forças produtivas, isto é, os conhecimentos técnicos e científicos, portanto a mão-de-obra mais especializada e os próprios instrumentos de trabalho mais evoluídos, são propriedade privada e encontram-se geograficamente, resultado da evolução histórica da humanidade (feita através de sistemas baseados na exploração do homem pelo homem, cujo princípio fundamental é o da apropriação privada dos meios de produção) localizados em certos países.

Estudemos pois as

## 2.2 - CAUSAS E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO SUB-DESENVOLVIMENTO

Se historicamente o desenvolvimento dos povos não foi uniforme, sem dúvida que o desenvolvimento desigual, agravado até ao extremo, foi uma consequência directa da exploração do sistema capitalista, através da dominação e exploração colonial.

Se o sistema capitalista provocou uma concentração extrema das forças produtivas ao nível da propriedade, a dominação e exploração colonial levou a que aquela concentração se desse também no plano geográfico. Assim além dum elevado grau de concentração da propriedade por grupos de possuidores, houve também a concentração das principais forças produtivas em regiões geográficas restritas, determinadas. Quer a força de trabalho mais especializada (e técnica e a ciência mais evoluídas) quer os instrumentos de trabalho mais evoluídos, foram-se concentrando em certos países (os imperialistas) enquanto que noutros (as colónias) aquelas forças produtivas ficaram reduzidas ao de nível atrasado.

~~Ratizam-se~~ Faltam pois às economias dos países chamados sub-desenvolvidos, os meios de produção evoluídos que possam elevar a sua economia ao nível de produção em quantidade e qualidade que é permitido hoje em dia atingir. Há, pois, um desfazamento abismal entre o nível técnico das forças produtivas atingido pela humanidade e a sua aplicação às necessidades reais dos países atrasados. É esta a característica fundamental do sub-desenvolvimento, na análise da relatividade que supõe este conceito em relação ao do desenvolvimento.

### 2.3 - APLICAÇÃO DA LEI FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO AO CASO CONCRETO DE MOÇAMBIQUE

Nós temos, pois, de estabelecer a nossa estratégia de desenvolvimento, enquadrando-a no próprio processo evolutivo da humanidade, particularmente tendo em linha de conta, as condições reais existentes actualmente no contexto mundial.

Na revista que se fez da situação actual de Moçambique, podem tirar-se as seguintes conclusões:

- a) Dispomos duma economia fundamentalmente dividida em sector familiar e sector empresarial, o primeiro submetido ao segundo pela via comercial, de níveis técnicos e de organização profundamente diferentes.
- b) Durante o processo de descolonização, o volume da produção baixou em cerca de 30%.
- c) A capacidade de produção só foi realmente afectada pela perda dum certa quantidade de mão-de-obra qualificada.
- d) Uma das causas imediatas de baixo nível quantitativo da produção é a política de preços ao produtor.
- e) O fraco nível de produtividade é, em grande parte, devido dum lado à forma desorganizada de produção e, doutro lado ao baixo nível técnico quer da mão-de-obra quer dos meios de produção utilizados.

Assim na fase actual, afrontamos duas direcções de acção: levar a nossa produção ao nível anterior ao 25 de Abril de 1974 e lançar as bases para o futuro desenvolvimento.

Mas ao mesmo tempo que se estarão a tomar medidas para a recuperação da nossa economia, podem e devem-se tomar simultaneamente medidas que constituam já o lançamento das bases para o desenvolvimento. Isto impõe-se tanto mais que a própria recuperação exige medidas de orientação em todos os sectores da produção. Portanto as medidas imediatas tendentes à recuperação devem inserir-se nas medidas tendentes a lançar as bases do futuro. Quer dizer, as medidas de emergência, tanto quanto possível, devem enquadrar-se num plano a longo prazo, evitando-se distorções e recomeços que costumam ser desagradados socialmente. E isto é não só possível, mas as próprias condições actuais o exigem.

### 2.3.1 - CRIAR AS BASES PARA LIQUIDAR O SUB-DESENVOLVIMENTO

A análise do desenvolvimento social dos povos, ao longo da história, mostra-nos exactamente que nenhêma economia pode desenvolver-se sem se apoiar na sua lei fundamental. Esta lei levou a humanidade a um dado nível de desenvolvimento que é caracterizado hoje pelo nível das forças produtivas. A economia dos países que ainda não atingiram este nível, dada a interdependência económica existente no mundo de hoje, ou o atingem o mais depressa possível ou ficam sujeitas a permanecerem no estado de sub-desenvolvimento, não se libertando pois das consequências que tal situação comporta.

Históricamente a agricultura serviu de base ao parecimento da indústria. Esta, uma vez criada, passou a ser o elemento determinante do desenvolvimento geral, incluindo pois a agricultura pelo alto nível de produtividade que lhe proporcionou.

Quer dizer, uma economia apoiada exclusiva ou essencialmente na agricultura não pode hoje, desenvolver-se se não for impulsionada pela indústria. Do ponto de vista económico, a separação entre países que se fez no mundo de hoje é exactamente entre aquêlas que são industrializadas e as aquêlas que são agrícolas. Isto é, há realidades nacionais que não correspondem à etapa histórica da humanidade. É esta contradição que pode hoje ser resolvida por uma opção política: a da escolha da via de desenvolvimento; uma vez resolvida esta opção fundamental, põe-se a questão também fundamental no plano económico: como iniciar a passagem do estado de sub-desenvolvimento ao estado de desenvolvimento.

A base da industrialização está na indústria pesada, esta fornecendo a indústria de transformação. Portanto, em termos de economia, não há hoje qualquer possibilidade de independência económica ou de verdadeiro

desenvolvimento económico, sem uma base assente numa indústria pesada.

E a experiência de todos os países tornados independentes que continuaram a tentar um desenvolvimento económico assentando exclusivamente na produção agrícola e na transformação industrial das matérias-primas agrícolas, falharam completamente, mesmo se a opção política feita foi a da via socialista.

Há evidentemente o caso de países que, pela sua fraca dimensão geográfica (falta de recursos naturais) e demográfica, não podem materialmente caminhar para a criação duma estrutura económica independente. Mas isso é o problema dos mini-países que são abortos do imperialismo e que estão historicamente condenados. Eles só poderão sobreviver, numa integração em espaços económicos mais vastos.

A criação da indústria pesada é fundamental pelas 2 razões principais seguintes:

- 1 - É esta indústria que dinamiza toda a economia moderna sendo, pois, o factor ~~sinxixxxx~~ essencial da criação de valor.
- 2 - Nesta mediada ela é a única que permite a independência económica, isto é, liberta a indústria ligeira da dependência em que ela vive da indústria pesada estrangeira.

Assim nós verificamos que sem indústria pesada, toda a economia é dependente dos fornecimentos em bens de equipamento do estrangeiro. Daqui a impossibilidade duma auto-suficiência e a fragilidade às pressões políticas e económicas. E destas impossibilidade e fragilidade a impossibilidade duma independência total.

Na medida em que há <sup>/importação de</sup> trabalho altamente qualificado, sem contrapartida na exportação, as relações de troca não podem deixar de ser desfavoráveis ao país que não dispõe da indústria pesada. Quer dizer, o valor da nossa produção é sempre, relativamente, inferior ao da do estrangeiro. Daqui o desnível das economias que levam automaticamente à dependência económica. Seremos forçados a exportar mercadoria cujo valor é baixo e a importar mercadoria cujo valor é elevado. Isto é, considerando ~~para~~ que o valor das mercadorias se mede pelo trabalho socialmente necessário ( e esta é considerado à escala internacional) que nelas está incorporado, se sermos obrigados a importarmos as nossas fábricas para transformar as nossas matérias-primas, estaremos sempre a importar maior valor do que o que produzimos. A quantidade de trabalho importado valendo mais do que o utilizado nacionalmente, não fugiremos à exploração e daqui à dependência e à submissão.

Portanto o problema da independência económica está fundamentalmente dependente da nossa capacidade em produzir valor que se situe ao nível do produzido à escala mundial, isto é liquidar a causa profunda da desigual-

dado da troca. Só nesta medida poderá existir a troca atualmente vantajosa.

Tomemos um caso concreto: nós somos o principal produtor mundial de castanha de caju. Hoje em dia podemos já vender este produto transformado industrialmente. No entanto importamos inteiramente as fábricas (e os sobressalentes para que elas funcionem) para fazermos a transformação da castanha de caju, quer em óleo, quer em amêndoa, etc. Assim o preço dos nossos produtos derivados da castanha de caju que nós consumimos ou exportamos, inclui uma parte de valor que é o da amortização das fábricas que a transforma. Temos pois de dispendir muito trabalho pouco valorizado (mão-de-obra não especializada) para pagarmos a quantidade de trabalho especializado que importamos. Existe aqui uma troca que do ponto de vista económico é justa (pois que trocamos valores iguais) mas em que nós estamos em nítido desfavor: o nosso trabalho (menos valorizado) é inferior ao importado (mais valorizado).

Toda a nossa indústria de transformação vive de bens de equipamento importados. A maior parte dos produtos industriais aqui produzidos são a transformação de matéria prima importada (toda a matéria-prima que já tenha uma certa laboração), é o caso de toda a indústria metalomecânica e química. A nossa agricultura só pode desenvolver-se, hoje em dia, à custa de maquinaria importada. A conservação desta fábricas e maquinaria depende dos sobressalentes importados.

Verifica-se assim que dum lado, os nossos produtos incorporam uma quantidade elevada de trabalho pouco valorizado, que é o nacional, e por outra quantidade inferior de trabalho importado mais valorizado. São precisas várias horas de trabalho moçambicano para uma hora de trabalho estrangeiro importado.

Em 1960, o total da produção da nossa indústria foi de 3.696 mil contos para um investimento total de 3.713 mil contos; em 1970 aqueles valores foram respectivamente de 10.502 mil contos e 13.258 mil contos. A maior parte do capital investido é valor importado.

Verifica-se aqui uma dupla desvantagem:

a) o valor criado internamente é inferior e não pode desenvolver-se; nós introduzimos trabalho numa parte secundária do processo de produção;

b) a origem do processo de produção escapando-nos (a fatia dos meios de produção) estrategicamente não podemos fugir à dependência e exploração e das consequências económicas e políticas resultam.

A mantermo-nos nesta situação, estaremos pois num risco de que põe em perigo o processo revolucionário. É neste ponto que se situa o neocolonialismo.

Temos pois de valorizar a nossa força de trabalho. E esta valorização não pode fazer-se senão lançando, no nosso país, desde já, as bases para uma economia que fixará aqui a maior quantidade de trabalho.

Na realidade a nossa situação é caracterizada fundamentalmente pelo facto dum baixíssimo nível técnico.

Ora aqui é que se encontra o nosso problema crucial do momento. Temos de fazer uma opção fundamental: ou vamos continuar a tentar desenvolver a nossa economia acumulando exclusivamente excedente interno, capazes de investirmos na reprodução e na formação de quadros técnicos, ou vamos imediatamente suprir esta falha importando os meios que nos permitirão exactamente fazer uma acumulação rápida?

A primeira solução apresenta as seguintes desvantagens: a nossa acumulação interna é fraca devido precisamente à baixa taxa de produtividade e esta é-o, por sua vez, devido ao nosso baixo nível técnico da produção; tentar aumentar aquela acumulação, sem instalar cá, pela importação, a técnica avançada, será difícil pela pressão que nos será imposta por um mercado mundial ainda fortemente dominado pelos países imperialistas. Na melhor das hipóteses, isto é, conseguirmos tornar aquela pressão, teremos um longo período a atravessar.

Ora a segunda solução resolve imediatamente o nosso problema, na medida em que, contando com o apoio dos países socialistas, nós poderemos imediatamente adquirir aquela técnica. Quer dizer se o nosso problema imediato é a falta de técnicos em quantidade e qualidade, nós podemos suprir esta falta exactamente instalando o aparelho que tecnicamente pode fazer o trabalho dos tais técnicos inexistentes em Moçambique.

É pois necessário criarmos imediatamente a base que proporcione um alto nível de produtividade. Uma vez introduzido este alto nível de produtividade na nossa economia, nós estaremos preparando as condições para uma acumulação interna elevada, que poderá então impulsionar todos os outros ramos da economia e sectores da vida do país.

Importarmos a técnica ao mais alto nível, no nosso caso, significa pois: dum lado importarmos os meios de produção fundamentais (a base da indústria pesada) e, doutro lado, os aparelhos técnicos que possam suprir a falta de elemento técnico humano (por exemplo na informática). Quer dizer os elementos fundamentais duma economia avançada, que são o produto do trabalho de todos os povos ao longo da sua história e que, em virtude da apropriação privada dos meios de produção a que estivessem submetidos, nos foi negada possuímos, mas que, dadas as conquistas obtidas já pelo movimento revolucionário, nos é agora possível obter.

Da mesma forma que conseguimos fazer e vencer a guerra utilizando o material mais avançado que nos foi fornecido pela solidariedade revolucionária.

nária, esta mesma solução terá de ser adoptada na estratégia do nosso desenvolvimento económico. Simplemente de durante a guerra, pelas suas próprias condições nós estivemos sempre na situação de recebermos constantemente as armas, presentemente trata-se de adquirir os meios com que poderemos, após, produzirmos nós próprios.

Moçambique dispõe de condições, quer de dimensão geográfica, quer de recursos próprios (mineiros, energéticos, agrícolas, piscícolas, etc.), quer ainda demográficos (em 1980 teremos ultrapassado 10 milhões de habitantes - um mercado interno já importante) que nos permitem e exigem mesmo, que se crie, desde já, uma indústria pesada como ponto de partida para uma estratégia do nosso desenvolvimento económico.

Temos condições naturais para a produção económica de energia hidráulica. Dispomos de riquezas e condições naturais que permitem a exploração económica duma siderurgia. As nossas reservas de minério de ferro actualmente conhecidas são fracas. Na perspectiva duma siderurgia teríamos pois de recorrer à importação, dentro de algum tempo, daquêle minério. Quer de Angola, quer de Mauritânia, quer de Tanzânia, quer de Guiné-Conakry, etc, poderíamos obter o minério de ferro em quantidade e prazo economicamente válidas. Dispomos pois de condições próprias para a criação duma indústria pesada.

Faltar-nos-ia o capital e os meios técnicos para a realização dessa base.

O movimento revolucionário dispõe hoje também da vanguarda das forças produtivas. Esta vanguarda deixou de ser propriedade exclusiva das classes exploradoras. Faremos, pois, dentro do espírito do internacionalismo proletário, de conjugar os nossos próprios meios com os meios de que dispõe o movimento revolucionário mundial da nossa época. Quer dizer, realizar no plano económico aquilo que já está realizado no plano político: a interajuda no seio do meio revolucionário mundial.

Isto significa entrarmos num acordo com os países socialistas, para a criação da nossa industria pesada. Só fazendo esta conjugação de ajuda externa (suprindo as nossas deficiências técnicas e financeiras actuais) com os nossos próprios recursos (utilizando imediatamente as nossas potencialidades naturais), nós conseguiremos lançar as bases dum desenvolvimento económico no mais curto espaço de tempo e ao mesmo tempo garantir verdadeiramente e seguramente a nossa independência económica e proporcionar um aumento segundo o nível de vida do povo em geral, condições básicas para garantir o processo revolucionário.

Por outro lado, vamos preparando, organizando e desenvolvendo a economia actual do país.

Nós vimos na análise da situação actual da nossa economia, que esta sofria bastante dum lado da desorganização nos seus vários sectores e, doutro lado, dum sangria importante do PIB que era desviado para o estrangeiro, prejudicando o desenvolvimento, na medida em que o reinvestimento era fraco, as nossas forças produtivas não se desenvolvendo como o permitia na realidade o nosso próprio excedente produzido.

Teremos, pois, de reorganizar e reorientar a nossa produção actual

Trata-se de aumentar a nossa produção em todos os sectores já em funcionamento (agrícola, piscícola, industria de transformação, silvícola, mineiro, etc). Mas não poderemos fazê-lo tendo em vista somente o aspecto quantitativo. Temos, antes, de procurar primeiro estabelecer as prioridades dos sectores de produção e dentro destes orientar a produção. Isto é, provocar a produção de tal produto mais do que de um outro, segundo o interesse da economia nacional.

No que diz respeito à estrutura económica actual, é um sector onde teremos de agir considerando a existência dum sector privado importante e dum sector de Estado a criar e a desenvolver.

O nosso poder politico actual, embora não podendo liquidar todo o aparelho económico privado de imediato, permite-nos começar a tomar posições na estrutura económica. No que respeita ao sector privado, a nossa posição terá de orientar-se no sentido de o dirigir para o cumprimento do plano de desenvolvimento estabelecido. Isto é, obrigá-lo, através de medidas económicas, a integrar-se num conjunto que é dirigido pelo Estado. Por outro lado, através da criação de Polos de Desenvolvimento, o Estado começará a interferir directamente na própria produção quer agrícola, quer industrial, quer no circuito comercial.

A orientação aqui deverá pois:

- 1 - provocar uma interferência do Estado na própria produção através da aplicação de medidas de orientação: fixação de preços à produção que irá seleccionar esta e fazer conjugar a produção com o comércio externo.
- 2 - Criar um sector de Estado no meio rural (Polos de Desenvolvimento - P.O. que deve constituir o núcleo de incentivo para toda a agricultura familiar actual, ao mesmo tempo que estará lançando as bases dum agricultura socialista ao nível nacional.

Quais as características que devem ter aquêles Polos de Desenvolvimento?

É difícil, só através de meios psicológicos, conseguir alterar hábitos, desconfianças, métodos de trabalho, etc que estão enraizados nas massas rurais. Será, pois, na nossa política de organização da produção agrícola e de fixação das populações no meio rural, criar aqui condições materiais que levem aquelas populações, aceitando-a, a participar numa orientação diferente daquela a que estão habituadas.

Criar complexos agro-industriais no meio rural é, de facto o melhor e mais eficiente método para a realização daquela política. Nós chamaremos àqueles complexos agro-industriais, Polos de Desenvolvimento (P.D.).

Estes P.D. devem pois ter como objectivos:

- a) Servir de modelo da empresa agrícola moderna, demonstrando as vantagens desta: maior produtividade, maior rendimento para os agricultores, incentivando pois a criação de Cooperativas e Aldeias Comunaes.
- b) Permitir ao Estado participar directamente na produção agrícola, iniciando-se assim a produção socialista na agricultura.
- c) Servir de núcleo de apoio técnico e de influência na própria produção agrícola familiar.
- d) Criar as indústrias de transformação da produção agrícola, por zonas de influência, comercializando a produção destas, pela prática duma política de preços ao produtor que seja seleccionadora e incentivadora da produção.
- e) Evitar o êxodo das populações rurais para as cidades, pela criação de núcleos populacionais com as características citadinas.

Em resumo, estes P.O., porque constituirão um sector nacional participando directamente na produção agrícola, na comercialização dum vasto sector privado e na industrialização desta produção, o Estado poderá, dum lado organizar e orientar a estrutura da própria produção agrícola privada, por outro lado, ir acumulando uma mais valia importante para o desenvolvimento geral, ao mesmo tempo que estará lançando as bases da produção socialista no nosso meio rural.

Para atingir aquêles objectivos, estes P.O. devem ter as seguintes características:

a) ser totalmente estatal.

b) abranger as seguintes ramos de actividade:

- produção agrícola através uma granja com dimensões permitindo uma rentabilidade mínima; consoante as regiões, escolherem-se as culturas e espécies animais;
- ter as unidades industriais calculadas em função da produção da própria granja estatal e da produção da zona de influência;

- ter um circuito comercial capaz de comprar toda a produção da zona de influência;
- estar equipado com as instalações quer de armazenagem/ou de frigorificação parque de máquinas, correspondente às necessidades da própria área do P.O. como também da zona de influência;
- criar as condições sociais para responder às necessidades do núcleo populacional quer do P.O. quer da zona de influência; Centro Social, Escolas (com internato), creches, posto sanitário; etc.
- instalar um Centro de apoio técnico e científico para satisfazer as necessidades da zona de influência: Laboratório de investigações agro-pecuárias

Enfim os P.O. deverão constituir núcleos de apoio, de dinamização e de orientação do meio rural. O esquema em anexo dá-nos a ideia do funcionamento e do poder de irradiação dum P.O. na sua zona de influência.

Estes P.O. podem ser criados completamente de novo como podem ser criados a partir de núcleos já existentes, isso dependerá essencialmente de cada caso concreto. A sua distribuição geográfica deve obedecer à estratégia geral a aplicar no plano nacional, isto é obedecendo a prioridades de ordem imediata mas não esquecendo os interesses de desenvolvimento global.

Na medida pois em que o Estado começa a orientar a produção agrícola e a tomar parte na própria produção, ela começa também a interferir na própria indústria de transformação privada. Na realidade, seleccionando a produção agrícola e pecuária, por prioridades, a indústria de transformação das nossas matérias-primas não poderá deixar de sofrer as consequências serão aquelas que interessam à economia do país que indirectamente, no imediato, estaremos a orientar.

#### 2.4 - CONCLUSÃO

Como se pode verificar, a estratégia do nosso Plano de Desenvolvimento deve apoiar-se fundamentalmente no eixo constituído pelos nossos próprios recursos humanos e materiais actuais em estreita ligação com a ajuda dos países socialistas.

A análise feita até aqui demonstra que esta é a estratégia mais adequada à nossa situação actual e a que melhor se integra na evolução geral da própria Revolução, quer à nossa escala nacional, quer à escala mundial, uma e outra não se separando, antes pelo contrário, encontrando-se interdependentes.

A nossa orientação política e económica não pode deixar de provocar reacção por parte dos países imperialistas. Estes vão, logicamente, procurar exercer todas as pressões políticas e económicas para sabotar o nosso processo revolucionário.

Gra a nossa economia actual está profundamente enfadada à dos países imperialistas. Quer a nossa Balança Comercial, quer a nossa Balança de Pagamentos está totalmente dependente daquêles. Já desde o início dos anos 70 que o nosso comércio externo se tinha deslocado em grande medida para os principais países capitalistas, particularmente a Africa do Sul, Portugal perdendo cada vez mais a sua posição.

Nós não poderemos, dum momento para o outro, cortar êstes laços. Mas teremos de começar a criar condições para uma reconversão da situação actual. Não só como medida absolutamente indispensável para nossa defesa imediata contra as pressões que vão exercer sobre nós os países imperialistas, quer também como necessidade para concretização do nosso desenvolvimento.

Por aquêles dois motivos parece, pois, indispensável que o nosso Plano seja elaborado com a cobertura da possibilidade duma reconversão o mais rápida possível do nosso comércio externo. Quer dizer que estajamos preparados para nos defendermos dos ataques de reacção mundial. Nêsta sentido parece indispensável que se estude com os países socialistas em bloco - COMECON - um acordo global de ajuda técnica, financeira e comercial, a curto e a médio prazo.

O nosso Plano, uma vez elaborado, podemos levá-lo para aquelas negociações, como elemento de partida e objectivo a atingir, tentando obter as condições para a sua realização. Mas devemos estar preparados para o adaptar em função de ajuda global que nos possa ser concedida, quite, portanto, a ter de revê-lo, de readaptá-lo, se tal for necessário.

### 3 - PRINCIPIOS ORIENTADORES DO PLANO

A estratégia que resulta da análise feita atrás, leva-nos a que o 1º Plano de Desenvolvimento seja dividido em 2 partes:

PARTE "A" - Criação da indústria pesada, a ser totalmente realizada por financiamento externo.

PARTE "B" - Reorganização e reorientação da produção actual, a ser financiada inteiramente pelos recursos internos.

A Parte "A" compreende a criação duma siderurgia e dum complexo energético, como base da instalação em Moçambique duma indústria pesada que irá dinamizar todo o processo de desenvolvimento futuro do nosso país.

O financiamento dêsta parte do Plano será feito inteiramente por um empréstimo a longo prazo, aos países socialistas e realizável, no essencial, durante o 1º Plano (1976-80). A Parte "B" será inteiramente realizada com a própria acumulação interna.

Esta divisão, no 1º Plano, enquadra-se numa estratégia a mais longo prazo da nossa política de desenvolvimento. Na realidade esta separação,

baseada fundamentalmente na origem do financiamento, é temporária, pois e logo no 2º Plano (1961-65) a acumulação interna dando um salto importante resultante da entrada em produção da siderurgia e dos reflexos desta em todos os outros sectores da produção, irá permitir a elaboração dum Plano (co, já completamente financiado pela acumulação interna, prevendo-se uma taxa de desenvolvimento muito maior, englobando então novos sectores, sobre os quais entretanto o Estado foi adquirindo ascendente.

A Parte "A", pelas características particulares que tem, será o objectivo de análise detalhada na própria elaboração do Plano, no Cap. "A projecto do Plano".

No respeitante à parte "B" contudo, torna-se necessário estudar uma série de elementos que nos permitirão chegar à sua elaboração correcta.

### 3.1 - REORGANIZAÇÃO E REORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nós vimos atrás que reorganizar e reorientar a nossa produção é um imperativo da nossa economia actual.

Reorganizar porque ela foi abalada pela longa guerra colonial, doutro lado, durante o período após o 25 de Abril, pela sabotagem organizada e inconsciente, pelo abandono de unidades de produção pela baixa de produtividade generalizada.

Temos, pois, de recuperar, e o mais de pressa possível, voltar ao nível quantitativo de antes do 25 de Abril.

Reorientar porque temos de transformar a própria estrutura da nossa produção actual. Temos de estudar e decidir quais os sectores da produção que devem ser prioritários, qual a ordem e a grandezça destas prioridades.

é dentro de cada sector, quais os produtos que mais interessa incentivar.

Temos, portanto, aqui a tratar de duas orientações que se situam diferentemente no tempo. Isto é, reorganizar supõe medidas de ordem imediata em alguns casos medidas de carácter urgente e reorientar supõe o estudo aprofundado e global da nossa politica económica, a médio e a longo prazo.

Contudo deve tentar-se, tanto quanto isso fôr possível, que as medidas de recuperação sejam tomadas enquadrando-se já nas linhas de orientação a longo prazo. Isto é não vamos depender sempre avultadas num dado sector em perigo, tentando salvá-lo, se se verificar que éle constitui uma anomalia económica.

Um aspecto que devemos ter em particular atenção é o da situação económica internacional actual. O mundo capitalista atravessa uma profunda crise económica; sistema monetário completamente desorientado e desequilibrado e recessão generalizada. Esta crise vai agravar-se, mostrando tendência para se transformar na crise mais grave de todas as tempos do sistema capitalista. Acumulam-se nela todos os vícios do sistema e a uma escala de interdependência total. Num primeiro tempo são os países mais fracos economicamente, como já vem sucedendo, que sofrerão as consequências mais pesadas.

Temos, pois, todo o interesse em já desligarmo-nos o mais rapidamente e o mais rapidamente possível da dependência em que nos encontramos do mercado capitalista. Isto só nos é possível se por um lado nos ligarmos ao mercado socialista e, por outro lado, aumentarmos o nosso mercado interno. Quer dizer, tornar o mais possível auto-suficiente a nossa economia, tornando o nosso comércio externo o menos sujeito às variações bruscas de outros mercados, o que exige que estabeleçamos acordos comerciais e económicos a longo prazo ou, ao menos a médio prazo.

Embora esta reconversão não seja possível num curto espaço de tempo, devemos, contudo, situar a reorientação da nossa economia nesta perspectiva.

### REORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o periodo colonial, essencialmente até 1960, a nossa produção foi orientada na sentido de produzir certas matérias-primas. Assim, o algodão, o açúcar, as especiarias, o chá, o sisal, constituíam os produtos essenciais da nossa economia. A partir de 1960, por força da própria guerra, começa a verificar-se uma certa industrialização que foi progredindo a taxas elevadas, particularmente a partir de 1955. As pessoas, naturalmente o do comércio temem tava um grande incremento nos últimos anos. São sectores importantes como a silvicultura, a pecuária e os minérios foram particularmente

descurados. A produção de cereais, a fruticultura sofreram também de uma ignória tremenda.

Se até 1960 a produção económica de Moçambique era bastante rígida, a partir daquela data a liberalização concedida provocou uma grande anarquia na própria estrutura da produção.

Reorientar a nossa produção supõe, pois, que fundamentalmente se tomem como objectivos, as seguintes direcções:

1 - incrementar, diversificando-a, a produção de produtos destinados a satisfazer as necessidades elementares alimentares internas, cereais, pecuária, fruticultura, horticultura e pescas.

2 - incrementar, seleccionando-a, a produção de matérias-primas agrícolas destinadas a alimentar a nossa indústria de transformação, orientado dum lado a satisfazer necessidades do mercado interno, doutro lado destinada a exportação.

3 - determinar exaustivamente as nossas reservas minerais, de forma a estabelecer um plano coerente da exploração. Mas de imediato fazer o aproveitamento económico das reservas já conhecidas.

4 - desenvolver a nossa indústria de pescas, como sector importante, para as nossas exportações.

5 - Organizar e desenvolver as nossas riquezas florestais como sector de futuro, tendente particularmente a desenvolver a indústria de madeiras exóticas e a indústria de celulose e de papel.

Esta orientação fundamental da nossa produção económica está, evidentemente intimamente ligada à criação da indústria pesada.

Assim:

O complexo energético vai favorecer o desenvolvimento da indústria mineira, de celulose e do papel, a electrificação das vias férreas mais importantes e o desenvolvimento portuário, além dos polos de desenvolvimento que vão surgir e bem como a industrialização em geral do meio rural.

A siderurgia vai impulsionar a indústria de meios de produção e a indústria de transformação, reflectindo-se portanto também na produção agrícola.

Há, pois, coerência entre a orientação do plano com esta orientação da produção.

### 3.1.2 - REORGANIZAR A PRODUÇÃO

Vejam, agora, quais as medidas a tomar no sentido da recuperação imediata da nossa produção, sem que estas venham, no futuro, a colidir com a orientação fundamental atrás exposta.

O nosso mercado interno esteve muito talaseado nos últimos anos, ele vivia das condições de guerra, duma procura artificialmente criada e condenada a priori, portanto esporádica. A paralização ou nítido recuo de certos sectores, como a construção civil, a baixa de consumo interno, devido essencialmente à saída duma parte importante do consumidor, a fuga de capitais em grande escala que veio agravar extraordinariamente a nossa balança de pagamentos já atogada antes do 25 de Abril, criando-nos sérios problemas de recursos financeiros, a baixa repentina das cotações de certos dos nossos produtos de exportação - açúcar, sisal, chá e algumas oleaginosas -, tudo isto aliado a uma baixa generalizada da produtividade em sectores fundamentais, criaram-nos a situação actual: economia em estado de sobrevivência, desorganizada, com potencialidades instaladas sub-utilizadas.

É, pois, necessário preencher o vácuo criado, após o fim da guerra, reactivar a nossa economia. Só uma intervenção do Estado pode reactivar a nossa economia no imediato. Esta intervenção deve processar-se em 2 sentidos:

a) reactivar o mercado interno

## b) reconverter o comércio externo

### a) Reactivar o mercado interno

O Estado tem de, imediatamente lançar em execução projectos: construção de bairros económicos e escolas quer nas zonas urbanas mais necessitadas, quer rurais. Iniciar rapidamente a criação dos polos de Desenvolvimento.

Se estes projectos significam um investimento que terá de ser feito a partir dum empréstimo interno, dada a situação financeira actual do Estado, a sua execução permitirá também ao Estado o lançamento e a exigência do seu cumprimento, duma nova política fiscal. É necessário que o Estado venha impôr o cumprimento do pagamento dos impostos. Dado o clima psicológico existente actualmente, só a demonstração prática da utilidade dos impostos poderá levar o Estado ao cumprimento da sua obrigatoriedade.

### b) Reconverter o comércio externo

Nós vimos que a situação no mundo capitalista ( recessão generalizada da produção, guerra comercial intensa, balanças de pagamento deficitárias e em constante e repentinas oscilações), não nos é favorável. A situação nos países vizinhos e amigos, no imediato, não nos oferecem grandes condições para o nosso comércio externo. O nosso problema imediato é exportar, o problema quer da Tanzânia, quer da Zâmbia é a dificuldade em poder importar, particularmente neste momento ( a liquidez internacional de ambos é zero).

O nosso problema é, pois, tentar imediatamente um acordo comercial com os países socialistas - Comecon. Não só que este acordo se impõe na nossa estratégia global, mas parece que ele se impõe também como medida mais adequada para os problemas imediatos do nosso comércio externo.

O alargamento do nosso comércio externo com outros países africanos é um processo que vai desenvolver-se no tempo, mais a médio prazo que a curto prazo. Efectivamente o alargamento do comércio externo entre os países sub-desenvolvidos está fundamentalmente dependente das economias destes países.

No imediato, pois, a reconversão que se impõe do nosso comércio externo não pode fazer-se, no seu essencial, evidentemente, que com um acordo comercial com os países socialistas.

Deste acordo comercial pode resultar também a possibilidade imediata para o Estado de fazer compras de certos produtos agrícolas para a exportação directa, reactivando assim a produção.

Por outro lado impõe-se imediatamente a aplicação de restrições às importações, no espírito de dum lado diminuir o défice da nossa balança comercial e doutro lado, excitar a nossa produção industrial e agrícola.

Um cálculo aproximado permite-nos fixar como limite do valor global das importações para o ano de 1976, a soma de 11 milhões de contos, isto é o nível de 1973.

## 3.2 - PRIORIDADES DO INVESTIMENTO

O problema fundamental da Moçambique é conseguir passar do estado de sub-desenvolvimento ao estado economicamente avançado. Esta passagem terá de fazer-se através de uma utilização inteligente e realista dos recursos dum lado nacionais (internos), doutro lado derivados da solidariedade internacional (externos).

O problema que temos de analisar neste capítulo, uma vez

que a parte relacionada com a ajuda externa já foi tratada é, pois, o das prioridades a estabelecer em relação aos investimentos a realizar com base nos nossos recursos nacionais - Parte "B" do Plano de Desenvolvimento.

Sabemos perfeitamente que só um esforço corajoso de limitação do consumo particular nos permitirá obter um maior excedente para investimento. Isto é se considerarmos que  $P.I.B. = C + I$  (em que C é consumo e I Investimento) e considerando uma progressão  $\alpha$  do P.I.B., só limitando C se poderá aumentar I. Esta fórmula é válida, no seu princípio para todo o tipo de economia.

Como o aumento do PIB é fundamentalmente dependente do aumento do nível de produtividade, o desenvolvimento económico não pode verificar-se senão pelo investimento prioritário nos sectores que são dinamizadores da produção. Quanto mais atrasada é uma economia, maior, pois, tem de ser o sacrifício do Consumo em favor do Investimento. De facto e na medida em que uma economia vai aumentando o nível da produtividade, criando pois um maior excedente que o valor de C pode ir respondendo à satisfação cada vez mais aproximada das necessidades reais.

O processo do desenvolvimento económico é, pois, determinado pela margem do PIB que se for dedicando ao investimento; isto é ao sector da reprodução económica. Quanto mais baixa for a capacidade produtiva dum país, portanto mais difícil a criação de excedente, mais necessário se torna o sacrifício do valor de C para possibilitar o aumento de I.

Em que medida há pois perigo para uma economia como a nossa se a distribuição do PIB entre C e I não for feita segundo a lei acima exposta? O consumo continuando a ser elevado e o investimento baixo, quererá dizer que as necessidades vão aumentando e as condições básicas para as satisfazer vão relativamente diminuindo, dando como desfecho inevitável que a um dado momento é o próprio Consumo que será afectado porque o conjunto económico está deficiente.

Quer dizer se inicialmente se satisfazem necessidades mantendo uma proporção na equação em que C é prioritário, como realidade económica I é que é o factor dinamizador do próprio desenvolvimento económico e portanto o determinante na dinâmica da equação. C acabará por sofrer as consequências, diminuindo bruscamente pois que é o valor de PIB que acabará por baixar.

Mas por outro lado, temos de considerar também factores de ordem subjectiva e outros mesmo de ordem objectiva existentes na fase actual. Assim psicologicamente as pessoas são sacrificadas durante toda a sua existência, esperam benefícios materiais imediatos. Não satisfazer os mais urgentes, cria uma insegurança, uma certa desmoralização, um descrédito em relação ao nosso poder político que seria fatalmente explorado pela reacção que vai inevitavelmente actuar, certo cada vez mais subtilmente, mas também mais intensamente.

Para evitar pôr em perigo o funcionamento correcto da equação do desenvolvimento, teremos, então, de procurar que uma parte do aumento do C seja um factor intimamente ligado a I. Isto é, que a parte destinada ao Consumo se reflita no próprio processo do desenvolvimento das forças produtivas.

A construção de escolas, creches e hospitais, são dos tais sectores que não são considerados, em termos económicos, directamente reprodutivos. Mas, nas condições actuais do nosso país, temos de os considerar como sectores influyendo de uma forma importante o sector da produção: é neles, efectivamente que estaremos a actuar, sobre o elemento força de trabalho, elemento fundamental das forças produtivas e tão em deficiência no nosso país. Portanto este aumento do Consumo social está directamente ligado ao sector da reprodução e

é, nesta medida que o temos de considerar, com certa grandeza de prioridade. Mas outros aspectos da existência social não devem neste momento ser considerados prioritários.

Podemos, pois considerar que aqui nós respondemos da forma mais adequada e eficaz à ânsia das massas em aumentar o consumo e as necessidades objectivas de investir prioritariamente no sector reprodutivo.

Vamos assim orientar o mecanismo da equação nos seguintes sentidos: diminuir o consumo pessoal (inteiramente improdutivo), aumentar o consumo social e aumentar o investimento. A equação funcionaria então assim:

$$PIB = (C+g) + I ; \text{ em que } g \text{ é o consumo social.}$$

Exemplificando numericamente:

$$\text{Ponto de partida: } 1000 = 900 + 100$$

$$\text{Com } 10\% \text{ de progressão do PIB: } 1100 = (910 + 20) + 170$$

Nos vamos pois a necessidade de aumentar o investimento particularmente no sector reprodutivo, aquele que vai permitir aumentar a nossa capacidade de produção económica.

Assim os objectivos a atingir seriam:

1 - aumento das verbas destinadas ao sector da produção, fundamentalmente pelo o do desenvolvimento rural e infraestruturas de apoio

2 - aumento das verbas destinadas ao consumo social: criação de escolas, creches, postos sanitários.

3 - limitação do consumo pessoal - bens de consumo particularmente não essenciais.

Teremos pois de saber fugir a uma política de aumento do consumo pessoal e de consumo social que não seja correspondente às necessidades fundamentais do desenvolvimento do país. O contrário seria aplicar uma política perigosa pelas consequências futuras e, por esta razão, a ser aplicada, apresentaria um fundo puramente demagógico. O processo revolucionário seria inevitavelmente traído.

Ora este controlo do PIB, a possibilidade para o Estado de poder distribuí-lo segundo a ordem de prioridades que responde às exigências actuais, só poderá verificar-se através de uma política fiscal adequada e duma Contabilidade Nacional bem organizada.

### 3.3 - PROBLEMAS A RESOLVER

O nosso Plano de Desenvolvimento apresenta características que derivam das nossas condições actuais. Para a sua execução teremos, pois, de resolver uns tantos problemas que nos são também próprios.

Trata-se de aproveitar ao máximo a nossa capacidade real actual para a criação das condições mínimas que são exigidas para a execução do Plano. Em certos campos, teremos evidentemente de ir fazendo transformações por etapas, adaptando o existente à medida da evolução das novas necessidades. Noutros, as alterações têm de ser imediatas. Mas devemos ter presente que alterações profundas e vastas provocam distúrbios no aparelho que podem, por vezes, ser negativos. Assim temos que saber aliar o que é necessário com o que é possível.

Temos de ter o máximo cuidado em não deixar o Estado em sectores que são secundários em relação à Economia do país, ocupando aqueles quadros que são, de imediato, muito mais úteis e imprescindíveis nos sectores fundamentais. Temos absoluta necessidade de fazer uma avaliação correcta das possibilidades de cada sector na fase actual e daí saber estabelecer a estratégia de acção a curto e a médio prazo. Esta estratégia terá de se basear no aproveitamento racional da capacidade actual de cada sector e do papel que deve ser atribuído a cada um deles na perspectiva do desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA.



BIBLIOGRAFIA -- LIVROS, REVISTAS E OUTRAS FONTES SECUNDARIAS

Nº de registos: 686

- AA.VV. 25 de Setembro -- dia da Revolução Moçambicana, Revist. Proletária, (Lisboa), 1975
- AA.VV. Moçambique - curso de extensão universitária, ISCSFU, Lisboa, 1965
- AA.VV. Problemas da industrialização dos países em vias de desenvolvimento, Estampa, Lisboa, 1975
- AA.VV. "Classes sociais" in Encyclopédie Universalis, vol. 4, pp 593-seqs
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS Manual de economia política (3ª edição), Editorial Grijalbo, México, 1969
- ACHARYA, Shankar "Perspectives and problems of development in Sub-Saharan Africa" in World Development, vol. 9, nº 1, 1981, pp 109-147
- ADAMO, Issufu et al. "Mão de obra moçambicana na Rodésia do Sul" in Estudos Moçambicanos, nº 2, 1981, pp 59-72
- ASAFCKOV, Vassili O marxismo-leninismo sobre a via não-capitalista de desenvolvimento, Edições do Progresso, Moscovo, 1984
- AIM, Agência de Informação de Moçambique Moçambique: o programa de reabilitação económica - situação actual, AIM (supl. Bol. 22), Fevereiro, 1990
- AIM, Agência de Informação de Moçambique The economic situation in Mozambique: six months of PRE, AIM (supl. Bol. 136), 1987
- AXE, Claude Revolutionary pressures in Africa, Zed Press, Londres, 1978
- ALLEN, Christopher "A bibliographical guide to the study of the political economy of Africa" in BUTKINS, Peter e HALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, Sage, Londres, 1976, pp 291-311
- ALMEIDA, João Ferreira de "Alguns problemas de teoria das classes sociais" in Análise Social, vol XVII (66), 1981, pp 231-251
- ALTHUSSER, Louis "Avertissement" MARX, Karl Le capital (livre I), Garnier-Flammarion, Paris, 1965, pp 7-26
- ALTHUSSER, Louis "O objecto de 'O Capital'" in ALTHUSSER, Louis et al. Ler 'O capital' [vol 2], Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980, pp 7-152
- AMIN, Samir L'accumulation à l'échelle mondiale, IFAN, Dakar + Anthropos, Paris, 1970
- AMIN, Samir Le développement inégal, Les édit. de Minuit, Paris, 1974
- AMIN, Samir "Accumulation and development: a theoretical model" in RDAPE, nº 1, 1974, pp 9-26
- AMIN, Samir O imperialismo e o desenvolvimento desigual, Ulmeiro, Lisboa, 1977
- AMIN, Samir "O capitalismo e a renda fundiária" in AMIN, Samir e VERGOPoulos, Kostas A questão ransonesa e o capitalismo, A Regra de João, Lisboa, 1978, pp 9-56

- AMIN, Samir L'avenir du socialisme, Les Édit. de Minuit, Paris, 1981
- AMIN, Samir La desconexión. Pour sortir du système mondiale, La Découverte, Paris, 1986
- AMIN, Samir "Underdevelopment and dependence in Black Africa" in Journal of Modern African Studies, 20 (4), pp 504-24
- ARAÚJO, Manuel Noções elementares da geografia de Moçambique, Notícias, Maputo, 1979
- ARAÚJO, Manuel "As Aldeias Comunas e seu papel na distribuição territorial da população rural na R.P. Moçambique" in Finisterra, XVIII(36), Lisboa, 1983, pp 365-377
- ARAÚJO, Manuel O sistema de Aldeias Comunas em Moçambique, Tese de Doutoramento, Lisboa, 1988
- ASSEMBLEIA POPULAR Lei das cooperativas, Boletim da República, 10/Jun., 1979
- ASSEMBLEIA POPULAR Resolução sobre agricultura e Aldeias Comunas, Cedimo, IRD/AS/139, 17 Julho, 1979
- ASSEMBLEIA POPULAR Lei de terras, Maputo, 1980
- ASSEMBLEIA POPULAR Resolução sobre a ofensiva política e organizacional e o trabalho das Assembleias do Povo, Assembl. Popular, Maputo, 1980
- ASSEMBLEIA POPULAR Linhas fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), Assembleia Popular, Maputo, 1981
- AZEVEDO, Arão Lobo de O clima de Moçambique e a agricultura -- I: Lourenço Marques, Junta Miss. G. I. Ult., Lisboa, 1947
- AZIZ, Sartaj "Reflexions sur les conditions du développement rural" in Revue Internationale du Travail, vol. 123, n° 3 (Mai-Jun), 1984, pp 297-307
- BALANDIER, Georges Sexe et puissance, PUF, Paris, 1981
- BALIBAR, Étienne "Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico" in ALTHUSSER, Louis et al. Le "D Capital", Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980,
- BANCO DE PORTUGAL Report of the Board of Directors for the year 1975, Banco de Portugal, Lisboa, 1976
- BANCO DE PORTUGAL Relatório do Conselho de Administração - gerência de 1976, Banco de Portugal, Lisboa, 1977
- BANCO MUNDIAL Mozambique: country economic memorandum (2 vols), World Bank, (Washington), 1990
- BANURI, Tariq "Modernization and its discontents: a cultural perspective on the theories of development" in MARGLIN, Frédérique et al. Dominating knowledge: development, culture and resistance, Clarendon Press, Oxford, 1990, pp 73-101
- BARAN, Paul A economia política do desenvolvimento, Zahar, Rio de Janeiro, 1972
- BARKER, Jonathan "The debate on rural socialism in Tanzania" in MWANGASU, B. M. e PRATT, E. (eds) Towards socialism in Tanzania, Univ. Toronto Press, Toronto, 1979, pp 95-121
- BARKER, Jonathan "Politics and production" in BARKER, Jonathan (ed) Politics of agriculture in Tropical Africa, SAGE, Beverly Hills, 1964, pp 11-31
- BARKER, Jonathan "Saps in the debates about agriculture in Senegal, Tanzania and Mozambique" in World Development, vol. 13, n° 1, 1985, pp 59-76

- GAYART, Jean-François L'état en Afrique, Fayard, Paris, 1969
- BECKMAN, Bjorn "The post-colonial state: crisis and reconstruction" in IDS Bulletin, vol. 19, no 4, 1988, pp 26-34
- BECKMAN, Bjorn "Peasants, capital and State" in ROAPE, no 10, Dezembro, 1977,
- BEIDATSCHE, Horst A organização de Direcção nas empresas estatais, policp) Fac.Econ./UEM, Maputo, 1984
- BELDONCLE, Guy Quel développement rural pour l'Afrique Noire ?, Nouv. édit. Africaines, Dakar, 1979
- BELDONCLE, Guy La question paysanne en Afrique Noire, Karthala, Paris, 1982
- BENDT, Yves Idéologies des indépendances africaines, Maspero, Paris, 1969
- BERNIS, G. Destanne de "Socialisme --- la théorie économique" in Encyclopediae Universalis, vol. 15, ,
- BERNIS, G. Destanne de "De l'existence de points de passage obligatoires pour une politique de développement" in économies et Sociétés (Série E), no 29, Tome XVII, no 2, Fev, 1983, pp 213-259
- BERNSTEIN, Eduardo Socialismo evolucionário, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964
- BERNSTEIN, Henry "Notes on capital and peasantry" in ROAPE, no 10, Set-Dez, 1977, pp 60-73
- BERNSTEIN, Henry "African peasantries: a theoretical framework" in Journal of Peasant Studies, vol. 6, no 4, Jul, 1979, pp 421-43
- BERNSTEIN, Henry "Notes on State and peasantry: the tanzanian case" in ROAPE, no 21, Mai-Set, 1981, pp 44-61
- BERTRAND, Hughes Le Congo: formation sociale et mode de développement économique, Maspero, Paris, 1975
- BETTELHEIM, Charles Planification et croissance accélérée, Maspero, Paris, 1970
- BETTELHEIM, Charles et al. La construction du socialisme en Chine, Maspero, Paris, 1971
- BETTELHEIM, Charles A Revolução Cultural e a organização industrial na China, Ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1976
- BETTELHEIM, Charles As lutas de classes na URSS (4 tomos), Publ. Europa-América, Lisboa, 1978
- BETZBAH, P. et al. Approches de la transition, Presses Univ. de Lyon, Lyon, 1981
- BOESEN, Jannick e RAIKES, Philip Political economy and planning in Tanzania, Inst. Dev. Research, Copenhagen, 1976
- BOESEN, Jannick On peasants and the 'modes of production' debate, Centre Dev Research, Copenhagen, 1977
- BOESEN, Jannick , MASSEN, B. e MOODY, T. Ujamaa -- socialism from above, SIAS, Uppsala, 1977
- BODTH, David "Marxism and development sociology: interpreting the impasse" in World Development, vol 13, no 7, 1985, pp 761-787
- BOWEN, Merle "Let's build agricultural producer cooperatives": socialist agric. dev. strategy in Moz., Tese de Doutoramento, Toronto, 1986
- BRAGAÇA, Aquino e WALLERSTEIN, Immanuel Quem é o inimigo ? (3 vols), Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978
- BRAGAÇA, A. e DEPELCHIN, J. "From the idealization of Frelimo to the understanding of the recent history of Mozambique" in African Journal of Political Economy, (Harare), no 1, 1987, pp 162-180

- BRAGANÇA, Aquino Independence without decolonization: the transfer of power in Mozambique, 1974-75, sines, Harare, Jan., 1985
- BRAVO, Nelson Saraiva A cultura algodoeira na economia do Norte de Moçambique, Junta Invest Ultramar, Lisboa, 1963
- BRIGGS, John "Villagisation and the 1974-6 economic crisis in Tanzania" in The Journal of Modern African Studies, vol 17, n<sup>o</sup> 4, Dez<sup>o</sup>, 1979, pp 695-702
- BRITO, Luís de "Dependência colonial e integração regional" in Estudos Moçambicanos, n<sup>o</sup> 1, 1980, pp 23-32
- BRITO, Raquel Soeiro de "Aspectos geográficos de Moçambique" in AA.VV. Moçambique -- Curso de Extensão Universitária, ISCESPU, Lisboa, 1985,
- BROCKMAN, Grete "Migrant labour and foreign policy: the case of Mozambique" in Journal of Peace Research, vol 22, n<sup>o</sup> 4, 1985, pp 335-344
- BRUM, Joaquim Manuel Manufacturing industries in Mozambique. Some aspects, Faculd. Economia/UEM, Maputo, 1976
- BRUM, Joaquim Manuel O desenvolvimento agrícola em Africa -- Uma nota sobre as punciões do excedente, dact., Lisboa, 1983
- BRUM, Joaquim Manuel Planificação, política económica e gestão da economia nacional, (polici), Lisboa, 1983
- BUCARINE, Nicolau "Crítica de la plataforma económica de la oposición" in BUCARINE, N. e PREOBRAJENSKY, E. La acumulación socialista, Alberto Corazón Ed., Madrid, 1971, pp 153-204
- BUCARINE, Nicolau "Una nueva revelación sobre la economía soviética" (Dez/1924) in BUCARINE, N. e PREOBRAJENSKY, E. La acumulación socialista, Alberto Corazón Ed., Madrid, 1971, pp 115-151
- BUCARINE, Nicolau "Rapport sur la question paysanne" in BUCARINE, N. et al. La question paysanne en URSS (1924-29), Maspero, Paris, 1973, pp 197-212
- CABALLERO, Lourenzo, THOMSEN, T. e ANDREASSON, A. Mozambique -- food and agriculture sector, Swed Univ Agric Sc., Uppsala, 1984
- CABRAL, Amílcar PAIGC -- Unidade e luta, Nova Aurora, Lisboa, 1974
- CAMEN, Michel "Corporatism and colonialism. Approche du cas mozambicain, 1933-1979" in Cahiers d'études Africaines, vol XXIV, n<sup>o</sup> 92+93, 1983, pp 383-417
- CAMEN, Michel "Etat et pouvoir populaire dans le Mozambique independant" in Politique Africaine, n<sup>o</sup> 19, Set, 1985, pp 36-60
- CAMEN, Michel "Le Portugal et l'Afrique. Le cas des relations luso-mozambicaines (1965-85)" in Afrique Contemporaine, (Paris), ano 25, n<sup>o</sup> 137, 1986, pp 3-35
- CAMEN, Michel "Notes pour une lecture économique de l'accord de Nkonati" in Estudos de Economia, vol VI, n<sup>o</sup> 3, Abr-Jun, 1986, pp 421-449
- CAMEN, Michel "Moçambique: a economia política da democracia, 1975-84 (crítica de EBERD A dream...)" in Revista Internacional de Estudos Africanos, n<sup>o</sup> 8/9, Jan-Dez, 1988, pp 297-305
- CALLEAR, Diana The social and cultural factors involved in production by small farmers in Zimbabwe, policp, UNESCO/DED, Paris, 1982
- CAMPBELL, Morace "Nkonati, before and after: war reconstruction and dependence in Mozambique" in Journal of African Marxists, n<sup>o</sup> 6, pp 47-71

- CAPELA, José O vinho para o preto, Afrontamento, Porto, 1973
- CAPELA, José Mozambique pelo seu povo, Afrontamento, Porto, 1974
- CAPELA, José O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias, Afrontamento, Porto, 1977
- CARDETTINI, Onelia "Les villages ujamaa" in CARDETTINI, Onelia éléments d'une stratégie d'écodeveloppement pour les villages ujamaa de Tanzanie, CIREB/Maison St. l'Homme, Paris, 1974, pp 30-56
- CARDIA, Mário Sottomayer Socialismo sem dogma, Europa-América, Lisboa, 1982
- CARR, Edward e DAVIES, Robert Foundations of a planned economy, 1926-1929, (vol 1), Macmillan, Londres, 1969
- CARR, E.H. A revolução bolchevique, (2 vols), Afrontamento, Porto, 1977
- CARVALHO, Mário A agricultura tradicional de Moçambique, Missão InqAgrMoç, L. Marques, 1969
- CASAL, Adolfo Antropologia marxista -- contribuições de C. Meillassoux, cartil, 25/10/1977, 1977
- CASAL, Adolfo "A crise da produção familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 8/9, 1980, pp 157-191
- CASAL, Adolfo Le processus de socialisation rurale au Mozambique (Thèse de Doctorat), Paris, 1986
- CASIMIRO, J. F. Produção agrícola de Moçambique, Estudos Gerais Univ Moçambique, 1968
- CASTORIADIS, Cornelius La société bureaucratique, (2 vols), USE, Paris, 1973
- CASTORIADIS, Cornelius L'institution imaginaire de la société, Seuil, Paris, 1975
- CASTRO, Armando de O sistema colonial português em África (meados do séc. XX), Ed. Casinho, Lisboa, 1980
- CCR/RPM, 10 Recenseamento Geral da População. Vol 3 - Fluxos migratórios da população, CCR, Maputo, 1983
- CCR/RPM, Conselho Coordenador do Recenseamento 10 Recenseamento Geral da População. Vol 2 - Panorama demográfico, CCR, Maputo, 1983
- CCR/RPM, Conselho Coordenador do Recenseamento 10 Recenseamento Geral da População - Informação Pública, CCR, Maputo, 1983
- CCR/RPM, 10 Recenseamento Geral da População. Vol 4, t.1 - População e escolarização, CCR, Maputo, sd
- CCR/RPM, 10 Recenseamento Geral da População. Vol 5, t.1 - População: ocupação da força de trabalho, CCR, Maputo, sd
- CCR/RPM, 10 Recenseamento Geral da População. Vol 6, t.1 - Habitação e condições de vida, CCR, Maputo, sd
- CEA/UEM, O desemprego e a sua ligação com o campo, CEA/UEM, Maputo, 1979
- CEA/UEM, O mineiro moçambicano -- um estudo sobre a exportação de mão-de-obra, CEA/UEM, Maputo, 1979
- CEA/UEM, Problemas de transformação rural na província de Gaza, CEA/UEM, Maputo, 1979
- CEA/UEM, Sumário preparado a pedido da DNH para ser utilizado no Seminário Sobre Aldeias Comuns, CEA/UEM, (pol:cp), Maputo, 1979

- CEA/UEM, A transformação da agricultura familiar na província de Maputo, CEA/UEM, Maputo, 1980
- CEA/UEM, Macassane: estudo de uma cooperativa agrária no distrito de Matatuine, província de Maputo, CEA/UEM, Maputo, 1980
- CEA/UEM, Notas sobre a Machamba Estatal de Metochéria, (policp), CEA/UEM, Maputo, 1980
- CEA/UEM, Os mineiros moçambicanos na África do Sul, CEA/UEM, Maputo, 1980
- CEA/UEM, Circuitos de troca e transporte no desenvolvimento do campo, CEA/UEM, Maputo, 1981
- CEA/UEM, Como construir cooperativas? Um guia ..., CEA/UEM, Maputo, 1981
- CEA/UEM, O trabalhador sazonal na transformação duma economia de plantações, CEA/UEM, policp, Maputo, 1981
- CEA/UEM, Re-structuring the Southern African region: research report for the SADC strategy, CEA/UEM, [Maputo], Nov9, 1981
- CEA/UEM, Agricultural marketing in the district of Alto Molocué, Zambézia Province, CEA/UEM, [Maputo], 1982
- CEA/UEM, Brochura sobre as zonas do porto de Maputo, CEA/UEM, Maputo, 1982
- CEA/UEM, Comercialização agrícola ao nível distrital: um estudo sobre o Alto Molocué, CEA/UEM, Maputo, 1982
- CEA/UEM, Comércio privado e planificação estatal, (policp), CEA/UEM, Maputo, 1982
- CEA/UEM, O papel dinamizador da ENDOHA na transformação socialista da Alta Zambézia, CEA/UEM, Maputo, 1982
- CEA/UEM, Plantações de chá e economia camponesa, CEA/UEM, Maputo, 1982
- CEA/UEM, A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, CEA/UEM, Maputo, 1983
- CEA/UEM, Dinheiro e economia rural, (policp), CEA/UEM, Maputo, 1983
- CEA/UEM, Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo, CEA/UEM, [Maputo], 1983
- CEA/UEM, O papel do Estado colonial: apoio à produção agrícola, CEA/UEM, Maputo, 1983
- CEA/UEM, Organizar os trabalhadores das machambas estatais: o caso do CAIA, CEA/UEM, Maputo, 1983
- CEA/UEM, Cotton production in Mozambique: a survey, 1936/79, CEA/UEM, Maputo, 1981
- CERN, Centre d'études et Recherches Marxistes O apoio de produção asiático, Bearn Nova, Lisboa, 1974
- CHABAL, Patrick "People's war, state formation and revolution in Africa" in The Journal of Commonwealth and Comparative Politics, vol 21, nº 3, 1983, pp 104-125
- CHAYANDV, Alexander "Sistemas económicos não capitalistas" in Análise Social, 2ª série, vol. XII, nº 46, 1976, pp 477-502
- CHAYANDV, Alexander La organización de la unidad económica campesina, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires,
- CHONCHOL, Maria Edy Guide bibliographique du Mozambique, L'Harmattan, Paris, 1979
- CLARENCE-SMITH, Bervase The Third Portuguese empire, 1825-1975, Manchester Un.Pr., Manchester, 1985
- CLARENCE-SMITH, Bervase "Thou shalt not articulate Modes of Production" in Revue Canadienne des études

- Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 19-22
- CLIFFE, Lionel "Rural political economy of Africa" in BUTKIND, P. e WALLERSTEIN, J. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pp 112-130
- CLIFFE, Lionel "Rural class formation in East Africa" in The Journal of Peasant Studies, vol 4, n° 2, 1977, pp 195-223
- CLIFFE, Lionel e LAWRENCE, P. "Editorial" in ROAPE, n° 8, Jan-Abri, 1977, pp 1-6
- CLIFFE, Lionel "A non-revolutionary transition to socialism?" in PALMBERG, Mai (ed) Problems of socialist orientation in Africa, SIAS, Uppsala, 1978, pp 38-53
- CLIFFE, Lionel e SAUL, John (eds) Socialism in Tanzania, E.A.P.H., Dar es Salaam, 1973
- CNAC/FAO, As aldeias comunais no desenvolvimento económico de Moçambique, CNAC/FAO, Maputo, 1978
- CNP/DNE, Comissão Nacional do Plano Informação estatística nº 1, CNP/DNE, Maputo, 1980
- CNP/DNE, Comissão Nacional do Plano Moçambique: informação estatística 1980-81, CNP/DNE, Maputo, 1982
- CNP/DNE, Comissão Nacional do Plano Complemento à Informação Económica, CNP, Maputo, 1984
- CNP/DNE, Comissão Nacional do Plano Informação Económica, CNP/DNE, Maputo, 1984
- CNP/DNE, Comissão nacional do Plano Informação Estatística, 1975-1984, CNP, Maputo, 1985
- CNP/DNE, Comissão Nacional do Plano Informação estatística 1987, CNP/DNE, Maputo, 1988
- CNP/DNE, Comissão nacional do Plano Informação Estatística 1986, CNP/DNE, Maputo, 1987
- CNP/DNE, informação Estatística 1988, CNP/DNE, Maputo, 1989
- CNP/DNE, Informação Estatística 1989, CNP/DNE, Maputo, 1990
- COHEN, John Integrated rural development: the ethiopian experience and the debate, SIAS, Uppsala (S), 1987
- COISSURÓ, Mariana "O regime de terras em Moçambique" in AA.VV. Moçambique -- Curso de Extensão Universitária, ISCSPE, Lisboa, 1965
- COOKSEY, Brian "Beyond ujamaa in Tanzania" (crítica do livro homónimo de HYDEN, Goran) ROAPE, n° 19, pp 100-103
- COFANS, Jean (?) "Classes sociales" in Encyclopédie Universelle, vol 4, Paris, pp 593-596
- COFANS, Jean "The marxist conception of class: political and theoretical elaboration in the African context" in ROAPE, n° 32, Abri, 1985, pp 25-38
- COFANS, Jean "Une crise conceptuelle opportune" in Politique Africaine, n° 26, Jun, 1987,
- COQUERY-VIDROV., Catherine "The political economy of the African peasantry and modes of production" in BUTKIND, P. e WALLERSTEIN, J. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pp 90-111
- COQUERY-VIDROV., Catherine "Research on an African mode of production" in BUTKIND, P. e WATERMAN, P. (eds) African Social Studies: a radical reader, Heinemann, Londres, 1977, pp 77-92
- COQUERY-VIDROV., Catherine (ed) Sociétés paysannes du tiers-monde, Pr. Univ. Lille, Lille (F), 1980

- COQUERY-VIDROV., Catherine Afrique Noire: permanences et ruptures, Payot, Paris, 1985
- COQUERY-VIDROV., Catherine "Réflexions d'historienne" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n°1, 1985, pp 13-16
- CORBELL, Dennis "The pursuit of the real: Modes of Production and History" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 58-63
- DALLEMAGNE, Jean-Luc "Le concept d'industrialisation dans l'analyse de Trotsky" in Histoire du marxisme contemporain (vol. 5), UGE, Paris, pp 137-177
- DALLEMAGNE, Jean-Luc "Le débat méthodologique" in Critiques de l'économie Politique - Le débat soviétique sur la loi de la valeur, Maspero, Paris, 1972, pp 21-50
- DARCH, Colin "Are there warlords in provincial Mozambique? Questions of the social base of MNR banditry" in RDAPF, 1989, pp 34-49
- DARCH, Colin "As publicações da FRELIMO" in Estudos Moçambicanos, n° 2, 1981,
- DAVIDSON, Basil "The revolution of peoples power: notes on Mozambique, 1979" in Monthly Review, Jul-Ago, 1980, pp 75-87
- DAVIDSON, Basil Os Africanos -- uma introdução à sua História cultural, Edições 70, Lisboa, 1981
- DAVIDSON, Basil "On revolutionary nationalisms: the legacy of Cabral" in Race and Class, vol. XXVII, n°3, 1986, pp 21-45
- DAVIES, Robert W. "A note on grain statistics" in Soviet Studies, vol 21, n° 3, Jan, 1970, pp 314-329
- DAVIES, Robert e O'MEARA, Dan O estado da análise da situação na África Austral, CEA/UEM, Maputo, policp., 1982
- DAVIES, Robert e O'MEARA, D. "La stratégie totale en Afrique Australe: la politique régionale de l'Afrique du Sud depuis 1978" in Politique Africaine, n° 19, Set., 1985, pp 7-28
- DENIS, Henri História do pensamento económico, Livros Horizonte, Lisboa, sd
- DEPARTAMENTO, DE HISTÓRIA DA UEM História de Moçambique (2 vols), Tempo, Maputo, (Mar82, Abr83),
- DEPARTAMENTO, DE ESTUDOS DO HABITAT Contributo para o estudo do habitat moçambicano: Belane/Vilanculos/Inhambane, 1981-82, DEH/DNH/MOPH, Maputo, 1983
- DEVAUX, Jean "Lenine et Trotsky, et la transition au socialisme" in Critiques de l'économie Politique, n° 4, Jan-Mar, 1972, pp 26-46
- DIRECÇÃO DE, AGRICULTURA E FLORESTAS Inquérito por amostragem à agricultura indígena: 1954-55, I parte., Lourenço Marques, 1958
- DIRECÇÃO DOS, SERVIÇOS DE PLAN. E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA IV Plano de Fomento -- diagnóstico da situação económica e social de Moçambique, DSPTE, Lourenço Marques, 1971
- DIRECÇÃO DOS, SERVIÇOS DE PLANEAMENTO ECONÓMICO Moçambique em números, Lourenço Marques, Nov2, 1974
- DIRECÇÃO DOS, SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA/RPM Anuário Estatístico, 1973, Lourenço Marques, 1975
- DIRECÇÃO GERAL, DO COMÉRCIO EXTERNO Moçambique económica -- edição spéciale de l'Indépendance, 36CE, Lourenço Marques, 1975

- DOBBS, Maurice "The discussion of the twenties" on planning and economic growth" in DOBBS, Maurice Capitalism, development and planning, Routledge & K.P., Londres, 1968, pp 126-139
- DOBBS, Maurice "The question of 'investment - priority for heavy industry' " in DOBBS, Maurice Capitalism, development and planning, Routledge & K.P., Londres, 1968, pp 107-123
- DOBBS, Maurice Soviet economic development since 1917, Routledge & K.P., Londres, 1972
- DOLNY, Helena "The challenge of agriculture" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly review Press, New York, 1985, pp 211-252
- DOKTOR, Evsey "A soviet model of growth" in NOVE, Alec e MUTI, D.M. Socialist economics, Penguin, Harmondsworth (UK), 1972, pp 149-172
- DSPJE, Direcção Serv. Plan. e Integraç. Econ. Mozambique em números, Lourenço Marques, Bez, 1973
- DUPRIEZ, Hughes Paysans d'Afrique Noire, L'Harmattan, Paris, 1982
- DUPRÉ, Georges "Una mise en perspective" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, nº 1, 1985, pp46-50
- ECKSTEIN, Alexander China's economic revolution, Cambridge UP, Cambridge, 1977
- EGERD, Bertil "Development trends and political democracy in post-independence Mozambique" in AKUT, nº 22, Uppsala, Abr., 1982, pp 2-11
- EGERD, Bertil "Mozambique before the second phase of socialist development" in SOAPE, nº 25, Set-Dez, 1982, pp 83-91
- EGERD, Bertil "Notes toward a discussion of class power and development in underdeveloped socialist countries" in AKUT, nº 22, Uppsala, Abr., 1982, pp 19-31
- ELLENSTEIN, Jean História da URSS (4 vols), Europa-América, Anadora, 1976
- ELLIS, Frank "Agricultural marketing and peasant-State transfers in Tanzania" in The Journal of Peasant Studies, vol. 10, nº 4, Jul, 1983, pp 214-242
- ELLIS, Frank Peasant economics, Cambridge UP, Cambridge, 1988
- ELLMAN, Michael "Did the agricultural surplus provide the resources for the increased investment in USSR (...)?" in The Economic Journal, Dez9, 1975, pp 844-863
- ELLMAN, Michael "Agricultural productivity under socialism" in World Development, vol 9, nº 9/10, 1981, pp 979-989
- ELLMAN, Michael "On a mistake of Preobrazhensky and Stalin" in ELLMAN, Michael: Collectivization, convergence and capitalism, Academic Press, Londres, 1964, pp 54-57
- ELLMAN, Michael Socialist planning, Cambridge Un.Press, Cambridge, 1979
- ELSENHANS, Hartmut "Capitalisme d'état ou société bureaucratique de développement" in Revue d'études Internationales, vol. XII, nº 1, Mar, 1982,
- ENCICLOPÉDIE, UNIVERSALIS "Socialisme" (várias entradas sob este título) in ENCICLOPÉDIE UNIVERSALIS, Paris, vol 15, , pp 5-35
- ENGELS, Friedrich Anti-Dühring (1878), Ed. Afrodite, Lisboa, 1974
- ENGELS, Friedrich "La question paysanne en France et en Allemagne" (1854) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres complètes, éditions du Progrès, Moscou, 1975, pp 632-670

- ENGELS, Friedrich "Preface de Engels à l'édition allemande de 1890 du 'Manifeste du Parti Communiste'" (1890) in MARX, K. e ENGELS, F. Ceuvres choisies, éditions du Progrès, Moscou, 1975, pp 28-30
- ENGELS, Friedrich "Socialisme utopique et socialisme scientifique" (1880) in MARX, K. e ENGELS, F. Ceuvres choisies, éditions du Progrès, Moscou, 1975, pp 411-446
- ENGELS, Friedrich A origem da família, da propriedade e do Estado, Ed. Presença, Lisboa, sd
- ERLICH, Alexander The soviet industrialization debate, 1924-1928, Harvard UP, Cambridge/Mass/USA, 1960
- ESTALINE, Joseph "De la déviation de droite dans le Parti Communiste (bolchevik) de l'URSS" (Abr.1929) in ESTALINE Les questions du léninisme (tome 1), éditions Sociales, Paris, 1947, pp 225-274
- ESTALINE, Joseph "Du danger de droite dans le PC(b) de l'URSS" (Out.1928) in ESTALINE Les questions du léninisme (tome 1), éditions Sociales, Paris, 1947, pp 214-224
- ESTALINE, José O materialismo dialético e o materialismo histórico, Ed. Nova Aurora, Lisboa, 1975
- ESTALINE, José Problemas económicos do socialismo na URSS, Nova Aurora, Lisboa, 1975
- ESTALINE, Joseph "L'année du grand tournant" in ESTALINE, Joseph Questions du Léninisme (tome 1), éditions Sociales, Paris, 1947
- EVERS, Tilman El Estado en la periferia capitalista, Siglo XXI, México, 1979
- FAO/CNAC, As 'Aldeias Comunas' no desenvolvimento económico de Moçambique (relatório Lazareff), CNAC/RPM, Maputo, 1978
- FAO/UNUD, Strategy review and project formulation for the agricultural sector of Mozambique, FAO, Roma, 1981
- FAURE, Claude "Le paysan, le 'centre' et la 'peripherie'" in Colloque 'Vers quel Nouvel Ordre Mondial?', 1983, pp 1-25
- FAUVET, Paul "Roots of counter-revolution: the 'Mozambique National Resistance'" in ROAPE, nº 29, 1984, pp 108-121
- FERREIRA, Anibal e FERREIRA, Regina Manual de iniciação ao conhecimento agrícola, florestal e pecuário de Moçambique, Lourenço Marques, 1962
- FERREIRA, António Rita O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul, JIU, Lisboa, 1963
- FERREIRA, António Rita "O algodão em Moçambique" in Indústria de Moçambique, vol 7, nº 5 + 6, Mai+Jun, 1974, pp 155-194
- FERREIRA, António Rita Povos de Moçambique -- História e cultura, Afrontamento, Porto, 1975
- FERREIRA, Eduardo de Sousa O fim de uma era. O colonialismo português em África, Sá da Costa, 1977
- FERREIRA, Eduardo de Sousa África Austral: o passado e o futuro, Seara Nova, Lisboa, 1977
- FERREIRA, João Alunas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado, (polic), Pemba, 1978/79, 1979
- FERREIRA, José Mª Carvalho "La problématique de 'la transition vers le socialisme' dans l'Histoire: le cas du Portugal", Tese de Doutoramento, Lisboa, 1984
- FERREIRA, António Miranda Política de preços na RFP. Relatório da missão do PNUD, policp., 1987

- FERREIRA, António Rita Evolução da mão de obra e das remunerações, no sector privado, em Moçambique (1950-1970), Assoc. Ind. Moçambique, 51, sd
- FERREIRA, João Algumas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado, (polic), Pemba, 1979
- FERREIRA, António política de preços: relatório da missão do PNUB, (mimeo), Jul-Ago, 1987
- FETSCHER, Irving 'The changing goals of socialism in the twentieth century' in Social Research, vol. 47, nº 19, Spring, 1980, pp 36-62
- FIALHO, José Alguns dados sobre a antropologia em Moçambique, 19 Semin. Antropologia, Maputo, 1982
- FIALHO, José O habitat dos camponeses do Sul do Save moçambicano e de Beiane em particular (manuscrito), versão preliminar, Lisboa, 1983
- FIALHO, José Antropologia económica dos Thones do Sul de Moçambique, Tese de Doutoramento, 2 vols., 1989
- FICHELSON, M. et al. "Presentation" in La question oaysanne en URSS (1924-1929), Maspero, Paris, 1973,
- FIRST, Ruth Black gold: the mozafrican miner, proletariat and peasant, Harvester Pr., Brighton, 1983
- FMI, Rapport Annuel 1987, FMI, Washington-DC, 1987
- FORTUNA, Carlos O tempo e o modo da dominação colonial do Estado Novo, (polic),
- FORTUNA, Carlos "Descolonização ou fim de um ciclo? Portugal, a África e a economia capitalista mundial" in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 15-16-17, Maio, 1985, pp 469-499
- FORTUNA, Carlos Threadings through: cotton production, colonial Mozambique and semiperipheral Portugal, Tese Doutoramento, Coimbra, 1988
- FOSTER, J. "Class" in EATWELL, J. et al. (eds) Palgrave dictionary of economics (vol 1), Macmillan, Londres, 1987, 432-434
- FOSTER-CARTER, Aidan "The nodes of production controversy" in New Left Review, nº 107, Jan-Fev, 1978, pp 47-77
- FRANK, André Gunder "Le développement ou sous-développement" in FRANK, André Gunder Le développement ou sous-développement: L'Amérique Latine, Maspero, Paris, 1972, pp 19-32
- FRANK, André Gunder "Sociologie du développement ou sous-développement de la sociologie" in FRANK, André Gunder Le développement ou sous-développement: L'Amérique Latine, Maspero, Paris, 1972, pp 35-101
- FRELIMO História de Moçambique, Afrontamento, Porto, 1971
- FRELIMO Dossier Frelimo (I) - 19 e 20 Congressos, Ass. Acad. Moçambique, 1974
- FRELIMO Documentos da 8ª Sessão do Comité Central da Frelimo [11-27/2/1976], DIP-Frelimo, Maputo, 1976
- FRELIMO Documentos base da Frelimo (I), Tempo, Maputo, 1977
- FRELIMO, 1977 III Congresso da Frelimo - Documentos para os grupos de estudo colectivo, DocInf nº2, série B, EDIMoç, 1977
- FRELIMO, 1977 O processo revolucionário da Guerra Popular de Libertação (artigos do 'Voz da Revolução'), Frelimo, Março, 1977

- FRELIMO. Directives économiques et sociales - IIIe Congrès, CEDIMO, Maputo, 1978
- FRELIMO Departamento do Trabalho Ideológico II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico -- Documentos, DTIP-Frelimo, Beira, 1978
- FRELIMO 2a Campanha da Ofensiva Política e Organizacional, CEDIMO, DocInf n29-A, Maputo, 1981
- FRELIMO História da Frelimo, Frelimo, Maputo, 1981
- FRELIMO Resolução da VIII Sessão do Comité Central, CNP/CDE, Maputo, 1981
- FRELIMO Resolução do trabalho ideológico do Partido sobre o estilo e métodos de actuação, 'Notícias', Maputo, 6/7/1981, 1981
- FRELIMO A situação actual no nosso país, Frelimo, Maputo, 1982
- FRELIMO Teses para o IV Congresso, Frelimo, Maputo (polic), 1982
- FRELIMO Directivas económicas e sociais -- IV Congresso, Frelimo, Maputo, 1983
- FRELIMO Relatório do Comité Central ao IV Congresso, Frelimo, Maputo, 1983
- FRELIMO 'Frelimo examines its own performance' in Africa Contemporary Record, 1981-82, Africana Publ.Co., New York, 1983, pp 8651-666
- FREYHOLD, Michaela von Ujamaa villages in Tanzania -- analysis of a social experiment, Heinemann, Londres, 1979
- FRIEDMAN, John Ídipicos para discussão sobre uma política territorial de desenvolvimento rural (polic), [Maputo], 1978
- GALTUNG, Johan 'Buis et processus du développement: une vue intégrée' in économies et Sociétés, Série F, nB 29, Fev., 1983, pp 335-363
- GANGART, Vega 'Sur le debat théorique en URSS de 1924 à 1928: les problèmes de l'industrialisation' in Critiques de l'économie Politique, n96, Jan-Mar, 1972, pp 47-89
- GANN, L.H. e DUBINAN Peter (eds) Colonialism in Africa 1870-1960 (vols 1-V), Cambridge U.P., Cambridge, 1969
- GARAUDY, Roger Le problème chinois, JCF, Paris, 1968
- BEFFRAY, Christian Socialisation de la campagne et organisation socio-productive familiale. . . . du Eritri E, (polic), DAA/UEM, Maputo, 1983
- BEFFRAY, Christian Identificação dos grupos sociais e principais statuts et éléments sur l'organisation, Dep. Arq.+Antropolq/UEM, Maputo, 1985
- BEFFRAY, Christian e PETERSEN, Mogens Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no Eritri, (polic), Maputo, Mar., 1985
- BEFFRAY, C. e PEDERSEN, M. 'Sobre a guerra na província de Nampula. (...)' in Revista Internacional de Estudos Africanos, nB 4-5, Jan-Dez, 1986, pp 303-318
- BEFFRAY, Christian Structure lignagère, économie domestique et développement rural dans le district du éritri, (polic), s.d.
- BEFFRAY, Christian éléments d'une histoire de la famille en pays Makwèa: de 1930 à nos jours, (polic), s.l. (Maputo), s.d.

- GEFFRAY, Christian La cause des armes, (polic), Paris, 1969
- GEFFRAY, Christian Erati em guerra, Maputo, Agosto, 1989
- GENTILI, Anna Maria Reestruturação da economia colonial: o papel das cooperativas, CEA/UEM, Maputo, 1984
- GENTILI, Anna Maria 'Da Lourenço Marques a Maputo: la trasformazione delle aree agricole suburbane' in Africa, Roma, Jun., 1985, pp 183-219
- GESCHIERE, P. 'La paysannerie africaine est-elle captive? Sur la thèse de Goran Hyden' in Politique Africaine, n° 18, 1985, pp 93-113
- GESCHIERE, Peter 'Applications of the Lineage Mode of Production in african studies' in Révue Canadienne des études Africaines, vol 15, n° 1, 1985, pp 80-90
- GESCHIERE, Peter et al. 'Introduction: emerging insights and issues in french marxist anthropology' in BINSBERG, W. e GESCHIERE, P. (eds) Old modes of production and capitalist encroachment: anthropological explorations Africa, KPI, Londres,
- GETU, Makonen The essentials of african socialism: past and present (polic), Stockholm Univ./ Ekon.-Hist., 1980
- GHAJ, D. e GREEN, Reg 'Ujamaa and villagisation in Tanzania' in GHAI, D. et al. (eds) Agrarian systems and rural development, Macmillan, Londres, 1979, pp 232-256
- GHAJ, Dharam et al. "Alternative agrarian systems and rural development in the Third World" in GHAI, D. et al. (eds) Agrarian systems and rural development, Macmillan, Londres, 1979, pp 1-23
- GODCA, Gab. Organiz. e Desenv. Coop. Agrícolas Estudo preliminar para um programa nacional de desenvolvimento de cooperativas agrárias, Maputo, Agosto, 1979
- GODCA, Gab. Organiz. e Desenv. Coop. Agrícolas Projecto de apoio ao desenvolvimento cooperativo (CO-1): GODCA-MONAP II, GODCA, Maputo, 1981
- GODCA, Gab. Organiz. e Desenv. Coop. Agrícolas Vamos preparar para fazer um plano. Texto de apoio, GODCA, Maputo, Jul., 1981
- GODCA, Gab. Organiz. e Desenv. Coop. Agrícolas Vamos aprender a controlar a nossa cooperativa agrária, GODCA, Maputo, 1981
- GODELIER, Maurice 'Infrastructures, societies and History' in New Left Review, n° 112, Nov-Dez, 1978, pp 84-96
- GODELIER, Maurice "A teoria da transição em Marx" in Ler História, n° 2, 1983, pp 99-142
- GODELIER, Maurice "Formação económico-social" in Enciclopédia EINAUDI - vol.7: Modos de Produção/Desenvolvimento, Imprensa Nacional, Lisboa, 1986, pp 132-162
- GODELIER, Maurice "Modo de produção" in Enciclopédia EINAUDI - vol. 7: Modos de Produção/Desenvolvimento, Imprensa Nacional, Lisboa, 1986, pp 63-106
- GODELIER, Maurice "Transição" in Enciclopédia EINAUDI - vol. 7: Modos de produção/Desenvolvimento, Imprensa Nacional, Lisboa, 1986, pp 181-213

- GOVERNO DE, MOÇAMBIQUE Strategy and program for economic rehabilitation, 1968-91 (meeting of Consultative) Group, (mimeo), Maputo, 7/Out, 1988
- GRAMSCI, António Obras Escolhidas (2 vols), Estampa, Lisboa, 1974
- GRAMSCI, António Concepção do partido proletário, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975
- BRAY, Jack "The economics of nazism" in , , pp 254-273
- BRAY, Jack "The two roads: alternative strategies of social change and economic growth in China" in SCHRAM, Stuart (ed) Authority, participation and cultural change in China, Cambridge U.P., Cambridge, 1973, pp 109-157
- GREEN, Reginald "Agricultural crisis in Sub-Saharan Africa: capitalism and transitions to socialism" in ISB Bulletin, 105/Sussex, vol.13, nº4, Set, 1982, pp 73-79
- GREEN, Reginald "Southern African Development Cooperation: from dependence and poverty towards econ. liberation" in Africa Contemporary Record, 1981-82, Africana Publishing Co., N.Y., 1983, pp A97-A113
- GREGORY, Joel e PICHE, Victor "Mode de production et régime démographique" in Révue Canadienne des Études Africaines, Vol. 19, nº 1, 1985, pp 73-79
- GRILLO, F. Monteiro A agricultura em Moçambique, INE-Centro Estd. Econ., Lisboa, 1958
- GRISONI, Dominique e MAGGIORI, Robert Le Gramsci, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1974
- GTSPCEFF, Grupo Trab. Promoção Social da CEPiFont. Promoção da população rural indígena nas regedorias, Lourenço Marques, 31/Dez9, 1962
- GUTKIND, P. e WALLERSTEIN, I. "Introduction" in GUTKIND, Peter e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pp 7-29
- BUYER, Jane "Household and community in African studies" in African Studies Review, vol XXIV, nº 2/3, Jun-Set, 1981, pp 87-137
- GVZ, Gabinete das Zonas Verdes de Maputo Movimento de cooperativização do campo. 1 - Análise da situação e plano de 1984, GVZ, Maputo, Fev., 1984
- GVZ, Gabinete das Zonas Verdes de Maputo Movimento de cooperativização do campo. 2 - Dados por cooperativa (distrito 4), GVZ, Maputo, 1984
- HABERMEIER, Kurt "Algodão: das concentrações à produção colectiva" in Estudos Moçambicanos, nº 2, 1981, pp 37-58
- HANLON, Joseph Mozambique: the revolution under fire, Zed Press, Londres, 1984
- HARRIS, Lawrence "Agricultural co-operatives and development policy in Mozambique" in The Journal of Peasant Studies, vol. 7, nº 3, Abr., 1980, pp 338-352
- HARRISON, Mark The peasant mode of production in the work of A.V. Chayanov, Univ Warwick, Coventry, 1976
- HARRISON, Mark "Resource allocation and agrarian class formation" in The Journal of Peasant Studies, vol 4, nº 2, 1977, pp 127-161
- HARRISON, Mark "Why was NEP abandoned?" in STUART, Robert (ed) The soviet rural economy, Rowman&Allanheld, Totowa/NJ/US, 1984, pp 63-78
- HARRISON, Mark "Primary accumulation in the soviet transition" in The Journal of Development Studies, vol. 22, nº

- 1, Out, 1985, pp 81-103
- HEAD, Judith "A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório" in Estudos Moçambicanos, nº 1, 1980, pp 53-72
- HEAD, Judith O desenvolvimento duma força de trabalho nas plantações na Zambézia (polict), CEA/UEM, Maputo, 1981
- HEINER, Franz-Wilhelm "Obras em língua alemã sobre a África de expressão oficial portuguesa: (...)" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 2, Jun-Dez, 1984, pp 177-199
- HENRIKSEN, Thomas Mozambique: a history, Rex Collings, Londres, 1979
- HERMELE, Kenneth "Migration and starvation" in AKUT, Uppsala, nº 32, Set., 1984, 40 pp
- HERMELE, Kenneth Reorganização e interdependência -- a organização da agricultura no Chokwe, Gaza, (polict), Maputo, Março, 1986
- HERMELE, Kenneth "A região agrária do Chokwe. Integração regional e diferenciação social (...)" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 6/7, Jan/Dez, 1987, pp 219-238
- HERMELE, Kenneth Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique. A case study of Chokwe. SIAS, (RA 82), 1988
- HERMELE, Kenneth Reorganização e interdependência - a organização da agricultura no Chokwe/Gaza, (polict), Maputo, Março, 1986
- HERMELE, Kenneth Country Report: Mozambique, (mimeo), SIDA, Estocolmo, Out., 1988
- HERMELE, Kenneth "Structural adjustment & political alliances in Angola, Guinea-Bissau, & Mozambique" in HERMELE, Kenneth et al. At the cross-roads: political alliances and structural adjustment, AKUT, Uppsala, 1989, pp 5-16
- HILL, Polly Development economics on trial: the anthropological case for a prosecution, Cambridge UP, Cambridge, 1986
- HINDESS, Barry e HIRST, Paul Modo de produção e formação social, Zahar, Rio de Janeiro, 1978
- HOBBS, Tony "Mozambique: the politics of liberation" in CARTER, G.M. e O'NEARA, P. (eds) Southern Africa: the continuing crisis, Macmillan, Londres, 1979, pp 57-92
- KORVAT, Branko "Establishing self-governing socialism in a less developed country" in World Development, vol 9, nº 9-10, 1981, pp 951-964
- HUGH, Jerry "The changing nature of the kolkhoz chairman" in MILLAR, James (ed) The soviet rural community, Un.Illinois Pr., Urbana/III/US, 1971, pp 103-120
- HUGHES, Blyn "Preconditions of socialist development in Africa" in GUTKIND, P. e WATERMAN, P. (eds) African social studies -- a radical reader, Heinemann, Londres, 1977, pp 218-224
- HUGON, Philippe "L'économie du développement, le temps et l'histoire" in Révue économique, vol. 42, nº 2, Março, 1991, pp 339-364
- HUNT, Diana "Chayanov's model of peasant household resource allocation" in Journal of Peasant Studies, vol. 6, nº 2, 1979, pp 247-285
- HUYN, Cao Tri Le concept du développement endogène et centré sur l'Homme (polict), UNESCO-BivEtudDev, Paris, 1981
- HYDEN, Goran "Ujamaa, villagisation and rural development in Tanzania" in Overseas Development Institute Review, nº 1, 1975, pp 53-72

- HYDEN, Goran Beyond ujamaa in Tanzania, Heinemann, Londres, 1980
- HYDEN, Goran "La crise africaine et la paysannerie non capturée" in Politique Africaine, n° 18, 1985, pp 93-113
- IFAD, International Fund Agric. Development Report of the special programming mission to Mozambique (polic), IFAD, s.l., 1980
- IGROZURIKE, Martin The social and cultural factors involved in Nigerian food production and marketing: (...), UNESCO, Paris, 1983
- INSTITUTO NACIONAL DE PLANEAMENTO FISICO Plano, projecto e planeamento fisico (policp.), INPF, Maputo, 1984
- ISAACMAN, Allen The africanization of a european institution - the Zambezi fazendas, 1750-1902, Univ. Wisconsin Pr., USA, 1972
- ISAACMAN, Allen A luta continua: creating a new society in Mozambique, Fernand Braudel C., Binghampton, 1978
- ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara A tradição de resistência em Moçambique -- o vale do Zambeze, 1850-1921, Afrontamento, Porto, 1979
- ISAACMAN, Allen et al. "'Cotton is the mother of poverty': peasant resistance to forced cotton production in Moçambique" in International Journal of African Historical Studies, n° 13, 1980,
- ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982, Westview Pr., Boulder/CO/USA, 1983
- ISAACMAN, Barbara e STEPHAN, June A mulher moçambicana no processo de libertação, INLD, Maputo, 1983
- ISAACMAN, Allen "Régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique" Revista Internacional de Estudos Africanos, n° 6-7, Jan-Dez, 1987, pp 37-82
- JEWSTENICKI, Bogumił "Un débat, un paradigme, une épistémè?" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 2-8
- JUNIOR, Miguéis Lopes "O processo de acumulação da RSA e a situação actual no sul do Save" in Estudos Moçambicanos, n° 1, 1980, pp 91-110
- KARCZ, Jerzy "Thoughts on the grain problem" in Soviet Studies, vol XVIII, n° 4, Abr, 1967, pp 399-434
- KARCZ, Jerzy "Back on the grain front" in Soviet Studies, vol 22, n° 2, Out, 1970, pp 262-294
- KARCZ, Jerzy "From Stalin to Brezhnev: soviet agricultural policy in historical perspective" in MILLAR, James (ed) The soviet rural community, Univ Illinois Pr., USA, 1971, pp 36-70
- KATZENELLENBOGE, Simon South Africa and Southern Mozambique -- labour, railways and trade (...), Manchester Univ Pr., Manchester, 1982
- KAUTSKY, Karl A questão agrária (2 vols), Portucalense, Porto, 1972
- KERBLAY, Basile "Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy" in SHAWIN, Teodor (ed) Peasants and peasant societies, Penguin, 1971, pp 150-160
- KHOI, Le Thanh Aspects méthodologiques des études d'identification des styles de développement (...), UNESCO-Divétdév, Paris, 1980
- KIMBLE, Judy "A case for the defense" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 64-72

- KLEIN, Martin Peasants in Africa, Sage, Londres, 1980
- KLEIN, Martin "Introduction" in KLEIN, Martin (ed) Peasants in Africa, SAGE, Bev.Hills/CA/USA, 1980, pp 9-43
- KLEIN, Martin "The use of mode of production in historical analysis" in Révue Canadienne des Études Africaines, vol 19, nº 1, 1985, pp 9-12
- KOFI, Tetteh "Prospects and problems of the transition from agrarianism to socialism: (...)" World Development, vol 9, nº 9-10, 1981, pp 851-870
- KOLONTAI, Alexandra A Oposição Operária, 1920-1921, Afrontamento, Porto, 1977
- KOTTER, Herbert "Objectives and strategies of agricultural development in the Third World" in Economics, nº 25, 1982, pp 7-17
- KRUKS, Sonia e WISNER, Ben "The State, the Party and the female peasantry in Mozambique" in Journal of Southern African Studies, vol II, nº1, Out., 1984, pp 106-127
- LARISA, A. Santos e BARATA, M. Lourdes Breve estudo sobre a balança de pagamentos de Moçambique, Lisboa, 1961
- LAPINE, Nicolai O jovem Marx, Caminho, Lisboa, 1983
- LAPPÉ, Frances M. e BECCAR-VARELA, Adele Mozambique and Tanzania: asking the big questions, IFDP, San Franc./CA/USA, 1980
- LE COZ, Jean Les reformes agraires, PUF, Paris, 1974
- LEITE, Joana Pereira La formation de l'économie coloniale au Mozambique (Thèse de Doctorat), EHESS, Paris, 1989
- LELE, Uma "Co-operatives and the poor: a comparative perspective" in World Development, vol. 9, nº 1, 1981, pp 55-72
- LELE, Uma "Rural Africa: modernization, equity and long term development" in Science, vol 211, 6.Fev., 1981, pp 547-553
- LENINE "VIII Congresso dos Sovietes da Rússia" in LENINE Oeuvres (t.31), éd. Sociales, Paris, , pp 515
- LENINE O Estado e a revolução (1917), J.Ferreira, [Porto], 1970
- LENINE La maladie infantile du Communisme (1920), UGE, Paris, 1971
- LENINE "A grande iniciativa" in LENINE Oeuvres (t.29), éd. Sociales, Paris, 1973, pp 413-438
- LENINE "A revolução proletária e o renegado Kautsky" (Out-Nov/1918) in LENINE Oeuvres (t. 28), éd. Sociales, Paris, 1973, pp 235-336
- LENINE "Carta aos trabalhadores de Eletz" (Ago/1918) in LENINE Oeuvres (t.28), éd. Sociales, Paris, 1973, pp 44-46
- LENINE "1ª Carta de longe" (Mar/1917) in LENINE Oeuvres (t.23), éditions Sociales, Paris, 1974,
- LENINE "A catástrofe iminente e os meios de a esconjurar" in LENINE Oeuvres (t.25), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 389-390
- LENINE "Congrès des députés paysans" (Abril/1917) in LENINE Oeuvres (t.24), éd. Sociales, Paris, 1974,
- LENINE "Discurso na Sessão do Comité Executivo Central da Rússia" 14[17]/Nov/1917) in LENINE Oeuvres (t.25), éd. Sociales, Paris, 1974,

- LENINE "III Congresso dos mineiros da Rússia" (Jan/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 48-64
- LENINE "III Congrès de l'Internationale Communiste" (Jun/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 481-527
- LENINE "Instructions du CTD aux administrations soviétiques locales" (Mai/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 400-426
- LENINE "Les tâches immédiates du pouvoir des soviets" in LENINE Oeuvres, t. 27, Ed.Sociales, Paris, 1974, pp 243-287
- LENINE "Les tâches du prolétariat dans notre révolution" in LENINE Oeuvres (t.24), éd. Sociales, Paris, 1974,
- LENINE "O imposto 'in natura'" (Abr/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 349-389
- LENINE "Relatório sobre o imposto 'in natura'" (Abr/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 302-316
- LENINE "Sobre o infantilismo 'de esquerda' e as ideias pequeno-burguesas" (Mai/1918) in LENINE Oeuvres (t.27), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 337-370
- LENINE "Teses de Abril" in LENINE Oeuvres (t.24), éd. Sociales, Paris, 1974,
- LENINE "X Conferência da Rússia do PC(b)R" (Mai/1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 427-466
- LENINE "X Congrès du PC(b)R - Rapport sur la substitution de l'impôt en nature aux réquisitions" (1921) in LENINE Oeuvres (t.32), éd. Sociales, Paris, 1974, pp 224-239
- LENINE "De la coopération" (Jan/1923) in LENINE Oeuvres (t.33), éd. Sociales, Paris, 1975, pp 480-488
- LENINE "Le développement du capitalisme en Russie" (1899) in Lenine Oeuvres (t. 3), éditions Sociales, Paris, 1975,
- LENINE "Mais vale menos mas melhor" (Mar/1923) in LENINE Oeuvres (t.33), éd. Sociales, Paris, 1975, pp 501-517
- LENINE "Sur notre révolution" (Jan/1923) in LENINE Oeuvres (t.33), éd. Sociales, Paris, 1975, pp 489-494
- LENINE "VII Conference du Parti de la province de Moscou" (Nov/1921) in LENINE Oeuvres (t.33), éd. Sociales, Paris, 1975, pp 75-103
- LENINE "Que hacer" (1902) in Lenine Obras escogidas (en tres tomos) (t.1), Ed.Progreso, Moscovo, s.d., pp 117-277
- LENINE "Rapport de la Commission Nationale et Coloniale au IIe Congrès de l'Internationale Communiste" in LENINE Oeuvres (t. 30), Ed. Sociales, Paris, 1973,
- LETOURNEAU, Jocelyn "L' itinéraire d'un débat" in Révue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 141-147
- LEWIN, Moshe "The kolkhoz and the russian muzhik" in Peasants in History -- essays in honor of Daniel Thorner, , , 55-68
- LEWIN, Moshe Russian peasants and soviet power: a study of collectivization, G.Alen & Unwin, Londres, 1968
- LEWIN, Moshe Political undercurrents in soviet economic debates, Pluto Press, Londres, 1975

- LEWIN, Moshe "Stokharine et sa conception de la voie soviétique vers le socialisme" in Histoire du Marxisme Contemporain [vol.5], UGE, Paris, 1979, pp 233-234
- LEYS, Colin "The 'overdeveloped' post colonial State: a re-evaluation" in ROAPE, n° 5, Jan-Abr, 1976, pp 39-48
- LIPTON, Michael Why poor people stay poor, Harvard UP, Cambridge/Mass/USA, 1977
- LIPTON, Michael "Agriculture, rural people, the State and the surplus in some asian countries" in World Development, vol 17, n° 10, 1989, pp 1553-71
- LOCKHEED, Marlaine et al. "Farmer education and farm efficiency: a survey" in Economic Development and Cultural Change, vol 29, n°1, Oct, 1980, pp 37-76
- LORENZ, Richard "La construction du socialisme chez Lénine" in Histoire du marxisme contemporain (vol 4), UGE, Paris, 1978, pp 223-268
- LOSCH, Dieter "African socialism as a conception of an economic system" in Economics, n° 25, Tubingen (RFA), 1982, pp 18-43
- LUXEMBURGO, Rosa A revolução russa, Ed 17 de Outubro, Barreiro, 1975
- LETOURNEAU, Jocelyne "L'itinéraire d'un débat" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 141-147
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta Pour Gramsci, Seuil, Paris, 1975
- MACGAFFEY, Wyatt "On the moderate usefulness of Modes of Production" in Revue Canadienne des études Africaines, vol 19, n° 1, 1985, pp 51-57
- MACHEL, Samora Revolução: transformação profunda das estruturas, Imprensa Nacional. L. Marques, 1975
- MACHEL, Samora Discursos de Samora Machel, Presidente da Frelimo e da R.P.Moçambique, CEBIMO, Maputo, 1976
- MACHEL, Samora Produzir é um acto de militância, Frelimo, Maputo, 1976
- MACHEL, Samora Relatório do Comité Central ao 3º Congresso da FRELIMO, Ed. Avante, Lisboa, 1978
- MACHEL, Samora Compreender a nossa tarefa, Frelimo, Maputo, 1979
- MACHEL, Samora Estabelecer o poder popular para servir as massas, Frelimo, Maputo, 1979
- MACHEL, Samora Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder, Frelimo, Maputo, 1979
- MACHEL, Samora Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas, [1973], Frelimo, Maputo, 1980
- MACHEL, Samora O Processo da revolução democrática popular em Moçambique [1974?], Frelimo, Maputo, 1980
- MACHEL, Samora As forças armadas de Moçambique devem participar na batalha económica, Frelimo, Maputo, 1981
- MACHEL, Samora A luta contra o subdesenvolvimento, Partido FRELIMO, Maputo, 1983
- MACHEL, Samora Samora Machel - itinerário de um pensamento político de luta, CIBAC, Lisboa, 1983
- MACHEL, Samora Mozambique: sowing the seeds of revolution, Com.Freed.MozAngBui, Londres, s.d.
- MACHEL, Samora Produzir e aprender. Aprender para produzir e lutar melhor [1971], Frelimo, Maputo, s.d.

- MACHEL, Saora A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, Felino, Maputo, s.d.
- MACHEL, Saora "Independência significa benefícios para as massas exploradas" in AA.VV. A nossa luta é uma revolução., CIDAC, Lisboa, 1976
- MACKINTOSH, Maureen "Economic factors: commercial policy and the socialization of african agriculture" in World Development, vol 13, nº 1, 1985, pp 77-96
- MACQUEEN, Norman "Portugal and Africa: the politics of re-engagement" in The Journal of Modern African Studies, v. 23, nº 1, 1985, pp 31-51
- MAFEJE, Archie "On the articulation of modes of production: a review article" in Journal of Southern African Studies, vol 8, nº 1, Out, 1981, pp 123-138
- MAGDOFF, Harry "Desarrollo no capitalista en el Tercer Mundo" in Monthly Review (ed. espanhola), vol. 30, nº7, Dez, 1978
- MAGUBANE, Bernard "The evolution of the class structure in Africa" in: BUTKIND, P. e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Londres, 1976, pp 169-197
- MANDEL, Ernest Traité d'économie marxiste (4 volumes), UGE, Paris, 1974
- MAO, TSE TUNG Obras escolhidas (Vol 5), Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977
- MAO, TSE TUNG "Da justa solução das contradições no seio do povo" in Obras escolhidas (Vol 5), Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pp 459-499
- MAO, TSE TUNG "O debate sobre a cooperativização da agricultura e a actual luta de classes" in Obras escolhidas (Vol 5), Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pp 263-279
- MAO, TSE TUNG "Sobre a questão da cooperação agrícola" in Obras escolhidas (Vol 5), Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pp 221-448
- MAO, TSE TUNG "Sobre as dez grandes relações" in Obras escolhidas (Vol 5), Ed. Vento Leste, Lisboa, 1977, pp 339-366
- MARIE, Alain "Relações de parentesco e relações de produção nas sociedades de linhagem" in POUSTILLON, François (dir) A Antropologia económica - correntes e problemas, Edições 70, Lisboa, 1978, pp 151-198
- MARSHALL, Judith "Structural adjustment and social policy in Mozambique" in ROAPE, nº 47, Spring, 1990
- MARTIN, D. e JOHNSON, P. "Africa: the old and the unexpected" in Foreign Affairs, vol. 63, nº 3, 1985, pp 602-630
- MARTINS, Eli(seo) J.E. Portugal e capital multinacional em Moçambique, 1900-1973 (vol II), AfricStudEd, Kastrup(DK), 1975
- MARX, Karl Le capital (livre I) (1867), Garnier-Flammarion, Paris, 1969
- MARX, Karl "Critique du programme de Gotha" (1875) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres Choisies, éd. du Progrés, Moscovo, 1975, pp 327-343
- MARX, Karl "La guerre civile en France" (1879) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres Choisies, éd. du Progrés, Moscovo, 1975, pp 258-320
- MARX, Karl "Preface a la critique de l'économie politique" (1859) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres Choisies, éd. du Progrés, Moscovo, 1975, pp 183-187

- MARX, Karl 'Travail salarié et capital' (1847) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres Choisies, éd. du Progrès, Moscou, 1975, pp 68-92
- MARX, Karl e ENGELS, F. 'Manifeste du Parti Communiste' (1848) in MARX, K. e ENGELS, F. Oeuvres Choisies, éd. Progrès, Moscou, 1975, pp 31-59
- MARX, Karl, ENGELS e LENINE Sobre as vias de acesso ao socialismo evitando o capitalismo, Novosti, Moscovo, 1980
- MARX, Salário, preço e lucro (1865), Cadernos Latitude, Porto, s.d.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich Oeuvres Choisies, Ed. du Progrès, Moscou, 1975
- MARX, Karl 'prefácio' in MARX, Karl Miséria da Filosofia, Estampa, Lisboa, 1978
- MASCARENHAS, Adolpho 'After villagization -- what?' in MNANSASU, B.V. e PRATT, C. (eds) Towards socialism in Tanzania, Univ. Toronto Press, Toronto, 1979, pp 145-163
- MASSET, Pierre Pequeno dicionário de marxismo, Inova, Porto, 1974
- MATTICK, Paul 'Anton Pannekoek et la revolution mondiale' in Histoire du marxisme contemporain (vol. 3), UGE, Paris, 1976, pp 314-354
- MCFARLANE, Bruce 'Political economy of class struggle and economic growth in China, 1950-1982' in World Development, vol. 11, nº8, 1983, pp 659-672
- MOPE/RPM, Ministério do Desv. e Plan. Econ. /RPM Mozambique -- Informação Económica, Lourenço Marques, Dez., 1975
- MEILLASSOUX, Claude 'Essai d'interpretation du phénomène économique dans les sociétés traditionnelles d'auto-subsistance' Cahiers d'études Africaines, nº 4, 1960, pp 38-67
- MEILLASSOUX, Claude Antropologie économique des Souds de Côte d'Ivoire, Mouton, Paris, 1962
- MEILLASSOUX, Claude Femmes, greniers & capitaux, Maspero, Paris, 1980
- MEYNS, Peter 'Liberation ideology and national development strategy in Mozambique' in ROAPE, nº 22, Out-Dez, 1981, pp 42-64
- MILLAR, James 'A reformulation of A.V. Chayanov's theory of the peasant economy' in Economic Development and Cultural Change, vol 18, nº 2, Jan, 1970, pp 219-229
- MILLAR, James 'Soviet rapid development and the agricultural surplus hypothesis' in Soviet Studies, vol 22, nº 1, Jul, 1970, pp 77-93
- MILLAR, James 'The agricultural surplus hypothesis: a reply to Alec Nove' in Soviet Studies, vol 23, nº 2, Out, 1971, pp 302-306
- MILLAR, James 'What's wrong with the 'standard story'?' in Problems of Communism, vol XXV, Jul-Ago, 1976, pp 50-58
- MILLAR, James e NOVE, Alec 'A debate on collectivization: was Stalin really necessary?' in Problems of Communism, vol XXV, Jul-Ago, 1976, pp 49-62
- MILLAR, James 'A note on primitive accumulation in Marx and Preobrazhensky' in Soviet Studies, vol. XXX, nº 3, Jul, 1978, pp 384-393
- MILLAR, James 'Views on the economics of soviet collectivization of agriculture: {...}' in STUART, Robert (ed) The soviet rural economy, Rowman & Allanheld, Totowa/USA, 1984, pp 109-117

- MILLAR, James The soviet rural community, Univ. Illinois Press, Urbana, 1971
- MIN.AGRICULTURA, - Ministério da Agricultura da RPM 1º Seminário Nacional de Agricultura, 1975
- MINISTERIO, DAS COLONIAS Decreto nº 11 994, Diário do Governo, I Série, 30 de Julho de, 1926
- MITTELMAN, James Underdevelopment and the transition to socialism: Mozambique and Tanzania, Academic Press, New York, 1981
- MONDLANE, Eduardo Lutar por Moçambique, Sá da Costa, Lisboa, 1977
- MONDRI, Henri "Em França, uma antropologia de inspiração marxista" in POUILLON, François (ed) A antropologia económica - correntes e problemas, Edições 70, Lisboa, 1978, pp 89-86
- MONTIEL, Edgar Bibliographie selective sur le developpement endogene, UNESCO-DivétusDeveiop., Paris, 1982
- MORRISON, David "A critical examination of A.A.Barsov's empirical work on the balance of value exchanges" Soviet Studies, vol XXXIV, nº 4, Out, 1982, pp 570-584
- MOURA, Francisco Pereira de e AMARAL, Fernanda Estimativa do produto interno bruto de Moçambique: 1970-73-75, UEM/Curso Economia, Maputo, 1978
- MUNSLON, Barry "Leadership in the Front for the Liberation of Mozambique; part 1" in Collected Papers, nº1, CSAfrStud, Univ New York, 1974,
- MUNSLON, Barry Mozambique: the revolution and its origins, Longman, Londres, 1983
- MUNSLON, Barry "Is socialism possible on the periphery?" in Monthly Review, vol 35, nº 1, Mai, 1983, pp 25-39
- MUNSLON, B., O'KEEFE, P. "Rethinking the revolution in Moçambique" in Race and Class, vol. XXVI, nº 2, 1984, pp 15-31
- MUNSLON, Barry "Introduction" in MUNSLON, Barry (ed) Samora Machel: an african revolutionary, Zed Books, Londres, 1985, pp ix-xxiii
- NAQVI, K.A. Problems, strategies and conditions for implementing endogenous development (...), UNESCO/DivétusDeveiop, Paris, 1982
- NAYYAR, Deepak "Economic relations between socialist countries and the Third World: an introduction" in NAYYAR, Deepak Economic relations between socialist countries and the Third World, Macmillan, Londres, 1977, pp 1-17
- NEBRÃO, José Guilherme (ed) A questão agrária em Moçambique: documentos da FRELIMO e do Estado da RPM de 1962 a 1981, (polic), Maputo, 1981
- NEBRÃO, José Guilherme A produção e o comércio nas zonas libertadas, Arquivo Hist. Moçamb., Maputo, 1984
- NELSON, Harold (ed) Mozambique - a country study, American Univ., Washington, 1985
- NEWIT, Malya Portugal in Africa - the last hundred years, c.Hurst & Co., Londres, 1981
- NKRUMAH, Kwame A luta de classes em África, Sá da Costa, Lisboa, 1977
- NKRUMAH, Kwame A luta de classes em África, Sá da Costa, Lisboa, 1977
- NOVE, Alec "Ideology and agriculture" in Soviet Studies, vol XVII, nº 4, Abr, 1966, pp 397-407
- NOVE, Alec An economic history of the USSR, Penguin, 1969

- NOVE, Alec "The agricultural surplus hypothesis: a comment on James R. Hillier's article" in Soviet Studies, vol. 22, nº 3, Jan, 1971, pp 394-401
- NOVE, Alec "The 'logic' and cost of collectivization" in Problems of Communism, vol XXV, Jul-Ago, 1976, pp 55-59
- NOVIČKI, Gozef "Non-capitalist agriculture and development strategy" in PALMBERG, Mai (ed) Problems of socialist orientation in Africa, SIAS, Uppsala, 1978, pp 83-102
- NYERERE, Julius After the Arusha Declaration, Government Pr., Dar es Salaam, 1967
- NYERERE, Julius Socialism and rural development, Government Pr., Dar es Salaam, 1967
- NYERERE, Julius La déclaration d'Arusha, Présence Africaine, Paris, 1970
- O'LAUGHLIN, Bridget "A questão agrária em Moçambique" in Estudos Moçambicanos, nº 3, 1981, pp 9-32
- OFICINA, DE HISTÓRIA DO CEA/UEM Para uma história da luta de libertação de Moçambique, CEA/UEM, Maputo, 1982
- OFICINA, DE HISTÓRIA DA UEM Não vamos esquecer!, OHCEA/UEM, nº2-3, Dez, 1983
- OFICINA, DE HISTÓRIA/CEA/UEM Não vamos esquecer!, nº1, OHCEA/UEM, Fev, 1983
- OLIVEIRA, Bernardino Aqui (Portugal) Moçambique!, Ed. do autor, Riba de Ave, 1978
- OMM Org. Mulher Moçamb. "Análise da problemática social da mulher moçambicana" in Noticias, 12 de Novembro, 1984, pp 3
- ONU Assistance to Mozambique (Doc A/34/377 de 16/8/1979), UN-General Assembly, 1979
- ONU Assistance to Mozambique (Doc A/35/297, 30/6/1980), UN-General Assembly, 1980
- ONU Assistance to Mozambique (Doc A/36/267 de 21/8/1981), UN-General Assembly, 1981
- ONU Assistance to Mozambique (Doc/A/37/129, 17/8/1982), UN-General Assembly, 1982
- OPPENHEIMER, Jochen "Desenvolvimento rural e preços agrícolas em África: em favor de uma abordagem interdisciplinar" in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 3, Jan-Dez, 1985, pp 107-127
- PAAUW, D.S. e FEI, J.C. The transition in open dualistic economies. Theory and South-East asian experience, Yale U.P., Yale/USA, 1973
- PAINE, Suzanne "Balanced development: Maoist conception and chinese practice" in World Development, vol. 4, nº 4, 1976, pp 277-304
- PALMBERG, Mai "Introduction" in PALMBERG, Mai (ed) Problems of socialist orientation in Africa, SIAS, Uppsala, 1978,
- PANNEKOEK, Anton As tarefas dos conselhos operários, Centelha, Coimbra, 1976
- PANNEKOEK, Anton Controlo operário e socialismo, J.M.Amaral, Porto, 1976
- PANNEKOEK, Anton A luta operária, Centelha, Coimbra, 1977
- PEEMANS, J.P. "Capital accumulation in the Congo" in DUBINAN, P. (ed) Colonialism in Africa, 1870-1960, Cambridge U.P., Cambridge, ,
- PELISSIER, René Le naufrage des caravelles: étude sur la fin de l'empire portugais (1961-1975), Edit. Pélissier,

- Orgival (F), 1979
- PELLISSIER, René Naissance du Mozambique (2 vols), Pelissier, Orgival (F), 1984
- PENVENNE, Jeanne Forced labour and the origin of an african working class: Lourenço Marques, 1870-1962, AfricanStCenter W.F., Boston J
- PENVENNE, Jeanne "Here, everyone walked with fear" in pp 131-166
- PENVENNE, Jeanne "Chibalo e classe operária: Lourenço Marques, 1870-1962" in Estudos Moçambicanos, nº 2, 1981, pp 9-26
- PEREIRA, João Martins Pensar Portugal hoje, D. Quixote, Lisboa, 1971
- PEREIRA, João Martins O socialismo, a transição e o caso português, Bertrand, Amadora, 1976
- PEREIRA, João Martins Sistemas económicos e consciência social, Fund. Cal. Gulbenkian, Oeiras, 1980
- PETRAS, James Imperialismo e classes sociais no Terceiro Mundo, Zahar, Rio de Janeiro, 1980
- PETRAS, James "Socialist revolutions and their class components" in PETRAS, James et al. Class, State and power in the Third World, Ted Press, Londres, 1981, pp 153-183
- PETRAS, James e SELDEN, Mark "Social classes, the State and the World system in the transition to socialism" in Journal of Contemporary Asia, vol. 11, nº2, 1981, pp 189-207
- PETRAS, James "Problems in the transition to socialism" in Monthly Review, vol. 35, nº1, Mai, 1983, pp 14-24
- PETRAS, James e NORLEY, M. "The Ethiopian military state and soviet-US involvement in the 'Horn of Africa'" in SOAPE, nº 30, 1984, pp 21-31
- PINSKY, Barry "Territorial dilemmas: changing the urban life" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., New York, 1985, pp 253-278
- POLLIT, Brian Some notes on soviet economic debate in the 1920s, (polic), 1971
- PORTILLO, Enrique The present-day crisis of mozambican agriculture and its origins (polic), Uppsala Univ-DepEc.Hist, Ago, 1985
- POUILLON, François "A determinação de um modo de produção: as forças produtivas e a sua apropriação" in POUILLON, François (ed) A antropologia económica, Edições 70, Lisboa, 1978, pp 101-140
- POULANTZAS, Nicos Poder político e classes sociais, Portucalense Editora, Porto, 1971
- POULANTZAS, Nicos Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, Seuil, Paris, 1974
- POULANTZAS, Nicos Teoria das classes sociais, Publ. Escorpião, Porto, 1976
- PREOBRAJENSKY, Evsei "De nuevo sobre la acumulación socialista" in La acumulación socialista, Alberto Corazón Ed., Madrid, 1971, pp 237-286
- PREOBRAJENSKY, Evsei "A nova económica" (cap 2) (1926) in A transição socialista, o debate soviético e o caso português, Armazém de Letras, [Lisboa], 1977, pp 27-109
- RAIKES, Philip Ujamaa vijijini and rural socialist development, InsDevResearch, Copenhagen, 1974
- RAIKES, Philip State and agriculture in Tanzania, CenterDevResearch, Copenhagen, 1978

- RAIKES, Philip "Rural differentiation and class formation in Tanzania" in The Journal of Peasant Studies, vol 5, n° 3, Abril, 1978, pp 285-324
- RAIKES, Philip "Food policy and production in Mozambique since independence" in RDAPE, n° 29, Jul, 1984, pp 95-107
- RAO, J. Mohan et al. "Agricultural performance and development strategy" in World Development, vol. 18, n° 6, 1990, pp 899-913
- RAPOSO, Ismael Transformation de l'habitat rural (thèse de DEA), Paris, 1986
- REIS, João e MOUTANE, Armando Datas e documentos da história da Freixo (2ª ed), Freixo, Lourenço Marques, 1975
- REY, Pierre-Philippe Les alliances de classes, Maspéro, Paris, 1973
- REY, Pierre-Philippe "The lineage mode of production" in Critique of Anthropology, n° 3, Spring, 1975, pp 27-79
- RIBEIRO, J.J. Teixeira Lições de Direito Cooperativo, Coimbra, 1938
- ROCHA, Edgar "Colónias e exportação de mão de obra como fontes de divisas" in Análise Social, vol XVIII, n° 72-73-74, 1982, pp 1053-75
- ROCHA, Aurélio et al. "O colonialismo português em Moçambique, 1886-1930" in Cadernos de História, DepHistória/UEM, n° 2, Ago, 1985, pp 7-20
- RODRIGUES, Rui Costa Uma breve análise estrutural e conjuntural da economia moçambicana, policl, Maputo, 1975
- RODRIGUES, Rui Costa As tendências assimétricas do desenvolvimento económico moçambicano no período 1965-71 ..., Fac.Economia/UEM, Maputo, 1976
- ROESCH, Otto "Peasants and collective agriculture in Mozambique" in BARKER, Jonathan (ed) Politics of agriculture in Tropical Africa, SAGE, Bev.Hills/CA/USA, 1984, pp 291-316
- ROESCH, Otto Socialism and rural development in Mozambique, (PhD Thesis), Ottawa, 1986
- ROSIER, Bernard Reflexion méthodologique pour une analyse critique comparative des types de développement, UNESCO/DivétudDevelop., Paris, 1978
- ROSIER, Bernard Choix techniques et stratégie de développement -- reflexion méthodologique et étude de cas, UNESCO/DivétudDevelop., Paris, 1982
- ROSIER, Bernard "Le développement économique, processus univoque ou produit spécifique d'un système économique?" in économies et Sociétés, Série F, n° 29, 1983, pp 365-403
- ROSIER, Bernard "Types de développement et rapports sociaux" in ABDEL-MALEK, Anouar et al. Clés pour une stratégie nouvelle du développement, éd.Ouvrières/UNESCO, Paris, 1984, pp 99-180
- ROSIER, Bernard "Repères pour l'analyse de la transition au socialisme" in BEZBAKH, P. et al. Approches de la transition, Presses Univ. de Lyon, Lyon, 1981, pp 265-seqs
- ROSTON, Walter Etapas do desenvolvimento económico, Zahar, Rio de Janeiro, 1966
- RUCEIO, D. e SIMON, L. "Methodological aspects of a marxian approach to development: the modes of production school" in World Development, vol 14, n° 2, 1986, pp 211-222
- RUBEBECK, Lars "The social basis of state power and developmental options -- some notes for discussion" in AKUI, n° 22, Abr, 1982, pp 11-18

- RUBEDECK, Lars Development and democracy: notes related to a study of people's power in Mozambique (polic), Uppsala, Ago, 1984
- SABOLO, Yves "Le commerce entre pays en developement, les transferts de techniques et l'emploi" in Revue internationale du Travail, vol 122, n° 6, Set, 1983, pp 641-656
- SACHS, Ignacy "Le potentiel de developement endogene" in economies et Sociétés, Série F, n° 29, Fev, 1983, pp 405-426
- SAHLINS, Marshall Stone age economics, Tavistock, Londres, 1972
- SAITH, Ashwani "Primitive accumulations, agrarian reform and socialist transitions: an argument" in The Journal of Development Studies, vol 22, n°1, Out, 1985, pp 1-48
- SALUTIN, Rick "Notes on a week in Cabo Delgado" in Monthly Review, Jul-Ago, 1980, pp 53-73
- SANTANA, Roberto "Encadrement des populations rurales" in BATAILLON, C. et al. Mutations des campagnes du Tiers Monde, CNRS, Paris, 1981, pp 102-122
- SANTOS, José Hipólito dos Cooperativização e desenvolvimento rural em Moçambique -- Relatório s/ Projecto COI, SETES-Soc.Est.Interv.Engé Soc., 1984
- SANTOS, Américo Ramos dos Recursos humanos e tecnologia nos países em desenvolvimento, Fese de Doutoramento, [Lisboa], 1983
- SAUL, J. e WOODS, Roger "African peasantries" in SHANIN, Theodore (ed) Peasants and peasant societies, Penguin, 1971, pp 103-113
- SAUL, John "Frelimo and the mozambican revolution" in ARRIGHI, Giovanni e SAUL, John (eds) Essays on the political economy of Africa, Monthly Review Press, New York, 1973, pp 378-405
- SAUL, John "Marketing cooperatives in a developing country: the tanzanian case" in CLIFFE, Lionel e SAUL, John Socialism in Tanzania (vol 2), EAPH, Dar es Salaam, 1975, pp 141-152
- SAUL, John "African peasantries and revolution" in SAUL, John State and revolution in Eastern Africa, Monthly Review Pr., New York, 1979, pp 297-338
- SAUL, John "Introduction" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., New York, 1985, pp 9-31
- SAUL, John "N'konati and after" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., New York, 1985, pp 391-418
- SAUL, John "Socialist transition and external intervention: Mozambique and South Africa's war" in Labour, Capital and Society, vol 18, n° 1, Abr, 1985, pp 153-170
- SAUL, John "The content: a transition to socialism ?" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., New York, 1985, pp 75-161
- SAUL, John "The context: colonialism and revolution" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Pr., New York, 1985, pp 35-74
- SAUL, John Development and counter-development strategies in Mozambique, (polic), texto de conferência, 1987
- SCCI, Serviços Centraliz. Coord. Informações Conquista da adesão das Populações; SCCI, Lourenço Marques, 1965

- SCOTT, James The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia, Yale UP, New Haven e Londres, 1976
- SCOTT, Catherine "Socialism and the 'soft state' in Africa: an analysis of Angola and Mozambique" in The Journal of Modern African Studies, vol 26, nº1, 1988, pp 23-36
- SEJES, (cooperativa) O cooperativismo em países de expressão portuguesa: a experiência moçambicana, Inst. Ant. Sérgio, Lisboa, 1983
- SELDEN, Mark "Socialism or 'post-revolutionary society'?" in
- SELDEN, Mark "The logic --- and limits --- of chinese socialist development" in World Development, vol. 11, nº 8, 1983, pp 631-637
- SENGHAS, Djeter "Socialism in historical and developmental perspective" in Economics, nº 24, pp 94-115
- SERRA, Carlos "O capitalismo colonial na Zâmbia" in Estudos Moçambicanos, nº 1, 1980, pp 33-62
- SERRA, A.M. de Almeida "Desenvolvimento e transição socialista em Moçambique -- algumas notas de uma viagem de estudo" in Estudos de Economia, vol II, nº 4, Jul-Set, 1982, pp 544-550
- SERRA, A.M. de Almeida "Moçambique e a transição para o socialismo" in Economia e Socialismo, nº 60, Jan-Mar, 1984, pp 37-44
- SERRA, A.M. de Almeida "Relações económicas mais justas entre a cidade e o campo são determinantes" (entrevista) in Tempo, Maputo, 10/3, 1985, pp 24-29
- SERRA, A. M. de Almeida Processo económico-social e estratégias de transição na URSS: das origens a Estaline, manuscrito, Setúbal, 1985
- SERRA, Carlos (org.) História de Moçambique (2 vols), Tempo, Maputo, 1983
- SHANIN, Theodore "Introduction" in SHANIN, T. (ed) Peasants and peasant societies, Penguin, 1971, pp 11-19
- SHANIN, Theodore "Peasantry as a political factor" in SHANIN, T. (ed) Peasants and peasant societies, Penguin, 1971, pp 238-263
- SHANIN, Theodore "Defining peasants: conceptualizations and de-conceptualizations: old and new in a marxist debate" in Sociological Review, vol. 30, nº 3, 1982, pp 407-432
- SHAPIRO, Helen e TAYLOR, L. "The State and industrial strategy" in World Development, vol. 18, nº 6, 1990,
- SHEURMANN, Erich (recolha de) O Fagaiaqui, Ed. Antígona, Lisboa, 1987
- SHIVJI, Issa "Peasants and class alliances" in ROAPE, nº 3, Mai-Out, 1975, pp 10-18
- SHIVJI, Issa Class struggles in Tanzania, Heineman, Londres, 1976
- SHIVJI, Issa "L'état dans les formations sociales dominées d'Afrique: quelques problèmes théoriques" in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol XXIII, nº 4, 1980
- SIDA, Mozambique -- country report, SIDA, Estocolmo, 1988
- SINE, Babakar Imperialismo e teorias sociológicas do desenvolvimento, Moraes, Lisboa, 1976
- SKETCHLEY, Peter Problems in the transformation of social relations of production in ... Mozambique, (act), Maputo, 1981

- SKETCHLEY, Peter "Fishing cooperatives on Lake Niassa: seeds of a new socialist society ?" in FOAPE, nº 24, Mai-Jun, 1982, pp 85-95
- SKETCHLEY, Peter "The struggle for new social relations of production in industry" in SAUL, John (ed) A difficult road: the transition to socialism in Mozambique, Monthly Review Press, New York, 1985, pp 253-278
- SMITH, Sheila "The ideas of Samir Amin: theory or tautology?" in The Journal of Development Studies, vol.17, nº1, Out, 1980,
- SNAEFP, 1º Seminário Nac.Apar.Estd. e Funç.Públ. Vamos construir um Estado do Povo ao serviço do Povo, 15 vol-Documentos, Nacala, Gut, 1976
- SOGGE, David Hammer and hoe: local industries under state socialism in Mozambique, (colic)(Tese M.Ph.I, 1985, Haia, 1985
- SOMERVILLE, Keith "The USSR and Southern Africa since 1976" in The Journal of Modern African Studies, vol: 22, nº 1, 1984, pp 73-108
- SOMAGRI, Société Nationale Production Agricole Les facteurs socio-culturels qui orientent la production de denrées alimentaires..., Oiv&udDevelop.-UNESCO, Paris, 1982
- SON, Alpha et al. Introdução à cultura africana, Edições 70, Lisboa, 1980
- SPOOR, Max Socialist economic strategies in the Third World: some lessons from Mozambique, (colicpt), IS5, Haia, 1982
- SRIJVATAYA, R.X. e LIVINGSTONE, I "Growth and distribution: the case of Mozambique" in BHAI, D. e ROMAN, S. (eds) Agrarian policies and rural poverty in Africa, ILD, Geneva, 1983, pp 249-280
- STAVENHAGEN, Rodolfo "Basic needs, peasants and the strategy for rural development" in Another development: approaches and strategies, Dag Hammarskj. Found., Uppsala, 1976, pp 40-65
- STEEVENS, Christopher "Entente commerciale: the Soviet Union and West Africa" in NAYYAR, Deepak (ed) Economic relations between socialist countries and the Third World, Macmillan, Londres, 1977, pp 78-104
- STEIN, Howard "Theories of the State in Tanzania: a critical assessment" in The Journal of Modern African Studies, v. 23, nº 1, 1985, pp 105-123
- SURET-CANALE, Jean "As sociedades tradicionais na África Tropical e o conceito de Modo de Produção Asiático" in CERD O modo de produção asiático, Seara Nova, Lisboa, 1974, pp 111-146
- SWEETZ, Paul "Socialism in poor countries" in Monthly Review, v. 28, nº 5, Out, 1976, pp 1-13
- SWEETZ, Paul A sociedade pós-revolucionária, Zahar, Rio de Janeiro, 1981
- SZENTESI, Imre Economia Política do subdesenvolvimento (2 vols), Novo Curso, Venda Nova (P), 1979
- TAYLOR, John From modernization to modes of production, Macmillan, Londres, 1979
- TERRAY, Emmanuel "De l'exploitation: elements d'un bilan autocritique" in Dialectiques, nº 21, Outono, 1977, pp 134-143
- TERRAY, Emmanuel (org) L'État contemporain en Afrique, L'Harmattan, Paris, 1987
- THOMAS, Elive Dependence and transformation, Monthly Review Pr., New York, 1974

- THOMAS, Clive "Class struggle, social development and the theory of the non-capitalist path" in PALMBERG, Mai (ed) Problems of socialist orientation in Africa, SIAS, Uppsala, 1978, pp 17-37.
- TOMASID, Manuel "Absorção de mão de obra no contexto do modelo de Lewis" in Estudos de Economia, vol II, nº 3, Abr-Jun, 1982
- TORP, Jens Erik Industrial planning and development in Mozambique, SIAS, Uppsala, 1979
- TORP, Jens Erik "Economic policies: searching for new grounds" in TORP, Jens Erik Mozambique: politics, economics and society, Frances Pinter, Londres+NY, 1989, pp 30-62
- TORRES, Adelino "Balança de pagamentos e integração de Angola nos finais do período colonial" in Estudos de Economia, Vol III, nº 3, Abr-Jun, 1983, pp 313-329
- TORRES, Adelino Três estudos: da estratégia colonial à integração europeia, CESA/ISE, Lisboa, 1985
- UDA. - Unidade de Direcção Agrícola Cálculo estimativo da produção e consumo do sector familiar, (Dactilg), UDA, Maputo, 1982
- UNDP/FAO, Mozambique: strategy and project formulation for the agriculture (...) sectors, (policia), UNDP/FAO, Roma, 1981
- UNITED NATIONS, Assistance to Mozambique (doc. A/34/377), UN, New York, 1979
- URDANG, Stephanie "The last transition? Women and development in Mozambique" in ROAPE, nº 27/28, 1984, pp 8-32
- VAIL, Leroy "Mozambique's chartered companies: the rule of the fickle" in Journal of African History, vol. XVII, nº 3, 1976, pp 389-416
- VAIL, L. e WHITE, I. "Tswana, machabezi: forced cotton and rice growing on the Zambezi" in Journal of African History, vol. XIX, nº 2, 1978, pp 239-263
- VAIL, L. e WHITE, L. "The struggle for Mozambique: capitalist rivalries, 1900-1940" in Review, vol. III, Fall, 1979, pp 243-276
- VAIL, Leroy e WHITE, Ian Capitalism and colonialism in Mozambique - a study of Guelimane District, Heineman, Londres, 1980
- VALLERANT, P. "Le debat politique" in Le debat soviétique sur la loi de la valeur, Maspéro, Paris, 1972, pp 10-20
- VARELA, José A. Santos Desenvolvimento económico do espaço português, Soc. Geog. Lisboa, Lisboa, 1966
- VERSOPOULOS, Kostas "L'Etat dans le capitalisme périphérique" in Revue Tiers-Monde, Tome XXIV, nº 93, Jan-Mar, 1983, pp 35-52
- WALLERSTEIN, Immanuel "Class and status in contemporary Africa" in GUTKIND, Peter e WATERMAN, Peter (eds) African social studies: a radical reader, Heineman, Londres, 1977, pp 277-283
- WARDMAN, Anna "The co-operative movement in Chokwe, Mozambique" in Journal of Southern African Studies, vol. 11, nº2, Abril, 1985, pp 295-304
- WATERMAN, Peter "On radicalism in African studies" in GUTKIND, Peter e WATERMAN, Peter (eds) African social studies - a radical reader, Heineman, Londres, 1977, pp 1-18
- WHEATCROFT, S.B. "A reevaluation of soviet agricultural production in the 1920's and 1930's" in STUART, Robert (ed) The soviet rural economy, Rowman and Allanheld, Totowa, 1984

- WHEELER, David "Sources of stagnation in Sub-Saharan Africa" in World Development, vol. 12, nº 1, 1984, pp 1-23
- WHITE, Gordon "Revolutionary socialist development in the Third World: an overview" in WHITE, Gordon et al. (eds) Revolutionary socialist development in the Third World, Wheatsheaf Books, Brighton, 1983, pp 1-34
- WIELD, David Some characteristics of the Mozambican economy (...), CEA/UEM, Maputo, 1977
- WIELD, David "Mozambique - late colonialism and early problems of transition" in WHITE, Gordon et al. (eds) Revolutionary socialist development in the Third World, Wheatsheaf Books, Brighton, 1983, pp 75-113
- WILBER, Charles The soviet model and underdeveloped countries, Univ. N. Carolina Pr., Chapel, 1969
- WILDE, John C. de "Price incentives and african agricultural development" in BATES, Robert e LOFCHIE, Michael (eds) Agricultural development in Africa -- issues of public policy, Praeger, New York, 1980, pp 46-66
- WILLIAMS, Savin "Taking the part of peasants: rural development in Nigeria and Tanzania" in GUTKIND, P. e WALLERSTEIN, I. (eds) The political economy of contemporary Africa, SAGE, Beverly Hills/CA/USA, , 131-154
- WOLFE, Marshall The quest for a unified approach to development analysis and planning, UNRISD, Geneva, 1979
- WORLD BANK China: socialist economic development (vol. II de 3), World Bank, Washington-DC, 1983
- WORLD BANK Mozambique: food security study, World bank, (Washington), 1989
- WORLD BANK Mozambique agricultural sector survey, Washington, Maio, 1988
- WORLD BANK Financing adjustment with growth in Sub-Saharan Africa 1986-1990, World Bank, Washington, 1986
- WORLD BANK World Development Report 1987, World Bank + Oxford, 1987
- WORLD BANK Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth, World bank, Washington-DC, 1989
- WORLD BANK World Development Report 1989, World Bank, Washington, 1990
- WRIGHT, Erik Olin Class, crisis & state, Verso, Londres, 1979
- WRIGHT, Erik Olin Classes, Verso, Londres, 1985
- WUYTS, Marc Camponeses e economia rural em Moçambique, CEA/UEM, [Maputo], 1978
- WUYTS, Marc Salazar and the colonial economy, (policy), CEA/UEM, [Maputo], 1979
- WUYTS, Marc A questão da subutilização da capacidade produtiva na economia moçambicana actual, (policy), CEA/UEM, [Maputo], 1980
- WUYTS, Marc "Sul do Save: estabilização e transformação da força de trabalho" in Estudos Moçambicanos, nº 3, 1981, pp 33-44
- WUYTS, Marc "The mechanization of present-day Mozambican agriculture" in Development and Change, Vol 12, 1981, pp 1-27
- WUYTS, Marc Comércio privado e planificação estatal, CEA/UEM, [Maputo], 1982
- WUYTS, Marc A organização das finanças e o desenvolvimento económico de Moçambique, CEA/UEM, [Maputo], 1983
- WUYTS, Marc Dinheiro e economia rural, CEA/UEM, [Maputo], 1983

NYYS, Marc "Money, planning and rural transformation in Mozambique" in The Journal of Development Studies, vol. 22, n° 4, Oct, 1985, pp 180-207

NYYS, Marc Acumulação financeira e equilíbrio monetário, CEA/UEM, (Maputo), sd

NYYS, Marc "Economia política do colonialismo português em Moçambique" in Estudos Moçambicanos, n° 1, 1980, pp 7-22

YOUNG, Tom "The politics of development in Angola and Mozambique" in



BIBLIORAFIA -- FONTES PRIMARIAS

Nº de registos: 77

- 1ª RNAC, 1ª Reunião nacional das Aldeias Comuns Esquadramento das questões socio-culturais, 1ª RNAC (doc 3/1), 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comuns Organização dos órgãos de direcção das Aldeias Comuns, 1ª RNAC, (doc 1.2), 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comuns Questões económicas e financeiras, 1ª RNAC, Doc 2.1, 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião nacional das Aldeias Comuns Questões sociais e culturais, 1ª RNAC, doc 1.3, 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comuns Questões económicas e financeiras - síntese das sessões de debate, (dactil), 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comuns Resoluções sobre questões económicas e financeiras, 1ª RNAC, 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nac. Aldeias Comuns Resolução sobre questões político-organizativas, (policp), Gaza, Março, 1980
- 1ª RNAC, 1ª Reunião Nac. do Sect. Estatal Agrário Documentos, Macuze (Zambézia), Fevº, 1979
- 1ª SEMINÁRIO, NACIONAL DE COOPERATIVAS Documentos, Quelimane, Outº, 1976
- 1ª SNAEFP, 1ª Sen. Nac. Aparelho Estado e F.Pública Vamos construir um Estado do Povo ao serviço do Povo, (policp), Nacala, 18-20 Outº, 1976
- AA.VV., Estudo e projecto de quatro Aldeias Comuns no Niassa, (policp), Jan., 1976
- AA.VV., Estatuto-tipo das cooperativas de consumo e de produção em Moçambique, S.I.B.N., Novº, 1976
- AN., Como lançar as bases do desenvolvimento. Princípios orientadores do Plano, (dactil), s.l., s.d.
- AN., I Reunião do Conselho Agrário: sumário das discussões e conclusões, Minist. Agricultura, s.l., Set, 1976
- AN., Informação sobre a I Reunião Nacional do sector Estatal Agrário, Macuze (Zamb), Fev, 1979
- AN., Relatório de uma visita à cooperativa da Moamba, (1977-1978?),
- AN., 1ª Reunião Nacional de Agricultura, Beira, Set, 1975
- ASSEMBLEIA, POPULAR Lei nº 5/83 de 31 de Março (instituição das chintadas), 'Notícias', 2/Abr/1989, 1989
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Relatório por ocasião da I Reunião Nacional do Sector Estatal Agrário, Macuze, Zambézia, Fev., 1979
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Relatório por ocasião da III Reunião do Conselho Agrário Nacional, 5-10 de Junho de, 1978
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Relatório de situação em 31/3/1981, (dactil), Chokwé, 1981

- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Relatório por ocasião do 39 Conselho de Directores da UDA, (dactil), Chokwé, 1981
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Nota mensal de controlo financeiro - Fevereiro de 1981, (dactil), Chokwé, 1981
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Relatório sobre a deslocação ao Chokwé para assistir ao trabalho das auto-combinacas, (dactil), s.l., 1981
- CAIL, Complexo Agro-Industrial do Limpopo Levantamento da força de trabalho -- 30/3/1980, (dactil), Chokwé, 1980
- CAIL, Noticias, 28 Agosto 1981, 1981
- CARRILHO, Júlio Ministro da Habitação, Júlio Carrilho, define organização de uma Aldeia Comunal, (disc.), Beira, 20 de Set. de, 1975
- CARVALHO, Noticias, III Cons.Agrário, 7Jun, pp 3-4, 1978
- CASAL, Adolfo Yañez Relatório de situação de sete Aldeias Comuns nas províncias de Maputo e Gaza, (dactil), (Maputo), 1978
- CEA/UEM Carta do CEA/UEM à Comissão Nacional das Aldeias Comuns (CNAC), (Maputo), 31 de Outubro de, 1979
- CNAC, Comissão Nacional das Aldeias Comuns O processo de desenvolvimento das AC's. Análise da situação. Propostas de actuação., (policp), 1978
- CNAC, Comissão Nacional das Aldeias Comuns Guia para estudo da AC 'Vigilância' (Chinhanganine/Malengane/Moamba/Maputo), CNAC, Nov, 1979
- CONSELHO AGRARIO (II) Texto sobre Aldeias Comuns, s.l., Abril, 1977
- CONSELHO AGRARIO (II) As cooperativas, Maputo, 27/4, 1977
- CONSELHO AGRARIO (III) Sector cooperativo, s.l., Junho, 1978
- CPAC-Maputo, Comissão Provincial das AC - Maputo Relatório da Provincia de Maputo ao II Conselho Consultivo Alargado do CNAC, Maputo, 1981
- DNH, Direcção Nacional de Habitação Aldeias Comuns --- relatório de situação a nível nacional, DNH-Maputo, 1977
- DOLNY, Helena Relatório de uma visita de estudo à provincia de Namúbia em Dezembro de 1978, D/NOPRDC/Min.Agr., Jan, 1979
- DOLNY, Helena e SEMNA, Eunice Breve análise sobre produção colectiva e actuação do Serviço de Cooperativas, (dactil), Out, 1978
- DPA - GAZA, Direcção Prov. Agricultura - Gaza Organização das empresas estatais no ex-colonato do Limpopo, (Xai-Xai), 10 de Agosto, 1976
- DPA - INHAMBANE, Direcção Prov. Agricultura - Inhambane Relatório à reunião do Conselho Consultivo do BODCA, Inhambane, 31 de Maio, 1979
- DPA - MANICA, Direcção Prov. Agricultura - Manica Relatório de Manica ao 29 Conselho Consultivo Alargado do BODCA, Chimio, Julho, 1980
- DPA - MAPUTO, Direcção Prov. Agricultura - Maputo Metas para a campanha de 1979/80, Outubro, 1978

- DPA - NAMPUA, Direcção Prov. Agricultura - Nampula Análise da campanha agrícola 1979/80, (dactil), Namúia, 27/Set9, 1980
- DPA - NAMPUA, Direcção Prov. Agricultura - Nampula Propostas de plano para o sector cooperativo para a campanha 1979/80, (dactil), Namúia, s.d.
- DPA - NAMPUA, Direcção Prov. Agricultura - Nampula Relatório do Director sobre as cooperativas de tabaco de Ribaué, (dactil), Namúia, 22-27 Maio, 1980
- DPA - ZAMBÉZIA, Direcção Prov. Agricultura - Zambézia Relatório a apresentar na 13 reunião do Conselho Consultivo do GODCA, (dactil), s.l., 1973
- DPA - ZAMBÉZIA, Direcção Prov. Agricultura - Zambézia Relatório ao Segundo Conselho Consultivo do GODCA, Quelimane, 20 de Junho, 1980
- FMI Preliminary remarks of the IMF 1985 Article IV consultation mission to Mozambique, (mimeo), Maputo, 8 Abril, 1985
- FRELMO, Primeiro Seminário: Comunicado final e recomendações, Marruoa, 29/5 a 4/6, 1975
- GABINETE DE PLANIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA Proposta de alteração dos preços ao produtor de milho, trigo, (etc), (dactil), Maputo, Outubro, 1981
- SECRETARIA Relatório de estado de viabilidade e anteprojecto do complexo Agro-Industrial do Luane, Junho, 1981
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Síntese do grupo de trabalho nº1 do 2º Conselho Consultivo Alargado do GODCA, (dactil) (Moamba), Ago, 1980
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Documento Final do 1º Conselho Consultivo Alargado do GODCA, (Moamba), Ago, 1980
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Estratégia de acção para o desenvolvimento cooperativo agrícola - Proposta ao Cons.Consultiv, (dactil), Ago, 1980
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Algumas sugestões de acções para o desenvolvimento cooperativo agrícola, (Moamba), Ago, 1980
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Projecto de acção de cooperativização para 1982, Maputo, 17/8, 1981
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Recomendação do 1º Cons.Cons. do GODCA sobre mobilização do sector familiar Junho, 1979
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas União de cooperativas -- II Conselho Consultivo do GODCA, (dactil), s.l., s.d.
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Estado preliminar para um programa nacional de desenv. de cooperativas agrícolas piloto, (policp), Maputo, 30 Ago., 1979
- GODCA, Gab. Organiz. Cooperativas Agrícolas Recomendação do I Conselho Consultivo do GODCA sobre mobilização do sector familiar, (policp), s.l., Junho, 1979
- GODCA, Sobre critérios de classificação das experiências de produção colectiva, (policp), Agosto, 1980
- GODCA, Contribuição para o programa de cooperativização do campo, GODCA, Maputo, 1982
- BPMA, Gab. Planificação do Minist. Agricultura Proposta de alteração dos preços ao produtor do milho, trigo, girassol, sorgo, (dactil), Outubro, 1981

- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA RPM Relatório sobre a situação actual do desenvolvimento agrícola e propostas, Maputo, Set, 1978
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA RPM Organização do movimento cooperativo agrário, (fotoc.), s.l., s.d.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA I Reunião do Conselho Agrário nacional -- Sumário das discussões e conclusões, (policp), Setembro, 1976
- MINISTÉRIO DA SAÚDE / CNAC Projecto CSP/1.80 [Cuidados de Saúde Primários] -- Informação geral sobre Aldeias Comunitárias, MS/CNAC, Maputo, 1981
- MINISTÉRIO DA SAÚDE DA RPM + CNAC Aspectos da organização política, económica e social das AC's. Projecto CSP/1.80, Minist.Saúde+CNAC, Maputo, 1981
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Relatório do Grupo de Trabalho para a elaboração de propostas de actuação, Maputo, Dez9, 1978
- FEREIRA, Luís (coordenador) Relatório do grupo de trabalho para elaboração de propostas de actuação (...) proc.agrário, [Maputo], 7 de Dez9, 1978
- SEA, Secretaria de Estado do Algodão Programa do Sector Estatal Agrário para a campanha de 1977/78, ,
- SERLI, Secz.de Estd. Região Limpopo e Incomati Programa do desenvolvimento acelerado da região do Limpopo e Incomati, (s.l.), s.d.
- TEIXEIRA, Marco Reabilitação acelerada de sistemas alimentares e programa de apoio à nutrição em Chanqara, (UNICEF/Maputo), Maputo, Jul., 1985
- UDA, Unidade de Direcção Agrícola Proposta de actualização de preços, (dactil), si, s.d
- UDA, Unidade de Direcção Agrícola Processo de planificação - 83, (dactil), Maputo, 1982
- UPBL, Unidade de Produção do Baixo Limpopo Relatório por ocasião da I Reunião Nacional do Sector Estatal Agrário, (policp), Fev9, 1979

